

EURICO VIEIRA DE REZENDE
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

À ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA

— 1980 —

ENVIADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
EM 1.º DE MARÇO DE 1980



ENVIADA À
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
EM 1.º DE MARÇO
DE 1980

ARQUIVO PÚBLICO DO ESP. SANTO
BIBLIOTECA

N.º

DATA

3344

02-09-80

Senhor Presidente,

Dentro do quadro de ergastulantes dificuldades financeiras, testemunhado pelo consenso da opinião pública, transcorreu o período inaugural do meu governo.

A inoportunidade de qualquer otimismo, pelos duros desafios descortinados ao longo de 1979, num clima de renitente ausência de recursos materiais, somente poderia ser enfrentada pela energia serena, posta a serviço do juramento constitucional, com a implementação de uma política de austeridade, executada através da impessoalidade de critérios rígidos, que — esteja convicção o povo capixaba — será uma constante inviolável durante o meu quadriênio administrativo.

A brutalidade de uma dívida historicamente inescusável, a larga insuficiência de arrecadação tributária, cujos valores não davam sequer para honrar o pagamento do funcionalismo, o extenso comprometimento antecipado de verbas orçamentárias, a adentrar as responsabilidades do exercício do meu mandato, e os efeitos duradouros da calamidade de janeiro e fevereiro, além de outros aspectos negativos perturbando, direta e indiretamente, o caminho a percorrer, constituíram-se em fatores a exigir estocismo, sacrifício e pugnacidade do homem e de sua equipe, leal e solidária, na penetração de altos deveres.

Apesar da agressão da grave crise, se ao entusiasmo não foi possível oferecer-se domicílio, em contrapartida, a confiança, dinamizada pelo trabalho diuturno e robustecida por firme determinação, rompeu várias barreiras, proporcionando alguns resultados positivos, embora fatalmente delimitados pelo rigor e pela resistência das condições adversas no Estado e no País, antes em dimensão claramente menor.

Minha primeira preocupação foi o Magistério, abrangendo, também, a administração escolar. Nesse sentido, foi estruturado um elenco de medidas, deflagrada, a partir da remessa à augusta Assembléia Legislativa da Mensagem nº 12 de 09 de maio de 1979. Surgiu, como ponto central de minhas cogitações, a **valorização do professor**.

Na nobre área, merecem destacadas as seguintes providências:

1) estímulo para permanência na sala de aula (gratificação de regência, na base de 40% e de 60% para classes normais e de excepcionais e de difícil acesso, respectivamente);

2) aumento expressivo do valor do padrão salarial para as categorias Ma.P.1 e Ma.P.2;

3) decreto estabelecendo prazo para retorno à sala de aula, sob pena de perda da cadeira na escola da qual o professor se encontrava afastado;

4) novas bases salariais para diretor de escola, coordenador de turma e secretário;

5) regularização e efetivação funcional de 700 (setecentos) professores do PREMEM;

6) regularização da situação salarial de 450 (quatrocentos e cinquenta) professores auxiliares de Secretaria;

7) revisão dos proventos dos professores aposentados, com substancial melhoria salarial, inclusive a eliminação do congelamento das gratificações, que vinham sendo pagas em centavos aos inativos;

8) retorno à regência de classe de enorme contingente de professores, em decorrência dos estímulos gerados pela nova política salarial;

9) garantia de obtenção de unidades habitacionais da COHAB, reservando-se obrigatoriamente para os professores 10% das casas de cada conjunto construído em todos os municípios.

10) concurso de remoção para todas as categorias do Magistério, já realizado;

11) concurso público para as categorias de Ma.P.1 e Ma.P.2, visando ao preenchimento de 3 954 cargos vagos, em fase final para escolha de cadeira e nomeação;

12) concurso para as categorias de Ma.P.3 e Ma.P.4, em adiantado estudo;

13) novo projeto de Estatuto do Magistério, em fase de elaboração.

Com essas medidas, o Estado, já em 1980, disporá de um Magistério organizado em critérios institucionais estáveis, insuscetíveis de retorno as atuações marcadas pela improvisação de recursos humanos, porque alicerçadas no sistema do mérito. E, mercê dessa transformação, que veio para ficar, estou certo de que uma nova era surgiu para a causa do ensino e do professorado no Espírito Santo. Essa afirmativa repousa no propósito do meu governo de enviar à colenda Assembléia Legislativa proposta de emenda constitucional, não só para impedir retrocessos na organização e no aperfeiçoamento do nosso Magistério, mas, também, para estabelecer garantias imperturbáveis para o professor, que merece ser encarado com a dignidade reconhecida pela Lei Maior em favor do magistrado.

Deus há de me conceder inspiração e força para entender que o mestre é o juiz da sequência das gerações, a serviço da Pátria comum.

Operou-se, igualmente, acentuada alteração nos critérios de aumento salarial dos servidores públicos. Deu-se caráter social ao reajuste: quem ganhava menos teve majoração maior. As menores categorias funcionais tiveram um aumento de 80% em seus salários.

A prorrogação da vigência do Decreto-lei nº 880, obtida pelo meu governo, graças à compreensão e à solidariedade do Presidente JOÃO FIGUEIREDO, significou tranquilidade e segurança para o empresariado capixaba e para o desenvolvimento econômico do Estado. Acrescente-se a este fato, outro também auspicioso: além de a coordenadoria do GERES, antes ocupadas por pessoas de outros Estados, ter sido confiada a um talentoso coestadano, este já preparou um anteprojeto de regulamentação, a mim entregue, na qual, entre outras inovações, se estabelece o compromisso de interiorização das aplicações dos recursos do FUNRES, prestigiando, assim, as Diretrizes do meu governo.

Outra conquista governamental de 1979 foi o atendimento, pelo Governo Federal, de minha reivindicação, no sentido de o DNER participar, de modo extremamente substancial, do prosseguimento das obras da Terceira Ponte, as quais estavam ameaçadas de paralisação, se não mesmo de malogro total, pois, o Estado não teria meios para a sua continuidade, o que viria a significar a maior frustração dos capixabas. Nesse angustioso episódio, tive, mais uma vez, o decisivo apoio do Presidente JOÃO FIGUEIREDO, que, por ocasião do ato inaugural da Ponte do Príncipe, assegurou, através de protocolo assinado durante a solenidade, a fórmula de prosseguimento das obras. Por força desse documento, o Estado despenderá apenas mais trezentos milhões de cruzeiros, em parcelas de 100 milhões anuais, em 1980, 1981 e 1982, livres de juros e correção monetária.

Através do Governo alemão, o Estado conseguiu um empréstimo de vinte milhões de marcos e cujo contrato será assinado ainda na primeira quinzena de março corrente. Esse financiamento, com prazo de 30 anos para liquidação e juros módicos, com a incorporação, também de recursos do erário estadual, assegurará a construção de 2 (dois) grandes hospitais, 3 (três) centros e 70 (setenta) Postos de Saúde. Ainda nessa área, o Estado foi contemplado, de forma auspiciosa, pelo PLANO OPERATIVO do Ministério da Saúde por grande número de unidades sanitárias rurais.

Foi baixado Decreto, determinando a realização de concurso público para todos os cargos vagos existentes. Além da etapa relativa ao Magistério, em vias de conclusão, já foram publicados editais para o concurso de várias categorias, funcionais da Secretaria de Estado da Segurança Pública, cuja órbita será contemplada com o Estatuto da Polícia Civil e com a carreira de Delegado de Polícia, igualmente montada através do sistema do mérito. Assinale-se que esses concursos serão realizados através de convênio, já assinado, com a Universidade Federal do Espírito Santo, o que, por si só, afasta qualquer possibilidade de dúvida quanto à seriedade da seleção.

Outra medida, aliás inédita no Estado, foi adotada com firmeza absoluta pelo meu Governo; obediência total aos critérios classificatórios dos candidatos às unidades habitacionais da COHAB, extinguindo-se qualquer possibilidade de favoritismo e de interferências pessoais na destinação das casas.

Ainda na área social, o meu governo reivindicou junto ao Ministério do Interior (BNH) e obteve a implantação de um plan quinquenal (1980 — 1985) para a construção de 59 811 unidades habitacionais e implantação de 22 100 lotes urbanizados, além da extensão dos benefícios do PROMORAR à Grande Vitória. Os recursos, com essas finalidades, são estimados em

dezesseis bilhões de cruzeiros, o que corresponde, praticamente, a dois orçamentos estaduais somados.

Prosegue, de modo positivo, a execução do programa de eletrificação no meio agrícola e passa a ser realidade e telefonia rural.

A infraestrutura viária e a habitação rural adquiriram contornos nítidos graças a um trabalho sistemático, devendo ainda ser posto em destaque o fato de se ter operado a expansão das lavouras de milho, arroz e feijão em mais de 50% da área.

Embora sob forte carência financeira, a política implementadora do Estado, através da reconstrução, prosseguimento e construção de rodovias e pontes ofereceu resultados favoráveis, devendo a partir de 1980 obter perspectivas mais amplas.

Evento da maior relevância foi a solenidade realizada no Palácio Anchieta, no dia 29 de fevereiro recém-transato, quando assinei com o Presidente do BNDE dois documentos, através dos quais ficaram à disposição do Estado recursos da ordem de um bilhão e meio de cruzeiros, sendo 700 milhões para rodovias asfaltadas e 836,2 milhões para a execução de projetos de desenvolvimento rural da Região-Programa com sede em Cachoeiro de Itapemirim e abrangendo 20 municípios.

Outros aspectos e efeitos da ação governamental verificamos durante o período objeto desta Mensagem estão contidos e detalhados nos relatórios das respectivas Secretarias de Estado e órgãos vinculados.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares a segurança do meu apreço.

Saudações atenciosas

EURICO VIEIRA DE REZENDE
GOVERNADOR DO ESTADO

CASA CIVIL

O funcionamento da Casa Civil, basicamente, se manifesta mediante a execução de tarefas de cunho auxiliar, coadjuvante da função Superior do Governador, sua assessoria administrativa imediata, para onde convergem, na sua quase totalidade, os mais variados assuntos cuja solução compete ao Chefe do Poder Executivo.

Conquanto o instituto da delegação de competência tenha permitido ao Governador aliviar-se da sobrecarga de processos que, desnecessariamente, subiam à instância final, ocasionando perda de precioso tempo, ainda assim são, em apreciável volume, os autos de matéria administrativa que, inevitavelmente, dependem de sua deliberação, seja em fase interlocutória ou conclusiva.

Além desse copioso expediente submetido a rigorosa triagem que o escolma de senões, tornando possível a solução dos assuntos sem perda de tempo, a Casa Civil cuida da elaboração de mensagens e projetos de leis a serem apreciados por essa Casa Legislativa, bem como de vetos a proposições cujo conteúdo, total ou parcial, seja inconstitucional ou contrário ao interesse público.

Durante o ano próximo findo, ocorreram 8 (oito) vetos parciais e 7 (sete) totais.

Quanto às providências legislativas solicitadas a essa nobre Casa de Leis, constaram elas de proposições plenamente justificadas, cuidando das seguintes matérias:

1 — Emenda a projeto de lei de fixação de proventos dos serventários da Justiça.

2 — Autorização para a abertura de crédito extraordinário no valor de Cr\$ 9.651.538,00.

3 — Emenda Constitucional revogando os artigos 1º ao 9º da E.C. nº 08 de 19/12/77.

4 — Submetendo à apreciação da Assembléia Legislativa o incluso Decreto nº 840 E de 18/04/79, que decreta intervenção no Município de Linhares.

5 — Dando nova redação ao item IX do artigo 6º da Lei complementar nº 2.760 de 30/03/73 (Lei Orgânica dos Municípios).

6 — Propondo abertura de crédito especial de Cr\$ 2.218.537,00 para subscrição de novas ações da Escelsa.

7 — Elevação de vencimentos do pessoal do Magistério Público.

8 — Propondo seja o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante concorrência, as ações de propriedade do Estado, de emissão da Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim S.A. e da Cia de Óleos Araribóia, bem como o patrimônio da Usina de Beneficiamento de algodão.

9 — Encaminhando a prestação de contas do Governo, referente ao exercício financeiro de 1978.

10 — Propondo abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 400.000.000,00.

11 — Propondo abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 37.008.700,00 para: estradas vicinais, salário-educação e despesas no Dep. Transportes.

12 — Instituinto uma Fundação destinada à preservação do Meio Ambiente, sob a denominação de Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA).

13 — Propondo a isenção do pagamento da taxa de expedição da cédula de Identidade a todos os beneficiários da Campanha Nacional de Documentação a ser implantada inicialmente, no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

14 — Fixação de novos valores dos vencimentos do pessoal do Serviço Público.

15 — Dispondo sobre a remuneração dos Serventários da Justiça pela sua colaboração no processo de cobrança da dívida ativa.

16 — Dispondo sobre os novos vencimentos dos funcionários do Poder Judiciário.

17 — Reajustamento do Saldo do Pessoal da Polícia Militar.

18 — Propondo alterar a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado.

19 — Propondo abertura de crédito especial de Cr\$ 12.615.845,00 destinado a conclusão das obras da Unidade de Reabilitação, Núcleo Profissionalizante e restauração do Porto de São Mateus.

20 — Autorização a contrair empréstimos junto ao Banco Nacional de Habitação BNH através do Banco do Estado do Esp. Santo Banestes — da quantia de Cr\$ 329.105.524,40, destinados a execução de obras de infra-estrutura e equipamentos comunitários necessários à plena e adequada execução dos programas habitacionais de natureza social neste Estado.

21 — Propondo seja o Poder Executivo autorizado a alienar o Imóvel denominado Usina Castelo, situado no Município de Castelo.

22 — Dispondo sobre a fixação do efetivo da Polícia Militar.

23 — Autorizando a elevar o crédito especial em 3 milhões, para regularizar despesas, com bolsas de Estudos (Campanha Nacional de Escola da Comunidade).

24 — Altera o Regime de custos elevando de 5% para 10% o acréscimo nos custos. (Tribunal de Justiça)

25 — Altera a Lei de Terras (moda adia habitual).

26 — Doação de lote de terra situado no bairro da Penha, nesta Capital, ao menor MARCOS NAIR SEVERINO DA SILVA.

27 — Propondo nova Redação para o art. 221 da Lei Complementar nº 3200/78, (Estatutos dos funcionários públicos Civil do E.E. Santo).

28 — Propondo seja concedida aos Ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial gratuidade no ingresso a casas de diversões e nas viagens por veículo de transportes coletivo.

29 — Encaminha orçamento Estadual.

30 — Encaminha orçamento plurianual de investimentos do Estado.

31 — Propondo abertura de crédito especial de Cr\$ 3.500.000,00, destinados a atender as despesas com obras a serem realizadas na casa de Detenção.

32 — Propondo seja o poder executivo autorizado a contratar empréstimo externo com o KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU AM MAIN (República Federal da Alemanha).

33 — Propondo seja instituída a concessão do auxílio-natalidade aos funcionários estaduais equivalente a 50% do vencimento do Cargo Padrão-1.

34 — Propondo abertura de crédito especial de Cr\$ 3.112.867,00 destinados a indenização das benfeitorias, direitos de posse, direitos de ação e outros direitos e também para atender despesas realizadas na área da Educação durante o exercício de 1978.

35 — Instituinto a taxa Segurança contra incêndio (TASCI), em substituição a outra de igual denominação, criada pela Lei 3.199, de 30 de janeiro de 1978.

36 — Autorizando o poder executivo transferir a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, sob a forma de doação, os bens e direitos que compõem a faculdade de Farmácia e Bioquímica do Esp. Santo.

37 — Autorizando o Poder Executivo a elevar a participação acionária do Estado no Capital Social do Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A — BANDES, em Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

38 — Restaurando o código de organização e divisão judiciária do Estado do Espírito Santo.

39 — Autorizando o Poder Executivo a alienar à COHAB bens do domínio Patrimonial do Estado e abrir

crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 destinados a aquisição do imóvel para instalação da sede da SEAR.

40 — Autorizando o poder executivo a reajustar as Aliquotas do Imposto sobre serviço de circulação de mercadorias na conformidade de Resolução do Senado Federal.

41 — Propondo a instituição do Fundo Especial de Segurança pública do Estado do Espírito Santo.

42 — Autorizando o Poder Executivo a doar a COAB E.S. o domínio útil de terreno com área de aproximadamente 298.834 m2 no município de Conceição da Barra — E.S.

43 — Autorizando o Poder Executivo a estabelecer, mediante decreto, a carga horária dos Servidores das administrações direta e indireta do Poder Executivo e das Fundações.

44 — Propondo seja elevado em percentual correspondente Cr\$ 900.000.000,00, o limite para abertura de créditos suplementares.

45 — Autorizando o Poder Executivo a alienar as ações de propriedade do Estado e da emissão da COPESA.

46 — Estabelece critérios, normas para as Escolas Oficiais do Estado.

47 — Autorizando o Poder Executivo, mediante convênio, promover junto ao BNH, o atendimento das responsabilidades financeiras do Estado quanto à execução do PLANHAP, no sexênio 1980-1985.

48 — Propondo novos vencimentos e a criação de gratificação especial para as categorias funcionais indicadas.

49 — Encaminhando projeto de lei do Egrégio Tribunal de Justiça criando Varas, elevando entrâncias de Comarcas e criando Comarcas.

50 — Autorizando o Poder Executivo a firmar convênio com o Vitória Futebol Clube.

CASA MILITAR

Em linha de tradição que sempre a caracterizou, compete à Casa Militar a assistência direta e imediata ao Governador, no trato e apreciação de assuntos militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Governo com autoridades militares, a segurança do Governador, da sua família, do Palácio, das residências Oficiais e de outras autoridades; o transporte do Governador do Estado e de hóspedes oficiais; o cerimonial militar; os serviços de telecomunicações do Palácio; a recepção, estudo e triagem dos expedientes militares encaminhados ao Governador e a transmissão e controle da execução das ordens e determinações dele emanadas.

Não ocorreram modificações nos quadros da repartição ali permanecendo quase todos os funcionários que atuaram na administração passada, apenas com ligeiras e irrelevantes alterações. Não tendo ocorrido, também qualquer alteração legal que modificasse a estrutura da repartição, nada justificaria a alocação de novos recursos humanos, tanto que nem mesmo todos os cargos previstos na sua estruturação legal estão providos, o que, aliás, condiz com o regime de economia indistintamente imposto a toda a administração estadual, em face da escassez de recursos financeiros.

Merece destaque a atuação da Casa Militar por ocasião das enchentes ocorridas no início do ano de 1979, quando, funcionando como Central de Operações, ofereceu ampla cobertura à Coordenação Estadual da Defesa Civil (CEDEC), através do seu bem equipado Sistema de telecomunicações.

MALOTES (RIO/BRASÍLIA): — A crescente dinâmica da Governadoria do Estado, apresentando um volume também sempre crescente de correspondência recebida e expedida obrigou a Casa Militar a celebrar com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos um contrato para a implantação de serviços de MALOTES trocados, diariamente, entre a Chefia da CM e os Escritórios de Representação do Rio e Brasília. Este serviço tem sido de inestimável valor, e vem funcionando com absoluta regularidade.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

De acordo com o disposto no texto da Lei nº 2.868, de 22 de janeiro de 1974, com as alterações introduzidas pela Lei nº 3.078, de 15 de setembro de 1976, o Ministério Público do Espírito Santo é integrado dos seguintes órgãos:

- I — Procurador Geral da Justiça
- II — Conselho Superior do Ministério Público
- III — Corregedoria do Ministério Público
- IV — Procuradores da Justiça
- V — Promotores de Justiça
- VI — Promotores de Justiça Substitutos
- VII — Promotores Substitutos

Aos órgãos do Ministério Público, em geral, incumbe zelar pela fiscalização da Lei e de promover a defesa da Sociedade.

Dentre outras atribuições que lhe estão cometidas em leis especiais, ao Ministério Público estão reservadas as seguintes tarefas:

- a promoção da ação penal e da execução das sentenças, nos casos e pela forma previstos na lei;
- o patrocínio dos direitos dos incapazes;
- a promoção das ações cíveis necessárias à execução e observância das leis de ordem pública, ou sempre que, nos termos da lei processual, delas depender o exercício da ação penal;
- o uso dos recursos legais nos feitos em que for ou puder ser parte principal, bem como para execução da observância das leis de ordem pública;
- a fiscalização da execução da Constituição, das leis e dos atos emanados dos Poderes Públicos, bem como das normas processuais, inclusive para evitar despesas supérfluas, omissões de formalidades legais e morosidade dos processos.

Para o exercício dessas atribuições, o Ministério Público do Espírito Santo, conta, hoje, com o seguinte número de integrantes:

Procurador Geral da Justiça	01
Procurador da Justiça	10
Promotores de Justiça de 3a. Entrância	30
Promotores de Justiça de 2a. Entrância	18
Promotores de Justiça de 1a. Entrância	19
Promotores Substitutos	13

Afastados de suas funções estão 6 (seis) Promotores: na presidência da Fundação do Bem-Estar do Menor, na Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado da Justiça, no Gabinete da Vice-Governadoria do Estado, dois no Gabinete do Procurador Geral da Justiça, um exercendo mandado legislativo estadual.

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

A Procuradoria Geral da Justiça é o órgão administrativo do Ministério Público, com "status", deveres e prerrogativas de Secretaria de Estado (Lei 3043, de 31.13.75 — art. 16), vinculada ao Gabinete do Governador do Estado.

O apoio administrativo às atividades do Ministério Público é exercido pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional da Procuradoria Geral da Justiça, regulamentada pelo Decreto nº 1024-N, de 23.6.77.

Segundo o texto desse Decreto, a Procuradoria Geral da Justiça tem a seguinte estrutura administrativa:

I — NO NÍVEL DE ASSESSORAMENTO

— Gabinete do Procurador Geral da Justiça

II — NO NÍVEL DE GERÊNCIA E EXECUÇÃO

1. Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça

1.1 Divisão Administrativa

- 1.1.1. Seção de Orçamento e Material
- 1.1.2. Seção de Pessoal
- 1.1.3. Seção de Protocolo e Arquivo
- 1.1.4. Seção de Encargos Diversos

1.2. Divisão Técnica

- 1.2.1. Seção de Documentação Jurídica
- 1.2.2. Seção de Execuções Fiscais
- 1.2.3. Seção de Mecanografia

2. Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público
3. Secretaria da Corregedoria do Ministério Público

PROCESSOS ENCAMINHADOS AO GABINETE DO PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA

Habeas Corpus	50
Conflito Negativo de Jurisdição	06
Conflito de Competência	03
Mandado de Segurança	37
Processo de Reabilitação	05
Revisão Criminal	25
Recurso Extraordinário	10
Correição Parcial	02
Apelação em Mandado de Segurança	14
Remessa "ex-officio"	07
Ação Rescisória	19
Embargos Infringentes na Apelação Cível	05
Apelação Criminal	16
Recursos Ordinário	10
Reclamação	03
Recurso em Sentido Estrito	02
Queixa-Crime	04
Embargos Infringentes na Apelação Criminal	01
Agravo de Instrumento	02
Recurso Voluntário	06
Processo da 13a. Classe	03
Processos Administrativos	203
Processos diversos	91
Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário	01
Inquérito Policial	04
Comunicação de Flagrante	01
Apelação Cível	02
Processos da Procuradoria Geral da Justiça	04
Precatório	01
Ação Declaratória	01
Execução Fiscal	08
Agravo de Instrumento na Apelação Criminal	02
Desaforamento	02

Embargos Infringentes no Recurso em Sentido Es-	01
trito	01
Ação Criminal	01
Ação de Separação Judicial	01
T O T A L	578

BIBLIOTECA

Conquanto a biblioteca do nosso Ministério Público esteja bem provida de obras e constitua um acervo bem diversificado, relacionando-se assuntos pertinentes a todos os setores dos conhecimentos humanos, não se pode deixar de adquirir, à medida que são editados, novos títulos, de modo que o imenso e inesgotável campo do Direito, onde o Ministério Público atua, esteja sempre atualizado em suas estantes, à disposição dos consulentes.

Por isso, durante o ano de 1979, a biblioteca do órgão foi enriquecida com as seguintes obras e periódicos:

- Jurisprudência Brasileira — 32 vols.
- Jurisprudência Criminal — 2 vols.
- Código Penal e sua interpretação jurisprudencial — 2 vols.
- Comentários ao Código Penal — 2 vols.
- Direito Penal — 1 vol.
- Curso de Direito Civil — 2 vols.
- Direito Civil — 1 vol.
- Tratado da Documentoscopia — 1 vol.
- Comentários às leis do Mandado de Segurança — 1 vol.
- Mandado de Segurança e Ação Popular — 1 vol.
- Primeiras Linhas de Direito Processual Civil — 2 vols.
- Co-Autoria e Legítima Defesa — 2 vols.
- Instituições de Processo Penal — 4 vols.
- Curso de Direito Processual Penal — 1 vol.
- Código de Processo Civil — Forense — 1 vol.
- Código Civil Brasileiro — Forense — 1 vol.
- Comentários à Constituição Brasileira — 3 vols.
- Jurisprudência e Doutrina Criminal — 2 vols.
- O Problema da Unificação da Pena e da Medida de Segurança — 1 vol.
- Jurisprudência da prescrição e da decadência — 1 vol.
- O Caráter Retórido da Legalidade — 1 vol.
- Código de Processo Penal — 1 vol.
- Código Civil Brasileiro — 1 vol.
- Direito Administrativo — 1 vol.
- Do Mandado de Segurança contra Ato Jurisdicional Penal — 1 vol.
- Prisão Administrativa — 1 vol.
- Comentários à Lei do Mandado de Segurança — 1 vol.
- Do Mandado de Segurança — 1 vol.
- Tóxicos — 1 vol.
- Direito Tributário — 1 vol.
- Minutas — Padrão — 1 vol.
- Direito Penal — 1 vol.
- Da Ação Penal — 1 vol.
- Decisões Anotadas do STF em Matéria Criminal — 1 vol.
- Direito Penal Normativo — 1 vol.
- Direito Penal e Direitos Humanos — 1 vol.
- A Ignorância da Antijuridicidade em Matéria Penal — 1 vol.
- Lições de Direito Penal — 3 vols.
- Contravenções Penais — 1 vol.
- Direito Intertemporal e a nova Condificação Processual Penal — 1 vol.
- Lições de Direito Processual Penal — 1 vol.
- As Condições da Ação Penal — 1 vol.

- Periculosidade Criminal e Medidas de Segurança — 1 vol.
- Diário Oficial do Estado do Espírito Santo
- Diário Oficial da União
- Diário da Justiça da União
- Boletins do Ministério Público
- Revista "Justitia"
- Revista Trimestral de Jurisprudência do S.T.F.
- Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado
- do Rio de Janeiro
- Ementários
- Relatórios diversos
- Coleção de leis federais
- Coleção de leis estaduais
- Revista de Informação Legislativa
- Pareceres normativos da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
- Revista Forense
- Legislação Eleitoral e Partidária
- Revista de Direito Público — 44 volumes
- Revista de Direito Civil — 8 volumes

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público é o órgão de deliberação coletiva e tem por finalidade a administração da Instituição.

É constituído pelo Procurador Geral da Justiça que exerce a Presidência do Colegiado, dos demais Procuradores da Justiça e dos 4 (quatro) Promotores de Justiça mais antigos de Vitória, comarca da Capital.

Durante o exercício que se findou, os trabalhos da Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público foram executados pelo seu Secretário e pelo Assessor Técnico nos impedimentos do titular.

No decorrer do ano de 1979, foram realizadas, ao todo, 46 (quarenta e seis) sessões (da 359 a. a 404 a.) sendo 42 (quarenta e duas) ordinárias e 4 (quatro) extraordinárias, apreciando-se grande número de processos, referentes a relevantes interesses da classe.

Foram baixadas 64 (sessenta e quatro) Resoluções, assim discriminadas:

NATUREZA	NÚMERO
Apreciação de pedido de remoção	28
Apreciação de antiguidade, na classe	03
Votação de lista de promoção, por merecimento	05
Apreciação de relatórios de correições	09
Apreciação do relatório anual da Corregedoria	01
Resoluções normativas	09
Outras	09

O Conselho Superior do Ministério Público fez baixar, também, os Editais n.ºs. 01/79 e 02/79, publicados no Diário Oficial de 29 de dezembro de 1979, abrindo o concurso para o preenchimento de vagas de Promotor Substituto, existentes no Quadro do Ministério Público do Espírito Santo. O prazo de inscrições encerrou-se no dia 26 de fevereiro.

CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria do Ministério Público é o órgão incumbido do exame e da fiscalização dos serviços afetos aos membros da Instituição, sob os aspectos técnicos, administrativos e disciplinar.

Durante o ano de 1979, a Corregedoria esteve a cargo de Procurador da Justiça, eleito pelo Conselho Superior do Ministério Público e empossado no dia 29 de de-

zembro de 1978, para um mandato de 1 ano, que se expirou no dia 29 de dezembro de 1979.

No exercício de seu mandato o Corregedor em visitas de inspeção, percorreu todas as comarcas do Espírito Santo, levando à consideração do Conselho Superior do Ministério Público 9 (nove) relatórios circunstanciados dos resultados obtidos nas comarcas de Ibirapu, Afonso Cláudio, Aracruz, Alfredo Chaves, Iconha, Mimoso do Sul, Muqui, São Mateus e Ecoporanga.

Foram instauradas 3 (três) averiguações, todas já solucionadas, e abertos 3 (três) processos de sindicâncias, um dos quais já julgado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

No exercício de 1979, o Corregedor do Ministério Público expediu 20 (vinte) Provimentos e 12 (doze) Portarias. Emitiu, também, 37 (trinta e sete) pareceres, na qualidade de assessor do Procurador-Geral da Justiça, em processos contenciosos.

A principal preocupação da Corregedoria, durante o exercício findo foi a de fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento dos Provimentos, Circulares e Portarias, tanto da Procuradoria-Geral da Justiça, como da própria Corregedoria, especialmente no tocante à permanência do Promotor de Justiça na comarca durante todos os dias úteis e o respeito aos prazos processuais estabelecidos.

PROCURADORES DA JUSTIÇA

São 10 (dez) os membros do Quadro de Procuradores da Justiça do Ministério Público do Espírito Santo, distribuídos pelas seguintes atribuições:

- a) — 3 (três) Procuradores da Justiça com função permanente junto às 1ª, 2ª e 3ª Turmas do Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo.
- b) — 1 (um) Procurador da Justiça com função de Corregedor do Ministério Público.
- c) — 5 (cinco) Procuradores da Justiça com função de assessoria ao Gabinete do Procurador-Geral da Justiça, para exame de assuntos administrativos do Poder Judiciário, bem como para emitir pareceres nos processos contenciosos.

Em todo o curso do exercício findo, os Drs. Procuradores da Justiça deram o melhor de sua contribuição para manter o alto nível de pronunciamentos e sustentação jurídica nos mais variados processos que lhes estiveram apertos, e de cujos subsídios, não raro, valeram-se os integrantes do Poder Judiciário para a fundamentação de suas decisões.

Procurador da Justiça junto à 1ª Turma

CLASSE	RECEBIDOS
Agravo de instrumento	04
Apelação Cível	31
Apelação Criminal	29
Habeas Corpus	21
Processo de Cessação de periculosidade	07
Remessa "ex-officio"	14
Recurso de Habeas Corpus	15
Recursos em sentido estrito	21
Total	262

PROCEDENCIA	NÚMERO		
Alfredo Chaves	06	Baixo Guandu	09
Afonso Cláudio	04	Barra de São Francisco	09
Alegre	03	Cachoeiro de Itapemirim	16
Aracruz	02	Cariacica	13
Baixo Guandu	03	Castelo	01
Barra de São Francisco	10	Colatina	05
Cachoeiro de Itapemirim	10	Conceição da Barra	04
Castelo	01	Domingos Martins	01
Cariacica	12	Ecoporanga	02
Colatina	05	Guaçu	03
Conceição da Barra	02	Guarapari	08
Domingos Martins	01	Ibiraçu	06
Ecoporanga	03	Iconha	15
Guaçu	03	Itaguaçu	02
Guarapari	07	Itapemirim	17
Ibiraçu	04	Iúna	04
Iconha	01	Linhares	05
Itaguaçu	05	Mantenópolis	04
Itapemirim	11	Mimoso do Sul	06
Iúna	03	Montanha	04
Linhares	05	Muqui	06
Mimoso do Sul	07	Muniz Freire	05
Mucurici	03	Mucurici	01
Montanha	02	Nova Venécia	07
Muniz Freire	03	Pancas	05
Muqui	02	Pinheiro	01
Nova Venécia	07	São Gabriel da Palha	09
Pancas	05	São José do Calçado	04
Pinheiro	01	Santa Leopoldina	07
Santa Leopoldina	05	São Mateus	06
Santa Teresa	05	Santa Tereza	04
São Gabriel da Palha	08	Serra	09
São José do Calçado	01	Vila Velha	14
São Mateus	07	Vitória	73
Serra	07		
Vila Velha	17		
Vitória	81		
		Procurador da Justiça junto à 3ª Turma	
CLASSE	RECEBIDOS	CLASSE	RECEBIDOS
		Agravo de Instrumento	12
Procurador da Justiça junto à 2ª Turma		Apelação Cível	49
		Apelação Criminal	83
		Habeas Corpus	81
		Processo Cessação de Periculosidade	01
		Processo de Reabilitação	02
		Recurso de Habeas Corpus	16
		Recurso em Sentido Estrito	18
		Remessa "ex-officio"	10
		Total	272
PROCEDENCIA	NÚMERO	PROCEDENCIA	NÚMERO
Afonso Cláudio	06	Afonso Cláudio	02
Alegre	03	Alegre	03
Anchieta	02	Anchieta	02
Aracruz	04	Aracruz	04
Baixo Guandu	07	Baixo Guandu	07
Barra de São Francisco	06	Barra de São Francisco	06
Cachoeiro de Itapemirim	13	Cachoeiro de Itapemirim	13
Cariacica	09	Cariacica	09
Castelo	05	Castelo	05
Colatina	12	Colatina	12
Ecoporanga	02	Ecoporanga	02
Guaçu	06	Guaçu	06
Guarapari	08	Guarapari	08
Ibiraçu	06	Ibiraçu	06
Iconha	03	Iconha	03

Itaguaçu	01
Itapemirim	17
Iúna	03
Linhares	07
Mimoso do Sul	03
Montanha	03
Mucurici	01
Muniz Freire	05
Muqui	03
Nova Venécia	02
Pancas	02
Santa Leopoldina	08
Santa Tereza	10
São Gabriel da Palha	04
São José do Calçado	09
São Mateus	04
Serra	07
Vila Velha	20
Vitória	76

Durante o ano recém findo foram distribuídos à Assessoria do Gabinete do Procurador Geral da Justiça 515 processos assim discriminados:

Recurso Ordinário de Habeas Corpus	08
Inquérito Policial	02
Habeas Corpus	41
Processos Administrativos	309
Apelação Criminal	06
Recurso Extraordinário em Apelação Criminal	10
Recurso Extraordinário em Habeas Corpus	01
Conflito de competência	03
Revisão Criminal	27
Mandado de Segurança	38
Conflito Negativo de Jurisdição	04
Ação Rescisória	17
Apelação em Mandado de Segurança	19
Embargos de Nulidade e Infringentes na Apelação Civil	01
Apelação Civil	03
Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário de Apelação Criminal	01
Ação Criminal	01
Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário de Recurso em Sentido Estrito	05
Recurso Extraordinário em Apel. Civil	75
Embargos Infring. na Apel. Civil	03
Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança	01
Remessa "ex-officio" (art. 475 do CPC)	06
Recurso Extraordinário de Recurso em Sentido Estrito	01
Queixa Crime	02
Conflito de Competência	01
Total	515

A par das comunicações dos resultados das visitas de inspeção realizadas pela Corregedoria, os relatórios remetidos pelos Drs. Promotores de Justiça, Promotores de Justiça Substitutos e Promotores Substitutos dão conta de que as atividades estatutárias e a conduta pessoal dos membros do Ministério Público do Espírito Santo na instância inferior, durante o ano de 1979, foram satisfatórias.

O Quadro dos integrantes do Ministério Público que, atualmente, atua na instância inferior está assim constituído:

Terceira Entrância

1. Comarca da Capital

1.1. — Juízo de Vitória

Dr. Martim Francisco de Lima	1ª Vara Cível
Dr. Haedel Mello Carneiro	2ª Vara Cível
Dr. Sebastião da Rocha Ribeiro	3ª Vara Cível
Dr. José Luiz Cláudio Correa	4ª Vara Cível
Dr. Arlindo Sasso	1ª Vara da Fazenda Pública Estadual
Dr. Wolmar Bermudes	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal
Dr. Jeil Nascimento Ferreira	Vara de Família
Dr. Ezequiel Ronchi Netto	Vara de Orfãos
Dr. Alberto Daniel	Sucessões
Dr. Alvaro José de Carvalho	1ª Vara Criminal
Dr. João Cezar Sandoval	2ª Vara Criminal
Dr. José Venâncio Salgueiro Machado	3ª Vara Criminal
	4ª Vara Criminal
Dr. Jehová Miranda Ferreira	Vara de Menores

1.2. — Juízo de Vila Velha

Dr. Ayr Frasson	1ª Vara Cível
Dr. José Lauro Herzog	2ª Vara Cível
Dr. David Queiroz	1ª Vara Criminal
Dr. Antônio Roberto Dalla de Almeida	2ª Vara Criminal

1.3. — Juízo de Cariacica

Dr. Benjamim Barros Filho	1ª Vara Cível
Dr. Fernando Assis Ribeiro	2ª Vara Criminal
Obs. Está vaga a 1ª Vara Criminal.	

1.4. — Juízo da Serra

Dr. Sergio Gonçalves Lofego

1.5. — Juízo de Viana

Por não ter sido instalado, ainda não foi provida a Promotoria de Justiça junto ao Juízo de Viana.

2. Comarca de Cachoeiro de Itapemirim

Dr. José Nunes de Mendonça	1ª Vara Cível
Dr. Diogenes Malacarne	2ª Vara Cível
Dr. Wellington da Costa City	3ª Vara Criminal

3. Comarca de Colatina

Dr. Cândido de Souza Cassa	1ª Vara Cível
Dr. José Lemos Barbosa	2ª Vara Cível
Dr. Edson Machado	3ª Vara Criminal

4. Promotores de Justiça Substitutos da Capital

Dr. Antônio Vieira Bicalho

Dr. Paulo Sérgio Reis

Obs. — Encontra-se vago um cargo de Promotor de Justiça Substituto da comarca da Capital.

Segunda Entrância

1. Afonso Cláudio — Dr. Carlos Itiberê Rezende de Castro Calado
2. Alegre — Dr. Israel José de Mello
3. Baixo Guandu — Dr. Ubiratan Vieira de Medeiros

4. Barra de São Francisco

- 4.1. — 1ª Vara Cível — Dr. Jerônimo Luiz Seidel
4.2. — 2ª Vara Criminal — Dr. José Adalberto Dazzi

5. Castelo — Dr. Zelio Guimarães Silva
6. Ecoporanga — Dr. Willion Fernando Boato
7. Guaçu — Dr. Cleber Affonso Barros da Silveira
8. Guarapari — Dr. Luiz Carlos Nunes
9. Itapemirim
9.1. — 1ª Vara Cível — Dr. Vicente Nolasco Costa
9.2. — 2ª Vara Criminal — Dr. Sergio Luiz Teixeira Gama
10. Iúna — Dr. Sinval Raymundo Machado
11. Linhares
11.1. — 1ª Vara Cível — Dr. Humberto Santiago Galeno
11.2. — 2ª Vara Criminal — Dr. Miguel Nunes de Azevedo
11.3. — 3ª Vara Criminal — Dr. Alcides do Amaral Semblano
12. Mimoso do Sul — Dr. Roque Gelson Rodrigues
13. Nova Venécia — Dr. Celio Affonso de Miranda Magalhães
14. São Mateus — Dr. Ulysses Gusman

Primeira Entrância

1. Alfredo Chaves — Dr. William Felisberto Fagundes
2. Anchieta — Dr. Eraldo Gomes de Azeredo
3. Aracruz — Drª Miriam Silveira Vidal
4. Conceição da Barra — Dr. Luiz Antônio Soares
5. Domingos Martins — Dr. Antônio Carlos Moraes
6. Ibirapu — Dr. Elzimar Luiz Lucas
7. Iconha — Dr. Osmar Agostinho de Oliveira
8. Itaguaçu — Dr. Haeckel Vivas Ferreira
9. Mantenópolis — Dr. Ronaldo Assead Machado
10. Montanha — Drª Catarina Cecin Gazele Rodrigues Torres
11. Mucurici — Dr. Odaivo de Souza Lima
12. Muniz Freire — Dr. Antônio João Pimentel da Silva
13. Muqui — Dr. Eder Alves Lima
14. Pancas — Dr. Joel Teixeira de Araújo
15. Santa Leopoldina — Dr. William Baptista de Araújo
16. Santa Tereza — Dr. Gilberto Fabiano Toscano de Matos
17. São Gabriel da Palha — Dr. José Aluizio de Arruda
18. São José do Calçado — Dr. Marco Aurélio Lyrio Reis
Obs. — Está vaga a Promotoria de Justiça da comarca de Pinheiros.

Promotores Substitutos

1. Dr. Pedro Diniz Pereira
2. Dr. Clementino Izoton
3. Drª Heloisa Malta Carpi
4. Dr. Marco Antônio Cremonese
5. Drª Celia Lucia Vaz de Araújo
6. Dr. Sergio Dario Machado
7. Dr. Dacione Nunes
8. Dr. Jorge Rodrigues da Silva
9. Dr. José Antônio Leal Pereira

10. Dr. Ronald de Souza
11. Drª Itajacy Dornelas Alt
12. Dr. Roberto da Fonseca Araújo

Obs. — Acha-se vago um cargo de Promotor Substituto

Quanto à vida funcional dos membros do Ministério Público, em 1979, ocorreram as seguintes alterações:

Promoções

Por merecimento — 05
Por antiguidade — 03

Nomeações

Para Promotor Substituto — 04

Aposentadoria

Promotor de Justiça de 3ª entrância 01
Promotor de Justiça 2ª entrância 01
Promotor de Justiça de 1ª entrância 01

Exonerações a pedido

Promotor de Justiça de 1ª entrância 03
Promotor Substituto 01

EXECUÇÕES FISCAIS PROMOVIDAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Por disposição estatutária, compete aos Promotores de Justiça, nas comarcas do interior, a cobrança das dívidas ativas dos Poderes Públicos.

Durante o ano de 1979, foram remetidas 186 certidões aos srs. Promotores, num total de Cr\$ 25.835.613,70, assim discriminados:

Comarca	Nº de Cert.	Valor
Alegre	05	Cr\$ 269.902,63
Afonso Cláudio	01	Cr\$ 579.420,59
Aracruz	11	Cr\$ 1.261.756,57
Alfredo Chaves	02	Cr\$ 12.046,70
Anchieta	05	Cr\$ 293.529,46
Barra de São Francisco	02	Cr\$ 112.296,91
Baixo Guandu	02	Cr\$ 114.959,77
Colatina	16	Cr\$ 1.518.048,02
Conceição da Barra	07	Cr\$ 287.079,62
Castelo	01	Cr\$ 34.882,63
Cachoeiro de Itapemirim	23	Cr\$ 2.427.594,78
Domingos Martins	01	Cr\$ 5.300,88
Ecoporanga	04	Cr\$ 59.627,18
Guaçu	02	Cr\$ 16.660,24
Guarapari	11	Cr\$ 1.257.403,65
Iúna	07	Cr\$ 97.378,86
Itaguaçu	06	Cr\$ 65.194,57
Iconha	03	Cr\$ 80.275,66
Ibirapu	05	Cr\$ 1.333.758,12
Itapemirim	07	Cr\$ 77.008,77
Linhares	17	Cr\$ 845.065,42
Muqui	01	Cr\$ 18.305,96
Mantenópolis	01	Cr\$ 18.774,93
Mimoso do Sul	01	Cr\$ 71.338,39

Nova Venécia	03	Cr\$	34.979,69
Pinheiro	01	Cr\$	33.971 31
São Gabriel da Palha	01	Cr\$	9.452,18
Santa Teresa	14	Cr\$	14.660.377 85
São José do Calçado	03	Cr\$	14.378,41

Totais 186 Cr\$ 25.835.613,70

Durante o exercício próximo findo, foi recebido, pela forma amigável, um valor de Cr\$ 132.444,79 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros e setenta e nove centavos), correspondente a 5 (cinco) certidões de dívida ativa do próprio ano de 1979 e 04 (quatro) referentes ao ano de 1976.

Foram ajuizadas na 1ª Vara Cível da comarca de Linhares, em 1979, 202 (duzentas e duas) certidões, no montante de Cr\$ 341.326,78, referentes aos anos de 1974 a 1978.

Muito bem compreendendo os percalços da economia e finanças estaduais e acatando espartanamente a dire-

triz rigorista imprimada pela atual administração, principalmente no que se refere a contenção da despesa pública, contentou-se a PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA em ver executado, em ínfimas proporções o PLANO DE TRABALHO elaborado para o ano próximo findo.

Assim é que, de tudo quanto ali se pretendeu somente foi possível o dispêndio da quantia de Cr\$ 189.423,00 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e vinte e três cruzeiros) na aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, consistentes de máquinas de escrever e livros jurídicos, além da manutenção de assinatura de diversos periódicos de relevante interesse para o exercício das funções do Órgão, muitos dos quais enviados às comarcas do interior.

Ficam, pois transferidos para o ano de 1980 todos os objetivos e pretensões assinalados no PLANO DE TRABALHO apresentado no exercício anterior, na esperança de que, com o restabelecimento das finanças públicas, que se prenunciam, a PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA possa alcançar pelo menos aqueles altamente prioritários.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A PROCURADORIA GERAL DO ESTADO tem como competência — (Lei 3.143/77) representar judicial e extrajudicialmente o Estado, a Fazenda Pública junto ao Tribunal de Contas, promover, privativamente, a cobrança da dívida ativa e outros créditos do Estado, exercer as funções de Consultoria Jurídica Centralizada do Governador do Estado e das Secretarias de Estado, guardar o patrimônio imobiliário do Estado, prestar assistência gratuita aos necessitados, representar o Estado nas Assembléias Gerais das empresas em que o mesmo é acionista majoritário ou simplesmente acionista.

No ano de 1979 emitiu parecer em 2.433 processos, os quais foram distribuídos de acordo com a matéria, à competência das respectivas Procuradorias.

Como atividades do órgão, destacou-se a exercida pelo seu Colegiado que, em 1979, reuniu-se 22 vezes, examinando 51 processos e emitindo 35 pronunciamentos, todos eles aprovados pelo Governador do Estado.

As atividades das Procuradorias especializadas foram as seguintes:

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Mandados de Segurança	10
Assembléias Gerais	18
Despachos	126
Pareceres	44
Petições	25
Ações Ordinárias	08

PROCURADORIA FISCAL

Executivos Fiscais	111
Apelação Cível	01
Ação Ordinária	01

PROCURADORIA DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Processos de legitimação, doação, locação, desapropriação, incorporação e comodato	1 102
Ações de usucapião	220
Escrituras minutas e assinadas	399

PROCURADORIA JUDICIAL

Mandados de Segurança	17
Ações Ordinárias e outras	63
Reclamações Trabalhistas	26

PROCURADORIA DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

ATIVIDADES DOS ESTAGIÁRIOS

Ações Ajuizadas	86
Ações Contestadas	07
Assistência aos Defensores em audiência	194

Acordos realizados	065
Despachos com MM. Juiz	092
Acompanhamento de processos	208
Partes atendidas	1 335
Encaminhamentos	253
Petições diversas assinadas com Defensor	127
Ações Findas	039

ATIVIDADES DOS DEFENSORES PÚBLICOS

Ações Ajuizadas	3 251
Ações Contestadas	508
Audiências Realizadas	3 646
Acordos Realizados	1 239
Petições Diversas	4 746
Partes Atendidas	21 020
Ações Findas	1 408
Juris Realizados	054

PROCURADORIA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

NATUREZA E NÚMERO DE PROCESSOS APRECIADOS

Gratificação Adicional	170
Gratificação Assiduidade	41
Gratificação Adicional e Assiduidade	26
Aposentadoria e fixação de proventos	341
Reforma	27
Transferência para a Reserva	102
Auxílio Invalidez	73
Adicional de Inatividade	24
Retificação de Atos de Aposentadoria, Adicional e Assiduidade	22
Pensão Especial	05
Termo de Contrato	02
Balancete	17
Balanço	84
Termo de verificação de Caixa	64
Prestação de Contas	2 379
Recurso	15
Abertura de Crédito Adicional	01
Pagamento	37

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Instruções de Serviço	587
Comunicações Internas	289
Ofícios Expedidos	142
Empenhos	323
Anulação de Empenhos	038
Requisições de Adiantamento	041
Instruções de Serviço-P	044
Portarias-P	054
Portaria-N	001

**SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE
EXECUÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS**

Conquanto não tenha competências e atribuições definidas na estrutura organizacional do Estado, recebe, contudo, esta Secretaria Extraordinária delegação específica da Governadoria para execução de projetos ou exame de matérias não pertinentes a determinada Pasta ou de jurisdição ampla abrangendo duas ou mais Secretarias de Estado.

Funcionando com uma organização de reduzidas proporções, dispondo de pequeno núcleo de recursos humanos, estritamente necessária à cabal execução de suas atribuições, a atuação deste órgão neste primeiro ano de sua nova fase foi, sem dúvida relevante, merecendo maior destaque os trabalhos a seguir apontados:

1 — estudo para a reformulação e reorientação do

sistema estadual de incentivos fiscais e financeiros;

- 2 — acompanhamento do processo de liquidação da concessão do Porto de Vitória e constituição da Cia de Docas;
- 3 — relatório informativo sobre o Corredor de Exportação Espírito Santo-Minas Gerais-Goiás;
- 4 — estudo técnico e financeiro, ainda em desenvolvimento, para a implantação do Centro de Reabilitação Físico-Motora de Vila Velha;
- 5 — estudo preliminar para definir as responsabilidades do Estado na manutenção da rede de educandários da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade.

**SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL**

A Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social, dentro de seu Plano de Trabalho para o período de 1979/1983, executou durante o exercício de 1979 a um programa consentâneo com a política de contenção de gastos públicos, colocada em prática pelo Governo do Estado, com o propósito de reduzir o déficit orçamentário e equilibrar as finanças estaduais.

Considerando que 1979 foi um ano de transição político-administrativa, tendo a atual Administração tomado posse em 15 de março daquele ano, a Secretaria de Comunicação Social cuidou basicamente de reorganizar e adequar administrativamente a política de comunicação social do Poder Executivo a uma nova realidade constatada no campo sócio-econômico do Espírito Santo.

Inicialmente por sugestão da Governadoria, foi estabelecida uma nova filosofia de publicidade e divulgação dos atos e realizações do Poder Executivo Estadual que teve por princípio a exclusão da imagem pessoal do Governador do Estado, sendo substituída por um conceito mais abrangente da Administração Pública do Estado.

CENTRALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO

Observou-se no comportamento da divulgação oficial no período, uma profunda modificação com a decisão do Governador em determinar a todos os órgãos da Administração Direta e Indireta, com exceção do Sistema Financeiro, que tomassem providências no sentido de que toda e qualquer publicação fosse feita através desta Secretaria.

O resultado de tal medida pôde ser constatado ao se verificar uma redução substancial nos custos de divulgação, já que esta Pasta se encarregou de proceder a um rigoroso controle dos gastos de publicidade, inclusive quanto ao aspecto de adequação da centimetragem, em se tratando de imprensa escrita, e do índice de penetração dos veículos de comunicação.

Participando ativamente do assessoramento governamental, a Secretaria foi porta-voz dos pronunciamentos mais importantes do Governo, dentro de um clima de entendimento e respeito profissional, podendo mesmo registrar um perfeito relacionamento com todos os veículos de comunicação.

REDAÇÃO

A partir de uma reunião na Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social, no mês de março, com Editores de política econômica e assuntos gerais de jornais da Grande Vitória além de representantes das emissoras de rádio e televisão, foi definida a política editorial do Governo do Estado, através do boletim-noticiário, distribuído de segunda à sexta-feira aos diversos veículos de informação, da Capital e do interior.

Na oportunidade, colocou-se em debate a validade ou não da manutenção do boletim informativo, tendo a primeira alternativa recebido apoio irrestrito, sob a justificativa de que nem todos os veículos de comunicação dispunham de pessoal suficiente (mão de obra) para uma perfeita cobertura dos atos e fatos relacionados com o Poder Executivo, através das Administrações Direta e Indireta.

Desta forma, não apenas o interesse dos veículos de informação estava sendo atendido, como também o do próprio Poder Executivo que, assim sendo, continuou dispondo de um meio conhecidamente eficiente de inserir nos jornais, emissoras de rádio e televisão, notícias de interesse servindo ainda para manter a opinião pública permanentemente informada das atividades governamentais.

Outro fator a ser destacado é a implantação da Seção Noticiosa do DIÁRIO OFICIAL, feita na atual Administração, através da Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social, com ampla cobertura diária e atualizado dos atos do Poder Executivo e, por ve-

zes também ao Legislativo e ao Judiciário, além de informações de interesse da coletividade, nas áreas de arte, esporte, cultura, lazer etc.

Ainda no campo editorial, outra importante conquista da Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social na atual administração foi a implantação do "Prêmio Thiers Velloso de Jornalismo", que premiou os melhores trabalhos jornalísticos publicados nos diversos periódicos do Estado, no período compreendido entre março e outubro.

A iniciativa contou com um total de 22 trabalhos inscritos, julgados por uma comissão formada pelo Secretário de Estado Extraordinário da Comunicação Social e por representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, Clube dos Repórteres do Espírito Santo, Associação dos Cronistas Esportivos Capixabas e Academia Espírito-Santense de Letras, tendo como Presidente de Honra o Vice-Governador do Estado, José Carlos da Fonseca.

A entrega dos prêmios aos vencedores foi feita em solenidade realizada no dia 25 de outubro, no salão nobre do Palácio Anchieta, na presença do Governador do Estado.

Em termos práticos, os resultados apresentados pelo setor editorial podem ser considerados excelentes, acima mesmo das expectativas, principalmente se os números forem comparados com os do ano anterior.

Em 1978, por exemplo, o aproveitamento de matérias do Boletim Informativo nos jornais capixabas foi de 71.481 centímetros de colunas (medida usada pelos jornais), contra 89.090 em 1979, apresentando uma diferença de 17.609 centímetros de coluna, correspondente a um acréscimo da ordem de 25%. ANEXO III.

Só para exemplificar se todas as matérias produzidas pelo Boletim (de interesse do Governo do Estado) fossem inseridas nos jornais a título de matéria paga (publicidade), as despesas em 1979 alcançariam as cifras de Cr\$ 8.909.000,00, tomando-se por base o preço médio do centímetro de coluna dos jornais da capital, que era de 100 cruzeiros. Como ilustração, é oportuno destacar que essa economia para os cofres públicos representou 82% dos gastos com publicidade, na imprensa escrita, realizados pela Administração Indireta no exercício de 1979, que atingiu o montante de Cr\$ 10.868.663,00. (ANEXO 2).

A título de curiosidade: o material produzido pela Secretaria da Comunicação Social, em 1979, com aproveitamento nos periódicos, comporia inteiramente 22 jornais de 22 páginas.

Além disso, todo o material informativo produzido pela Comunicação Social teve boa receptividade nas emissoras de rádio e televisão, num índice aproximado de 70% em relação aos jornais, nas emissoras de rádio, e 45% nas emissoras de televisão, tendo havido ainda um bom aproveitamento nos jornais do interior do Estado.

De tudo, e numa análise real dos índices, conclui-se facilmente que em tempo algum, a Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, recebeu tanta cobertura de suas atividades por parte dos veículos de comunicação como no ano de 1979.

LABORATÓRIO FOTOGRÁFICO

Durante o exercício, o Departamento Fotográfico da Secretaria realizou a cobertura dos principais acontecimentos nos campos político, econômico e social do Espírito Santo, inclusive com deslocamentos de equipes para o interior do Estado. Além disso, com a implantação da "Seção Noticiosa" do Diário Oficial, o Setor passou a ser também responsável pelo fornecimento de fotografias para ilustração das notícias veiculadas naquele órgão oficial de divulgação.

Os resultados apresentados pelo trabalho desenvolvido por esse Departamento podem ser vistos através do Anexo VI.

ORÇAMENTO

O Orçamento Geral da Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social para o exercício de 1979 foi de Cr\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros), destacando-se, em primeiro lugar, a dotação destinada a atender as despesas com divulgação e publicidade, fixada em Cr\$ 16.820.000,00 (dezesseis milhões e oitocentos e vinte mil cruzeiros), correspondente a 76% do orçamento. Em segundo lugar, com uma participação de 15%, merece ser mencionada a verba do pessoal civil que teve uma dotação inicial de Cr\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil cruzeiros). Finalmente, com um percentual mais baixo, da ordem de 9%, completando o Orçamento Geral, aparecem as verbas de obrigações sociais, diárias, material de consumo, remuneração de serviços pessoais, salário família, despesas de exercícios anteriores e equipamentos, instalações e material permanente que atingem a importância de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros). (ANEXO 5).

Com relação à execução orçamentária da despesa, podemos afirmar que houve uma redução final da ordem de Cr\$ 139.000,00 (cento e trinta e nove mil cruzeiros), uma vez que esta importância representa a diferença entre a suplementação e o reforço de verbas efetuados no decorrer do exercício. Efetivamente, as despesas realizadas no período atingiram o montante de Cr\$ 21.275.254,00 (vinte e um milhões, duzentos e setenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros), apresentando, portanto, um saldo de Cr\$ 585.746,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil e setecentos e quarenta e seis cruzeiros). (Anexo 5).

A contrapartida financeira para fazer face às despesas empenhadas durante o exercício é expressa através da liberação de recursos por parte da Secretaria de Estado da Fazenda. Durante o ano de 1979, sob a denominação de Cotas de Despesas Recebidas, a Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social recebeu recursos financeiros correspondentes a Cr\$ 16.860.500,00 (dezesseis milhões, oitocentos e sessenta mil e quinhentos cruzeiros), fazendo com que fossem inscritas em "Restos a Pagar" as despesas empenhadas e não pagas, no montante de Cr\$ 1.811.385,00 (um milhão, oitocentos e onze mil e trezentos e oitenta e cinco cruzeiros). (Anexo VII).

O saldo bancário da conta de Recursos a Utilizar, em 31.12.1979, foi de Cr\$ 299.254,47 (duzentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e quatro cruzeiros e quarenta e sete centavos).

DIVULGAÇÃO

Administração Direta

As despesas com divulgação e publicidade, durante o exercício de 1979, da Administração Direta veiculadas na imprensa escrita, foram da ordem de Cr\$ 3.471.589,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e quinhentos e oitenta e nove cruzeiros), ou seja a média mensal de Cr\$ 289.299,00 (duzentos e oitenta e nove mil e duzentos e noventa e nove cruzeiros). (Vide Anexo I).

Administração Indireta

Dentro da política de controle dos gastos públicos com divulgação, a Secretaria Extraordinária da Comunicação Social exerceu uma rigorosa fiscalização e coordenação das despesas realizadas por parte da Administração Indireta. Com isso, foi possível determinar o custo total dos dispêndios, durante o exercício de 1979, dos órgãos descentralizados da Administração Pública, que atingiram, no período, a importância de Cr\$ 10.868.663,00 (dez milhões, oitocentos e sessenta e oito

mil e seiscentos e sessenta e três cruzeiros), com uma média mensal de Cr\$ 905.722,00 (novecentos e cinco mil, setecentos e vinte e dois cruzeiros), conforme Anexo 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas neste Setor, contaram com a participação e a acolhida das demais Secretarias de Estado e dos órgãos descentralizados, cujos reflexos foram a concretização de uma maior objetividade e um sentido mais racional ao aproveitamento dos recursos que o setor movimentou, quer na área da Administração Direta, quer na área da Administração Indireta.

SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

DESPESAS DE DIVULGAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Mês	Valor
Janeiro	361.560,00
Fevereiro	248.220,00
Março	502.485,00
Abril	35.100,00
Maior	140.425,00
Junho	269.120,00
Julho	220.930,00
Agosto	455.570,00
Setembro	209.300,00
Outubro	466.795,00
Novembro	214.780,00
Dezembro	347.304,00
Total	3.471.589,00
Média Mensal	289.299,00

ANEXO I

CENTRO ESTADUAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DESPESAS DE DIVULGAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Mês	Valor
Janeiro	939.128,00
Fevereiro	920.445,00
Março	2.050.490,00
Abril	769.385,00
Maior	925.489,00
Junho	472.440,00
Julho	837.525,00
Agosto	639.480,00
Setembro	801.618,00
Outubro	925.608,00
Novembro	589.520,00
Dezembro	997.535,00
Total	10.868.663,00
Média Mensal	905.722,00

ANEXO II

APROVEITAMENTO DO BOLETIM

NOS ANOS DE 1978 e 1979

mês	1978	CMS
Janeiro	5.995	
Fevereiro	4.576	
Março	7.009	
Abril	7.158	
Maio	9.036	
Junho	9.455	
Julho	8.973	
Agosto	10.373	
Setembro	5.577	
Outubro	5.372	
Novembro	4.002	
Dezembro	3.945	
Total	71.481	

mês	1979	CMS
Janeiro	9.622	
Fevereiro	5.774	
Março	7.810	
Abril	6.149	
Maio	6.070	
Junho	6.350	
Julho	9.280	
Agosto	8.057	
Setembro	8.169	
Outubro	7.891	
Novembro	7.323	
Dezembro	6.595	
Total	89.090	

FOTOGRAFIAS PRODUZIDAS
DURANTE O ANO DE 1979

D E S T I N O			
Mês	Boletim e ou Arquivo	Diário Oficial	Total
Janeiro	464	—	464
Fevereiro	413	—	413
Março	537	—	537
Abril	179	—	179
Maio	381	—	381
Junho	292	—	292
Julho	357	—	357
Agosto	337	—	337
Setembro	503	154	657
Outubro	340	112	452
Novembro	198	75	273
Dezembro	139	26	165
Totais	4.140	367	4.507

1100 — Governadoria do Estado
1106 — Secretaria de Estado Extraordinária da Comunicação Social

RESTOS A PAGAR

— 1979 —

ATIVIDADE: — 1106.05070232.011

R E S U M O

ELEMENTO DA DESPESA

3.1.1.1.01 — Vencimentos e Vantagens Fixas	63.265,79
3.1.1.1.02 — Despesas Variáveis	3.733,11
3.1.1.3 — Obrigações Patrimoniais	12.741,09
3.1.2.0 — Material de Consumo	112.250,04
3.1.3.1 — Remuneração de Serviços Pessoais	14.565,00
3.1.3.2 — Outros Serviços e Encargos	1.604.830,21
T o t a i s	1.811.385,24

(Hum Milhão, Oitocentos e Onze Mil, Trezentos e Oitenta e Cinco Cruzeiros e Vinte e Quatro Centavos).

ANEXO VII

ANEXO III

1100 - GOVERNADORIA DO ESTADO
1106 - SECRETARIA DE ESTADO EXTRAORDINÁRIA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXERCÍCIO DE 1979

EM CR\$ 1,00

CODIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	REDUÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA REALIZADA	S A L D O
3.1.1.1.1.01	3.300.000	670.000	-	3.970.000	3.962.471	7.529
3.1.1.1.1.02	336.000	-	160.000	176.000	170.434	5.566
3.1.1.1.3.00	150.000	-	-	150.000	104.499	45.501
3.1.2.0.00	460.000	-	-	460.000	430.652	29.348
3.1.3.1.00	300.000	-	100.000	200.000	158.080	41.920
3.1.3.2.00	16.820.000	-	-	16.820.000	16.411.082	408.918
3.1.9.2.00	7.000	-	-	7.000	-	7.000
3.2.5.3.00	26.000	1.000	-	27.000	26.876	124
3.2.9.2.00	1.000	-	-	1.000	-	1.000
4.1.2.0.00	600.000	-	550.000	50.000	11.160	38.840
T O T A I S	22.000.000	671.000	810.000	21.861.000	21.275.254	585.746

ANEXO V

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

A idéia de que o planejamento é a panacéia que pode resolver todos os problemas da economia e da sociedade já foi bastante difundida no Brasil. A introdução da prática de planejamento no mundo ocidental, assim como a sua evolução no Brasil, a partir da II Guerra Mundial, também já é bem conhecida.

O que se torna certamente recente é a problemática da convivência do planejamento com o regime democrático, onde se passa a perceber que ele não é a panacéia e que, como um processo eminentemente político, deve incorporar as aspirações da sociedade civil, transformando-as em objetivos fundamentais da ação do Setor Público.

Num país de economia mista, onde o Estado assume papel fundamental como catalizador do processo de acumulação do capital, torna-se óbvia a importância do planejamento. É ele o instrumento que deve ser manipulado para redirecionar os fluxos do capital em favor dos indivíduos, dos setores e dos espaços desfavorecidos. É ele que deve, enquanto processo político dinâmico, estimular ações que possam maximizar as disponibilidades de fatores de produção em busca da soberania nacional.

Justamente por ser um instrumento de política importante, o planejamento não pode mais ser encarado como fim em si mesmo, como se existisse apenas para viabilizar uma ordem tecnocrática. Como instrumento, ele não pode deixar de pelo menos tentar incorporar as aspirações da população.

Por isso, é preciso que o **Sistema Estadual de Planejamento** procure uma postura baseada num planejamento participativo.

Sabe-se que todo o planejamento supõe certa abstração da realidade. No mapa urbano, por exemplo, a complexa realidade de uma cidade fica reduzida a uma folha de papel. As ruas se transformam em traços elegantes. As zonas industriais, comerciais e habitacionais, num bonito jogo de cores. Engarrafamentos ficam registrados nos mapas sobre fluxo de trânsito, com um traço maior, inocente e inofensivo.

Quanto mais abrangente for um plano, maior será o seu grau de abstração. Na planificação demográfica, por exemplo, o nascimento de um filho, a morte de um irmão são números que, junto com milhares de outros nascimentos e falecimentos, determinam as taxas de crescimento da população. A nível individual e familiar, são eventos decisivos que podem modificar o curso de uma vida.

O próprio planejador vive diariamente a distância entre as neutras médias estatísticas do seu trabalho profissional e a contrastante realidade da vida; problemas de trânsito, infra-estrutura carente, desentendimentos com vizinhos ou desânimo diante da prepotência dos poderosos que especulam, a despeito de planos feitos e do interesse público.

O produto final do planejamento tem sido um relatório, com gráficos, mapas e tabelas. Para influir sobre a realidade, o relatório precisa ser adotado pelos Poderes **Legislativo e Executivo**, a nível municipal, estadual e federal e pelos órgãos responsáveis de infra-estrutura. Um relatório que, se não for adotado, servirá apenas para ser depositado em bibliotecas especializadas.

Mesmo adotado, um plano ainda não venceu. Resta-lhe ainda ser executado, o que necessita de financiamento, em competição com outras obras e, muitas vezes, contra a oposição ativa de interesses particulares que costumam ser fortes.

Face a esta problemática, é grande a tentação para o planejador de contentar-se apenas em produzir planos bonitos, sem preocupar-se com a sua implementação. Perigo este tanto maior que a sobrevivência do planejador não costuma ser ligada à execução dos seus planos. Por exemplo, se um planejador erra no cálculo da altura que irão alcançar as águas de uma barragem, mudar-se-á o plano depois de constatado o erro. Mas, o agricultor, instalado nas margens da barragem, perderá

a sua colheita, os investimentos em material de irrigação, suas terras, a casa, e às vezes, até a vida.

Na ausência de relação direta com o resultado dos seus trabalhos, o planejador se assemelha aos funcionários públicos, que, também, não costumam depender para sua carreira profissional e renda, da eficiência da sua produção. Daí a atenção de contentar-se com um planejamento de gabinete, produzindo relatórios para serem engavetados.

Mas, não é esta a postura do Sistema Estadual de Planejamento. As contradições inerentes a todo planejamento ele não poderá escapar. Não poderá escapar ao contraponto real com o ideal, do plano bem feito com a dificuldade de implantação.

Poderá, entretanto, lutar contra a tentação de um planejamento desligado da realidade, reservado aos técnicos. Poderá ir ao campo, ao encontro do cidadão granítico. Poderá ir ao campo, ao encontro do cidadão grande e pequeno. Poderá informar-se e informar os outros, para criar maior consciência dos problemas que afetam a coletividade. Numa só palavra: poderá/deverá praticar um planejamento participativo.

A consolidação do processo do planejamento deve implicar uma série de pactos que necessariamente se reverterão em benefício da sociedade como um todo.

Isto torna-se tão mais essencial, quanto mais o Sistema Estadual de Planejamento vincular-se às propostas governamentais deste quadriênio.

Com efeito, o documento Diretrizes para a Ação Integrada, do Governo do Espírito Santo para o período 1979/83 é resultante de uma visão da realidade que procura incorporar as aspirações da população, explicitando os objetivos que o Governo vai procurar alcançar nos quatro anos iniciados a 15.03.79, através de uma estratégia que leve à ação regional e à participação social.

Trata-se de um documento que consolida objetivos de cunho eminentemente político, reflexos de uma postura do governante sobre o Espírito Santo, com seus problemas e suas potencialidades. Ele é resultante do momento político nacional, propício à conjunção de esforços no sentido de pautar a atuação do Setor Público pelos interesses predominantes no seio da Sociedade Civil.

Tendo em vista as aspirações e a cultura da população do Espírito Santo percebidas sob a dinâmica da história e sob a intenção deliberada de construir um projeto compatível com as peculiaridades e potencialidades estaduais, os objetivos-síntese do Governo — que motearão a ação do Sistema Estadual de Planejamento — estarão calcados na busca da identidade Estadual e do Equilíbrio Social.

A identidade Estadual poderá ser obtida pela mobilização da população, em torno de um objetivo comum, pela valorização do Espírito Santo enquanto espaço que procura um projeto de desenvolvimento compatível com suas potencialidades e com as necessidades nacionais. Pode ser obtida, essencialmente, se o Poder Público conscientizar-se da perspectiva que se abre quando toda a sociedade luta juntamente com o Governo pela consolidação de um projeto próprio, identificado com a necessidade de disseminar a integração social, econômica, política e cultural das pessoas no espaço através da história.

Por sua vez, o **Equilíbrio Social** é condição essencial para a consecução da identidade estadual, na medida em que o agravamento das desigualdades resultantes de um processo de subdesenvolvimento desta ordem desmobiliza grande parcela da população, exacerbando a incredulidade e a desesperança. Marginalizados do processo produtivo e das resultantes do crescimento econômico, os homens não se fixam em sua terra e com ela não assumem compromissos.

Para viabilizar tais objetivos, a ação governamental estará calcada numa estratégia que leve à **Participação**

Social e à Ação Regional, conforme explicitado nas Diretrizes para a Ação Integrada.

A Participação Social deve ser entendida como uma forma de valorização do homem capixaba, do estabelecimento de condições que proficiem o bem-estar a melhores condições na qualidade de vida de toda a população.

Operacionalmente falando, significa que o Governo deverá atuar de forma impassível e coerente, prioritariamente naqueles setores que atendam as aspirações básicas da população e que sejam identificadas como carências e deficiências, no campo econômico, social ou cultural do Estado.

É preciso que o Governo Estadual identifique formas de detecção dessas aspirações e, por outro lado, acione a máquina governamental para respondê-las.

A Ação Regional é proposta, então, como uma estratégia do Governo capaz não só de dar maior racionalidade à ação governamental, na medida em que ela procura, por exemplo, a curto prazo, um processo de regionalização. Ela é capaz não só de promover esta descentralização e, portanto, de ampliar as bases do Governo no que tange a aglização da máquina burocrática. A sua finalidade é, também, a de levar o Governo mais para perto das comunidades interioranas, tornando-o mais acessível à população. Essa proximidade propiciará, necessariamente, não só envolvimento mas também um comprometimento maior entre o Governo e as populações que vivem no interior.

O Governo se faz presente e assume novas posições no interior. O Governo sai de Vitória para todo o Espírito Santo.

A Ação Regional traz, então, em seu bojo uma forma nova e atual de governar, compatível com as exigências de uma moderna administração.

Integra uma postura de Governo que servirá como marco referencial à atuação do Sistema Estadual de Planejamento.

É necessário que o planejamento jamais deixe de ser encarado como um instrumento político a serviço do projeto de civilização que se está construindo e se espera construir no Espírito Santo.

Já foi mencionado anteriormente que a experiência brasileira neste campo levou à mistificação do planejamento, como se ele fosse o fim a ser alcançado para a consecução do crescimento econômico e do bem-estar social. Fruto de uma visão racionalista da história, esta concepção imaginava que a econometria e os processos (semelhantes) da lógica cartesiana pudessem manipular a dialética sócio-política e, assim, realizar plenamente as aspirações da sociedade. Esquecia-se que o homem ainda não foi robotizado.

O planejamento é um processo eminentemente político que se concretiza dinamicamente ao longo do tempo a fim de instrumentalizar a ação governamental.

É uma atividade que procura maximizar a ação do Setor Público, no sentido de buscar formas de convivência com a escassez. Como tal, ele não embute qualquer conotação de envolvimento com a futurologia e sim, com a futuridade das presentes decisões. A partir daí, a problemática assume uma dimensão não muito contemplada até hoje, qual seja: não perguntar o que o planejador deve pensar para amanhã, mas sim, o que ele deve fazer hoje para a incerteza do amanhã.

Também é preciso enfatizar que uma maior incorporação da Visão Sistêmica ao processo do planejamento torna-se vital para a consolidação do próprio Sistema Estadual de Planejamento. Esse, deve ser, cada vez mais, encarado sob o prisma dos sistemas, tendo em vista a necessidade de atuação sobre todo o espaço estadual.

O esforço do planejamento deve ser encarado como uma tarefa inerente a todo o Setor Público, e não somente à Secretaria de Planejamento propriamente dita. Assim, o Sistema Estadual de Planejamento, conforme já vem sendo explicitado, é representado pela Secretaria

de Estado do Planejamento, pelos órgãos a ela vinculados pelas atividades dos setores de planejamento dos demais órgãos da Administração Pública Estadual.

Certamente, uma das maiores tarefas da Secretaria do Planejamento — órgão central do Sistema — para os próximos anos será a de consolidar esta Visão Sistêmica do processo. Exercendo a sua atividade maior de coordenação da ação governamental planejada, ela terá que entender e mostrar que a função do planejamento precisa ser assumida por todos os outros órgãos do Governo, sob sua coordenação. Neste sentido, o seu papel é de enunciação das diretrizes governamentais, de consolidação de programas, de adaptação do planejamento aos recursos disponíveis, de modernização administrativa, de ação regional e de capacitação de recursos humanos.

Um dos princípios básicos que tem permeado a atuação do Sistema e do seu órgão central, é o que os recursos humanos locais devem ser permanentemente utilizados e valorizados.

O Governo tem manifestado, desde o anúncio dos seus principais assessores, a intenção deliberada de trabalhar com capixabas, entendendo-se como tal tanto as pessoas nascidas no Espírito Santo, quanto aquelas que a ele estão ligadas pelos laços fortes da integração cultural.

Segundo a postura do Governo, uma das tarefas mais importantes reservada ao Sistema Estadual de Planejamento não é somente a de produzir e acompanhar os planos, programas projetos e estudos segundo a natural demanda do Setor Público. O fundamental e permanente, é o fato de que ele vai formar e especializar equipes que possam pensar o Espírito Santo dentro de uma visão global e, principalmente, dialética. Um Estado periférico e dependente que se prepara para integrar-se no contexto desenvolvimentista brasileiro e que, por isso mesmo, precisa ser estudado e pesquisado com minúcias para que, na hora do salto para o desenvolvimento, os benefícios possam fluir para os capixabas.

Este princípio básico embute a idéia de que não basta planejar o Espírito Santo. Antes de tudo, é necessário criar e consolidar uma consciência de planejamento, levando-se em consideração as necessidades, os problemas e as possibilidades do Estado. Surge a partir daí, a valorização do Espírito Santo nas propostas de desenvolvimento. Que devem ser encaradas não como um resultado de intenções bairristas ou xenóforas mas como uma consequência da necessidade de ampliação da participação local na solução dos problemas que emergem em torno do Espírito Santo.

A valorização das equipes locais fará com que seja consolidado um esquema dialético de planejamento, sob o prisma de que o que é regional deve integrar-se no que é universal, imbricando-se dialeticamente. O ver o problema, o sentir as necessidades, expectativas e anseios e o solucionar as questões, deve ser de propriedade de uma comunidade regional. Entretanto, isto não pode impedir que se adapte às peculiaridades locais, os instrumentos e o arcabouço teórico e conceitual que pertencem a uma comunidade universal. Numa só palavra: a valorização do Espírito Santo nas propostas não deve ser tal que se esqueça o espaço científico universal.

Na prática, o planejamento se efetiva pelas funções de:

- a) Assessoramento: quando estabelece um fluxo de informações e alternativas necessárias para a tomada de decisões;
- b) Coordenação: quando estabelece um sistema participativo, que vai da elaboração de planos e programas setoriais e específicos, que buscará o atendimento às aspirações básicas da população, até a elaboração do plano global, sistematizando o controle de sua execução;
- c) Indução de Investimentos: quando estabelece a seleção de ações a serem implementadas, verificando-se que alternativas devem ser alcançadas com

o aporte dos recursos externos, já que a inversão financeira está acima da capacidade do erário público, e há necessidade de superar as restrições impostas pela escassez de recursos próprios.

Neste sentido, a consolidação do Sistema Estadual de Planejamento se faz necessária para que o Governo possa descentralizar suas ações através dos setores específicos, corrigindo as distorções existentes e promovendo o desenvolvimento de forma integrada.

Ao adotar as Diretrizes para a Ação Integrada como ideário básico da ação governamental, o Governo do Estado do Espírito Santo assumiu uma mentalidade de planejamento, não podendo agora deixar de implantar as bases operacionais capazes da execução das propostas adotadas.

Para tanto, é necessário que seja implementado o Sistema Estadual de Planejamento, uma vez que somente através da integração das ações setoriais poderá o Governo minimizar dificuldades na consecução de objetivos importantes no menor prazo possível, assegurando a execução de prioridades e coordenando as ações que possibilitem os meios necessários à realização do que foi programado.

O SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO: SUA FUNÇÃO E SUA ESTRUTURA

Institucionalizado através da Lei nº 2.993/75 e do Decreto nº 703-N/75, o Sistema Estadual de Planejamento representa um passo decisivo do Governo Estadual, no sentido de consubstanciar um instrumental capaz de configurar ações planejadas, cujo escopo é a viabilização do espaço capixaba como pólo de desenvolvimento na região sudeste.

Todo o esforço desenvolvido até agora, foi concentrado na organização, implantação e consolidação do Sistema que está integrado pelos seguintes órgãos:

- Secretaria de Estado do Planejamento (órgão central)
- Departamento Estadual de Estatística — DEE
- Fundação Jones dos Santos Neves — FJSN
- Empresa de Processamento de Dados do Estado do Esp. Santo — PRODEST
- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo — BANDES

No decorrer de 1979, as ações da Secretaria de Estado do Planejamento se voltaram para a continuidade do processo de consolidação/expansão e para a consecução dos objetivos explicitados no documento Diretrizes para a Ação Integrada, do Governo Estadual. No desenvolvimento dos programas, projetos e atividades a cargo da Secretaria de Estado do Planejamento, duas linhas distintas de ação foram utilizadas concomitantemente.

A primeira delas, se caracterizou pela institucionalização de um mecanismo extremamente ágil, de elaboração de projetos, documentos e exposição de motivos, cujo alvo foi o Governo Federal, postulando uma participação mais significativa do Espírito Santo, na divisão dos recursos nacionais, objetivando minimizar os sérios desequilíbrios regionais existentes.

Esta linha de procedimento, em que pese ter sido este o primeiro ano da atual administração, rendeu dividendos acima dos esperados, haja vista que o Espírito Santo foi o Estado, entre os seus pares, que mais recursos conseguiu junto à União, no ano de 1979.

Este mecanismo está, ainda, em fase de aperfeiçoamento. Contudo, originou o embrião de uma geração de técnicos versados na arte de compulsar estudos setoriais e habilitados na elaboração e avaliação de projetos. Ampliou o conhecimento sobre as potencialidades de desenvolvimento de áreas periféricas, em função de uma intensa programação de palestras, seminários, encontros, simpósios,

foruns de debates — dentro e fora do âmbito estadual — que contribuíram de forma significativa para exacerbar nos técnicos, a visão crítica de modo a estimular mudanças positivas na evolução do Setor Público Estadual.

A segunda linha de ação, se caracterizou por um conjunto de medidas no campo institucional, estrutural e funcional, desenvolvidas pelas várias unidades administrativas da Secretaria, portanto, de caráter permanente e com um sentido temporal mais definido.

Neste campo, grandes transformações foram introduzidas, cujos pontos principais passaremos a analisar.

AÇÃO REGIONAL

A conscientização de que a atuação isolada dos Governos Municipais é relativamente incapaz de equacionar muitos dos problemas locais, levou o Governo Estadual a definir a Ação Regional como estratégia que norteará as ações governamentais, objetivando atenuar as desigualdades intra-regionais.

A organização espacial do Estado em regiões, levará todos os órgãos integrantes do Poder Executivo Estadual a desenvolverem um planejamento integrado, ensejando melhor distribuição dos serviços públicos e privados.

É dentro desse contexto que a Ação Regional caracteriza uma forma nova e atual de governar, mais compatível com as exigências de uma moderna administração do Setor Público.

Ela será efetivada de acordo com a proposta de regionalização estadual, contida no Mapa 1, a partir da qual ser possível ao Setor Público tomar as medidas concretas que são imprescindíveis à demarcação da ação territorial. Depois de implantada e consolidada, ela representará um marco decisório fundamental para a consecução do objetivo de diminuir os desequilíbrios intra-estaduais, promovendo um desenvolvimento que possa configurar-se como agente de mudanças estruturais na sociedade capixaba.

De acordo com a organização espacial recomendada, pode-se caracterizar as regiões da seguinte forma (ver Mapa 1 e Quadro 1):

REGIÃO I

A Região I, chamada Região da Grande Vitória, agrupa 15 municípios, possui 24% da área do Estado e tem como sede a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, com a capital classificada na hierarquia final dos núcleos urbanos do Espírito Santo como centro de primeiro nível.

REGIÃO II

A Região II, chamada de Região de Colatina, é integrada por 06 municípios, possui 12% da área do Estado e tem como sede o Município de Colatina, classificado na hierarquia final como núcleo de segundo nível.

REGIÃO III

A Região III, chamada Região de Nova Venécia, é composta por 08 municípios, todos do Nordeste do Estado, possui 21% da área do Espírito Santo e tem como sede o Município de Nova Venécia, classificado como centro de terceiro nível.

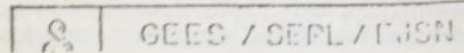
REGIÃO IV

A Região IV, chamada Região de Linhares, agrupa 04 municípios do Nordeste capixaba, todos no eixo da BR-101 Norte. Com sede no Município de Linhares, centro de terceiro nível na hierarquia estadual, ela possui 21% da área do Espírito Santo.

REGIÃO V

A Região V, chamada de Região de Cachoeiro de Itapemirim, cuja sede é o Município de Cachoeiro de Itapemirim, centro de segundo nível, é a maior de todas no que diz respeito à quantidade de municípios — um total de 20. Entretanto, devido à pequena extensão de cada um desses, ela tem 22% da área estadual e não é, portanto, maior do que as outras.

REGIONALIZAÇÃO PROPOSTA PARA O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



QUADRO I

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

	SEDE (NÍVEL)	4º NÍVEL A	4º NÍVEL B	5º NÍVEL
REGIÃO I	Vitória (19)	Vila Velha Guarapari	Afonso Cláudio Cariacica Santa Teresa	Ibiraçu Fundão Serra Santa Leopoldina Domingos Martins Viana Alfredo Chaves Anchieta Piuma
REGIÃO II	Colatina (29)	Baixo Guandu		Mantenópolis Pancas Itaguaçu Itarana
REGIÃO III	Nova Venécia (39)	Montanha Barra de São Francisco	Pinheiro Ecoporporanga	Mucurici Boa Esperança São Gabriel da Palha
REGIÃO IV	Linhares (39)	São Mateus Aracruz		Conceição da Barra
REGIÃO V	Cachoeiro de Itapemirim (29)	Castelo Guaçu Alegre Mimoso do Sul	Iúna	Iconha Rio Novo do Sul Itapemirim Presidente Kennedy Atilio Vivacqua Muqui Jerônimo Monteiro Conceição do Castelo Apiacã Bom Jesus do Norte São José do Calçado Muniz Freire Divino São Lourenço Dores do Rio Preto

PLANEJAMENTO

No momento em que novos titulares assumiram suas funções, novas ações foram propostas através do documento **Diretrizes para a Ação Integrada**. Em decorrência desse fato, surgiu a necessidade de se detalhar setorialmente, os planos e programas do novo Governo, tendo a Secretaria de Estado do Planejamento, a responsabilidade de compatibilizar estas intenções e integrá-las de maneira a evitar paralelismos e superposições de esforços, bem como de coordenar as ações entre os vários segmentos de atuação do Poder Executivo.

O setor responsável por estas atividades é o Departamento de Análises e Consolidação de Projetos, cuja função maior consiste em estabelecer uma divisão mais clara dos papéis e dos instrumentos necessários à inter-complementariedade das ações dos vários segmentos.

Outro objetivo que está presente nesta área é o de consolidar e fortalecer a capacidade técnica e administrativa do **Sistema Estadual de Planejamento**, através da implantação das Unidades Setoriais de Planejamento junto às demais Secretarias de Estado.

ORÇAMENTO

O orçamento, refletindo o plano operativo anual para as atividades do Estado, constitui-se no mais importante instrumento de planejamento.

Embora as propostas orçamentárias apareçam formalmente dentro dos requisitos exigidos pela técnica moderna, os meios pelos quais os valores da previsão de recursos são obtidos, representam um mero incremento de propostas anteriores, acrescentando-se o orçamento anterior de um valor, possivelmente a desvalorização monetária e, assim mesmo, subestimada para não aumentar demasiadamente a proposta.

Por esta razão, buscou-se, no decorrer de 1979, o restabelecimento da verdade orçamentária, na elaboração do orçamento para 1980, objetivando um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Paralelamente, os técnicos responsáveis pelas atividades de orçamento, realizaram extraordinário esforço no sentido de modernizar, agilizar e aperfeiçoar o processo de execução e controle orçamentário.

Por último, mas não menos importante, um maior controle do endividamento público foi obtido, através do aprimoramento metodológico de acompanhamento da Dívida Pública.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Entendida como um processo dinâmico e evolutivo, de caráter contínuo e permanente, as ações de Modernização Administrativa permitem ativar, atualizar e depurar objetivos pela introdução de mudanças indispensáveis ao desenvolvimento organizacional, nos campos institucional, estrutural, funcional e comportamental.

Com base nesta filosofia, todo o esforço de mudança planejada foi concentrado em projetos que permitissem aumentar a capacidade de resposta da máquina administrativa.

Essa necessidade de mudança vem, no entanto, sendo compreendida com grande diversidade de percepção na Administração Pública Estadual, ocasionando esforços e experiências com resultados bastante singelos, uma vez que se preocupa quase que exclusivamente com organogramas, criação e extinção de órgãos, e muito pouco com alterações de atitudes, hábitos, normas de conduta e filosofias de trabalho, nos vários níveis da estrutura administrativa do Estado.

Tal fato determinou a necessidade de se incluir no programa de Modernização Administrativa, projetos voltados para alterações comportamentais, cujas linhas básicas de orientação são intencionalmente divergentes do padrão vigente, na expectativa de estimular novas posturas, naturalmente coordenadas com o espírito das alterações desejadas.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

A informação tem se constituído de fundamental importância para o processo de tomada de decisões, quer a nível individual, quer a nível de organizações.

A Secretaria de Estado do Planejamento, sentindo a necessidade da informação e, consequentemente, de um Sistema de Informações para o desenvolvimento da ação governamental, incluiu no seu Plano de Trabalho, em 1979, o programa denominado **Conceção, Montagem, Implantação e Operacionalização do Sistema Estadual de Informações**.

O Sistema, além de criar condições para um melhor conhecimento da realidade, possibilitando uma atuação sobre esta, irá permitir o acesso da sociedade às informações.

Por ser de natureza extremamente complexa, este projeto será desenvolvido a médio prazo, devendo o seu período total de execução contemplar mais de um exercício. São os seguintes os seus objetivos:

- A identificação dos usuários do Sistema;
- O conhecimento das necessidades de informações dos usuários;
- O conhecimento da atual estrutura de funcionamento dos Sistemas existentes;
- A identificação dos produtos atualmente gerados pelos subsistemas;
- A viabilização da implantação do Sistema Estadual de Informações para o Estado do Espírito Santo.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Nesta área, o Departamento Estadual de Estatística vem atuando articuladamente com o Departamento de Informações Técnicas, na recuperação, obtenção, tratamento e análise de informações técnicas para subsidiar os projetos desenvolvidos no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento.

PROGRAMA DE TRABALHO — SEPL/1979

Embora as funções dos componentes do Sistema Estadual de Planejamento já estejam definidas formalmente pela Lei nº 3.043/75, foi necessário adaptá-lo ao novo momento governamental em decorrência do documento **Diretrizes para a Ação Integrada**.

Sem fugir da configuração estrutural e funcional, expressa na letra da Lei, a Secretaria de Estado do Planejamento elaborou a sua programação para o ano de 1979, dando ênfase às áreas de planejamento, orçamento, ação regional, modernização administrativa, informações técnicas, capacitação de recursos humanos para o planejamento e de estudos e pesquisas.

Encontram-se nos Quadros I a IX, o programa de trabalho por área de atuação e a posição atual de cada um dos projetos e atividades desenvolvidos em 1979.

Deve-se ressaltar que, para alguns, foram fixados prazos que extrapolaram o exercício de 1979, dadas as características e complexidades a eles inerentes.

QUADRO I

- PROGRAMA - PLANEJAMENTO

SUB-PROGRAMAS	PROJETO/ATIVIDADE	OBJETIVOS	PRODUTOS	
1 - Consolidação do Sistema Estadual de Planejamento	1.1 - Avaliação do Estágio de Implantação do Sistema Estadual de Planejamento	• avaliar funcionamento das diversas áreas de atuação do Sistema Estadual de Planejamento	• Relatórios de avaliação	○
	1.2 - Implantação das Representações Setoriais do Planejamento	Consolidar setorialmente o Sistema Estadual de Planejamento	• Implantação das Unidades de Planejamento • Planos Setoriais • Plano de Governo	◡
	1.3 - Detachamento das Diretrizes para a Ação Integrada e elaboração do Plano de Governo (80-83)	• Criar e/ou aperfeiçoar mecanismos que permitam a implantação eficiente das políticas de ação definidas pelo Governo		◡
	1.4 - Acompanhamento da Implantação do Plano de Governo	• Estabelecer um fluxo de informações que forneça periodicamente ao Governo Estadual uma visão geral do andamento do Plano de Governo	• Metodologia para acompanhamento • Relatórios de acompanhamento	◡
2 - Estudos Básicos sobre o Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo	2.1 - Situação Sócio-Econômica do Estado do Espírito Santo (1977)	• Permitir uma visão atualizada do estágio de organização da economia capixaba	• Levantamento	◡
	2.2 - Alternativas de Desenvolvimento para o Espírito Santo	• Orientar a tomada de decisão do Governo na solução dos problemas sócio-econômico do Espírito Santo, dentro de uma abordagem de longo prazo	• Monografia	◡

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
2 - Estudos Básicos sobre o Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo	2.3 - Fluxos Migratórios do Espírito Santo (1970 - 1977)	- Fornecer informações sobre os movimentos de população no ES (intra-regional e em relação a outros Estados)	- Relatório de Pesquisa
	2.4 - Êxodo e Migrações no Espírito Santo	- Subsidiar a tomada de decisão do governo visando orientar os movimentos de população e não de obra no ES.	- Monografia sobre mão de obra no ES

QUADRO III

- PROGRAMA - ORÇAMENTO

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
1 - Coordenação e Orientação do Processo Orçamentário	1.1 - Revisão do orçamento - programa de 1979 para adequá-lo às Diretrizes de Governo 1.2 - Coordenação da elaboração do orçamento-programa de 1980 e plurianual de investimentos 1980 a 1982 1.3 - Acompanhamento e controle da execução orçamentária de 1979 1.4 - Aperfeiçoamento do processo de acompanhamento da execução orçamentária	Viabilizar a implementação das "Diretrizes para a Ação Integrada" a partir do exercício de 1979. Introduzir algumas modificações na elaboração do orçamento visando: Incorporar as "Diretrizes para a Ação Integrada" ao orçamento Transformar o orçamento em instrumento que operacionalize as políticas de governo Permitir que o orçamento seja instrumento para o processo de tomada de decisões. Promover o acompanhamento e controle da execução orçamentária, no sentido de corrigir os desvios detectados durante a realização. Introduzir algumas modificações no processo de acompanhamento da execução orçamentária, visando melhorar a performance da execução mediante análise criteriosa das alterações detectadas durante a realização. Acompanhar junto com a Secretaria da Fazenda o endividamento do Estado, visando ter subsídios para previsão orçamentária de encargos e amortização da dívida pública.	• Reprogramação Orçamentária • Normas orçamentárias • Propostas orçamentárias • Legislação básica sobre o processo orçamentário • Quadro informativo sobre a execução orçamentária • Normas visando o aprimoramento dos instrumentos de controle e acompanhamento do orçamento • Quadro informativo da dívida pública
2 - Acompanhamento da Dívida do Estado	2.1 - Participar do acompanhamento do endividamento do Estado		

QUADRO IV

- PROGRAMA - AÇÃO REGIONAL

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
1 - Definição, Montagem e Operação do Sistema de Ação Regional	1.1 - Elaboração da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Espírito Santo 1.2 - Concepção e Implantação do Sistema de Ação Regional	Fornecer subsídio para a elaboração de Planos Globais e Regionais de Desenvolvimento, em consonância com as Diretrizes para a Ação Integrada. Promover a descentralização e ampliação das bases do Convênio no que tange à aplicação administrativa e a racionalização de sua ação.	Documento sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional Criação de escritórios regionais Criação de Conselhos de Desenvolvimento Regional Institucionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional Elaboração do orçamento regionalizado
2 - Articulação com os Municípios	2.1 - Capacitação de Recursos Humanos para os Sistemas de Ação Regional e de Planejamento Municipal 2.2 - Definição da metodologia e implantação do Sistema de Planejamento Municipal	Treinar recursos humanos para a implantação do sistema de ação regional e do planejamento municipal. Fixar metodologia para elaboração e montagem do sistema de planejamento municipal, bem como promover a sua implantação.	Cursos de planejamento urbano e regional Documento

QUADRO V

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
2 - Articulação com os Municípios	2.3 - Prestação de assistência técnica	Contribuir para um melhor desempenho administrativo do Poder Executivo Municipal, mediante orientação especializada nos aspectos de organização, planejamento, orçamento, finanças públicas, cadastramento fiscal e direcionamento público.	• Projetos de Leis • Projetos de Decretos • Manuais de Organização • Manuais de Serviços • Pareceres • Relatórios

QUADRO VI

- PROGRAMA - INFORMAÇÃO

SUB-PROGRAMA	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
1 - Concepção, montagem, implantação e operacionalização do sistema de informações	1.1 - Cadastro das fontes de informações 1.2 - Concepção do Sistema Estadual de Informações 1.3 - Montagem de Subsistemas	Permitir o conhecimento das fontes de informações e localização das mesmas, assim como o fluxo e qualidade dessas informações. Comandar o processo de obtenção e divulgação de informações no âmbito do Sistema de Ação Governamental Integrar os subsistemas ao Sistema Estadual de Informações, prioritariamente, serão implantados subsistemas setoriais de: - Demografia - Finanças Públicas - Indústria, Comércio e Serviços - Turismo - Recursos Humanos na Administração Pública - Informações Municipais Identificar junto aos usuários quais as informações desejadas, de acordo com as diretrizes governamentais Sistematizar a coleta, processamento, arquivo, disseminação, análise, crítica e divulgação dos dados e informações.	Cadastro das informações existentes Documento sobre a concepção do Sistema Montagem de dois subsistemas

QUADRO VII

- PROGRAMA - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
1 - Promoção e Coordenação da Ação Institucional e Estrutural	1.1.- Estudos sobre o Aparelhamento Institucional do Estado	Promover o ajustamento permanente da estrutura organizacional do Setor Público Estadual, compatibilizando os seus objetivos nos do Sistema maior em que esta situa-se; procurar formas institucionais sempre mais adequadas e eficientes para o exercício de funções mais amplas e complexas que lhe venham a ser requeridas.	• Diagnósticos • Leis • Decretos • Regulamentos • Regimentos
	1.2 - Estruturação e Coordenação do processo de Regionalização Administrativa do Governo Estadual	Promover o processo de descentralização organizacional da ação do Governo, através da estruturação e coordenação da implantação de unidades administrativas espacialmente regionalizadas.	• Estudos básicos sobre regionalização administrativa • Minutas de regulamentos e de outros atos oficiais • Manuais de organização
2 - Promoção e Coordenação da Ação Comportamental	2.1 - Preparação/ sensibilização dos recursos humanos do Setor Público Estadual para a ação de modernização administrativa	Promover ações de orientação comportamental visando sensibilizar e mobilizar a comunidade governamental com vista à conquista de apoio, superação de resistências e implantação das mudanças previstas e pretendidas no processo de Modernização Administrativa.	• Palestras • Seminários • Cursos
	2.2 - Capacitação de Recursos Humanos Setoriais para a Área de Modernização Administrativa	Capacitar equipes setoriais para atuarem como agentes de mudança; bem como, desenvolver atividades de organização e método no âmbito das Secretarias de Estado.	• Seminários • Cursos

QUADRO VIII

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
3 - Promoção e Coordenação da Ação Funcional	3.1 - Investigação, análise simplificação, padronização e racionalização de serviços administrativos	Proceder a constante análise e revisão dos procedimentos em uso na organização visando a simplificação, racionalização do aparato burocrático e a agilização do atendimento às demandas do público usuário dos serviços do governo	- Estudos de custos e eficiência - Instruções metodológicas sobre análise administrativa - Manuais de métodos
	3.2 - Estruturação do Sistema de cadastro central dos Recursos humanos da Administração Pública Estadual	- Desenvolver a metodologia básica para a, estruturação e implantação do cadastro central dos Recursos Humanos da Administração Pública Estadual - Prestar assistência técnica à SEAR na implantação do cadastro	- Documentos sobre: - Concepção básica do sistema - Metodologia de ação para as diversas etapas/fases do projeto - Instruções técnicas para a execução do projeto
	3.3 - Montagem de um Sistema de programação financeira, mensal, a nível de unidade orçamentária	Desenvolver, em articulação com a SEFA e DEA, a sistematização de procedimentos e rotinas que permitam o permanente controle e programação da utilização e desembolso dos recursos financeiros do Setor Público Estadual	Minutas de Decretos Manuais de instruções e formulários
	3.4 - Proposição de medidas administrativas voltadas para a contenção de gastos públicos	Promover controle dos gastos públicos, através da investigação e identificação de formas de desperícios e áreas de ineficiência da ação, operacional da administração Pública Estadual	Proposições Normas

QUADRO IX

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
4 - Articulação Intergovernamental	4.1 - Apoio às atividades de assistência técnica as Prefeituras Municipais	Apoiar tecnicamente o DMY em atividades de assistência técnica às PM's na área de modernização administrativa Colaborar na definição da sistemática de assistência técnica aos Municípios, via unidades regionais.	• Visitas de orientação técnica • Instruções • Metodologia

LEGENDA

Em andamento
normal 
Concluído ... 
Paralisado ... 

Na área administrativa, várias medidas foram adotadas visando a tornar mais racional as ações e procedimentos administrativos.

1. No início do atual Governo, procurou-se conhecer os critérios que orientavam a utilização dos recursos provenientes do Convênio que a Secretaria de Estado do Planejamento mantém com a SAREM, não tendo sido possível identificá-los. Por esta razão, foi elaborado um estudo, através do qual os funcionários foram distribuídos em níveis funcionais, segundo o volume e o grau de complexidade exigidos por suas funções e responsabilidades.

A partir daí, foi possível estabelecer critérios para a suplementação de salários dos integrantes do quadro de pessoal da Secretaria de Estado do Planejamento.

2. Os setores de mecanografia e de reprodução de documentos, apresentavam um conjunto de deficiências que prejudicavam sensivelmente o desenvolvimento dos trabalhos.

Para sanar estes problemas, foram introduzidas várias modificações, através de treinamento específico, que ensejaram uma transformação substancial no que tange a aspectos de redução de gastos e padronização, bem como elevação do nível de qualidade dos trabalhos elaborados.

3. Foi implantado um sistema de controle e acompanhamento dos convênios nos quais a Secretaria de Estado do Planejamento participa como executora ou interveniente, objetivando a fiscalização e cobrança das disposições contidas nos termos, relativamente a prazos, valores e prestações de contas.

4. Dando sequência à Política de Formação de Recursos Humanos para o Sistema Estadual de Planejamento, foi promovido o recrutamento e seleção de 10 (dez) estagiários para atuarem junto às várias unidades integrantes da Secretaria de Estado do Planejamento.

5. Objetivando reduzir quanto possível os gastos públicos, foram introduzidos mecanismos internos de controle dos gastos administrativos da Secretaria, tais como telefonemas, reprodução de documentos, concessão de diárias, compra de material, gastos com combustível e outros. Tais providências ensejaram uma redução de despesas da ordem de 2/3, conforme levantamento realizado, relativamente aos gastos do último trimestre de 1978, primeiro, segundo e terceiro trimestres de 1979.

6. Em andamento, encontram-se as seguintes providências:

- Elaboração de um Manual de Procedimentos, estabelecendo fluxos e rotinas administrativas, visando a racionalizar as atividades — meio a cargo das unidades de apoio.

- Implantação do Sistema Graff, de modo a permitir o controle e acompanhamento da utilização do Fundo Especial, em termos de resultados obtidos com a aplicação dos recursos destinados aos vários órgãos da administração direta ou indireta.

- Redefinição da Política de Recursos Humanos, objetivando traçar um perfil do corpo técnico, em termos de quantidade e qualidade necessárias e suficientes para a execução dos programas, projetos e atividades a cargo da Secretaria.

Por fim, considerando ser o empresário a mola mestra do desenvolvimento e sendo esse um agente de produção escasso no Espírito Santo, oferecerá o Banco o suporte necessário para a estruturação de uma classe produtiva, estimulando elementos locais e/ou promovendo a transferência para o Estado de empresários de outras regiões.

Como medida concreta para viabilizar esta política, está sendo processado o aumento de capital do BANDES em Cr\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros), fato que elevará o limite de empréstimos naquela instituição, já que o cálculo é feito com base no capital social.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES — FJSN

FILOSOFIA DE AÇÃO

Uma filosofia entre outros elementos, pressupõe uma autonomia da organização que a detém. Pressupõe uma linha de conduta coerente, uma adesão ao conhecimento formulado e uma postura epistemológica, além de exigir alguns fatores relativos à história da organização.

Os objetivos da Fundação já foram determinados através dos seus estatutos. É uma entidade de Governo, que, como tal, está subordinada à uma política pré-estabelecida e aos condicionantes conjunturais dessa política e do sub-sistema administrativo.

Isso afasta a instituição do academicismo e a leva mais para uma concepção de Centro de Estudos Aplicados.

Tal Centro realiza trabalhos dentro de algumas condições pré-estabelecidas, e dentro de outras que serão criadas a partir do seu próprio desempenho.

- Primeiro, realiza estudos voltados para o estabelecimento de políticas governamentais explícitas no campo de Desenvolvimento Urbano e Regional.

- Segundo, desenvolve projetos que tenham compromisso direto com a comunidade e suas aspirações. Por último, realiza trabalhos emergenciais numa linha ativa mais imediata.

Dentro desse quadro, é relevante a definição e a compreensão de uma linha de trabalho, procurando-se uma coerência à luz dessa linha. Essa linha seria uma filosofia de trabalho e a organização teria que ter, então, uma filosofia de trabalho.

Numa filosofia de trabalho, observamos os seguintes fatores:

- Universalidade — todos os estudos devem procurar o vir a ser, onde todos os aspectos de um problema devem vir à luz em debate amplo. As conclusões devem ser alternativas, para serem coerentes com o espírito científico da dúvida e para a descaracterização do órgão da qualidade de super-estrutura ou super-órgão, evitando deteriorá-lo pelo exercício de funções alheias à sua essência;

- Unidade — todas as partes de um planejamento devem estar reunidas num só conjunto integrado. O pensamento do trabalho deve caracterizar o pensamento da instituição como um todo, e não o de um indivíduo ou uma aspiração técnica isolada;

- Objetividade — todo o estudo deve se desenvolver sem perder de vista o escopo que lhe deu margem;

- Economia de meios — não duplicação de meios para fins idênticos;

- Coordenação — cooperação entre os que participam;

- Disciplina intelectual — fidelidade ao propósito compreendido;

- Flexibilidade — condução de forma a assegurar a mobilidade necessária para atender as eventuais contingências.

Como se tentar assegurar isto? Uma fórmula metodológica aceitável (não uniforme para todos os estudos), seria:

- . Formulação do problema;
- . Construção das hipóteses;
- . Desenvolvimento da pesquisa e/ou estudo
- . Revisão das hipóteses (se necessário);
- . Conclusão;
- . Recomendações alternativas.

Atendendo a que:

. Todo o estudo é sistêmico — isto é, um corpo e um processo estruturados;

. Todo o estudo é lógico — isto é, a logicidade deve procurar uma validade interna, para conseguir uma validade externa;

. Todo o estudo é reducionista — dados coletados reduzem, a priori, a uma confusão de eventos e objetos individuais para melhor se entender as categorias e conceitos. Esse processo de redução lenta, transforma a realidade para uma abstração ou estado conceitual a fim de entender melhor as relações ou eventos. Dentro da linha filosófica, de que a soma das partes é maior do que o todo;

. Todo o estudo é questionável;

. Todo o estudo é transmissível;

. Todo o estudo tem, obrigatoriamente, um caráter sistêmico.

Assumiu-se que alguns princípios podem balizar os trabalhos. Entre outros estão, fundamentalmente:

. **Envolvimento** — os trabalhos, estudos e pesquisas devem sofrer um processo gradual de participação de todas as atividades e grupos organizados;

. Deve-se evitar a publicidade e a propaganda. O produto deve ser a essência da divulgação;

. Relacionamento dentro de uma metodologia tipo comunidade de base;

. O caráter emergencial não deve deixar de envolver o trabalho de equipe;

. **A metodologia do trabalho:** antes de iniciado, o mesmo deve ter o seu escopo discutido e debatido, sendo a metodologia aprovada a nível de todo o grupo.

É desejo da Fundação Jones dos Santos Neves embutir, dentro dessa filosofia de trabalho, o que a organização pensa e incorpora à sua personalidade:

. Considera-se que a instituição deve procurar a inovação acima da repetição, voltada para o desenvolvimento do Espírito Santo;

. Considera-se que a instituição deve ser um núcleo de formação de recursos humanos especializados sobre os assuntos referentes ao Espírito Santo. Para tanto, importante e que a ameaça seja caracterizada por contratos de serviços especializados com pessoas físicas, e não com pessoas jurídicas. Isto implicará, junto com a prestação de serviços, uma incorporação de "know how" necessário à própria instituição e enriquecimento dos recursos humanos disponíveis no Estado;

. Considera-se, finalmente, que a instituição deve criar uma consciência de que o Planejamento é processo, fazendo crer que esta função não tem qualquer idéia de futurologia, e sim, com a futuridade das presentes decisões.

OS QUADROS QUE SE SEGUEM

SINTETIZAM O PROGRAMA DE

TRABALHO DA FJSN DESENVOLVIDO

EM 1979

ESTUDOS E PESQUISAS

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
Estudos e Pesquisas Regionais	1.1 - Elaboração de Diagnósticos e Planos Regionais de cada uma das cinco Regiões-Programas	- Definir problemas e potencialidades das Regiões-Programas - Sugerir programas prioritários de ação para solução dos problemas regionais - Contribuir para a fixação do homem à terra, diminuindo o fluxo migratório para a Grande Vitória e para outros Estados - Dotar o Governo Estadual de um Programa de Financiamento de Lotes Rurais, visando atingir o objetivo explicitado nas Diretrizes para a Ação Integrada de "Fixar o Homem no Meio Rural"	Planos Regionais Preliminares
	1.2 - Elaboração do Programa de Financiamentos de Lotes Rurais	Contribuir para a fixação do homem à terra, diminuindo o fluxo migratório para a Grande Vitória e para outros Estados	Programa
	2.1 - Elaboração dos Planos Diretores Urbanos de Vila Velha e Cariacica	Dotar as cidades de um planejamento detalhado, com vistas a minimizar os efeitos do crescimento desordenado e ordenar o crescimento futuro	Planos Diretores
	2.2 - Implantação e acompanhamento dos Planos Diretores de Vitória e Serra	Contribuir para a implantação dos Planos Diretores, procurando corrigir, sempre que possível, os desvios registrados	- Relatório de Acompanhamento - Ordenamento Urbano
	2.3 - Implantação e acompanhamento dos Planos Diretores Intermunicipais de Alegre, Conceição da Barra e Venda Nova	Contribuir para a implantação dos Planos Diretores, procurando corrigir, sempre que possível, os desvios registrados	- Relatórios de Acompanhamento - Ordenamento Urbano
	2.4 - Detalhamento, implantação, acompanhamento e avaliação do PAITT	- Direcionar, pelos Planos já traçados, o crescimento das cidades - Dotar a Grande Vitória de um sistema de transporte condizente com a realidade atual	Propostas de Implantação
2. Apoio Técnico ao Desenvolvimento Urbano	2.5 - Elaboração do Plano Diretor dos Transportes Urbanos	Integrar o sistema de transporte urbano ao processo de planejamento, contribuindo para uma operação mais econômica dos serviços prestados à população	Plano
	2.6 - Participação na elaboração do Plano Diretor de Esgoto Sanitário e Pluvial	Participar da elaboração do Plano Diretor de Esgoto Sanitário e Pluvial, que visa dotar a Grande Vitória de um sistema eficiente de captação e tratamento de esgotos sanitários e águas pluviais	Reuniões

SUB-PROGRAMAS	PROJETOS/ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
	2.7 - Cadastramento dos assentamentos urbanos subnormais da Grande Vitória	• Possibilitar a intervenção planejada nos assentamentos urbanos subnormais • Conseguir recursos federais e externos para a intervenção nos assentamentos urbanos subnormais	• Cadastro
	2.8 - Acompanhar a intervenção no assentamento Maria Ortiz	• Possibilitar a execução do projeto de acordo com o que foi planejado, permitindo a participação popular na solução dos seus problemas	• Relatórios de Acompanhamento
	2.9 - Participação no Programa CURA/PROFILURB para os assentamentos urbanos subnormais de Vitória	• Participar da elaboração do Programa CURA/PROFILURB para atuar junto aos assentamentos urbanos subnormais de Vitória	• Reuniões
	2.10 - Elaboração do projeto de recuperação da Igreja dos Reis Mojos	• Contribuir para a preservação do Patrimônio Histórico Nacional, dando ao monumento condições de uso compatíveis	• Projeto
	2.11 - Elaboração do projeto de urbanização da Praça Misael Pena	• Possibilitar à Prefeitura Municipal de Vitória o aproveitamento urbanístico da Praça Misael Pena, transformando-a em área de lazer	• Projeto
	2.12 - Elaboração do projeto de urbanização da Rua Duque de Caxias	• Possibilitar à Prefeitura Municipal de Vitória a urbanização de uma das ruas centrais da cidade, transformando-a em área de lazer	• Projeto
	3.1 - Estudo, localização e Dimensão das Unidades Escolares de 1º Grau, na Área da Grande Vitória	• Contribuir para uma melhor localização das Unidades Escolares na Área da Grande Vitória	• Estudo

3. Especiais

**EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
— PRODEST**

Sob a ótica da visão sistêmica da Lei nº 3.043, a PRODEST foi acionada para ocupar definitivamente o espaço que lhe está reservado no Sistema Estadual de Planejamento.

Com efeito, a referida Lei prevê que todas as informações técnicas de uso correntes na administração direta, sob a forma de estatística, indicadores, cadastros econômicos, anuários, ficarão sob o comando da Secretaria de Estado do Planejamento, que se encarregará de uniformizá-las e divulgá-las sistematicamente entre os órgãos interessados.

Em função disso, tem-se a pretensão de que a PRODEST, já a partir de 1980, possa acionar uma nova estrutura de processamento de dados, possibilitada pela finalização de sua sede própria e pela implantação do novo computador B-6.700, a serviço dos objetivos que lhe são destinados.

Principalmente, espera-se que ela colabore efetivamente no processo de racionalização da máquina arrecadadora estadual; no cadastramento sistemático dos recursos humanos da administração pública direta e indireta; e no processamento das informações econômicas, sociais e gerenciais integrantes do Sistema Estadual de Informações para as decisões governamentais (portanto, para o planejamento) e para a sociedade, sob a perspectiva da democratização das informações.

A Secretaria de Estado do Planejamento, mobilizou e mobilizará recursos financeiros para apoiar a instituição, a fim de tornar factível a consecução desses objetivos.

ÓRGÃOS VINCULADOS A SEPLAN

**BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO
SANTO — BANDES**

Os objetivos gerais da ação do BANDES para o período de 1978/83 compreendem basicamente:

Continuidade de apoio às atividades econômicas tradicionais e identificação apropriação de oportunidades de investimentos em segmentos dinâmicos;

Contribuição para a melhoria da distribuição especial e social da renda;

Desenvolvimento de uma classe empresarial local.

Quanto ao primeiro objetivo, o Banco, como elemento de ligação entre os propósitos do Governo e as aspirações do empresariado privado, procurou mobilizar e alocar recursos de forma a imprimir maior dinamismo à economia local, seja através de apoio a novos empreendimentos ou em suporte aos já existentes. Ademais, intensificou esforços no sentido de identificar oportunidades dinâmicas lastreadas nos projetos de impacto implantados ou em fase de implantação.

Por outro lado, procurou orientar suas aplicações no sentido de amenizar as disparidades regionais da renda, canalizando recursos para todas as áreas do território capixaba, conforme as potencialidades de cada uma. Dando continuidade a esta política, o BANDES, em 1980, deverá aportar parcela substancial de recursos naquelas atividades que contribuam para o esforço de redistribuição da riqueza.

Concomitantemente, definir uma política de remuneração coerente com o nível, volume e grau de complexidade das funções e atividades técnico-científicas e definição da Política de Formação de Recursos Humanos para o Planejamento, através da programação de cursos de curta, média e longa duração.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Se o Estado do Espírito Santo, nos exercícios anteriores, atravessou fases de grande dificuldade financeira, fruto de uma conjuntura que transcende ao território nacional, o exercício de 1979 caracterizou-se pelo agravamento dessas dificuldades já que, somando-se aos elevados compromissos com despesas de pessoal, teve o Estado que atender a pagamentos com obras iniciadas na administração precedente e, principalmente, a pagamentos de dívidas bancárias contraídas em administrações anteriores, com vencimentos programados a partir de março de 1979.

Sofreu, ainda, o Estado o impacto causado pelas catastróficas chuvas de janeiro e fevereiro do ano passado, que atingiram todo seu território, afetando profundamente sua economia e, por via de consequência, suas finanças, cuja repercussão ainda se faz sentir nas áreas de produção agrícola e nos dois grandes centros comerciais constituídos pelos Municípios de Colatina e de Linhares.

Aliás a esses fatores negativos, outros, com a política de desaquecimento no desenvolvimento do País, a restrição ao transporte rodoviário e ao uso de óleo combustível pelas indústrias, a supressão dos auxílios emergenciais da União (transferências a Fundo Perdido) com que os Estados foram beneficiados no período de 1974/1978 e a impossibilidade de obtenção de novos empréstimos, por ter-se esgotado a capacidade legal de endividamento a longo prazo, vieram contribuir para que o ano de 1979 se destacasse, efetivamente, como o mais difícil destes dois últimos decênios.

Diante dessa situação, não teve a SEFA outra alternativa senão a de enfrentar os problemas à medida que surgiam, numa política de sobrevivência, não aconselhável em termos de ortodoxia administrativa, mas a única compatível com a emergência, a única que se apresentava possível para evitar a insolvência total do Estado.

Como medidas de adoção, imediata, dentro das linhas de ação preconizadas pela situação revelada, a SEFA deu início, a partir de março/79, a uma intensa fiscalização dos contribuintes do ICM, com o objetivo de combater a sonegação e melhorar a receita própria Estadual.

DIAGNÓSTICO

Malgrado a dificuldade da situação, para consecução de seus objetivos específicos, a SEFA adotou como linhas de atuação as diretrizes para ação plurianual 1979/83, constantes do documento "Diretrizes Para Ação Integrada" que consolida o programa da atual administração governamental, assim definidas:

- Aperfeiçoar o sistema arrecadador;
- Controlar a capacidade de endividamento;
- Controlar e fiscalizar a gestão dos fundos especiais;
- Melhorar a execução da contabilidade geral do Estado;
- Implantar o sistema de controle e análise de custo e
- Consolidar o sistema financeiro.

Para a escolha das primeiras metas a serem abordadas, tornou-se necessário um diagnóstico dos pontos críticos da área fazendária. As deficiências mais flagrantes consistem em:

- Deficiência de recursos humanos qualificados;
- Espaço físico insuficiente, principalmente da Coordenação da Administração Tributária;
- Má alocação de pessoal na CAT;
- Estrutura inadequada da CAT;
- Ausência de assessoria na área financeira;
- Morosidade na conclusão do processo fiscal;

- Não execução da cobrança judicial de débitos fiscais;
- Pouco empenho na execução de funções administrativas;
- Excessiva centralização administrativa;
- Processamento e distribuição de trabalho por métodos superados;
- Ausência de planejamento;
- Pouca utilização de recursos tecnológicos atualizados.

MEDIDAS ADOTADAS

Dos pontos críticos detectados, nas áreas das Administrações Tributária e Financeira, nem todos puderam ser solucionados e alguns sequer foram abordados, por razões que vão desde a complexidade que os envolve até a falta de recursos financeiros e de recursos humanos.

Além da ativação do funcionamento normal dos respectivos órgãos, providências foram adotadas para solução dos problemas, destacando-se:

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 1) Novas instalações fiscais para as Delegacias Regionais de Vitória e de Colatina, e para as Agências da Fazenda Estadual de São Gabriel da Palha, Itarana, Serra, Anchietá, Alfredo Chaves, Iconha, Muqui, Jardim América, Mimoso do Sul, Apicá, Domingos Martins, Iúna, Vila Velha;
- 2) projeto de instalação e reinstalação de Postos Fiscais, tendo sido já contratada a construção de cinquenta unidades;
- 3) solicitação (já atendida e em desenvolvimento) à Secretaria de Estado de Planejamento para que seu Departamento de Modernização Administrativa efetuasse pesquisa, diagnóstico e proposição de solução, a partir da realidade da Coordenação de Administração Tributária, para uma efetiva reforma administrativa desse órgão, cuja estrutura organizacional e cujos recursos humanos e métodos de trabalho, não lhe permitem executar com a necessária eficiência suas atribuições nem atingir suas finalidades;
- 4) estudo e projeto para melhor distribuição dos funcionários da arrecadação e da fiscalização pelas Regiões Fiscais, cuja execução depende da efetivação das promoções dos atuais ocupantes de cargos no Quadro do Fisco, nos termos da Lei nº 3.128, de 28.06.67;
- 5) planejamento e programação da ação fiscal, com coleta de informações necessárias à escolha das firmas a serem fiscalizadas;
- 6) dinamização da fiscalização, com atenção especial para as fronteiras do Estado e para as mercadorias em trânsito, restabelecendo-se o respeito ao trabalho do fisco e dando-se apoio integral a sua autoridade, cujos resultados diretos representam um aumento de 183% na receita arrecadada por ação fiscal:

1977 —	Cr\$ 040.442.937,94	— 100
1978 —	Cr\$ 046.997.857,07	— 116 — 100
1979 —	Cr\$ 133.049.114,61	— 328 — 283

7) reformulação no sistema de avaliação de bens imóveis para efeito de cobrança do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, abrangendo os Municípios de Vitória, Cariacica, Serra, Vila Velha e Guarapari, o que proporcionou excelentes resultados na cobrança desse tributo;

8) retorno do processamento de apuração da receita e de informações econômico-fiscais através do Prodest, com reformulação dos documentos de arrecadação pela rede bancária (DARES) e de arrecadação pela rede própria (DARPS); tendo sido reprogramados os relatórios a serem fornecidos pelo Prodest. O total funciona-

mento do sistema de informações econômico-fiscais só será possível após a instalação do novo computador do Prodest e do terminal de processamento na SEFA.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1) Criação de Assessoria Financeira com a finalidade de fornecer ao titular da SEFA as informações necessárias à tomada de decisões na execução da política financeira, tais como:

- Projeção da receita no período de 1979/82;
- Elaboração de fluxos de caixa;

— Acompanhamento e controle da dívida fundada interna e externa (Administração direta e indireta);

— Análises dos demonstrativos de fontes e aplicações de recursos mensais;

2) instituição do Sistema de Programação Financeira (decreto nº 1.366-N, de 1979), através do regulamento da Comissão de Programação Financeira, com a finalidade de fixar, liberar e repassar os recursos do Tesouro Estadual;

3) contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) através do Prodest, para pesquisa, diagnóstico e projeção dos procedimentos, formulários, plano de contas, padronização dos registros, etc., com a finalidade de implantação da contabilidade pública estadual por processamento eletrônico.

COMPORTAMENTO DA RECEITA

As principais fontes de recursos com que conta o Estado para o atendimento de suas despesas de custeio e despesas de capital são provenientes da renda tributária e das transferências de fundos da UNIAO, que representam mais de 95% (noventa e cinco por cento) do total da receita fixada.

Durante o triênio, assim se comportou a arrecadação daquelas fontes:

QUADRO I

Exercícios	Rendas	Fundos	TOTAL
	Tributária	Federais	
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1977	1.225.000.000	366.000.000	1.592.000.000
1978	2.049.000.000	384.000.000	2.433.000.000
1979	3.656.000.000	588.000.000	4.244.000.000

Na renda tributária constante da tabela acima está computado o ICM-FUNDAP, cujo produto é vinculado, em quase seu limite total, à concessão de empréstimos aos respectivos mutuários, pouco restando para atendimento dos gastos da administração Estadual.

Os dados do quadro I podem ser assim expressos através de índices percentuais, em relação ao ano anterior:

QUADRO II

Exercícios	Rendas	Fundos	TOTAL
	Tributária	Federais	
1977	+ 53,38%	+ 73,80%	+ 57,62%
1978	+ 67,22%	+ 4,69%	+ 52,80%
1979	+ 78,43%	+ 53,10%	+ 74,43%

Como foi dito, nos dados acima está computada a arrecadação da ICM-FUNDAP, resultante de importações feitas do exterior, arrecadação com a qual o Governo não conta para fazer face a seus gastos administrativos, uma vez que a mesma retorna às firmas integrantes do sistema sob a forma de financiamentos. Assim, a verdadeira posição da arrecadação do Estado deve ser analisada com exclusão de ICM-FUNDAP, do que resulta a seguinte tabela:

QUADRO III

Exercícios	Renda Tributária	Fundos	TOTAL
	(exclusive ICM FUNDAP)	Federais	
1977	1.092.000.000	366.000.000	1.459.000.000
1978	1.784.000.000	384.000.000	2.168.000.000
1979	2.328.000.000	588.000.000	3.069.000.000

Os dados acima podem ser assim representados através de índices percentuais, em relação ao ano anterior:

QUADRO IV

Exercícios	Renda Tributária	Fundos	TOTAL
	(exclusive ICM FUNDAP)	Federais	
1977	+ 60,61%	+ 73,80%	+ 63,75%
1978	+ 63,36%	+ 4,69%	+ 48,60%
1979	+ 30,00%	+ 53,10%	+ 41,58%

O quadro IV registra, ao mesmo tempo, uma redução muito forte na participação dos fundos federais em 1978 e uma expansão de 63% na receita tributária líquida. Durante o período de 1979 houve um crescimento na receita líquida (arrecadação líquida de ICM-FUNDAP) de 30% em relação a 1978. A participação dos recursos federais aumentou em 53% no período.

Uma comparação entre os quadros II e IV evidencia o peso exercido pelos recursos que são dirigidos ao FUNDAP. Em 1979 a arrecadação, inclusive FUNDAP, atingiu a Cr\$ 3.656.000.000,00, mas, excluído esse Fundo, desceu para Cr\$ 2.328.000.000,00, ou seja um decréscimo de 36%.

RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária do Estado é constituída do imposto sobre circulação de mercadorias, imposto sobre a transmissão de bens móveis e taxas. Durante o triênio, assim se comportou a arrecadação:

QUADRO V

Exercício	ICM	Outros Tributos	Total	Participação	
				ICM	Outros
1977	1.165.000.000	60.000.000	1.225.000.000	95,14%	4,86%
1978	1.950.000.000	98.000.000	2.049.000.000	95,20%	4,80%
1979	3.503.000.000	152.000.000	3.656.000.000	95,83%	4,17%

Pode-se perceber, a partir do quadro V, a importância do ICM na composição da receita tributária do Estado. Durante todo o período considerado, coube ao ICM mais de 95% na arrecadação como um todo. E' em virtude disso que esta Administração tem procurado agir no sentido de dinamizar o processo de arrecadação do ICM. De uma lado procuramos acelerar a arrecadação; de outro, envidamos todos os esforços no sentido de reduzir os impactos da sonegação.

PARTICIPAÇÃO DO CAFÉ NA ARRECADAÇÃO DO ICM

A contribuição do café para a arrecadação do ICM é de fundamental importância. De uma participação de 10,09% em 1974, elevou-se a 27,20% em 1978, caindo para 22,58% em 1979. Nesse período foi a seguinte sua contribuição:

QUADRO VI

Exercício	ICM arrecadado (exclusive o ICM FUNDAP)	Participação do Café	%
1977	1.092.000.000	208.000.000	19,11
1978	1.784.000.000	485.000.000	27,20
1979	2.328.000.000	519.000.000	22,58

As perspectivas futuras de participação do café na arrecadação do ICM são as mais promissoras, tomando-se por base a seguinte previsão das safras 74/75 a 78/79, aprovadas pelo IBC.

QUADRO VII

	Nº de sacas
1976/77	1.500.000
1977/78	1.200.000
1978/79	1.800.000
1979/80	2.800.000

Segundo a previsão acima, a safra 78/79, cuja comercialização somente tem início a partir de abril de cada ano, deveria exceder em 92% a anterior. Se tivesse sido concretizada previsão do IBC, teríamos recebido em 1979, ICM sobre mais 1.100.000 sacas do produto o que, a prevaleceram as mesmas condições e preço da safra anterior, o ICM gerado pelo café ter-se-ia elevado de 485 para 900 milhões de cruzeiros em 1979.

Como mostra o quadro VII, no entanto, as previsões não se cumpriram e o Estado obteve, com o ICM do café, uma arrecadação 43% menor do que a esperada.

Não obstante a conjuntura adversa que afetou a safra do café, o Estado conseguiu posicionar-se no terceiro lugar de maior índice de arrecadação de ICM em todo o país, com um aumento real de 17% em relação a 1978.

GERAÇÃO DO ICM SEGUNDO OS SETORES DO PRODUTO

A geração de ICM segundo o PIB do Estado, no triênio 1976/1978, assim se apresentou, percentualmente:

	1976	1977	1978	1979
Setor Primário . . .	29%	27%	30%	30%
Setor Secundário . . .	18%	19%	18%	12%
Setor Terciário . . .	53%	54%	52%	58%

Como sabido, o setor secundário correspondente à indústria manufatureira fabril. Os baixos índices demonstram que a base da economia do Estado, no que diz respeito ao ICM, se concentra nos setores primário e terciário (serviços) que contribuíram com mais de 80% na geração do ICM.

Mesmo considerando que a posição de 1979 só incorporados até o mês de setembro, cabe ressaltar o crescimento na participação do Setor Terciário às custas de uma perda relativa no setor secundário, cuja participação caiu em 4 pontos percentuais.

Essa composição na geração de ICM, coloca o Estado em posição de vulnerabilidade, haja vista a grande volatilidade das presões agrícolas e a sensibilidade elevada do setor serviços a quaisquer oscilações no desempenho do comércio e de mais serviços. Seria altamente desejável para o Espírito Santo uma elevação no produto industrial. Acompanhado da introdução de melhores técnicas agrícolas (o que viria estabilizar bem mais o produto agrícola), o incremento da indústria colocaria as previsões de ICM em patamares mais confiáveis.

A elevada dependência do ICM em relação ao setor terciário precisaria ser, gradativamente, reduzida em benefício de uma base tributária mais equilibrada no futuro.

FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO

Por força de disposição constitucional, o Estado recebe transferências da União sob os títulos "Fundo de Participação de Estados e Municípios" (FPE) e "Fundo Especial" (FE). Durante o quadriênio 1975/78, tais transferências alcançaram as seguintes cifras:

QUADRO VIII

Exercícios	F.P.E.	F.E.	Total
1977	256.000.000	102.000.000	358.000.000
1978	229.000.000	154.000.000	384.000.000
1979	355.000.000	232.000.000	588.000.000

As transferências à conta do "FE" teriam que ser integralmente aplicadas em despesas de capital e igual aplicação 50% do "FPE". Todavia, por força do Decreto nº 77.565, de 10/05/76, federal, o Espírito Santo e também juntamente os demais Estados integrantes da Região Norte Nordeste, a partir do exercício de 1976, ficaram autorizados a aplicar integralmente os recursos do "FPE" em Despesas Correntes.

Devido a isso, somando-se à arrecadação Tributária a parcela relativa ao FPE, cujos recursos deveriam fazer face, pelo menos à "Despesas Correntes", durante o triênio 77/79, o Governo contou com os seguintes recursos:

QUADRO IX

Exercícios	Receita Tributária	Receita do F.P.E.	Total
1977	1.225.000.000	256.000.000	1.481.000.000
1978	2.049.000.000	229.000.000	2.278.000.000
1979	3.656.000.000	355.000.000	4.012.000.000

Tomando-se por base os balanços gerais encerrados, relativos aos exercícios de 1977, 1978 e os dados de 1979, temos as seguintes aplicações, da renda proveniente da receita tributária e do F.P.E., excluída, portanto, a contribuição de FE., que não pode ser aplicada em "Despesas Correntes", em confronto com "Despesas Correntes":

QUADRO X

Exercícios	Receita Tributária e F.P.E.	Despesas Correntes	Despesas Correntes em Relação à Receita Tributária mais FFE.
1977	1.481.000.000	1.695.000.000	114%
1978	2.278.000.000	2.877.000.000	126%
1979	4.012.000.000	4.814.000.000	120%

Como demonstra a tabela acima, os recursos de "Receitas Correntes", constituídos de toda a renda tributária acrescidos das transferências da União à conta do F.P.E., não foram suficientes, sequer, para fazer face às "Despesas Correntes", nada restando, como seria necessário, para investir em "Despesas de Capital", que compreendem obras, equipamentos, encargos de empréstimos e transferências de capital para investimentos a cargo dos órgãos da administração indireta. As despesas correntes referentes a 1979 foram estimadas a partir de demonstrativos da Coordenação do Pagamento de Pessoal, admitindo-se seu valor em torno de 20% superior às receitas tributárias mais F.P.E.

Somente de posse dos dados do balanço de 1979 é que poderemos cotejar com exatidão os dados do quadro X, mas desde já, tendo em vista os reajustes salariais de 1979 concedidos para compensar o aviltamento da moeda, talvez possamos prever que a relação despesas

correntes receitas tributárias mais F.P.E. seja superior à dos anos anteriores.

A RECEITA DE RECURSOS PRÓPRIOS (RENDA TRIBUTÁRIA), NÃO TEM SIDO SUFICIENTE, SEQUER, PARA FAZER FACE AS "DESPESAS CORRENTES"

A despesa, segundo às normas legais vigentes, divide-se em 2 categorias econômicas: "Despesas Correntes e Despesas de Capital". A receita de recursos próprios do Estado, constituída pela receita tributária, deveria, pelo menos, ser suficiente para cobrir as "Despesas Correntes", reservando recursos para as "Despesas de Capital, constituídas de investimentos em obras e equipamentos, inversões financeiras e transferências de capital. Todavia, pelo menos nos dois últimos quadriênios, ou seja, desde 1971, a receita de recursos próprios do Estado não em sido suficiente, sequer, para cobertura das "Despesas Correntes", conforme se demonstra através da tabela abaixo.

QUADRO XI

Exercícios	Despesas Correntes	Receita Tributária arrecadada, inclusive FUNDAP	Despesas correntes em relação à arrecadação
1977	1.695.000.000	1.225.000.000	138%
1978	2.877.000.000	2.049.000.000	140%
1979	4.814.000.000	3.656.000.000	131%

DESPESA COM O FUNCIONALISMO

O quadro XII, mostra o relacionamento entre a receita tributária líquida de ICM-FUNDAP e a despesa total de pessoal.

QUADRO XII

Exercícios	Receita Tributária arrecadada exclusiva o ICM FUNDAP.	Despesa de Pessoal	
		Total	Participação em comparação com a receita arrecadada
1977	1.063.000.000	1.230.000.000	116%
1978	1.784.000.000	2.365.000.000	133%
1979	2.328.000.000	3.575.000.000	153%

(*) Estimativa a ser confirmada pelo Balanço de 1979.

Na tabela acima, registramos a receita tributária excluindo o ICM-FUNDAP, o que se justifica pelo fato de que sua arrecadação é quase inteiramente empregada no financiamento aos mutuários do Sistema, não podendo, portanto, o Governo contar com ela para atender a gastos da administração. Conhecido o montante da des-

pesa com funcionalismo, atualmente atingindo a Cr\$.. 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de cruzeiros) mensais, nos animamos a proceder a uma projeção sistemática para o futuro, admitindo que, como hipótese de trabalho, a partir dos dias 1º de junho de cada ano os salários sofram reajustes de 50%, 40% e 30% respectivamente para 1980/2. Apenas para referência, inserimos no quadro a seguir os valores referentes a 1979. A projeção da arrecadação foi efetuada com base na tendência dos anos 1977/79. Foi admitida como hipótese um crescimento extra-tendência de 10%, 15% e 20% para 1980/2, tomando como argumento a expansão do parque econômico em função dos grandes projetos e o término dos incentivos para algumas empresas no período.

QUADRO XIII

Exercício	Receita Tri- butária a ar- recadar, ex- cluído o ICM-FUN- DAP.	Despesas com Pessoal Total	Participação em comparação com a Receita Arre- cadada
1979	2.328.000	3.575.000	153%
1980	3.289.000	5.890.000	179%
1981	4.165.000	8.436.000	202%
1982	5.106.000	11.256.000	220%

(*) Estimativa a ser conferida pelo Balanço de 1979.

Uma análise a partir do quadro XIII, deixa-nos preocupados com a situação financeira do Estado nos próximos anos. A se concretizarem as previsões (que são bastantes realistas) observamos que em 1982 as despesas de pessoal poderão exceder em 120% as receitas tributárias líquidas de ICM-FUNDAP.

O momento, a nosso ver, se configura como crítico no que tange à tomada de decisão que poderão, hoje, corrigir ou potencializar os efeitos mostrados no quadro XIII.

Em se considerando que o Estado não dispõe de meios para reduzir despesas de pessoal, resta-nos a alternativa da geração de receitas com a eliminação das isenções, incidência do ICM sobre o confisco cambial e intensificação da ação fiscal.

Complementando as condirações acerca desse item — tantas vezes debatido, objeto de tantas preocupações — entendo, à vista da realidade que os fatos atuais nos mostram e a realidade futura que a tendência dos acontecimentos nos permitem antever, que devemos nos esforçar para ampliar nossas receitas à taxa de 69,10% ao ano, de modo a que cheguemos a 1982 com recursos suficientes para cobrir as despesas com pessoal.

COMPORTAMENTO DA DESPESA

Lamentavelmente o Balanço Geral do Estado só tem sido possível concluir-se no final de abril ou princípio de maio de cada ano, devido a uma série de velhos motivos que em breve serão eliminados com a computarização dos dados necessários às operações contábeis.

Com base nos pagamentos efetuados e sem considerar os empenhos ainda não pagos, os itens das principais despesas do Estado em 1979 foram:

Despesas	Valor (Cr\$ 1.000.000,00)	Total
Funcionalismo	3.575	65,17
Serviço da Dívida	554	10,10
Investimento	119	2,17
Outras Despesas	1.238	22,56

DÍVIDA PASSIVA DO ESTADO

A dívida do Estado compreende a dívida flutuante e a dívida fundada, abrangendo a dívida interna e a dívida externa.

Seu montante exato só pode ser conhecido após o encerramento do balanço geral do Estado.

Até 31.12.78, segundo os balanços realizados, a situação assim se apresentava:

(Cr\$ 1.000.000,00)

Exercícios	Dívida Flutuante	Dívida Consolidação	Total
1971	106	15	121
1972	198	15	213
1973	270	69	339
1974	318	179	497
1975	473	241	714
1976	557	696	1.253
1977	909	892	1.801
1978	1.616	2.428	4.044

DÍVIDA EXTERNA

No exercício de 1979 nenhum empréstimo externo foi contraído pela atual administração.

Os empréstimos externos existentes foram contraídos em administrações anteriores e sua posição, em 31 de dezembro de cada exercício, era a seguinte:

(Cr\$ 1.000.000,00)

Exercícios	Emitidas Financeiras	Saldo em 31.12
1975:	Bank of América National Trust & Saving	90
	Japan International Bank	90
1976:	Bank of América National Trust & Saving	106
	Japan International Bank	123
1977:	Bank of América National Trust & Saving	117
	Japan International Bank	160
1978:	Bank of América National Trust & Saving	125
	Japan International Bank	184
	European Brazilian Bank (EURO-BRAS)	209

	Standard Chartered Merchant Bank	125
1979:	Bank of América National Trust & Saving	228
	Japan International Bank	414
	European Brazilian Bank (EURO-BRAS)	706
	Standard Chartered Merchant Bank	2.240

Saldo Devedor ao findar cada exercício: (Cr\$ 1.000.000,00)

1975	181
1976	230
1977	278
1978	644
1979	3.590

Resumo da Dívida Externa, 79 (Cr\$ 1.000.000,00)

Administração Direta	3.590
Administração Indireta (DER)	456
TOTAL	4.046

Apesar das amortizações efetuadas em 1979 a dívida externa ao final de 1979 apresentava-se maior que em 31.12.78, em virtude dos sucessivos reajustes cambiais, principalmente o reajuste ocorrido em 8 de dezembro de 1979 no elevado percentual de 40%.

(1) — corresponde, apenas, às operações por cio. O montante exato, que deverá ser mais elevado, lanço Geral do exercício.

As operações por "Antecipação da Receita" no período de 1975/79, apresentaram o seguinte movimento:

Exercícios	Saldo do Exercício Anterior
1975	70
1976	175
1977	130
1978	240
1979	252

(2) — Estimativa a ser confirmada por dados do Balanço Geral.

Resumo da Dívida Consolidada

Apreciando os dados atrás alinhados, podemos assim resumir as dívidas do Estado em 31 de dezembro de 1979.

Dívida Externa	3.590.000.000,00
Dívida Interna	1.895.000.000,00
Total	5.485.000.000,00

Os dados referentes à dívida flutuante só poderão ser conhecidos quando for encerrado o Balanço Geral para 1979.

DÍVIDA ATIVA

A cobrança judicial dos débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa é de competência da Procuradoria Geral do Estado, podendo ser atribuída, nas Comarcas do interior, ao Ministério Público (art. 80 e art. 82 da EC/1, de 1971).

Não tem sido muito ativa a ação do Estado no campo judicial na exigência dos créditos que lhe são devidos, conforme dados que oferecemos a seguir.

DÍVIDA INTERNA CONSOLIDADA

A dívida interna consolidada do Estado, apresentou os seguintes resultados nos últimos 5 anos:

Saldo para o exercício seguinte:
(Cr\$ 1.000.000,00)

1975	59
1976	465
1977	613
1978	1.281
1979	1.895

DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante é constituída de outras responsabilidades financeiras do Estado não enquadradas como "Dívida Consolidada."

Durante o quadriênio, o montante da "Dívida Flutuante", no encerramento de cada exercício, era o seguinte:

(Cr\$ 1.000.000,00)

1975	473
1976	577
1977	908
1978	1.615
1979	850 (1)

antecipação da receita não liquidadas durante o exercício somente será conhecido com o encerramento do Balanço Geral.

odo de 1975/79, apresentaram o seguinte movimento:

Operações do Exercício	Saldo a Liquidar ao findar o exercício.
Recebido Liquidado	
175	70
220	265
240	130
610	598
650	382
	720 (2)

lanço Geral.

O débito inscrito em Dívida Ativa apresentou os seguintes saldos:

1976	Cr\$ 76.856.108,01
1977	Cr\$ 113.048.630,99
1978	Cr\$ 149.604.154,17
1979	Cr\$ 228.616.434,67

Os valores recebidos pelo Estado relativos à Dívida Ativa foram:

1976	Cr\$ 899.494,84
1977	Cr\$ 3.449.918,92
1978	Cr\$ 5.462.312,09
1979	Cr\$ 6.433.132,56

Os valores recebidos por executivo fiscal somaram em:

1978	Cr\$ 1.098.984,68
1979	Cr\$ 1.978.693,77

Correspondentes a 20,11% e 10,76% da Dívida Ativa recebida, sendo que os 79,89% e 69,24% foram cancelados pela própria Fazenda Estadual.

Os montantes cobrados por executivo fiscal representam, respectivamente, em 1978 e em 1979, 1,06% e 0,872 da dívida inscrita.

FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA

Como acentuamos em outro tópico desta mensagem, desenvolveu a SEFA, em 1979, apesar dos escassos recursos humanos de que dispõe, intensa ação fiscal cujo desempenho pode ser avaliado pelo demonstrativo a seguir:

DEMONSTRATIVO DE AÇÕES FISCAIS POR DELEGACIAS:

ANEXO V				Exercício 1979
Delegacias	Nº Fiscais empregados	Nº Firmas fiscaliz.	Valor dos Autos de Infração Lavrados - Cr\$-	Média Firmas fiscais p/ Fiscal
Vitória	1141	2268	198.656.939,79	1,98
C. de Itapemirim	567	1744	39.233.206,95	3,07
Colatina	236	926	19.998.532,50	3,92
Santa Tereza	139	361	10.592.721,79	2,59
Alegre	148	532	5.291.651,02	3,59
São Mateus	78	255	20.602.962,03	3,26
Nova Venêcia	56	154	6.781.979,99	5,92
Linhares	193	666	18.044.377,50	3,45
B. S. Francisco	105	147	4.514.856,24	1,4
Mimoso do Sul	170	456	5.086.014,70	2,68
TOTAL:.....	2833	7509	328.803.242,51	31,86

QUADRO COMPARATIVO DE RECOLHIMENTO POR AÇÃO FISCAL

ANEXO VI			Exercício 1979	
MÊS	EXERCÍCIOS PARA VERIFICAÇÃO		Percentual com parativo de um c/mês ano anterior.	Percentual de comparação mês a mês do mesmo ano.
	1978	1979		
Janeiro	2.756.545,12	3.643.061,29	32,16	-
Fevereiro	3.628.432,32	3.360.136,29	7,40	7,77
Março	3.950.594,22	6.726.875,95	70,27	100,19
Abril	2.764.108,01	5.618.532,74	103,26	16,48
Maio	4.818.503,88	6.796.723,01	41,05	20,96
Junho	3.720.172,21	7.476.336,09	100,96	9,99
Julho	4.475.199,94	11.799.273,19	163,65	57,82
Agosto	4.521.423,01	9.766.833,04	116,01	17,23
Setembro	3.391.207,15	10.325.458,93	204,47	5,71
Outubro	3.682.714,99	11.380.023,28	209,01	10,21
Novembro	5.026.474,36	8.511.562,20	69,33	25,21
Dezembro	4.262.481,86	14.022.633,23	328,97	164,74
TOTAL	46.997.884,07	133.049.114,61		+283%

Parece-me oportuno ressaltar, mais uma vez, pois nunca é demais repeti-lo, que a execução de uma boa administração fazendária reside, sobretudo, no bom desempenho da ação fiscal.

Quando, no difícil mister da fiscalização da legislação tributária são empregados servidores profissionalmente capazes, de probidade inatacável, o Estado conta com a simpatia e a colaboração do contribuinte e os processos de sonegação se tornam menos frequentes.

A seleção que a SEFA tem feito para colocar em alto nível a ação fiscal, tem recebido o mais amplo apoio da Governadoria e tem, como era de esperar, produzido os melhores resultados.

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS FISCAIS

Compete ao Conselho Estadual de Recursos Fiscais a decisão, em última instância dos processos administrativos fiscais. É um órgão de natureza paritária, composto de 3 representantes dos contribuintes e de 3 representantes da Fazenda Estadual, um auditor fiscal indicado entre os Procuradores do Estado e um Presidente, nomeado pelo Governador do Estado.

Durante o exercício de 1979 o CERF realizou 37 (trinta e sete) sessões ordinárias e 1 (uma) extraordinária, tendo baixado 77 processos em diligência e julgado 234 (duzentos e trinta e quatro) processos.

PROJETO "CIATA"

Trata-se de um projeto de iniciativa do Ministério da Fazenda, com o objetivo principal de aparelhar e desenvolver o setor tributário municipal, dotado de infraestrutura que lhe permite maior desenvolvimento administrativo e autonomia financeira.

A despesa com o projeto, compreendendo estudos, programação, implantação, assessoria e material, corre à conta do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Estado da Fazenda.

Neste Estado, a Coordenação do Projeto CIATA cabe à Secretaria de Estado da Fazenda, por força de convênio firmado com a Secretaria Geral do Ministério da Fazenda.

No exercício de 1979, o projeto foi implantado nos seguintes municípios: Ecoporanga, Montanha, Pancas, Itaguaçu, Alfredo Chaves, Apiacá, São Mateus, Itapemirim, Muqui, Boa Esperança, Itarana, Mucurici, Jerônimo Monteiro, Mantenópolis.

Hoje o Projeto CIATA abrange 33 (trinta e três) municípios do Estado.

CONTRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

No exercício de 1979 recebeu a Secretaria de Estado da Fazenda a importância de Cr\$ 9.000.000,00, através da Secretaria de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, destinados à modernização do equipamento utilizado nas repartições fazendárias, assim como o reparo e construção de imóveis utilizados pela SEFA, destacando-se a aquisição de 50 (cinquenta) postos fiscais.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
E DOS RECURSOS HUMANOS

Em três campos distintos desenvolveu-se o esforço do Governo, através do trabalho executado neste setor administrativo:

- a) **Valorização da função pública** — com medidas coordenadas no Gabinete do Secretário.
- b) **Contenção de gastos** — promovida pela Subsecretaria.
- c) **Melhoria no funcionamento interno da SEAR** — liderada pelo Grupo de Controle de Resultados da Secretaria.

As medidas, com vistas a valorizar a função pública, se consubstanciaram na resolução de muitas questões — algumas graves — relacionadas com os meios humanos fornecidos aos demais órgãos do sistema estadual.

Entre estas questões destaca-se a **POLÍTICA SALARIAL DOS SERVIDORES**. A lei que concedeu o último aumento ao funcionalismo civil inovou a política salarial do Estado: determinou percentuais de reajuste maiores para os servidores de baixa remuneração e vice-versa.

A administração indireta também foi afetada pela política salarial do governo. Diversos órgãos, como a PRODEST e a ENFORMA, tiveram modernizadas suas tabelas de cargos, funções gratificadas e salários. A SEAR também participou dos estudos e providências que resultaram no aumento de soldo da Polícia Militar, através da Lei nº 3306 de 05 de dezembro de 1979.

A valorização da função pública não se fez somente por intermédio da política salarial, mas ainda,

- a) reativando-se a concessão automática dos quinquênios, com reais benefícios para os funcionários que não mas necessitam esperar meses, e mesmo anos, para perceber estas vantagens.
- b) estabelecendo-se nova sistemática para o controle e acompanhamento de acumulação de cargos na esfera estadual, atribuindo-se sua execução à COPIA.
- c) estruturando-se o Cadastro Central de Recursos Humanos, que será definitivamente implantado quando se efetuar o processamento eletrônico da folha de pagamento do funcionalismo.

d) elaborando-se, em convênio com a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, uma programação de concursos públicos que já está sendo cumprida.

e) reativando-se a carteira imobiliária do IPAJM, com o lançamento de 68 apartamentos.

f) reajustando-se o valor das pensões pagas pelo IPAJM.

O Grupo Magistério recebeu especial atenção do atual Governo mercê da situação deteriorada em que se encontrava. Dentre as medidas de valorização do magistério estadual, que tiveram a participação decisiva da SEAR destacam-se:

a) Realização do concurso para preenchimento de 3.954 cargos de professor Ma.P.1 e Ma.P.2, distribuídos nos diversos núcleos regionais de educação do Estado.

b) Enquadramento de 700 professores do PREMEX pelo decreto nº 1345-N de 19 de setembro de 1979, solucionando uma questão que há anos se arrastava.

c) Criação e regulamentação do Quadro Especial do Magistério pela Lei 3.281 de 12 julho de 1979, resultado de trabalho conjunto de equipes da SEAR e SEDU.

d) Estruturação de cargos e remuneração condigna para diretores, chefes de secretaria escolar e coordenadores de turno na rede educacional do Estado.

e) Reajuste nos proventos de muitos servidores inativos do Grupo Magistério pondo-se fim ao triste drama das aposentadorias em centavos de cruzeiros.

Informações pormenorizadas, pertinentes às principais atividades da SEAR, durante o ano de 1979, constam das seções específicas, como a seguir, se reatam.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO ESTADUAL

A recomendação e os procedimentos no sentido de preservar o material aplicado no serviço públicos do Estado têm encontrado a mais franca receptividade e, provavelmente, o assunto venha a exteriorizar — se mediante uma campanha na qual deverão ser engançados todos os Secretários de Estado e dirigentes de órgãos descentralizados, tal a significação, o vulto em termos financeiros, dos gastos que se realizam, em cada exercício, com mobiliário e um sem número de objetos reclamados pelas repartições.

Talvez poucos avaliem as proporções do desperdício, o volume o material que se desgasta e inutiliza precocemente, por falta de orientação, de conscientização, do emprego de adequados meios de utilidade.

Uma campanha bem orientada no sentido da moderação de gastos com material deverá ser objeto de iniciativa ainda este ano.

O Departamento do Patrimônio, nos limites de sua competência tem recolhido nas diversas repartições os móveis e utensílios desativados, e, quando constatada a sua irrecuperabilidade, os envia ao Departamento de Transportes para alienação.

No que tange aos bens imóveis a atuação do órgão se revela através de informações acerca de ações de usucapião prestadas à Procuradoria Geral do Estado e processos relativos a contratos de comodato, compra e venda, permuta e doações.

ARQUIVO PÚBLICO

O Decreto nº 1283-N de 14.03.1979, veio transformar o órgão em Departamento. Nesse nível mais elevado, há muito reclamado, adquiriu a maior projeção e eficácia administrativa.

O Arquivo Público, hoje, sem exagero, apresenta-se como uma repartição modelar, com funcionamento proveitoso aos fins a que se destina.

Aquele órgão de ações vagarosas, de procedimentos superados submetido a normas defasadas, antiquadas que lhe emperravam o desempenho e o tornavam improdutivo, transformou-se num setor dinâmico, profícuo, instrumento da melhor qualificação no organismo estatal.

O pesquisador, o analista, o estudioso encontra no Arquivo Público Estadual valioso material metodicamente classificado, rigorosamente catalogado para sua consulta e as demais repartições contam com seu inestimável apoio nas buscas que realiza para o deslinde de dúvidas, para o esclarecimento de fatos e episódios de interesse público.

Além da supervisão de serviços técnicos realizados por 8 (oito) estagiários de História e Biblioteconomia, remunerados pela Fundação MUDES; manutenção de sua biblioteca de apoio; da manutenção do anexo onde se concentram a documentação fazendária, ainda está a seu cargo a administração do projeto denominado "Re-estruturação e Racionalização dos Arquivos Públicos do Estado", do qual se destacam:

a) encadernação criteriosa de dezenas de livros e periódicos, evitando-se a sua deterioração;

b) reunião com os chefes dos GDRS, onde ocorreram produtivos debates para o andamento dos serviços de expediente, arquivo e protocolo nas secretarias;

c) orientação técnica informal fornecida ao Arquivo Geral da P.M.V., a SEDU e a SEPL;

d) início de assistência técnica e acompanhamento executivo à reorganização dos arquivos da SEAR, SESP, SEJU e Governadoria;

e) publicação de livros e manuscritos históricos e a recuperação de plantas topográficas e cartográficas.

COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DE NÍVEL BUROCRÁTICO

DETALHAMENTO DOS PROCESSOS POR ASSUNTO:

Nomeação de Efetivos	007
Nomeação de Substitutos	167
Readmissão	001
Promoção	001
Reintegração	001
Readaptação	004
Enquadramento	805
Alocação	016
Aproveitamento	001
Contratação	514
Transferência de Função	003
Suspensão de Contrato	001
Acumulação de Cargos	001
Pena de Suspensão	003
Exercício de Servidor	033
Criação de Cargo	001
Abertura de Concurso	006
Cesando Efeitos de Ato	170
Licença sem Vencimentos	090
Retificação de Nomes	001
Transferência de Cargos	004
Ato sem Efeitos	041
Gratificações Especiais	010
Afastamento de Servidor	025
A Disposição	041
Acidente de Trabalho	003
Escala de Férias	002
Prorrogação de Licenças	048
Certidão de Documentos	001
Reclassificação de Cargos	007
Falecimentos	011
Certidão de Tempo de Serviço	003
Carga Horária	003
Renovação de Contratos	861
Revisão de Proventos	001
Participação de Curso	001
Exonerações	107
Auxílio Doença	003
Retificação de Ato	011
Aposentadorias	128
Serviços Extraordinários	129
Demissões	003
Regime Especial de Trabalho	098

DIVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS — DCEB

Foi iniciada a organização do cadastro de Classificação de cargos e Empregos, com os estudos preliminares e pesquisas em leis específicas, de enquadramento, aumento de vencimentos ou que alteraram padrões dos cargos. O trabalho está seguindo seu ritmo normal de execução.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA — DLE

As atividades do DLE são desenvolvidas através de subsídios fornecidos pelas divisões e serviços que o compõem. Dos 6.202 processos recebidos, 6.180 foram encaminhados, devidamente analisados e informados. Envolvem, entre outros assuntos: revisão de proventos, estabilidade, acesso enquadramento, opção, acumulação, transferência de cargos, etc.

A manutenção do cadastro com registro diário, totalizando, 12.192 servidores cadastrados, representados por

24.384 fichas (nominal e cargo) revela as ocorrências abaixo apontadas, totalizando 16.895 anotações procedidas à vista do Diário Oficial:

a) Nomeação	838
b) Enquadramento	8.030
c) Exoneração	547
d) Aposentadoria	36
e) Licença sem vencimentos	56
f) Prorrogação de licença	36
g) Remoção	1.764
h) Retorno ao magistério	43
i) Remanejamento	197
j) Cargos criados (em comissão)	50
l) Cargos extintos (em comissão)	9
m) Renovação de Contrato	789
n) Rescisão de Contrato	754
o) Termo aditivo	80
p) Afastamento	19
q) Suspensão de contrato	3
r) Outras anotações	3.594

Outras atividades em que o DLE se empenhou em 1979:

a) Enquadramento do pessoal do Magistério, de acordo com a Lei nº 3281/79.

b) Instrução dos processos e registro de enquadramento do pessoal do PREMEM Decreto nº 1345-N/79.

c) Realização, e em fase final, do concurso para preenchimento de 2.988 cargos de Professor Ma.P.1 e 135 cargos de Professor Ma.P.2, distribuídos, nos diversos Núcleos Regionais de Educação, com 6.983 inscritos e 6.542, aprovados no primeiro e 652 aprovados no segundo.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS E VANTAGENS

Em 1979, 5.860 (Cinco mil, oitocentos e sessenta) de direitos e vantagens, obtiveram decisão final constando em data de 31 de dezembro, ainda para estudo cerca de 800 (oitocentos) processos, além de quase 200 (duzentos) já examinados em fase de conferência final.

Resume-se no demonstrativo abaixo o movimento e as soluções dos requerimentos:

Espécie	Deferidos	Indeferidos
Gratificação adicional	3.525	24
Gratificação assiduidade	1.121	249
Aposentadoria	249	12
Opção de vencimento	181	4
Averbação	146	68
Certidão	145	6
Auxílio Doença	23	2
Revisão de proventos	6	6
Abonos de falta	6	2

É surpreendente e, por isso mesmo, merece análise que deverá ser realizada sem tardança, o número crescente de licenças e abonos médicos concedidos anualmente.

A Divisão de Perícias Médicas dispõe de três chefia de serviço e teve o seguinte movimento em 1979:

Total de atendimentos — 11.080 — assim especificados:

Artigo 112	6.498
Artigo 117	313
Artigo 119	49
Artigo 120	934
Artigo 121	1.244

Artigo 121 § 2º	26
Mudanças de Função	380
Mudanças de função negadas	03
Licenças negadas	26
Aposentados	163
Aptos ao Serviço Público	1.450
Viagens Médicas a funcionários hospitalizados	325
Abonos solicitados	16.091
Abonos visitados	542
Abonos negados	20

Dos 11.080 funcionários que procuraram a Divisão de Perícias Médicas, 9.058 solicitaram licenças médicas especificadas como seguem, em dias:

Artigo 112	152.708 dias
Artigo 117	30.043 dias
Artigo 119	2.433 dias
Artigo 120	11.406 dias

Das licenças concedidas, coube à Secretaria de Estado da Educação 132.163 dias a 5.711 funcionários, sendo 110.584 dias pelo artigo 112; 13561 dias pelo artigo 117; 648 dias pelo artigo 119 e 7.370 dias pelo artigo 120.

As licenças pelo artigo 117 foram concedidas a 313 funcionários. Pelo artigo 119 foram concedidas 2.433 dias a 49 funcionários e pelo artigo 120 foram concedidas 11.406 dias a 934 servidores. Pelo artigo 121 solicitaram licenças 1.264 gestantes.

Foram concedidas 380 mudanças de função para Auxiliar de Secretaria Escolar, a maior parte delas em prorrogação. Aposentados 163 servidores e considerados aptos ao serviço público 1.450 candidatos.

Foram solicitados 16.091 abonos; visitados 542, negados 20 e feitas visitas a 325 servidores hospitalizados.

As Secretarias de Estado que mais solicitaram abonos foram a Secretaria de Estado da Educação com 2.142 pedidos, a Secretaria de Estado da Saúde com 1.502 pedidos e o Tribunal de Contas com 1.174.

DIVISÃO ESTADUAL DO PIS/PASEP

No exercício de 1979 efetuou-se o cadastramento e inclusão de 984 servidores admitidos o exercício, cujos, embora admitidos em outros exercícios, não haviam sido cadastrados ou incluídos no Programa PIS/PASEP. Presentemente são 20.291 os funcionários cadastrados pela Divisão.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

O atendimento às requisições procedentes das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Indireta, em 1979 atingiu o número de 3.656 na Grande Vitória e 240 para viagens ao interior do Estado, correspondendo, a 362.547 Kms. rodados.

O Posto de Abastecimento de Bento Ferreira, com duas Bombas, e o Depósito-Garagem de São Torquato, com uma Bomba atenderam a 25.701 solicitações até 31 de outubro do corrente ano, representando o consumo de 780.765 litros de gasolina tipo "A"; 11.145 litros de óleo Diesel; 4.857 litros de óleo Lubrax MG-4; 225 litros de óleo Lubrax MD-300 e 411 Kilos de graxa.

Pela Seção de Aquisição Cadastramento e Alenação, foram adquiridos 02 (dois) veículos tipo Opala, sendo 01 (um) para o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura e do Bem Estar Social e outro para o Conselho Estadual de Educação, para servir ao Gabinete do Secretário de Estado da Educação.

CADASTRAMENTO GERAL DE VEÍCULOS

Administração Direta	416 veículos
Administração Indireta	745 veículos
TOTAL GERAL:	1.161 veículos

VEÍCULOS REDISTRIBUIDOS

Foram redistribuídos para diversas Secretarias e órgãos Oficiais do Governo do Estado, pelo Departamento de Transportes, 48 veículos.

VEÍCULOS VENDIDOS

Em 1979 houve um LEILÃO para venda de veículos usados do Governo do Estado, que teve o seguinte resultado:

Foram vendidos 42 veículos; 03 Motocicletas Honda e 03 lotes de Sucata, perfazendo um total de Cr\$ 577.200,00 cujo Leilão fugiu à regra costumeira do Departamento de Transportes que habitualmente efetua Concorrências Públicas com Cartas lacradas, e já realizou no presente exercício 01 (uma) Concorrência, segundo EDITAL DT-01/79 publicado no Diário Oficial de 30.06.79, com a venda de 22 veículos e 02 lotes de Sucata, que somou a receita de Cr\$ 524.850,38 e outra Concorrência em fase de conclusão conforme Edital 02/79 publicado no Diário Oficial de 20.10.79 para venda de 42 veículos e 04 lotes de Sucata.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS REDISTRIBUIDOS

ÓRGÃO	TOTAL DE VEÍCULO
Secretaria de Estado da Justiça	01
Instituto de Readaptação Social	01
Colônia Penal Agrícola	01
Comissariado de Menores de Alegre	01
Secretaria de Estado da Seg. Pública	23
Departamento de Edificações e Obras	01
Casa Militar	08
Secretaria de Estado da Educação	03
Procuradoria Geral do Estado	01
Secretaria de Estado da Saúde	03
Sec. de Est. da Cul. e do Bem Estar Social	01
Deptº de Imprensa Oficial	01
Fundação Cultural	01
TOTAL GERAL:	48

DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTO FEITO ATRAVES DO NÚCLEO DE TRANSPORTES

NO PERÍODO DE 1º de JANEIRO A 31 de OUTUBRO DE 1979

<u>R E Q U I S I T A N T E S</u>	<u>GRANDE VITÓRIA</u>	<u>KMS. RODADOS</u>	<u>Nº DE VIAGENS</u>	<u>KMS. RODADOS VIAGENS</u>	<u>TOTAL KM. RODADOS</u>
SEC. DE EST. ADM. E DOS RECURSOS HUMANOS	221	11.706	08	3.618	15.324
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	39	2.577	07	4.645	7.222
SEC. EST. SEG. PÚBLICA - C E D E C	78	6.484	07	9.095	15.579
FUNDAÇÃO JONES SANTOS NEVES	139	11.879	02	700	12.579
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA	02	37	-	-	37
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	13	2.221	12	4.275	6.496
SEC. DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	30	2.980	-	-	2.980
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	1.798	136.638	57	34.021	170.659
SEC. EST. DA CULTURA E DO BEM ESTAR SOCIAL	449	29.304	32	11.996	41.300
CASA CIVIL	22	1.610	01	237	1.847
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	454	14.652	-	-	14.652
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	72	5.623	106	45.457	51.080
SEC. DE ESTADO DA AGRICULTURA*	334	13.064	07	7.620	20.684
FUNDAÇÃO HOSPITALAR	01	432	-	-	432
INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL	02	53	-	-	53
PRODEST	-	-	01	1.300	1.300
JUIZADO DE MENORES	02	323	-	-	323
T O T A L G E R A L :	3.656	239.583	240	122.964	362.547

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO

Com vistas à elaboração da "Programação de Curso" que deveria ser oferecida aos funcionários estaduais no segundo semestre de 1979, e, objetivando identificar as reais necessidades de treinamento de pessoal, foi feita uma pesquisa junto aos Órgãos do Serviço Público Estadual — Administração Direta, da qual participaram os seguintes, no total de 16.

- Casa Civil
- Casa Militar
- Procuradoria Geral da Justiça
- Procuradoria Geral do Estado
- Todas Secretarias de Estado.

Analisados e tabulados os dados, foram estabelecidas as prioridades referentes aos cursos que seriam oferecidos de imediato e que passaram a constituir o primeiro Grupo de Programação, a saber:

ARQUIVO
PROTOCOLO
REDAÇÃO OFICIAL (Trabalhista e Tutelária)
ADMINISTRAÇÃO (Pessoal e Material)

Paralelamente aos cursos sugeridos na referida pesquisa, foi considerado o Treinamento regular dos Chefes de Grupos Setoriais.

PROJETOS DE CURSOS

Apenas alguns cursos julgados prioritários tiveram seus projetos elaborados, mas não foram concluídos, já que se julgou inoportuna sua execução no exercício de 1979.

A ESESP, manteve contatos diretos com estabelecimentos congêneres do Serviço Público Federal, Autarquias, Empresas Públicas e Privadas sediadas em Vitória, através de visitas pessoais, num trabalho de observação e de aquisição de conhecimentos oriundos de experiências vividas por esses órgãos, que por certo muito lhe serão úteis nesta parte de instalação e organização em que se encontra.

EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAIS — EMFORMA

Para a EMFORMA o ano de 1979 foi particularmente difícil em todos os sentidos. Houve um retrocesso sensível nas compras pelos órgãos estaduais em consequência do severo regime de economia a que estão submetidos todos os setores administrativos do Poder Executivo.

Nos dias atuais, dado ao aceleramento da inflação, a validade dos preços fornecidos nas licitações é mínimo. A tramitação do processo é naturalmente lenta e ocorre que, quando o empenho é feito, já outro é o preço, o que causa transtorno nos fornecimentos.

Enfrentando uma economia instável com os preços das mercadorias sofrendo reajustes contínuos a curto espaço, a Empresa, não obstante, apresentou desempenho produtivo, a despeito da conjuntura desfavorável por seu faturamento, em 1979, atingiu a Cr\$ 14.830.996,00.

Rigorosamente obediente às regras que disciplinam a busca do menor preço, sem prejuízo da quantidade, obviamente, realizou a EMFORMA 175 licitações, através de sua Divisão de Suprimento, sem o menor incidente, sem a mais simples restrição da parte dos concorrentes.

Medidas urgentes deverão ser adotadas no decorrer de 1980, para que a EMFORMA volte a atuar em toda sua plenitude, de modo a produzir os resultados eficientes de que sua organização é capaz.

Em 1979 deu entrada nos cofres da EMFORMA o total de Cr\$ 22.783.367,76 (Vinte e dois milhões, setecentos e oitenta e três mil e trezentos e sessenta e sete cruzeiros e setenta e seis centavos) e foi pago a fornecedores a importância de Cr\$ 17.767.108,03 (Dezesete milhões setecentos e sessenta e sete mil, cento e oito cruzeiros e três centavos).

A manutenção do órgão custou Cr\$ 3.616.519,30 (Três milhões seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e dezenove cruzeiros e trinta centavos) distribuídos pelos seguintes itens:

	CR\$
Pessoal	2.326.230,54
Jeton do colegiado	236.500,00
Encargos Sociais	971.287,87
Seguro	41.083,00
Energia Elétrica, telefone e água .	41.417,89

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

Por força da Lei n.º 2449/69, de 21.10.69, o Departamento de Imprensa Oficial é um órgão autárquico, com personalidade jurídica e autonomia técnica, financeira e administrativa própria, ao qual compete divulgar todos os atos emanados dos três Poderes do Estado, bem como as matérias particulares, que, por imperativo legal, devam ser publicadas na Imprensa Oficial.

E', também, de sua competência, executar, em regime empresarial, os impressos tipográficos destinados às repartições públicas em geral.

Dispõe de parque gráfico moderno e bem equipado, sua produção, no ano passado, teve essa especificação: 244 edições do Diário Oficial com 11.548 páginas, num total de 619.606 exemplares, assim discriminadas:

04 edições de 16 páginas	64 páginas
47 edições de 32 páginas	1.504 páginas
52 edições de 36 páginas	1.872 páginas
63 edições de 48 páginas	3.024 páginas
31 edições de 52 páginas	1.612 páginas
23 edições de 64 páginas	1.472 páginas
07 edições de 68 páginas	476 páginas
08 edições de 80 páginas	640 páginas
03 edições de 84 páginas	252 páginas
02 edições de 96 páginas	192 páginas
01 edição de 100 páginas	100 páginas
02 edições de 112 páginas	224 páginas
01 edição de 116 páginas	116 páginas
TOTAL:	11.548 páginas

Foram, também, confeccionadas 80 edições do Diário Oficial do Poder Legislativo, com 2.336 páginas, num total de 488 exemplares, conforme demonstração que se segue:

20 edições de 16 páginas	320 páginas
57 edições de 32 páginas	1.824 páginas
01 edição de 48 páginas	48 páginas
01 edição de 64 páginas	64 páginas
01 edição de 80 páginas	80 páginas
TOTAL:	2.336 páginas

ASSINATURAS:

Particulares	320 assinaturas
Repartições Públicas em Geral .	1.942 assinaturas
TOTAL:	2.539 assinaturas

SERVIÇOS DE OBRAS GRÁFICAS

Ao serviço de Obras Gráficas do DIO compete executar os serviços gráficos e confecção do Diário Oficial dos três Poderes do Estado, realizando os seguintes serviços:

Folhas timbrados	1.310.000
Fichas, cartões, capas, convites, certificados, diplomas e cartazes	572.504
Blocos	44.074

Livretes diversos	12.380
Envelopes timbrados	27.500
Amolagem de lâminas para guilhotina ..	57
Encadernações diversas	577

RECEITA

Exercícios	Arrecadada	A Arrecadar
1971	2.458.604,59	893.459,65
1972	3.058.307,05	952.350,17
1973	4.303.368,64	1.318.273,40
1974	5.636.920,07	1.733.017,00
1975	9.746.301,60	2.619.493,00
1976	11.998.237,08	4.496.064,25
1977	19.387.299,00	5.293.064,50
1978	28.793.546,17	10.715.412,00
1979	30.962.703,82	37.347.772,50
TOTAIS	116.345.288,02	65.368.906,47

DESPESAS

Pagas	A Pagar
2.536.299,53	—
3.138.813,00	—
4.548.253,40	—
5.315.783,37	—
9.913.095,22	59.711,72
13.707.506,80	389.336,14
18.110.963,38	—
26.350.270,92	—
33.937.383,66	1.302.143,80
117.558.369,28	1.751.191,66

INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA JERÔNIMO MONTEIRO

Buscando beneficiar cada vez mais os seus associados, o IPAJM através da Lei nº 3261 de 24.01.79, ampliou os seus benefícios em níveis dos melhores sistemas previdenciários do país. Assim é que, em termos de concessão de pensões vitalícias para as viúvas e, temporárias para dependentes de seus segurados, além de estabelecer reajustamentos em todas as épocas em que houver aumento geral de vencimentos do Quadro Permanente do Serviço Civil do Poder Executivo, elevou, também, o nível mínimo das pensões pagas pelo Instituto ao valor do menor vencimento pelo Estado. Por outro lado, aumentou a idade limite para 24 (Vinte e quatro) anos para os filhos dependentes, comprovadamente, estudantes sem atividades remuneradas. E, como objetivo permanente de aperfeiçoamento do sistema previdenciário estadual, a Administração deu um tratamento especial aos dependentes inválidos. Tais medidas provocaram manifestações de otimismo de todos os pontos do Estado.

O total do pagamento de pensões importou, até o mês de outubro, em Cr\$ 50.877.476,00 (Cinquenta milhões, oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e setenta e seis cruzeiros).

CONCESSÃO DE PECÚLIO

A Lei nº 3.261 de 24.01.79 estabeleceu que o pecúlio instituído pelo segurado falecido garantirá aos seus dependentes uma importância, em dinheiro, igual ao salário-de-contribuição, composto de vencimento, salário, gratificações adicionais e outras formas de remuneração que vierem a ser instituídas na data do falecimento, acrescido de 10 (dez) vezes o valor do padrão I do Quadro Permanente do Serviço Público do Poder Executivo.

Na falta de dependentes, consideradas as pessoas que vivam, comprovada e justificadamente, sob sua dependência econômica, terão direito ao Pecúlio os descendentes e colaterais até o 2º grau do segurado, pela ordem de vocação hereditária.

Da importância calculada do pecúlio serão descontados os débitos residuais provenientes do não recolhimento de contribuições devidas ao IPAJM e de Empréstimos contraiídos pelo segurado, pagando-se o saldo aos dependentes habilitados ou aos parentes hereditários, com direito ao pecúlio e na falta destes, indenizando-se o executor do funeral pelas despesas feitas para esse fim, desde que devidamente comprovadas e limitadas pelo referido saldo.

Em 1979 foi efetuado uma despesa de Cr\$ 3.385.286,68 (Três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos

e oitenta e seis cruzeiros e sessenta e oito centavos), com pagamento de pecúlios.

AUXILIO RECLUSÃO

Como caráter eminentemente familiar, foi incluído entre os benefícios o auxílio reclusão em favor dos dependentes do segurado do IPAJM, que, condenado à pena de detenção ou reclusão, não esteja percebendo vencimentos ou proventos do Estado. Com o auxílio reclusão, garante-se o amparo da família, que não deve sofrer os efeitos do desemprego no caso de perda do cargo ou função em decorrência de condenação penal do segurado.

Este auxílio consiste numa renda mensal concedida e atualizada, na mesma base da pensão, e será devido a contar da data do efetivo recolhimento do segurado à prisão e mantido enquanto durar a sua reclusão ou detenção.

A despesa com o benefício auxílio reclusão importou em Cr\$ 170.340,00 (Cento e setenta mil, trezentos e quarenta cruzeiros).

FUNDO ESPECIAL DE APOSENTADORIA DOS SERVENTUARIOS DA JUSTIÇA

Até 1968, os serventuários dos Cartórios não recebiam nenhuma assistência previdenciária no Poder Público.

Em 04.10.68, através da Lei nº 2349 regulamentada pelo Decreto nº 2859 de 08.10.68, foi criado o Fundo Especial de Aposentadoria dos Serventuários da Justiça. Posteriormente, extinto pela Lei nº 2562 de 01 de fevereiro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 525-N de 08.07.74, publicada em 12.02.74.

Nesse interim foram aposentados até dezembro do ano findo 31 (trinta e um) serventuários, sendo o valor da folha de pagamento de Cr\$ 4.122.983,67 (Quatro milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e três cruzeiros e sessenta e sete centavos), numa situação singular uma vez que a precitada Lei nº 2349 transformou o Instituto em um órgão de aposentadoria não somente para aqueles serventuários, mas que, com a reversão do ônus da aposentadoria dos referidos serventuários para o Estado, sobrou um número de remanescentes (31) cuja despesa, presentemente, já deve ser bastante elevada, levando-se em consideração que no mês de janeiro de 1979 foi de Cr\$ 243.054,92 (Duzentos e quarenta e três mil, cinquenta e quatro cruzeiros e noventa e dois centavos), contra Cr\$ 479.707,88 (Quatrocentos e setenta e nove mil, setecentos e sete cruzeiros e oitenta e oito centavos), em outubro do mesmo ano.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA ATRAVÉS DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS MOBILIÁRIOS E IMOBILIÁRIOS

Com o objetivo de assistir os seus segurados no que diz respeito à complementação de seus recursos financeiros, para tanto, obrigando-se a corrigir suas "Reservas Matemáticas", o Instituto faz inserir no orçamento, anualmente, parte de suas disponibilidades em dotações que abrangem as várias modalidades estabelecidas em leis, a saber:

Decreto nº 525-N de 08.07.74 (regulamentou a Lei nº 2562 de 03.02.71 — Lei Básica da Autarquia).

Capítulo VII

— Da Assistência Financeira (arts. 43 a 66 e seus parágrafos)

- Empréstimos de Concessão Obrigatória:
- Empréstimo funeral
- empréstimo saúde
- empréstimo nupcial
- Empréstimos de Concessão Não Obrigatória:
- empréstimo emergência
- empréstimo simples
- empréstimo imobiliário

CONCESSÕES OBRIGATORIAS

Empréstimo Funeral: É concedido ao segurado por morte de qualquer de seus dependentes inscritos, através do requerimento próprio do segurado, instruído pela Certidão de Óbito e cujo valor não ultrapassará 20% (vinte por cento) do valor do pecúlio do tomador. O valor do pecúlio é igual a um salário-de-contribuição do segurado, acrescida de 10 (dez) vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Estado. Esta modalidade de empréstimo é amortizável em parcelas mensais consignadas em folha de pagamento em número não superior a 24 (vinte e quatro) nem inferior a 6 (seis).

Empréstimo Saúde: De valor não superior a 10 (dez) vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Estado e nem inferior a 20% (vinte por cento) desse mesmo salário, é concedido ao segurado através de requerimento próprio, instruído por atestado médico com probatório, para atender a problemas de saúde próprio ou de qualquer de seus dependentes inscritos. Será amortizado em parcelas mensais, consignadas em folha de pagamento, não superior a 48 (quarenta e oito) nem inferior a 6 (seis), ressalvada a margem de consignação do segurado.

Empréstimo Nupcial: Concedido ao segurado para ocorrer a de pesa com o seu próprio casamento e terá seu pedido instruído pela publicação do competente edital em órgão oficial. Seu valor não ultrapassará a 4 (quatro) vezes o salário-de-contribuição do tomador e será amortizável num máximo de 24 (vinte e quatro) parcelas mensais a num mínimo de 6 (seis) parcelas.

CONCESSÕES NÃO OBRIGATORIAS

Empréstimo de Emergência: Será concedido ao segurado para atender dificuldades financeiras prementes e de pequena importância, devidamente comprovadas, até o limite correspondente a 2 (duas) vezes o valor do menor padrão de vencimento pago pelo Estado e amortizável em 6 (seis) parcelas mensais, consignadas em folha de pagamento.

Empréstimo Simples: Será concedido ao segurado para atender a objetivos socialmente justificáveis, a critério do IPAJM e, na medida das disponibilidades financeiras e orçamentárias do órgão. Seu valor não ultrapassará 4 (quatro) vezes o salário-de-contribuição do tomador, de conformidade com a nova redação dada ao Art. 41 da Lei nº 2.562, pela Lei nº 3.261 de 24.01.79. Será amortizado em parcelas mensais consignadas em folha de pagamento em número não superior a 36 (trinta e seis) nem inferior a 6 (seis).

Empréstimo Imobiliário: Com uma tradição a ser

considerada no setor imobiliário, pois atende aos seus segurados, desde quando era a Caixa Beneficente e "Jerônimo Monteiro", anteriormente a 1951, a Carteira Predial do Instituto, no decurso deste tempo, já concedeu financiamentos imobiliários a um significativo contingente de seus segurados. Dentre os vários empreendimentos no setor, sua mais recente realização foi o Conjunto Residencial "Antonio Honório", em Goiabeiras, constituído de 306 (trezentas e seis) unidades habitacionais e o primeiro do gênero em nosso Estado a ser entregue com toda a infra-estrutura urbana complementada, desde a rede de água, luz e esgotos, até o sistema viário completamente asfaltado. Agora, dentro de uma nova filosofia e na dupla condição de agente promotor e agente financeiro do Banco Nacional de Habitação — BNH, entregará brevemente o Instituto aos seus segurados, como experiência piloto na manipulação de recursos provenientes daquele Banco, um conjunto de bloco de apartamentos em construção em Maruipé, constituído de 78 (setenta e oito) unidades habitacionais. Isso não impedirá contudo que, havendo disponibilidade de recursos, volte o Instituto Estaduais de Previdência a ser os únicos agentes financeiros do BNH, que gozam do privilégio de financiar a construção de casas isoladas, bem assim, aquisição de terrenos, casas prontas e reformas de imóveis.

Todas as presentes colocações estão definidas nos dados apresentados pelo Departamento de Aplicação de Recursos.

ASSISTENCIA SOCIAL

Ampliaram-se, com a criação do Departamento de Assistência Social, em 1977, as atividades do IPAJM, nesse setor.

Além do aprimoramento educacional e profissionalizante do segurado e dos seus dependentes, com vistas a oferecer-lhes condições de alcançar melhores níveis econômico e social, o DAS, cumprindo sua missão proporcionou aos beneficiários do Instituto o atendimento de 3.686 receituários e o fornecimento de 68.570 medicamentos gratuitos, dos 77 produtos farmacêuticos da linha CEME.

Outras medidas de caráter assistencial foram objeto de convênios:

Convênio IPAJM/GRUMED

- Início: Abril de 1979
- Duração: Atividade anual
- Clientela abrangida: Segurados e beneficiários do IPAJM
- Encaminhamentos: 60
- Objetivos: Proporcionar atendimento médico, particular, abaixo do custo, nas seguintes especialidades: DERMATOLOGIA e DOENÇAS VENEREAS, COSMETOLOGIA e ALERGIA, CLÍNICA GERAL e CARDIOLOGIA, GINECOLOGIA e OBSTETRÍCIA.

Convênio IPAJM/LABORATÓRIO J. BATISTA

- Início:
- Duração: Anual
- Clientela abrangida: Segurados e beneficiários do IPAJM
- Encaminhamentos: 120
- Objetivo: Redução das despesas com exames de laboratórios.

Convênio IPAJM/MEFRE

- Início: Agosto de 1979
- Duração: Atividade de caráter experimental
- Clientela abrangida: Segurados e beneficiários do IPAJM
- Encaminhamentos: 10
- Objetivo: Proporcionar atendimento médico especializado em reabilitação físico motora, ao preço custo unidade de serviço da tabela do INAMPS.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

"Na medida em que a política nacional de desenvolvimento objetiva a democratização de oportunidades e a valorização e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, aumentam de forma substancial as responsabilidades do setor".

A Secretaria de Estado da Saúde, ao desenvolver as suas atividades no exercício de 1979, fixou-se exatamente nas normas do sábio pensamento acima, de autoria de uma das maiores autoridades brasileiras no delicado campo da saúde e do saneamento.

Sem sombra de dúvidas que as responsabilidades do setor, a partir de 15 de março de 1979, assumiram proporções de grande monta, tendo em vista os grandes encargos que sobrevieram logo nos primeiros meses, muitos dos quais em decorrência das chuvas prolongadas e enchentes ocorridas em janeiro e fevereiro, atingindo grande parte do território espírito-santense.

A partir de então, implementou-se adequadamente a GESA, identificando-se com as diretrizes traçadas pelo Governo para atingir suas metas, buscando os melhores resultados com o mínimo de ônus.

Dentro desse contexto e com o irrestrito apoio do Ministério da Saúde, as ações desencadeadas neste curto período, denotam a credibilidade do órgão perante a comunidade e as autoridades norteadoras do Sistema Nacional de Saúde, evidenciada pelos seguintes fatos:

1. Combate sistêmico ao surto de poliomielite emergido ao longo do período das enchentes, quando foram aplicadas 222.633 doses de vacina, num abrangente ângulo de proteção a todos os municípios capixabas. Debelado o surto ascendente, o trabalho teve maior amplitude na campanha de bloqueio realizada de casa em casa. Com isso, saímos de uma situação constrangedora de quarenta casos por mês a uma posição ZERO no final da campanha.

2. Implantação, no final do exercício, do Grupo de trabalho destinado a elaborar o Plano Integrado de Saúde do Estado, tendo em vista os termos do Aviso Interministerial n.º 493, de 11.09.79, assinado pelos Ministros da Saúde e da Previdência e Assistência Social, conjuntamente. Constituído o Grupo pelos Srs. Secretário da Saúde, Delegado Federal da Saúde e Superintendente Regional do INAMPS, os trabalhos foram iniciados em tempo hábil, sob a presidência do primeiro, até o ponto em que se anunciava a unificação de todos os convênios para a formação, já no limiar do ano de 1980, de um Convênio único que viria a se denominar plano Operativo para o período 1980/1985.

3. Trabalho conjugado com a SUCAM — Superintendência de Campanhas de Endemias — visando à erradicação de endemias naturais da região norte do Estado, de modo especial a esquistossomose, a malária e o tracoma. Em relação a essa última e por ser mais recente o trabalho conjunto, é válido realçar que os resultados vêm sendo alcançados na exata medida dos propósitos pretendidos.

4. Inclusão de todo o Estado do Espírito Santo, juntamente com algumas regiões do Estado de Minas Gerais, como os Vales dos Rios Jequitinhonha, Mucurici e Doce, no Programa de Integração de Ações de Saúde e Saneamento, conforme Decreto Federal n.º 84.219, de 14.11.79, por força do qual as regiões citadas, no período de 1980 a 1985 se beneficiarão de repasses no valor global de 1 bilhão e 60 milhões de cruzeiros. Providência de tão significativa monta — antes somente repassada à região da SUDENE — destinada exclusivamente a levar ações de saúde e saneamento básico às populações mais distantes e carentes, constitui, sem dúvida, grande conquista do Governo Estadual ao campo da saúde.

5. Conclusão e formalização do projeto relativo ao financiamento de 20.000.000 de marcos (cerca de Cr\$..

530.000.000,00 — cujo contrato será celebrado com a República Federal da Alemanha a 05 do mês fluente — para a construção de grandes Hospitais, 1 Centro de Saúde e 70 Unidades Sanitárias, devidamente equipados, mediante as seguintes condições: 30 anos de prazo, 10 de carência e juros de 2% ao ano. Os recursos acima serão acoplados, juntamente com o PIASS, ao Convênio Único a ser implantado nos primeiros meses de 1980 e representarão extraordinário respaldo financeiro para se levar de vencida a meta prioritária consignada nas "Diretrizes para a Ação Integrada".

6. Elevação à categoria de Centros de Saúde de algumas Unidades Sanitárias US 1, em face do crescimento populacional dos respectivos Municípios, bem como a recuperação de tantas outras cujo estado físico reclamava de há muito a execução de tal medida.

7. Contratação com várias Prefeituras Municipais, mediante o repasse de verbas de convênio do Ministério da Saúde, da administração de reformas e construção de Unidades de 2a. e 3a. categorias, com prioridade para as sedes de Municípios mais carentes.

8. Inauguração do Laboratório de Produtos Químicos e Farmacêuticos nas dependências da Secretaria, em Bento Ferreira, mediante o aproveitamento de equipamento completamente novo e que se achava desativado "in natura". O Laboratório, já em plena fase de produção de comprimidos e outros produtos, suprirá integralmente todas 93 Unidades Sanitárias em funcionamento no Estado e viabilizará um convênio de troca de medicamentos com a CEME — Central de Medicamentos do Ministério de Assistência e Previdência Social — transação de recíproca vantagem para os objetivos das partes convenientes.

9. Implantação em todas as Unidades Sanitárias, no final do exercício, do serviço de puericultura programada, embasado na filosofia de uma assistência médica completa à criança recém nascida. Tal assistência inclui receituário, lactário, vacinação e assistência social às nutrizes, até que a criança atinga 2 anos de idade.

10. Distribuição de Cr\$ 28.000.000,00 em alimentos a serem fornecidos através da COBAL e por força de um convênio recente firmado entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde e com a intervenção do INAM — Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. A distribuição se estenderá por todo o exercício de 1980, numa abrangência a todas as Unidades Sanitárias.

11. Assistência médico-hospitalar à população carente, através da rede de hospitais credenciada pela Fundação Hospitalar do Espírito Santo e do seu próprio acervo, em que se propõe a execução de um programa extenso modulado em normas de serviços compatíveis a um bom nível de atendimento. Tal assistência envolve-se por todo o Estado e exige da Fundação um grande somatório de recursos financeiros para suportar o volume de encargos encampados pela entidade.

12. Intensificação do Programa Materno-Infantil, em convênio com o Ministério da Saúde segundo o qual é permanentemente assegurada assistência completa tanto à gestante quanto à criança. No exercício de 1979 o Programa sofreu acentuadas alterações que visaram a uma condição de melhor atendimento em termos regionais.

13. Estudos realizados para a instalação de um moderno Centro Hemoterápico no Espírito Santo, sem as limitações de um simples banco de sangue. Terá, pois a finalidade específica de produzir frações derivadas desse tecido nobre, inclusive contando com a liofilização da fração globulina.

14. Conclusão de estudos para a construção de um moderno Laboratório Regional de Saúde Pública para funcionar anexo ao Centro de Saúde de Barra de São

Francisco destinado à cobertura da região periférica daquele importante município.

15. Assinatura de convênios com várias Prefeituras Municipais para recuperação de todas as Unidades Sanitárias que foram atingidas pelas enchentes, com base nos recursos especiais repassados pelo Ministério do Interior.

16. Previsão para se construir no correr do ano de 1980 e em função do futuro Convênio único — Plano Operativo 1980/1985 — cerca de 97 Unidades Sanitárias rurais em lugares de populações a partir de 500 habitantes, tudo numa subordinação às três Regiões de Saúde que se implantarão no Espírito Santo em base no supradito Plano Operativo.

17. Credenciamento de entidades como a "Colônia de Pescadores de Vila Velha" junto aos Centros de Saúde da Grande Vitória para que os seus associados obtenham todos os exames de laboratório praticados pela equipe da Secretaria de Estado da Saúde.

18. Rescisão de alguns contratos de prestação de serviços, altamente onerosos para a Secretaria, com redução de dois terços dos custos dos serviços.

19. No período de 11.9 a 13.10.79 a Secretaria de Estado da Saúde, que mantém permanentemente um Posto de Serviço de Profilaxia da Raiva, participou juntamente com as Secretarias de Estado da Agricultura, do Interior e Transportes, da Segurança Pública, Prefeituras Municipais de Vitória, Serra, Viana, Cariacica, Vila Velha, e a Fundação Serviço de Saúde Pública — FSESP do Ministério da Saúde, da campanha de vacinação contra a raiva canina na área da Grande Vitória. Nesse período, para uma população canina estimada em 52.626, foram vacinados 49.637 cães, num atingimento de 94,32%.

Basicamente, a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde se apoia em três Departamentos:

- Departamento de Ações Básicas
- Departamento de Ações Complementares
- Departamento de Ações Ambientais

Afora as Assessorias Técnicas, as Chefias de Grupos Setoriais, a Assessoria Especial de Programação e Orçamento, a Secretaria e o próprio Gabinete do Secretário, a Secretaria de Estado da Saúde tem, efetivamente como seu pilar de sustentação, os três Departamentos acima citados.

Deles, o mais importante é o de Ações Básicas, cuja finalidade sobretudo ampla, recai sobre o controle, a supervisão e a manutenção de todas as Unidades Sanitárias em funcionamento e que hoje somam 93, a par, ainda, da Coordenação Geral de todos os Convênios com o Ministério da Saúde e outras entidades de economia mista.

Executor de todos os convênios celebrados com o Ministério da Saúde, compete-lhe uma imensurável gama de responsabilidade quando faz cumprir os seus principais programas, dentre os quais destacam-se os seguintes: Hanseníase, Saúde Mental, Controle da Tuberculose, Nutrição em Saúde etc. As atividades do Departamento de Ações Básicas expressaram-se estatisticamente nos ANEXOS números DAB 01 a 33.

O Departamento de Ações Complementares tem como finalidade específica complementar os trabalhos do Departamento de Ações Básicas, cumprindo-lhe a função de estabelecer o planejamento consubstanciado em informações sobre saúde. As suas atividades no exercício se expressaram na forma das Tabelas anexas (número DAC-01 a DAC-69) e subdivididas nos três setores que compõem o Departamento, a saber:

I — SETOR DE PROFILAXIA

- Números e percentuais de Vacinações nos Grupos Etários
- Boletim Anual de Imunização — Revisado
- Programa de Profilaxia da Raiva
- Casos Notificados de Doenças Transmissíveis no Estado
- Casos Notificados das Principais Doenças Controláveis por Vacinação
- Números de casos, óbitos e Letalidades de Meningites

II — SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

- Tabela de dados das atividades do Setor

III — SETOR DE ESTATÍSTICA DE SAÚDE

- Mortalidade Geral por Micro Regiões
- Mortalidade Infantil por Micro Regiões
- Mortalidade Neo-Natal por Micro Regiões
- Taxa de Natalidade por Micro Regiões
- Taxa de Mortalidade Fetal por Micro Regiões
- Mortalidade Proporcional por Grupos Etários
- Taxa de Mortalidade por Doenças Transmissíveis
- Taxa de Mortalidade por Diarréias Infecciosas — menores 5 anos
- Taxa de Mortalidade por Difteria
- Taxa de Mortalidade por Coqueluche
- Taxa de Mortalidade por Tuberculose (Pulmonar e outras formas)
- Taxa de Mortalidade por Meningite Meningocócica e não especificada)
- Taxa de Mortalidade por Tétano (todas as formas)
- Taxa de Mortalidade por Sarampo
- Taxa de Mortalidade por Malária
- Taxa de Mortalidade por Avitaminose
- Taxa de Mortalidade por Neoplasmas Malignos
- Taxa de Mortalidade por Doenças Cérebro Vasculares
- Taxa de Mortalidade por Gripe e Pneumonia
- Taxa de Mortalidade por Doença Isquêmica do Coração
- Taxa de Mortalidade por Doenças Maternas
- Taxa de Mortalidade por Acidentes de Automóvel
- Taxa de Mortalidade por Acidentes e Outras Causas Violentas
- Taxa de Mortalidade por Outras Causas
- Taxa de Mortalidade por Causas Ignoradas

Zelar pela melhoria de condições ambientais. Exatamente assim acha-se inserido tópico nas Diretrizes para a Ação Plurianual (1979/1983) desta Secretaria. Como decorrência, a Secretaria de Estado da Saúde apóia-se no seu Departamento de Ações Ambientais para o respectivo suporte. As atividades do Departamento de Ações Ambientais assim se enumeram:

- aprovação de projetos para construções residenciais, comerciais e industriais.
- levantamento das condições sanitárias de rios com a finalidade do futuro controle da poluição hídrica.
- consultoria, estudo e aprovação de projetos de valas de oxidação e lagoas de estabilização.
- estudo, consultoria com ou sem aprovação de projetos anti-poluentes de estabelecimentos industriais.
- acompanhamento dos dados obtidos pela seção de bromatologia (análise bacteriológica de água), Laboratório Central de Saúde Pública.
- acompanhamento dos dados obtidos pela seção de

- poluição (análises bacteriológicas das águas das praias), do Laboratório Central de Saúde Pública.
- acompanhamento dos dados obtidos pela seção de poluição do ar (partículas sedimentáveis, do Laboratório Central de Saúde Pública.
 - atividades diversas executadas, tais como:

- visitas a estabelecimentos comerciais;
- visitas a estabelecimentos industriais;
- atendimento a reclamações;
- visitas a habitações para expedição de "Habite-se";
- expedição de Alvarás de Licença;
- expedição de intimações;
- verificações das intimações expedidas;
- inutilização de gêneros alimentícios impróprios para o consumo;
- inspeção e coleta de água.

Numericamente:

- 862 projetos tramitados para exames ou reexames e consequente aprovação;
- 525 projetos aprovados;
- 486 processos diversos para pareceres, informações, etc.;
- 51 Comunicações Internas datilografadas e expedidas;
- 17 Representações datilografadas e expedidas
- 01 Carta:
 - 1.121 Estabelecimentos visitados;
- 473 vistorias para ALVARÁS DE LICENÇA;
- 299 ALVARÁS expedidos;
- 553 vistorias para HABITE-SE;
- 268 HABITE-SE expedidos;
- 382 Advertências expedidas;
- 280 verificações de advertências cumpridas;
- 84 advertências cumpridas em parte;
- 196 advertências cumpridas;
- 102 advertências não cumpridas;
- 35 reclamações atendidas;
- 45 coletas de amostra para análise;
- 67 kg gêneros alimentícios inutilizados por estarem impróprios para o consumo;
- 04 habitações intimadas a procederem limpeza nos depósitos d'água.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

A Fundação Hospitalar do Espírito Santo, cuja finalidade precípua é a de prestar assistência médico-hospitalar a quantos demonstrarem insuficiência de recursos, é o único órgão vinculado à Secretaria de Estado da Saúde. Dirige-na um Presidente, um Diretor-Técnico e um Diretor-Administrativo e o seu Colegiado maior é o Conselho Deliberativo cujo Presidente é o Secretário de Estado da Saúde.

As atividades da Fundação Hospitalar desenrolaram-se, no ano de 1979, de modo plenamente satisfatório.

Seu programa de trabalho foi rigorosamente cumprido como se verá na exposição integrante deste capítulo, mais adiante.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ATENDIMENTOS MÉDICOS REALIZADOS NAS UNIDADES SANITÁRIAS SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS

1979

Grupos	Inscrições	Consultas	Comparecimentos	Total
Adultos	102.941	313.248	201.576	617.765
Gestantes	13.162	47.695	28.645	89.502
Infantes	20.715	53.023	37.972	111.710
Pré-Escolar	27.835	89.373	58.075	175.283
Escolares	34.145	102.190	65.457	201.792
Total	198.798	605.529	391.725	1.196.052

ATIVIDADES DA UNIDADE MÓVEL AMBULATORIAL

ÔNIBUS FUNRURAL

1979

Atendimento Médico	Total
Adultos	1.113
Crianças menos de 1 ano	146
Crianças de 1 a 5 anos	534
Crianças de 6 a 10 anos	475
Crianças de 11 a 16 anos	333
TOTAL GERAL	2.601
EXAMES DE LABORATÓRIO	1.392

Atendimento Odontológico	Adultos	Crianças	Total
Pacientes atendidos	1.326	495	1.821
Exames odontológicos	677	233	910
Tartarectomias	16	—	16
Pequenas cirurgias	26	8	34
Extrações	2.318	724	3.042
Outros Serviços	1.054	276	1.330

MUNICÍPIOS ATENDIDOS

Serra — Carapina — (Janeiro a Março de 1979)
 Pinheiro — Sede e São João do Sobrado (Agosto e Setembro de 1979)

Conceição da Barra (Outubro e Novembro de 1979)

- Braço do Rio
- Cristal
- Floresta do Sul
- Itaúna
- Fazenda Klabin
- São Sebastião.

EXAMES REALIZADOS NOS LABORATÓRIOS REGIONAIS E LOCAIS

1979

Exames Realizados	Laboratórios		
	Regionais	Locais	Total
Parasitológico de fezes	17.890	77.435	95.325
Shistosoma Mansoní	386	2.787	3.173
Urina	13.212	24.821	38.033
Hematológico	5.095	7.793	12.888
Hemograma	3.009	9.399	12.408
Hematozoários	33	302	335
Baciloscopia BK	3.483	7.660	11.143
Baciloscopia Hansen	121	713	834
Bacterioscopia Meningococo	520	15	535
Bacterioscopia Gonococo	—	267	267
Sorologia p/Lues	22.796	43.482	66.278
Grupo Sanguíneo Fator Rh	1.876	1.857	3.733
TOTAL GERAL	68.421	176.531	244.952

EXAMES REALIZADOS NOS LABORATÓRIOS REGIONAIS

1979

Exames Realizados	Laboratórios			Total
	Cachoeiro	Colatina	S. Mateus	
Parasitológico de fezes	9.581	5.859	2.450	17.890
Shistosoma Mansoní	9	362	15	386
Urina	9.486	2.101	1.625	13.212
Hematológico	2.231	1.722	1.142	5.095
Hemograma	886	1.229	894	3.009
Hematozoários	—	—	33	33
Baciloscopia BK	2.173	518	792	3.483
Baciloscopia Hansen	47	74	—	121
Bacterioscopia Meningococo	—	—	—	520
Bacterioscopia Gonococo	520	—	—	—
Sorologia p/Lues	11.486	10.869	441	22.796
Grupo Sanguíneo Fator Rh	1.876	—	—	1.876
TOTAL GERAL	33.295	22.734	7.392	68.421

PRODUÇÃO DO LABORATÓRIO CENTRAL DE
SAÚDE PÚBLICA

1979

BACTERIOLOGIA

1979

Biologia Médica	Total
Parasitológico de fezes	3.955
Shistosoma Mansonii	111
Urina E.A.S.	1.411
Planoteste	240
Hemograma	1.445
Grupo Sanguíneo Fator RH	156
Hematozoários	05
Antibiograma	36
Baciloscopia BK	6.417
Baciloscopia Hansen	161
Bacterioscopia Meningo	—
Bacterioscopia Gono	286

EROMATOLOGIA

Água	640
Alimentos	164
Sal	430

POLUIÇÃO

Aérea	134
Hídrica	209
TOTAL	15.800

CULTURAS

1979

Especificação	Número	Percentual
CULTURAS	595	—
C. Diphtheriae	1	—
Positivas	—	—
Negativas	1	100%
N. Meningitidis	2	—
Positivas	1	50%
Negativas	1	50%
N. Gonorrhoeae	9	—
Positivas	2	22,22%
Negativas	7	77,78%
M. Tuberculose	123	—
Positivas	20	16,26%
Negativas	103	83,74%
B. Piocianico	3	—
Positivas	—	—
Negativas	3	100%
COPROCULTURA	59	—
Mocultura	28	—
Antibiograma	38	—
Esgoto	145	—
Água da Praia	21	—
Positivos	3	—
Negativos	18	—
Vibrio Cholerae	145	—
Positivas	—	—
Negativas	145	—
Pesquisas de Salmonella Shigella	163	—
Positivas	—	—
Negativas	163	—

Exames Bacteriológicos	Número	Percentual
PESQUISAS DIRETAS	6.865	—
Micobacterium Tricomonas	142	—
Positivas	24	16,90%
Negativas	118	83,10%
Micobacterium Tuberculose	6.437	—
Positivas	635	9,86%
Negativas	5.802	90,14%
Neisseria Gonorrhoeae	286	—
Positivas	64	24,12%
Negativas	217	75,88%

SOROLOGIA PARA LUES

1979

Reações Sorológicas	Número	Percentual
V.D.R.L.		
1 — Reações qualitativas	2.468	—
2 — Reação quantitativo	547	22,00%
Positivas	636	25,58%
Negativas	1.850	74,48%
REAÇÃO DE IMUNOFLUO-		
RESCÊNCIA	4	—
Toxoplasmose	—	—
Positivas	3	75%
Negativas	1	25%
BRUCELOSE	10	—
Positivas	—	0%
Negativas	10	100%
HEMAGLUTINAÇÃO	563	—
Positivas	473	84,01%
Negativas	90	15,99%
CHAGAS	2	—
Positivas	—	—
Negativas	2	100%
WIDAL	2	—
Positivas	—	—
Negativas	2	100%
PESQUISA DE LEPTOSPIRA ..	2	—
Positivas	—	—
Negativas	2	—

HEMATOLOGIA

1979

Exames Hematológicos	Totais
Hemograma	1.445
Hemossedimentação	4
Hematimetria	1.445
Heritograma	1.445
Leucocitometria	1.445
Tempo de coagulação	—
Tempo de sangramento	150
Classificação Grupo Sanguíneo	156
Determinação do Fator RH	156
Plaquetas	—
Celulas Falciformes	—
Pesquisas de Plasmodium	—
TOTAL	6.096

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS
PROGRAMAÇÃO E ATENDIMENTO ANUAL DE BENEFICIÁRIOS
(PLANO DE AÇÃO)

MUNICÍPIO: ESPÍRITO-SANTO

ANO: 1979

CÓDIGO/BENEFICIÁRIOS	Nº DE BENEFICIÁRIOS		POPULAÇÃO GERAL	POPULAÇÃO ALVO	POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA (META)						Nº DE C. DE ATEND.	
	(1)	Exist.			Prog. (2)	PROGRAMADA			ATENIDA			
						Nº (5)	% COBERT. (6)	Nº (7)	% COBERT. (8)	Nº (9)		% COBERT. (10)
<u>MICRO REGIÃO 203</u>	3		2	78 258	10 956	3 100	28	3 367	30	103		
Ecoporanga				44 102	6 174	2 500	40	2 619	42	104		
Montanha				15 745	2 204	600	27	748	33	124		
<u>MICRO REGIÃO 206</u>	8		3	179 940	25 191	4 050	16	5 250	20	125		
Afonso Claudio				51 188	7 166	3 050	42	4 026	56	132		
Itarana				11 182	1 565	500	31	788	50	157		
Alfredo Chaves				9 581	1 341	500	37	436	32	87		
T O T A L												

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS
PROGRAMAÇÃO E ATENDIMENTO ANUAL DE BENEFICIÁRIOS
(PLANO DE AÇÃO)

ANO 1979

UNIDADE FEDERATIVA: ESPIRITO SANTO

MUNICÍPIOS	Nº DE BENEFICIÁRIOS		POPULAÇÃO GERAL (3)	POPULAÇÃO ALVO (4)	POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA (META)				Nº DE CRI- SANTO DA
	Exist.	Prog. (2)			PROGRAMADA		ATENDIDA		
					Nº (5)	% COMPLET. (6)		Nº (7)	
HICRO REGIÃO 204	8	8	308 508	43 191	16 100	37	20 143	46	125
Mantenópolis			13 962	1 954	800	40	50	50	124
Boa Esperança			12 003	1 680	800	47	1 033	61	129
Barra de S. Francisco			47 383	6 633	4 000	60	3 979	59	99
Belxio Guandu			23 665	3 313	2 000	60	2 212	66	110
Pancas			24 623	3 447	1 500	43	2 193	63	146
Colatina			113 818	15 934	2 000	12	2 484	15	124
Mons Venecia			41 718	5 840	3 000	51	4 239	72	141
São Gabriel da Palha			31 336	4 387	2 000	45	3 007	68	150
TOTAL									

AYO 1979

— 2 —

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ATIVIDADES ODONTOLÓGICAS EXECUTADAS EM TODO ESTADO EM 1979

Ordem	E S P E C I F I C A Ç Ã O	U.S. com Dentist.	U.S. sem Dentist.	U.S. Móvel c/onibus	Centros de Saúde	Equipes Móvel	Convênios e entidades div.	T o t a l
01	Exames Dentários.....	16,358	31,010	1,820	20,608	32,832	2,346	104,974
	c/Previdência Social (INPS+FUNRURAL).....	6,550	12,216	169	4,593	18,014	507	42,449
	s/Previdência Social.....	9,408	18,794	1,651	16,015	14,818	1,839	62,525
	a) Crianças até 14 anos.....	4,725	10,277	468	5,305	30,067	1,109	51,951
	b) de 15 anos e mais adultos	10,679	18,987	1,352	14,676	2,757	1,237	49,686
	c) Gestantes.....	954	1,746	-	627	08	-	3,335
D2	Atendimentos Subsequentes.....	18,354	54,029	205	18,783	9,388	2,800	103,559
	a) Crianças até 14 anos.....	4,969	12,866	77	3,541	8,059	851	30,363
	b) de 15 anos e + (adultos)...	12,428	39,893	128	14,535	1,329	1,949	70,262
	c) Gestantes.....	957	1,270	-	707	-	-	2,934
03	Total de Atendimentos.....	34,712	85,039	2,025	39,391	42,220	5,146	208,533
04	Tratamentos Completados.....	4,125	6,691	-	811	18,510	327	30,464
05	Sem maior significado.....	405	508	269	204	3,130	12	4,528
06	Dentição hígida (OH).....	16	129	-	12	2,917	-	3,074

CIRURGIA

Exodontia de deciduos.....
 Exodontia de Permanentes.....
 07 - Total de exodontias.....

DENTISTERIA

Dentisteria em porcelana.....
 Dentisteria em amalgama.....
 09 - Total de Dentisteria.....

03 - Forramentos de Cavidades.....
 10 - Fluorterapia.....
 11 - Inspeções de Saúde.....
 12 - Outros Interv. (sut.curet.pulp
 curat. profilax.....

ESTATÍSTICA

13 - Total de serviços executados..
 14 - Dias Trabalhados.....
 15 - Horas Trabalhadas.....
 16 - Consumo de Anestésicos.....

8.139	23.039	762	8.875	6.898	1.230	18.940
31.506	113.722	2.518	57.558	3.352	1.498	210.154
39.645	136.761	3.280	66.433	10.247	2.728	269.094
4.134	-	-	1.819	25.481	4.748	36.182
6.991	-	-	1.288	91.280	6.533	106.092
11.125	-	-	3.107	116.761	11.281	142.274
9.694	271	-	2.773	73.617	8.655	95.010
46	28	-	-	3.536	182	3.792
675	2.382	-	3.039	51	-	6.147
16.772	35.329	892	33.788	7.027	1.783	95.591
94.315	205.781	5.992	129.748	244.071	26.975	706.892
3.623	7.904	103	16.978	4.342	1.011	33.961
21.738	47.424	618	101.868	56.288	5.939	233.875
42.162	109.314	2.683	49.431	12.093	-	215.684

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
INSPETORIA DE SAÚDE DOS PORTOS

ATIVIDADES	ANO - 1979
Embarcações Entradas	1.274
Embarcações Visitadas	671
Livres - Práticas concedidas	671
Livres - Práticas pelo rádio	02
Livres - Práticas Visadas	24
Inspeções Sanitárias	368
Isenções de Expurgo	84
Medidas de Antirratização	481
Passageiros inspecionados no desembarque	-
Passageiros desembarcados por doença	33
Tripulante isolado	-
<u>VACINAÇÕES</u>	
Primo - Vacinação Antivariólica	01
Varíola - Revacinação	1.640
Cólera	1.053
<u>CERTIFICADOS</u>	
Varíola	9.641
Cólera	7.131
<u>Exames de Saúde de Estrangeiro</u>	
Transformação de Visto Consular	18
Exames Complementares Solicitados	295
Laudos Fornecidos	75
<u>Intimações e Penalidades</u>	
Auto de Infração	13
Autos de Multa	01
Prorrogação de Atestado de Desratização por 30 dias	05



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DOENTES NOVOS REGISTRADOS DURANTE O ANO DE 1979

LOCALIDADES	FORMA CLÍNICA			TOTAL
	V + D	I	T	
Afonso Cláudio.....	03	0	0	03
Alegre.....	03	03	0	06
Baixo Guandu.....	01	01	0	02
Barra de São Francisco.....	02	01	0	03
Cachoeiro do Itapemirim.....	03	10	04	17
Cariacica.....	14	13	07	34
Castelo.....	06	01	03	10
Colatina.....	07	05	03	15
Domingos Martins.....	01	01	03	05
Dores do Rio Preto.....	01	01	0	02
Ecoporanga.....	04	0	0	04
Guaçu.....	02	01	01	04
Guarapari.....	0	01	01	02
Ibiraçu.....	0	01	01	02
Itarana.....	0	0	01	01
Jerônimo Monteiro.....	0	01	01	02
Linhares.....	12	09	03	24
Mantenópolis.....	16	01	0	17
Mimoso do Sul.....	01	0	0	01
Montanha.....	01	0	0	01
Mucurici.....	01	0	0	01
Muqui.....	01	0	01	02
Muniz Freire.....	03	0	0	03
Pancas.....	01	0	02	03
Pinheiro.....	01	0	01	02
Rio Novo do Sul.....	01	0	0	01
Santa Tereza.....	01	01	01	03
São Gabriel da Palha.....	01	0	0	01
São José do Calçado.....	0	02	0	02
Serra.....	05	05	0	10
Viana.....	02	0	02	04
Vila Velha.....	17	22	24	63
Vitória.....	14	08	10	32
Fora do Estado.....	03	01	0	04
TOTAL :.....	128	89	69	286



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE HANSENÍASE DE 1979

OBJETIVOS	PREVISTO	REALIZADO	COBERTURAS
Implantação de serviços de exames dermatoneurológicos	03	02	66,7
Implantação da prática de Bacterioscopia em Unidades Sanitárias de 3 municípios	03	01	33,3
Implantação de tratamento em Unidades Sanitárias de 3 municípios	03	02	66,7
Implantação do exame dermatoneurológico em Unidades de 3 municípios	03	02	66,7
Implantar a vacinação para comunicantes em Unidades Sanitárias	39	39	100
Avaliações	47	47	100
Supervisões	47	47	100
*Exames dermatoneurológicos para diagnóstico	34.798	18.495	53,2
Bacterioscopia para diagnóstico	1.740	286	16,4
Descobrir Casos de Hanseníase	439	286	65,2
Tratar Casos Novos	439	286	65,2
Tratar 80% dos doentes antigos	3.911	2.750	70,3
Exames dermatoneurológicos de controle	9.324	2.807	30,1
Bacterioscopia de Controle	7.992	1.689	21,1
Investigação Epidemiológica	439	439	100
Exames de Conviventes domiciliares de I e T	879	404	46,0
Exames de Comunicantes de doentes V e D	10.656	3.593	37,1
Vacinação BCG intradérmico	10.156	269	2,7

OBS:

* não foram computados os exames para carteira de Saúde.

DADOS DE HANSENÍASE NO ANO DE 1979

Números de Doentes Controlados	2.685
Número de Doentes Internados	351
Número de Paradeiro Ignorado	1.399
Total de Doentes no registro Ativo	4.435
Número de Doentes expurgados	245

PNEUMOLOGIA SANITÁRIA

CONTRÔLE DE TUBERCULOSE NO ANO DE 1979

I — Descoberta e Tratamento de Casos Novos de Tuberculose.	
1.1 — Formas Pulmonares	
a — Com Baciloscopia Positiva	918
b — Com Baciloscopia Negativa	80
c — Baciloscopia não realizada	126
1.2 — Formas Extra Pulmonares	
a — Meningite	11
b — Outras formas	126
T O T A L	1.372

II — Proteção dos Sadios

2.1 — Número de Indivíduos Vacinados com BCG-ID:	
— de 01 ano	46.286
01 a 04 anos	29.893
05 a 14 anos	8.106
+ de 15 anos	2.708
T O T A L	86.993

III — Números de Cura dos Casos Novos Descobertos

a — Inicialmente positivos	766
b — Inicialmente negativos	31
c — Inicialmente sem baciloscopia	37
d — Meningite	2
e — Extra pulmonar	191
T O T A L	1.027

IV — Supervisão

4.1 — Unidades Sanitárias Supervisionadas	57
4.2 — Número de supervisiões	102

V — Baciloscopia

5.1 — Baciloscopia para diagnóstico	
a — Positivas	797
b — Negativas	11.997
T O T A L	12.794

5.2 — Baciloscopia para Contrôles:

a — Positivas..... .. .	662
b — Negativas	7.842
T O T A L	8.504

5.3 — Total de Baciloscopia Realizada: 21.298

3 — ATIVIDADE DESENVOLVIDAS PELA COORDENADORIA

3.1 — Quanto à implantação de Unidades de Saúde na Capital e no Interior:

- a) Unidades Previstas por localização e população adistrita, e tipo de Unidade.
- GRANDE VITÓRIA — 567.509 HAB.
- Centro de Saúde de Vitória
 - Centro de Saúde de Santo Antonio
 - Centro de Saúde de Maruípe
 - Centro de Saúde da Glória
 - Centro de Saúde de Jardim América
 - Centro de Saúde de Carapina

INTERIOR:

Afonso Cláudio	51.188 HAB. U.S.2
Alegre	36.242 HAB. U.S.2
Barra de São Francisco	47.383 HAB. U.S.2
Conceição da Barra	38.231 HAB. U.S.2
Ecoporanga	44.102 HAB. U.S.2
Guarapari	28.572 HAB. U.S.1
Iúna	32.524 HAB. U.S.2
Nova Venécia	41.718 HAB. C.S.
São Gabriel da Palha	31.336 HAB. U.S.2
São Mateus	49.370 HAB. C.S.
Vila de Itapemirim	

4 — IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES PSIQUIÁTRICAS EM HOSPITAIS GERAIS:

4.1 — Número de Unidades Previstas

Na Grande Vitória — 06
No interior — 12

4.2 — Número de Unidades Implantadas com as respectivas localizações (Capital e Interior)

NA GRANDE VITÓRIA — C.S. Vitória (Município de Vitória)
— C.S. Maruípe (Município de Vitória)
— C.S. Santo Antonio (Município de Vitória)
— C.S. Jardim América (Município de Cariacica)
— C.S. Glória (Município de V. Velha)

NO INTERIR — U.S. Afonso Cláudio (Município de Afonso Cláudio)

- U.S. Alegre (Município de Alegre)
- U.S. Barra de São Francisco (Município de Barra de São Francisco)
- U.S. Conceição da Barra (Município de Conceição da Barra)
- U.S. Ecoporanga (Município de Ecoporanga)
- U.S. Iúna (Município de Iúna)
- C.S. Nova Venécia (Município de Nova Venécia)
- U.S. São Gabriel da Palha (Município de São Gabriel da Palha)
- U.S. Vila de Itapemirim (Município de Itapemirim)
- U.S. Guarapari (Município de Guarapari)
- C.S. São Mateus (Município de São Mateus)

5 — ATIVIDADES DE SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

5.1 — Número de Supervisiões Previstas

02 (em cada Unidade)

5.2 — Número de Supervisiões Realizadas

02 (em cada Unidade)

6 — Número de consultas em ambulatórios

(número total de atendimentos: Individual + Grupal)	19.144
Número de pacientes encaminhados para internação (Pronto Socorro + Hospital)	665
Quanto ao tempo médio de permanência nas Unidades de Internação (ausência de dados)	
Número de Altas (Pronto Socorro + Hospital)	1.032

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS
PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE TREINAMENTO DE PESSOAL

ANO 1979

ESPECIFICAÇÃO	Nº DE PESSOAS		DE CUMPRIMENTO (3)	TIPO DE TREINAMENTO (4)	CARGA HORÁRIA (5)	OBSERVAÇÕES
	PROGRAMADO (1)	REALIZADO (2)				
PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR						
- Médicos	20	14	70	Seminário	32:00	
- Enfermeiros						
- Nutricionistas						
- Assistentes Sociais						
- Dentista	20	14	70	Curso	16:00	
PESSOAL DE NÍVEL MÉDIO						
- Auxiliares de enfermagem						
- Atendimento	20	17	85	Curso	16:00	
Laboratorista	18	15	83,3	Curso	24:00	
Visitador Sanitário	60	30	37,5	Curso	48:00	
TOTAL	118				136:00	

Atividades desenvolvidas e a implantar na Unidade:

E S P E C I F I C A Ç Ã O	G R A N D E V I T Ó R I A							
	C.S. Vitória	C.S. Maruípe	C.S. Stº Antonio	C.S. Jardim América	C.S. Glória	Pronto Socorro	T O T A L	U.S. Afonso Cláudio
a) Atendimentos individuais de 1. ^a vez	875	320	161	262	405	823	2.846	72
b) Número de Consultas subsequentes	1.221	931	529	1.415	873	-	4.969	200
c) Grupos Operativos (Nº de grupos)	-	04	07	03	-	-	14	-
- de mães	-	02	04	02	-	-	08	-
- de gestantes	-	-	01	01	-	-	02	-
- ludoterapia	-	-	02	-	-	-	02	-
- Outros	-	02	-	-	-	-	02	-
d) Diagnóstico								
- neuróticos	1.127	875	419	1.171	830	338	4.760	170
- Psicóticos	344	96	73	162	182	251	1.108	22
- Epiléticos	356	138	43	89	149	41	816	49
- Deficientes Mentais	102	30	22	44	25	19	242	08
- Alcoólatras	128	19	41	142	38	101	469	10
- Outros	39	93	92	69	54	73	420	13
e) Tratamento								
- Quimioterápico	+	+	+	+	+	+		+
- Psicoterápico	-	+	+	+	+	-		-
f) Encaminhamento (para internação no P.S. ou Hospital)	72	13	12	84	40	78	299	06
g) Seguimento de Egressos no processo de Reintegração Psico-social (Nº de Consultas individuais)	161	17	15	64	48	-	305	07
h) Orientação a família (Nº de Reuniões)	-	06	06	06	18	-	36	06

I N T E R I O R											TOTAL GERAL DO 2º SEMESTRE	TOTAL ANO 1979
U.S. Alegre	U.S. Barra de São Francisco	U.S. Conceição da Barra	U.S. Escoporanga	U.S. Guarapari	U.S. Iúna	C.S. Nova Venécia	U.S. São Gabriel da Palha	C.S. São Mateus	U.S. Vila de Itapemirim	TOTAL		
69	31	27	61	27	29	75	50	30	29	500	3.346	6.262
375	182	82	179	123	82	178	142	62	121	1.726	6.695	12.882
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	29
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	08	16
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	05
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	04
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	04
281	131	58	133	83	60	158	98	51	85	1.308	6.068	11.665
39	18	17	21	18	17	17	19	12	13	213	1.321	2.484
60	19	11	32	09	10	31	22	05	20	268	1.084	2.161
13	08	06	12	05	06	12	07	-	09	86	328	744
11	15	09	20	28	08	18	35	19	17	190	659	1.084
40	22	08	22	07	10	17	11	05	06	161	581	1.006
+	+	+	+	+	+	+	+	+	+			
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
15	02	06	04	01	09	12	04	02	02	63	360	665
127	11	06	12	03	18	31	07	05	04	231	536	990
06	06	06	06	06	06	06	06	06	06	66	102	199

3.3 - Atividades implantadas nas Unidades a nível de:

ESPECIFICAÇÃO	GRANDE VITÓRIA						INTERIOR										
	CENTROS DE SAÚDE						UNIDADES SANITÁRIAS										
	Vitória	Santo Antonio	Glória	Jardim América	Maruípe	Pronto Socorro	São Gabriel da Palha	Alegre	Vila de Itapemirim	Barra de S. Francisco	Conceição da Barra	Ecoporanga	Afonso Cláudio	Nova Venéda	Iuna	Guarapari	São Mateus
Prevenção Primária	-		+		+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Prevenção Secundária	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Prevenção Terciária	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

PREVENÇÃO PRIMÁRIA - Este tipo de prevenção tem sido feito, na quase totalidade das Unidades Sanitárias, através de palestras em que se abordam vários aspectos das doenças mentais, bem como sua prevenção. Tanto tem sido feita por generalistas, como por assistentes sociais ou visitadoras sanitárias. Nos locais onde existe psiquiatra ou psicólogo, estes também realizam tais palestras.

A partir deste ano, o número de palestras, bem como o número de famílias, aumentaram devido ao melhor entrosamento com as equipes do Programa Materno-Infantil.

Nos Centros de Saúde da capital, tem se feito também grupos operativos de mães e gestantes com esta finalidade terapêutica.

PREVENÇÃO TERCIÁRIA - Diagnóstico e tratamento adequado das doenças mentais feito em todas as Unidades Sanitárias. A quimioterapia é feita em todas as Unidades.

PREVENÇÃO TERCIÁRIA - Acompanhamento adequado dos egressos, reuniões com as famílias dos pacientes em tratamento nos Centros de Saúde de Santo Antonio, Jardim América e Maruípe se faz psicoterapia grupal.

A Psicoterapia grupal é feita em todas as Unidades, ressaltando-se, no caso, as limitações dos médicos generalistas e representantes da comunidade, para que a reintegração social destes se realize mais rapidamente e com menor resistência da sociedade.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMPLEMENTARES

NÚMEROS E PERCENTUAIS DE VACINAÇÕES COMPLETADOS NOS GRUPOS ETÁRIOS DURANTE O ANO DE 1979, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

Grupos Etários VACINAS	0 - 1 a		1 - 4 a		5 - 14 a	
	Doses	%	Doses	%	Doses	%
ABIN (3ª doses)	44.447	80,66	75.709	33,49	-	-
RÍPLICE (2ª doses)	35.725	64,83	25.478	11,27	-	-
ANTI SARAMPO (Única)	35.710	64,80	46.376	20,52	-	-
TOXOIDE TETÂNICO (2ª doses)	-	-	-	-	12.973	2,39
BCG INTRADERMICO (Única)	46.286	84,00	29.893	13,22	8.106	1,49
ANTI VARIÓLICA (Única)	-	-	-	-	6.584	1,21

Computados apenas dados correspondentes às faixas etárias.
Os dados de não especificados e os relativos às gestantes estão englobados no relatório anual.

IMUNIZAÇÕES

VACINAS				CDC	TOTAL			
ANTIPOLIO- MIELÍTICA ORAL (SABIN)	MENOR DE 1 ANO	1ª DOSE	1				64488	
		2ª DOSE	2				50932	
		3ª DOSE	3				44447	
	DE 1 a 4 ANOS	1ª DOSE	4				95192	
		2ª DOSE	5				73710	
		3ª DOSE	6				75709	
		REFORÇO	7				216486	
	NÃO ESPECIFICADA		8				114026	
	TOTAL		X				734990	
TRÍPLICE (D.T.P.)	MENOR DE 1 ANO	1ª DOSE	9				43248	
		2ª DOSE	10				35725	
		3ª DOSE	11				28088	
	DE 1 a 4 ANOS	1ª DOSE	12				31851	
		2ª DOSE	13				25478	
		3ª DOSE	14				27309	
		REFORÇO	15				55854	
	NÃO ESPECIFICADA		16				1351	
	TOTAL		X				248904	
ANTI- SARAMPO	MENOR DE 1 ANO	ÚNICA	17				35710	
	DE 1 a 4 ANOS	ÚNICA	18				46376	
	NÃO ESPECIFICADA		19				1169	
	TOTAL		X				83255	
TOXÓIDE TETÂNICO	GESTANTE	1ª DOSE	20				15501	
		2ª DOSE	21				10488	
		REFORÇO	22				4488	
	ESCOLAR (5-14 ANOS)	1ª DOSE	23				40127	
		2ª DOSE	24				12973	
		REFORÇO	25				5016	
	NÃO ESPECIFICADA		26				83899	
TOTAL		X				172552		
BCG INTRADÉRMICO	MENOR DE 1 ANO	ÚNICA	27				46286	
	DE 1 a 4 ANOS	ÚNICA	28				29893	
	DE 5 a 14 ANOS	ÚNICA	29				8106	
	NÃO ESPECIFICADA		30				2708	
	TOTAL		X				86993	
ANTI VARIOLICA	ESCOLAR (5-14 ANOS)	ÚNICA	31				6584	
	NÃO ESPECIFICADA		32				59635	
	TOTAL		X				66219	

OBSERVAÇÕES

RESPONSÁVEL

TRATAMENTO PROFILÁTICO HUMANO

ATIVIDADE	Local	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Nº Pessoas Atendidas		2.987	1.503	4.490
Nº Fessoas Tratadas (TOTAL)		873	876	1.749
Sômente com vacina		873	868	1.741
Com vacina e soro		—	08	08
Scmente com soro		—	—	—
Nº abandonos tratamento		188	78	266
Nº doses aplicadas		8.560	11.753	20.133
Nº animais agressores observados		1.975	762	2.737
Nº Comparecimentos		10.322	1.889	12.211

PROFILAXIA DA RAIVA CANINA

ATIVIDADE	Local	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
Nº de cães vacinados		50.286	11.405	61.691
Nº de cães eliminados		—	249	249
Nº de cães desaparecidos		—	51	51

CASOS NOTIFICADOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO

1979 *

CASOS NOTIFICADOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO		PERÍODO	
1979 *			
Doenças	Nº de casos	Coefficiente por 100.000 Hab.	
DADOS REFERENTES AO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL — 1979			
Nº de Médicos Cadastrados em 1979	93		
Nº de Cirurgiões Dentistas Cadastrados em 1979	09		
Nº de Farmacêuticos Bloquímicos Cadastrados em 1979	39		
Nº de Farmácias Registradas em 1979	52		
Nº de Farmácias c/revalidação de Registro	304		
Nº de Postos de Medicamentos c/licença inicial	06		
Nº de Postos de Medicamentos c/revalidação de licença	52		
Nº de Casas de Optica c/Licença Inicial	07		
Nº de Casas de Optica c/revalidação de licença	20		
Nº de Laboratórios c/licença inicial	09		
Nº de Laboratórios c/revalidação de licença	62		
Nº de Depósitos de drogas c/licença inicial	02		
Nº de Depósitos de drogas c/revalidação de licença	16		
Nº de Hospitais e Clínicas c/revalidação de licença	40		
Requisições visadas para compra de Entorpecentes e Psicotrópicos	732		
Termos de visitas realizadas	452		
Nº de Fábricas de Inseticidas c/licença inicial	01		
Nº de Empresas Aplicadoras de Produtos Saneantes Domissanitários	02		
Bancos de Sangue Registrados	08		

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMPLEMENTARES
CASOS NOTIFICADOS DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DOENÇAS	PERÍODO	
	1979 *	
	Nº DE CASOS	COEFICIENTE POR 100.000 HAB.
actomicose	06	
Guba	-	0,32
cancro Venéreo	11	-
oqueluche	905	0,60
ftéria	27	49,41
neofalite	13	1,47
quistossomose	2.662	0,70
ebre Tifóide	36	145,36
astroenterite	1.596	1,96
onorréia	201	87,15
patite Infecciosa	439	10,97
anseníase V.D.	118	23,97
ltras Formas	148	6,44
ishmaniose	84	8,08
infogramulomatose	17	4,58
alária	90	0,92
eningite Indeterminada	266	4,91
eningite Meningocócica	55	14,52
eningite Determinada	88	3,00
rotidite	374	4,80
oliomielite	139	20,42
nivz	01	7,59
ubéola	219	0,05
arampo	931	11,95
ifilis	3.125	50,83
étano	51	170,64
étano Umbilical	10	2,78
uberculose Pulmonar	...	0,54
ltras Formas	...	...
aricela	615	...
		112,62

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMPLEMENTARES

CASOS NOTIFICADOS DAS PRINCIPAIS DOENÇAS CONTROLÁVEIS POR VACINAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 1979 -

Nº	COEF. 100.000 HAB.	DIFTERIA		TÉTANO		SARAMPO		POLIOMIELITE	
		Nº	COEF. 100.000 HAB.	Nº	COEF. 100.000 HAB.	Nº	COEF. 100.000 HAB.	Nº	COEF. 100.000 HAB.
905	49,41	27	1,47	61	3,33	931	50,83	139	7,59

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE AÇÕES COMPLEMENTARES

Nº DE CASOS, Nº DE DOENÇAS E LETALIDADE DE MENINGITES NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO EM 1979

DOENÇA MENINGOCÓCCICA E OUTRAS MENINGITES	CASOS	DOENÇAS	LETALIDADE
DOENÇA MENINGOCÓCCICA	55	13	23,63
MENINGITE COM ESPIRILHAÇÃO	266	32	12,03
MENINGITES DE ETIOLOGIA DETERMINADA	88	16	18,18

Estes dados relativos, a óbitos, taxas de mortalidade, natalidade e taxa de natalidade, conquanto se referiram ao ano de 1978, inseridos nesta Mensagem porque constituem informações inéditas.

As menagens governamentais são documentos fidedignos, destinados não apenas à apreciação e consultas dos presentes, mas, ainda, ao manuseio de futuros pesquisadores e analistas dos fatos sociais, políticos, econômicos e administrativos.

A mecânica através da qual se obtêm esses dados é morosa, disciplinada por normas arcaicas, o que explica a de atualização.

Mas urge que se ponha cõbro a tal defasagem e nesse sentido deverão ser adotadas providências, imediatamente.

MORTALIDADE GERAL, POR MICRO REGIÕES HOMOGÊNEAS NO ESTADO DO E. SANTO — 1978*

Municípios	N.º de Óbitos (Geral)	Taxa de Mortalidade (p/1000 hab.)
Ecoporanga	171	3,92
Montanha	37	2,37
Mucurici	—	—
Total	—	—
Baixo Guandu	191	8,15
Barra de S. Francisco	359	7,65
Boa Esperança	75	6,31
Colatina	676	6,00
Mantenópolis	75	5,43
Nova Venécia	199	4,82
Pancas	145	5,95
São Gabriel da Palha	163	5,25
Total	1 883	6,16
Aracruz	181	5,72
Conceição da Barra	321	8,48
Fundão	37	3,80
Linhares	628	5,71
Pinheiro	116	4,62
São Mateus	145	2,97
Total	1 428	5,43
Afonso Cláudio	341	6,73
Alfredo Chaves	35	3,16
Domingos Martins	145	5,59
Ibiraçu	120	6,54
Itaguaçu	64	5,48
Itarana	56	5,90
Santa Leopoldina	138	10,37
Santa Teresa	118	4,27
Total	1 017	6,05
Cariacica	480	3,25
Serra	139	6,00
Viana	71	5,02
Vila Velha	948	5,37
Vitória	2 960	16,53
Total	4 598	8,50

Castelo	148	5,68
Conceição do Castelo	33	2,02
Iuna	209	6,47
Muniz Freire	102	5,37
Vitória	2 960	16,53
Total	492	5,25
Alegre	302	8,42
Apiacá	802	3,96
Atílio Vivacqua	21	3,34
Bom Jesus do Norte	13	2,30
Cach. de Itapemirim	1 010	8,72
Divino de S. Lourenço	12	3,43
Dores do Rio Preto	28	8,46
Guaçuí	172	11,53
Jerônimo Monteiro	51	7,84
Mimo do Sul	162	7,67
Muqui	106	9,34
Sao José do Calçado	75	8,73
Total	1 978	8,26
Anchieta	47	3,53
Guarapari	184	6,50
Iconha	47	6,15
Itapemirim	267	8,03
Piúma	15	3,59
Presidente Kennedy	29	2,30
Rio Novo do Sul	38	3,54
Total	627	5,70
TOTAL DO ESTADO	12 231	6,80
Municípios	Óbitos Menores de 1 ano	Taxa de Mortalidade p/ 1 000 N. Vivos)
Ecoporanga	67	75,37
Mon.anha	16	108,84
Mucurici	—	—
Total	—	—
Baixo Guandu	45	86,87
Barra de S. Francisco	117	76,82
Boa Esperança	44	121,55
Colatina	176	57,91
Mantenópolis	28	76,09
Nova Venécia	46	33,38
Pancas	41	60,65
São G. da Palha	36	26,05
Total	533	57,65
Aracruz	43	37,33
Conceição da Barra	118	116,14
Fundão	05	30,49
Linhares	164	50,48
Pinheiro	43	52,70
São Mateus	44	55,21
Total	417	57,96
Afonso Cláudio	99	75,80
Alfredo Chaves	05	28,74
Domingos Martins	21	28,49
Ibiraçu	25	42,81
Itaguaçu	12	38,46
Itarana	07	32,56
Santa Leopoldina	37	56,15
Santa Teresa	23	36,74
Total	229	49,64

Cariacica	51	34,62
Serra	21	17,89
Viana	15	24,67
Vila Velha	147	31,38
Vitória	891	84,05
TOTAL	1.125	60,68
Castelo	26	47,10
Conceição do Castelo	07	26,27
Iúna	38	44,39
Muniz Freire	17	33,73
TOTAL	88	40,48
Alegre	73	26,73
Apiacá	—	—
Atílio Vivacqua	01	11,49
Bom Jesus do Norte	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	226	73,45
Divino de S. Lourenço	03	45,45
Dores do Rio Preto	04	21,74
Guaçu	58	112,62
Jerônimo Monteiro	04	22,35
Mimoso do Sul	34	64,89
Muqui	24	77,67
São José do Calçado	08	43,72
TOTAL	435	68,05
Anchieta	17	51,36
Guarapari	40	38,31
Iconha	16	77,67
Itapemirim	71	78,37
Piúma	04	28,37
Presidente Kennedy	05	30,12
Rio Novo do Sul	06	44,44
TOTAL	159	54,28
Total do Estado	3.069	58,88

MORTALIDADE NEO-NATAL, POR MICRO REGIÕES HOMOGÊNEAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1978 *

Municípios	Óbitos de Crianças menores de 1 mês	Taxa de Mortalidade (por 1 000 nasc. vivos)
Ecoporanga	28	31,50
Montanha	04	27,21
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—
Baixo Guandu	25	48,26
B. de S. Francisco	47	30,86
Boa Esperança	21	58,01
Colatina	67	22,05
Mantenópolis	11	29,89
Nova Venécia	23	16,69
Pancas	12	17,75
São Gabriel da Palha	17	12,30
TOTAL	223	24,12
Aracruz	18	15,63
Conceição da Barra	39	38,39
Fundão	03	18,29
Linhares	66	20,31
Pinheiro	14	17,16
São Mateus	23	28,86
TOTAL	163	22,66

Afonso Cláudio	42	32,16
Alfredo Chaves	04	22,99
Domingos Martins	12	16,28
Ibiraçu	11	18,84
Itaguaçu	09	28,85
Laranja	04	18,60
S. Leopoldina	26	39,45
San'ta Tereza	08	12,78
TOTAL	116	25,15

Coriáica	14	9,50
Serra	04	3,41
Viana	05	8,22
Vila Velha	85	18,15
Vitória	331	31,22
TOTAL	439	23,68

Castelo	08	14,49
Conc. do Castelo	03	11,45
Iúna	19	22,20
Muniz Freire	06	11,90
TOTAL	36	16,56

Alegre	43	43,88
Apiacá	—	—
Atílio Vivacqua	01	11,49
Bom Jesus do Norte	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	105	34,12
Divino de São Lourenço	01	15,15
Dores do Rio Preto	02	10,87
Guaçu	24	46,60
Jerônimo Monteiro	02	11,17
Mimoso do Sul	15	28,63
Muqui	12	38,83
São José do Calçado	04	21,86
TOTAL	209	32,70

Anchieta	05	15,11
Guarapari	22	21,07
Iconha	01	4,85
Itapemirim	42	46,36
Piúma	04	28,37
Presidente Kennedy	01	6,02
Rio Novo do Sul	06	44,44
TOTAL	81	27,65

Total do Estado 1.299 24,92

NATALIDADE POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — 1978 *

Municípios	Nº de Nasc. Vivos	Taxa de Natalidade (Por 1 000 hab.)
Ecoporanga	889	20,36
Montanha	147	9,43
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—
Baixo Guandu	518	22,11
Barra de São Francisco	1.523	32,46
Boa Esperança	362	30,46
Colatina	3.039	26,97
Mantenópolis	368	26,62
Nova Venécia	1.378	33,36
Pancas	676	27,73
São Gabriel da Palha	1.382	44,54
TOTAL	9.246	30,27

Aracruz	1.152	36,42
Conceição da Barra	1.016	26,84
Fundão	164	16,84
Linhares	3.249	29,53
Pinheiro	816	32,49
São Mateus	797	16,30
TOTAL	7.194	27,33
Afonso Cláudio	1.306	25,77
Alfredo Chaves	174	15,72
Domingos Martins	737	28,39
Ibiraçu	584	31,81
Itaguaçu	312	26,71
Itarana	215	22,66
Santa Leopoldina	659	49,52
Santa Teresa	626	22,67
TOTAL	4.613	27,43
Cariacica	1.473	9,96
Serra	1.174	50,71
Viana	608	42,95
Vila Velha	4.684	26,51
Vitória	10.601	59,20
TOTAL	18.540	34,27
Castelo	552	21,18
Conceição do Castelo	262	16,02
Iúna	856	26,50
Muniz Freire	504	26,54
TOTAL	2.174	23,20
Alegre	980	27,31
Apiacá	157	23,93
A.ílio Vivacqua	87	13,82
Bom Jesus do Norte	131	23,17
Cachoeiro de Itapemirim	3.077	26,58
Divino São Lourenço	66	18,87
Dores do Rio Preto	184	55,57
Guaçu	515	34,51
Jerônimo Monteiro	179	27,52
Mimoso do Sul	524	24,81
Muqui	309	27,24
São José do Calçado	183	21,29
TOTAL	6.392	26,69
Anchieta	331	24,86
Guarapari	1.044	36,90
Iconha	206	26,94
Itapemirim	906	27,24
Piúma	141	33,78
Presidente Kennedy	166	13,18
Rio Novo do Sul	135	12,58
TOTAL	2.929	26,62
Total do Estado	52.124	28,98

**MORTALIDADE FETAL POR MICRO-REGIÕES
HOMOGÊNEAS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1978 ***

Municípios	Óbitos Fetais	Taxa de Mortali- dade Fe- tal (1 000 nasc. vi- vos + nasc. mortos)
Ecoporonga	16	17,68
Montanha	06	39,22
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—

Baixo Guandu	31	56,47
Barra de São Francisco	48	30,55
Boa Esperança	18	47,37
Colatina	100	31,86
Mantenópolis	15	38,96
Nova Venécia	25	17,82
Pancas	21	30,13
São Gabriel da Palha	34	24,01
TOTAL	292	30,61

Aracruz	29	24,56
Conceição da Barra	73	67,03
Fundão	—	—
Linhares	84	25,20
Pinheiro	27	32,03
São Mateus	21	25,67
TOTAL	234	31,50

Afonso Cláudio	71	51,56
Alfredo Chaves	04	22,47
Domingos Martins	15	19,95
Ibiraçu	09	15,18
Itaguaçu	06	18,87
Itarana	03	13,76
Santa Leopoldina	22	32,31
Santa Teresa	17	26,44

TOTAL 147 30,88

Cariacica	25	16,69
Serra	04	3,40
Viana	09	14,59
Vila Velha	193	39,57
Vitória	472	42,63

TOTAL 703 36,53

Castelo	24	41,67
Conc. do Castelo	21	74,20
Iúna	45	49,94
Muniz Freire	23	43,64

TOTAL 113 49,41

Alegre	51	49,47
Apiacá	—	—
Atílio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	117	36,63
Divino de São Lourenço	03	43,48
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	35	63,64
Jerônimo Monteiro	02	11,05
Mimoso do Sul	16	29,63
Muqui	23	69,28
São José do Calçado	04	21,39

TOTAL 251 37,78

Anchieta	15	43,35
Guarapari	43	39,56
Iconha	08	37,38
Itapemirim	40	42,28
Piúma	—	—
Presiden'e Kennedy	05	29,24
Rio Novo do Sul	04	28,78

TOTAL 115 37,78

Total do Estado 1.877 34,76

**Mortalidade Proporcional — Distribuição percentual de
Óbitos por Grupos de Idade por Micro-Regiões Homogêneas
no Estado do Espírito Santo — 1978 ***

Municípios	Grupo-Etários	N.º Abs.		%
		1978	1978	
Ecoporanga	— 1 ano	67	39.18	
	1 — 4 anos	26	15.20	
	5 — 19 anos	05	2.93	
	20 — 49 anos	18	10.53	
	50 e + anos	55	32.16	
	Total	171	100.00	
Montanha	— 1 ano	16	43.24	
	1 — 4 anos	02	5.41	
	5 — 19 anos	01	2.70	
	20 — 49 anos	06	16.22	
	50 e + anos	12	32.43	
	Total	37	100.00	
Mucurici	— 1 ano	—	—	
	1 — 4 anos	—	—	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	—	—	
	50 e + anos	—	—	
	Total	—	—	
Total	— 1 ano	83	39.90	
	1 — 4 anos	28	13.46	
	5 — 19 anos	06	2.89	
	20 — 49 anos	24	11.54	
	50 e + anos	67	32.21	
	Total	208	100.00	
Baixo Guandu	— 1 ano	45	23.56	
	1 — 4 anos	16	8.38	
	5 — 19 anos	12	6.28	
	20 — 49 anos	27	14.14	
	50 e + anos	91	47.64	
	Total	191	100.00	
B. S. Francisco	— 1 ano	117	32.59	
	1 — 4 anos	34	9.47	
	5 — 19 anos	17	4.74	
	20 — 49 anos	45	12.53	
	50 e + anos	146	40.67	
	Total	359	100.00	
Boa Esperança	— 1 ano	44	58.67	
	1 — 4 anos	10	13.33	
	5 — 19 anos	04	5.34	
	20 — 49 anos	07	9.33	
	50 e + anos	10	13.33	
	Total	75	100.00	
Colatina	— 1 ano	176	26.04	
	1 — 4 anos	32	4.73	
	5 — 19 anos	25	3.70	
	20 — 49 anos	134	19.82	
	50 e + anos	309	45.71	
	Total	676	100.00	
Mantenópolis	— 1 ano	28	37.33	
	1 — 4 anos	07	9.33	
	5 — 19 anos	02	2.68	
	20 — 49 anos	10	13.33	
	50 e + anos	28	37.33	
	Total	75	100.00	
Nova Venécia	— 1 ano	46	23.12	
	1 — 4 anos	13	6.53	
	5 — 19 anos	13	6.53	
	20 — 49 anos	31	15.58	
	50 e + anos	96	48.24	
	Total	199	100.00	
Pancas	— 1 ano	41	28.28	
	1 — 4 anos	13	8.97	
	5 — 19 anos	02	1.38	
	20 — 49 anos	26	17.93	
	50 e + anos	63	43.44	
	Total	145	100.00	
S. G. da Palha	— 1 ano	36	22.09	
	1 — 4 anos	07	4.29	
	5 — 19 anos	08	4.91	
	20 — 49 anos	31	19.02	
	50 e + anos	81	49.69	
	Total	163	100.00	
Total	— 1 ano	533	28.31	
	1 — 4 anos	132	7.01	
	5 — 19 anos	83	4.41	
	20 — 49 anos	311	16.52	
	50 e + anos	824	43.75	
	Total	1.883	100.00	
Aracruz	— 1 ano	43	23.76	
	1 — 4 anos	20	11.05	
	5 — 19 anos	14	7.73	
	20 — 49 anos	35	19.34	
	50 e + anos	69	38.12	
	Total	181	100.00	
Conc. da Barra	— 1 ano	118	36.76	
	1 — 4 anos	51	15.89	
	5 — 19 anos	12	3.74	
	20 — 49 anos	42	13.08	
	50 e + anos	98	30.53	
	Total	321	100.00	
Fundão	— 1 ano	05	13.51	
	1 — 4 anos	—	—	
	5 — 19 anos	02	5.41	
	20 — 49 anos	06	16.22	
	50 e + anos	24	64.86	
	Total	37	100.00	
Linhares	— 1 ano	164	26.11	
	1 — 4 anos	75	11.94	
	5 — 19 anos	43	6.85	
	20 — 49 anos	137	21.82	
	50 e + anos	209	33.28	
	Total	628	100.00	
Pinheiro	— 1 ano	43	37.07	
	1 — 4 anos	15	12.93	
	5 — 19 anos	14	12.07	
	20 — 49 anos	13	11.21	
	50 e + anos	31	26.72	
	Total	116	100.00	
São Mateus	— 1 ano	44	30.34	
	1 — 4 anos	16	11.03	
	5 — 19 anos	09	6.22	
	20 — 49 anos	17	11.72	
	50 e + anos	59	40.69	
	Total	145	100.00	
Total	— 1 ano	417	29.20	
	1 — 4 anos	177	12.39	
	5 — 19 anos	94	6.59	
	20 — 49 anos	250	17.51	
	50 e + anos	490	34.31	
	Total	1.428	100.00	

Afonso Cláudio	— 1 ano	99	29,03
	1 — 4 anos	21	6,16
	5 — 19 anos	18	5,28
	20 — 49 anos	49	14,37
	50 e + anos	154	45,16
	Total	341	100,00

Alfredo Chaves	— 1 ano	05	14,29
	1 — 4 anos	01	2,86
	5 — 19 anos	01	2,86
	20 — 49 anos	03	8,57
	50 e + anos	25	71,42
	Total	35	100,00

D. Martins	— 1 ano	21	14,48
	1 — 4 anos	07	4,83
	5 — 19 anos	05	3,45
	20 — 49 anos	24	16,55
	50 e + anos	88	60,69
	Total	145	100,00

Ibiraçu	— 1 ano	25	20,83
	1 — 4 anos	05	4,17
	5 — 19 anos	06	5,00
	20 — 49 anos	19	15,83
	50 e + anos	65	54,17
	Total	120	100,00

Itaguaçu	— 1 ano	12	18,75
	1 — 4 anos	03	4,69
	5 — 19 anos	01	1,56
	20 — 49 anos	06	9,38
	50 e + anos	42	65,62
	Total	64	100,00

Itarana	— 1 ano	07	12,50
	1 — 4 anos	—	—
	5 — 19 anos	01	1,79
	20 — 49 anos	13	23,21
	50 e + anos	35	62,50
	Total	56	100,00

Sta. Leopoldina	— 1 ano	37	26,81
	1 — 4 anos	08	5,80
	5 — 19 anos	06	4,35
	20 — 49 anos	12	8,69
	50 e + anos	75	54,35
	Total	138	100,00

Santa Teresa	— 1 ano	23	19,49
	1 — 4 anos	05	4,24
	5 — 19 anos	06	5,09
	20 — 49 anos	14	11,86
	50 e + anos	70	59,32
	Total	118	100,00

Total	— 1 ano	229	22,52
	1 — 4 anos	50	4,91
	5 — 19 anos	44	4,33
	20 — 49 anos	140	13,77
	50 e + anos	554	54,47
	Total	1.017	100,00

Cariacica	— 1 ano	51	10,65
	1 — 4 anos	24	5,00
	5 — 19 anos	22	4,58
	20 — 49 anos	117	24,38
	50 e + anos	266	55,41
	Total	480	100,00

Serra	— 1 ano	21	15,11
	1 — 4 anos	11	7,91
	5 — 19 anos	08	5,76
	20 — 49 anos	39	28,05
	50 e + anos	60	43,17
	Total	139	100,00

Viana	— 1 ano	15	21,13
	1 — 4 anos	—	—
	5 — 19 anos	05	7,04
	20 — 49 anos	15	21,13
	50 e + anos	36	50,70
	Total	71	100,00

Vila Velha	— 1 ano	147	15,51
	1 — 4 anos	21	2,22
	5 — 19 anos	50	5,27
	20 — 49 anos	246	25,95
	50 e + anos	484	51,05
	Total	948	100,00

Vitória	— 1 ano	891	30,10
	1 — 4 anos	204	6,89
	5 — 19 anos	170	5,75
	20 — 49 anos	616	20,81
	50 e + anos	1.079	36,45
	Total	2.960	100,00

Total	— 1 ano	1.125	24,47
	1 — 4 anos	260	5,65
	5 — 19 anos	255	5,55
	20 — 49 anos	1.033	22,47
	50 e + anos	1.925	41,86
	Total	4.598	100,00

Castelo	— 1 ano	26	17,57
	1 — 4 anos	02	1,35
	5 — 19 anos	04	2,70
	20 — 49 anos	15	10,14
	50 e + anos	101	68,24
	Total	148	100,00

Conc. do Castelo	— 1 ano	07	21,21
	1 — 4 anos	02	6,06
	5 — 19 anos	03	9,09
	20 — 49 anos	03	9,09
	50 e + anos	18	54,55
	Total	33	100,00

Iúna	— 1 ano	38	18,18
	1 — 4 anos	08	3,83
	5 — 19 anos	06	2,87
	20 — 49 anos	41	19,62
	50 e + anos	116	55,50
	Total	209	100,00

Muniz Freire	— 1 ano	17	16,67
	1 — 4 anos	08	7,84
	5 — 19 anos	02	1,96
	20 — 49 anos	15	14,71
	50 e + anos	60	58,82
	Total	102	100,00

Total	— 1 ano	88	17,89
	1 — 4 anos	20	4,07
	5 — 19 anos	15	3,05
	20 — 49 anos	74	15,04
	50 e + anos	295	59,95
	Total	492	100,00

Municípios	Grupo Etários	N.º Abs.		%
		1978	1978	
Alegre	— 1 ano	73	24,17	
	1 — 4 anos	09	2,98	
	5 — 19 anos	15	4,97	
	20 — 49 anos	40	13,25	
	50 e + anos	165	54,63	
	Total	302	100,00	
Apiacá	— 1 ano	—	—	
	1 — 4 anos	—	—	
	5 — 19 anos	01	3,85	
	20 — 49 anos	02	7,69	
	50 e + anos	23	88,46	
	Total	26	100,00	
Atílio Vivacqua	— 1 ano	01	4,76	
	1 — 4 anos	01	4,77	
	5 — 19 anos	02	9,52	
	20 — 49 anos	05	23,81	
	50 e + anos	12	57,14	
	Total	21	100,00	
Bom Jesus d/Norte	— 1 ano	—	—	
	1 — 4 anos	—	—	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	02	15,38	
	50 e + anos	11	84,62	
	Total	13	100,00	
C. de Itapemirim	— 1 ano	226	22,38	
	1 — 4 anos	43	4,26	
	5 — 19 anos	46	4,55	
	20 — 49 anos	159	15,74	
	50 e + anos	536	53,07	
	Total	1.010	100,00	
Div. d/S. Lourenço	— 1 ano	03	25,00	
	1 — 4 anos	—	—	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	—	—	
	50 e + anos	09	75,00	
	Total	12	100,00	
Dores do Rio Preto	— 1 ano	04	14,29	
	1 — 4 anos	—	—	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	03	10,71	
	50 e + anos	21	75,00	
	Total	28	100,00	
Guaçu	— 1 ano	58	33,72	
	1 — 4 anos	13	7,55	
	5 — 19 anos	06	3,49	
	20 — 49 anos	20	11,63	
	50 e + anos	75	43,61	
	Total	172	100,00	
Jerônimo Monteiro	— 1 ano	04	7,84	
	1 — 4 anos	02	3,93	
	5 — 19 anos	02	3,93	
	20 — 49 anos	06	11,76	
	50 e + anos	37	72,54	
	Total	51	100,00	
Mimoso do Sul	— 1 ano	34	20,99	
	1 — 4 anos	03	1,85	
	5 — 19 anos	10	6,17	
	20 — 49 anos	30	18,52	
	50 e + anos	85	52,47	
	Total	162	100,00	
Muqui	— 1 ano	24	22,64	
	1 — 4 anos	05	4,72	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	14	13,21	
	50 e + anos	63	59,43	
	Total	106	100,00	
S. José d/Calçado	— 1 ano	08	10,67	
	1 — 4 anos	02	2,67	
	5 — 19 anos	03	4,00	
	20 — 49 anos	09	12,00	
	50 e + anos	53	70,66	
	Total	75	100,00	
Total	— 1 ano	435	21,99	
	1 — 4 anos	78	3,95	
	5 — 19 anos	85	4,30	
	20 — 49 anos	290	14,66	
	50 e + anos	1.090	55,10	
	Total	1.978	100,00	
Anchieta	— 1 ano	17	36,17	
	1 — 4 anos	01	2,13	
	5 — 19 anos	04	8,51	
	20 — 49 anos	08	17,02	
	50 e + anos	17	36,17	
	Total	47	100,00	
Guarapari	— 1 ano	40	21,74	
	1 — 4 anos	04	2,18	
	5 — 19 anos	10	5,43	
	20 — 49 anos	42	22,82	
	50 e + anos	88	47,83	
	Total	184	100,00	
Iconha	— 1 ano	16	34,04	
	1 — 4 anos	01	2,13	
	5 — 19 anos	01	2,13	
	20 — 49 anos	07	14,89	
	50 e + anos	22	46,81	
	Total	47	100,00	
Itapemirim	— 1 ano	71	26,59	
	1 — 4 anos	25	9,36	
	5 — 19 anos	13	4,87	
	20 — 49 anos	44	16,48	
	50 e + anos	114	42,70	
	Total	267	100,00	
Piúma	— 1 ano	04	26,67	
	1 — 4 anos	—	—	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	01	6,66	
	50 e + anos	10	66,67	
	Total	15	100,00	
Pres. Kennedy	— 1 ano	05	17,24	
	1 — 4 anos	04	13,80	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	05	17,24	
	50 e + anos	15	51,72	
	Total	29	100,00	
Rio Novo do Sul	— 1 ano	06	15,79	
	1 — 4 anos	03	7,89	
	5 — 19 anos	—	—	
	20 — 49 anos	06	15,79	
	50 e + anos	23	60,53	
	Total	38	100,00	

	— 1 ano	159	25,36
	1 — 4 anos	38	6,06
	5 — 19 anos	28	4,47
Total	20 — 49 anos	113	18,02
	50 e + anos	289	46,09
	Total	627	100,00

	— 1 ano	3.069	25,09
	1 — 4 anos	783	6,40
	5 — 19 anos	610	4,99
Total Geral	20 — 49 anos	2.235	18,27
	50 e + anos	5.534	45,25
	Total	12.231	100,00

Mortalidade por Doenças Transmissíveis, por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Esp. Santo

1978 *

Municípios	Óbitos por Doenças Transmissíveis	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab)
Ecoporanga	12	27,48
Montanha	04	25,66
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—
Baixo Guandu	06	25,61
Barra de S. Francisco	21	44,76
Boa Esperança	04	33,66
Colatina	45	39,93
Mantenópolis	05	36,17
Nova Venécia	09	21,79
Pancas	16	65,63
São Gabriel da Palha	13	41,90
TOTAL	119	38,96
Aracruz	14	44,26
Conceição da Barra	32	84,54
Fundão	01	10,27
Linhares	34	30,91
Pinheiro	06	23,89
São Mateus	04	8,18
TOTAL	91	34,57
Afonso Cláudio	20	39,46
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	09	34,67
Ibiraçu	04	21,79
Itaguaçu	03	25,68
Itarana	01	10,54
Santa Leopoldina	09	67,63
Santa Teresa	10	36,21
TOTAL	56	33,30
Cariacica	28	18,93
Serra	02	8,64
Viana	04	28,25
Vila Velha	36	20,37
Vitória	514	287,04
TOTAL	584	107,95
Castelo	03	11,51
Conceição do Castelo	02	12,23
Iúna	07	21,67
Muniz Freire	07	36,86
TOTAL	19	20,28

Alegre	20	55,74
Apiacá	01	15,24
Atílio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cach.º de Itapemirim	86	74,29
Divino de S. Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	15	100,52
Jerônimo Monteiro	01	15,37
Mimoso do Sul	08	37,88
Muqui	09	79,33
São José do Calçado	02	23,27
TOTAL	142	59,30

Anchieta	05	37,55
Guarapari	10	35,35
Iconha	02	26,15
Itapemirim	28	84,17
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	03	27,96
TOTAL	48	43,63

TOTAL DO ESTADO 1.075 59,77

Mortalidade por Diarréias Infecciosas, entre Crianças menores de 5 anos, por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Espírito Santo

1978 *

Municípios	Óbitos por Diarréias Infecciosas em menores de 5 anos	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab)
Ecoporanga	04	9,16
Montanha	04	25,66
Mucurici	—	—
Total	—	—
Baixo Guandu	02	8,54
Barra de S. Francisco	08	17,05
Boa Esperança	04	33,66
Colatina	29	25,73
Mantenópolis	05	36,17
Nova Venécia	05	12,11
Pancas	08	32,82
São Gabriel da Palha	04	12,89
Total	65	21,28
Aracruz	06	18,97
Conceição da Barra	20	52,84
Fundão	—	—
Linhares	17	15,45
Pinheiro	03	11,94
São Mateus	03	6,14
Total	49	18,62
Afonso Cláudio	16	31,57
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	02	7,70
Ibiraçu	03	16,34
Itaguaçu	01	8,56
Itarana	—	—
Santa Leopoldina	05	37,57
Santa Teresa	08	28,97
Total	35	20,81
Cariacica	14	9,47
Serra	02	8,64
Viana	03	21,19
Vila Velha	12	6,79
Vitória	325	181,49
Total	356	65,81

Castelo	02	7,67
Conceição do Castelo . . .	02	12,23
Iúna	04	12,38
Muniz Freire	06	31,59
Total	14	14,94

Alegre	10	27,87
Apiaçá	—	—
Atílio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cach ^o de Itapemirim	14	12,09
Divino de S. Lourenço . . .	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçuí	10	67,02
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	05	23,67
Muqui	04	35,26
São José do Calçado	—	—
Total	43	17,96

Anchieta	—	—
Guarapari	07	24,74
Iconha	01	13,08
Itapemirim	15	45,09
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	01	9,32
Total	24	21,82

Total do Estado	594	33,03
---------------------------	-----	-------

DAC-36

Mortalidade por Defeteria, por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Espírito Santo

1978*

Municípios	Óbitos por Defeteria	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	—	—
Montanha	—	—
Mucurici	...	...
Total	...	...

Baixo Guandu	—	—
Barra de S. Francisco . . .	—	—
Boa Esperança	—	—
Colatina	01	0,89
Mantenópolis	—	—
Nova Venécia	—	—
Pancas	—	—
São Gabriel da Palha . . .	—	—
Total	01	0,33

Aracruz	—	—
Conceição da Barra	—	—
Fundão	—	—
Linhares	01	0,91
Pinheiro	—	—
São Mateus	—	—
Total	01	0,38

Afonso Cláudio	—	—
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	—	—
Ibiraçu	—	—
Itaguaçu	—	—
Itarana	—	—
Santa Leopoldina	—	—
Santa Teresa	—	—

Total	—	—
-----------------	---	---

DAC-37

Cariacica	—	—
Serra	—	—
Viana	—	—
Vila Velha	—	—
Vitória	05	2,79
Total	05	0,92

Castelo	—	—
Conceição do Castelo	—	—
Iúna	—	—
Muniz Freire	—	—

Total	—	—
-----------------	---	---

Alegre	—	—
Apiaçá	—	—
Atílio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cach ^o de Itapemirim	05	4,32
Divino de S. Lourenço . . .	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçuí	—	—
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	—	—
Muqui	01	8,81
São José do Calçado	01	11,63

Total	07	2,92
-----------------	----	------

Anchieta	04	30,04
Guarapari	—	—
Iconha	—	—
Itapemirim	01	3,01
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	—	—

Total	05	4,54
-----------------	----	------

Total do Estado	19	1,06
---------------------------	----	------

DAC-38

Mortalidade por Coqueluche, por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Espírito Santo

1978*

Municípios	Óbitos por Coqueluche	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	—	—
Montanha	—	—
Mucurici	...	...
Total	...	...

Baixo Guandu	—	—
Barra de S. Francisco . . .	—	—
Boa Esperança	—	—
Colatina	—	—
Mantenópolis	—	—
Nova Venécia	—	—
Pancas	—	—
São Gabriel da Palha . . .	—	—

Total	—	—
-----------------	---	---

Aracruz	—	—
Conceição da Barra	—	—
Fundão	—	—
Linhares	—	—
Pinheiro	—	—
São Mateus	01	2,05
Total	01	0,38

Afonso Cláudio	—	—
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	—	—
Ibiraçu	—	—
Itaguaçu	—	—
Itarana	—	—
Santa Leopoldina	—	—
Santa Teresa	—	—
Total	—	—

DAC-39

Cariacica	01	0,68
Serra	—	—
Viana	—	—
Vila Velha	—	—
Vitória	06	3,35
Total	07	1,29

Castelo	—	—
Conceição do Castelo	—	—
Iúna	—	—
Muniz Freire	—	—
Total	—	—

Alegre	—	—
Apiaçá	—	—
Atílio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cach ^o de Itapemirim	—	—
Divino de S. Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	01	6,70
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	—	—
Muqui	—	—
S ^o José do Calçado	—	—
Total	01	0,42

Anchieta	—	—
Guarapari	—	—
Icônha	—	—
Itapemirim	—	—
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	01	9,32
Total	01	0,91

Total do Estado	10	0,56
---------------------------	----	------

FUNDAÇÃO HOSPITALAR

Aos carentes de recursos médicos, sem distinção de classes sociais, tem a Fundação Hospitalar do Espírito Santo proporcionado uma assistência médico hospitalar de forma ampla e integral, se bem que, devido, por certo ao pouco conhecimento do importante papel que desempenha na área da saúde, sofra, às vezes, críticas, todas, contudo, infundadas, inconsistentes, imerecidas.

Para a classe médica tem a Fundação representado uma importante e valiosa opção de trabalho, constituindo mesmo um importante órgão no campo do aprimoramento profissional, pela possibilidade de oferecer uma clientela de variados matizes, pela liberdade dada na aplicação de novas técnicas e da continuada renovação

de equipamentos de suas Unidades Hospitalares, e ainda por outras inúmeras e variadas oportunidades disponíveis para o melhor desempenho profissional. Como fonte geradora de empregos, além de acolher significativa parcela da classe médica tem também proporcionado oportunidades para outros profissionais, necessários ao bom funcionamento das Unidades Hospitalares existentes. Atua ainda como órgão de formação de pessoal auxiliar, geralmente carente na rede hospitalar privada, através de realização de cursos regulares.

Seu patrimônio se constituía inicialmente, dos órgãos seguintes:

- Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória.
- Clínica de Câncer.
- Hospital Colonia Adauto Botelho.
- Sanatório Oswaldo Monteiro.
- Sanatório Dr. Pedro Fontes.
- Hospital Maternidade Sílvia Avidos.
- Pavilhão de Tuberculose Carlos Lindenberg.
- Hospital Dr. João dos Santos Neves.
- Pavilhão de Tuberculose Samuel Libânio.

Este último sofreu radicais transformações face aos ditames impostos pelos novos conceitos introduzidos na técnica hospitalar. Assim é que as Unidades especializadas no tratamento de tuberculose foram suprimidas ou transformadas em Hospitais Gerais.

Conquanto a programação de expansão física da Fundação se tenha retardado, pois a crise financeira obviamente a atingiu, seus serviços se mantiveram sempre no melhor nível, quer em volume ou em qualidade, como adiante demonstram os índices alcançados.

Através das Unidades de características de Hospital Geral, foram realizadas 22.088 intervenções cirúrgicas, entre grandes médias e pequenas. O movimento geral observado, considerando toda a rede hospitalar, apresentou um total de internações da ordem de 39.195 pacientes, dos quais 36.671 obtiveram alta sendo apenas registrados 1.017 óbitos. Os diversos ambulatórios, atenderam um total de 368.354 pacientes e serviços de socorros urgentes, num total de 250.254 doentes. Diversos outros tipos de atendimentos, como exames laboratoriais, radiológicos etc, foram proporcionados, o que atesta o elevado grau de benefícios concedidos, segundo se observa dos mapas e gráficos anexos.

Objetivando o aprimoramento técnico do seu pessoal e também como fonte geradora de mão de obra especializada do setor médico-hospitalar, foram realizados os seguintes cursos:

- Término da 3ª Turma do Curso de Auxiliar de Enfermagem — nº de alunas: 18
- Início da 4ª Turma: Diurno: 03.12.79 nº de alunas: 33
- Início da 5ª Turma: Noturno — nº de alunas: 33
- Hospital São José do Calçado — Enf. Básica — nº de alunas: 42
- Hospital Dr. João dos Santos Neves — nº de alunas: 25
- Hospital Barra de São Francisco — Enf. Básica — nº de alunas: 40
- Hospital Maternidade Sílvia Avidos — Enf. Básica — nº de alunas: 18
- Pronto Socorro Psiquiátrico Cachoeiro de Itapemirim — nº de alunas: 30

Através do Serviço de Enfermagem, promoveu-se a realização do Curso de enfermagem em psiquiatria, em Linhares e a formação da 2ª turma do curso de auxiliar de enfermagem.

Malgrado as dificuldades da atual conjuntura econômica acham-se viabilizadas, inclusive com todos os estudos efetuados, as seguintes obras:

OBRA OU PROJETO

**Só FEITO A
O PROJETO EXECUTAR
EXECUTADO**

A — HOSPITAL INFANTIL NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

— projeto para prédio do ambulatório.		
Area: 700 m ²	X	
— projeto para novo Pronto Socorro Infantil. radiologia e apartamentos/enfermarias sobre o mesmo.		
Area: 800 m ²	X	
— projeto de nova lavanderia.		
Area: 200 m ²		X
Cr\$ 848.000,00		
— projeto de adaptação da atual lavanderia em ampliação do atual pronto socorro.		
Area: - - ou — 160 m ²		X
— reparos na abertura do novo centro cirúrgico.		X
Cr\$ 20.000,00		
— reparos gerais no pavilhão do novo HINSG. (executados pela SERVITEC)		
Cr\$ 83.500,00		X

B — HOSPITAL MATERNIDADE VILA VELHA

— projeto de rampa para o hospital.		
Cr\$ 376.000,00		X

C — GLÓRIA — VILA VELHA

— projeto para adaptação do Colégio Nossa Senhora em Hospital Psi- quiátrico.		
Cr\$ 820.000,00		X

D — HOSPITAL COLONIA ADAUTO BOTELHO

— substituição da cobertura e armação do telhado do Hospital.		
Area: 8.900 m ²		
Cr\$ 7.324.000,00		X

E — HOSPITAL SAO JOSE

— reforma das instalações elétricas do Hospital São José (São José do Calçado).		
Cr\$ 280.000,00	X	
— reforma e acréscimo do Centro Obstétrico.		
Cr\$ 466.000,00		X

F — LINHARES

— construção e instalação de uma casa de força com recuperação de rede elétrica.		
Cr\$ 1.000.000,00		X

G — ITACIBA

— reforma e reparos no Pronto Socorro.		
Cr\$ 414.000,00	X	

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

RECURSOS FINANCEIROS POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, REALIZADOS NO EXERCÍCIOS DE 1979

Especificação	Governo Estadual	Ministério da Saúde	Outros (CVRD)	Total
Administração Direta				
Saúde e Saneamento	147.121.925	4.149.123	272.659	151.543.707
Administração	20.858.571			20.858.571
Supervisão e Coordenação Superior	4.439.864			4.439.864
Administração Geral	16.418.707			16.418.707
Saúde	126.263.354	4.149.123	272.659	130.685.136
Informações Geográficas e Estatísticas	1.558.365			1.558.365
Treinamento de Recursos Humanos	281.235			281.235
Assistência Médica e Sanitária	122.976.185	4.149.123	272.659	127.397.967
Fiscalização e Inspeção Sanitária	438.451			438.451
Produtos Profiláticos e Terapêuticos	304.118			304.118
Fiscalização do Exercício Profissional	705.000			705.000

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

(FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO)

RECURSOS FINANCEIROS POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 1979

Especificação	Governo Estadual	Receitas Próprias	Outras Fontes	Total
Administração Indireta				
Saúde e Saneamento	153.547.650	198.278.419	9.500.000	361.326.069
Saúde	153.547.650	198.278.419	9.500.000	361.326.069
Treinamento de Recursos Humanos	—	—	—	—
Assistência Médica e Sanitária	153.547.650	198.278.419	9.500.000	361.326.069
Assistência e Previdência	—	1.225.000	—	1.225.000
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	—	1.225.000	—	1.225.000
Previdência Social ao Servidor Público	—	1.225.000	—	1.225.000

Mortalidade por Tuberculose, por Micro-Regiões Homôneas no Estado do Espírito Santo

1978*

Municípios	Pulmonar Abs.	Pulmonar Taxa	Outras Formas Abs.	Outras Formas Taxa	São Gabriel da Palha	02	6,45	—	—
Ecororanga	02	4,58	—	—	Total	09	2,95	—	—
Montanha	—	—	—	—	Aracruz	02	6,32	01	3,16
Mucurici	—	—	—	—	Conceição da Barra	02	5,28	—	—
Total	—	—	—	—	Fundão	—	—	—	—
Baixo Guandu	—	—	—	—	Linhares	01	0,91	—	—
Barra de São Francisco	03	6,39	—	—	Pinheiro	—	—	—	—
Bca Esperança	—	—	—	—	São Mateus	—	—	—	—
Colatina	02	1,77	—	—	Total	05	1,90	01	0,38
Mantenópolis	—	—	—	—	Afonso Cláudio	01	1,97	—	—
Nova Venécia	02	4,84	—	—	Alfredo Chaves	—	—	—	—
Pancas	—	—	—	—	Domingos Martins	—	—	—	—
					Ibiraçu	—	—	—	—
					Itaguaçu	—	—	—	—
					Ilarana	—	—	—	—
					Santa Leopoldina	01	7,51	01	7,51
					Santa Teresa	—	—	—	—
					Total	02	1,19	01	0,59

Cariacica	06	4,06	01	0,68
Serra	—	—	—	—
Viana	—	—	—	—
Vila Velha	06	3,40	01	0,57
Vitória	72	40,21	10	5,58
Total	84	15,53	12	2,22

Castelo	—	—	—	—
Conceição do Castelo	—	—	—	—
Iúna	—	—	—	—
Muniz Freire	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

Alegre	05	13,93	—	—
Apiacá	—	—	—	—
Atílio Vivacqua	—	—	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	05	4,32	04	3,46
Divino de S. Lourenço	—	—	—	—
Dores do Rio Preto	—	—	—	—
Guaçuí	—	—	—	—
Jerônimo Monteiro	01	15,37	—	—
Mimoso do Sul	—	—	—	—
Muqui	—	—	—	—
São José do Calçado	—	—	—	—
Total	11	4,59	04	1,67

Anchieta	—	—	—	—
Guarapari	—	—	—	—
Iconha	—	—	—	—
Itapemirim	01	3,01	—	—
Piúma	—	—	—	—
Presidente Kennedy	—	—	—	—
Rio Novo do Sul	—	—	—	—
Total	01	0,91	—	—

Total do Estado 114 6,34 18 1,00

Mortalidade por Meningite Meningococcemia por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Espírito Santo

1 9 7 8 *

Municípios	Meningocócica		Nac especificada	
	Abs.	Taxa	Abs.	Taxa
Ecoporanga	—	—	02	4,58
Montanha	—	—	—	—
Mucurici	—	—	—	—
Total	—	—	—	—

Baixo Guandu	—	—	—	—
Barra de São Francisco	—	—	01	2,13
Boa Esperança	—	—	—	—
Colatina	02	1,77	02	1,77
Mantenópolis	—	—	—	—
Nova Venécia	—	—	—	—
Pancas	—	—	01	4,10
São Gabriel da Palha	01	3,22	01	3,22
Total	03	0,98	05	1,64

Aracruz	—	—	01	3,16
Conceição da Barra	01	2,64	01	2,64
Fundão	—	—	—	—
Linhares	03	2,73	04	3,64
Pinheiro	—	—	—	—
São Mateus	—	—	—	—
Total	04	1,52	06	2,28

Afonso Claudio	—	—	—	—
Alfredo Chaves	—	—	—	—
Domingos Martins	01	3,85	02	7,70
Ibiraçu	—	—	—	—
Itaguaçu	—	—	—	—

Itarana	—	—	—	—
Santa Leopoldina	—	—	—	—
Santa Teresa	—	—	01	3,62
Total	01	0,59	03	1,78

Cariacica	—	—	03	2,03
Serra	—	—	—	—
Viana	—	—	—	—
Vila Velha	01	0,57	06	3,40
Vitória	09	5,03	40	22,34
Total	10	1,85	49	9,06

Castelo	—	—	—	—
Conceição do Castelo	—	—	—	—
Iúna	—	—	01	3,10
Muniz Freire	—	—	—	—
Total	—	—	01	1,07

Alegre	01	2,79	—	—
Apiacá	—	—	—	—
Atílio Vivacqua	—	—	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	02	1,73	08	6,91
Divino S. Lourenço	—	—	—	—
Dores do Rio Preto	—	—	—	—
Guaçuí	—	—	—	—
Jerônimo Monteiro	—	—	—	—
Mimoso do Sul	—	—	—	—
Muqui	—	—	01	8,81
São José do Calçado	—	—	—	—
Total	03	1,25	09	3,76

Anchieta	—	—	—	—
Guarapari	—	—	02	7,07
Iconha	—	—	—	—
Itapemirim	—	—	02	6,01
Piúma	—	—	—	—
Presidente Kennedy	—	—	—	—
Rio Novo do Sul	01	9,32	—	—
Total	01	0,91	04	3,64

Total do Estado 22 1,22 79 4,39

Mortalidade por Tétano (todas as formas) por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Espírito Santo

1 9 7 8 *

Municípios	Óbitos por Tétano (todas as formas)	Taxa de Mortalidade por 100 000 hab.)
Ecoporanga	—	—
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
Total	—	—

Baixo Guandu	—	—
Barra de S. Francisco	02	4,26
Boa Esperança	—	—
Colatina	03	2,66
Mantenópolis	—	—
Nova Venécia	—	—
Pancas	04	16,41
São Gabriel da Palha	01	3,22
Total	10	3,27

Aracruz	—	—
Conceição da Barra	03	7,93
Fundão	—	—
Linhares	06	5,45
Pinheiro	02	7,96
São Mateus	—	—
Total	11	4,18

Afonso Cláudio	01	1,97
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	01	3,85
Ibiraçu	—	—
Itaguaçu	—	—
Itarana	—	—
Santa Leopoldina	—	—
Santa Teresa	—	—
Total	02	1,19
Cariacica	—	—
Serra	—	—
Viana	—	—
Vila Velha	01	0,57
Vitória	11	6,14
Total	12	2,22
Castelo	—	—
Conceição do Castelo	—	—
Iúna	01	3,10
Muniz Freire	—	—
Total	01	1,07
Alegre	04	11,15
Apiacá	—	—
Atilio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	05	4,32
Divino de São Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	—	—
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	01	4,73
Muqui	—	—
São José do Calçado	—	—
Total	10	4,18
Anchieta	01	7,51
Guarapari	01	3,53
Iconha	—	—
Itapemirim	03	9,02
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	—	—
Total	05	4,54
Total do Estado	51	2,84

**Mortalidade por Sarampo, por Micro-Regiões Homogêneas
no Estado do Espírito Santo
1978***

Municípios	Óbitos por Sarampo	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab)
Ecoporanga	—	—
Montanha	—	—
Mucurê	—	—
TOTAL	—	—
Baixo Guandu	—	—
Barra de S. Francisco	—	—
Boa Esperança	—	—
Colatina	—	—
Manoelópolis	—	—
Nova Venécia	—	—
Pancas	—	—
São Gabriel da Palha	01	3,22
TOTAL	01	0,33

Aracruz	—	—
Conceição da Barra	—	—
Fundão	—	—
Linhares	03	2,73
Pinheiro	—	—
São Mateus	—	—
TOTAL	03	1,14

Afonso Cláudio	—	—
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	—	—
Ibiraçu	—	—
Itaguaçu	—	—
Itarana	—	—
Santa Leopoldina	—	—
Santa Teresa	—	—
TOTAL	—	—

Cariacica	01	0,68
Serra	—	—
Viana	—	—
Vila Velha	01	0,57
Vitória	16	8,93
TOTAL	18	3,33

Castelo	—	—
Conceição do Castelo	—	—
Iúna	—	—
Muniz Freire	01	5,27
TOTAL	01	1,07

Alegre	—	—
Apiacá	—	—
Atilio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	02	1,73
Divino de S. Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	01	6,70
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	—	—
Muqui	01	8,81
São José do Calçado	—	—
TOTAL	04	1,67

Anchieta	—	—
Guarapari	—	—
Iconha	—	—
Itapemirim	—	—
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	—	—
TOTAL	—	—

TOTAL DO ESTADO	27	1,50
---------------------------	----	------

**Mortalidade por Malária, por Micro Regiões Homogêneas
no Estado do Espírito Santo — 1978***

Municípios	Óbitos p/Malária	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	—	—
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—

Baixo Guandu	—	—
Barra de S. Francisco	—	—
Boa Esperança	—	—
Colatina	—	—
Mantenópolis	—	—
Nova Venécia	—	—
Pancas	—	—
São Gabriel da Palha	—	—
TOTAL	—	—

Aracruz	—	—
Conceição da Barra	01	2,64
Fundão	—	—
Linhares	—	—
Pinheiro	—	—
São Mateus	—	—
TOTAL	01	0,38

Afonso Cláudio	—	—
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	—	—
Ibiraçu	—	—
Itaguaçu	—	—
Itarana	—	—
Santa Leopoldina	—	—
Santa Teresa	—	—
TOTAL	—	—

Caracica	—	—
Serra	—	—
Viana	—	—
Vitória	01	0,56
Vila Velha	—	—
TOTAL	01	0,18

Castelo	—	—
Conceição do Castelo	—	—
Iúna	—	—
Muniz Freire	—	—
TOTAL	—	—

Alegre	—	—
Apiacá	—	—
Atilio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cachoeira de Itapemirim	—	—
Divino de S. Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	—	—

Cuaçu	—	—
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	—	—
São José do Calçado	—	—
TOTAL	—	—

Anchieta	—	—
Guarapari	—	—
Iconha	—	—
Itapemirim	—	—
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	—	—
TOTAL	—	—
TOTAL DO ESTADO	02	0,11

**Mortalidade por Avitaminose, por Micro-Regiões
Homogêneas no Estado do Espírito Santo**

1978*

Municípios	Óbitos por Avitaminose	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	10	22,90
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—

Baixo Guandu	06	25,61
Barra de S. Francisco	10	21,32
Boa Esperança	03	25,25
Colatina	12	10,65
Mantenópolis	05	36,17
Nova Venécia	04	9,68
Pancas	—	—
São Gabriel da Palha	02	6,45
TOTAL	42	13,75

Aracruz	03	9,48
Conceição da Barra	07	18,49
Fundão	12	10,91
Linhares	—	—
Pinheiro	—	—
São Mateus	02	4,09
TOTAL	24	9,12

Afonso Cláudio	02	3,95
Alfredo Chaves	01	9,03
Domingos Martins	03	11,56
Ibiraçu	—	—
Itaguaçu	01	8,56
Itarana	—	—
Santa Leopoldina	01	7,51
Santa Teresa	01	3,62
TOTAL	09	5,35

Cariacica	15	10,14
Serra	03	12,96
Viana	01	7,06
Vila Velha	26	14,71
Vitória	86	48,03
TOTAL	131	24,22

Castelo	01	3,84
Conceição do Castelo	—	—
Iúna	—	—
Muniz Freire	—	—
TOTAL	01	1,07

Alegre	02	5,57
Apiacá	—	—
A Rio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cach ^o de Itapemirim	20	17,28
Divino de S. Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	05	33,51
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	03	14,20
Muqui	07	61,70
São José do Calçado	01	11,63
TOTAL	38	15,37

Anchieta	—	—
Guarapari	02	7,07
Iconha	01	13,08
Itapemirim	02	6,01
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	03	27,96
TOTAL	08	7,27
TOTAL DO ESTADO	263	14,62

Afonso Cláudio	08	15,79
Alfredo Chaves	01	9,03
Domingos Martins	07	26,97
Ibiraçu	01	5,45
Itaguaçu	03	25,68
Itarana	02	21,08
Santa Leopoldina	04	30,06
Santa Teresa	07	25,35
TOTAL	33	19,62

Cariacica	61	41,92
Serra	07	30,24
Viana	03	21,19
Vitória	313	174,79
Vila Velha	98	55,46
TOTAL	483	89,28

Castelo	10	38,37
Conceição do Castelo	—	—
Iúna	04	12,38
Muniz Freire	02	10,53
TOTAL	16	17,07

Alegre	10	27,87
Apiacá	03	45,72
Atílio Vivacqua	01	15,89
Bom Jesus do Norte	—	—
Cach ^o de Itapemirim	61	52,69
Divino S. Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	07	46,91
Jerônimo Monteiro	—	—
Mimoso do Sul	13	61,55
Muqui	07	61,70
São José do Calçado	07	81,44
TOTAL	109	45,52

Anchieta	02	15,02
Guarapari	07	24,74
Iconha	—	—
Itapemirim	14	42,09
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	03	27,96

TOTAL	26	23,63
TOTAL DO ESTADO	759	42,20

Mortalidade por Neoplasmas Malignos por Micro-Regiões Homôneas no Estado do Espírito Santo

1978 *

Municípios	Óbitos por Neoplasmas Malignos	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	04	9,16
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—
Baixo Guandu	05	21,34
Barra de S. Francisco	02	4,26
Boa Esperança	—	—
Colatina	26	23,07
Mantenópolis	04	28,94
Nova Venécia	09	21,79
Pancas	02	8,20
São Gabriel da Palha	03	9,67
TOTAL	51	16,70
Aracruz	06	18,97
Conceição da Barra	11	29,06
Fundão	02	20,54
Linhares	17	15,45
Pinheiro	01	3,98
São Mateus	—	—
TOTAL	37	14,06

Mortalidade por Doenças Cerebrovasculares, Por Micro-Regiões Homôneas no Estado do Espírito Santo

1978 *

Municípios	Óbitos por Doenças Cerebrovasculares	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	04	9,16
Montanha	01	6,41
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—
Baixo Guandu	10	42,68
Barra de S. Francisco	17	36,24
Boa Esperança	—	—
Colatina	37	32,83
Mantenópolis	04	28,94
Nova Venécia	11	26,63
Pancas	05	20,51
São Gabriel da Palha	09	29,01
TOTAL	93	30,45

Aracruz	01	3,16
Conceição da Barra	06	15,85
Fundão	06	61,63
Linhares	25	22,73
Pinheiro	01	3,98
São Mateus	03	6,14
TOTAL	42	15,96

Afonso Cláudio	10	19,73
Alfredo Chaves	02	18,07
Domingos Martins	14	53,93
Ibiraçu	09	49,02
Itaguaçu	02	17,12
Itarana	03	31,63
Santa Leopoldina	01	7,51
Santa Teresa	06	21,73
TOTAL	47	27,95

Cariacica	28	18,93
Serra	03	12,96
Viana	—	—
Vila Velha	117	66,22
Vitória	260	145,19
TOTAL	408	75,42

Castelo	16	61,39
Conceição do Castelo	05	30,58
Iúna	14	43,34
Muniz Freire	11	57,92
TOTAL	46	49,09

Alegre	25	69,67
Apiacá	03	45,72
Atilio Vivacqua	03	47,66
Bom Jesus do Norte	01	17,69
Cach.º de Itapemirim	113	97,61
Divino de S. Lourenço	—	—
Dores do Rio Preto	06	181,21
Guaçuí	16	107,22
Jerônimo Monteiro	05	76,86
Mimoso do Sul	22	104,16
Muqui	20	176,29
São José do Calçado	09	104,71
TOTAL	222	93,13

Anchieta	01	7,51
Guarapari	13	45,95
Iconha	05	65,38
Itapemirim	14	42,09
Piúma	08	191,66
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	03	27,96
TOTAL	44	39,99

TOTAL DO ESTADO	908	50,49
---------------------------	-----	-------

**Mortalidade por Gripe e Pneumonia, por Micro-Regiões
no Estado do Espírito Santo**

1978 *

Municípios	Óbitos por Gripe e Pneumonia	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	13	29,77
Montanha	01	6,41
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—

Baixo Guandu	10	42,68
Barra de S. Francisco	06	12,79
Boa Esperança	12	100,98
Colatina	49	43,48
Mantenópolis	03	21,70
Nova Venécia	07	16,95
Pancas	05	20,51
São Gabriel da Palha	06	19,34
TOTAL	98	32,08

Aracruz	08	25,29
Conceição da Barra	09	23,78
Fundão	01	10,27
Linhares	14	12,73
Pinheiro	05	19,91
São Mateus	04	8,18
TOTAL	41	15,58

Afonso Cláudio	08	15,79
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	04	15,41
Ibiraçu	03	16,34
Itaguaçu	01	8,56
Itarana	01	10,54
Santa Leopoldina	01	7,51
Santa Teresa	04	14,49

TOTAL	22	13,08
-----------------	----	-------

Cariacica	25	16,90
Serra	14	60,48
Viana	—	—
Vila Velha	28	15,85
Vitória	247	137,93

TOTAL	314	58,04
-----------------	-----	-------

Castelo	04	15,35
Conceição do Castelo	01	6,12
Iúna	05	15,48
Muniz Freire	—	—

TOTAL	10	10,67
-----------------	----	-------

Alegre	13	36,23
Apiacá	01	15,24
Atilio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	—	—
Cach.º de Itapemirim	65	56,15
Divino de São Lourenço	01	28,60
Dores do Rio Preto	01	30,20
Guaçuí	09	60,31
Jerônimo Monteiro	04	61,49
Mimoso do Sul	07	33,14
Muqui	05	44,07
São José do Calçado	03	34,90

TOTAL	109	45,52
-----------------	-----	-------

Anchieta	04	30,04
Guarapari	05	17,67
Iconha	01	13,08
Itapemirim	17	51,10
Piúma	—	—
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	01	9,32

TOTAL	28	25,45
-----------------	----	-------

TOTAL DO ESTADO	636	35,36
---------------------------	-----	-------

Mortalidade por Doença Isquêmica do Coração, por Micro-Regiões Homogêneas no E. Espírito Santo

1978 *

Municípios	Doença Isquêmica do coração e outras formas	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab.)
Ecoporanga	07	16,03
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
TOTAL	—	—
Baixo Guandu	21	89,62
Barra de S. Francisco	23	49,03
Boa Esperança	04	33,66
Colatina	65	57,68
Mantenópolis	08	57,87
Nova Venécia	14	33,89
Pancas	07	28,71
São Gabriel da Palha	05	16,12
TOTAL	147	48,13
Aracruz	11	34,77
Conceição da Barra	18	47,55
Fundão	02	20,54
Linhares	32	29,09
Pinheiro	05	19,91
São Mateus	05	10,23
TOTAL	73	27,73
Afonso Cláudio	20	39,46
Alfredo Chaves	06	54,20
Domingos Martins	14	53,93
Ibiraçu	07	38,13
Itaguaçu	06	51,36
Itarana	08	84,33
Santa Leopoldina	09	67,63
Santa Teresa	11	39,84
TOTAL	81	48,17
Cariacica	61	41,24
Serra	07	30,24
Viana	13	91,83
Vila Velha	131	74,14
Vitória	357	199,36
TOTAL	569	105,18
Castelo	27	103,60
Conceição do Castelo	03	18,35
Iúna	13	40,25
Muniz Freire	20	105,31
TOTAL	63	67,23
Alegre	23	69,67
Apiacá	05	76,20
Atilio Vivacqua	04	63,54
Bom Jesus do Norte	04	70,76
Cach.º de Itapemirim	107	92,42
Divino de S. Lourenço	01	28,60
Dores do Rio Preto	—	—
Guaçu	18	120,63
Jerônimo Monteiro	06	92,24
Mimoso do Sul	22	104,16
Muqui	13	158,66
São José do Calçado	13	151,25
TOTAL	223	93,13

Anchieta	02	15,02
Guarapari	18	63,63
Iconha	03	39,23
Itapemirim	23	69,14
Piúma	02	47,92
Presidente Kennedy	01	7,94
Rio Novo do Sul	05	46,60
TOTAL	54	49,08

TOTAL DO ESTADO ... 1.217 67,67

Mortalidade por Doenças Materna, por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Espírito Santo

1978*

Municípios	Óbitos por Doenças Materna	Taxa de Mortalidade (por 1.000 nasc. vivos)
Ecoporanga	01	1,12
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
Total	—	—
Baixo Guandu	—	—
Barra de S. Francisco	01	0,66
Boa Esperança	—	—
Colatina	03	0,99
Mastenópolis	01	2,72
Nova Venécia	—	—
Pancas	01	1,48
São Gabriel da Palha	02	1,45
Total	08	0,87
Aracruz	—	—
Conceição da Barra	05	4,92
Fundão	—	—
Linhares	03	0,92
Pinheiro	—	—
São Mateus	01	1,25
Total	09	1,25
Afonso Cláudio	03	2,30
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	01	1,36
Ibiraçu	01	1,71
Itaguaçu	—	—
Itarana	01	4,65
Santa Leopoldina	01	1,52
Santa Aeresia	—	—
Total	07	1,52
Cariacica	—	—
Serra	—	—
Viana	—	—
Vila Velha	05	1,07
Vitória	15	1,41
Total	20	1,08

Castelo	01	1,81
Conceição do Castelo . .	—	—
Iúna	—	—
Muniz Freire	01	1,98
Total	02	0,92

Alegre	03	3,06
Aplacá	—	—
Atilio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte . . .	—	—
Cach ^o de Itapemirim . . .	06	1,95
Divino de S. Lourenço . .	—	—
Dores do Rio Preto . . .	—	—
Guaçuí	—	—
Jerônimo Monteiro . . .	—	—
Mimoso do Sul	—	—
Muqui	—	—
São José do Calçado . . .	—	—
Total	09	1,41

Anchieta	—	—
Guarapari	02	1,92
Iconha	—	—
Itapemirim	—	—
Piúma	—	—
Presidente Kennedy . . .	—	—
Rio Novo do Sul	—	—
Total	02	0,68
Total do Estado	58	1,11

Ecoporanga	—	—
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
Total	—	—

Baixo Guandu	01	4,27
Barra de S. Francisco . .	02	4,26
Boa Esperança	—	—
Colatina	19	16,86
Mantenópolis	—	—
Nova Venécia	05	12,11
Pancas	—	—
São Gabriel da Palha . .	07	22,56
Total	34	11,13

Aracruz	09	28,45
Conceição da Barra . . .	16	42,27
Fundão	05	51,36
Linhares	45	40,91
Pinheiro	03	11,94
São Mateus	04	8,18
Total	82	31,15

Afonso Cláudio	05	9,87
Alfredo Chaves	01	9,03
Domingos Martins	04	15,41
Ibiraçu	10	54,47
Itaguaçu	—	—
Itarana	02	21,08
Santa Leopoldina	01	7,51
Santa Teresa	02	7,24
Total	25	14,87

Cariacica	23	15,55
Serra	17	73,43
Viana	09	63,57
Vila Velha	50	28,30
Vitória	138	77,06
Total	237	43,81

Castelo	05	19,18
Conceição do Castelo . . .	03	18,35
Iúna	03	9,29
Muniz Freire	—	—
Total	11	11,74

Alegre	05	13,93
Aplacá	01	15,24
Atilio Vivacqua	09	142,97
Bom Jesus do Norte . . .	—	—
Cach ^o de Itapemirim . . .	42	36,28
Divino de S. Lourenço . .	—	—
Dores do Rio Preto . . .	—	—
Guaçuí	—	—
Jerônimo Monteiro	02	30,75
Mimoso do Sul	17	80,49
Muqui	01	8,81
São José do Calçado . . .	—	—
Total	77	32,16

Anchieta	—	—
Guarapari	05	17,67
Iconha	02	26,15
Itapemirim	12	36,07
Piúma	—	—
Presidente Kennedy . . .	—	—
Rio Novo do Sul	02	18,64
Total	21	19,09

Total do Estado	487	27,08
---------------------------	-----	-------

Mortalidade por Acidentes e Outras Causas Violentas,
por Micro-Regiões Homogêneas, no Estado do
Espírito Santo

1978*

Municípios	Óbitos por Acidentes e Outras Causas Vio- lentas*	Taxa de Mortalida- de (por 100.000 hab)
Ecoporanga	07	16,03
Montanha	—	—
Mucurici	—	—
Total	—	—

Baixo Guandu	10	43,68
Barra de S. Francisco . .	12	25,58
Boa Esperança	06	50,49
Colatina	62	55,02
Mantenópolis	02	14,47
Nova Venécia	08	19,37
Pancas	04	16,41
São Gabriel da Palha . .	09	29,01
Total	113	36,99

Anchieta	01	7,51
Guarapari	25	88,37
Iconha	—	—
Itapemirim	21	63,13
Piúma	—	—
Presidente Kennedy . . .	02	15,88
Rio Novo do Sul	03	27,96
Total	52	47,27

Total do Estado	817	45,43
----------------------------------	------------	--------------

Mortalidade por Outras Causas, por Micro-Regiões Homogêneas no Estado do Espírito Santo

1978*

Aracruz	09	28,45
Conceição da Barra . . .	12	31,70
Fundão	02	20,54
Linhares	69	62,72
Pinheiro	07	27,87
São Mateus	07	14,32
Total	106	40,27

Municípios	Óbitos por Outras Cau- sas	Taxa de Mortalidade (por 100.000 hab)
------------	----------------------------------	--

Ecoporanga	14	32,06
Montanha	06	38,49
Mucurici	—	—
Total	—	—

Afonso Cláudio	18	35,52
Alfredo Chaves	—	—
Domingos Martins	07	26,97
Ibiraçu	07	38,13
Itaguaçu	03	25,68
Itarana	06	63,25
Santa Leopoldina	09	67,63
Santa Teresa	09	32,59
Total	59	35,09
Cariacica	36	24,34
Serra	16	69,11
Viana	08	56,51
Vila Velha	70	39,62
Vitória	215	120,06
Total	345	63,77

Baixo Guandu	61	260,34
Barra de S. Francisco . .	34	72,47
Boa Esperança	15	126,23
Colatina	112	99,39
Mantenópolis	08	57,87
Nova Venécia	28	67,79
Pancas	16	65,63
São Gabriel da Palha . . .	13	41,90
Total	287	93,96

Castelo	06	23,02
Conceição do Castelo . .	03	18,35
Iúna	14	43,34
Muniz Freire	07	36,86
Total	30	32,01

Aracruz	23	72,71
Conceição da Barra . . .	44	116,24
Fundão	04	41,08
Linhares	85	77,27
Pinheiro	14	55,74
São Mateus	08	16,37
Total	178	67,62

Alegre	12	33,44
Apiacá	02	30,48
Atillo Vivacqua	01	15,89
Bom Jesus do Norte . . .	—	—
Cachoeiro de Itapemirim .	71	61,33
Divino de S. Lourenço . .	—	—
Dores do Rio Preto . . .	01	30,20
Guaçu	07	46,91
Jerônimo Monteiro	03	46,12
Mimoso do Sul	05	23,67
Muqui	01	8,81
São José do Calçado . . .	02	23,27
Total	105	43,85

Afonso Cláudio	47	92,74
Alfredo Chaves	05	45,16
Domingos Martins	13	50,08
Ibiraçu	15	81,70
Itaguaçu	11	94,16
Itarana	15	158,13
Santa Leopoldina	30	225,43
Santa Teresa	17	61,57
Total	153	90,99

Cariacica	98	66,26
Serra	21	90,71
Viana	11	77,70
Vila Velha	279	157,90
Vitória	670	374,15
Total	1.079	199,45

Castelo	27	103,60
Conceição do Castelo . . .	06	36,69
Iúna	16	49,53
Muniz Freire	15	78,98
Total	64	68,30

Alegre	66	183,93
Apiacá	08	121,91
Atílio Vivacqua	—	—
Bom Jesus do Norte	02	35,38
Cach ^o de Itapemirim	223	192,62
Divino de S. Lourenço . . .	02	57,19
Dores do Rio Preto	04	120,81
Guaçu	31	207,75
Jerônimo Monteiro	09	138,36
Mimoso do Sul	27	127,83
Muqui	29	255,62
São José do Calçado	17	197,79
Total	418	174,56

Anchieta	08	60,08
Guarapari	38	134,33
Iconha	17	222,28
Itapemirim	56	168,34
Plúma	01	23,96
Presidente Kennedy	—	—
Rio Novo do Sul	11	102,53
Total	131	119,07

Total do Estado	2.330	129,55
---------------------------	-------	--------

Mortalidade por Causas Ignoradas e Mal Definidas, por Micro-Regiões Homogêneas

1978*

Municípios	Óbitos por Causas Ignoradas e Mal Definidas	Taxa de Mortalidade (por 100 000 hab)
------------	---	---------------------------------------

Ecoporanga	101	231,31
Montanha	25	160,37
Mucurici	—	—
Total	—	—

Baixo Guandu	66	281,68
Barra de S. Francisco	243	517,97
Boa Esperança	32	269,29
Colatina	247	219,18
Mantenópolis	36	260,42
Nova Venécia	99	239,68
Pancas	96	393,78
São Gabriel da Palha	97	312,64
Total	916	299,88

Aracruz	97	306,65
Conceição da Barra	138	364,58
Fundão	15	154,07
Linhares	290	263,62
Pinheiro	80	318,51
São Mateus	121	247,54
Total	741	281,51

Afonso Cláudio	201	396,60
Alfredo Chaves	15	135,49
Domingos Martins	66	254,26
Ibiraçu	56	305,05

Itaguaçu	33	282,49
Itarana	15	158,13
Santa Leopoldina	76	571,09
Santa Teresa	45	162,97
Total	507	28,19

Cariacica	95	64,23
Serra	48	207,34
Viana	23	162,46
Vila Velha	102	57,73
Vitória	108	60,31
Total	376	69,50

Castelo	38	145,80
Conceição do Castelo	20	122,31
Iúna	117	362,22
Muniz Freire	44	231,68
Total	219	233,70

Alegre	131	365,08
Apiacá	02	30,48
Atílio Vivacqua	04	62,54
Bom Jesus do Norte	05	88,45
Cach ^o de Itapemirim	210	181,39
Divino de S. Lourenço	10	285,96
Dores do Rio Preto	15	453,04
Guaçu	65	435,60
Jerônimo Monteiro	22	338,20
Mimoso do Sul	35	165,71
Muqui	13	114,59
São José do Calçado	12	139,62
Total	524	218,83

Anchieta	21	157,71
Guarapari	54	190,89
Iconha	16	209,21
Itapemirim	84	252,51
Plúma	11	263,54
Presidente Kennedy	26	206,46
Rio Novo do Sul	04	37,28
Total	216	196,34

Total do Estado	3.625	203,14
---------------------------	-------	--------

Exluídas as Unidades ambulatoriais de pronto atendimento e de pronto socor.o, o acervo da Fundação se constitui, atualmente das seguintes Unidades Hospitalares:

- Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória
- Hospital Colonia Adauto Botelho
- Hospital Maternidade Sílvia Avidos
- Hospital Maternidade Dr. João dos Santos Neves
- Hospital Barra de São Francisco
- Hospital São José
- Unidade Integrada Jerônimo Monteiro
- Centro de Atendimento Pediátrico de Linhares
- Pronto Socorro Psiquiátrico de Linhares
- Pronto Socorro Psiquiátrico Aristides Alexandre Campos
- Sanatório Dr. Pedro Fontes
- Sanatório Oswaldo Monteiro
- Hospital Maternidade São Camilo

No conjunto dessas unidades temos uma disponibilidade de 2.500 leitos hospitalares.

Possivelmente, ainda na atual administração, será incorporado um Hospital-Maternidade, sediado em Linhares e um Hospital Infantil no Bairro da Glória, município de Vila Velha.

MOVIMENTAÇÃO DE PACIENTES INTERNADOS NAS UNIDADES HOSPITALARES DA F.H.E.S., EM 1979

ATIVIDADES		UNIDADES HOSPITALARES													TOTAL
		HCAB	HINSG	SOM	SPF	HMSA	HJSN	MVV	HMSC	HSJ	HBSF	UIJM	PSPCI	CAPL	
	INAMPS	2768	4.061	787	-	2043	1512	5249	2675	661	788	211	-	-	20.755
	FUNRURAL	-	361	-	-	1360	587	220	792	1410	2942	119	-	576	8.367
	PARTICULAR	24	199	-	-	94	124	132	29	46	143	23	-	-	814
	INDIGENTE	749	2.039	223	424	2347	916	612	20	136	668	94	287	538	9.053
	O. CONVÊNIOS	14	55	-	-	-	-	49	85	-	3	-	-	-	206
	TOTAL	3555	6.715	1010	424	5844	3139	6262	3601	2253	4544	447	287	1114	39.195
ALTAS.....		3468	6.180	904	146	5647	3159	5018	3624	2276	4522	438	289	1000	36.671
ÓBITOS ANTES DE 48 HORAS.....		-	-	5	-	116	3	-	17	6	30	2	-	61	240
ÓBITOS DEPOIS DE 48 HORAS.....		24	356	87	24	79	25	87	20	16	23	3	1	32	777

MOVIMENTO CIRÚRGICO REALIZADO PELAS UNIDADES HOSPITALARES DA FHES, EM 1979

UNIDADES HOSPITALARES	Tipo de Cirurgia			T O T A L
	Pequenas	Médias	Grandes	
HINSG.....	10.797	2.616	2.580	15.993
SPF.....	67	1	1	69
HMSA.. ..	68	77	49	194
HJSN.....	23	96	15	134
MVV.....	353	648	708	1.709
HMSC.....	157	222	17	396
HSJ.....	7	47	78	132
HBSF.....	3.326	98	-	3.424
UIJM.....	35	2	-	37
T O T A L.....	14.833	3.807	3.448	22.088

MOVIMENTO DE PACIENTES EXTERNOS OBSERVADO NAS UNIDADES HOSPITALARES DA FHES EM 1979

UNIDADES HOSPITALARES	Atendimento		T O T A L
	Pronto Socorro	Ambulatorial	
HINSG.....	123.609	-	123.609
SPF.....	-	5.896	5.896
HMSA.....	104.357	-	104.357
MVV.....	39.827	81.340	121.167
HMSC.....	-	14.785	14.785
HSJ.....	-	10.644	10.644
UIJM.....	-	3.088	3.088
PSPCI.....	35	3.052	3.087
CAPL.....	-	2.038	2.038
T O T A L.....	267.828	120.843	388.671

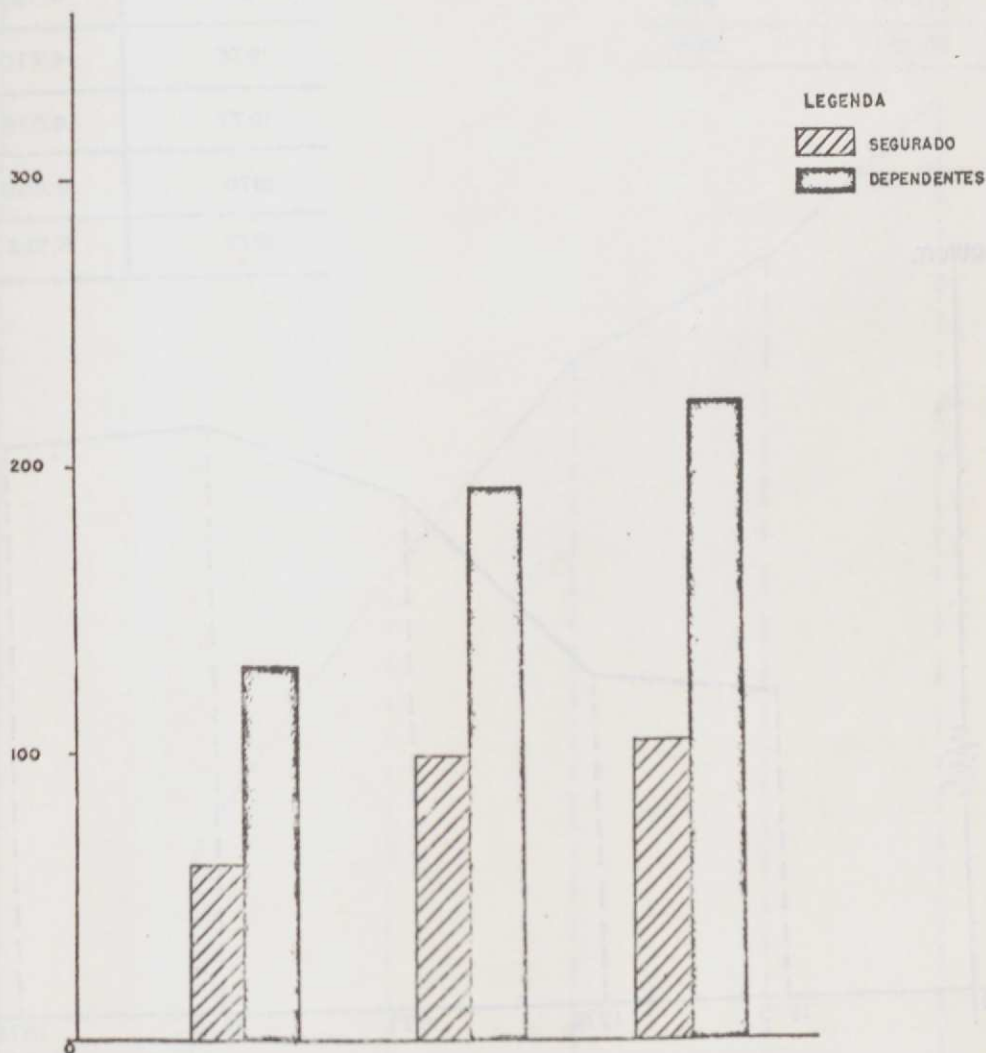
DEMONSTRATIVO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS REALIZADOS
ATRAVÉS DOS AMBULATÓRIOS DA FHES, AOS BENEFICIÁRIOS
DO INAMPS



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO: 1977/1979

BENEFICIÁRIOS	ANOS			TOTAL
	1977	1978	1979	
SEGURADOS	62.788	97.355	100.720	260.863
DEPENDENTES	131.198	197.735	219.804	548.737
TOTAL	193.986	295.090	320.524	809.600

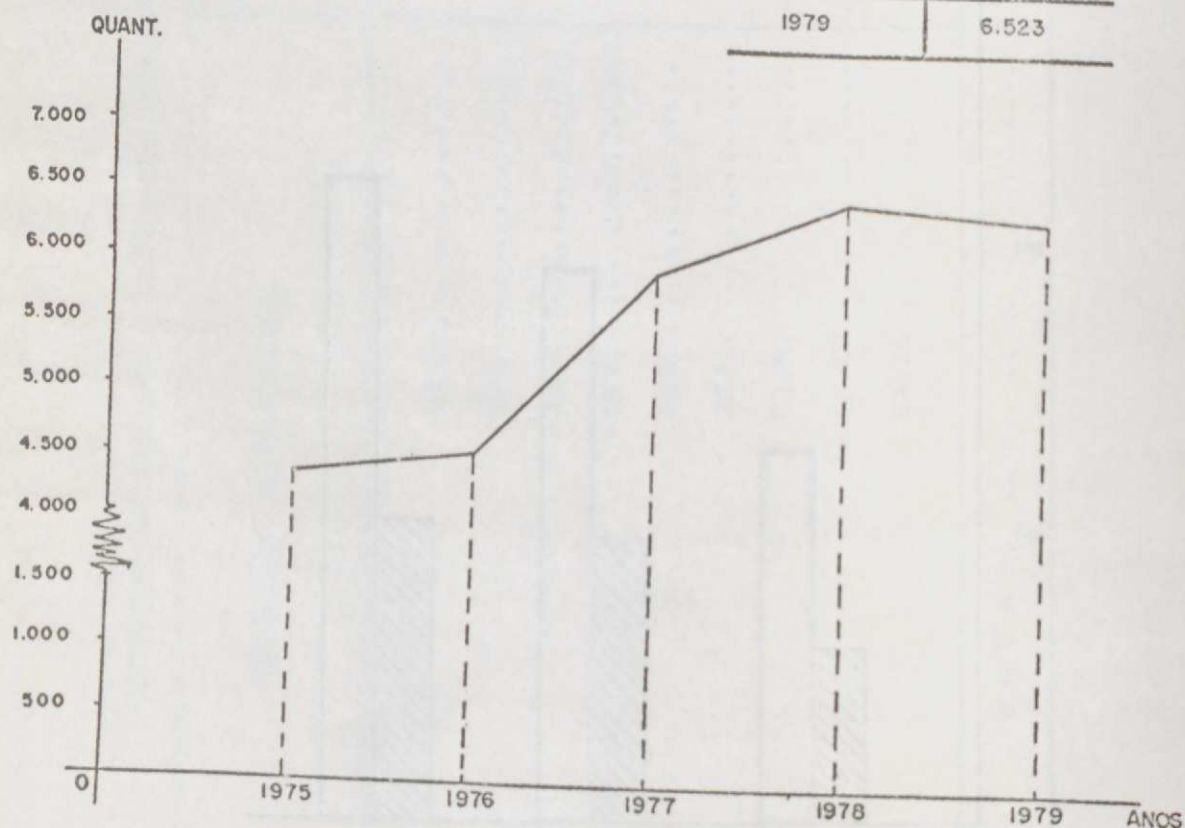


MOVIMENTO OBSTÉTRICO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO: 1975/1979

ANOS	QUANT.
1975	4.525
1976	4.770
1977	6.028
1978	6.666
1979	6.523



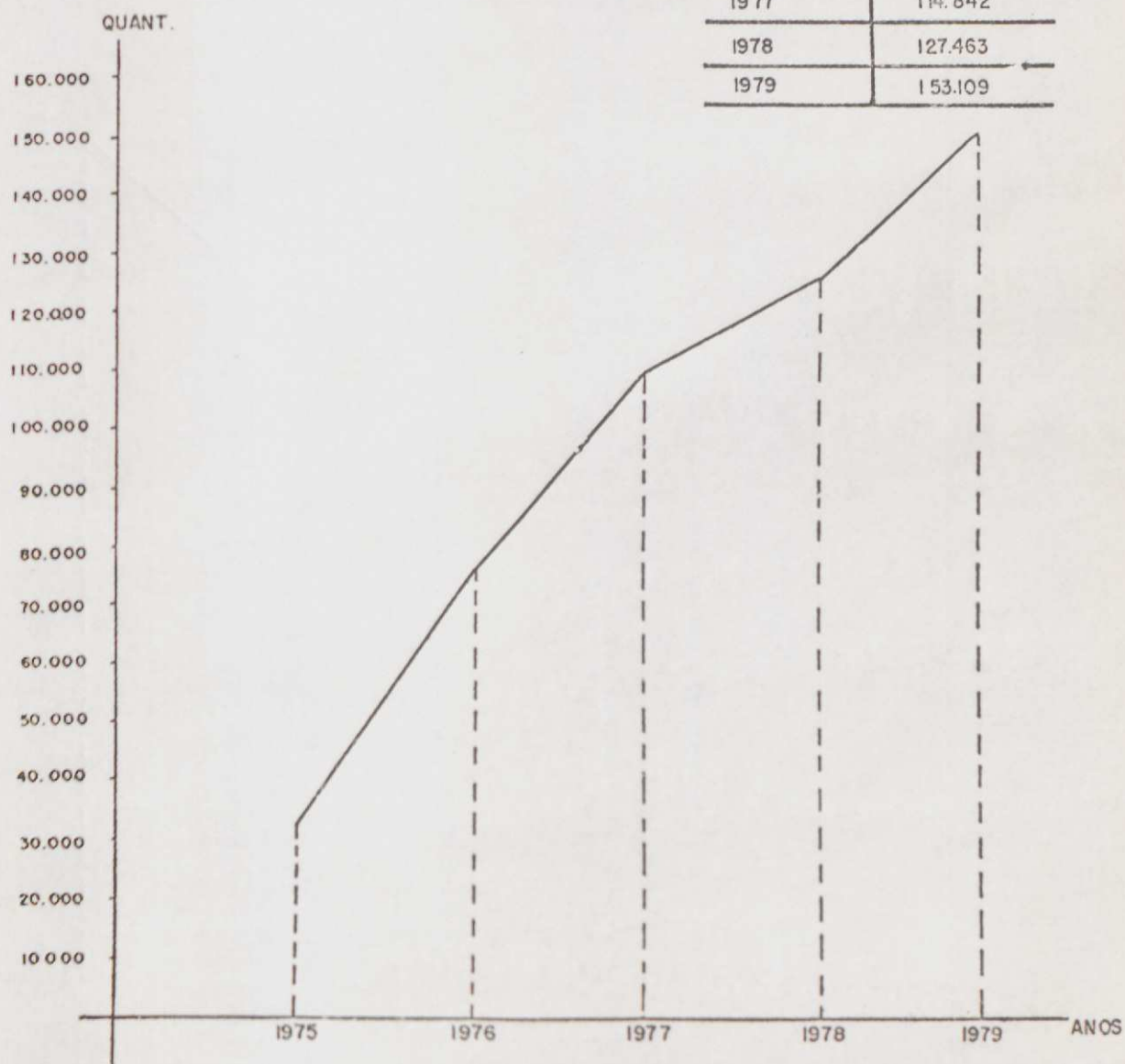
EXAMES LABORATORIAIS



FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO: 1975/1979

ANOS	QUANT.
1975	33.731
1976	77.444
1977	114.842
1978	127.463
1979	153.109



DADOS HOSPITALARES
UNIDADES HOSPITALARES DA FHES
 PERÍODO: 1979

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADES HOSPITALARES													TOTAL
	HCAB	HINSG	SOM	SPF	HMSA	HJSN	MVV	HMSC	HSJ	HBSF	UIJM	PSPCI	CAPL	
Leitos Disponíveis	660	179	120	400	120	92	81	60	70	127	26	31	34	2.000
Leitos - Dia	240.900	65.335	43.800	146.000	43.800	33.590	29.565	21.900	25.550	46.355	9.490	11.315	12.410	730.000
Pacientes - Dia	203.454	53.720	29.491	133.774	34.957	23.055	27.893	14.370	12.289	12.841	2.996	11.310	4.808	563.958
Média de Paciente - Dia	557	147	81	364	96	63	75	40	34	35	8	31	13	1.545
% de Ocupação	84,46	82,22	67,33	90,94	79,81	68,65	94,34	65,62	48,10	27,70	31,57	99,96	38,74	77,25
Média de Permanência	50	8	28	253	6	7	5	4	5	3	7	32	4	14
Intervalo de Substituição	9	2	13	25	2	3	0,29	2	5	8	15	0,01	6	1
Índice de Renovação	6	36	9	1	45	37	69	61	36	33	15	11	37	20
Taxa de Mortalidade Global	0,01	0,05	0,09	0,14	0,03	0,008	0,01	0,01	0,01	0,01	0,003	0,09	0,09	0,03

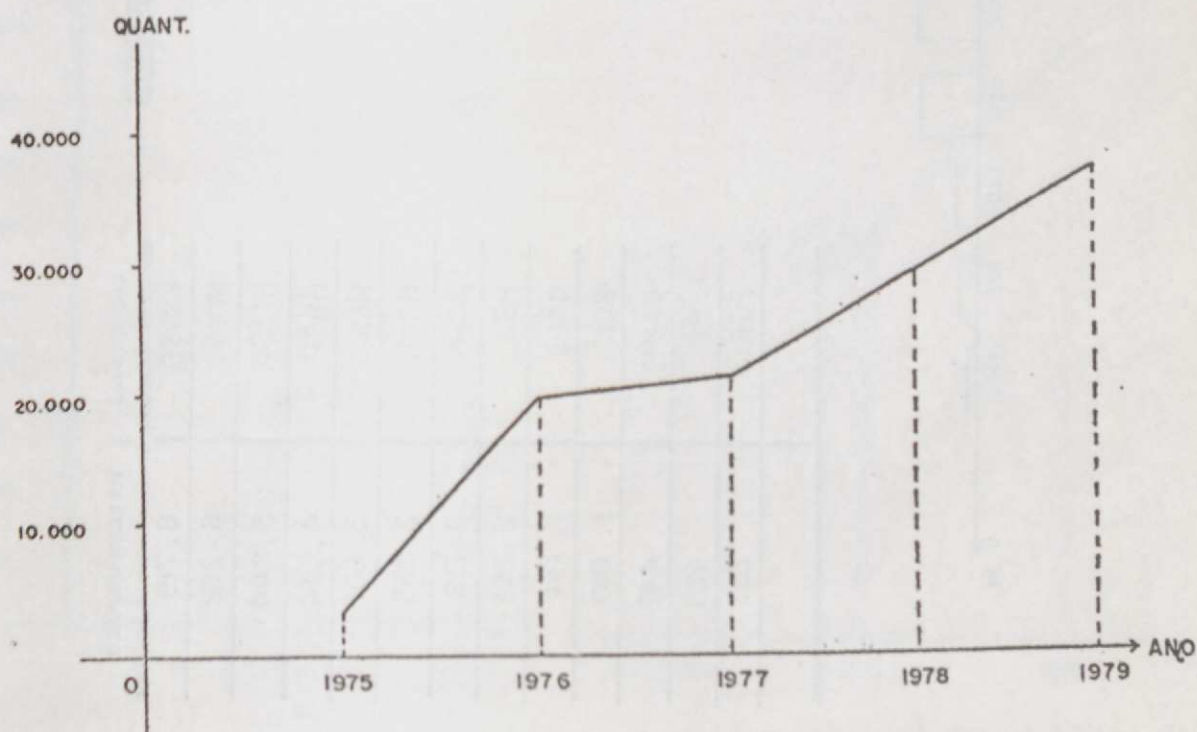
EXAMES RADIOLÓGICOS

 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO: 1975/1979

EXAMES RADIOLÓGICOS

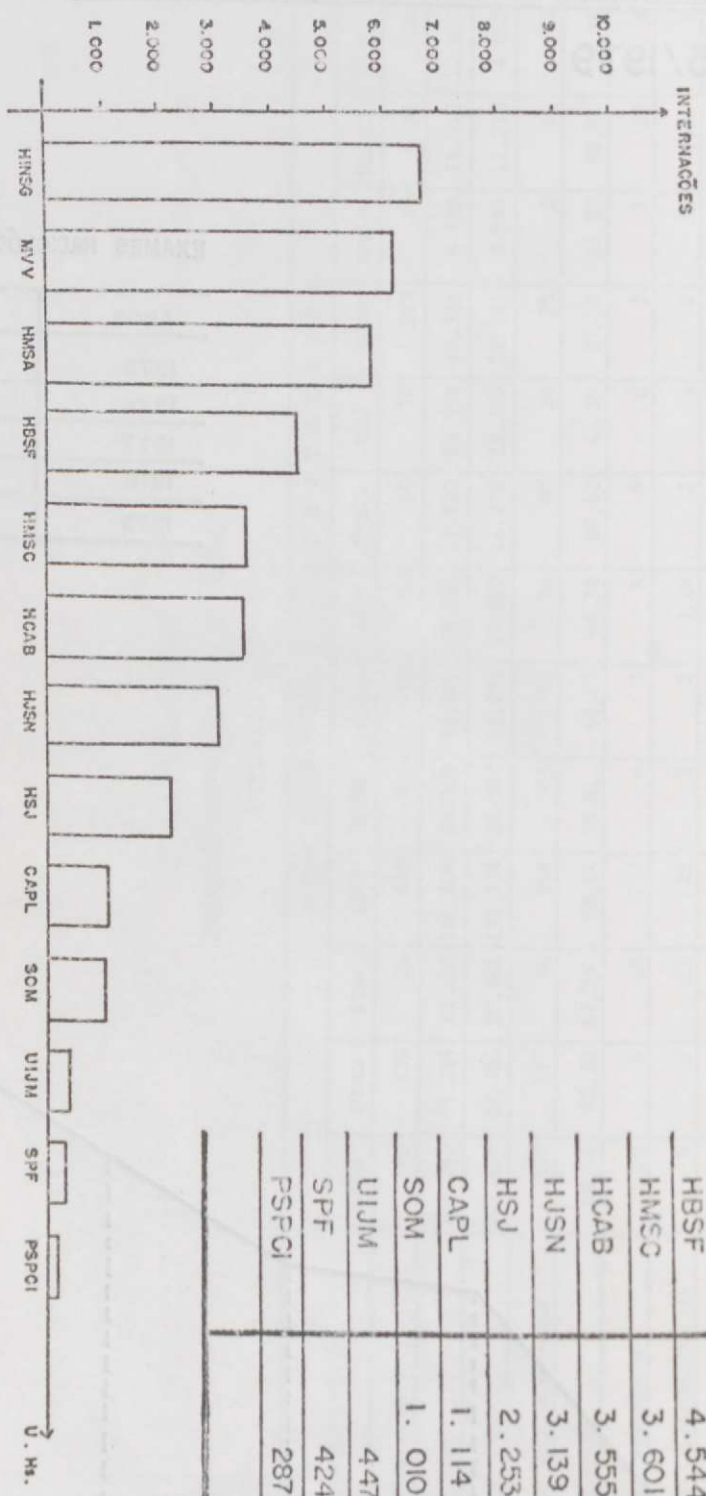
ANOS	QUANT.
1975	3.396
1976	20.992
1977	22.244
1978	33.407
1979	38.321





INTERNAÇÕES POR UNIDADES HOSPITALARES FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESP. SANTO

PERÍODO : 1979



UNIDADE	INTERNAÇÕES
HINSG	6.715
MVV	6.262
HMSA	5.844
HBSF	4.544
HMSC	3.601
HCAB	3.555
HJSN	3.139
HSJ	2.253
CAPL	1.114
SOM	1.010
UJIM	447
SPF	424
PSPCI	287



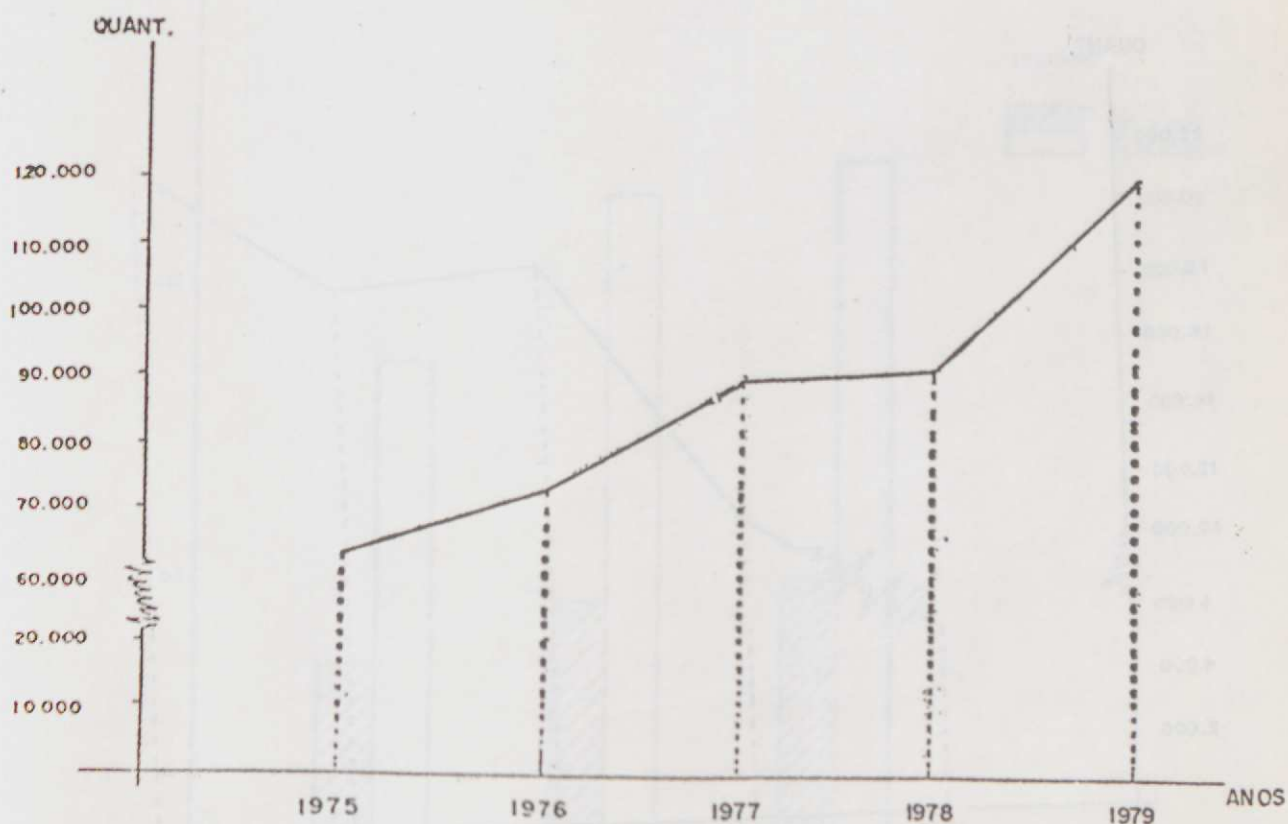
ATENDIMENTO AMBULATORIAL

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO: 1975/1979

ATENDIMENTO AMBULATORIAL

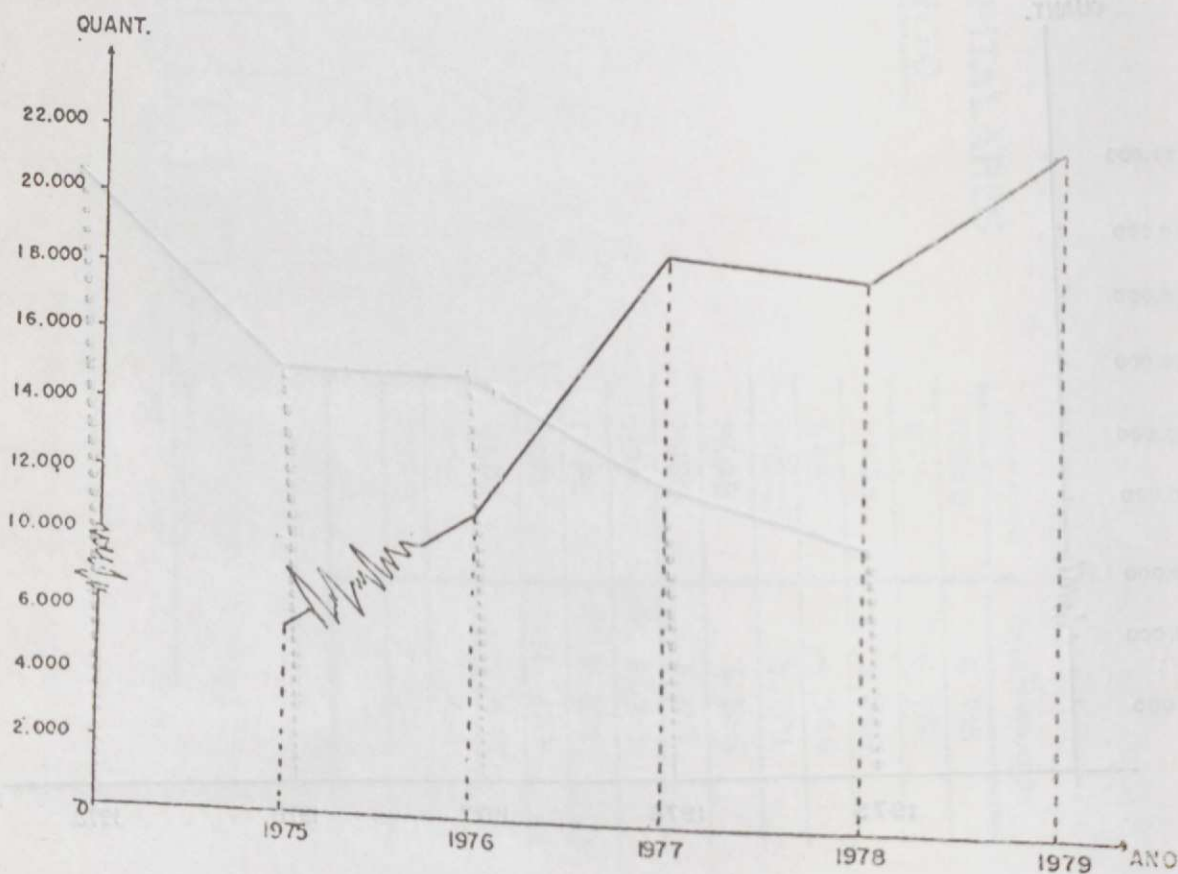
ANOS	QUANT.
1975	63.638
1976	74.936
1977	90.421
1978	91.224
1979	120.843



MOVIMENTO DE CIRURGIAS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO
PERÍODO: 1975/1979

MOVIMENTO CIRURGICO

ANO	QUANT.
1975	5.509
1976	11.637
1977	18.907
1978	18.349
1979	22.008



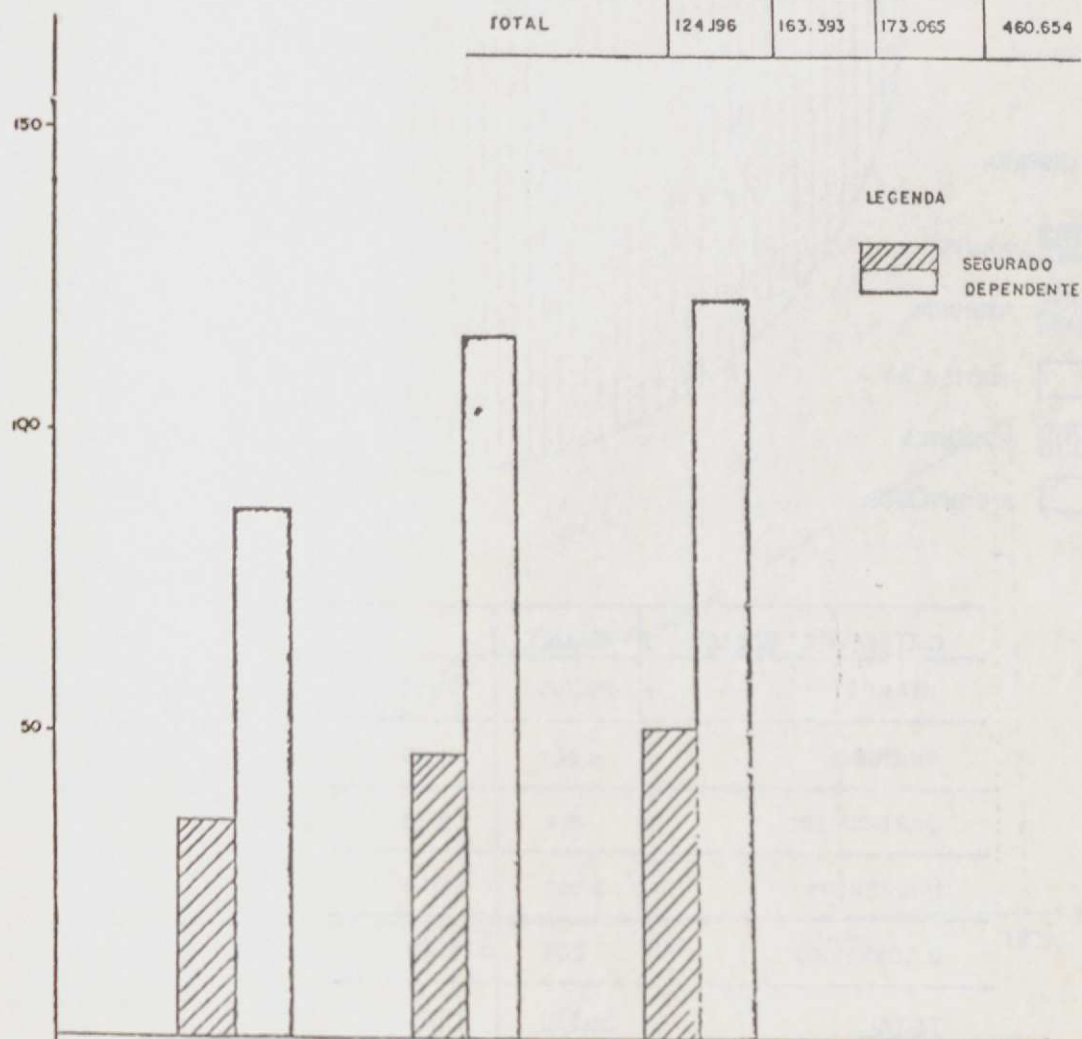
DEMONSTRATIVO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS REALIZADOS
 ATRAVÉS DO U.S. DA SE.SA AOS BENEFICIÁRIOS INAMPS



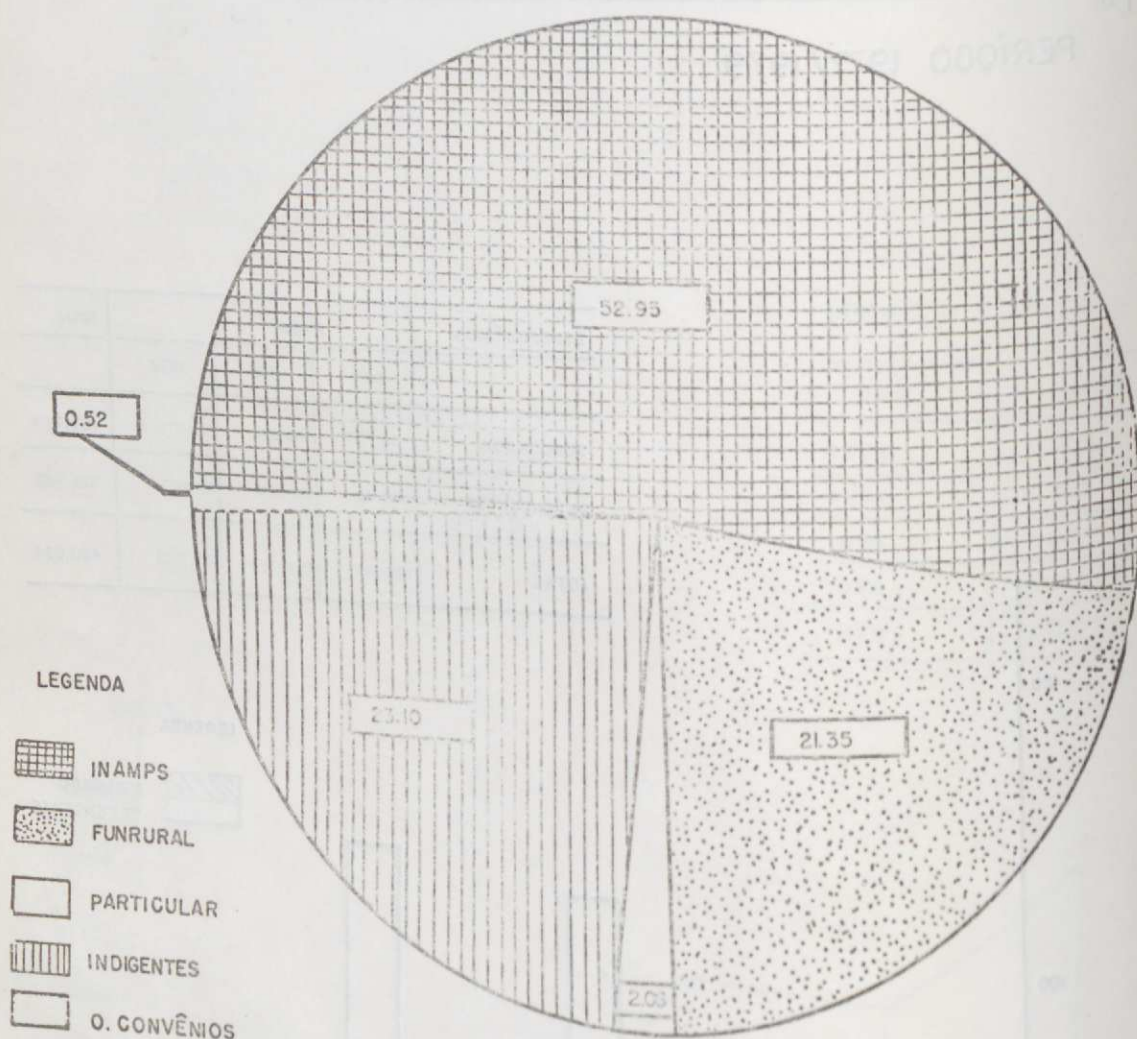
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO 1977/1979

BENEFICIÁRIOS	ANOS			TOTAL
	1977	1978	1979	
SEGURADOS	35.757	46.917	51.075	133.749
DEPENDENTES	88.439	116.476	121.990	326.905
TOTAL	124.196	163.393	173.065	460.654



INTERNAÇÕES POR CATEGORIA SOCIAL
UNIDADES HOSPITALARES DA F.H.E.S.
PERÍODO: 1979

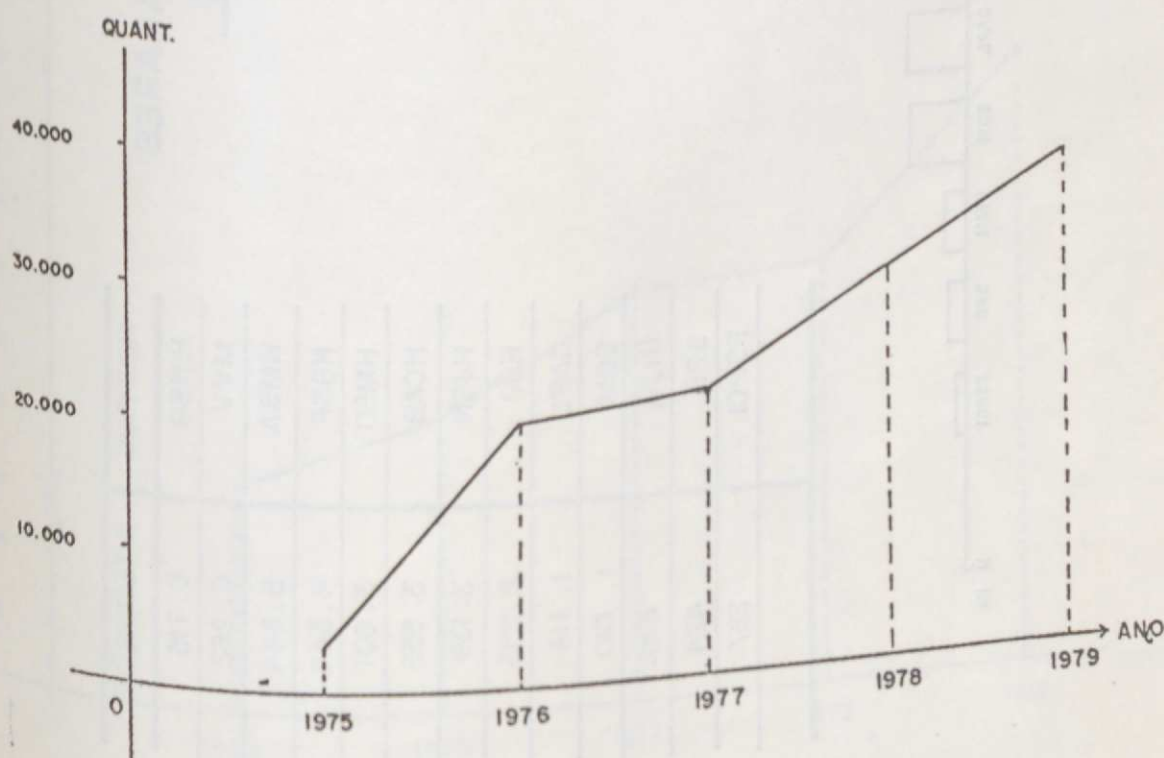


CATEGORIA SOCIAL	QUANT.	%
INAMPS	20.755	52.95
FUNRURAL	8.367	21.35
PARTICULAR	814	2.08
INDIGENTES	9.053	23.10
O. CONVÊNIOS	206	0.52
TOTAL	39.195	100

EXAMES RADIOLÓGICOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO
PERÍODO: 1975/1979

EXAMES RADIOLÓGICOS

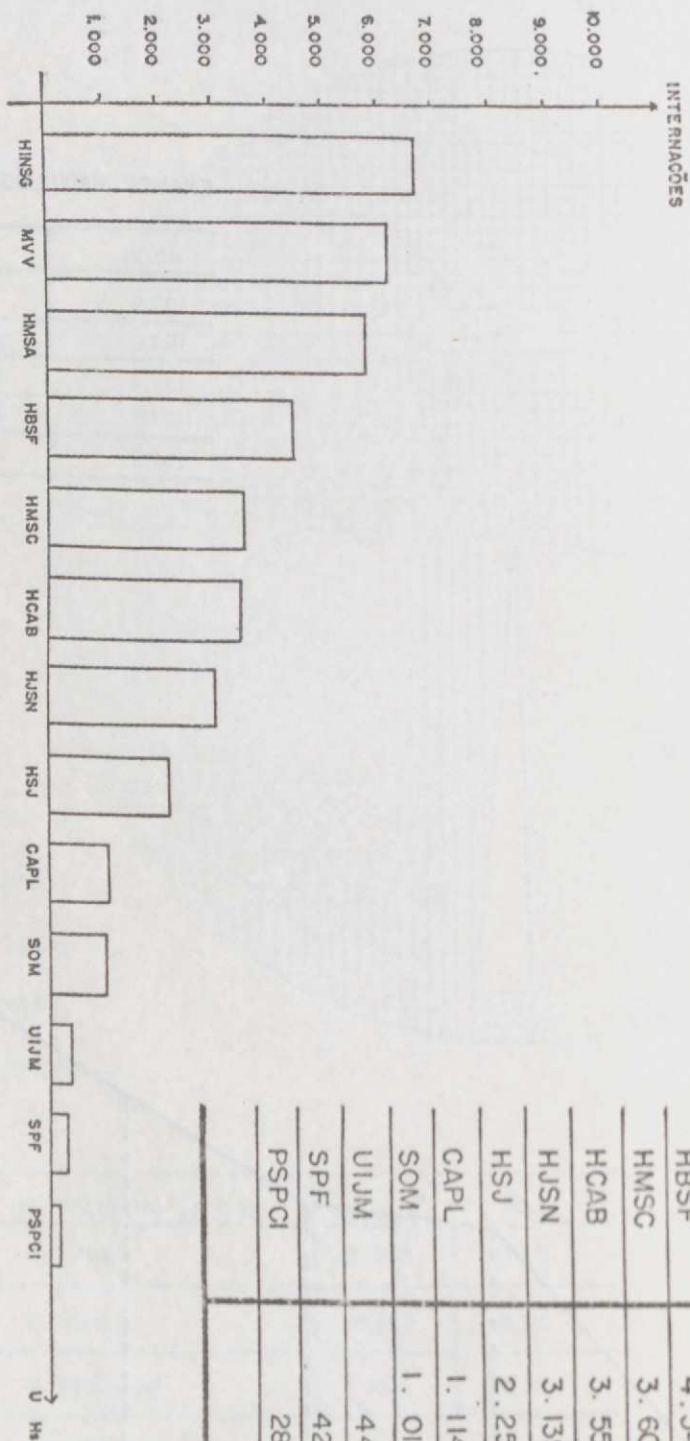
ANOS	QUANT.
1975	3.396
1976	20.992
1977	22.244
1978	33.407
1979	38.321





INTERNAÇÕES POR UNIDADES HOSPITALARES FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESP. SANTO

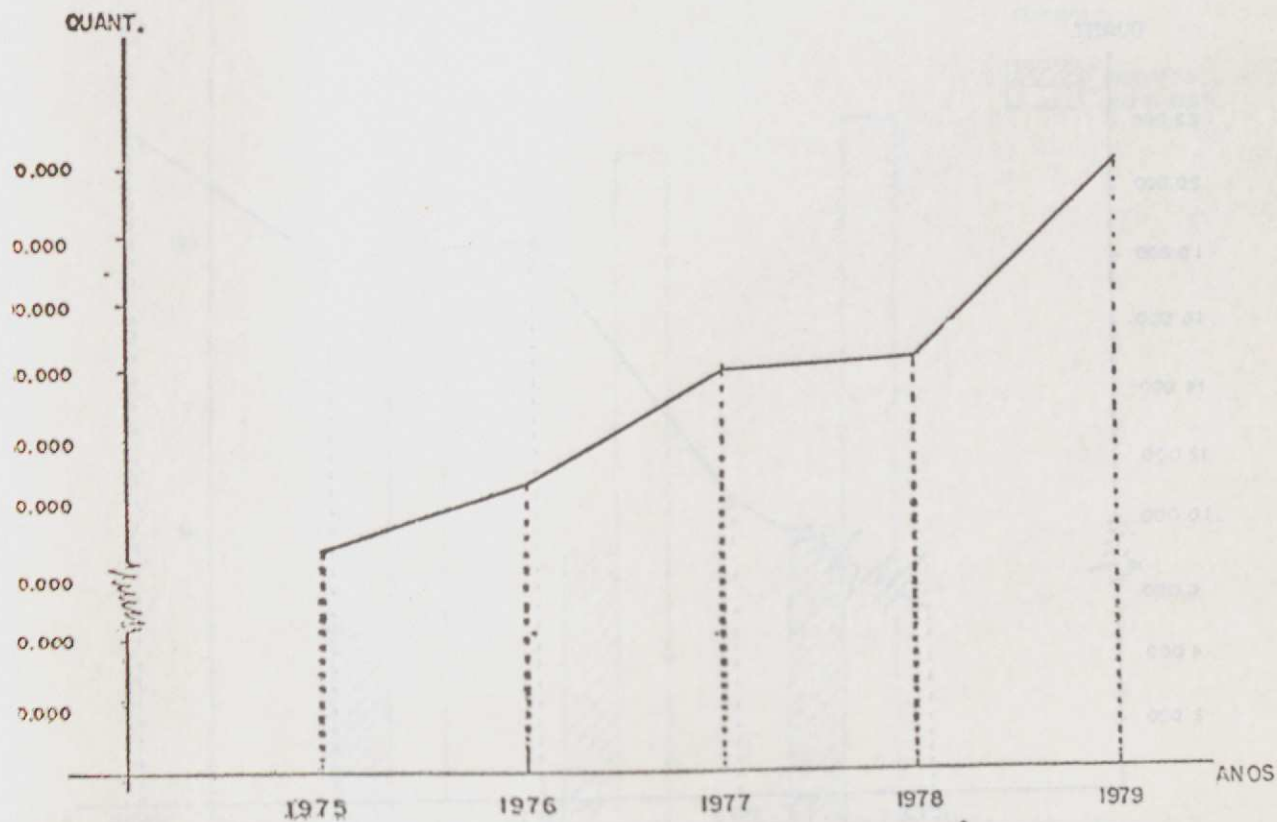
PERÍODO : 1979



ATENDIMENTO AMBULATORIAL
 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO
 PERÍODO: 1975/1979

ATENDIMENTO
 AMBULATORIAL

ANOS	QUANT.
1975	63.638
1976	74.936
1977	90.421
1978	91.224
1979	120.843

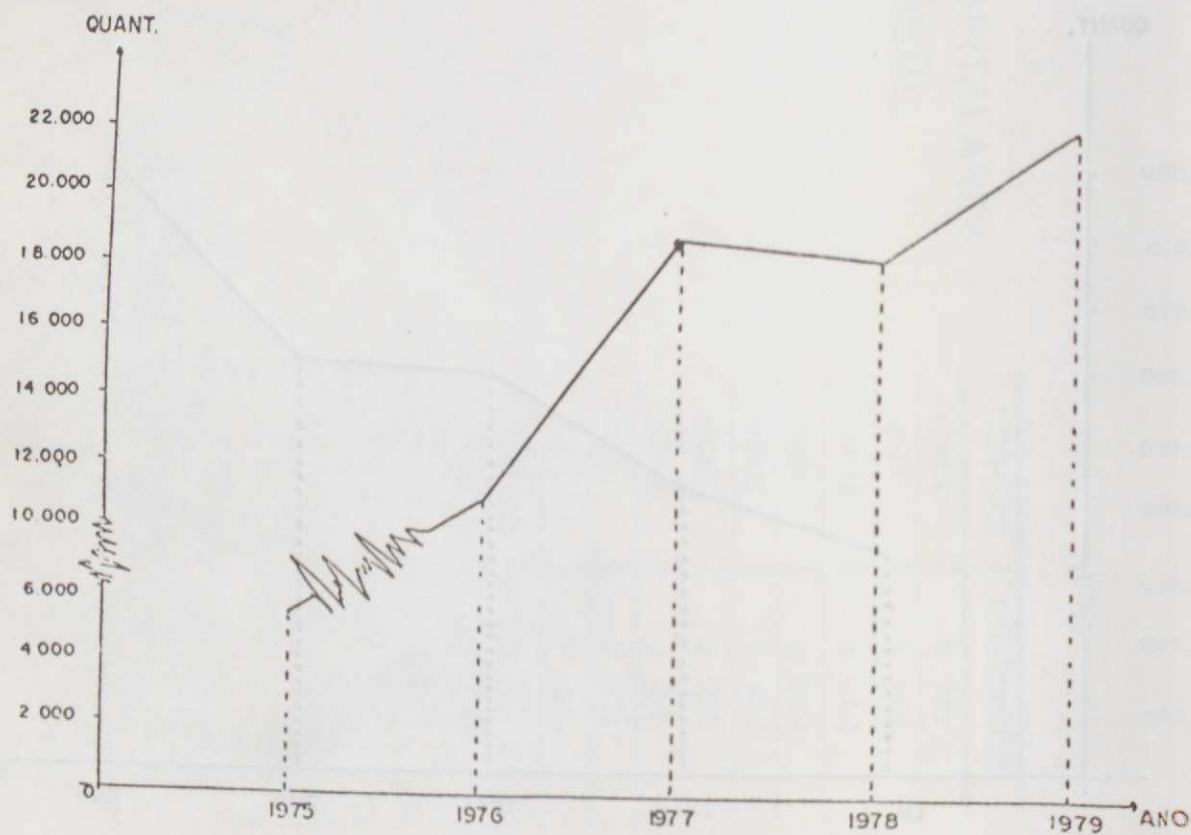




MOVIMENTO DE CIRURGIAS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO
PERÍODO: 1975/1979

MOVIMENTO CIRURGICO

ANO	QUANT.
1975	5.509
1976	11.837
1977	18.907
1978	18.348
1979	22.088

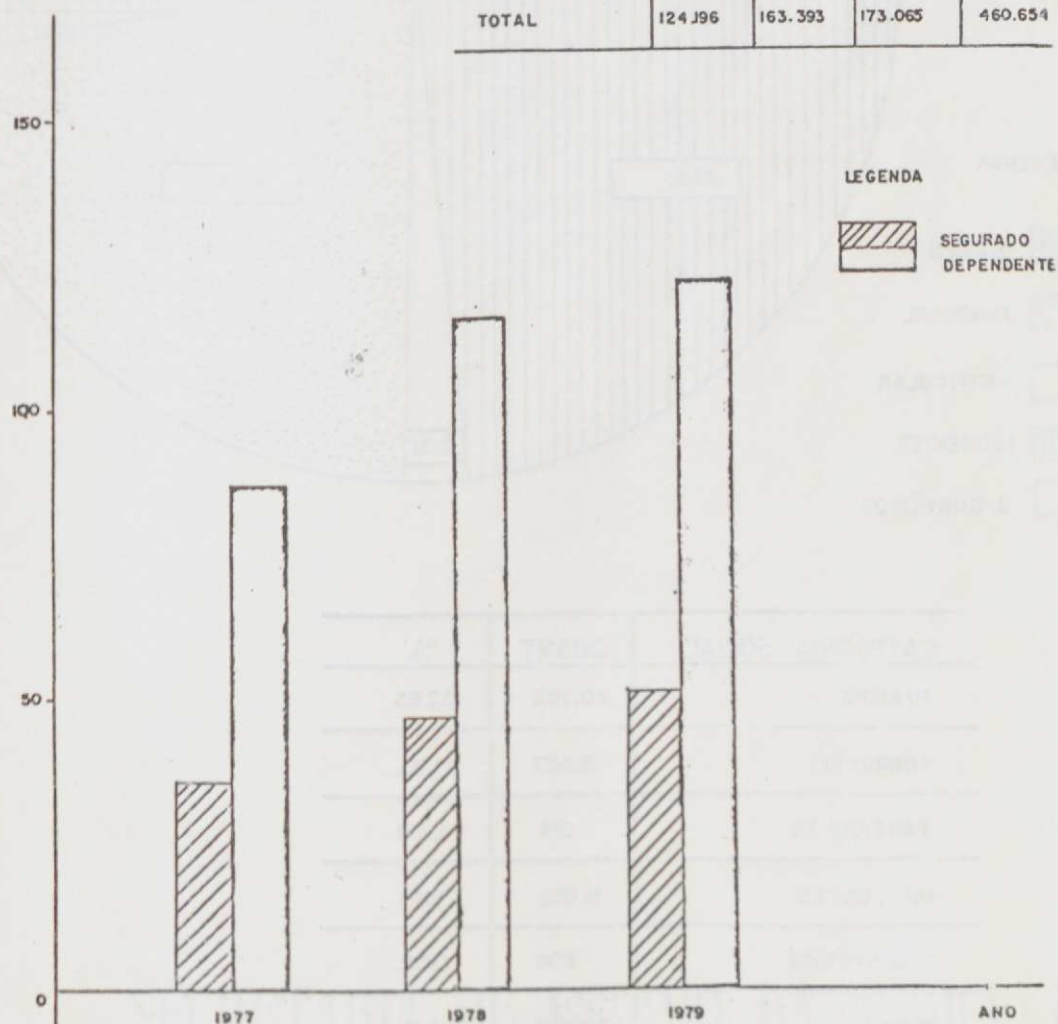


DEMONSTRATIVO DOS ATENDIMENTOS MÉDICOS REALIZADOS
 ATRAVÉS DO U.S. DA SE.SA AOS BENEFICIÁRIOS INAMPS

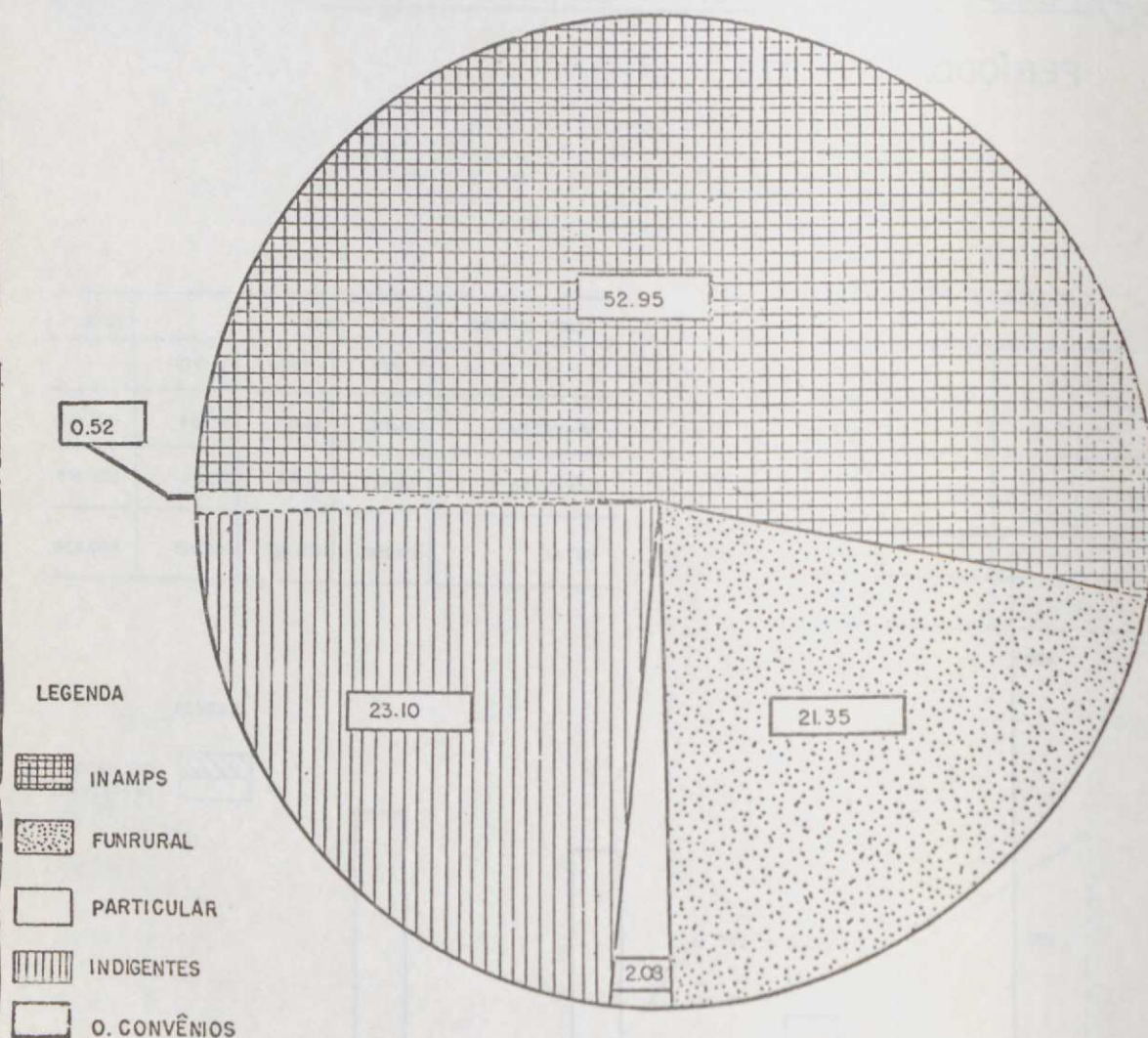
 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO

PERÍODO: 1977/1979

BENEFICIÁRIOS	ANOS			TOTAL
	1977	1978	1979	
SEGURADOS	35.757	46.917	51.075	133.749
DEPENDENTES	88.439	116.476	121.990	326.905
TOTAL	124.196	163.393	173.065	460.654



INTERNAÇÕES POR CATEGORIA SOCIAL
UNIDADES HOSPITALARES DA F.H.E.S.
PERÍODO: 1979



CATEGORIA SOCIAL	QUANT	%
INAMPS	20.755	52.95
FUNRURAL	8.367	21.35
PARTICULAR	814	2.08
INDIGENTES	9.053	23.10
O. CONVÊNIOS	206	0.52
TOTAL	39.195	100

Torna-se cada dia mais evidente a importância do setor primário no desenvolvimento global de uma economia. As explicações mais convincentes sobre as causas dos desníveis existentes entre diversas regiões do mundo apontam a pequena atenção dispensada ao setor rural, como o principal fator responsável pelo estágio de subdesenvolvimento de alguns países.

Devido a isso, o setor agrícola nacional receberá estímulos especiais por parte do Governo para que não venha a se constituir num desacelerador do crescimento global da economia.

No Espírito Santo, é notória a continuação da agricultura em posição estratégica dentro da economia, principalmente considerando-se as perspectivas estaduais para os próximos anos. A trajetória de diversificação da base econômica do Estado, com a maioria dos investimentos previstos devendo se viabilizar em curto prazo, trará consigo pressões urbanas crescentes, comuns nos processos de desenvolvimento, com amplos reflexos no setor agrícola, quer sob a forma de aumentos do nível de salário rural quer sob a forma de aumento da demanda por produtos primários.

A proposição de uma política agrícola para o Espírito Santo, por outro lado, deve estar condicionada às principais características do setor rural capixaba quais sejam:

estrutura fundiária com predominância de pequenas propriedades. Cerca de 71% possuem área inferior a 50 ha e 89% são menores que 100 ha. Por outro lado, 54% da mão-de-obra rural está empregada nas propriedades menores que 50 ha e 75% nas de 100 ha; ... cerca de 2/3 da renda agrícola é gerada pelas propriedades menores que 100 ha. Além disso, estas propriedades rurais obtêm rendimento, em Cr\$/ha, duas vezes maior que o obtido por propriedades maiores, em uma análise agregada; as condições topográficas do Estado condicionam o pleno emprego do fator terra a um pleno emprego de mão-de-obra, uma vez que 45% de sua área não permitem o uso da mecanização agrícola; o envolvimento de cerca de 85% da área agrícola no processo produtivo restringe a incorporação de novas áreas à alternativas de recuperação dos vales úmidos existentes no Estado, que representam cerca de 11% da área total agrícola atual; as perspectivas de aumentos de população e de renda permitem prever uma demanda crescente por bens do setor agrícola, além de uma forte pressão migratória, no Estado. As estimativas agregadas indicam um aumento de 150% na demanda de alimentos nos próximos 5 anos. A população rural decresceu a uma taxa de 1,4% ao ano nos últimos 7 anos.

OBJETIVOS

Os aspectos mostrados no item anterior são um resumo das características mais importantes do setor rural do Estado e que foram evidenciados pelo diagnóstico da situação agrícola estadual. Estes elementos, analisados à luz dos recursos estaduais e das perspectivas futuras da economia capixaba e ainda sem perder de vista as idéias já em andamento para reverter a política agrícola nacional, deixam poucas dúvidas quanto ao plano de trabalho a ser seguido pela Secretaria de Estado da Agricultura nos próximos anos. Para que os objetivos mencionados a seguir sejam melhor entendidos é necessário que se tenha em mente que eles partem do princípio de que os programas executados no Estado e que envolvem explorações de exportação internacional continuarão recebendo da esfera nacional o

mesmo tratamento recebido até aqui. Isto quer dizer que para que a Secretaria de Estado da Agricultura possa dispensar a atenção necessária aos problemas de abastecimento interno nos próximos anos, é necessário que a política nacional continue dispensando aos produtos de exportação a mesma ênfase que tem dispensado no passado, em cuja dependência a economia agrícola estadual continuará. Tendo como preocupação central a procura de estratégias de menor custo social, os seguintes objetivos básicos serão perseguidos.

Fixar-se a Mão-de-Obra Rural

A Secretaria de Estado da Agricultura perseverará neste propósito, de um lado através de ações que estimulem o aumento da oferta de empregos no meio rural, e de outro lado, através de gestões que possibilitem o fortalecimento das estruturas que, por sua inexistência ou deficiência, facilitam o êxodo rural. No primeiro caso estão os programas de expansão de fronteira agrícola via recuperação de vales úmidos, expansão de atividades usadoras de mão-de-obra de forma mais intensiva (café, cacau, seringueira) e crédito adequado às pequenas e médias propriedades. No segundo caso estão as gestões de melhoria das estruturas de ensino, capilarização das unidades de defesa sanitária humana, eletrificação rural, habitação rural etc.

Aumentar e Melhorar a Distribuição da Renda Rural

Através dos aumentos da produção e da produtividade o aumento da renda passa a ser uma consequência natural. No entanto, não se pode esquecer que o nível de crescimento econômico global é ponderado pelo nível de crescimento dos três setores: primário, secundário e terciário. Portanto, as ações que buscam o crescimento rural não podem perder de vista a possibilidade de seu nível de crescimento não permitir índices mais altos de crescimento global da economia, como tem ocorrido historicamente dentre outros casos, possivelmente devido a níveis de estímulos diferenciados. Na melhoria da distribuição de renda, está implícita a busca de ações que sejam dirigidas aos estratos de pequenas e médias propriedades agrícolas e que possibilitem um melhor desempenho destes produtores.

DIRETRIZES PARA O PERÍODO 1979/83

Conduzir um programa Agrícola com ênfase nos pequenos e médios produtores

Esta diretriz não implica desconhecer a necessidade de que os programas específicos para as grandes propriedades devam ter sua continuidade normal, mas traz implícito o reconhecimento da importância das pequenas e médias propriedades, aquelas com área até 100 ha, para a solução dos problemas que envolverão a agricultura do Estado nos próximos anos. Durante muito tempo estes estratos de produtores têm sido relegados a segundo plano nos programas de Governo, com base em uma suposta incapacidade de reações satisfatórias aos estímulos programáveis. No entanto, cada vez mais, os dados têm mostrado que estes produtores devem ter um tratamento adequado nos programas de Governo em parte porque são os principais geradores da renda agrícola, e ainda porque envolvem a maior parte da mão-de-obra rural ocupada. Além disto, estas propriedades estão envolvidas na produção da maioria dos produtos que deverão ser fortemente pressionados pela demanda em quantidades crescentes, e, finalmente, porque os dados recentes têm mostrado que sua capacidade de respostas têm sido, na verdade, subestimada.

Alocação dos recursos estaduais em programas que envolvam problemas de abastecimento interno

Esta diretriz consiste apenas em se buscar uma maior distribuição de recursos estaduais, salidamente escassos. Procurar-se-á atrair, para programas que não envolvam problemas de abastecimento, recursos de origem externa para os quais já haja planos a nível federal, o que não pressupõe, entretanto, qualquer arrefecimento de gestões estaduais na busca de tais recursos externos pelo fato de os programas não serem relacionados com o abastecimento interno. Em outras palavras implica centralização de ações dos executores da política agrícola estadual em produtos que tendem a sofrer o maior impacto de incremento na demanda. Entre eles se destacam os hortigranjeiros, as frutas, as carnes, o leite.

Fazer gestões aos órgãos federais no sentido de mobilizar recursos para programas que envolvam produtos de exportação internacional

Esta norma de ação supõe aceitação plena da importância que continuarão tendo para a agricultura estadual as culturas tradicionais de exportação como o café e cacau, principalmente. Gestões devem ser feitas junto aos órgãos responsáveis, no sentido de continuar carreando recursos que possibilitem o fortalecimento destas culturas no Estado, o que facilitará a consecução dos objetivos propostos.

Conduzir um programa dirigido à diversificação regional da produção

Existem alternativas de diversificação que muito pouco se conhece sobre suas reais possibilidades no Estado. É o caso das fruteiras de clima temperado citruss etc. Com esta diretriz, está implícita idéia de pesquisar profundamente todas estas possibilidades, a fim de se fazer uma revisão objetiva do atual zoneamento agrícola.

Estimular atividades mais usadoras de mão-de-obra rural

Dadas as condições topográficas do Estado, a atenção deve voltar-se para a procura de alternativas próprias e que dependem do fator trabalho em seu processo produtivo. Por coincidência, é nas áreas montanhosas do Estado que se concentram as propriedades menores e com maior concentração de força de trabalho e onde qualquer esvaziamento de alternativas de ocupação desta força de trabalho, mais fará sentir as consequências da migração rural.

Dar ênfase aos programas que aumentam a produtividade da mão-de-obra

Há dois tipos de programas envolvidos no aumento da produtividade da mão-de-obra rural. Um é aquele pertinente ao aperfeiçoamento de seus conhecimentos tecnológicos e gerenciais e de habilidade para a aplicação destes conhecimentos. O outro, é aquele que envolve o aperfeiçoamento das pré-condições inerentes à própria pessoa do produtor rural e seu bem estar, e que inclui inclusive no aproveitamento do tipo de programa mencionado anteriormente. Estas pré-condições dizem respeito ao nível escolar, nutricional e sanitário já mencionados e ainda de conforto pessoal e na produção com o uso de energia elétrica. A ação nos programas que melhorem a habilidade e os conhecimentos tecnológicos é mais fácil no âmbito da própria Secretaria de Estado da Agricultura, pois tais programas já estão em andamento, convindo, tão somente estudar a conveniência de aumentar sua ênfase. No segundo caso que envolve as pré-condições do produtor, a ação requer a in-

tegração com outros órgãos estaduais e federais nas áreas da educação, saúde, eletrificação rural, habitação etc., de forma a se procurar programas próprios para a área rural.

Identificar e/ou estimular as agro-indústrias

Um programa de estímulo à agro-indústria é duplamente importante, porque estimula o aumento de produção agrícola, com o aumento de alternativas de mercado para os produtos, e porque propicia um aumento na renda rural principalmente, nos estratos de maior concentração da população rural.

Dinamizar um Programa de Fortalecimento do Associativismo

Se é válido um programa dirigido aos pequenos e médio produtores, não se pode deixar de considerar na etapa da comercialização, um programa de associativismo para seus produtos. O objetivo é dar amplitude de mercado aos excedentes comercializáveis dos pequenos e médios produtores, além de ser uma forma de aumentar a renda através de uma forma de comercialização mais eficiente. Os problemas do associativismo têm sido considerados no Estado, podendo-se afirmar pois, que um programa destinado a tal setor teria chance de êxito se considerados três principais aspectos da questão: preparo de dirigentes e associados através de treinamentos tanto gerenciais como filosóficos, financiamento para infra-estruturas básicas e crédito de comercialização, em especial para uso em um programa de compra antecipada da produção.

Ampliar as ações que visem à defesa e recuperação da flora e da fauna

Sabe-se que a cobertura florestal no Espírito Santo tem sido reduzida drasticamente ao longo do tempo. No momento há no Estado cerca de 125.776 ha de reservas florestais, sendo 62.188 ha estaduais e federais e 63.588 ha particulares, além de uma área reflorestada em torno de 125.500 ha. Portanto, dois programas básicos deverão ser conduzidos no período. Um visando fortalecer a capacidade estadual de proteção das reservas atuais, evitando assim a continuidade de sua depredação; outro fortalecendo e ampliando adequadamente o programa de reflorestamento de pequenas e médias propriedades cuja ação coletiva neste aspecto é indispensável no momento, se se quiser retornar ao Estado uma área de cobertura florestal correspondente ao mínimo legal de 20%.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Programas Especiais Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural

PROBOR II

— Considerações Gerais

A inclusão do Estado do Espírito Santo no Segundo Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural — PROBOR II, deu-se em 20.07.78, em cerimônia oficial realizada no Palácio Anchieta. O PROBOR II tem como meta a implantação até 1982, de 9.000 ha de seringais de cultivo, no Estado, assim distribuídos:

1978/79	—	800 ha
1979/80	—	1.200 ha
1980/81	—	2.000 ha
1981/82	—	2.500 ha
1982/83	—	2.500 ha
Total		9.000 ha

O zoneamento (polo inicial) aprovado pela SUDHEVEA era constituído dos municípios de: Anchieta, Guarapari, Iconha e Viana.

Para a implantação de seringais de cultivo, é necessária a produção de mudas enxertadas (coco), onde se utilizam cavaços oriundos de sementes comuns, sobre os quais são enxertados cavaleiros provenientes de clones recomendados pelo programa.

Atendendo esta primeira fase do programa, em 20.07.78 foi assinado um convênio entre a Superintendência da Borracha — SUDHEVEA — e a Secretaria de Estado da Agricultura, para produção de mudas no valor de Cr\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros), objetivando a produção pela SEAG de: 350.000 mudas para serem entregues até março de 1980 aos tomadores do PROBOR II.

Como essas mudas não supririam a demanda programada, em 08.12.78 o Conselho Nacional da Borracha aprovou uma proposta da SEAG no valor de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), visando à produção de mais de 1.000.000 (um milhão) de mudas, a serem entregues em duas etapas:

- 300.000 mudas até março de 1980;
- 700.000 mudas até março de 1981.

As primeiras 10.000 mudas produzidas pela EMCAPA já foram entregues aos tomadores do programa para plantio definitivo e formação de jardim clonal. (Quadro I)

QUADRO I — Organograma de Produção de Mudanças de Seringueira — 1978/81

Anos	SEAG		Parti- culares	Total
	EMCAPA	IEF		
1978/79 . . .	50.000			50.000
79/80 . . .	450.000	150.000	50.600	650.600
80/81 . . .	350.000	350.000	75.900	775.900
Total . . .	850.000	500.000	126.500	1.476.500

A execução dessas atividades a que se obriga a SEAG, foram confiadas ao IEF e a EMCAPA, que para o bom êxito do programa já conta com 59 (cinquenta e nove) ha de viveiros de mudas provenientes de sementes comuns e 6 (seis) ha de mudas proveniente de clones recomendados pelo PROBOR, e que formam o 'jardim clonal'.

A EMCAPA, encarregada de produzir material botânico para suprir a demanda estadual, plantou cerca de 96.174 (noventa e seis mil, cento e setenta e quatro) tocos de clones recomendados pelo PROBOR II, fazendo plantar ainda mais 130.000 (cento e trinta mil) para completar assim o jardim clonal.

Para o cumprimento do segundo compromisso foram adquiridas 27 toneladas de sementes comuns, sendo 23 toneladas provenientes da Bahia e 4 toneladas do Espírito Santo.

Além da produção de mudas pela SEAG, 03 (três) tomadores de programa produzirão 126.500 (cento e vinte e seis mil e quinhentos) tocos enxertados para atender suas próprias necessidades.

Foram elaborados pela EMATER/ES, incumbida da assistência técnica ao PROBOR II, 20 (vinte) projetos, somando uma área de 815 (oitocentos e quinze) ha, suficientes o bastante para completar a meta parcial.

O zoneamento para a cultura foi ampliado abrangendo hoje, 13 municípios, a saber: Anchieta, Atílio Vivacqua, Caracica, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Mimoso do Sul, Plúma, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Serra Viana e Vila Velha, sendo que executando-se os municípios do polo inicial, os demais tiveram incluída somente a faixa situada à esquerda da BR-101, sentido Salvador-Rio.

Programa de Recuperação dos Vales Úmidos do Espírito Santo —

PROVALES

De acordo com os levantamentos aerofotogramétricos realizados pelo DAF, os 53 municípios do Espírito Santo têm 1.785 várzeas, totalizando uma área 210.864 ha. Esta área é o somatório de todos os considerados 'Pequenos Vales' do Estado, a qual abrange: áreas inundadas e sujeitas a inundação; áreas sem problemas de inundação e áreas ocupadas pelos riachos e afluentes. Deste total entretanto, cerca de 70.994 ha, necessitam de obras de saneamento, conforme levantamento 'in loco', conduzido pela EMATER/ES. Estes vales (70.994 ha), estão distribuídos em 45 municípios do Estado, sendo que apenas os municípios de Muqui, Jerônimo Monteiro, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Cacoelro de Itapemirim, Santa Teresa, Boa Esperança e Vitória, não apresentam vales que necessitam ou justifiquem sua recuperação.

O levantamento não esclarece, entretanto, quais os vales que ficam inundados durante todo o ano e sobre aqueles sujeitos a inundações temporárias. Mesmo sabendo que em alguns vales ou partes deles se cultivam arroz e outras culturas mal formadas, com utilização precária, desconhece-se a extensão desses vales ou dessas áreas que são exploradas. Seria temeroso, pois, em afirmar que a recuperação dos pequenos vales úmidos do Estado, possibilitará a incorporação de 70.994 ha de novas áreas no processo produtivo estadual, pois parte dessa área deve estar sendo utilizada em determinadas épocas do ano.

Conforme prevê o convênio n.º 013/78, de 11.05.78, celebrado entre o Governo do Estado e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, foi selecionada uma área aproximada de 7.183 ha abrangendo 19 vales, para receber as obras de dragagem dos pequenos rios. O andamento desses serviços está descrito a seguir, de acordo com informações do DNOS e da EMATER/ES:

- Vale do Zenza (Mimoso do Sul)** — concluídas as obras, com 9.580 metros de drenos, volume de terra 97.782 m³ e gastos no valor de Cr\$ 1.318.369,62;
- Vale Dona América (Mimoso do Sul)** — os proprietários não concordaram com a realização das obras, pois existe uma represa que fornece energia elétrica para a região;
- Vale Santo Antônio de Muqui (Mimoso do Sul)** — os proprietários não concordaram com a realização das obras;
- Vale do Guararema (Nova Venécia)** — as obras estão concluídas, com 1.120 metros de drenos, volume de terra de 12.974 m³ e gastos no valor de Cr\$ 203.034,97;
- Vale Cedrolândia e Boa Vista (Nova Venécia)** — as obras estão em andamento tendo sido, até o momento, escavado o volume de 15.062 m³ de terra, com extensão de 900 metros de canal de drenagem, tendo sido gastos Cr\$ 162.624,77;
- Vale Patrão-Mor (Colatina)** — obras em andamento, sendo que até agora foram executadas 3.060 metros de drenos com volume de terra de 21.232 m³ e gastos de Cr\$ 293.351,40;
- Vales São João Pequeno e Paul (Colatina)** — sem havido desinteresse por parte de proprietários, razão pela qual as obras não foram iniciadas. Há problemas entre os proprietários por questões de terra;
- Vale Alto do Jucu (Domingos Martins)** — segundo técnicos do DNOS este vale não justifica sua recuperação, já que se trata de um vale muito pequeno;

. **Vale Rio Fundo** (Domingos Martins) — obras não iniciadas e segundo técnicos do DNOS, trata-se mais de derrocamento, o que é muito oneroso, do que drenagem;

Vale São Thiago (Guaçuí) — obras em fase de conclusão, sendo que foram realizados até agora 3.480 metros de drenos e movimentados 50.632 m³ de terra. Os gastos são de Cr\$ 812.620,23;

. **Vale do Orobó ou Rio Novo** (Piúma e Rio Novo do Sul) — obras em andamento, sendo que até o momento foram realizados 8.180 metros de drenos, com um movimento de 197.383 m³ de terras e gastos de Cr\$ 2.195.592,46;

. **Vale Salinas** (Anchieta) — obras em andamento com 12.180 metros de drenos e volume de terras, 201.176 m³, sendo que foram gastos Cr\$ 2.429.363,55;

. **Vale Guandu** (Afonso Cláudio) — obras em andamento, com 4.360 metros de drenagem, volume de terra de 39.220 m³ e gastos de Cr\$ 930.605,91;

. **Vale Alto Caxixe** (Conceição do Castelo) — obras em andamento, onde já foram executados 6.393 metros de drenos, e despendidos Cr\$ 1.070.084,73;

. **Vale do Caramuru** (Santa Leopoldina) — as obras estão em andamento, não tendo sido ainda enviadas as informações;

. **Vale Cachoeiro Alegre** (Dores do Rio Preto) — as obras estão em andamento não tendo sido ainda enviadas as informações;

. **Vale São Felipe** (Guaçuí) — as obras serão iniciadas brevemente.

Observações sobre o andamento do Programa.

a) Até o momento a situação dos vales é a seguinte: vales cujas obras foram concluídas (2); vales com obras em andamento (10); vales em que ainda serão iniciadas as obras (3).

b) Os gastos efetuados até agora totalizam Cr\$ 12.172.681,85 (doze milhões, cento e setenta e dois mil e seiscentos e oitenta e hum cruzeiros e oitenta e cinco centavos), tendo sido realizados 56.195 me-

tros de drenos e com um volume de terra de 804.894 m³.

c) Para os vales cujas obras estão em andamento é temeroso estimar a extensão das áreas recuperáveis.

d) É razoável admitir que os vales constantes da programação mas cujas obras de drenagem não serão realizadas venham a ser substituídos por outros, mas isso dependerá dos recursos que serão despendidos com os demais. Se o saldo comportar, a substituição se efetivará, por certo.

Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais — PRODECOR —

O estudo do problema da habitação rural no Espírito Santo realizado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA/ES, mostrou que a intervenção do Estado visando à permanência do homem no campo, prendia-se principalmente ao fator habitação, e para tanto sugeriu ao Governo Estadual diligência no sentido de o Ministério da Agricultura incluir o Espírito Santo no Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais — PRODECOR.

Os conhecimentos advindos desse estudo, a experiência adquirida por ocasião da execução dos trabalhos da recuperação de casas e estradas destruídas pelas chuvas e enchentes que se abateram sobre o Estado no início do ano de 1979 e, ainda, considerando-se a integração dos órgãos do Governo envolvidos no problema e o reflexo positivo dessa atuação sobre as comunidades atingidas por aqueles fenômenos, condicionaram o Governo Estadual, representado pela SEAG e o Ministério da Agricultura, em novembro de 1979, a celebrar convênio, no valor de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) visando à implantação do Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais — PRODECOR, no Estado, objetivando em última instância a fixação do homem ao campo, oferecendo-lhe condições mínimas de apoio ao seu trabalho e a sua família, com início previsto para Janeiro de 1980.

O quadro abaixo mostra as fontes de financiamento do programa.

Quadro 2 — Atividades programadas para o convênio SEAG/MA/PRODECOR

Atividades Programadas	CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO		
	MA/PRODECOR	SEAG	TOTAL
. Construção de 165 km de estradas vicinais	15.675.000	5.000.000	20.675.000
. Construção de 126 casas	5.292.000	3.000.000	8.292.000
. Implantação de um projeto agrícola e construção de 2 agrovilas com 50 unidades habitacionais	6.033.000	1.000.000	7.033.000
. Aproveitamento da base física do Ministério da Agricultura localizada no Município de Alfredo Chaves ...	3.000.000	1.000.000	4.000.000
TOTAL	30.000.000	10.000.000	40.000.000

Para seleção das áreas a serem beneficiadas com o programa levou-se em consideração a produção agrícola e também aquelas áreas mais duramente atingidas.

Do processo seletivo resultou a escolha de 9 (nove) municípios onde será realizada recuperação de rodovias e dentre eles 3 (três) onde serão construídas unidades residenciais.

Este quadro indica os municípios a serem beneficiados com rodovias e residências:

— São Mateus	25 km
— Linhares	30 km
— Colatina	20 km
— Aracruz	15 km
— São José do Calçado	15 km
— Ecoporanga	15 km
— Boa Esperança	15 km
— Guaçuá	15 km
— Alegre	15 km
Total	165 km
— São Mateus	40 casas
— Aracruz	32 casas
— Linhares	54 casas
Total	126 casas

Ainda com referência ao tema chuvas/inundações, cujos reflexos na economia pública e privada ainda se farão sentir durante algum tempo, foram tomadas providências urgentes com vistas a minorar os primeiros efeitos decorrentes daquela situação calamitosa e, quanto antes, oferecer às áreas afetadas meios de recuperação.

Assim é que, em julho de 1979, o PRODECOR liberou Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) para o atendimento das regiões mais atingidas, tendo a Secretaria de Estado da Agricultura firmado um acordo de prestação de serviços com a Companhia de Engenharia

Rural e Mecanização Agrícola — CERMAG, para construção de 232 casas e recuperação de 27 km de estradas, cujo detalhamento se segue:

1 — Município de São Mateus

Cr\$

1.1 — Localidade de Nativo de Barra Nova 10 (dez) unidades ao preço de Cr\$ 28.000,00	280.000,00
---	------------

2 — Município de Colatina

2.1 — Localidade de Bela Vista 76 (setenta e seis) unidades ao preço unitário de Cr\$ 28.000,00	2.128.000,00
2.2 — Estrada Novo Brasil/São José/Córrego Dumer/Córrego Frio Serviços de reabertura, desobstrução e ensaibramento, num total de 27 (vinte e sete) quilômetros ao preço total de	2.504.000,00

3 — Município de Aracruz

3.1 — Localidade de Vila do Riacho: 17 (dezesete) unidades ao preço unitário de Cr\$ 28.000,00	476.000,00
3.2 — Localidade de Barra do Riacho: 56 (cinquenta e seis) unidades ao preço unitário de Cr\$ 28.000,00	1.568.000,00

4 — Município de Linhares

4.1 — Localidade de Bebedouro: 61 (sessenta e uma) unidades ao preço unitário de Cr\$ 28.000,00	1.708.000,00
4.2 — Localidade de Bananal: (doze) unidades ao preço unitário de Cr\$ 28.000,00	6.496.000,00

TOTAL 9.000.000,00

Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros — PROHORT

Dada a importância social e econômica dos produtos hortigranjeiros para produtores e consumidores, e a evidência de pontos de estrangulamento nos sistemas de produção e comercialização desses produtos, criou-se em nível nacional, o Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros — PROHORT. Este programa, portanto, objetiva o equacionamento desses problemas, visando a uma melhor e mais racional satisfação da demanda de produtos hortícolas.

Através da Coordenação de Assuntos Econômicos da Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, foi elaborado um documento básico do referido Programa em 1976* contendo as diretrizes e medidas que seriam acionadas para a agilização do PROHORT.

Complementando-o, foi constituído um Grupo de Trabalho para Coordenação Nacional do PROHORT, com técnicos de diversos órgãos do MINAGRI, como CAE, SUPLAN, SNAB, SNAD, INCRA, CIBRAZEM, BNCC, CFP, EMBRATER, SUNAB, COMCRED, COBAL e EMBRAPA, abrangendo assim, através desses órgãos, todos os serviços vinculados à produção e comercialização dos produtos hortigranjeiros.

O programa contempla nessa primeira fase os produtos: batata, cebola, cenoura, tomate, banana e laranja, que são respectivamente as hortaliças e frutas de maior produção e consumo nacional, pesando sobremaneira no custo de vida.

O alto percentual de importação, pelo Espírito Santo de alho — 70%; batata — 93%; cebola — 98%; laranja — 60%; (dados de 1978 — CEASA/ES), aliado às tendências de forte concentração populacional nas áreas urbanas, notadamente da Grande Vitória, onde, juntamente com as estimativas de crescimento da renda "per capita", prevêem-se pressões de demanda, sobretudo dos produtos hortícolas já estimados em 30% ao ano (150% em 5 anos), foram os pontos considerados na inclusão do Espírito Santo no PROHORT, em 1977.

É a partir daí, que os produtos hortigranjeiros, têm sido abordados e analisados dentro de uma visão global do conjunto de serviços demandados por esses produtos. É então dentro dessa ótica, que o programa tem sido conduzido no Estado.

Sob a Coordenação da Assessoria Técnica da Secretaria de Estado da Agricultura, criou-se uma comissão que envolve os seguintes órgãos EMATER/ES, EMCAPA, DFA/ES, COFAI, BANESTES, CERMAG e CEASA/ES, para supervisão e acompanhamento do programa, cujos produtos atendidos são os mesmos selecionados a nível nacional.

Esta Comissão efetuou um estudo a nível estadual, detectando as áreas prioritárias para a produção de hortigranjeiros, bem como as principais vias de escoamento dessa produção. Objetivou ainda o estudo da identificação em escala prioritária dos polos geradores de produ-

ção, determinando os melhoramentos viários necessários. Tendo sido desse modo selecionados 7 (sete) municípios com a malha de estradas a serem melhoradas para um melhor escoamento da produção, a saber:

(*) Brasil. Ministério da Agricultura — PROHORT — Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros — Brasília, 1977 — 100p. ilust.

— Santa Leopoldina	113,7 km
— Afonso Cláudio	142,0 km
— Domingos Martins	211,7 km
— Itarana	23,9 km
— Conceição do Castelo	20,9 km
— Alfredo Chaves	32,8 km
— Santa Teresa	46,1 km
Total	591,1 km

O projeto para abertura e reabertura das estradas vicinais daqueles municípios que concentram a produção estadual de hortigranjeiros, foi elaborado pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola — CEPA/ES. Somando o valor de Cr\$ 28.594.177,00 (vinte e oito milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e sete cruzeiros), tendo sido aprovado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e liberado o montante de Cr\$ 13.161.908,60 (treze milhões, cento e sessenta e hum mil, novecentos e oito cruzeiros e sessenta centavos). A execução do projeto a nível estadual está a cargo da Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola — CERMAG, cujos resultados alcançados estão incluídos no Quadro 10.

Programas desenvolvidos pelos Órgãos Vinculados Programa de Pesquisa Agropecuária

A carência de trabalhos experimentais conclusivos que possam levar os agricultores capixabas a adotar tecnologias mais avançadas de produção, responde, em grande parte, pela situação insatisfatória da produção agropecuária no Estado e constitui sério obstáculo aos esforços que vêm sendo desenvolvidos pelos órgãos assistenciais no sentido de modernizar as explorações agropastoris no Espírito Santo. A necessidade de pesquisa, a que se fez menção, torna-se ainda mais crítica, quando se tem em mente a necessidade de trabalhar com diferentes combinações tecnológicas, de modo a atender, adequadamente, os níveis também diferentes de agricultores que labutam no Estado.

É incumbência da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária — EMCAPA, a tarefa de gerar ou desenvolver, a nível estadual, novos conhecimentos e novas técnicas de produção agropecuária, com vista ao rompimento de um sistema tradicional da agricultura prevalente no Estado. Através dos trabalhos em fase de implantação no campo, pretende-se contribuir para aumentar a produtividade do setor, a rentabilidade do produtor e, com isto, reduzir o preço do produto no mercado interno.

As pesquisas conduzidas pela EMCAPA têm cunho eminentemente prático e buscam dar respostas imediatas aos principais problemas que limitam a produção e a produtividade da agropecuária do Estado. O estágio da programação de pesquisa desenvolvido pela EMCAPA durante o ano de 1979 pode ser visualizado no resumo a seguir:

QUADRO 3.- Pesquisas Desenvolvidas pela EMCAPA - 1979

Projetos	Nº de Sub projetos	Nº de Expe- rimentos	Observações
Abacaxi	3	8	5 estão em andamento e 3 serão instalados em janeiro e fevereiro/80
Arroz	7	14	1 subprojeto foi suspenso, 14 experimentos serão iniciados no mês de outubro
Banana	7	16	8 experimentos estão em andamento, 2 serão iniciados em outubro e 2 possuem dados parciais para publicação
Batata	6	14	1 experimento está em andamento, 4 foram colhidos, 5 serão instalados em outubro/79, 2 sofrerão reformulação da metodologia e 2 serão instalados em 1980
Bovinos	16	17	12 experimentos estão em andamento, 4 já terminaram, sendo que 1 será publicado até o final do ano e 1 subprojeto foi suspenso por falta de técnico especializado
Climatologia	6	6	1 experimento está em andamento. Dos 5 restantes, 2 estão em fase de publicação e 3 em fase final de processamento de dados
Feijão	11	22	1 experimento está em andamento, 17 serão instalados em outubro/79, 1 em fase de publicação e 1 com publicação parcial
Frutíferas diversas	5	7	4 experimentos estão em andamento, 3 com resultados parciais para publicação
Mandioca	9	19	9 experimentos estão em andamento, 3 colhidos, 6 serão instalados em outubro/79
Milho	4	17	16 experimentos serão instalados em outubro/79 e 1 em 1980
Ólerícolas diversas	7	13	6 experimentos colhidos com os dados em fase de análise, o restante será instalado em 1980
Seringueira	4	5	Todos os experimentos estão em andamento
Suínos	1	2	1 experimento já foi concluído, o outro depende de instalações para ser iniciado

Para apoio ao desenvolvimento da pesquisa a EMCAPA conta com 9 fazendas experimentais, onde são instalados os experimentos e as áreas não utilizadas com a pesquisa são exploradas economicamente visando ao auxílio na manutenção das mesmas. O quadro a seguir mostra a localização, a área e os produtos pesquisados e/ou explorados nas fazendas experimentais:

QUADRO 4.- Localização, área e produtos pesquisados nas fazendas experimentais

Fazendas Experimentais	Localização	Área (ha)	Produtos pesquisados e/ou explorados
Bananal do Norte	C. Itapemirim	682	Bovinos, feijão, milho e seringueira
Cafundó *	Alfredo Chaves	71	
Jucuruaba	Viana	160	Banana, feijão, bovinos, milho e seringueira
Linhares	Linhares	1.611	Arroz, bovinos, cacau, cana, citrus, feijão, mandioca e milho
Marilândia	Colatina	83	Café
Mendes da Fonseca	Domingos Martins	180	Batata, feijão, fruteiras de clima temperado e milho
Sta. M ^a de Jetibá	Sta. Leopoldina	66	Café, eucalipto
Venda Nova	C. do Castelo	160	Café
Viana	Viana	34	Seringueira

(*) Doada à EMCAPA em 1977 - será destinada à pesquisa de fruticultura tropical

Conta também com 5 laboratórios que, além de conduzirem projetos específicos de pesquisa, oferecem apoio, numa ação interdisciplinar, aos demais projetos conduzidos pela Empresa; prestam também, serviços aos agricultores e às entidades componentes do sistema agrícola estadual. No ano de 1979 foram realizados 4.645 análises, assim distribuídas:

- Laboratórios de Solos - 3.165
- Laboratório de Entomologia - 227
- Laboratório de Sementes - 1.108
- Laboratório de Fitopatologia - 145

Dentro do objetivo de geração e difusão de tecnologia a EMCAPA, em 1979, através da conclusão de pesquisas, publicou 11 trabalhos científicos mostrados no resumo abaixo:

QUADRO 5 — Trabalhos científicos publicados pela EMCAPA — 1979

Título	Assunto
1. Alimentação de vaca leiteira com silagem de milho e concentrado fornecidos pelo método tradicional, em mistura completa e silagem de mistura completa.	Estudo de três métodos de fornecimento de rações para vacas em lactação, medindo-se o consumo de nutrientes, coeficientes de digestibilidade, produção de leite e teor de matéria gorda.
2. Aproveitamento do soro de leite na alimentação de suínos.	Resultados de pesquisa com o uso de soro de leite em diferentes fases do crescimento e terminação de suínos.
3. Avaliação da necessidade de inoculação de cinco leguminosas em um solo aluvial do Espírito Santo.	Experimentação sobre a eficiência de inoculantes comerciais para as leguminosas <i>Puerária phaseoloides</i> , <i>Galactia striata</i> , <i>Centrocema pubescens</i> , <i>Glycine wightii</i> e <i>Macroptilium atropurpureum</i> e a possível existência no solo de estirpes de <i>Rhizobium</i> spp nativas.
4. Alterações nas características químicas dos grãos de milho causadas pela infestação de <i>Sitophilus oryzae</i> (L., 1763). I. Unidade e composição mineral.	Determinação das alterações nos teores de unidade e de cinzas ocorridas nos grãos de três cultivares de milho, submetidos a quatro níveis de infestação pelo <i>S. oryzae</i> e a três períodos de armazenamento.
5. Alterações nas características químicas dos grãos de milho causadas pela infestação de <i>Sitophilus oryzae</i> (L., 1763). II. Teor e índice de acidez do óleo.	Determinação das alterações de óleo dos grãos de três cultivares de milho, submetidos a quatro níveis de infestação pelo <i>S. oryzae</i> , durante três períodos de armazenamento, e o efeito destes tratamentos sobre a acidez do óleo extraído dos grãos.
6. Alterações nas características químicas dos grãos de milho causadas pela infestação de <i>Sitophilus oryzae</i> (L., 1763). III. Nitrogênio total e carboidratos.	Determinação das alterações nos teores de nitrogênio total e carboidratos nos grãos de três cultivares de milho, submetidos a quatro níveis de infestação pelo <i>S. oryzae</i> e a três períodos de armazenamento.
7. Efeito residual da adubação com micronutrientes na produção da soja em um solo de Cerrado.	Estudo do efeito residual da adubação com os micronutrientes B, Co, Cu, Fe, Mn, Mo e Zn, nas variedades de soja Paraná e IAC-2.
8. Comportamento de cultivares de feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i> L.) no Sul do Estado do Espírito Santo.	Resultados de vinte e oito ensaios de competição entre cultivares de feijão, realizados no Sul do Estado do Espírito Santo, objetivando informações sobre produção de sementes e resistência às doenças.
9. Seleção da velocidade de germinação em milho (<i>Zea mays</i> L.)	Estudo dos germoplasma de germinação precoce e tardia, mediante seleção na variedade de milho, piranão, visando à informatização da germinação e emergência das plântulas.
10. Cultivares de milho adaptados ao Espírito Santo — primeira recomendação.	Aferição dos materiais de milho comercializados no Espírito Santo e indicação dos cultivares de melhor adaptabilidade e estabilidade para o Estado do Espírito Santo.
11. A mosca dos estábulos <i>Stomoxys calcitrans</i> Geofrey, 1764 (Diptera, Muscidae) no Espírito Santo.	Descrição dos estágios imaturos, morfologia externa dos adultos, biologia e hábitos, importância econômica perspectiva para o controle e recomendações de controle da mosca dos estábulos.

Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Este programa tem por objetivo a transferência de tecnologia agropecuária e gerencial aos produtores rurais, através de uma ação produtivista-humanista.

Paralelamente, desenvolve-se também uma ação que visa ao bem estar social das famílias dos agricultores.

Espera-se que esta transferência de tecnologia resulte em um aumento da quantidade e qualidade dos produtos oriundos de setor agrícola, bem como em uma maior participação do produtor rural no mercado de bens de consumo, seja de insumos ou bens acabados, seja de serviços, graças a um incremento em sua renda real.

A responsabilidade deste programa cabe à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Espírito Santo — EMATER/ES. Esta empresa, para cumprir com eficiência e eficácia a sua missão, integra-se com outras entidades, públicas ou privadas, que atuam direta ou indiretamente no meio rural.

Os principais resultados alcançados pela EMATER/ES em 1979 estão sintetizados nos quadros expostos a seguir:

QUADRO 6 .- Assistência Técnica às Culturas - EMATER/ES, 1979

Culturas	Técnicos Atuantes		Produtores Assistidos		Crédito Rural		Área Assistida
	Número		Número		Número de Projetos	Montante Contra- tado (Cr\$ 1.000)	Hectare
Banana	8		2.304		304	28.959	9.368
Abacaxi	2		246		61	5.958	1.190
Batata	2		304		61	2.377	225
Tomate	6		1.717		336	19.106	722
Olericultura	6		1.204		150	6.026	1.012
Milho	17(*)		14.918(**)		1.929	80.171	41.322(**)
Feijão	9		6.697		780	17.621	10.210
Arroz	12(*)		3.816(**)		874	38.000	6.537(**)
Pimenta-do-reino	5		661		23	6.624	571
Mandioca	4		1.827		125	10.737	7.430
Heveicultura	4		294		13	28.463	650
Citrus	1		174		--	-	454
Total	76		34.162		4.656	244.042	79.691

Obs.: (*) Incluindo técnicos trabalhando com pequenos produtores: 5 em milho e 2 em arroz

(**) Incluindo pequenos produtores

QUADRO 7 - Assistência Técnica às Criações - EMATER/ES, 1979

Criações	Técnicos Atuantes	Produtores Assistidos	Crédito Rural		Rebanho Assistido
	Número	Número	Número de Projetos	Montante Contra- tado (Cr\$ 1.000)	Cabeças
Pecuária de Corte	28	3.995	265	107.375	436.652
Pecuária de Leite	56	9.161	501	134.240	595.970
Avicultura	7	351	250	60.953	9.344.618*
Suinocultura	8	445	38	14.167	37.515
Total	99	13.952	1.054	316.735	10.414.755

(*) Corte + Postura

QUADRO 8 - Promoção de Pequenos Produtores - EMATER/ES, 1979

Projetos	Técnicos Atuantes	Produtores Assistidos	Famílias Assistidas	Crédito Rural	
	Número	Número	Número	Número de Projetos	Montante Contra- tado (Cr\$ 1.000)
Pequenos Produtores	26	10.691	5.528	1.135	28.329
Extensão Pesqueira	6	687	448	63	8.544
Total	32	11.378	5.976	1.198	36.873

QUADRO 9 - Capacitação de Mão-de-obra - EMATER/ES, 1979

Projetos	Número de Cursos	Número de Participantes
Arroz	3	45
Milho	10	146
Feijão	11	169
Banana	8	135
Olericultura	5	58
Tomate	7	83
Avicultura	1	14
Pecuária de Corte	4	60
Pecuária de Leite	6	90
Promoção Pequeno Produtor	98	1.589
Total	153	2.389

SUMÁRIO DE RESULTADOS ALCANÇADOS

Os principais resultados alcançados pela EMATER/ES no corrente ano podem ser sintetizados da seguinte maneira:

Produtores Rurais Assistidos (número)	58.305
Pescadores Assistidos (número) ..	687
Famílias Assistidas (de agricultores e pescadores) ...	8.229
Área Assistida com culturas (hectare) ..	79.691
Mão-de-obra trepada (número) ..	2.508
Crédito Rural: Projetos (número) ..	6.908
Crédito Rural: Montante (Cr\$ 1.000) ..	597.650
Municípios Assistidos (número) ..	53
Técnicos Atuantes (número) ...	207
Cooperativas Assistidas (número) ..	19

Programa de Organização Agrária

Conjunto de ações desenvolvidas no sentido de criar condições propícias não só para o melhor aproveitamento econômico das terras, mas também para dotar o meio rural espírito-santense da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento agrícola. É desenvolvido a nível estadual pelo Departamento de Terras e Colonização-DTC e pelo Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação-DAF. O DTC atuando na área de alienação e regulação de propriedades agrícolas visando com suas ações a evolução sócio-econômica do homem do campo, proporcionando-lhe condições de ingressar no processo de desenvolvimento, através de sua participação efetiva nos projetos prioritários, em última instância colocando-o em condições de receber assistência oficial, de obter financiamento e assistência técnica permanente. O DAF atuando como órgão especializado de apoio, não só ao programa, mas aos outros envolvidos pela SEAG, por outras entidades governamentais, e principalmente a agricultores, oferecendo os mais variados serviços dentro da aerofotogrametria e fotointerpretação.

O resumo a seguir mostra as atividades desenvolvidas pelo DTC no período de janeiro a dezembro/79:

Plantas conferidas e registradas —	305
Medição de terras —	12.196,59 ha
Laudos técnicos —	781
Editoriais publicados —	322
Processos concluídos e encaminhados a Cartório —	451
Arrecadado venda de terras —	Cr\$ 5.474.048,56

O desempenho do DAF no período de janeiro a dezembro de 1979 teve como destaque sua participação efetiva em 3 programas governamentais voltados para o setor agrícola, além da prestação de um elenco de serviços de diferentes órgãos do Estado, que podem ser visualizados a seguir:

- 1 — PROVALES — Serviços de nivelamento topográfico
Área Nivelada — 730 hectares
Quilômetros de nivelamento — 80 km
Número de produtores beneficiados — 44 produtores
- 2 — DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS — Linhares
Área levantada — 24.000,00 hectares (concluído)
Número de propriedades discriminadas — 230 propriedades, além da realização de trabalhos iniciais em duas novas áreas, para continuação do processo com 30.000 hectares, aproximadamente
Confecção de croquis objetivando o programa de preservação do meio ambiente (IBDF) — Número de croquis = 21
- 3 — PROPEC — Confecção de plantas plani-altimétricas, atendendo exigência do programa de crédito rural

Número de produtores atendidos = 21 produtores
Área total levantada = 20.328 hectares
Área média por produtor = 968 hectares

4 — SERVIÇOS DE NATUREZA GERAL

Confecção de mapa planimétrico rodoviário do município de Castelo, solicitação da Prefeitura daquele município.

Confecção de planta de situação da região da Grande Vitória contendo todo traçado viário e hidrográfico, a pedido da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

Delegacia Federal da Agricultura no Espírito Santo. Levantamento plani-altimétrico de área com 50 ha em Alfredo Chaves-ES.

Citrodora S/A Florestal e Industrial — Levantamento topográfico do perímetro, com memorial descritivo e restituição aerofotogramétrica de área com 1.875,00 hectares, no município da Serra/ES.

Instituto Nacional de Orientação às Cooperativas do Espírito Santo — INOCOOPS/ES — Levantamento topográfico do perímetro com memorial descritivo, em 2 áreas (duas) — (213 e 228 ha), no município da Serra/ES.

Mealúrgica Nossa Senhora da Penha — realização de 3 (três) levantamentos aerofotogramétricos nos municípios de Vila Velha e São Mateus/ES, totalizando 1.620,00 hectares.

Contrato de Serviço CESAN/DAF — Levantamento aerofotogramétrico de parte de área urbana da Grande Vitória, objetivando a expansão e a melhoria das redes de água e esgoto.

Área total levantada = 200 km², aproximadamente
Área total levantada = 92 km², aproximadamente (concluído)

Em outra área com 45 km², os serviços de campo encontram-se totalmente concluídos.

Levantamento nas Reservas de Forno Grande e de Pedra Azul, com áreas aproximadas de 7.000 e 1.100 hectares, respectivamente, objetivando a demarcação dos limites das Reservas e regularização de proprietários e posseiros.

Serviços diversos de vistoria para legitimação de terras

Outros serviços a empresas particulares de venda de lotes de terra, tais como levantamento topográfico ou fotogramétrico com memorial descritivo da área em Guarapari, Viana e Cariacica, desenhos e ampliação e montagem de aerofotos.

Programa de Mecanização Agrícola

Tem como objetivos, projetar e executar obras de melhoria de infra-estrutura das propriedades rurais, notadamente as relativas à regularização dos deflúvios de cursos d'água, açudagem, barragem, drenagem, abertura de poço e saneamento. Realizar trabalhos de destoca, aração e gradagem e demais serviços que promovam o uso racional do solo e a defesa e preservação dos recursos naturais. Projetar e executar terreiros, terraços, terraplenagens, estradas de penetração e vicinais e orientar agricultores sobre as práticas de mecanização relativas à conservação do solo; integrar os projetos de sistemas de drenagem com os planos gerais de obras contra inundação a realização de obras em colaboração ou participação das bacias hidrográficas; elaborar estudos visando a realização de obras em colaboração ou participação mútua com entidades públicas ou destinadas a prestação de serviços técnicos aos agricultores bem como integrar outros projetos com órgãos ligados ao Governo do Estado, como é o caso da habitação rural.

A execução deste programa está a cargo da Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola — CERMAC, cujos principais resultados alcançados em 1979, são mostrados no quadro a seguir:

QUADRO 10 — Resultados Alcançados pela CERMAC — 1979

Atividade	Unidade	Dimensionamento
Desmatamento	ha	128,7
Destoca	ha	1.694,0
Construção de Estradas ..	km	450,5
Recuperação de Estradas ..	km	2.288,8
Terraplenagem	m ³	949.080,00
Desmonte	ha	375,3
Enleiramento	ha	135,1
Sistematização de Terreno ..	ha	53,7
Construção de Barragens .. m		4.720,0
Construção de Carreadores .. m		17.660,0
Construção de Canais para ..		
Drenagem de Vales m		600,0
Construção de Terraços ... m		5.150,0

Programa de Manutenção dos Recursos Naturais Renováveis

É desenvolvido pelo Instituto Estadual de Florestas — IEF. Suas ações objetivam a preservação e utilização racional dos Recursos Naturais Renováveis do Estado. Durante o ano de 1979, deu-se bastante ênfase às atividades educativas visando à formação no seio da comunidade de uma consciência da importância da preservação dos recursos naturais. Teve também uma atuação destacada na área de fiscalização, visando coibir os abusos de pesca predatória tanto em águas internas como em águas marinhas e a depredação da flora e fauna silvestres. A primeira em convênio com a SUDEPE e a segunda com o IBDF. Como apoio aos programas de reflorestamento e desenvolvimento da heveicultura no Estado, produziu mudas para os referidos programas. Os resultados alcançados até dezembro/79 podem ser visualizados a seguir:

QUADRO 11. — Resultados alcançados pelo IEF/FEMA — 1979

Atividades RESULTADOS ALCANÇADOS EM 1979

. Promoção da Política Florestal do Estado

1 curso sobre fiscalização e fomento da pesca com 13 participantes;
2 cursos sobre enxertia da seringueira com 26 participantes;
13 palestras sobre fomento e fiscalização da pesca com 295 participantes;

60 palestras sobre educação florestal ou conservacionista com a colaboração da UFES e Projeto Rondon;

Produção e utilização de 180.000 mudas de essências para arborização promocional em locais públicos, tendo sido beneficiadas as cidades de Alegre, Aplacá, Guaçuá, Muniz Freire, Barra de São Francisco, Nova Venécia, Afonso Cláudio e Alfredo Chaves;

Treinamento de 2 técnicos em curso intensivo sobre a seringueira no centro nacional de pesquisa sobre a seringueira — EMBRAPA/MANAUS/AM; SUDHEVEA;

Promoção da Semana da Árvore com doação de 80.000 mudas destinadas a diversas entidades (Universidades, Escolas, Associações, etc.);

Realização de 10 reuniões com os confrontantes das reservas esaduais, visando a preservação das mesmas; Arborização da Rodoviária de Vitória utilizando-se 287 mudas de essências ornamentais e 50 mudas de palmeira areca.

Credenciamento de 172 pescadores armadores;

Fiscalização da pesca

169 visitas de fiscalização em águas internas e marinhas;

Fiscalização em 67 barcos;

Apreensão de 14 redes e 33 outros apetrechos de pesca;

. Reflorestamento de Pequenas e Médias Propriedades Rurais

Produção de 2.000.000 mudas de Eucalipto, com utilização de 1.180.000 mudas pelos proprietários;

. PROBOR

Produção de 870.000 cavalos (porta enxerto) visando a produção de 500.000 mudas.

232 visitas de fiscalização de desmatamento com atuação de 15 propriedades;

. Fiscalização da Fauna e Flora

9 visitas de fiscalização da caça com atuação de 5 caçadores;

72 visitas de fiscalização do comércio de animais silvestres;

Apreensão de 10 armas de fogo, 300 gaiolas e 250 passaros.

. Incentivo à Pesquisa Florestal no Estado

Programado inventário florestal e biológico de Duas Bocas.

Programa de Comercialização de Produtos

Este programa busca a melhoria dos padrões de eficiência da atividade de comercialização de produtos agrícolas, contribuindo para a organização do sistema regional de abastecimento.

O programa está sendo desenvolvido predominantemente pela CEASA/ES que responde pela comercialização de produtos hortigranjeiros.

A CEASA/ES atua no sentido de modernizar e racionalizar a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros. Para isso, conta com unidade central, localizada em Cariacica que canaliza a produção da região serrana do centro-sul capixaba e abastece a Grande Vitória e outras cidades do interior, como Linhares, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, entre outras.

Ainda em função de seus objetivos a CEASA/ES operacionalizou definitivamente em 1979 o Hortomercado Praia do Suá que conta com 32 boxes para hortigranjeiros, igual número de boxes para armazenagem e 8 lojas de produtos atípicos destinados a peixaria, açougue, laticínios, doces, aves, ovos e flores.

O quadro a seguir apresenta o volume e valor da produção hortigranjeira comercializada pela CEASA/ES, no período de janeiro a dezembro de 1979.

QUADRO 12.- Volume e Valor da Produção Comercializada - janeiro/dezembro-1979 - CEASA/ES

Grupos de Produtos	Volume Comercializado (t)	Valor da Produção Co mercializada (Cr\$1000)
1. Hortaliças	<u>67.495,597</u>	<u>422.497,235</u>
1.1. Folhas, Flores e Hastes	9.410,105	38.296,275
1.2. Fruto	31.580,545	187.320,704
1.3. Raízes, Tubérculos e Bulbos	26.504,947	196.880,256
2. Frutos	<u>43.727,202</u>	<u>257.771,346</u>
2.1. Nacionais	40.983,287	188.314,521
2.2. Importados	2.743,915	69.456,825
3. Ovos	<u>8.028,687</u>	<u>118.435,047</u>
4. Cereais	<u>824,293</u>	<u>9.811,786</u>
5. Diversos	<u>602,849</u>	<u>5.808,392</u>
Total	<u>120.678,628</u>	<u>814.323,756</u>

Programa de Defesa Sanitária Animal

A pecuária capixaba, na década passada, começou a desenvolver-se rapidamente, e, se se observar a composição da economia no setor primário do Estado, vê-se que a produção animal, em 1976, concorreu com 28%, aproximadamente. Embora a participação haja crescido, necessária se torna a adoção de medidas capazes de provocar a elevação das atuais taxas de desfrute e crescimento dos rebanhos garantindo não só o perfeito abastecimento do mercado interno, mas também a criação de excedentes visando à exportação.

Dentro desta realidade, em termos globais, objetiva-se um significativo aumento de produção e produtividade, implantação de estrutura de programação e execução na área de saúde animal advindo, consequentemente, o aumento da renda da população diretamente envolvida no processo.

Em consonância com os objetivos, dar-se-á neste programa, especial enfoque ao combate à raiva dos herbívoros, comba e à brucelose e combate à febre aftosa.

Este programa será coordenado pelo Ministério da Agricultura, sendo que as atividades a serem desenvolvidas estarão à cargo da Empresa Espírito-Santense de Pecuária-EMESPE, da Secretaria de Estado da Agricultura. Além do Programa de Defesa Sanitária, a EMESPE desenvolveu outras atividades na área de promoção e reprodução animal. O resumo a seguir mostra o desempenho da Empresa no período de janeiro a dezembro de 1979.

QUADRO 13. — Resultados alcançados pela EMESPE — 1979

Subprojeto/Atividades	Resultados Alcançados 1979
Educação Sanitária	
Criadores atingidos	6.848
Treinamento de Pessoal	
Pessoal treinado	31
Nível do pessoal	
Supremo	22
Médio	9
Fiscalização de Vacinas	
Casas credenciadas	86
Fiscalização realizadas	1.797
Vacinas apreendidas (doses)	73.030
Casas comerciais autuadas	36
Vacinação	
Febre Aftosa (*)	
Espontânea:	
Criadores assistidos	27.689
Propriedades assistidas	26.581
Animais vacinados (cabeças)	1.685.711
Compulsória:	
Criadores assistidos	2.737
Propriedades assistidas	2.606
Animais vacinados (cabeças)	96.151
Raiva	
Espontânea:	
Criadores assistidos	21
Propriedades assistidas	21
Animais vacinados (cabeças)	3.597
Municípios assistidos	17

(*)O rebanho estadual é vacinado 3 vezes ao ano.

Brucelose	
Espontânea:	
Criadores assistidos	1.742
Propriedades assistidas	1.742

Animais vacinados (bezerras)	40.264
Municípios assistidos	51
Exames realizados	30.710
Propriedades atendidas em exames	809
Vigilância Epidemiológica e Controle de Trânsito	
Rebanhos em movimento intra-estadual (ropas)	18.733
Rebanhos em movimento interestadual (tropas)	5.328
Tropas desinfetadas (desinfecções)	462
Rebanhos autuados	308
Finalidade e destino dos animais:	
Recría — intra-estadual	300.352
— interestadual	62.521
Abate — intra-estadual	105.537
— interestadual	45.434
Feiras e exposições	420
Treinamento de Mão-de-obra	
Cursos realizados	5
Pessoal treinado por ocupação:	
Vacinadores	79
Inseminadores	63
Capturadores	5
Inseminação Artificial (bovinos)	
Propriedades assistidas	112
Fêmeas assistidas ou trabalhadas	7.975
Fêmeas inseminadas	616
Pecuaris as que adotaram a escrituração	18
Matrizes produzidas	26
Tourinhos produzidos	23
Controle e Registro	
Animais controlados por raça:	
Gir	83
Guzerá	897
Indubrasil	247
Nelore	758
Animais registrados por raça:	
Gir	99
Guzerá	1.157
Indubrasil	275
Nelore	530
Suínocultura	
Granjas assistidas	26
Criadores assistidos	26
Rebanho assistido (cabeças)	9.645
Número de exames de brucelose	53
Número de exames parasitológicos	90
Área de atuação — Cachoeira de Itapemirim, Castelo, Muqui, Mimosa do Sul, Atílio Vivacqua, Itapemirim, Guaçuá, Alegre, Jerônimo Monteiro e Afonso Cláudio	
Núcleos de Assistência Técnica	
Criadores assistidos	112
Propriedades assistidas	112
Instituto Biológico	
Criadores assistidos com MRT	11.244
Criadores assistidos com MRT	11.302
Propriedades reagentes	1.936
Diagnósticos de raiva realizados	116
Propriedades com diagnóstico de raiva	13
Exames parasitológicos realizados	747
Granjas avícolas assistidas	23
Número de propriedades assistidas em parasitologia	35
Número de diagnósticos de anemia infecciosa equina	224
Número de propriedades assistidas	49
Exposições e Feiras	
Exposições realizadas	11
Expositores	493
Estados participantes	5
Municípios participantes	63

Animais exportos	6.253
Animais julgados	1.422
Animais premiados	587
Animais financiados	4.210
	Cr\$
Montante do financiamento	70.659.860,00
Pecuaristas beneficiados com financiamento	438
Número de criadores orientados (palestras, reuniões, etc.)	73

Programa de Armazenagem

O programa objetiva aumentar a capacidade estática e dinâmica de armazenamento e a melhoria dos padrões de qualidade e eficiência da atividade de armazenagem,

permitindo ao agricultor usufruir das vantagens da política de preços mínimos.

Cabe à CASES — Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo executar, em âmbito estadual, a política de armazenamento, em apoio aos programas do setor agrícola e à política de preços mínimos.

A CASES encarrega-se, também, de executar a classificação de produtos de origem vegetal para o mercado interno, mediante contrato de prestação de serviços que mantém com a Secretaria de Estado da Agricultura.

O Quadro a seguir demonstra a movimentação de produtos agrícolas nos armazéns da CASES no período de janeiro a dezembro do corrente ano.

QUADRO 14 — Estatística de Armazenagem — janeiro/dezembro — 1979 — CASES

Produtos	Movimento Acumulado (t)		
	1978	Saldo de Entrada em 1979	Total
Arroz beneficiado	13,2	10.190,6	10.203,8
Arroz em casca	537,2	178,5	715,7
Amendoim	—	52,7	52,7
Café beneficiado	373,4	742,3	1.115,7
Farinha de mandioca	100,0	—	100,0
Fava	8,5	10,1	18,6
Feijão	141,1	53,9	195,0
Farinha de trigo	—	80,5	80,5
Milho em grão	2.431,0	74.691,0	77.122,0
Soja	2,7	—	2,7
Sal	32,1	25,5	57,6
Diversos	58,2	110,1	168,3
Total	3.697,4	86.135,2	89.832,6

Pode-se observar, que nos primeiros oito meses do ano em curso, foram movimentados nos armazéns da CASES 89.832,6 toneladas de produtos agrícolas, sendo 3.697,4 toneladas remanescentes de 1978 e 86.135,2 toneladas de 1979.

A CASES encarrega-se também de executar a classificação de produtos de origem vegetal para o mercado interno mediante contrato de prestação de serviços que mantém com a Secretaria de Estado da Agricultura.

O quadro a seguir dimensiona o trabalho de classificação executado pela CASES de janeiro a agosto de 1979.

QUADRO 15 — Classificação de Produtos Agrícolas — janeiro/dezembro — 1979, CASES

Produto	Quantidade Classificada (t)
Amendoim	44,9
Arroz	16,7
Milho	447,7
Total	509,3

Programa de Suprimentos de Insumos

Visa a fornecer em tempo hábil, os insumos adequados e necessários à agropecuária estadual, propiciando desta forma ao produtor rural, meios para obter melhores índices de produção e produtividade em suas atividades.

Este programa é desenvolvido pela Companhia de Fomento Agro-Industrial-COFAI e os quadros a seguir mostram o desempenho da Empresa no período de janeiro a dezembro de 1979.

QUADRO 16 — Principais Insumos Comercializados pela COFAI — janeiro/dezembro/79

Especificação	Unidade	Quantidade	Faturamento
		Comercializada	Cr\$ 1.000
Sal mineralizado	t	0,24	840
Vacina contra Aftosa	dose	1.685.952	9.546.469
Vacina contra Raiva	dose	3.147	411.549
Calcário	t	576	554.949
Fertilizantes	t	1.354	12.883.623
Resíduo de Trigo	t	16.542	33.238.366

Sementes	—	—	8.607.451
Produtos Veterinários	—	—	4.730.825
Defensivos Agrícolas	—	—	7.032.957
Implementos Agrícolas e Ferramentas	—	—	3.619.625
Outras Mercadorias	—	—	12.638.476
Total	—	—	93.264.290

QUADRO 17 — Desempenho da Fábrica de Rações —
janeiro/dezembro-1979

Especificação	Unidade	Quantidade	Faturamento
		Produzida	Cr\$ 1,00
Rações.			
— para aves	t	664	3.296.680
— para suínos	t	1.641	7.861.978
— para bovinos	t	1.346	4.347.746
Total	t	3.651	15.506.404

QUADRO 18 — Desempenho da Fábrica de Gelo —
janeiro/dezembro-1979

Especificação	Unidade	Quantidade	Faturamento
		Produzida	Cr\$ 1,00
Gelo	t	189	114.455
Total	t	189	114.455

Programa de Informação de Mercado Agrícola

Objetiva com suas ações:

Racionalizar o processo de comercialização, dificultando a intermediação marginal excessiva, melhorando a distribuição da renda no meio rural;

Traduzir em forma sistemática informações relativas às atividades que afetam os mercados atuais e futuros do produtor em seus negócios;

Aumentar o poder de competição nos diversos níveis de mercado;

Tornar o processo de comercialização mais eficiente e servir como base para o planejamento e aplicação de políticas, programas e projetos dos órgãos governamentais;

Estabelecer e/ou intensificar o fluxo de informações colocadas à disposição dos organismos que integram o Sistema Operacional Agrícola em suas unidades básicas de planejamento, pesquisa, produção, abastecimento e assistência técnica.

As atividades específicas de coleta, preparação, intercâmbio e divulgação de dados sobre o comportamento dos mercados atacadistas e varejistas dos produtos agropecuários, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, estão a cargo do SIMA — Serviço de Informação do Mercado Agrícola.

Atualmente o SIMA está aparelhado no sentido de, dentro das atividades já especificadas, levar ao conhecimento de todos os Órgãos e produtores, os preços recebidos pelos agricultores.

Ainda dentro do programa procurou-se estabelecer prioridades, visando à dinamização e expansão do serviço,

a fim de espelhar a realidade e satisfazer as necessidades da conjuntura.

No período de Janeiro a Dezembro o SIMA realizou as seguintes atividades:

20.273 visitas a atacadistas;
19.572 entrevistas;
Confecção de 78.890 boletins diários;
2.898 minutos de intercâmbio de telex;
Distribuição de 77.317 boletins a atacadistas, varejistas produtores e órgãos públicos e privados;
Recebimento de 1.500 boletins de outras praças através de telex;
290 veiculações de cotação de mercado através do rádio;

864 veiculações de cotação de mercado através da imprensa escrita.

Programa de Planejamento Agrícola

As atividades de planejamento agrícola visam a efetivação dos programas dirigidos ao setor de uma forma harmônica e ordenada na busca de seus objetivos.

Estas atividades estão a cargo da Comissão Especial de Planejamento Agrícola-CEPA/ES, que desempenha ainda a função de assessoria a nível de política agrícola à Secretaria de Estado da Agricultura.

A seguir são enumerados os trabalhos elaborados e/ou em elaboração durante o período de janeiro a dezembro de 1979.

Área de Planejamento de Curto Prazo e ou Área de Análise e Programação

Reformulação e adaptação do sistema de acompanhamento das políticas agropecuárias às diretrizes estabelecidas para o período;

Reformulação do programa subsídios ao "plano estadual de desenvolvimento da pesca";

Reformulação do projeto: "Curso de especialização em planejamento agrícola";

Estrutura fundiária do Espírito Santo;

Comercialização e abastecimento no Espírito Santo;

Formas de organização da produção;

Marco de referência 1979/83 e plano de trabalho da CEPA/ES para 1979/80;

Custos da produção de produtos agropecuários;

Estudo de viabilidade para implantação de frigorífico de suínos em Nova Venécia;

Proposição "Programa de habitação rural";

Estradas vicinais — PROHORT — reformulação;

Revisão do zoneamento agrícola;

Subsídios ao IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca;

Revisão do zoneamento agrícola para as culturas de mandioca e cana-de-açúcar;

Projeto de aquisição de cereais pelo Governo do Espírito Santo;

Programa de suinocultura para pequenos produtores no Estado do Espírito Santo — proposição;

Programa de agro-indústria caseira;

Plano de trabalho da CEPA/ES — 1979/80;

Projeto "Financiamento de Quotas Partes do Capital Social da Cooperativa de Laticínios Guaçuí Ltda.;

Reformulação do projeto "Planejamento da estrutura varejista para produtos hortigranjeiros na região da Grande Vitória;

Projeto de Criação da Fundação Comissão Estadual de Planejamento Agrícola;

Reformulação do Projeto "Estradas Vicinais" — IBC; Plano Estadual de Aplicação de Crédito Rural — PESAC — 1979/80.

Área de Estudos e Pesquisas e/ou Planejamento de Médio e Longo Prazos

Monografia sobre suinocultura no Espírito Santo;

Reflorestamento no Espírito Santo — Evolução e Consequências;

Alguns Aspectos na Organização da Produção — Pecuária Bovina no Espírito Santo;

Intervenção do Estado na Agricultura;

Contribuição ao Estudo do Programa Produção no Cultivo do Café no Espírito Santo;

Movimentos Sociais no Meio Rural Capixaba;

Estudo sobre acompanhamento conjuntural de produtos selecionados do setor agropecuário do Espírito Santo;

Área de Estatística para Planejamento e/ou Área de Informação e Coordenação

Boletim do leite (4º trimestre/78);

Boletim anual do leite (1978);

Previsão de safras agrícolas (1978/79);

Continuação do programa de implantação do SEIR — Serviço Estadual de Informação Rural;

Boletim do leite (1º semestre/79);

Previsão de safras agrícolas 1978/79 e 1979/80 (confirmação);

Estimativa do consumo de combustíveis e derivados do petróleo;

Levantamento de empresas de mecanização agrícola no Espírito Santo;

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em sintonia com a política do atual Governo definida para o setor educação e sintetizada no documento "Diretrizes Para a Ação Integrada", esta Secretaria empenhou-se, tanto quanto possível, por expandir as oportunidades educacionais, bem como por conduzir a ação educativa no sentido de alcançar melhores padrões de qualidade.

A ampliação de oportunidades de acesso ao sistema de ensino concentrou-se, basicamente, na faixa da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau, considerando que no ensino de 2º grau a preocupação maior verificou-se nas questões afetas ao aperfeiçoamento das habilitações profissionais já oferecidas.

Levando-se em conta que o aumento da produtividade do sistema de ensino é condicionado por inúmeras variáveis, algumas das quais exógenas ao próprio sistema, a ação desta Secretaria efetivou-se através do aperfeiçoamento de seus recursos humanos, dos currículos e do desencadeamento de uma nova política de valorização do Magistério.

Enfatizou-se o diálogo com as Administrações Municipais, tendo em vista a sua participação efetiva no desenvolvimento do ensino de 1º grau. Nesse sentido, novas perspectivas abriram-se para, a partir de 1980, culminarem com o fortalecimento dos mecanismos de cooperação técnica e financeira aos municípios.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A oferta de educação pré-escolar procurou beneficiar as crianças de 4 a 6 anos, faixa de idade definida como prioritária no âmbito da rede oficial estadual de ensino. As ações desencadeadas nessa área voltaram-se tanto para a ampliação da oferta de matrícula, quanto para a melhoria da qualidade do atendimento que se vem oferecendo ao pré-escolar. Na execução dessas ações participaram junto à Secretaria de Estado da Educação outros órgãos públicos (SEBS, LBA), comunidade e famílias.

Destacam-se, dentre outras, as seguintes realizações:

- Ampliação de 4.305 novas matrículas, através da implantação de 169 classes, utilizando-se espaços disponíveis nas escolas de 1º grau e nas comunidades.
- Reforma de 5 pré-escolas, beneficiando a 1.352 crianças, em 5 municípios.
- Equipamento de 64 classes pré-escolares em 20 municípios.
- Fornecimento de material didático-pedagógico a 271 classes de pré-escolares, beneficiando a 7.302 crianças, em 41 municípios.
- Fornecimento de alimentação (almoço ou jantar) a 5.535 crianças, através do Projeto Pré-Casulo, em 42 municípios.
- Orientação pedagógica às escolas e Núcleos Regionais de Educação.
- Transporte de 49 crianças da zona rural, oportunizando a frequência a classes pré-escolares no município de Itapemirim.

ENSINO DE 1º GRAU

.....No âmbito do ensino de 1º grau, considerando o caráter de obrigatoriedade escolar, a SEDU tem procurado promover a expansão de oportunidades educacionais e a melhoria do atendimento no processo de escolarização, não apenas à população na faixa de 7 a 14 anos como, também àquela que se situa além dessa idade.

EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA

Em relação à expansão da oferta de matrículas e à melhoria das condições físicas dos prédios escolares,

foram executadas ações inerentes à construção, à ampliação, à reforma e ao equipamento dos mesmos. Destaca-se, nesse sentido, o esforço despendido na recuperação de unidades escolares atingidas pelas chuvas e enchentes ocorridas no início do ano de 1979.

Além disso, realizaram estudos acerca da localização e dimensionamento da rede de unidades escolares na Grande Vitória, os quais subsidiarão a tomada de decisão nas questões relativas à otimização e expansão do parque escolar.

O quadro 1 visualiza os resultados obtidos, através dos projetos destinados à expansão e recuperação da rede de unidades escolares de 1º grau.

MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO

Curriculo

As atividades realizadas nessa área tiveram por objetivo o contínuo aperfeiçoamento do currículo, de modo a torná-lo mais adequado à realidade das escolas de 1º grau, bem como subsidiar a ação docente com vistas a melhoria da produtividade do Sistema. Dentre outras atividades destacam-se:

— Acompanhamento e avaliação de currículos planos, visando à orientação às unidades escolares na execução e replanejamento dos mesmos. Além disso, o acompanhamento da Proposta Curricular enfatizou a consecução de objetivos de Comunicação e Expressão e Matemática que apresentavam maiores dificuldades de aprendizagem.

- Elaboração e implementação de 16 documentos de orientação a diretores, supervisores e professores.
- Análise de livros didáticos e documentos diversos.
- Desenvolvimento de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo Ensino-Aprendizagem Para o Ensino de 1º grau, visando a:

Melhoria do rendimento na 1a. série, envolvendo 101 escolas, 330 classes, 10.676 alunos na zona urbana de 9 municípios.

Redução dos índices de distorção idade/série, abrangendo 69 escolas, 300 classes, 8.677 alunos de 1a. a 4a. série de 9 municípios.

Implantação do Sistema de Materiais de Ensino-Aprendizagem, objetivando fornecer, inicialmente, materiais instrucionais a 28 escolas da zona urbana, beneficiando a 20.783 alunos de 1a. a 8a. série do 1º grau.

Implantação do Projeto Desenvolvimento Integrado da Arte na Educação (PRODIARTE) em 3 complexos escolares, envolvendo 10 escolas e 2.460 alunos de 1a. a 8a. série do ensino de 1º grau em Vitória e Cariacica. O PRODIARTE tem por objetivo enriquecer, estimular e valorizar atividades criativas e agradáveis no desenvolvimento do currículo escolar.

Capacitação de recursos humanos

As ações inerentes à capacitação de recursos humanos abrangeram a realização de cursos de atualização e de habilitação (para professores não titulados da zona rural, a qual se iniciara em 1978. Adotou-se, como estratégia de execução a máxima descentralização do local de realização dos cursos, a fim de oportunizar aperfeiçoamento contínuo ao maior número de profissionais do Grupo Magistério.

O quadro seguinte apresenta o resumo dos cursos realizados:

QUADRO 1

OBRAS REALIZADAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A UNIDADES ESCOLARES DE 1º GRAU 1979

AÇÕES REALIZADAS	MUNICÍPIOS	UNIDADES ESCOLARES	RESULTADOS		FONTE DE RECURSOS FINANCEI.
			NOVAS VAGAS	ALUNOS BENEFICIADOS	
Construção e equipamento de unidades escolares.	11	18	2.657	4.257	DEF/MEC/; DEF/MEC/7 SEQE/78 SEQE/79
Reforma e/ou ampliação e equipamento de unidades escolares	28	95	1.355	29.533	SEQE/78 SEQE/79 DEF/MEC/78 DEF/MEC/79 MINT
Equipamento de unidades escolares	28	149	-	26.645	DEF/MEC/78 SEQE/78 DEF/MEC/79
Construção de quadras polivalentes em unidades escolares	6	7	•	6.255	SEED/MEC; SEQE/79

FONTE : GCR/CRF/GDS-SEDU-1979

QUADRO 2

RECURSOS HUMANOS CAPACITADOS PARA O ENSINO DE 1.º GRAU

CURSO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	Nº DE CURSISTAS	CARGA HORÁRIA	FONTE DOS RECURSOS
Habilitação de professores não titulados-HAPRONT	23 municípios	670	5.440h (*)	DEF/MEC
Atualização de professores de 1a. a 4a. série envolvidos nas ações do PROMUNICÍPIO.	C.da Barra C.Castelo S.Leopoldina S.Mateus Muqui	212	120 h	DEF/MEC
Atualização de professores de 1a. a 4a. série que atuam na zona rural :	21 municípios			
. equipe multiplicadora		34	80 h	DEF/MEC
. docentes		885	120 h	
Atualização de Especialistas em Educação que atuam no Ensino de 1º e 2º graus.	Vitória	647	40 h	DEF/MEC
Atualização de professores de Educação Física que atuam nas quatro primeiras séries do 1º grau	Alegre Colatina Vitória	160	80 h	SEED/MEC
Atualização de Auxiliares de Secretaria Escolar	Vitória	120	60 h	SENAC

FONTE: DAT/SEDU/1979

* Carga horária de todo o curso

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA AOS MUNICÍPIOS

A cooperação técnica e financeira aos municípios vem se definindo como a forma mais adequada para operacionalizar a integração Estado-Município na medida em que se oferecem às administrações municipais os meios necessários à estruturação e fortalecimento de seus serviços educacionais. A execução dessa estratégia realizou-se pela ação conjunta dos Governos Federal e Estadual, através do PROMUNICÍPIO — Projeto de Coordenação e Assistência Técnica aos Municípios.

Em 1979, 26 municípios (*) integraram o PROMUNICÍPIO, os quais beneficiaram com recursos financeiros (do DEFMEC) destinados:

à construção e equipamento de 4 unidades escolares municipais;

à ampliação e equipamento de 2 unidades escolares municipais;

à reforma de 30 unidades escolares municipais;

ao equipamento de 42 unidades escolares e 5 Órgãos Municipais de Educação;

à aquisição de materiais de ensino-aprendizagem para 1.249 unidades escolares;

à Gratificação ao pessoal técnico e administrativo dos Órgãos Municipais de Educação.

* Afonso Cláudio, Alegre, Aracruz, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Guarapari, Ibirapu, Itaguacu, Linhares, Mimoso do Sul, Muqui, Nova Venécia, Santa Teresa, Santa Leopoldina, São Gabriel da Palha, São Mateus, Serra, Viana e Vila Velha.

Além disso, através da assistência técnica prestada aos municípios, podem-se destacar as seguintes ações:

Estruturação dos Órgãos Municipais de Educação dos Municípios que integraram o projeto em 1979.

Treinamento de pessoal para implementação do livro: "A Primeira Escola — Reflexão e Ação" para 1.200 professores rurais; e do Conjunto Didático Programas de Saúde para 659 escolas rurais e 86 escolas urbanas, beneficiando a 10.156 alunos.

Implantação do Projeto Núcleo-Módulos de Biblioteca, em 150 escolas, atingindo a 19.804 alunos, em 24 municípios e criação da Associação Escola/Comunidade nessas escolas.

Elaboração de documentos, contendo diretrizes para a atuação dos Órgãos Municipais de Educação.

Orientação às equipes municipais na elaboração de planos e projetos destinados ao ensino de 1º grau da rede oficial municipal.

ENSINO DE 2º GRAU

A política educacional definida para o ensino de 2º grau tem se voltado para a implementação do ensino profissionalizante, através da oferta de cursos ao nível de técnico, de auxiliar técnico e de habilitações básicas.

Em síntese, as ações executadas no exercício de 1979 relacionaram-se a, quanto a

Curriculo

Elaboração de propostas curriculares na área de ciências: Matemática, Física, Química e Biologia.

Acompanhamento e avaliação de propostas curriculares de Formação Especial (Técnico em Patologia Clínica, Assistente de Administração e Habilitação para o Magistério) e de Educação Geral (Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e Educação Física).

Elaboração e implementação de documentos objetivando subsidiar os recursos humanos que atuam ao nível de unidade escolar.

Execução do Projeto "Revitalização e Reestruturação das Escolas de 2º grau com Habilitação para o Magistério", beneficiando a 4 escolas com equipamentos e livros, treinamento de recursos humanos e, especialmente, orientações técnicas para o planejamento e execução do Estágio Supervisionado, e quanto à

Expansão da oferta de cursos profissionalizantes.

Intercomplementariedade com outras instituições de ensino, oportunizando a conclusão de curso ao nível de técnico e de auxiliar técnico a 490 alunos, em 3 municípios, a saber:

Instalação do CIE de Cachoeiro de Itapemirim, destinado à oferta de Habilitações Básicas em Mecânica, Eletricidade, Construção Civil e Comércio, cujo início de funcionamento ocorrerá em 1980

O CIE dispõe de instalações e de equipamentos para atender a 2.000 alunos, em três turnos. Deverá funcionar em regime de intercomplementariedade com as escolas das redes estadual e particular do município. Os recursos humanos docentes, técnicos e administrativos necessários ao funcionamento do CIE foram capacitados através de cursos de graduação (pessoal docente) e de atualização (pessoal), técnico e administrativo).

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O desenvolvimento dos recursos humanos para o ensino de 2º grau ocorreu através da oferta de cursos de habilitação e de atualização, conforme detalhamento apresentado no quadro 4.

ENSINO SUPLETIVO

A programação do ensino supletivo objetivou a oferta de oportunidades educativas à população não atendida pelo ensino regular de 1º e 2º graus. Constitui-se de metas inerentes à realização de cursos de suplência de educação geral e de exames de suplência profissionalizantes e de educação geral.

CURSOS

— Programa de Educação Integrada — desenvolveu-se em 51 municípios do Estado, atendendo a 13.000 alunos em 242 escolas.

— Projeto Minerva

Ao nível de 1º grau, o projeto foi executado em 47 radiopostos, totalizando 1.716 telealunos.

Ao nível de 2º grau, realizou-se em 3 radiopostos, atendendo a 284 telealunos.

— Curso de Suplência de Educação Geral — Fase II Executado por 21 escolas, em 15 municípios, o curso beneficiou a 2.846 alunos ao nível de conclusão de 1º grau, através de ensino direto.

— Cursos de Suprimento

Através de ensino indireto, utilizando-se a metodologia de instrução personalizada, iniciou-se a execução de cursos para professores e especialistas que atuam na área do ensino supletivo. Os cursos utilizam módulos de ensino fornecidos à SEDU pela SEPS/MEC — CETEB, sendo acompanhado e avaliado por este órgão e pelo DAT/SEDU.

- . Escola Técnica Federal do E.Santo (Vitória) - 302 alunos
- . SENAC (Vitória) - 134 alunos
- . Colégio Jesus Cristo Rei (C. de Itapemirim) - 26 alunos
- . Colégio São José (Vila Velha) - 28 alunos
- . Aquisição de equipamentos destinados às salas ambientes de 11 escolas que implantaram Habilitações Básicas, conforme o quadro seguinte :

QUADRO 3

EQUIPAMENTOS DE SALAS-AMBIENTE - 2º GRAU

ESCOLAS BENEFICIADAS	MUNICÍPIO	SALAS EQUIPADAS	HABILITAÇÕES BÁSICAS
E.de 2º grau de Afonso Cláudio	A.Cláudio	1	Agropecuária
E. de 2º grau de N.Venécia	N.Venécia	2	Agropecuária e Administração
E.de 2º grau Avides Fraga	Muqui	1	Agropecuária
E. de 2º grau de Ibatiba	Iúna	1	Administração
E. de 2º grau João XXIII	B.S.Francº	1	Administração
E. de 1º e 2º graus Washington P. Meirelles	Itapemirim	1	Crédito e Finanças
E. de 1º e 2º graus de B.Guandu	B.Guandu	1	Construção Civil
E. de 1º e 2º graus João Bley	Castelo	1	Saúde
E. de 2º grau Antonio C. Ribeiro	Guaçu	1	Saúde
E. de 2º grau Conde de Linhares	Colatina	3	Saúde - Eletricidade - Mecânica
E. de 2º grau Godofredo Schneider	Vila Velha	1	Saúde

FONTE: DEE/SEDU/1979

QUADRO 4

RECURSOS HUMANOS DE 2º GRAU CAPACITADOS - 1979

CURSO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA POR TURMA	Nº DE CURSISTAS	FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS
<u>Habilitação</u>				
Licenciatura Plena Para Graduação de Professores da Parte de Formação Especial do Currículo do Ensino de 2º grau - Habilitações Básicas em :				
. Mecânica	Bahia	2.625h	12	Convênio
. Eletricidade	Bahia	2.625h	19	CENAFOR/
. Construção Civil	Bahia	2.625h	15	PREMEN
. Comércio	Rio de Janeiro	2.200h	13	
<u>Atualização</u>				
Atualização de Professores e Especialistas envolvidos no Projeto de Revitalização e Reestruturação das Escolas de 2º grau com Habilitação para o Magistério	Vitória	80h	56	DEF/MEC
Atualização de Professores das Disciplinas do Núcleo Comum das Escolas Satélites do CIE de Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	40h	163	Convênio CENAFOR E PREMEN

CURSO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA P/ TURMA	Nº DE CURSISTAS	FONTE DE RECURSOS FINANCEIROS
. Atualização de Secretários de Estabelecimentos de Ensino de 2º grau.	C.de Itape- mirim Vitória	80h 80h	43 40	Convênio CENAFOR/PREMEN CENAFOR
. Atualização de Auxiliares de Biblioteca	C.de Itape- mirim	60h	18	Convênio CENA- FOR/PREMEN
. Atualização de diretores, vice-diretores, orientadores educacionais e supervisores escolares	C.de Itape- mirim	80h	47	Convênio CENAFOR/PREMEN
. Atualização de Especialistas em Educação que atuam em escolas de 2º grau.	Vitória	40h	123	DEF/MEC
. Atualização de professores de Educação Artística que atuam no ensino de 2º grau.	Vitória	120h	47	DEM/MEC

FONTE: DAT/SEDU/1979

Exames

- Suplência de Educação Geral de 1º e 2º graus

Possibilitou a 1.291 pessoas realizarem exame ao nível de conclusão do 1º grau e a 5.278 pessoas ao nível de 2º grau. Foram realizados dois exames para cada grau de ensino.

- Exames Especiais para egressos de Telecursos

O telecurso de 2º grau foi realizado via televisão, com avaliação fora do processo, através de exames. Os exames foram realizados ao final de cada etapa do curso, versando sobre as disciplinas e conteúdos desenvolvidos na respectiva etapa. No ano de 1979, os exames atenderam a :

- . na 1a. etapa - 44 telealunos
- . na 2a. etapa - 540 telealunos
- . na 3a. etapa - 543 telealunos

- Suplência Profissionalizante

Os exames de Suplência Profissionalizante permitiram proporcionar habilitação profissional ao nível de técnico de 2º grau a 133 profissionais em exercício em oito modalidades de ocupação, conforme o quadro seguinte :

QUADRO 5

RESULTADOS DOS EXAMES DE SUPLÊNCIA PROFISSIONALIZANTE /1979

MODALIDADE	NÚMERO DE CANDIDATOS		% DE APROVAÇÃO
	INSCRITOS	PREST. EXAMENOS	
Enfermagem	147	120	52,5
Eletrotécnica	83	59	23,7
Metalurgia	13	5	80,0
Mecânica	88	57	17,5
Patologia Clínica	23	19	52,6
Instrumentação	39	27	44,4
Telecomunicações	43	27	51,8
Eletrônica	30	14	48,2
TOTAL	466	328	40,5

FONTE: DES/SEDU/1979

O Programa de Merenda Escolar nas escolas da rede estadual é executado pela Coordenação Regional da CNAE no Espírito Santo, conforme convênio firmado entre esta Coordenação e a SEDU. Sua área de atuação abrange as escolas e classes de educação pré-escolar e de 1º grau de todo o Estado.

Os dados indicativos de merenda escolar relativos ao ano de 1979, podem ser visualizados no quadro 6.

QUADRO 6

UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS E ALUNOS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - 1979

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS	ALUNOS BENEFICIADOS	REFEIÇÕES SERVIDAS
Educação Pré-Escolar	142 (*)	16.652	3.021.352
Ensino de 1º grau	3.408	268.477	43.960.581

FONTE: Coordenação Regional da CNAE/1979

* Refere-se a pré-Escolas e classes de educação pré-escolar.

Além disso, o Projeto Pré-Casulo, executado através de convênio com a LBA, permitiu fornecer alimentação (desjejum, almoço ou jantar) às classes de Educação Pré-escolar da rede estadual, beneficiando a 5.535 crianças de 108 escolas.

O Programa Bolsas de Estudos beneficiou a 3.452 alunos de 1º, 2º e 3º graus e a 690 alunos de Educação Especial, conforme o quadro 7.

QUADRO 7

ALUNOS BENEFICIADOS COM BOLSAS DE ESTUDO/1979

TIPOS DE BOLSAS DE ESTUDO	UNIDADES ESCOLARES CONVENIA- DAS	ALUNOS BENEFICIADOS				FONTE DE RE- CURSOS FINAN- CEIROS
		1º GRAU	2º GRAU	3º GRAU	EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Bolsa Formulário	92	1.621	1.051	-	-	SEDU/Tesouro
Ensino de 1º grau	24	600	-	-	-	MEC/DEF
MEC/MPAS/Contrapartida	8	115	35	30	-	MEC/MPAS
Ensino Especial	9	-	-	-	674	MEC/DAE
Bolsa/Trabalho para Excepcionais	1	-	-	-	16	MEC/DAE
TOTAL	134	2.336	1.086	30	690	-

FONTE: DAE/SEDU/1979

O Centro de Estudos Supletivos (CES) oferece cursos de suplência de Educação Geral ao nível de 5a. a 8a. série do 1º grau, através de módulos de ensino, e ao nível de 2º grau, via televisão.

O CES contou com uma frequência de 415 clientes de 1º grau e 127 de 2º grau. Concluíram o 1º grau 24 pessoas. A aprovação por disciplina apresentou os seguintes resultados:

Comunicação e Expressão — 12 clientes
Matemática — 13 clientes
Ciências — 21 clientes
História — 26 clientes
Geografia — 63 clientes
OSPB — 34 clientes
Educação Moral e Cívica — 80 clientes

EDUCAÇÃO ESPECIAL

No âmbito da Educação Especial o atendimento ao aluno excepcional (infradotado) verificou-se pelas escolas da rede estadual nas áreas de deficiência de áudio-comunicação, visual e mental. Além disso, o auxílio financeiro concedido ao Estado pelo CENESP/MEC possibilitou também a qualificação profissional de alunos excepcionais.

Dentre as atividades realizadas na área de Educação Especial, destacam-se:

Instalação de 40 classes, atingindo a 500 alunos.
Levantamento de oportunidade de trabalho para ocupação profissional do excepcional, junto a empresas — Grande Vitória.

Oferta de cursos de qualificação profissional a 68 alunos, em convênio com o SENAC, assim discriminados:

Embalador — 24 alunos
Manicure — 26 alunos
Depilador — 12 alunos
Massagem Terapêutica — 6 alunos

Implementação de propostas curriculares nas áreas de Audiocomunicação e Deficiente Mental, a título experimental, em 4 classes num total de 40 alunos.

Capacitação de recursos humanos na área de Educação Especial, a saber:

Especialização de 56 professores que atuam nas áreas de deficiência auditiva e mental, através de curso com carga horária de 730 h por turma.

Especialização de 90 professores para as áreas de DA, DM e DV, através de cursos com carga horária de 800 horas por turma. O curso, iniciado em dezembro/79, encontra-se em execução.

Treinamento de 46 professores, em serviço, para a regência de classes de Educação Especial.

Comemoração da Semana da Criança Excepcional.

Assistência ao Estudante

A Assistência ao Estudante tem procurado atenuar as desvantagens de ordem sócio-econômica que afetam considerável parcela dos estudantes ao nível de pré-escolar, de 1º e 2º graus. Essa assistência foi realizada através do fornecimento de merenda escolar, de bolsas de estudo, de livros didáticos, de material escolar, de transporte e de atendimento odontológico aos alunos.

Em convênio com a Prefeitura Municipal de Itapemirim, proporcionou-se transporte a 379 estudantes da rede oficial estadual, sendo 49 pré-escolares e 330 alunos de 1º grau, que residem na zona rural daquele município.

Visando a oportunizar escolarização a alunos carentes, que por razões diversas não frequentam escolas públicas, a SEDU firmou convênio com 28 escolas particulares, prestando-lhes auxílio financeiro. Em contrapartida, essas escolas ofereceram ensino gratuito a 3.957 alunos de 1º grau, a 1.698 de 2º grau e a 953 crianças de Educação Especial (infradotados).

Através do Programa do Livro Didático foram distribuídos 599.200 livros a 149.800 alunos de 1a. a 4a. série do ensino de 1º grau e 19.989 manuais para o professor. Foram distribuídos ainda: 6.500 livros para as bibliotecas das escolas de 2º grau e 57.600 módulos para o ensino supletivo de 1º grau.

Em relação à aquisição e distribuição de material de apoio às atividades discentes, através do Projeto de Novas Metodologias Aplicáveis ao Processo Ensino-Aprendizagem Para o Ensino de 1º grau, constatou-se benefício direto a 19.353 crianças de 1a. a 4a. série do ensino de 1º grau, em 170 escolas de 9 municípios.

O atendimento odontológico às crianças de 1º grau é realizado pela Secretaria de Estado da Saúde nos municípios da Grande Vitória, através de equipes que se deslocam para as unidades escolares.

Valorização do pessoal do magistério

A política de valorização do pessoal de Magistério constituiu, em 1979, ação prioritária da Secretaria de Estado da Educação, a qual esteve em consonância com o Plano do Governo, expresso em "Diretrizes Para a Ação Integrada" e em ações que caracterizaram a perseverante intenção governamental na solução do angustiante problema do Magistério. De fato, significou um marco decisivo para a dignidade do exercício profissional dos integrantes da classe.

A estratégia de atuação adotada precederam exaustivos estudos que evidenciaram um enorme elenco de distorções, estendendo-se desde a ausência de política de recursos humanos, a não observância dos preceitos legais que determinam o ingresso no Serviço Público mediante concurso de provas e títulos, a "existência de 2.650 professores ausentes da regência de classe e mais 2.180 docentes com carga horária ociosa" (1), até à utilização de 13.190 professores (58% do total) sem vínculo empregatício e, consequentemente, sem amparo da Previdência Social, exercendo suas atividades nas escolas de 1º e 2º graus da rede oficial estadual.

Diante desse quadro, intolerável, aberrante, insustentável, desencadearam-se as seguintes medidas:

— Política Salarial, que se implantou através da Lei 3.281, de 12/07/79, regulamentada por diversos Decretos, a qual estabeleceu:

Nova classificação de Cargos do Magistério Público Estadual centralizados em um Quadro Especial, onde se procurou corrigir as distorções verificadas em relação à carga horária e ao salário do pessoal do Magistério"

Gratificação de Regência de Classe, fixada em 40% para o efetivo exercício na regência de classes comuns e 60% para o exercício em classes de Educação Especial e em locais de difícil acesso. A instituição dessa gratificação provocou o retorno de muitos professores que se encontravam afastados de sua função específica.

Gratificação de 40% aos Especialistas em Educação, o que do mesmo modo, atraiu a volta de muitos a suas funções específicas.

Funções Gratificadas de Magistério, destinados ao Administrador Escolar, Coordenador de Turno e Chefe de Secretaria, garantindo às escolas, especialmente as de maior porte, melhores condições de trabalho.

— Decreto 1.314 de 07/06/1979 que determinou o retorno dos professores afastados do exercício de sua função à regência de classe. Em decorrência desta medida, a SEDU procedeu ao remanejamento dos docentes considerados excedentes nas unidades escolares, o que possibilitou a configuração de um novo perfil da força de trabalho, repercutindo positivamente nos gastos do Governo com a atividade do Magistério, já que houve redução do número de professores regidos pela CLT e de professores credenciados.

— Enquadramento (como funcionário efetivo do regime estatutário) e localização do pessoal selecionado e treinado nos termos do disposto nos Artigos 22 e 23 da Lei Nº 2.649, de 22/10/71 (PREMEM).

— Elaboração da Minuta do Estatuto do Magistério Público do Estado do Espírito Santo.

A proposta de um novo Estatuto do Magistério Público do Estado objetiva corrigir as distorções identificadas na legislação vigente, aperfeiçoar seu texto em razão de inovações introduzidas, unificar leis esparsas em um único texto, e estabelecer Planos de Cargos e de Vencimentos para o pessoal do Magistério tudo isso em função de restabelecer o "prestígio social de uma carreira que há muito vem sendo relegada".

Elaborado em caráter preliminar, o documento foi submetido à análise e crítica pelos órgãos desta Secretaria e pela Entidade de Classe (UPES), encontrando-se, agora, na Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, de onde resultará a sua redação final.

ENSINO SUPERIOR

No ano de 1979 a Secretaria de Estado da Educação contou com duas Escolas Superiores Isoladas: a Facul-

dade de Farmácia e Bloquímica e a Escola Superior de Música. Ambas encontram-se em processo de incorporação pela Universidade Federal do Espírito Santo.

— Faculdade de Farmácia e Bloquímica do Espírito Santo (FAFABES).

Em virtude das medidas adotadas pelo Governo relativas à contenção de despesas, a FAFABES procedeu à revisão de sua programação inicial, eliminando as atividades pertinentes à expansão física e a outros investimentos de capital. A matrícula em 1979, somou o total de 138 alunos nos Cursos de Farmácia e de Farmacêutico Bloquímico.

Em relação à federalização da FAFABES, o Conselho Universitário aprovou a sua incorporação através da Resolução nº 17/79 de 23/10/79. Posteriormente, o Governo do Estado encaminhou Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, o qual, aprovado, transformou-se na Lei 3.308, publicada no Diário Oficial de 13/12/79. Na forma desta Lei a transferência a UFES se efetivará sob a forma de doação dos bens e direitos da Faculdade.

Principais realizações:

Realização de 2.981 exames de análises clínicas

Produção de diversos medicamentos sob a forma de comprimidos e xaropes.

Dinamização das atividades de bibliotecas.

Articulação com a Sub-Reitoria Acadêmica da UFES com vistas à realização do vestibular através da Comissão Coordenadora da UFES.

Colaboração nos cursos efetuados durante o I Congresso de Farmácia e Bloquímica do Espírito Santo, patrocinado pela APES e CRF-18.

— Escola de Música do Espírito Santo

A Escola Superior de Música do Espírito Santo contou, em 1979, com uma matrícula de 412 alunos, assim distribuídos:

Curso de Graduação — 44 alunos

Curso Preparatório — 184 alunos

Curso de Iniciação — 184 alunos

Dentre as realizações desta escola destacam-se:

Realização de recitais, concertos e exercícios práticos, totalizando 15 apresentações.

Comemoração da Semana da Música com diversas apresentações no Teatro Carlos Gomes.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E DOS TRANSPORTES

Aqui estão sintetizadas as principais atividades desenvolvidas pelo órgão central e pelos demais órgãos componentes do Sistema Estadual de Interior e dos Transportes.

O ano de 1979 marcou o início de uma nova gestão de Governo cabendo destacar especialmente a inauguração da Ponte do Príncipe, ligando a Capital ao Município de Carliacica, desafogando o tráfego da Ponte Florentino Avidos. O Ato contou com a presença do Senhor Presidente da República, General JOÃO FIGUEIREDO, o que bem revela a importância e o alto significado do acontecimento.

Ouro fato digno de registro foi a transferência, em fins de novembro, dos encargos resultantes da construção da 3a. ponte, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o que, por certo, vem tornar possível a conclusão desse monumental empreendimento, cujo valor está estimado em aproximadamente, Cr\$. 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros).

A atuação da SEIT tem como base o controle e a supervisão de medidas tendentes à ampliação e aperfeiçoamento da infra-estrutura de transportes, energia, telecomunicações, saneamento e recursos hídricos. Em síntese, tem como objetivo básico, o fornecimento de meios, para o desenvolvimento das obras e de serviços de iniciativa do Estado, promovendo a maior participação do Governo na área social e de implantação do processo de regionalização programática.

São Diretrizes do Sistema Estadual do Interior e dos Transportes:

a) Implantar uma política de apoio à produção agrícola, com a finalidade de oferecer melhores condições de vida ao homem do campo, através da eletrificação e telefonia rural, bem como a construção e conservação de rodovias que permitam o escoamento da produção agrícola.

b) Coordenar a implantação da política viária de integração do Estado, com a construção, conservação, restauração e melhoramento de rodovias, propiciando a pavimentação às sedes dos municípios e dando condições de facilitar o acesso intermunicipal e sua ligação com a Capital.

c) Ampliar e melhorar o sistema de saneamento básico: executando obras de saneamento, abastecimento d'água e ampliação de redes de distribuição em todo o Estado, tendo em vista a melhoria das condições elementares do homem.

d) Promover e racionalizar os serviços de transportes urbanos, fornecendo meios para interiorização do desenvolvimento, através de obras de transporte urbano no interior; melhorando a estruturação da malha urbana e racionalizando o uso de combustível, com a conclusão das obras da 3a. Ponte e do Aquaviário.

Os objetivos específicos da SEIT no atual período governamental pretendem:

— Consolidar o sistema viário estadual;

— agilizar a implantação de equipamentos urbanos e regionais;

— promover a recuperação dos equipamentos infra-estruturais assolados pelas enchentes, bem como prevenir sua reincidência.

Na execução de sua política global, atuam: a Administração Direta, através de Departamentos, Núcleos Regionais, Conselho de Transporte Coletivo-Intermunicipal e Comissão Estadual do Meio Ambiente e a Administração Indireta, com Autarquias e Sociedades de Economia Mista.

Na Administração Direta, esperamos que sejam ativados no ano em curso, os Departamentos do Planejamento dos Sistemas Viários e de obras de infra-estrutura, para que forneçam suporte técnico à coordenação e execução dos objetivos do Sistema Estadual de Interior e dos Transportes, os Núcleos Regionais, a medida em que se fizerem necessários e o Conselho de Transporte Coletivo Intermunicipal, que, talvez convenha ter sua competência ampliada não só para funcionar como instância administrativa superior nas questões relativas ao Transporte Coletivo Intermunicipal, mas também na elaboração de normas para serviços de concessão de linhas, envolvendo as Prefeituras Municipais, estas mediante convênios.

Seria viável, a participação efetiva do colegiado, na discussão dos Planos e Programas ligados ao setor de transportes, a nível de aglomeração e de cada Município de forma a agilizar a implantação de planos integrados de transporte e de trânsito, assegurando a continuidade do processo de planejamento e execução integrada de obras e serviços, que visem atender as diretrizes do Governo e otimizar a aplicação de recursos públicos.

A Comissão Estadual do Meio Ambiente deverá ser criada já que suas atividades foram absorvidas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMA).

Na Administração Indireta, são vinculados à SEIT:

a) O Departamento de Edificações e Obras — DEO, que se encontra atualmente em fase de estudos, visando a uma solução urgente dos problemas surgidos em face do Decreto Nº 1354-N de 28/09/79 que determina sua extinção

Este Departamento tem ao seu encargo todas as atividades relativas à construção de próprios estaduais, prestando, também, assistência aos municípios no ramo de sua atuação.

b) O Departamento de Estradas de Rodagem — DER, encarregado de executar as atividades relativas ao estudo, projeto, locação, construção, melhoramentos, conservação, pavimentação, construção de obras de arte correntes especiais, bem como todas as obras correlatas preliminares das estradas de rodagens estaduais e o seu policiamento.

c) A Companhia Espírito Santense de Saneamento — CESAN cujas atribuições são as de realização de estudos, projetos, construção, operação e exploração industrial dos serviços de abastecimento d'água e esgotos sanitários.

d) Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano-COMDUSA, voltada para a execução e coordenação de programas de desenvolvimento urbano e regional, podendo, inclusive, firmar convênios com as Prefeituras para realização de obras de interesse municipal.

A COMDUSA compete ainda, a exploração do Sistema Aquaviário e do Terminal Rodoviário de Passageiros e de Carga.

Expansão da rede telefônica à área rural

— **Objetivo** — Fixação do homem no meio rural, através da interiorização do desenvolvimento, com vistas a proporcionar-lhe melhores condições de vida.

— Conquanto não se tenham dispndidos recursos financeiros com este projeto em 1979, já se encontra em fase final de estudos, a definição das localidades que serão beneficiadas com esse valioso instrumento de conforto, sendo importante ressaltar o convênio que o Governo do Estado firmou com a CEPLAC, nos últimos dias de fevereiro findo, visando a alocar novos recursos para o projeto cujo término está previsto para 1983.

Expansão do Sistema Energético e Maximização das Ligações Rurais

— **Objetivo** — Apoiar o programa de formação de agro-indústria, estimular o incremento do setor primário, promover aumento de produtividade da agricultura e pecuária e dar melhores condições de vida ao homem do campo. Promover, enfim, a expansão da economia estadual e a melhor distribuição de renda, através do desenvolvimento do meio rural.

O Projeto teve início em 1975 e não tem término previsto.

As obras de eletrificação rural, vêm sendo executadas a partir daquele ano, visando a uma aplicação racional dos recursos do imposto único sobre energia elétrica (IUEE).

Tais recursos alocados no orçamento de 1979, no valor total de Cr\$ 98.067.770,00 (noventa e oito milhões, sessenta e sete mil, setecentos e setenta cruzeiros) a conta do IUEE e Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) da CEPLAC, destinaram-se a atender despesas com:

1) Cr\$ 77.642.256,80 (setenta e sete milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis

cruzeiros e oitenta centavos) — Convênio com a ESCELSA para o Programa de Eletrificação Rural 1878/1979;

2) Cr\$ 425.243,20 (quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e três cruzeiros e vinte centavos), Aditivo ao Contrato firmado em 04/05/78 com a Empresa Luz e Força Santa Maria S/A;

3) Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) — Contrato firmado com a Empresa Luz e Força Santa Maria S/A em 11/09/79, para construção, operação e manutenção de linhas de distribuição rural de energia elétrica na área de concessão da empresa (parte de Santa Tereza, Pancas, São Gabriel da Palha e Colatina);

4) Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) — Quinto Aditivo ao Convênio Governo do Estado/CEPLAC de 05/07/74 para continuidade das obras do programa de eletrificação rural na região cacauzeira do baixo Rio Doce. Contribui o Estado com Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros) e a CEPLAC com Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros).

Os gráficos que ilustram este capítulo demonstram a execução dos convênios firmados com a ESCELSA no período 1972-1979 e mais a previsão do ano de 1980.

— Aumento de Capital da ESCELSA

— **Objetivo** — Reversão dos dividendos devidos ao Estado pela ESCELSA, a fim de que a mesma possa fazer uso da "Reserva Global" criada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 365/75, que funciona com suplementação tarifária.

A condição para uso dessa reserva, é reversão dos dividendos por parte dos acionistas majoritários. No caso da ESCELSA — Governo do Estado — ELETROBRÁS.

No exercício de 1977, atendendo a solicitação do Ministro de Minas e Energia, feito através do Aviso 427/75, foi sancionada a Lei nº 3.124 de 16/06/77 que autoriza o Estado a fazer essa reversão. Posteriormente em 18/05/78, o Governo firmou convênio com a ESCELSA, comprometendo-se a reinverter pelo menos 90% dos seus dividendos até 1981.

— Aumento de Capital da Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano — COMDUSA

— **Objetivo** — Dotar a empresa de suporte necessário à obtenção de recursos no mercado financeiro com vistas a realização dos investimentos programados para execução.

Os recursos liberados para este projeto, se destinaram a atender despesas diretamente realizadas pela COMDUSA, com a construção do "Terminal Rodoviário" "Grande Vitória", "Acessos à Ponte da Ilha do Príncipe" e subsidiar o Sistema Aquaviário.

Foram repassados para a COMDUSA, em 1979, para execução deste projeto, Cr\$ 36.002.000,00 (trinta e seis milhões e dois mil cruzeiros), restando ainda ser liberada a importância de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) inscritos em restos a pagar à conta de recursos provenientes do Fundo de Reserva do Fundo Especial.

— Fundo de Água e Esgoto

— **Objetivo** — Abastecimento d'água, nas comunidades de médio e grande porte dentro do programa proposto pelo PLANASA, com vistas a atender 80% (oitenta por cento) das áreas urbanas até 1980.

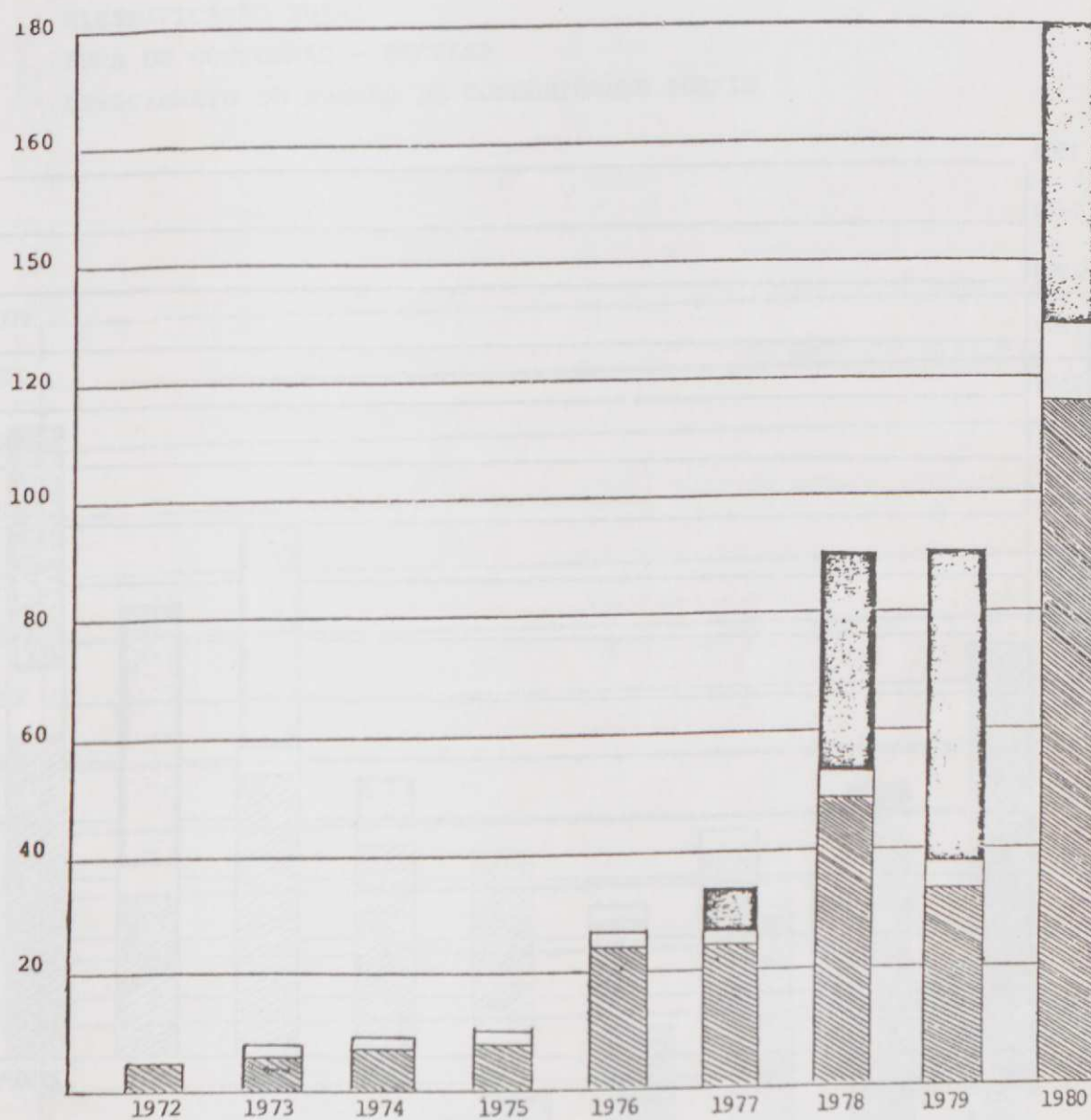
Os recursos repassados pela CESAN para execução deste projeto, alcançaram a cifra de Cr\$ 26.800.000,00 (vinte e seis milhões e oitocentos mil cruzeiros).

PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ELETRIFICAÇÃO RURAL

ÁREA DE CONCESSÃO - ESCELSA

APLICAÇÃO NO SETOR



 Convênio Governo do Estado (Linhas Troncos)

 Convênio Governo do Estado/CEPLAC

 Convênio Governo do Estado/ELETRONBRÁS/ESCELSA (RAMAIS)

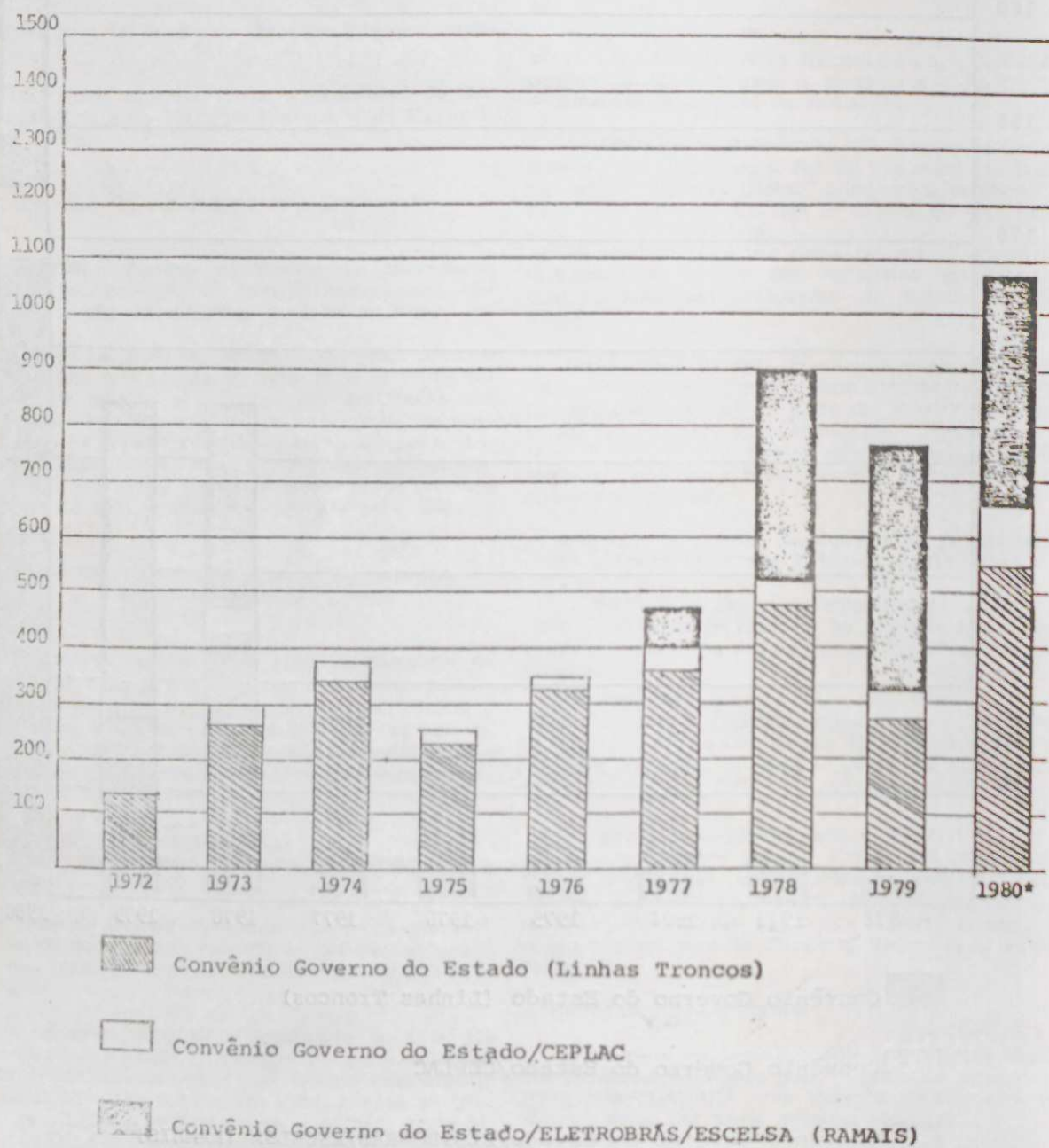
(**) Previsão C./ Recursos já assegurados

SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ELETRIFICAÇÃO RURAL

ÁREA DE CONCESSÃO - ESCELSA

EVOLUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE LDR E RAMAIS



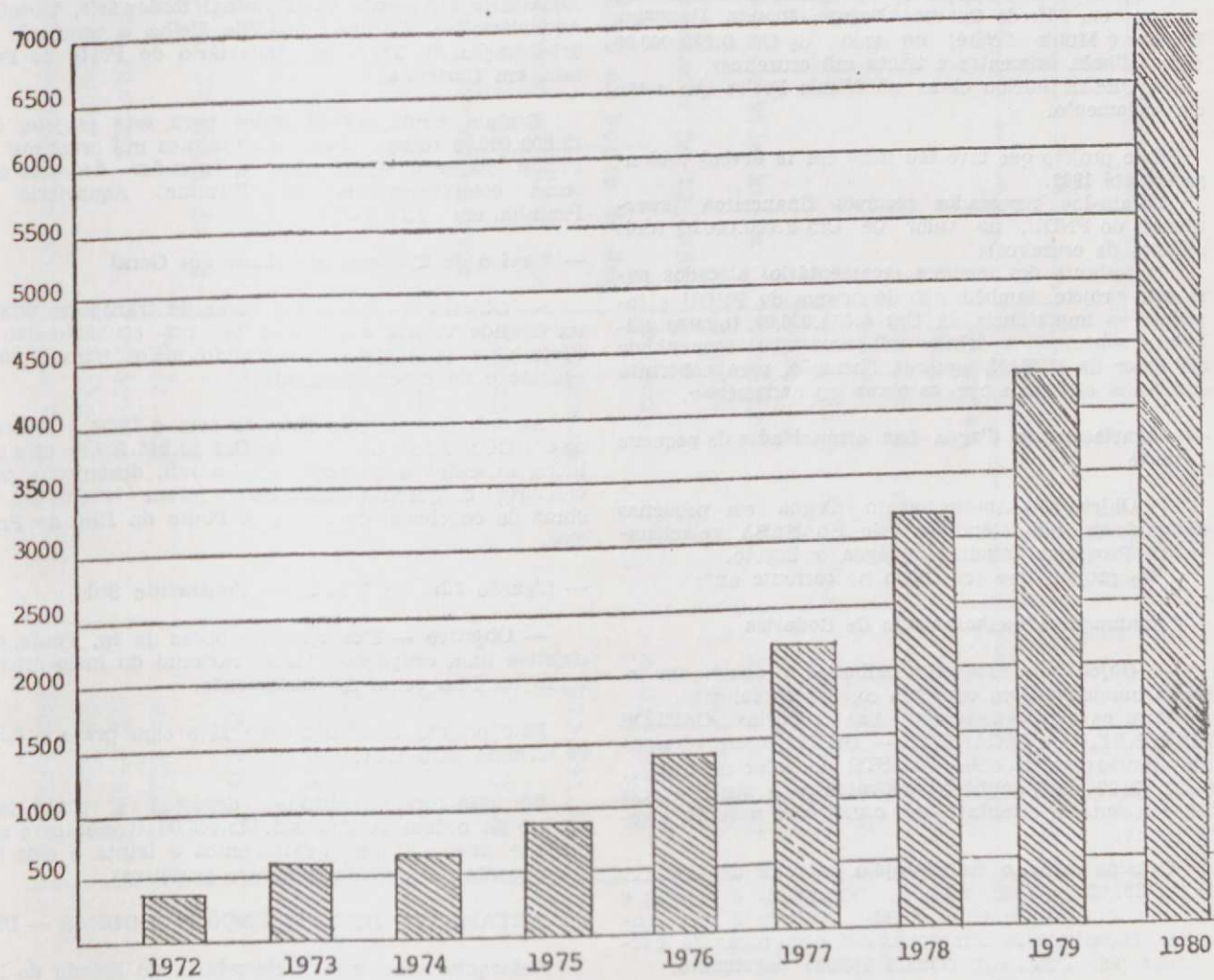
(*) Previsão

SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ELETRIFICAÇÃO RURAL

ÁREA DE CONCESSÃO - ESCELSA

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES RURAIS



(*) Previsão

— Aumento de Capital da Companhia Espírito Santense de Saneamento — CESAN

— Objetivo — Financiar parte das despesas operacionais da Companhia.

Como a CESAN não dispõe, em seu orçamento corrente, de recursos para a execução de obras inadmissíveis de manutenção do Sistema, como extensão e substituição de redes, construção de elevatórias, etc., tem o Governo do Estado transferido recursos à Companhia, sob a forma de aumento de Capital.

Os recursos financeiros repassados até fins de dezembro, somaram a importância de Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros).

Estando inscrito em Restos a Pagar/79 em favor da Empresa a importância de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), a conta de recursos provenientes do Fundo de Reserva do Fundo Especial.

— Obras de saneamento em geral

— Objetivo — Execução de obras de abastecimento d'água e saneamento em municípios não atendidos pela CESAN.

Em 09/03/79 foi celebrado um contrato entre a SEIT e a CESAN, para execução de serviços de abastecimento de água em Alfredo Chaves, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana e Muniz Freire; no valor de Cr\$ 6.630.000,00 (seis milhões, seiscentos e trinta mil cruzeiros).

A CESAN iniciou obras em Muniz Freire que estão em andamento.

Este projeto que teve seu início em 79 deverá prolongar-se até 1982.

Foram-lhe repassados recursos financeiros, provenientes do FNDU, no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

O restante dos recursos orçamentários alocados para este projeto também são de origem do FNDU e totalizam a importância de Cr\$ 4.630.000,00 (quatro milhões e seiscentos e trinta mil cruzeiros). Empenhada em favor da CESAN, aguarda liberação, para cobertura dos custos efetuados com as obras em andamento.

— Abastecimento d'água nas comunidades de pequeno porte

— Objetivo — Abastecimento d'água em pequenas comunidades, não atendidas pelo PLANASA, relacionadas no Programa Estadual de Água e Esgoto.

Este projeto teve seu início no corrente ano.

— Restauração e melhoramento de Rodovias

— Objetivo — Financiar melhorias e reparos em estradas municipais, em convênio com as Prefeituras.

Para as obras executadas nas rodovias CARLOS LINDENBERG e JACARAÍPE — BR 101 foram repassados recursos provenientes do ISTR no valor de Cr\$.... 6.423.772,97 (seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil setecentos e setenta e dois cruzeiros e noventa e sete centavos).

O saldo restante deste projeto no valor de Cr\$.... 15.976.227,03 (quinze milhões, novecentos e setenta e seis mil, duzentos e vinte e sete cruzeiros e três centavos) encontram-se comprometidos com obras já executadas pelo DER, aguardando apenas pagamento.

— Construção de um Terminal de Passageiros e de Carga

— Objetivo — Oferecimento aos usuários e operadores de um Terminal de Passageiros e de Cargas que possa atender a Grande Vitória por um período de dez a quinze anos. O Terminal Rodoviário, vem operando

desde março, apesar de então não ter sido concluído o módulo I, que compreende pontos comerciais, restaurante, guarda-volumes, encomendas, etc.

O módulo I, hoje está em fase final e tem como finalidade dotar o Terminal de equipamentos necessários para o seu bom funcionamento, trazendo resultado financeiro imediato, para que a COMDUSA possa suprir os gastos operacionais que o mesmo ocasiona.

Investiram-se em 1979, cerca de Cr\$ 88.000.000,00 (oitenta e oito milhões de cruzeiros), dos quais já foram pagos Cr\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de cruzeiros), estando o saldo inscrito em restos a pagar.

— Implantação de um Sistema Aquaviário

— Objetivo — Racionalizar a circulação de pessoas na Grande Vitória, e melhor estruturar a malha urbana. Consequentemente, incentivar o transporte coletivo e o uso racional de combustível.

Este projeto teve início em 1976, e já absorveu recursos no montante de Cr\$ 52.891.527,77 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e vinte e sete cruzeiros e setenta e sete centavos).

No ano passado foram executadas obras no Terminal Aquaviário integrante do Terminal Rodoviário, Terminal Aquaviário de Prainha, em Vila Velha e conclusão da urbanização do Terminal Aquaviário de Porto de Santana em Cariacica.

Restam ainda ser liberados para este projeto, Cr\$ 12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil cruzeiros) de Fundo Especial destinados a atender despesas com obras complementares do Terminal Aquaviário de Prainha, em Vila Velha.

— Serviço de Transporte Urbano em Geral

— Objetivo — Financiar obras de transporte urbano na Grande Vitória e no interior em convênio com as Prefeituras Municipais, fornecendo meios para a interiorização do desenvolvimento.

Através de convênio firmado com o DER e contrato com a COMDUSA no valor de Cr\$ 10.248.209,49 (dez milhões, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e nove cruzeiros e quarenta centavos), foram executadas as obras de conclusão do acesso à Ponte da Ilha do Príncipe.

— Ligação Ilha de Vitória — Continente Sul

— Objetivo — Execução das obras da 3a. Ponte, que objetiva uma ocupação mais racional do meio urbano, tanto na Ilha como no Continente.

Este projeto teve início em 1978 com prazo previsto de término para 1981.

Em 1979 foram realizadas despesas à conta deste projeto da ordem de Cr\$ 365.432.964,00 (trezentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e dois mil e novecentos e sessenta e quatro cruzeiros).

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS — DEO

Autarquia, vinculada à Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes, tem como atividade básica, a execução de obras de reforma, ampliações e construção de próprios públicos e a assistência técnica aos municípios na área de sua atuação.

Os anexos que complementam os informes acerca dos serviços prestados pelo DEO, indicam a espécie da obra, local, valor e área construída.

RELACÃO DAS OBRAS EXECUTADAS PELO DEO NO EXERCÍCIO DE 1979

ORDEM	O B R A S	LOCAL	VALOR	ÁREA CONSTRUI- DA - M2
21	Construção da Agência Fazendária	Itarana	737.012,96	183,36
22	Construção da Agência Fazendária	Iúna	711.217,51	183,36
23	Construção da Agência Fazendária	Mimoso do Sul	737.012,96	183,36
24	Construção da Agência Fazendária	Mugui	737.012,96	183,36
25	Construção da Agência Fazendária	S. Gabriel da Palha	737.012,96	183,36
26	Construção da Agência Fazendária	Serra	737.012,96	183,36
27	Construção dos Galpões do Mercado da Vila Rubim	Vitória	1.704.810,44	-
*28	Reforma da Unidade Sanitária	Iconha	118.156,36	-
29	Reforma do Gabinete do Vice-Governador no 1º andar do Palácio Anchieta	Vitória	1.257.544,31	-
30	Urbanização do Terminal Aquaviário de Porto de Sen- tana	Caracica	1.193.791,64	-
31	Construção de uma escada e de um muro na Sede do DIO	Vitória	92.051,00	-
32	Substituição da cobertura de 3 galpões no mercado da Vila Rubim	Vitória	1.704.810,44	-
33	Reforma do 3º e 5º andares do Edifício das Reparti- ções Públicas	Vitória	1.009.118,77	-
34	Reforma da Unidade Sanitária (Convênio)	Rio Novo do Sul	76.946,92	-
35	Reforma da sala anexa à Casa Militar, no Palácio - Anchieta	Vitória	30.325,77	-
36	Colocação de grades de proteção no 3º andar do DE- TRAN	Vitória	25.021,91	-
37	Reforma no Cobertura do Palácio da Justiça	Vitória	112.613,61	-
38	Recuperação do teto e pintura - FESBEM	Caracica	86.887,61	-
39	Reforma da residência oficial da Praia da Costa	Vila Velha	1.095.155,63	-

RELACÃO DAS OBRAS EXECUTADAS PELO DEO NO EXERCÍCIO DE 1979

ORÇEN	O B R A S	LOCAL	VALOR	ÁREA CONSTRUI- DA - M2
40	Reforma do telhado do prédio da Procuradoria de Assistência Judiciária	Vitória	81.231,18	
41	Reforma das Escolas de 1º grau Deocleciano de Oliveira e Anísio Teixeira e Jardim de Infância Zélia de Aguiar	Guaçu	2.531.306,50	
42	Reforma do Cartório do 4º Ofício, no Palácio da Justiça	Vitória	41.486,09	
43	Construção da Feira Capixaba dos Municípios	Vitória	5.182,00	
*44	Conclusão do Fórum	Colatina	2.031.565,68	887,30
45	Construção da Delegacia de Polícia	Colatina	2.977.111,46	841,78
*46	Construção do Centro Social Urbano	Colatina	4.875.140,90	811,44
*47	Construção do Centro Social Urbano	Linhares	3.229.549,21	811,44
*48	Construção do galpão do almoxarifado do Centro de Estudos Supletivos	Vitória	3.070.766,65	1.188,00
*49	Reforma da antiga sede da Prefeitura Municipal de Viana, para a instalação do Fórum	Viana	125.341,57	824,55
*50	Construção da Escola de Polícia Civil	Vitória	3.574.651,56	824,55
*51	Construção das dependências de empregados na residência oficial da Praia da Costa	Vila Velha	718.072,73	120,73
*52	Construção de um cisterna para sede da Secretaria - de Saúde	Vitória	72.528,46	
53	Reforma da Secretaria Extraordinária para execução de Projetos Especiais	Vitória	185.839,70	
54	Reforma de um banheiro e substituição das tubulações da cozinha no Palácio Anchieta	Vitória	39.107,00	

* Estas obras estão em execução

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MUNICÍPIOS NO EXERCÍCIO DE 1979

- 1) Projeto, orçamento e instalações para a construção da Prefeitura Municipal de Fundão;
- 2) Projetos, orçamentos e instalações para reforma de 22 (vinte e duas) escolas estaduais no município de Presidente Kennedy, por solicitação da Prefeitura;
- 3) Levantamentos, projetos e orçamento para reforma da Delegacia de Polícia de Mucurici, projeto, orçamento e instalações para construção da Unidade Policial de Porto Belo (Mucurici) e levantamento, projeto e orçamento para reforma da Unidade Sanitária de Mucurici, por solicitação da Prefeitura local.
- 4) Orçamento e especificações para recuperação do casarão que compõe o "Porto de São Mateus" — 32 (trinta e duas) construções.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM — DER-ES

É o órgão responsável pela execução das atividades relativas ao estudo, projeto, locação, construção, melhoramentos, conservação, pavimentação, de obras de arte correntes e especiais, bem como todas as obras correntes e especiais preliminares das estradas de rodagens estaduais e o seu policiamento.

A Receita des e Departamento para o exercício de 1979 foi estimada em Cr\$ 973.508.100,00 (novecentos e setenta e três milhões, quinhentos e oito mil e cem cruzeiros), assim distribuída:

RECEITAS CORRENTES

Cota parte F.P.E.	Cr\$ 15.729.000,00
Cota parte IUSCL	Cr\$ 63.657.000,00
Cota parte Taxa Rod. Única	Cr\$ 15.061.000,00
Contribuição do Estado	Cr\$ 269.857.000,00
	Cr\$ 364.304.000,00

RECEITAS DE CAPITAL

Contribuição do Estado	Cr\$ 204.096.000,00
Cota parte IUSCL	Cr\$ 150.170.000,00
Taxa Rodoviária Única	Cr\$ 35.840.000,00
Cota parte F.E.	Cr\$ 45.000.000,00
Convênio DER-ES/SEIT/EBTU ..	Cr\$ 5.523.828,00
Convênio DER-ES/CEDEC	Cr\$ 126.174.272,00

Convênio DER-ES/DER-MG	Cr\$ 10.000.000,00
Convênio DER-ES/CEPLAC	Cr\$ 8.000.000,00
Convênio DER-ES/SFIT/ISTR	Cr\$ 24.400.000,00

	Cr\$ 609.204.100,00
TOTAL	Cr\$ 973.508.100,00

Sua realização, no entanto, atingiu a importância de Cr\$ 528.468.841,61 (quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, oitocentos e quarenta e um cruzeiros e sessenta e um centavos), à qual deve ser acrescentada a quantia de Cr\$ 42.352.052,20 (quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e dois mil e cinquenta e dois cruzeiros e vinte centavos), referente a Receita de 1978 arrecadada em 1979. O total dos recursos orçamentários foi, pois, de Cr\$ 570.820.893,81 (quinhentos e setenta milhões, oitocentos e vinte mil, oitocentos e noventa e três cruzeiros e oitenta e um centavos), assim discriminado:

Receitas Correntes	Arrecadada	A Arrecadar
Cota parte do F.P.E.	4.009.973,17	11.719.026,83
Cota parte do IUSCL	64.181.010,36	—
Cota parte T.R.U.	14.409.774,77	651.225,23
Contribuição do Estado ..	129.365.589,17	140.491.410,83
Receitas Patrimoniais ..	3.345.267,07	—
Receitas Diversas	1.366.240,77	—
	216.677.855,31	152.861.662,89

Receitas de Capital

Contribuição do Estado ..	39.105.124,04	164.990.875,96
Cota parte IUSCL	148.992.544,65	1.177.455,35
Cota parte da T.R.U. ..	24.704.297,50	11.135.702,50
Cota parte do F.E.	31.234.000,00	11.135.702,50
Convênio DER — ES/SEIT/EBTU ..	6.457.670,00	—
Convênio DER — ES/CEPLAC ..	8.000.000,00	—
Convênio DER — ES/CEDEC ..	38.885.000,00	87.289.272,00
Convênio DER — ES/DER-ISTR ..	5.000.000,00	5.000.000,00
	9.412.349,58	14.987.650,42
	311.790.986,30	298.346.650,23

DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO

Receitas	Dotação	Arrecadada	A Arrecadar
Contribuição Estado 1974 ..	18.933.392,59	—	18.933.392,59
Contribuição Estado 1975 ..	3.343.330,02	—	3.343.330,02
Contribuição Estado 1976 ..	1.129.988,96	—	1.129.988,96
Contribuição Estado 1978 ..	104.874.680,12	8.224.932,70	96.649.747,42
Recursos BANDES 1978	2.000.000,00	2.000.000,00	—
Recursos ISTR 1978	6.592.687,12	6.592.687,12	—
Recursos do FPE 1976	2.665.298,75	—	2.665.298,75
Recursos do FPE 1977	3.964.235,78	—	3.694.235,78
Recursos do FND 1978	23.421.193,86	8.275.067,30	21.146.126,56
Recursos FE. 1978	196.830,00	—	196.830,00
Recursos TRU Cap. 1978	7.203.422,76	—	7.203.422,76
Recursos TRU Cust. 1978	4.356.768,96	—	4.356.768,96
Convênio DER-ES/CEPLAC 1978 ..	1.500.000,00	1.500.000,00	—
Convênio SEPLAN/DER-ES/FNDU 1978 ..	4.826.432,39	4.809.336,08	17.096,31
Obras DELEG. c/DNER 1976	1.220.647,91	—	1.220.647,91
Fiscalização ob. Deleg. 1976	48.825,91	—	48.825,91
Operações de Crédito a Receber 1978 — FDPE-IBC	10.950.629,00	10.950.029,00	—
TOTAL: ..	202.957.764,13	42.352.052,20	160.605.711,93

Com referência a Receita inicialmente prevista, ocorreu um déficit de arrecadação no valor de Cr\$ 445.039.258,39 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, trinta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito cruzeiros e trinta centavos).

Com relação a Despesa, inicialmente orçada em Cr\$ 682.810.000,00 (seiscentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros), posteriormente suplementada

em Cr\$ 291.098.100 (duzentos e noventa e um milhões, noventa e oito mil e cem cruzeiros) e anulada em Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), sua execução totalizou a importância de Cr\$ 973.508.100,00 (novecentos e setenta e três milhões, quinhentos e oito mil, cem cruzeiros).

A seguir a demonstração da despesa realizada em 1979 por categoria econômica.

1979

Categoria Econômica	Dotação	Realizada	Saldo
Despesas Correntes	354.304.000,00	319.754.565,44	44.549.434,56
Despesas de Custeio	335.965.000,00	291.415.565,44	44.549.434,56
Pessoa	244.985.000,00	217.148.516,49	27.836.483,51
Obrigações Patronais	43.931.000,00	43.931.000,00	—
Material de Consumo	32.446.000,00	20.858.343,60	11.577.656,40
Serv. Terc. Encargos	14.023.000,00	9.135.360,77	4.887.639,23
Remuneração S. Pessoais	400.000,00	400.000,00	—
Outros Serv. Encargos	13.623.000,00	8.735.360,77	4.887.639,23
Despesas Exerc. Ant.	530.000,00	324.344,58	205.655,42
Sen. enças Judiciárias	50.000,00	8.000,00	42.000,00
Transf. Correntes	28.339.000,00	28.339.000,00	—
Inativos	190.000,00	190.000,00	—
Salário Família	78.000,00	78.000,00	—
Outras Transf. a Pessoas	4.000,00	4.000,00	—
Juros da Div. Contratada	23.791.000,00	23.791.000,00	—
Interna	4.873.000,00	4.873.000,00	—
Externa	18.918.000,00	18.918.000,00	—
Contrib. p/PASEP	4.276.000,00	4.276.000,00	—
Despesas Capital	609.204.100,00	397.816.922,38	211.387.177,62
Investimentos	548.348.100,00	336.960.922,38	211.387.177,62
Obras e Instalações	541.378.100,00	335.941.919,35	205.436.180,65
Desp. Exerc. Anteriores	6.700.000,00	749.649,88	5.950.350,12
Equip. Mat. Permanente	270.000,00	269.353,15	646,85
Trans. Capital	60.856.000,00	60.856.000,00	—
Amort. Div. Contratada	38.360.000,00	38.360.000,00	—
Interna	33.107.000,00	33.107.000,00	—
Externa	5.253.000,00	5.253.000,00	—
Diferença Câmbio	22.496.000,00	22.496.000,00	—

PROJETOS/ATIVIDADES — 79

1.0 ATIVIDADES

1.1 SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Objetivos: manutenção da Diretoria Geral, Assessorias Técnica, Financeira e Relações Públicas, Coordenadorias Operacional, Administrativa, Divisão de Planejamento, Procuradoria Judicial.

Atividades desenvolvidas: serviços de Administração, ações de planejamento e conservação e reparação de equipamento e viaturas em geral.

Recursos alocados: a dotação inicial era de Cr\$ 67.389.000,00. Com a última suplementação de Cr\$ 3.830.000,00 este valor passou para Cr\$ 71.219.000,00, sendo Cr\$ 46.948.000,00 em Ordinário não vinculado e Cr\$ 24.271.000,00 em recursos vinculados.

1.2 SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO DE RODOVIAS

Objetivos: conservação de rodovias pavimentadas e não pavimentadas (Rede Rodoviária existente).

Supervisão a cargo dos órgãos Centrais: DCN — DCP — DEP — L.C.

Fiscalização de Construção de Rodovias a cargo dos Distritos.

Atividades desenvolvidas: conservação de estradas com pessoal próprio e execução de reparos nas rodovias através de administração indireta, tais como serviço de revesimento primário, recuperação de erosões, drenagem, sinalização, recuperação de pontes, etc.

Recursos alocados: Cr\$ 359.869.000,00, sendo Cr\$ 269.648.000,00 para fazer face às despesas com pessoal

e encargos, material de consumo e outros serviços e encargos: Cr\$ 87.871.000,00 para fazer face às despesas em Obras e Instalações e Cr\$ 2.350.000,00 para equipamentos e material permanente.

Com as suplementações havidas passamos para Cr\$ 401.545.925,00, sendo Cr\$ 342.195.000,00 ordinário não vinculado: vinculado Cr\$ 91.639.000,00 e outros Cr\$ 67.711.925,00.

Estes Cr\$ 67.711.925,00 correspondem a:

Convênio CEPLAC Cr\$ 8.000.000,00
Convênio CEDEC Cr\$ 59.711.925,00

Os recursos do convênio com a CEDEC foram oriundos do Ministério do Interior para recuperação das rodovias danificadas por chuvas e enchentes ocorridas no início do ano.

1.3 CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Objetivos: Contribuição do DER para o PASEP.

Atividades desenvolvidas: tem se desenvolvido normalmente o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

Recursos alocados: Cr\$ 4.276.000,00, sendo a fonte de recursos ordinário não vinculado.

1.4 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA

Objetivos: Pagamento de Amortização e Encargos com o:

BNDE: Contratos F-403, F-467, F-497
BANESTES/CEF/FINAME

BANDES/FINAME

Atividades desenvolvidas: a amortização da dívida interna tem se processado normalmente.

Recursos alocados: Cr\$ 37.980.000,00, sendo que com a suplementação de Cr\$ 28.820.000,00, passou para 66.800.000,00 sendo Cr\$ 12.008.000,00 ordinário não vinculado, Cr\$ 22.377.8000,00 recursos vinculados e Cr\$ 3.595.000,00 em outros.

1.5 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA

PÚBLICA EXTERNA

Objetivos: Pagamento de Amortização e Encargos com:

Contrato BIRD: 676 BR e 854 BR

BANESTES/INTERNATIONAL COMERCIAL BANK

BANESTES/BANCO DO BRASIL DE NOVA YORK

Atividades desenvolvidas: A amortização da dívida externa tem se processado — normalmente

Recursos alocados: Cr\$ 46.667.000,00, com a suplementação de Cr\$ 12.980.000,00 elevaram-se a Cr\$ 59.647.000,00, sendo Cr\$ 39.476.000,00 ordinário não vinculado e recursos vinculados Cr\$ 20.171.000,00.

1.6 SINALIZAÇÃO E POLICIAMENTO DE RODOVIAS

Objetivos: Sinalização horizontal e vertical de rodovias e policiamento de rodovias pavimentadas.

Atividades desenvolvidas: foram sinalizados alguns trechos de estradas pavimentadas e o policiamento de rodovias tem se processado normalmente, dando-se maior atenção à Rodovia do Sol.

Recursos alocados: Cr\$ 3.289.000,00, sendo Cr\$ 1.469.000,00 para material de consumo e outros serviços e encargo e Cr\$ 1.820.000,00 para equipamento e material permanente. Com a suplementação passou o total para Cr\$ 3.599.208,00, sendo Cr\$ 3.289.000,00 ordinário não vinculado e Cr\$ 310.208,00 em Outros.

1.7 MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE

Objetivos: manter em funcionamento a frota de veículos do "POOL".

Recursos alocados: Cr\$ 261.000,00 sendo Cr\$ 30.000,00 para equipamentos e material permanente e Cr\$ 231.000,00 para material de consumo e outros serviços e encargos.

2. PROJETOS

2.1 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E RODOVIAS

Objetivos: conclusão de obras já iniciadas e início de novas obras.

Atividades desenvolvidas: Construção de Rodovia e Construção de obras de artes especiais.

Foi concluída a pavimentação dos seguintes trechos:

Alfredo Chaves — BR. 101

Iúna — BR. 262

Afonso Cláudio — BR. 262

Pancas Frechiani

Conceição do Castelo — BR. 262

e concluídas as seguintes obras de artes especiais:

Ponte de Marechal Floriano

Viaduto Ilha do Príncipe

Recursos alocados: Cr\$ 159.179.000,00; sendo que com as suplementações, o valor total passou para Cr\$ 383.808.922,00 sendo ordinário não vinculado Cr\$ 116.609.000,00 recursos vinculados Cr\$ 159.179.000,00 e outros Cr\$ 108.029.922,00.

2.2 CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Objetivos: Construção de Sedes descentralizadas.

Atividades desenvolvidas: foram construídos 4 (quatro) monumentos rodoviários por ocasião da inauguração das estradas pavimentadas: Alfredo Chaves — BR. 101, Iúna BR. 262, Conceição do Castelo — BR. 262 e Pancas-Frechiani.

Recursos alocados: Cr\$ 2.500.000,00 sendo a fonte de recursos ordinário não vinculado.

2.3 CONSTRUÇÃO DE POSTOS PARA POLÍCIA RODOVIÁRIA

Objetivos: Construção de 2 (dois) postos.

Atividades desenvolvidas: estão sendo construídos 2 (dois) postos, um em Barra do Jucu e outro próximo a em rada de Manguinhos no trecho Jacaraípe — BR. 101.

Recursos alocados: Cr\$ 1.400.000,00 sendo a fonte de recursos ordinário não vinculado.

ESTUDOS E PROJETOS EFETUADOS EM 1979

1. PROJETO GEOMÉTRICO

Muniz Freire — BR 262 32,000 Km

BR 262 — Terceira Ponte (Toca) .. 15,000 Km

BR 262 — Rodovia do Sol (DNOS) 12,600 Km

Diversos acessos a rodovias Estaduais

2. PROJETO GEOTÉCNICO

Muniz Freire — BR 262 32,000 Km

3. SONDAGENS PARA PROJETOS DE OBRAS DE ARTE

PONTES

RELAÇÃO SONDAGEM

BR262 — Iúna — ES 185	2 furos — 22 metros
Coqueiral — B. do Riacho — ES 010	2 furos — 40 metros
Coqueiral — B. do Riacho — ES 010	1 furo — 13 metros
Coqueiral — B. do Riacho — ES 010	2 furos — 21 metros
Coqueiral — B. do Riacho — ES 010	1 furo — 20 metros
BR 101 — Alfredo Chaves — ES 146	9 furos — 45 metros
Cariacica — S. Leopoldina — ES 080	3 furos — 15 metros
BR 262 — Afonso Cláudio — ES 165	16 furos — 62 metros
Bananal de Cima — ES 245	1 furo — 12 metros
Cariacica — S. Leopoldina — ES 080	3 furos — 35 metros
Cariacica — S. Leopoldina — ES 080	5 furos — 28 metros
Cariacica — S. Leopoldina — ES 080	3 furos — 27 metros
Cariacica — S. Leopoldina — ES 080	6 furos — 30 metros
Bananal de Baixo — ES 245	12 furos — 20 metros
Caracica — S. Leopoldina — ES 080	6 furos — 30 metros
Bananal de Baixo — ES 245	12 furos — 20 metros
Domingos Martins - Melgaço - ES 146	8 furos — 56 metros

4. ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICO ECONÔMICO

Rodovia Sta. Leopoldina — S. Maria — 33,300 km.

Além dos relacionados o DER-ES, através de firmas especializadas, providenciou os seguintes projetos:

BR 262 — Afonso Cláudio (ES 165) — duas pontes de concreto armado, sobre o rio Guandu com vão de 30,00 e 40m respectivamente.

Baixo Guandu — Rio Doce — acesso a cidade em ponte de concreto armado com vão de 212,00 m.

BR 262 — Iúna (ES 185) — ponte de concreto armado sobre o rio Pedro com vão de 30,00 m.

ASSISTENCIA PRESTADA AOS MUNICÍPIOS PELO DER

Desde a criação da Divisão de Assistência aos Municípios, este setor tomou como competência a orientação, fiscalização e controle do Fundo Rodoviário Nacional e da Taxa Rodoviária Única, bem como outras medidas de caráter cooperativa com os Municípios, no que concerne ao melhor desempenho da operacionalização das rodovias municipais, como parte de um sistema global da área rodoviária.

Dando atendimento ao que ficou determinado, expomos a seguir o que vem sendo desenvolvido ou o que foi desenvolvido durante o exercício de 1979.

Procedeu o DER-ES, como lhe compete, a conferência de Orçamentos Programados e Relatório de Atividades, oriundos das Prefeituras Municipais do Estado, no sentido de fiscalizar e controlar o FNR e a TRU, de acordo com a Resolução nº 838 do DNTER, sendo que os mesmos foram encaminhados ao DNTER ou devolvidos às Prefeituras Municipais, para o devido acerto.

Nº DE ORDEN	PREFEITURAS MUNICIPAIS	PROGRAMAS					
		1974	1975	1976	1977	1978	1979
01	Afonso Cláudio	A	A	A	A	A	A
02	Alegre	A	A	A	A	A	A
03	Alfredo Chaves	A	A	A	A	A	A
04	Anchieta	A	A	A	A	A	A
05	Apiaçá	A	A	A	A	A	A
06	Aracruz	A	A	A	A	A	A
07	Atílio Vivacqua	A	A	A	A	A	A
08	Baixo Guandú	A	A	A	A	A	A
09	Barra São Francisco	A	A	A	A	A	A
10	Boa Esperança	A	A	A	A	A	A
11	Bom Jesus do Norte	A	A	A	A	A	A
12	Cachoeiro de Itapemirim	A	A	A	A	A	A
13	Cariacica	A	A	A	A	A	A
14	Castelo	A	A	A	A	A	A
15	Colatina	A	A	A	A	A	A
16	Conceição da Barra	A	A	A	A	A	A
17	Conceição do Castelo	A	A	A	A	A	A
18	Divino de São Lourenço	A	A	A	A	A	A
19	Domingos Martins	A	A	A	A	A	A
20	Dores do Rio Preto	A	A	A	A	A	A
21	Ecoporanga	A	A	A	A	A	A
22	Fundão	A	A	A	A	A	A
23	Guacuí	A	A	A	A	A	A
24	Guarapari	A	A	A	A	A	A
25	Ibiraçu	A	A	A	A	A	A
26	Ibônia	A	A	A	A	A	A
27	Itaguaçu	A	A	A	A	A	A
28	Itapemirim	A	A	A	A	A	A
29	Itarana	A	A	A	A	A	A
30	Ituaçu	A	A	A	A	A	A

Nº DE ORDEM	PREFEITURAS MUNICIPAIS	PROGRAMAS					
		1974	1975	1976	1977	1978	1979
31	Jerônimo Monteiro	A	A	A	A	A	A
32	Linhares	A	A	A	A	A	A
33	Mantenópolis	A	A	A	A	A	A
34	Mimoso do Sul	A	A	A	A	A	A
35	Montanha	A	A	A	A	A	A
36	Mucurici	A	A	A	A	A	A
37	Muniz Freire	A	A	A	A	A	A
38	Muqui	A	A	A	A	A	A
39	Nova Venécia	A	A	A	A	A	A
40	Pancas	A	A	A	A	A	A
41	Pinheiros	A	A	A	A	A	A
42	Piúma	A	A	A	A	A	A
43	Presidente Kennedy	A	A	A	A	A	A
44	Rio Novo do Sul	A	A	A	A	A	A
45	Santa Leopoldina	A	A	A	A	A	A
46	Santa Teresa	A	A	A	A	A	A
47	São Gabriel da Palha	A	A	A	A	A	A
48	São José do Calçado	A	A	A	A	A	A
49	São Mateus	A	A	A	A	A	A
50	Serra	A	A	A	A	A	A
51	Viana	A	A	A	A	A	A
52	Vila Velha	A	A	A	A	A	A
53	Vitória	A	A	A	A	A	A

A - Aprovado e encaminhado ao DNER

D - Dissolvido a Pref. p/devido acerto

F - Após devolução a Prefeitura p/acerto retornado ao IPI-ES

C - Em conferência no DER

F - Falta apresentar ao DER

Nº DE ORDEM	PREFEITURAS MUNICIPAIS	RELATORIOS					
		1973	1974	1975	1976	1977	1978
01	Afonso Cláudio	A	A	A	A	A	A
02	Alegre	A	A	A	A	A	A
03	Alfredo Chaves	A	A	A	A	A	A
04	Anchieta	A	A	A	A	A	A
05	Apiacá	A	A	A	A	A	F
06	Aracruz	A	A	A	A	A	A
07	Atilio Vivacqua	A	A	A	A	A	A
08	Baixo Guandú	A	A	A	A	A	F
09	Barra São Francisco	A	A	A	A	A	A
10	Boa Esperança	A	A	A	A	A	A
11	Bom Jesus do Norte	A	A	A	A	A	A
12	Cachoeiro de Itapemirim	A	A	A	A	A	A
13	Cariacica	A	A	A	A	A	C
14	Castelo	A	A	A	A	A	A
15	Colatina	A	A	A	A	A	A
16	Conceição da Barra	A	A	A	A	A	A
17	Conceição do Castelo	A	A	A	A	A	A
18	Divino S. Lourenço	A	A	A	A	A	A
19	Domingos Martins	A	A	A	A	A	A
20	Dores do Rio Preto	A	A	A	A	A	A
21	Ecoporanga	A	A	A	A	A	F
22	Fundão	A	A	A	A	A	A
23	Guaçu	A	A	A	A	A	A
24	Guarapari	A	A	A	A	A	A
25	Ibiraçu	A	A	A	A	A	A
26	Iconha	A	A	A	A	A	A
27	Itaguacu	A	A	A	A	A	A
28	Itapemirim	A	A	A	A	A	A
29	Itarana	A	A	A	A	A	F
30	Ituaçu	A	A	A	A	A	A
31	Jerônimo Monteiro	A	A	A	A	A	A

Nº DE ORDEM	PREFEITURAS MUNICIPAIS	RELATÓRIOS					
		1973	1974	1975	1976	1977	1978
32	Linhares	A	A	A	A	A	A
33	Mantenópolis	A	A	A	A	A	A
34	Mimoso do Sul	A	A	A	A	A	C
35	Montanha	A	A	A	A	A	A
36	Mucurici	A	A	A	A	A	A
37	Muniz Freire	A	A	A	A	A	A
38	Muqui	A	A	A	A	A	A
39	Nova Venécia	A	A	A	A	A	C
40	Pancas	A	A	A	A	A	A
41	Pinheiros	A	A	A	A	A	A
42	Piúma	A	A	A	A	A	A
43	Presidente Kennedy	A	A	A	A	A	A
44	Rio Novo do Sul	A	A	A	A	A	A
45	Santa Leopoldina	A	A	A	A	A	A
46	Santa Teresa	A	A	A	A	A	A
47	São Gabriel da Palha	A	A	A	A	A	A
48	São José do Calçado	A	A	A	A	A	A
49	São Mateus	A	A	A	A	A	A
50	Serra	A	A	A	A	A	A
51	Viana	A	A	A	A	A	F
52	Vila Velha	A	A	A	A	A	A
53	Vitória	A	A	A	A	A	A

A - Aprovado e encaminhado ao DNER

C - Em conferência no DER

D - Devolvido a Pref. P/devido acerto

F - Falta apresentar ao DER

E - Após devolução a Prefeitura p/acerto retornou ao DER-ES



PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS E CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

Nesta área, mesmo levando em consideração as grandes dificuldades enfrentadas, decorrentes principalmente do prolongado período chuvoso que atingiu o nosso Estado, os resultados podem ser considerados auspiciosos e a seguir passamos a deslacá-los:

1. Pavimentação de Rodovias

Neste setor, mesmo com as grandes dificuldades já mencionadas e também acrescentadas da elevação dos custos de combustíveis, que incidem diretamente no custo do serviço, podemos eleger 1979, como um ano de inaugurações, já que foram inauguradas neste exercício as seguintes Rodovias, com os seguintes percentuais, programadas e executadas em 1979.

RODOVIAS

ES — 146 — Alfredo Chaves — BR 101	
— Extensão total	13,800 Km
— Executado exercícios anteriores	6,000 Km
— Programado para 1979	7,800 Km
ES — 165 — Afonso Cláudio — BR 262	
— Extensão total	42,800 Km
— Executados exercícios anteriores	31,000 Km
— Programado para 1979	11,800 Km
— Executado em 1979	11,800 Km
ES — 165 Conceição do Castelo	BR 262
— Extensão total	5,200 Km
— Executado exercícios anteriores	3,000 Km
— Programado para 1979	2,220 Km
— Executado em 1979	2,220 Km
ES — 185 Iúna	BR 262
— Extensão total	13,000 Km
— Executado exercícios anteriores	8,000 Km
— Programado para 1979	5,000 Km
— Executado em 1979	5,000 Km
ES — 341 Pancas-Frechiani	
— Extensão total	24,000 Km
— Executado exercícios anteriores	15,000 Km
— Programado para 1979	9,000 Km
— Executado em 1979	9,000 Km

Compuando os dados apresentados na parte pavimentada no exercício, e adicionando os trechos que foram pavimentados porém, não inaugurados, e os que não foram ainda concluídos, a atual Administração contribuiu com a seguinte parcela de Rodovias Pavimentadas, com revestimento — Tratamento Superficial Duplo.

ES — 146 Alfredo Chaves	BR 101	7,800 Km
ES — 165 Afonso Cláudio	BR 262	11,800 Km
ES — 165 Conceição do Castelo	BR 262	2,220 Km
ES — 185 Iúna	BR 262	5,000 Km
ES — 341 Pancas-Frechiani		9,000 Km
ES — 010 Jacaraípe	BR 101	8,000 Km
ES — 080 Caracica-Sta. Leopoldina		5,500 Km
ES — 130 Montanha-Vinhático		2,000 Km
ES — 257 Ibitaçu-Araçuaçu B. do Riacho		1,000 Km
ES — 320 B. São Francisco-Ecoporanga		11,000 Km
Ligação Baixo Guandu-Aimorés		5,500 Km
		68,620 Km

OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

Neste item podemos considerar o ano de 1979 como sendo o ponto de partida para um programa de grande ambição, que é o de substituir as pontes existentes por verdadeiras obras de Arte, principalmente nos pontos de chegadas às Sede Municipais.

De cando do quadro de Obras de Arte, as que foram contra-das neste exercício, temos o que segue:

Afonso Cláudio	BR 262	30 m
Afonso Cláudio	BR 262	40 m
Cidade de Castelo		47 m
Aces o ES 185 — Iúna		30 m
Cidade de Bananal		30,50 m
Cidade de Bananal		30,50 m
Pancas-Frechiani		47,00 m
Ponte de Baixo Guandu		212,00 m
		467,00 m

Como se vê, foi contra da a expressiva marca de qua e meio quilômetro de pontes (467,00 m). Vale destacar que, com exceção da Ponte de Baixo Guandu, todas as demais estão com programa para inauguração em 1980, e cando os seus respectivos cronogramas de execução em dia.

CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS DE RODOVIAS

As atividades de Conservação e Melhoramento, foram bastante expressivas e eficientes, possibilitando, consequentemente, devolver à rede rodoviária Estadual condições normais de trafegabilidade prejudicada por ocasião das fortes chuvas que incidiram sobre os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais durante os meses de janeiro e fevereiro de 1979.

Muito embora os maiores danos, causados pelas chuvas tenham ocorrido em diversos pontos ao longo dos trechos, a rede rodoviária comprometida atingiu uma extensão de 3.599 Km, correspondendo a aproximadamente 76,5% da Rede Rodoviária Estadual.

Os serviços mais volumosos de drenagem, reconstrução de aterros, desobstrução de pista e recuperação de leito esradal, foram adjudicados a firmas empreiteiras, correspondendo a uma extensão contratada de 778 Km, dos quais 428 foram totalmente recuperados, e cando o restante da extensão contratada em fase de execução dos serviços complementares daqueles trechos.

Com relação ao desempenho das moioniveladoras, que integram a frota de equipamentos do DER-ES, foi possível realizar o patrolamento de 18.823 Km de rodovias estadual não pavimentadas, correspondendo a uma média de 4,7 patrolados em cada um dos 4.001 Km da rede não pavimentada do DER-ES.

Tais equipamentos prestaram ainda serviços de patrolamento num total de 3.209 Km em rodovias municipais.

Os demais serviços de conservação foram desenvolvidos com utilização do pessoal, basculantes, pás mecânicas e outros equipamentos do DER-ES, a socados aos serviços de lâminas pre tados pelos tratores da CER-MAG, através de Convênios firmados com o DER-ES, durante o ano de 1979, num valor de Cr\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Os quadros em anexo demonstram, detalhadamente, os serviços realizados por rodovias e por Residências de Conservação.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE	1979
----------------------------	------

193

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

REALIZAÇÃO FÍSICA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS, POR NATUREZA E ÁREA A CONSTRUIR.

QUADRO 004/A.

NATUREZA	LOCALIZAÇÃO	ÁREA A CONSTRUIR	SITUAÇÃO ANTERIOR %	NO DESENVOLVIMENTO		OBSERVAÇÕES
				PROGNOSTICADA	REALIZADA	
Residência do Governador do 2º B.R.J. (distrito de Governador) em Curitiba.....	Curitiba	355,00	80	20	20	

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

REALIZAÇÃO FÍSICA DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS, POR TRECHO

RODOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

Quadro 023

SIGLA DO P.R.E.	T R E C H O	TIPO DA OBRA	DESIGNAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO DA OBRA (M)	REALIZAÇÃO FÍSICA %	
					EXERCÍCIOS ANTERIORES	Nº EXERC.
75-010	Viaduto na ilha do Príncipe	Concreto	Ilha do Príncipe	20,00	-	100
75-110	Ponteiro - Vântico	Concreto	Rio do Sul	40,00	15	80
75-146	BR 101 - Alfredo Chaves	Concreto	Entre Est. 452 + 15 a 453 + 11	16,00	5	95
75-146	Alfredo Chaves - BR 101	Concreto	Alfredo Chaves	-	10	20
75-155	Afonso Claudio - BR 262	Concreto	Rio Guandu	30,00	-	95
75-165	Afonso Claudio - BR 262	Concreto	Rio Guandu	40,00	-	95
75-166	Cidade de Castelo	Concreto	Rio Castelo	47,00	-	-
-	Maréchal Floriano	Concreto	Maréchal Floriano	16,00	15	65
75-185	Acesso de ligação da ES 185-linha	Concreto	Rio Pardo	30,00	-	40
75-241	Cidade de Parnaíba	Concreto	Pio Parnaíba	30,50	-	5
75-245	Cidade de Parnaíba	Concreto	Rio Parnaíba	30,50	-	5
75-341	Pancas - Frechiani	Concreto	Rio Pancas	47,00	-	100
-	Fundão	Concreto	Fundão	40,50	100	-
-	Faixa Guandu	Concreto	Faixa Guandu	212,00	-	20

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
RELATORIO DE ATIVIDADES DE 1979
REALIZAÇÃO FÍSICA DE CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS POR TRECHO
RODOVIÁRIO

Quadro 021

SIGLA DO P.R.E.	T R E C H O	EXTENSÃO DO TRECHO KM	REALIZAÇÃO FÍSICA KM		OBSERVAÇÕES	
			EXERCÍCIOS ANTERIORES	NO EXERCÍCIO		
						PROGRAMADA
BR-012	Santa Cruz - Barra do Riacho	21,000	2,000	5,900	3,500	Terraplanagem realizada
BR-060	Marapari - Macaípe	6,000	4,400	-	-	Paralizado
BR-060	Canipó - Ilhéu - Anchieta	17,300	14,500	-	-	Terrap. Compl.
BR-060	Variação - Santa Leopoldina	30,000	24,000	6,000	6,000	Terrap. Compl.
BR-130	Montanha - Vinhático	18,000	-	18,000	18,000	Terrap. Compl.
BR-130	Nova Venécia - Boa Esperança	29,500	8,500	21,000	1,500	Terrap. Compl.
BR-146	Alfredo Chaves - BR 101	13,800	6,000	7,800	7,800	Terrap. Compl.
BR-165	Afonso Claudio - BR 262	42,800	31,000	11,800	11,800	Terrap. Compl.
BR-165	Genesio do Castelo - BR 262	5,220	4,000	1,220	1,220	Terrap. Compl.
BR-181	Luiz Freire - BR 262	31,000	-	0,500	-	Terrap. Proç.
BR-285	Alfama - BR 262	13,000	8,000	5,000	5,000	Terrap. Compl.
BR-287	Alfama - Aracruz - Barra do Riacho	36,280	25,380	10,900	1,000	Terrap. Compl.
BR-320	São Francisco - Leopoldina	56,000	13,000	-	-	Terrap. Compl.
BR-330	Pedra - Frechiani	24,000	15,000	9,000	9,000	Terrap. Compl.
-	Alagão BR 101 - Aracatiba	1,600	-	2,600	2,600	Terrap. Compl.
-	Alagão Balxo Guandu(33) - Almorés (MT)...	6,000	-	6,000	6,000	Terrap. Compl.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATORIO DE ATIVIDADES DE 1979

REALIZAÇÃO FÍSICA DE PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS POR TRECHO

RODOVIÁRIO

Quadro 022

SIGLA DO P.R.V.	T R E C H O	EXTENSÃO DO TRECHO KM	REALIZAÇÃO FÍSICA KM		OBSERVAÇÕES	
			EXERCÍCIOS ANTERIORES	NO EXERCÍCIO		
				PROGRAMADA		REALIZADA
ES-010	Acesso à Fonte da Ilha do Príncipe.....	3,150	1,800	1,350	1,350	Tav.C.B.U.Q.
ES-010	Jacaraipe - BR 101	13,000	5,000	8,000	8,000	Recap.C.B.U.Q.
ES-060	Guarapari - Macaípe	5,800	5,800	-	-	Pav. T.S.D.
ES-060	Godóvia Carlos Indenberg.....	8,000	-	8,000	0,200	Recap.C.B.U.Q.
	(Signal São Torquato - Vila Velha)					Paralizado
ES-080	Barraçana - Santa Leopoldina	50,000	24,000	6,000	5,500	Pav. T.S.D.
ES-080	Colatina - Frechiani	28,000	8,000	20,000	19,000	Recap. T.S.D.
ES-130	Montanha - Vinhático	18,000	-	18,000	2,000	Pav. T.S.D.
ES-140	Alfredo Chaves - BR 101	13,800	6,000	7,800	7,800	Pav. T.S.D.
ES-165	Alfonso Claudio - BR 262	42,800	31,000	11,800	11,800	Pav. T.S.D.
ES-165	Conceição do Castelo - BR 262	5,220	3,000	2,220	2,220	Pav. T.S.D.
ES-180	Ituna - BR 262	13,000	8,000	5,000	5,000	Pav. T.S.D.
ES-257	Thiraguá - Arraúx - Barra do Riacho	36,280	25,380	10,300	1,000	Pav. T.S.D.
ES-250	Pondão - Santa Teresa	28,000	2,000	26,000	0,500	Capa Selante
ES-320	Barra de São Francisco - Recoporanga	56,000	2,000	11,000	11,000	Pav. T.S.D.
ES-341	Panema - Frechiani	24,000	15,000	9,000	9,000	Pav. T.S.D.
-	Lagoão Trigo Guandu(45) - Aimorés (MT).	6,000	-	6,000	5,500	Pav. T.S.D.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

SERVIÇO DE PATROULAMENTO EXECUTADO NAS RODOVIAS SOB A JURISDIÇÃO - 1ª DRE.

ES	T R E C H O S	HORAS TRAB.	EXTENSÃO (KM)
010	Jacaraipe - Mangüinheira - Nova Almeida	16	5
010	Nova Almeida - Santa Cruz	141	167
050	Rodovia Carlos Lindenberg - Jerônimo Monteiro - Rodovia do Sol	74	46
060	Guarapari - Maciço - Ubu - Anchieta - Iril - Piúma	849	572
080	Caracica - Sta Leopoldina - Sta Teresa	254	178
080	Sta Teresa - São Roque - Celatina	407	259
124	Guaraná - Aracruz - Sta Rosa - Nova Almeida	540	439
146	BR. 762 - Alfredo Chaves - BR. 101 - Anchieta	437	312
164	Itaguapé - Itarana - Bonito - Bananal	170	86
165	Malco Guandú - Sobrado - Afonso Cláudio	272	213
252	Fábrica - Dória do Riacho - Córrego	18	11
257	Rodovia José Sette (Caracica)	140	70
259	Itarana - Sta Teresa - Fudão - Sta Rosa - Sta Cruz	550	295
262	Ibicaba - Afonso Cláudio - Jetibá - Sta Leopoldina - Putiri - Nova Almeida	130	111
351	Timbui - Putiri - Serra	30	16

- continua -

ES	T R E C H O S	HORAS TRAB.	EXTENSÃO (KM)
355	Stª Maria - Stª Leopoldina	16	12
359	Stª Tereza - Stª Maria - BR. 262	125	80
375	Pádua - BR. 101 (Estrada Nova)	106	77
388	Rio Calçado - BR. 101	31	30
456	Itaguacú - Irajinha - São José Petrópolis - ES-080	67	29
470	Paroba - Farajú	10	7
BR. 262	BR. 262 - Marcelhal - Farajú	33	24
BR. 404	Piracema - Afonso Cláudio - Lagoa - Serra Pelada - Itarana - Itaguacú	200	129
	BR. 101 - Duna Bóca	32	15
	Pandão - Alto da Penha - Timbui	35	14
	Aracruz - Irajá - Coqueiral	45	45
	Para do Rincho - Pinha - Cachoeira - São João do Riocho	164	121
	Nova Almeida - Rio Novo - Serra	80	48
	Nova Almeida - Dalacú - Stª Cruz	55	54
	Nova Almeida - Cachoeira - Córrego d'Água	18	13
	Dianoga - Fábrika - Vivalro	31	27
	São Torquato e Secretaria de Educação	64	32

- Continuação ilg. 3 -

25	T R E C H O S	HORAS TRAB.	EXTENSÃO (km)
	BR. 101 - Rio Calçado - Rio Novo - Barra do Jucú - Amarolos - Jacaranã - Baia Nova	290	134
	Guarapari - Todos Santos - Marechal - Parque das Ortências	20	14
	Guarapari - São Miguel - Cabeça Quebrada -	79	48
	Ubá - Parati - Jabaquara	150	101
	Srª Antônio - União - Parajá	32	24
	Afonso Cláudio - Espoçando - Garrafão - Jequitibá - Sobrado	1.171	661
	Srª Teresa - Srª Leopoldina - Srª Antônio - Molgado	353	255
	Itarana - Pinocelro - Itaguapé - Sobrado	258	205

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1972

SERVIÇO DE PATROINAMENTO EXECUTIVO NAS RODOVIAS SOB A JURISDIÇÃO DO 2º D.R.E..

ES	T R E C H O	FOFAS	EXTENSÃO
060	Itáma - Itaipava Itaperitima - Itaipava Itaperitima - Itáma	12 22 76	8 23 19
162	Santa Maria - Palmital Cachoeiro - BR.101 - Novaes	11 6	6
164	Cachoeiro - Castelinho Vargem Alta - S. José Frutalura Cachoeiro - Soturno Cachoeiro - S.J. da Frutalura Torturo - Vargem Alta Cachoeiro - Vargem Alta Castelinho - Vargem Alta BR.101 - Vargem Alta	54 7 102 25 24 173 21 54	19 6 76 5 10 61 - 39
165	Santa Antonia - Conceição do Castelo	175	20
166	Castelo - Cachoeiro Maria Freire - Cachoeiro Canduru - Castelo Cachoeiro - BR. 262	3 14 19 60	18 8 52
177	Jerônimo Monteiro - Itupui Jerônimo Monteiro - Alifanra Alifanra - Alifanra Itupui - Ilhoso do Sul	62 36 90 245	39 31 47 323

Continua

- 2 -

ES	T R E C H O	MORAS	EXTENSÃO
177	Itaquí - Aliança D. Jesus - Itaquí - Mimoso do Sul Mimoso do Sul - Ponte de Itabapoana	164 4 154	01 - 122
181	Conceição do Castelo - Ituniz Freire - Amatiba	9	2
185	Ituniz Freire - Fiação - BR. 262 Ituniz Freire - Amatiba Alegre - Amatiba Alegre - Vila do Café Quarú - São Benedito Quarú - D. J. Lourenço Quarú - Trindade - Iuna São Francisco - Iuna Quarú - Faz. Barra - Quarú Quarú - Faz. Bitirama Quarú - C. de Pedra Quarú - Uberaba Quarú - Iuna Quarú - Prata Quarú - Pratinha Quarú - Loboato Quarú - Açoreida Quarú - São Tiago Cachoeiro - Itaquí Cachoeiro - Atílio Vivacqua Itaquí - Conceição do Itaquí Itaquí - Cachoeiro - Mimoso BR. 101 - Atílio Vivacqua Cachoeiro - Atílio Vivacqua	9 9 23 512 253 17 17:30 8:45 7:45 8:15 23 24 11:30 8:15 54 41 101 41 33 63 16 195 8 25 100	370 196 43 24 8 24 10 64 16 60 71 13 13 95 11 110 6 17 60

Continua

ES	T R E C H O	HORAS	EXTENSÃO
297	DR. 101 - Itabapirana Aplacá - Dom Jesus	33 16	22
373	Itaquí - Atílio Vivacqua	7	60
379	Estrada de Castelo - Mundiz Freire		
307	Alegre - São Rafael	152	124
	Alegre - São Gabriel	315	201
	Itaquí - São Rafael	3	8
	Celina - Pratânia	50	35
		64	30
391	Munoz do Sul - C. do Itaquí	126	89
392	Celina - Alegre	0	
BR. 402	Trevo - Morro Grande		
	Trevo - Cachoeiro	14:50	8
	Cachoeiro - Coutinho	7:40	
	Guacuí - Celina - Guacuí	6	
	Guacuí - Divisa - BR. 402	17:30	7
	Celina - Guacuí	8	
	Alegre - Morro Grande		
	Alejr2 - Cachoeiro	32	22
	Alejr2 - Celina - BR. 402	52	21
	Alegre - Serra de Alegre - BR. 402	18	10
	Alegre - Cx. D'Água	9	4
	Alegre - Jacotuba - BR. 402	47	16
	Alegre - Guacuí - BR. 402	22	9
	Jacotuba - BR. 402	15	6
	BR. 101 - Cachoeiro	18	1
		9	5
403	Alegre - Burarama	9	10
	Jacotuba - Burarama	30	23
404	Guacuí - Calçado - BR 402	137	105
	Guacuí - Airituba	26	98
	Aplacá - Calçado	24	1
		48	

Continua.....

ES	T R E C H O	HORAS	EXTENSÃO
487	BR. 101 - Presidente Kennedy	22:20	121
489	BR. 101 - Atílio Vivacqua	50:40	50
490	Safra - Maratães	4	2
492	Alegre - Apiacá	14	8
	Guarui - Apiacá	12:15	
	Cachoeiro	36	
	Entrada de Iúna - Irupí	51	
	Uniz Freire - Água Limpa	1:00	
	Prefeitura de Castelo	101	
	Estrada de Vagou Alta	6	
	Estrada de Presidente Kennedy	7	
	Estrada da Salbreira	14	
	Estrada da Gruta do Limociro	241	3
	Estrada de Amitiba	190	22
	Entrada de Fiaçu	132	37
	Entrada de Iúna	96	30
	Entrada de Uniz Freire	10	9
	Estrada de Usina São Miguel	106	4
	Ilha de Rivo (Alegre)	16	79
	Alegre - Araraí - Ft. Helena	16	9
	Tiro de Guerra (Alegre)	99	63
	Rive - São Angelica - Mt. Cristo	16	6
	Rive - Serra Grande - Casim	24	35
	Demun - Palmeiral (Apiacá)	16	16
	Copocirão - Palmital (Apiacá)	15	11
	Floresta - Palmital (Apiacá)	9	5
	Apiacá - Ite. do Saco (Apiacá)	9	7
	Apiacá - Cachoeirinha (Apiacá)	9	7
	Apiacá - Alto Fozilha	0	5
	Peruvia Manoel (Apiacá), Irupi	57 19:30	10 61

RS	TRECHO	HORAS	EXTENSÃO
	Harapé	3	
	Verlante - Fca do Oriente	6	
	Harapé - Caldeira	9	
	Harapé - Dabilândia	9	7
	Atilio Vivacqua - Corrego Fama	76	52
	Harapé - Bonacense	75	50
	Harapé - Calçado	104	61
	Harapé - Serra do Cajá	3	3
	Atilio Vivacqua - Independência	23	23
	Atilio Vivacqua - São Luiz	17	12
	Atilio Vivacqua - Ita. Felix	7	6
	Atilio Vivacqua - Carretão	24	23
	Atilio Vivacqua - Mto Verde	8	8
	Harapé - S. do Jaca	10	63
	Harapé - Fte. de Itabapouva	10	66
	Harapé - St. Isabel	0	5
	Cachoeiro - Harapé	8	5
	Mto Negro do Sul - Pontal	9	4
	Pico Negro do Sul - Faineira	36	10
	Harapé - Sapucaia	9	-
	Harapé - Carajelra	9	5
	Atilio Vivacqua - Monte Cristo	23	19
	Atilio Vivacqua - Fura Olho	15	10
	Atilio Vivacqua - Laginha	0	6
	Atilio Vivacqua - Cachengá	7	8
	Cachoeiro - São Domingos	15	-
	São Gabriel - Verdade	32	16
	Petereio - Alcega	7	3
	São Gabriel - Santa Rosa	8	3
	São Gabriel - Atilio Vivacqua	0	4
	Harapé - Imeldão	15	7
	Harapé - Pedra Branca	16	6
	Harapé - D. Arcia	20	6
	Est. Munic. - H.A. Vivacqua	16	9

Continua

- 6 -

ES	T R E C H O	HORAS	EXTENSÃO
	Itaquí - Verdade	6	3
	Itaquí - Serra	6	4
	Itaquí - São Gabriel	6	3
	Estrada Floresta	25	20
	Estrada Milton Lobato	6	3
	Estrada São Domingos	22	14
	Estrada da Serrinha	13	8
	Estrada São Luís	24	12
	Estrada Silvio Puntado	5	5
	Estrada Paulista	35	7
	Estrada Verdade	24	11
	Estrada Fortaleza	47	27
	Estrada para Escoamento de Cana	169	94
	Rio Grande - Duas Barras	15	4
	Atílio Vivacqua - stª Clara	15	12
	ER 101 - Friburgo	16	8
	Frede - Itapemirim	5	40
	Cachoeiro - Canaã	46	43
	Cumarucoengas - Canaã	32	13
	Karatáizes - Canaã	8	5
	Canaã - Canaã	21	10
	Carraão - Cumarucoengas	16	5
	Presidente Kennedy - Cumarucoengas	7	5
	Presidente Kennedy	16	10
	Karatáizes - Cumarucoengas	16	10
	Duas Barras - Seruti	6	7
	Itapemirim - Itapemirim	3	4
	Carraão - Rio Itaquí	7	7
	St. Bento - Canaã		
	Stª Maria - Canaã	10	9
	Stª Maria do Frede - Sapucaia	10	6
	Stª Maria do Frede - Itapicoca	10	7
	St. do Frede - ER 101	7	4

Continua

6

65	T R E S C H O	MORAS	EXTENSÃO
	D. do Frade - ascolher	6	6
	Faz. S. Manoel	16	5
	Faz. S. Manoel - Faz. Buraco	2	6
	Faz. Colher de Baixo - Faz. Buraco	2	5
	Quilômetro do Norte - Timbó	2	6
	Ilha Grande - Timbó	6	4
	Safrá - Timbó	13	12
	Duas Barras - Ináim	8	6
	Duas Barras - União Belo	7	5
	Duas Barras - Pádua	13	9
	Vargem Alta - Savia	2	6
	Asfalto - Passaia	3	3
	Stª Cruz - Stª Verônica	7	5
	Cª Faria - Linda Aurora	7	5
	Santa Cruz - Lafalco	15	4
	Duas Barras - Olho d'Água	3	5
	Esturno - Stª Rosa	6	5
	Nova Canaã	23	60
	Nova Canaã - Bela Vista	24	12
	Timbó - Bela Vista	8	20
	Atílio Vivacqua - São Pedro	8	6
	Atílio Vivacqua - Stª Antonio	22	13
	Camandul - Cachoeiro	8	5
	Pachira	16	4
	Capitania	8	4
	Itaperirim - Canaã	24	10
	Presidente Kennedy - Graculho	13	9
	Presidente Kennedy - Camandul	16	10
	Presidente Kennedy - Fivisa com Estado do Rio	32	17
	Itaperirim	19:30	
	Jerônimo Monteiro	15	
	Vargem Alta	10	
	Itaperirim - BR.101	84	31
	Camandul - BR.101	7	6

Continua

ES	TRECHO	HORAS.	EXTENSÃO
	Presidente Kennedy - Stª Lucia	26	31
	Presidente Kennedy - Monte Belo	9	8
	Presidente Kennedy - Marobá	20	18
	Santa Lucia - Rebentão	8	7
	Ponte do Aço - Cª. do Ouro - Itapemirim	11	7
	Ponte - Itaoca	11	9
	Vila Itapemirim - Itaoca	6:40	5
	Itaoca - Itaoca	21	38
	Cachoeiro - Santa Rosa	17	4
	Cachoeiro -	31	20
	Setúbal - Santa Rosa	53	9
	São João - Jaciguá	9	5
	Aeroporto - Atílio Vivacqua	14	22
	Santa Lucia - Água Preta	12	23
	Monte Belo	23	10
	Santolindo - Uvaia	7	
	Tratado - Cavin	7	
	Cachoeiro - Presidente Kennedy	52	
	Aeroporto - Presidente Kennedy	9	
	Cachoeiro - Santa Fé	1	
	Santa Fé	2:30	
	Cachoeiro - Itapemirim	16	4
	Itaoca - Presidente Kennedy	4	35
	Leves - Presidente Kennedy	20	52
	Coroa da Toca	25	9
	Cachoeiro - Santa Maria do Prado	42	27
	Varigam Alta - Relcio	54	30
	Itaoca - Relcio	25	11
	Itaoca - Capim	10	6
	Varigam Alto - B. . 101	6	3
	Itaoca - Monte Belo	20	13
	Santa Antonia - Monte Belo	6	4
	Presidente Kennedy - São Bento	10	18*
	Presidente Kennedy	10	6

Continua

ES	TR ECHO	HORAS	EXTENSÃO
	Presidente Kennedy - Soturno	8	05
	P. Lobato - São Lourenço	8:45	
	P. Lobato - Pratinha	17	7
	Colina - Sumidouro	24	35
	Pratinha - V. da Outa - Guacui	6:45	5
	Ilama - Iratã - Guacui	8:45	15
	Colina - Jacutinga - Guacui	17	6
	Calçado - Vila do Café	8:45	25
	Pratinha	28:30	
	Pratinha - Pts do Araçá	00	12
	São Benedito - Noroental	0	3
	Calçado - Noroental	0	3
	Colina - Barra Preta	0	6
	São Lourenço - Vendinho	0	5
	Colina - Monte D'elo	0	3
	Guacui - Pto do Araçá	0	
	Guacui - São Lourenço	33	17
	Guacui - Alcantilado	0	
	São Benedito - Vila do Café	0	12
	Monte da Perola	0	
	Guacui - Lino Verde	0:15	
	P. Camilo - P. Lobato	24	25
	P. Camilo - Ibitirama	40	59
	S. Francisco - Ibitirama	0	12
	S. Francisco - Trindade	0	7
	Uberaba - Trindade	8	7
	Lino Verde - Santa Marta	16	16
	L. Calçado - Santa Marta	0	7
	São José - Santa Marta	16	29
	São José - RR. 262	24	72
	Lima - Uberaba	16	23
	São Francisco - Uberaba	24	38
	São Francisco - P. Araçá	24	41
	P. Camilo - Par. Luis Tiago	0	14

Continua

13	T R E C H O	HORAS	EXTENSÃO
	Poa, Cooperativa - BR 402		
	P. Gaudé - Iratama	8	3
	São Antonio	8	30
	Santa Antonio - São João	8	15
	Cunçui - Faz. Agencio Fracé	40	55
	P. Lobato - União	8	10
	Lima Verde - São Laurengo	16	12
	Lima Verde - Calçada	16	24
	Santa Marta - Pedra Rosa	8	8
	M. São - P. Pora	8	17
	Adriana - Santa Barbara	8	15
	Trindade - Ipiri	8	10
	Apiaia - São Pedro	16	23
	São Pedro - Harp Branco	6	11
	H. Graeco - Glória	8	7
	Estação Domusense	8	4
	Alcantilino	8	10
	Santa Marta	8	23
	Quiloma Geraldo Ivigo	63	5
	São Laurengo - Ilhéus	40	5
	Ilhéus - Fátima	16	9
	São Laurengo - Santa Rita	8	20
	Pto. José Adrião - Cód. Dorita	16	8
	Lima Verde - Peljeiro Ora	3	4
	S. do Avecho - Peljeiro Ora	3	8
	São Laurengo - Ilhéus	8	10
	São Laurengo - Pto. São José	8	10
	Santa Marta - Ventoso	8	3
	S. Laurengo - C. Verdão	104	6
	S. Laurengo - C. Rantas	8	23
	S. Laurengo - Faz. Laila Feres	16	9
	Lima Verde - Ilhéus Ventos	8	15
	S. Laurengo - C. Azul - Faz. Olga	8	2
	Lima Verde - Faz. A. Bruno	8	

Continua

ES	T R E C H O	HORAS	EXTENSÃO
	Unit. João Lobato - Santa Marta Guacuí - Barro Bonito P. Lobato - São Lourenço São José do Patagão Lino Verde - Ikando-Moro Lino Verde - Peroba Una - Pat. Ianduca José Meslen - São Lourenço Garilha - São Lourenço José Meslen - P. Peroba	8 56 16 20 8 8 16 16 3 16	2 26 10 6 9 12 22 20 12
	TOTAL..... Vitória, 19 de dezembro de 1979. CARLOS FREDERICO VON SANDOW CHEFE DA DCA	10.302:25	6.662,000

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

SERVIÇO DE PATROILAMENTO EXECUTADO NAS RODOVIAS SOB A JURISDIÇÃO - 3ª DRE.

ES	T R E C H O S	HORAS TRAB	EXTENSÃO (KM)
000	Sta Teresa - Colatina - São Domingos - São Francisco - Novo Horizonte	922	415
130	Nova Venécia - Pinheiros	608	339
137	São Domingos - São Gabriel da Palha - Nova Venécia - São José do Sobrado - Macurici	2.068	1.435
164	Itapicuru - Itapina - Pampas - Alto Rio Novo - Mantenópolis	799	380
165	Daíxo Guandú - Ibituba	275	127
209	Pedro Canário - Montanha	1.517	343
245	Nova Brasil - Governador Lindenberg	90	18
248	Colatina - Fazenda Humaitá	20	7
259	Paíxo Guandú - Colatina	223	172
313	Conceição da Barra - Itaúninhas - Financieiros	1.246	553
320	Esmeralda - São Francisco - Mantenópolis	1.197	261
336	Colatina - Marilândia - São Rafael	121	84
341	OSO - TANCOS	16	44
342	São Gabriel da Palha - Valério	243	249
358	São Mateus - Barra Seca	170	110
416	BR. 101 - Itaúninhas	10	7
419	Itaúninhas - BR. 101	175	83

- continua -

ES	T R E C H O S	HORAS TRAB.	EXTENSÃO (km)
421	BR. 101 - Conceição da Barra	326	163
446	080 - Itaperuna	36.	21
BR.301	São Mateus - Nova Venécia	892	554
BR.484	Itaguçu - Colatina	8	7
	Drago do Rio - Porto de Santana	195	85
	BR.101 - Jaguaré	11	5
	Três Vendas - Rio Preto	39	18
	Benjamin Zon - Governador Lindenberg	20	9
	Colatina - Nova Drapl.	201	193
	Itauninhas - Dilô	30	13
	Valério - Barra Sêca	9	15
	Valério - Dona Barras	5	3
	São Roque - Barra Sêca	89	91
	Colatina - - Governador Lindenberg	24	-
	Itapina - Lafanjel	44	6
	Oratório - Est. Tronco Macuriol	24	18
	Nova Venécia - Barra Sêca	51	75
	São Mateus - Água Limpã	9	6
	Dona Esperança - Sobradinho	153	119
	Soandeira - Três Barras	283	121

- continua -

- Continuação -

- Continuação fls. 3 -

ES	T R E O H O S	HORAS TRAB.	EXTENSÃO (Há)
	Jardal - Itaguçu	29	21
	Pinheiros - Poloneza	66	30
	Água Branca - Nova Venécia	23	30
	Pinheiros - Pedro Canário	13	18
	Pedro Canário - Braço Rio	33	19
	Pinheiro - Salomara - Pedro Canário	15	9
	São Mateus - Porto de Santana - Braço Rio	26	16
	Encruz - Conceição da Barra	8	7
	Sa Maria - São Mateus	1	
	Don Esperança - BR. 101	735	400
	M. Carneiro - Barra Sôca	8	10
	Prefeitura Municipal do Paço Guardá	-	77
	Prefeitura Municipal do Ibiraçu	-	58
	Prefeitura Municipal do Nova Venécia	12	2
	Prefeitura Municipal do Pinheiros	258	61

ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
1º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: 1.1 - CURUMI
MÊS: ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
LIMPEZA DE :			
LEITO DE ESTRADAS	100	MS	
REGOTOS LATERAIS	1.535	MS	
BUEIROS	2.011	MS	
DESMOS	63	MS	
SABEDAS	33.000	MS	
VALETAS	1.500	MS	
VALETAS D'ÁGUA	300	MS	
SABEDAS D'ÁGUA	2.000	MS	
CALHAS D'ÁGUA	33	MS	
EXTRAÇÃO DE :			
ACOSTAMENTO	1.000	MS	
APENAMENTO		MS	
ATERRO	210	MS	
REVESTIMENTO COM SAÍDO	1.410	MS	
REVESTIMENTO COM AGULHA	30.000	MS	
REVESTIMENTO COM PEDRA	6.000	MS	
CAPINA	200	MS	
ROÇADA	10.000	MS	
RECHEGO DE MIO-FIO	2.000	MS	
CONSTRUÇÃO DE :	100	MS	
PONTE		MS	
BUEIROS		MS	
DESMOS		MS	
REPARO DE :			
PONTES		MS	
BUEIROS		MS	
DESMOS		MS	
APLICAÇÃO DE :			
CIMENTO		MS	
MANILHAS		MS	
FRANQUES		MS	
BRUCOS		MS	
ALGAS		MS	
EXTRAÇÃO DE :			
ROÇADA		MS	
APENAMENTO		MS	
TOTAL DE OBRAS :			
VALOR TOTAL DE OBRAS :			
VALOR :			

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

1º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: 1.2 - ANEXO 19 ANEXO

MÊS:

ANEXO

ANO

1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIMPEZA DE :

LEITO DE ESTRADAS	-	m2	
ESGOTOS LATERAIS	284	m3	
BUEIROS	-	m1	
DRENOS	60	m1	
SARJETAS	170	m1	
VALAS	265	m1	
VALETAS	-	m1	
SAIDAS D'ÁGUA	2.000	m1	
CALHAS	20	m1	

EXECUÇÃO DE :

ACOSTAMENTO	-	m2	
ARENAMENTO	2.000	m3	
ATERRO	200	m3	
REVESTIMENTO COM SAÍPO	20	m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA	-	m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA	15	m2	
CAPINA	10	m2	
POCADA	20	m2	
RECHEGO DE MEIO-FIO	100	m1	

CONSTRUÇÃO DE :

PONTE	-	m1	
BUEIROS	10	m1	
DRENOS	70	m1	

REPARO DE :

PONTES	5	Unid.	
BUEIROS	-	Unid.	
DRENOS	-	Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CIMENTO	-	Saco	
MADEIRAS	79	Unid.	
FRANÇÊS	63	Unid.	
FAIXAS	23	KG	
VIGAS	2	m1	

EXTRAÇÃO DE :

BOCHAS	-	-	
CAÇULAS	-	-	

NA RE OPERAÇÃO:

VISTO:

EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO:

DATA:

EXTENSÃO COM MATERIAIS:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

1º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: UNIV. GERAL. ASFALTICA MÊS: ABRIL ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIMPREZA DE :

LEITO DE ESTRADAS		m2	
DESGOTOS LATERAIS		m	
BUEIROS		m3	
DRENOS		m3	
SARGETAS	1.100	m3	
VALAS		m3	
VALETAS		m3	
SAIDAS D'AGUA		m3	
CALHAS		m3	

EXECUÇÃO DE :

ACOSTAMENTO	1.500	m2	
ARENAMENTO		m3	
ATERRO	300	m3	
REVESTIMENTO COM SAÍPERO		m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA		m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA		m2	
ASFOALTAMENTO DE PARALHELEPÉDO	1.000	m2	
POCADA	20.000	m2	
RECHEGO DE MEIO-FIO		m3	

CONSTRUÇÃO DE :

PONTE		m3	
BUEIROS		m3	
DRENOS		m3	

REPARO DE :

PONTES		Unid.	
BUEIROS		Unid.	
DRENOS		Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CIMENTO		kg	
MADEIRAS		Unid.	
FRANCHÔES		Unid.	
DESGOTOS		kg	
VIGAS		m3	

EXTENSÃO DE :

REVESTIMENTO COM CIMENTO

1.200

Unid.

POÇOS		m3	
ALCANTARAL		m3	

DI DE OPERAÇÃO:

VISTO :

EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO :

DATA

EXTENSÃO CONSERVADA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE ROLAGEM

1º DISTRITO RODOVIÁRIO ESPADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: 1.5 SANTA TERESA

MÊS: ANUAL

ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIMPEZA DE :

LEITO DE ESTRADAS	-	m2	
BOÇALOS LATERAIS	5	m3	
BUEIROS	623	m1	
DRECHOS	53	m1	
SARJETAS	2.423	m1	
VALAS	715	m1	
VALETAS	3	m1	
SALIDAS D'ÁGUA	57	m1	
PONTES	2	m1	

EXPLORAÇÃO DE :

ACOSTAMENTO	-	m2	
ARENAMENTO	745	m3	
ATERRO	240	m3	
REVESTIMENTO COM SAÍERO	14.982	m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA	110	m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA	780	m2	
CAPINA	14.010	m2	
POCADA	224.660	m2	
RECHEGO DE MEIO-FIO	60.100	m3	

CONSTRUÇÃO DE :

PONTE	3	m1	
BUEIROS	306	m1	
DRECHOS	108	m1	

REPARO DE :

PONTES	7	Unid.	
BUEIROS	23	Unid.	
DRECHOS	-	Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CIMENTO	-	SACO	
MANTIDAS	242	Unid.	
FRANCHÕES	72	Unid.	
PREGOS	77	Kg	
PARAFUSOS	11	m1	

EXTRAÇÃO DE :

LOCOMO.	412	m3	
GRANULADO	42	m3	
AREIA	64	m3	

DE OBSERVAR:

VISTO :

INTERESSADO: _____

DATA: _____

EXEMPLO DE CONSERVAÇÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRACHOS

RESIDÊNCIA: CACHOEIRO DE ITAPERIPE MÊS: ABRIL ANO: 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIMPEZA DE :

LEITO DE ESTRADAS	100	m2	
ESGOTOS LATERAIS	4.648	m	
BUEIROS	2.263	m	
DRENOS	4.200	m	
SARJETAS	3.656	m	
VALAS	3.610	m	
VALETAS	2.082	m	
SAIDAS D'ÁGUA	16.510	m	
BARREIRAS	5.271	m	

EXECUÇÃO DE :

ACOSTAMENTO	50	m2	
AREAMENTO	3.050	m3	
ATERRO	4.032	m3	
REVESTIMENTO COM SAIBRO	7.452	m2	
REVESTIMENTO COM AREIA	1.630	m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA	286	m2	
CAPINA	67.810	m2	
POCADA	348.210	m3	
RECHERC DE FIO-FIO	16.522	m	
CERCAAMENTO	205		

PONTE	2	m	
BUEIROS	8	m	
DRENOS		m	

REPARO DE :

PONTES		Unid.	
BUEIROS		Unid.	
DRENOS		Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CIMENTO		Saco	
MADEIRAS	60	Unid.	
FRANCOIS	165	Unid.	
DREÇOS	32	kg	
VIGAS	5	m	

EXTRAÇÃO DE :

BOCHAS		m3	
CAVALINHO		m3	

EM DE OPERÁRIO: _____ VISTO: _____
 EXTENSÃO TOTAL DO TRACHO: _____ DATA: _____
 EXTENSÃO CONSERVADA: _____

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2º DISTRITO ROLOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: LIMA FLEIRE MÊS: AGUAL ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIZPEZA DE :

LEITO DE ESTRADAS		m2	
ESGOTOS LATERAIS	300	m	
BUEIROS	4.302	m1	
DRENOS	200	m1	
SARJETAS	620	m1	
VAJAS	7.835	m1	
VALETAS	6.485	m1	
SAIDAS D'ÁGUA	16.645	m1	
CALHAS	500	m1	
FANHEIRAS	2.644	m3	

EXECUÇÃO DE:

ACOSTAMENTO		m2	
ARREBANDEDO		m3	
ATERRO	5.836	m3	
REVESTIMENTO COM SAPO	18.400	m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA	25.283	m2	
REVESTIMENTO COM CIMENTO	1.412	m2	
CAPINA	12.235	m2	
POCADA	253.270	m2	
RECHAMO DE AMOLAMENTO	57.633	m1	
REVESTIMENTO COM FIBRA	420		

PONTE		m1	
BUEIROS	18	m1	
DRENOS		m1	

REPARO DE :

PONTES	5	Unid.	
BUEIROS		Unid.	
DRENOS		Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CIMENTO	23	Saco	
MANTILHAS	34	Unid.	
FRANJONES	18	Unid.	
PREGOS	1	Kg	
VIGAS		m	

EXTRAÇÃO DE :

POCADA	18	m2	
RECHAMO	17	m2	

DEFEITO OBSERVADO: VISTO: DATA: 1979

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: ALZEE

MÊS: ANUAL

ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
LIMPEZA DE :			
LEITO DE ESTRADAS	5.600	m ²	
ESTACOS LATERAIS		m ³	
BUEIROS	110	m ³	
DRENOS		m ³	
SABERETAS		m ³	
VALAS		m ³	
VALETAS	6.000	m ³	
VALETAS DIAGNÁ	3.000	m ³	
CALHAS		m ³	
EXECUÇÃO DE :			
REDEIRAS	105		
ACOSTAMENTO		m ²	
APINAMENTO		m ³	
ATERRO	7.020	m ³	
REVESTIMENTO COM SAIBRO		m ²	
REVESTIMENTO COM ARGILA	14.555	m ²	
REVESTIMENTO COM PEDRA	40.600	m ²	
CALHA	1.800	m ²	
FOCADA	310.350	m ²	
ENCOSTO DE MEIO-DIO		m ³	
CONSTRUÇÃO DE :			
OPERAÇÃO DE BUEIROS E VALETAS ASPÁLTICAS	44.609		
PONTE	1	m ³	
BUEIROS		m ³	
DRENOS		m ³	
REPARO DE :			
PONTES	6	Unid.	
BUEIROS		Unid.	
DRENOS		Unid.	
APLICAÇÃO DE :			
CIMENTO		Saco	
MAQUINAS		Unid.	
FRANCHÊS	78	Unid.	
PREÇOS	45	Yg	
VIGAS		m ³	
EXTRAÇÃO DE :			
RODAS		m ³	
CAVALINHOS		m ³	

EM DE OPERÁRIO:

VISTO :

REVISÃO GERAL DO TRECHO :

DATA:

REVISÃO COM EXATIDÃO:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
2º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL
RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: _____ C/____ MÊS: _____ ANO 19__

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
LIMPEZA DE :			
LEITO DE ESTRADAS		m2	
REJEITA DE CERCIA	1.145	m3	
BUEIROS	3.902	m3	
DRENOS	620	m3	
SABOETAS	5.602	m3	
VALES	620	m3	
VALETAS	21.251	m3	
SALIDA D'ÁGUA	6.42	m3	
CURBILHAS	6.000	m3	
EXECUÇÃO DE :			
BARBEIROS	131	m3	
ACOSTAMBITO	212	m2	
ABRIGAMENTO		m3	
ATERRO	6.676	m3	
REVESTIMENTO COM SAÍERO	21.200	m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA	52.000	m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA	6.120	m2	
CAPINA	261.500	m2	
POCADA	200.000	m2	
RECHEIO DE MPIO-PIO	2.100	m3	
CONSTRUÇÃO DE :			
VALETAS	6.600	m3	
BUEIROS	37	m3	
VALES	100	m3	
REPARO DE :			
BASILAS DE BIERO	6.000	m3	
PONTES		Unid.	
BUEIROS		Unid.	
DRENOS		Unid.	
APLICAÇÃO DE :			
CIMENTO		Saco	
MADEIRA		Unid.	
FRANCOES		Unid.	
PREGOS		Kg	
VIGAS		m3	
EXTRAÇÃO DE :			
POCADA		m2	
CAPIRADA	600	m3	

Nº DE OBRAS: _____ VISTO: _____
 DATA: _____
 LOCAL: _____
 DATA: _____

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: RUJUI

MÊS: AVAL

ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
LIMPEZA DE :			
CARRIS	250	m3	
LEITO DE ESTRADAS	1.010	m2	
EGGOTOS LATERAIS	2.500	m2	
BUEIROS	1.070	m1	
DRENOS	1.830	m1	
SARJETAS	930	m1	
VALAS	1.500	m1	
VALETAS	9.440	m1	
SAIDAS D'ÁGUA	11.540	m1	
CAMHAS	6.200	m1	
EXECUÇÃO DE :			
BARRERAS	11.125	m3	
ACOSTAMENTO	2.400	m2	
ALFARMENTO	1.000	m3	
ATEIRO	1.645	m3	
REVESTIMENTO COM SAIBRO	7.220	m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA	115	m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA	100	m2	
CAPINA	14.450	m2	
POCADA	377.740	m2	
RECHEGO DE MEIO-FIO	200	m1	
CONSTRUÇÃO DE :			
PONTE	4	m1	
BUEIROS	85	m1	
DRENOS		m1	
REPARO DE :			
PONTES	7	Unid.	
BUEIROS	169	Unid.	
DRENOS		Unid.	
APLICAÇÃO DE :			
CIMENTO	34	Saco	
MANILHAS	74	Unid.	
FRANCHÕES	137	Unid.	
FERTOS	37	Kg	
VIGAS	1	m1	
EXTRAÇÃO DE :			
LODRAS	46	m3	
CASCALHO	101	m3	
DI DE OPERÁRIO:			
TOTAL DO TRECHO:			
TOTAL DO CONSERVADO:			
VISTO :			
DATA:			

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

3º DISTRITO ROLAVIÁRIO ESTADUAL

PELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: 3.1 - S.A. FERRISSE

MÊS: ANUAL

ANO 1979.

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIMPEZA DE :

LEITO DE ESTRADAS	1.300	m2	
DEGRAD. LATERAIS	1.000	m2	
BUEIROS		m1	
DRENOS		m1	
SARJETAS	1.200	m1	
VALAS	1.200	m1	
VALETAS	120	m1	
SAÍDAS D'ÁGUA	195	m1	
TALHEIROS	400	m1	

EXPANSÃO DE :

ACOSTAMENTO		m2	
ACOSTAMENTO	327	m2	
ALBERGO	1.404	m2	
REVESTIMENTO COM SAIPO	42	m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA	135	m2	
REVESTIMENTO COM FERRA	204	m2	
CAPINA	1.350	m2	
POCADA	100.000	m2	
RECHARGO DE MUIO-PIO	600	m1	

CONSTRUÇÃO DE :

PONTE	1	m1	
BUEIROS	932	m1	
DRENOS	20	m1	

REPARO DE :

PONTES	14	Unid.	
BUEIROS	20	Unid.	
DRENOS	1	Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CIMENTO	113	Saco	
MATERIAL	137	Unid.	
FINISHING	30	Unid.	
FERRÃO	6	kg	
VIGAS		m1	

EXTRAÇÃO DE :

RODAGEM	320	m2	
ALUMINIO		m1	

DE DE OPERARIO:

VISTO :

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DATA:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

3º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: 3.2 - COLÍMA

MÊS: ATUAL

ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIMPEZA DE :

LEITO DE ESTRADAS		m2	
ESGOTOS LATERAIS		m1	
BUEIROS	760	m1	
DRENOS		m1	
SARGENTAS	455	m1	
VALAS	40	m1	
VALETAS	120	m1	
SAIDAS D'ÁGUA		m1	
BARREIRAS	25	m1	

EXECUÇÃO DE :

ACERTOS DE VALAS	765	m1	
EXT. DE PEDRAS	35	m2	
ARENAMENTO	470	m3	
ATERRO	1.146	m3	
REVESTIMENTO COM SAIBRO	1.325	m2	
RECONSTRUÇÃO DE BUEIROS	61	m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA	30	m2	
CAPINA	230	m2	
POCADA	53.900	m3	
RECONSTRUÇÃO DE SARGENTAS	40	m1	

CONSTRUÇÃO DE :

PONTE	1	m1	
BUEIROS	5	m1	
SARGENTAS	220	m1	

REPARO DE :

PONTES	3	Unid.	
BUEIROS		Unid.	
DRENOS		Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CIMENTO	6	kg	
MADEIRAS	56	Unid.	
FERRAMENTAS	21	Unid.	
PREÇOS	4	Is	
VIGAS		m3	

EXTRAÇÃO DE :

SOBRE	150	kg	
CAVALINHOS	50	kg	

Nº DE OPERÁRIO:

VISTO :

PERÍODO TOTAL DO TRECHO :

DATA

REVISÃO ANTERIOR:

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

3º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

FRESIDÊNCIA: 3.3 - RENECHIM

MÊS: _____ ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
----------------------------	------------	-------	------------

LIMPEZA DE :

LEITO DE ESTRADAS	155	m²	
EGGOTOS LATERAIS	1.505	m³	
BUEIROS	3.500	m³	
DREIOS	-	m³	
SACRETAS	20.005	m³	
VALAS	14.005	m³	
VALETAS	250	m³	
SAIDAS D'AGUA	2.000	m³	
CAIXAS		m³	

EXECUÇÃO DE :

ACOSTAMENTO		m²	
ARMAMENTO	2.406	m³	
ATERRO	6.700	m³	
REVESTIMENTO COM SAIBRO		m²	
REVESTIMENTO COM ARGILA		m²	
REVESTIMENTO COM PEDRA	70	m²	
CAPINA	430	m²	
POCADA	12.310	m³	
RECHEGO DE MEIO-FIO		m³	

CONSTRUÇÃO DE :

PONTE		m³	
BUEIROS	2.000	m³	
DREIOS		m³	

REPARO DE :

PONTES	17	Unid.	
BUEIROS	60	Unid.	
DREIOS		Unid.	

APLICAÇÃO DE :

MASSALIMA	17	Unid.	
CIMENTO	30	Unid.	
MANUTENÇÃO	250	Unid.	
EMENDAS	200	Unid.	
DREIOS	60	Unid.	
VIGAS	40	Unid.	

EXTRAÇÃO DE :

BOQUIL		m³	
CONCRETO	200	m³	

DE DE OPERÁRIO: _____ VISTO: _____
 MANEJO DE MÃO DE OBRA: _____ DATA: _____
 MANEJO DE MATERIAIS: _____

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

3º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: 3.4 NOVA VENEZIA. MÊS: JUAL ANO: 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
LIMPEZA DE :			
ASPIRIMENTO			
LEITO DE ESTRADAS	255	m2	
DEGRUPOS LATERAIS	30	m	
DEGRUPOS	209	m3	
DEGRUPOS		m3	
DEGRUPOS		m3	
DEGRUPOS		m3	
DEGRUPOS		m3	
DEGRUPOS		m3	
DEGRUPOS		m3	
DEGRUPOS	263	m3	
DEGRUPOS	125	m3	
EXECUÇÃO DE :			
ACRÉSCIMO E DRENAÇÕES	1.475	m2	
ACRÉSCIMO	424	m3	
ACRÉSCIMO	3.638	m3	
ACRÉSCIMO COM E BARRIL	2.600	m2	
REVESTIMENTO COM ARGILA		m2	
REVESTIMENTO COM PEDRA		m2	
CAPIA	10.780	m2	
ROTADA	94.420	m2	
REVESTIMENTO DE MEIO-FIO	3.766	m3	
CONSTRUÇÃO DE :			
ALCANTARAL	680	m	
FONTE	1	m1	
DEGRUPOS	49	m1	
DEGRUPOS	565	m1	
REPARO DE :			
FONTE	7	Unid.	
DEGRUPOS	20	Unid.	
DEGRUPOS		Unid.	
APLICAÇÃO DE :			
CIMENTO	126	kg	
AREIA	27	Unid.	
REVESTIMENTO	25	Unid.	
REVESTIMENTO		kg	
REVESTIMENTO	45	m3	
EXTENSÃO DE :			
REVESTIMENTO		m2	
REVESTIMENTO		m2	
EM DE OPERÁRIO: _____ VISTO : _____ EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO : _____ DATA : _____ EXTENSÃO CONSERVADA: _____			

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

3º DISTRITO RODOVIÁRIO ESTADUAL

RELATÓRIO DE CONSERVAÇÃO DE TRECHOS

RESIDÊNCIA: 2.5 - SÃO MIGUEL

MÊS: JULHO

ANO 1979

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	UNID.	OBSERVAÇÃO
REPARAÇÃO DE BUEIROS	65	m3	
LEITO DE ESTRADAS		m2	
ESGOTO LATERAIS		m	
BUEIROS	34	m3	
DRENOS	6.055	m3	
SARÇETAS	50.543	m3	
VALAS	11.092	m3	
VALETAS		m3	
SAIDAS D'ÁGUA	110	m3	
CALHAS	14	m3	

EXECUÇÃO DE :

ATENDENDO EROSÕES	15	m2	
ARMAMENTO	2.355	m3	
ATERRO	2.542	m3	
REVESTIMENTO COM SAIBRO	226	m2	
ABERTURA DE VALAS	2.938	m2	
ABERTURA DE BUEIROS	190	m2	
CAPINA	1.450	m2	
POCADA	351.162	m2	
DOT. E RECL. DO BUEIRO	347	m3	
RECL. DO BUEIRO	250	m3	

CONSTRUÇÃO DE :

PONTE	1	m1	
BUEIROS	6	m1	
VALETAS	300	m1	
ATERRO	2	m3	

PONTES	19	Unid.	
BUEIROS	4	Unid.	
DRENOS		Unid.	

APLICAÇÃO DE :

CEMENTO	28	kg	
MANTIDAS	124	Unid.	
FRANCOIS	100	Unid.	
TUBOS DE FLECHA	7	kg	
PREÇOS	13	kg	
VIGAS		m1	

EXTRAÇÃO DE :

BOCHAS		m3	
ALGODÃO		m3	

DE DE OPERÁRIO:

VISTO :

EXTENSÃO TOTAL DO TRECHO :

DATA

DE DE CONSERVAÇÃO

RELATÓRIO DO ESTADO DA OBRA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE NOBRES
DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES DE 1979

MUNICÍPIOS MUNICIPAIS	EXTENSÃO (KM)	TIPO DA OBRA	QUANTIDADE		OBSERVAÇÕES
			UNID. ESPECIF.	REALIZADO	
1. Municipal de Maricópolis	-	Rebortura	110	200:00	
2. Municipal de Maricópolis	-	Rebortura e Calçamento	121	1.600,00	
3. Municipal de Maricópolis	-	Recuperação de Pontes	121	-	
4. Municipal de Maricópolis	-	Recuperação e Calçamento	121	3.940,00	
5. Municipal de Maricópolis	92	Rebortura	121	170:00	
6. Municipal de Maricópolis	104	"	121	421:00	
7. Municipal de Maricópolis	115	"	121	520:00	
8. Municipal de Maricópolis	-	"	121	101:00	
9. Municipal de Maricópolis	-	"	121	150:00	
10. Municipal de Maricópolis	300	"	121	200:00	
11. Municipal de Maricópolis	145	"	121	100:00	
12. Municipal de Maricópolis	197	"	121	303:00	
13. Municipal de Maricópolis	330	"	121	393:00	
14. Municipal de Maricópolis	154	"	121	155:00	

RESUMO DO RESULTADO
 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1975

PREFEITURAS MUNICIPAIS	EXTENSÃO (KM)	TIPO DA OBRA	QUANTIDADE		OBSERVAÇÕES
			UNID. ESPECIF.	REALIZADO	
Municipal Afonso Celso	-	Reabertura	10	115:00	
Municipal Angra	-	"	116	423:00	
Municipal Alfredo Chaves	163	"	116	175:00	
Municipal Apicacó	106	"	116	117:00	
Municipal Araruama	-	"	116	190:00	
Municipal Balsa Grande	0,275	Serv. de Pavimentação	112	4.895,00	
Municipal B. S. Francisco	123	Reabertura	113	304:30	
Municipal Bonito	487	"	116	807:00	
Municipal B. de Jesus do Ipiranga	57	"	116	56:00	
Municipal B. do Serro	-	"	116	200:00	
Municipal Camargó	-	"	116	882:00	
Municipal Camargó	-	"	116	168:00	
Municipal Camargó	-	"	116	30:00	
Municipal C. S. de Vassungo	156	"	116	104:00	
Municipal C. S. de Vassungo	-	"	116	300:00	
Municipal Corumbá	21	"	116	45:00	
Municipal Corumbá	63	"	116	41:00	
Municipal Eschylus	-	"	116	191:00	
Municipal Eschylus	-	"	116	300:00	
Municipal Itapicuru	62	Conservação das Acostas	11	124:00	

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO

RODoviÁRIO E TIPO DA OBRA

CÓDIGO	TRECHO	EXTENSÃO DO TRECHO KM	LARGURA DA PISTA M	TIPO DA OBRA	QUANTIDADE			OBSERV
					UNIDADE ESPECÍFICA	PROJEÇÃO	REALIZADA	
EC-030	Colatina - São Roque	62,000	8,00	Revestimento e drenagem de Asfalto	KM	26,000	-	
EC-030	Agua Doce - São Agostinho	11,000	10,00	Revestimento e drenagem	KM	10,000	-	
EC-164	Parana - Alto R. Novo - Mantenedópolis	72,000	10,00	Revestimento e drenagem	KM	20,000	-	
EC-219	Colatina - Fazenda Maratá	33,500	8,00	Revestimento e drenagem	KM	9,000	-	
EC-320	Teoporonjã - Unburom - Cotaxé	35,000	10,00	Revestimento e drenagem	KM	4,000	2,800	
EC-320	B.S. Francisco - Cachoeirinha - São João - Mantenedópolis	66,000	8,00	Revestimento e drenagem	KM	66,000	-	
EC-336	Colatina - Igarapé	18,000	10,00	Revest. e drenagem e dem. lauroiras	KM	9,760	-	
EC-342	S. Gabriel da Palha - Vila Valério	26,500	10,00	Revestimento e drenagem	KM	13,000	-	
	Colatina - L. Duradé - Via Itapina - Teoporonjã	64,000		Revest. e drenagem e dem. lauroiras	KM		34,80 %	
	São João - S. Sebastião - Via Foz de Iguazu	50,000	8,00	Revest. e drenagem	KM	10,00	-	

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO

NOVOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

CÓDIGO	TRECHO	EXTENSÃO DO TRECHO KM	LARGURA DA PISTA M	TIPO DA OBRA	QUANTIDADE			OBSERV.
					UNIDADE ESPECÍFICA	TOTAL		
						PROPOSTA	REALIZADA	
EC-102	Rio - Alegre e Guapif - Divisa ES/RS	54,000		Revestimento de betão e Sinalização	KM	38,000	25,000	
EC-109	Atilio Viçosa - BR. 101	13,000	8,000	Revest. e Poço de drenagem	KM	2,900	2,000	
EC-100	Safrá - BR. 101 - Paratufim	41,000	-	Revestimento	M3	30,000	30,000	
EC-102	Axinal do Galó - Conceição do Lúqui		6,00	Revestimento de betão e Poço de drenagem	KM	19,000	-	
	Ar. Ardeção de Jurema - Jurema dos Santos - C. Itaipava (acesso a Castelo)		4,00	Revestimento	M3	1156,00	1.156,00	
	Ponte sobre o Rio Novo do Sul		4,00	Asfáltica	M3	33,00	33,00	
	Rio-Jard do Galvão - São Leopoldo - Serra do Capão			Recuperação	M3	8.000,00	-	
	Itaipava - Anicó e Tebanoava - BR. 101	48,000		Recuperação de pavimento	M3			

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1972

AVALIAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO

RENOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

ORDENAMENTO	TRECHO	EXTENSÃO DO TRECHO EM	LARGURA DA PISTA M	TIPO DA OBRA	QUANTIDADE			OBSERV.
					ESPECÍFICA	PROGRAMADA	REALIZADA	
BR-164	Cachoeiro - Vargem Alta	34,000	8,00	Revestimento e Drenagem	KM	8,500	4,400	
BR-166	Castelo - Venda Nova	38,000	14,00	Revestimento e Drenagem	KM	38,000	-	
BR-168	Alagoa - Arraial do Cabo	6,000	7,00	Revestimento e Drenagem	KM	5,600	5,600	
BR-169	Arraial do Cabo - São Manoel	8,000	8,00	Revestimento e Drenagem	KM	8,000	6,000	
BR-170	Flumen - Curitiba - Mariz de Faria	33,000	8,00	Revestimento e Drenagem	KM	33,000	33,000	
BR-175	Guapir - Iúma	72,000	10,00	Revestimento e Drenagem	KM	18,000	-	
BR-177	Guapir - Fátima - São Lourenço	40,000		Terraplanagem	KM	40,000	40,000	
BR-197	Aplicação - PR. 100			Rev. Asfáltica	T	1.265,80	1.268,80	
BR-179	Castelo - Mariz de Faria	55,000	-	Revestimento e Drenagem	KM	10,000	-	
BR-202	Guapir - Fátima - São Lourenço	16,000	-	Retirada de Pedra e Rebetum	M3	25.000,000	25.000,000	

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
 RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO
 RENOVIÁRIO E TIPO DA OBRA

SILLA N.º	TRECHO	EXTENSÃO DO TRECHO KM	LARGURA DA PISTA M	TIPO DA OBRA	QUANTIDADE			OBSERV.
					ESTIMADA FÍSICA	PROPOSTA	REALIZADA	
2-252	Açena Cláudio - Ibicaba	7,400	7,00	Revestimento e Drenagem	KM	7,400	-	
2-353	Sta Leopoldina - Sta Maria Jetibá- Caldeirão	34,000	7,00	Revestimento Drenagem e Corte em Ro- cha	KM	12,000	12,000	
2-355	Sta Leopoldina - Sta Maria Jetibá- Caldeirão	21,000	7,00	Revestimento e Drenagem	KM	23,000	23,000	
	São Francisco - Camanã	7,00	6,00	Revestimento e Drenagem	KM	6,500	6,500	
	Ponte Sôbre o Rio São José - Linha Km	-	4,00	Recuperação	M	105,000	105,000	

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 1979

REALIZAÇÃO FÍSICA DE RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS, POR TRECHO

ECOMIÁRIO E TIPO DA OBRA

N.º DE FOLHA	TRECHO	EXTENSÃO DO TRECHO KM	LARGURA DA FICHA M	TIPO DA OBRA	QUANTIDADE			OBSERV.
					UNIDADE ESPECÍFICA	PROGR. 79	REALIZADA	
ES-030	Santa Teresa - São Roque	23,000	8,00	Revestimento e Drenagem	KM	8,500	-	
ES-030	Santa Teresa - São Roque	23,000	-	Execução do cortinêlo	M	300,0	300,0	
ES-165	Afonso Cláudio - B. Guandú		-	Rem. de Re- colinas e dos subsistema pista	M3	20,000,000	20,000,000	
ES-165	Afonso Cláudio - B. Guandú		7,00	Revestimento e Drenagem	KM	20,125	6,500	
ES-245	Ilhabela - Dourado - J. Lindenberg	28,000	8,00	Revestimento e Drenagem	KM	10,000	10,000	
ES-248	Ilhabela - Revolução	40,000	10,00	Revestimento e Drenagem	KM	38,000	38,000	
ES-259	São Teresa - Itaruna - Itaguajá	54,000	Varia de 7 a 10	Revestimento e Drenagem	KM	31,900	31,900	
ES-259	Pondão - São Teresa	28,000	8,00	Revestimento e Drenagem, Va- riante 3	KM			
ES-259	São Teresa - Itaruna	17,000	8,00	Obra de Arte Revestimento	KM	20,000	14,700	

I — ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

I — I — TERMINAL RODOVIÁRIO

— Complementação das obras do Terminal Rodoviário de Passageiros.

— Foram realizadas obras de construção de conjuntos que compreendem: Pontos Comerciais, Guarda Volumes e Encomendas, conclusão das obras dos sanitários, complementação da cobertura do Terminal, etc.

— Recursos alocados: Cr\$ 40.078.134,20.

I — II — SISTEMA AQUAVIÁRIO

— Complementação das obras de Terminais do Sistema.

— Foi realizada a conclusão das obras do Terminal Aquaviário da Ilha do Príncipe (anexo ao Terminal Rodoviário), depósitos e vestiários, bilheterias, etc.

— Recursos alocados: Cr\$ 7.178.080,03.

I — III — ACESSOS A 2.ª PONTE

— Foram realizadas as obras de complementação do acesso à 2.ª Ponte de Vitória.

— Recursos alocados: Cr\$ 1.809.802,59.

II — ATIVIDADES EM DESENVOLVIMENTO

II — I — ACESSO A 2.ª PONTE

— Foi concluído o projeto para construção da Rede de Captação de esgotos existentes paralelamente às pistas. Estes esgotos encontram-se atualmente em valas a céu aberto contribuindo para o aumento da poluição no local, o que torna prioritária a obra de manilhamento orçada em Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros).

II — II — TERMINAL AQUAVIÁRIO DA PRAIA

— Complementação do Terminal Aquaviário de Praia (Vila Velha), com serviços de aterro hidráulico, enrocamento, drenagem e pavimentação do estacionamento, objetivando recuperação e urbanização da área.

Estimada inicialmente em Cr\$ 24.314.953,00 (vinte e quatro milhões, trezentos e quatorze mil e novecentos e cinquenta e três cruzeiros) a obra deverá estar concluída em outubro de 1980.

No programa de suas atividades para o ano fluente de 1980, a COMDUSA deverá realizar:

I — I — TERMINAL AQUAVIÁRIO DE "DOM BOSCO"

— Construção do Terminal Aquaviário de "Dom Bosco", em Vitória, com projeto concluído, tido como dos mais importantes pelos estudos desenvolvidos pela Fundação Jones dos Santos Neves — F.J.S.N. —, objetivando a complementação do Sistema de Transporte Aquaviário, bem como a integração Rodoviário/Aquaviário.

— Data prevista início obra: 01/80.

— Data prevista conclusão: 04/80.

— Valor a ser alocado: Cr\$ 14.732.680,00.

I — II — TERMINAL AQUAVIÁRIO DA GLÓRIA

— Construção do Terminal Aquaviário no Bairro da Glória, em Vila Velha, com projeto concluído, objetivando a complementação do sistema e integração Rodoviário/Aquaviário.

— Data prevista início obra: 01/80.

— Data prevista conclusão: 04/80.

— Valor a ser alocado: Cr\$ 13.943.700,00.

I — III — CENTRO DE VIVÊNCIA DE GUARAPARI

— As obras de construção do Centro de Vivência de Guarapari, com projeto já concluído, objetivam a recuperação, urbanização e loteamento para comercialização de área nobre naquele balneário.

Essas obras possuem um prazo máximo de execução de 18 meses, não havendo ainda data prevista para início, uma vez que não foram ainda obtidos os recursos necessários à sua execução.

— Recursos a serem alocados: Cr\$ 293.044.281,00.

I — IV — CENTRO COMERCIAL DA ILHA DO PRÍNCIPE

— Com projeto atualmente em estudos para complementação das obras previstas para o Terminal Aquaviário da Grande Vitória, construção de Centro Comercial, Hotéis, Terminais para as linhas de urbanos de ônibus, estacionamentos, etc.

I — V — SANTO ANTONIO

— O projeto já concluído prevê a realização de obras objetivando a recuperação e urbanização da área para futura comercialização. As obras referem-se à complementação do aterro hidráulico da Ilha do Príncipe até o antigo Cais do Hidro-avião de Santo Antonio. O início das obras, depende de liberação de recursos.

— Valor a ser alocado: Cr\$ 90.000.000,00.

I — VI — PRAIA DO SOL — 2.ª ETAPA

— O projeto já concluído prevê a recuperação, urbanização e loteamento da área, para futura comercialização. A execução da obra depende de liberação de recursos.

— Valor a ser alocado: Cr\$ 172.579.544,00.

I — VII — PRAIA DO SOL — 1.ª ETAPA

— Complementação das obras de infra-estrutura básica prevista para comercialização dos lotes (em cláu-

sula contratual). Esta complementação das obras assume caráter de prioridade, tendo em vista maior parcela deste módulo já haver sido comercializada.

-- Valor a ser alocado: Cr\$ 79.135.696,51.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO — CESAN

Na qualidade de Órgão gestor e Mutuário Final do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA, no Estado do Espírito Santo é responsável direto pela elaboração e implementação do Plano Estadual de Água e Esgotos, a CESAN norteia o seu plano de ação em direção às metas estabelecidas pelos Governos Federal e Estadual, as quais encontram-se descritas no documento "Plano Nacional de Saneamento — Nova Sistemática", publicado no Diário Oficial da União, de 02.05.75.

Considerando o custo elevado das obras previstas para o setor de saneamento básico, compreendendo água e esgotos sanitários e a impossibilidade de atacar simultaneamente as duas frentes, esta Companhia se viu levada a estabelecer como prioritária a meta fixada na área do abastecimento de água transferindo, de comum acordo com o Banco Nacional de Habitação, órgão central do Sistema Financeiro de Saneamento, para a década de 1980 o incremento de suas atividades em esgotos sanitários.

Dessa forma, a diretriz específica de sua atuação atual visa a alcançar, no âmbito do Estado, a meta de n.º 1 constante do documento de início referido, qual seja, atender até 1980, com água potável, a mais de 80% da população urbana, em pelo menos 80% das cidades capixabas.

Detendo atualmente a concessão da exploração dos serviços de abastecimento de água em 34 municípios a CESAN atende a 43 localidades, havendo um total de 129.000 economias ligadas às suas redes de distribuição de água, o que corresponde a 69%, aproximadamente, da população urbana do Estado.

Outros 11 municípios têm os seus sistemas de abastecimento de água confiados à Fundação SESP, do Ministério da Saúde, constituindo objetivo da CESAN a integração de todos os municípios ao PLANASA, conforme preconiza a exposição de motivos n.º 03 — CDS, aprovada pelo Presidente da República em 16.04.75, facilitando com isto a economia de escala na implantação e operação dos sistemas e viabilizando a instalação dos serviços de saneamento do maior número possível de pequenas localidades.

Seguindo diretrizes do Governo Estadual, no que se refere à interiorização do desenvolvimento e à extensão da assistência social às comunidades mais carentes, a CESAN elaborou um plano inicial que visa a dotar 20 pequenas localidades de sistemas adequados de abastecimento de água, esperando duplicar este número ainda

no atual período governamental. Contará para isto esta Companhia com um programa específico do BNH para "Comunidades de Pequeno Porte" e com recursos de origem Federal e Estadual.

Esta atuação leva sobretudo em consideração sua importância, do ponto de vista social, face aos aspectos de saúde pública que envolve a melhoria da qualidade de vida proporcionada à população.

A região da Grande Vitória continuou sendo, em 1979, a que maiores atenções exigiu da CESAN, devido à existência de graves deficiências do setor de abastecimento de água, sobretudo nos morros da área da cidade e nos bairros da periferia.

Grandes somas vêm sendo aplicadas na ampliação das redes de distribuição e na construção de elevatórios para atendimento aos bairros localizados em cotas topográficas elevadas. No quadriênio 79/83 dever-se-á concluir a implantação do sistema de macro-distribuição de água para os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana, atendidos pelos sistemas do rio Jucu e da barragem de Duas Bocas. Ter-se-ão alcançados assim, os montantes de 23.800 metros de linhas subadutoras, nos diâmetros de 1.000 mm a 450 mm e 135.000 metros de redes de distribuição de 800 mm a 100 mm de diâmetro. No mesmo período deverão ser construídos cerca de 50.000 metros cúbicos de reservatórios.

No município da Serra a CESAN desenvolve um novo e gigantesco projeto de abastecimento de água. Tendo concluído o sistema que abastece a sede do município, sua atenção se volta para o atendimento à região do Planalto de Carapina e dos balneários de Manguiños, Jacaraípe e Nova Almeida, atualmente em acelerado processo de desenvolvimento, seja devido à implantação de grandes indústrias, seja pela preferência que tem merecido a região, para a construção de inúmeros conjuntos habitacionais da COHAB e do INOCOOP-ES.

O Planalto de Carapina já dispõe de um sistema provisório de abastecimento de água com captação na lagoa de Jacuném e outro para fins industriais, a partir de uma elevatória construída junto ao rio Santa Maria. Para o primeiro dar-se-á início brevemente à construção da estação de tratamento, que se localizará na área do CIVIT, enquanto que o segundo será objeto de um vasto programa de ampliação e complementação, devendo ser investidos nos próximos 36 meses importância equivalente a Cr\$ 1 bilhão a preços de hoje, incluindo barragem no Rio Santa Maria, canal adutor e desarenador, elevatórias de água bruta, nova adutora de 1,20 metro de diâmetro e 11 Km de extensão, estação de tratamento, elevatórias de água tratada, reservatórios, subadutoras e redes distribuidoras. Este sistema atenderá à Companhia Siderúrgica do Tubarão, às instalações da CVRD localizadas junto ao Porto de Tubarão, a todo o Planalto de Carapina e aos balneários de Carapebus à Nova Almeida. Todos os projetos foram concluídos no ano passado e estão em fase de aprovação junto ao BNH, prevendo-se o início das obras para o primeiro trimestre de 1980.

11 — Seguem quadros contendo a programação plurianual, resumo dos principais projetos desenvolvidos com a previsão de custos e a programação para 1980.

Nº		EMPREENHIMENTO/LOCALIDADE	VALOR DO INVESTIMENTO - (CR\$ 1.000,00)					1983	TOTAL
			1980		1981	1982	1983		
			FP*	BNH					
1		INSTALAÇÃO DE SIS. DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	-	33.532	33.532	135.072	278.720	264.993	745.849
1.1		Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Caracica)	-	146.920	146.920	439.692	164.814	-	898.346
1.2		Carapina	-	9.884	9.884	-	-	-	39.536
1.3		Guarepari	19.768	7.247	7.247	2.573	-	-	31.561
1.4		Pedro Canário	14.494	-	-	10.163	-	-	10.163
1.5		Guaçu	-	-	-	8.147	16.252	-	24.399
1.6		Santa Mônica - Peroão	-	-	-	19.210	48.026	28.815	96.051
1.7		Cachoeiro do Itapemirim	-	-	-	18.867	47.168	28.301	94.336
1.8		Colatina	-	-	-	5.146	8.147	-	13.293
1.9		Aracruz	-	-	-	3.002	4.717	-	7.719
1.10		Ninosa do Sul	-	-	-	6.861	17.581	10.720	35.162
1.11		Linhares	-	-	-	3.859	5.574	-	9.433
1.12		São Mateus	-	-	-	3.859	6.003	-	9.862
1.13		Alegre	-	-	-	-	-	-	6.510
1.14		Respur	6.510	-	-	-	-	-	3.698
1.15		Santa Maria do Jetibá	3.698	-	-	-	-	-	7.385
1.16		São Roque	7.385	-	-	-	-	-	10.521
1.17		Mucurici	10.521	-	-	-	-	-	11.456
1.18		Muniz Freire	11.456	-	-	-	-	-	11.146
1.19		Ponto Belo	11.146	-	-	-	-	-	6.354
1.20		Santa Leopoldina	6.354	-	-	-	-	-	6.432
1.21		Imbuena	1.244	-	-	5.188	-	-	6.904
1.22		Itabaiana	1.244	-	-	5.660	-	-	5.489
1.23		Santa Luzia do Norte	1.244	-	-	4.245	-	-	11.016
1.24		Água Doce	11.016	-	-	-	-	-	8.322
1.25		Água Branca	-	-	-	8.322	-	-	11.664
1.26		São João do Sobrado	-	-	-	11.664	-	-	6.143
1.27		Santo Agostinho	6.143	-	-	-	-	-	6.078
1.28		Várzea Alegre	-	-	-	6.078	-	-	22.167
1.29		Viana	-	-	-	22.167	-	-	

- COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN -		- PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS - 1980 - 1983					
EMPREENHIMENTO/LOCALIDADE		VALOR DO INVESTIMENTO - (CR\$ 1.000,00)					TOTAL
		1980		1981	1982	1983	
		FP	BNH				
Nº							
1.30	Vila Volério	-	-	13.123	-	-	13.123
1.31	Vila Verde	-	-	5.642	-	-	5.642
1.32	Vinhático	-	-	14.543	-	-	14.543
1.33	Presidente Kennedy	-	-	283	6.646	-	6.929
1.34	Santa Isabel	-	-	283	6.646	-	6.929
1.35	Sobrelho	-	-	283	3.773	-	4.056
1.36	Alfredo Chaves	-	-	283	10.934	-	11.217
1.37	Iterona	-	-	283	12.264	-	12.547
1.38	Rm Jesus do Norte	-	-	283	16.037	-	16.320
1.39	Fundão	-	-	283	8.662	-	8.945
	SUB-TOTAL I	112.723	197.583	755.064	661.964	332.829	3.257.246
2 -	AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA						
2.1	Venda Nova		858	7.976	-	-	9.692
2.2	Juna		643	4.760	-	-	6.046
2.3	Montanha		472	3.902	-	-	4.846
2.4	Concelção da Barra		545	4.357	-	-	5.447
2.5	Nuqui		215	2.701	-	-	3.131
2.6	Anchieta - Iriri - Pluma			2.187	-	-	2.187
2.7	Castelo			1.930	-	-	1.930
2.8	Pinheiros		343	1.115	-	-	1.801
2.9	Rio Novo do Sul		107	986	-	-	1.200
2.10	Atílio Viçôque			472	-	-	472
2.11	Ibatiba		107	772	-	-	956
2.12	Pencas			1.458	-	-	458
2.13	São José do Calçado			729	-	-	729
2.14	Afonso Cúdio		107	772	-	-	986
2.15	Boa Esperança			729	-	-	729
2.16	São Gabriel da Palha		172	-	-	-	344
2.17	Montenopolis			129	-	-	129
2.18	Emporcalha			1.801	-	-	1.801

- COMUNITA L'INFILTRATO SNAIT NSL DL SANI AMNIO - CISM -

INFORMAZIONE DI INVESTIMENTI - 1980 - 1983

Nº	EMPREENHIMENTO/LOCALIDADE	VALOR DO INVESTIMENTO - (CR\$ 1.000,00)						
		FP	1980		1981	1982	1983	TOTAL
			BNH	FAE				
2.19	Conceição de Castelo	-	-	-	472	-	-	472
2.20	Dores do Rio Preto	-	-	-	472	-	-	472
	SUB-TOTAL II	-	3.569	3.569	37.720	-	-	44.858
3	OUTROS EMPREENHIMENTOS	-	-	-	-	-	-	-
3.1	Elaboração dos Relatórios Técnicos Preliminares	-	2.016	2.016	-	-	-	4.032
3.2	Elaboração de Projetos Técnicos	-	21.247	21.247	21.440	-	-	63.934
3.3	Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	-	15.008	15.008	-	-	-	30.016
3.4	Expansão de Rede de Distribuição de Água	-	4.030	4.030	86	-	-	8.146
3.5	Ligações Domiciliares	-	3.859	3.859	5.146	-	-	19.725
3.6	Micro Medição	-	14.579	14.579	28.301	-	-	114.061
3.7	Estudos Especiais - Água	-	3.859	3.859	-	-	-	7.718
3.8	Estudos Especiais - Esgoto	-	4.931	4.931	-	-	-	9.862
	SUB-TOTAL III	-	69.529	69.529	54.973	-	-	237.494
	SUB-TOTAL (I+II+III)	112.223	270.681	270.681	847.757	695.411	362.845	2.559.598
	CUT/79 UPC= 428,80							
	* FUNDO PERDIDO							

depois

INVESTIMENTOS REALIZADOS

OBRAS E PROJETOS EXECUTADOS E EM ANDAMENTO - EXERCÍCIO 1979 (OUT/79)

DISCRIMINAÇÃO	(CR\$ 1.000,00)			
	FUNDO PERDIDO	BNH	FAE	RECURSOS PRÓPRIOS
1 - Macro Distribuição - III - Fase A	-	18.833,7	18.462,7	-
2 - Rodovia Carlos Lindemberg (Micro 1)	-	10.092,3	10.665,9	-
3 - Conj.Habitacional Hélio Ferraz	-	482,4	322,6	-
4 - Conj.Habitacional Araçás	-	805,9	1.157,5	-
5 - Sistema de Produção da G. Vitória	5.171,7	13.919,2	20.400,7	-
6 - Conj.Habitacional Abacateiros	-	85,4	85,4	-
7 - Conj.Habitacional Fazenda Cacú	-	480,6	480,6	-
8 - Meaie	-	-	-	2.435,0
9 - Guarapari - Complementação Etapa I	-	9.360,7	10.176,4	-
10 - Enseada da Praia do Sua	-	4.364,5	4.069,5	- *
11 - São Roque	-	-	-	363,6
12 - Santa Maria do Jetibá	-	-	-	1.319,4
13 - Projeto Carapina	-	1.073,9	1.037,6	-
14 - Carapina II	-	979,3	942,3	-
15 - Carapina III	-	15.666,0	14.786,5	-
16 - Conj.Habitacional Beira-Mar	-	87,4	87,4	-
17 - Conj.Habitacional Eurico Sales	-	84,6	84,6	-
TOTAL	5.171,7	76.315,9	82.759,7	4.118,0 -

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS OBRAS CONCLUÍDAS

— EM 1979 —

1 — CONJUNTO HABITACIONAL ABACATEIROS

- INOCOOP-ES (456 apt.ºs)
- Início da obra — NOV/78
- Término da obra — FEV/79
- Rede de Distribuição
Extensão: 1030 m (F.ºF.º e PVC) — diâmetro 60 a 150 mm
- Derivações Domiciliares — 60 ligações

2 — CONJUNTO HABITACIONAL FAZENDA CACU

- INOCOOP-ES (620 casas)
- Início da obra — AGO/78
- Término da obra — JAN/79
- Rede de Distribuição
Extensão: 7420 m (F.ºF.º e PVC) — diâmetro 60 a 250 mm
- Derivações Domiciliares — 628 ligações

3 — ENSEADA DA PRAIA DO SUA

- Início da obra — NOV/78
- Término da obra — JUN/79
- Rede de Distribuição
Extensão: 14708 m (F.ºF.º e PVC) — Diâmetro 60 a 400 mm
- Derivações Domiciliares — 68 ligações

4 — SANTA MARIA DE JETIBÁ — CPP

- Montagem e Assentamento da Adutora
- Início da obra — NOV/78
- Término da obra — FEV/79
- Adutora
Extensão: 4.263 m (C.A.) — diâmetro 100 mm

5 — MEAIBE — CPP

- 5.1 — Construção do Reservatório de 600 m³ de capacidade
— Início da obra — SET/78
- Término da obra — ABR/79
- 5.2 — Implantação da Captação, Estação Elevatória, Adutora e parte da Rede de Distribuição
— Início da obra — MAR/79
- Término da obra — JUL/79
- Adutora
Extensão: 4128 (F.ºF.º) — diâmetro 200 mm
- Rede de Distribuição
Extensão: 2397 m (F.ºF.º e PVC) diâmetro 40 a 200 mm
- Derivação Domiciliares — 23 ligações

6 — RODOVIA CARLOS LINDENBERG

- Substituição da Rede Tronco — diâmetro 250 mm — F.ºF.º
- Início da obra — ABR/79
- Término da obra — AGO/79
- Rede Tronco
Extensão: 5712 m (F.ºF.º, PVC) diâmetro 110 a 250 mm

7 — CONJUNTO HABITACIONAL HÉLIO FERRAZ

- COHAB-ES (550 casas)
- Início da obra — JUL/79
- Término da obra — OUT/79
- Rede de Distribuição

Extensão: 6210 m (F.ºF.º, PVC) — diâmetro 60 a 150 mm

— Derivações Domiciliares — 657 ligações

8 — MICRO DISTRIBUIÇÃO DE CAMPO GRANDE

- Início da obra — OUT/78
- Término da obra — JUN/79
- Rede de Distribuição
Extensão: 37673 m (F.ºF.º, F.ºG.º e PVC) diâmetro 2" a 250 mm
- Derivações Domiciliares — 1850 ligações

9 — CONJUNTO HABITACIONAL ARAÇÁS

- INOCOOP-ES (1217 casas)
- Início da obra — JUN/79
- Término da obra — SET/79
- Rede de Distribuição
Extensão: 12015 m (F.ºF.º, PVC) diâmetro 60 a 200 mm
- Derivações Domiciliares — 100 ligações até JUL/79

10 — SUB-ADUTORA DA COFAVI

- Início da obra — DEZ/78
- Término da obra — MAR/79
- Sub-Adutora
Extensão: 1713 m (F.ºF.º, AÇO) — diâmetro 300 mm

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS OBRAS EM EXECUÇÃO

— EM 1979 —

1 — MACRO DISTRIBUIÇÃO III — FASE A

- Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água da Região Norte de Vitória.
- Início da obra — MAI/79
- Término Previsto — MAR/80
- Rede de Distribuição
Extensão: 16.775 m — diâmetro 100 a 600 mm

2 — CARAPINA — SUB ETAPA B

- Implantação do Sistema de Abastecimento de Água
- Início da obra — OUT/76
- Término Prev. — ABR/80
- Adutora Santa Maria — Planalto
Extensão: 10.980 m — no diâmetro de 800 mm
- Distribuidor
- Sondagens Geológicas
- Elevatória de emergência
- Revisão e Complementação do Projeto Técnico da Sub-Etapa C
- Adutora para CST
- Linha de Transmissão de Energia Elétrica

3 — GUARAPARI — II Etapa

- Ampliação da capacidade de Produção
- Início da obra — NOV/79
- Término da obra — MAR/80
- Captação
- Elevatória de Água Bruta
Dois conjuntos moto-bombas de 200 HP cada
- Adutora de Água Bruta — Extensão: 3900 m e diâmetro 400 mm
- Estação de Tratamento — Capacidade de 174 l/s.

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS OBRAS PROGRAMADAS PARA 1980

1 — ADUTORA EFLUENTE DA ETA DE COBI

- Melhoria do Sistema de Distribuição de Vitória
- Prazo de Execução: 210 dias

- Unidades a serem implantadas:
Substituição da Adutora de 800 mm de COBI à Vila Rubim
- 2 — CONJUNTO HABITACIONAL DE ITAPARICA — 1.ª ETAPA**
 - Implantação de Redes
 - Prazo de Execução: 240 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Rede e Tronco com extensão de 2.874 m (f.f.º) nos diâmetros de 300 a 400 mm
 - Reservatório com capacidade de 2.235 m³
 - Rede de Distribuição com extensão de 16.230 m (f.f.º e PVC) nos diâmetros de 50 a 350 mm
 - Derivações Domiciliares para 333 ligações
- 3 — SISTEMA DE RECALQUE E TRATAMENTO DE ÁGUA DA LAGOA JACUNEM**
 - Implantação do Sistema de Recalque e Tratamento
 - Prazo de Execução: 180 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Elevatória de água bruta
 - Elevatória de água tratada
 - Estação de Tratamento
- 4 — PEDRO CANÁRIO**
 - Implantação do Sistema
 - Prazo de execução: 300 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Captação
 - Elevatória de água bruta, com 2 bombas de 40 HP cada
 - Adutora de água bruta, com extensão de 1.840 m no diâmetro de 200 mm
 - Estação de tratamento com capacidade de 24 l/s
 - Elevatória de água tratada com 2 bombas de 15 HP cada
 - Reservatório com capacidade de 400 m³
 - Rede de Distribuição com extensão de 28.549 m, nos diâmetros de 40 a 250 mm
 - Derivações domiciliares para 1.200 ligações
- 5 — SÃO ROQUE**
 - Implantação do Sistema
 - Prazo de Execução: 240 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Captação
 - Elevatória de água bruta, com 2 bombas de 10 HP cada
 - Estação de Tratamento com capacidade de 3,15 l/s.
 - Reservatório com capacidade de 150 m³
 - Rede de Distribuição com extensão de 6.710 m, nos diâmetros de 40 a 140 mm
 - Derivações Domiciliares para 414 ligações
- 6 — SANTA MARIA DE JETIBA**
 - Complementação do Sistema
 - Prazo de Execução: 180 dias
 - Unidade a ser implantada:
 - Estação de Tratamento com capacidade de 5,2 l/s.
- 7 — MEAIPE**
 - Complementação do Sistema
 - Prazo de Execução: 180 dias
 - Unidade a ser implantada:
 - Estação de Tratamento com capacidade de 19,5 l/s.
- 8 — CARAPINA — SUB-ETAPA B/II**
 - Prazo de Execução: 600 dias
 - Aplicação do Sistema de Emergência
 - Construção da Estação de Tratamento
 - Construção do Reservatório Enterrado
 - Construção do Reservatório Elevado
 - Estação Elevatória do Planalto
- 9 — CARAPINA — SUB-ETAPA C**
 - Prazo de Execução: 600 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Barragem
 - Elevatória de água bruta definitiva
 - Sub-estação definitiva
 - 2.ª linha da adutora Santa Maria/Planalto
 - Adutora Planalto/CST
 - Distribuição do Planalto
 - Distribuição dos Balneários de Manguinhos, Jacaraípe e Carapebus
- 10 — IMBURAMA, ITABAIANA E SANTA LUZIA DO NORTE**
 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água
 - Prazo de Execução: 90 dias
 - Definição do manancial:
 - Perfuração dos poços profundos
- 11 — SANTA LEOPOLDINA**
 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água
 - Prazo de Execução: 270 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Adutora de 3.056 m com diâmetro de 100 mm
 - Estação de Tratamento com capacidade de 5 l/s.
 - Reservatório semi-enterrado com capacidade de 150 m³
 - Rede de Distribuição com 3.375 m nos diâmetros de 50 a 110 mm
 - Derivações Domiciliares para 387 ligações
- 12 — MUNIZ FREIRE**
 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água
 - Prazo de Execução: 270 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Adutora de 1.188 mm, diâmetro de 150 mm
 - Elevatória de água bruta com 2 conjuntos moto-bombas de 11 HP cada
 - Estação de Tratamento com capacidade de 10 l/s.
 - Reservatório apolado com capacidade de 300 m³
- 13 — SANTO AGOSTINHO**
 - Implantação do Sistema de Abastecimento de Água
 - Prazo de Execução: 270 dias
 - Unidades a serem implantadas:
 - Adutora de 573 m com diâmetro de 65 mm
 - Elevatória de água bruta com 2 conjuntos moto-bombas de 3,2 HP cada
 - Estação de Tratamento com capacidade de 3 l/s.
 - Reservatório elevado com capacidade de 100 m³
 - Rede de distribuição com extensão de 1.747 m nos diâmetros de 50 a 110 mm
 - Derivações Domiciliares para 242 ligações

A Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio passou a integrar o contexto institucional do Poder Executivo Estadual em 30 de janeiro de 1963, através da Lei nº 1.805.

Com a Lei nº 3.043 de 31 de dezembro de 1975, que deu novas diretrizes organizacionais para o Governo do Estado do Espírito Santo, a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio passou a ser o organismo responsável pelo comando normativo do Sistema Estadual da Indústria e do Comércio, conforme formaliza o seu regulamento, aprovado pelo Decreto nº 885-N de 17 de setembro de 1976.

De acordo com o documento Diretrizes para uma Ação Integrada, foi elaborado o Plano de Ação Setorial da SEIC, que busca a implantação de uma política eficaz de atuação, visando ao conhecimento de todas as implicações decorrentes da efetivação dos investimentos em implantação e/ou implantados no Estado, estabelecendo a orientação, normatização e execução das medidas tendentes a fortalecer e ampliar o setor industrial e de serviços da economia no Espírito Santo, mediante a articulação com entidades participantes do Sistema Estadual da Indústria e do Comércio. Com base nessa filosofia, o Plano definiu o conjunto de ações a serem desenvolvidas pela SEIC, no período 79/83, através das seguintes diretrizes, que definam e caracterizam a programação plurianual da Pasta;

- Apoio irrestrito ao empresariado local, com vistas a fomentar a sua participação no processo de industrialização do Estado;

- Apoio à pequena e média empresas;

- Identificação, na maior escala possível, das oportunidades a serem criadas em consequência dos Grandes Projetos;

- Promoção da industrialização das mercadorias em trânsito pelo território estadual;

- Promoção da agroindústria com aproveitamento das matérias-primas locais;

- Promoção da indústria de bens de consumo não duráveis;

- Elaboração de uma política regionalizada de localização industrial;

- Mobilização de recursos para viabilizar o setor industrial e comercial;

- Estabelecimento de programas que permitam proporcionar maiores facilidades a pesquisas de recursos minerais abundantes no Estado;

- Contactação, permanentemente, com empresários nacionais e internacionais do setor de bens de produção, com o propósito de incentivá-los a investir no Espírito Santo;

- Exploração e preservação do potencial turístico no Estado;

- Realização de estudos, levantamentos e pesquisas, específicas na área de turismo, que permitam uma ampla visão das potencialidades turísticas estaduais;

- Organização, promoção e divulgação das atividades ligadas ao turismo;

O Plano de Ação Setorial imprimiu inovações formais e metodológicas, mediante a articulação com instituições co-participantes do Sistema Indústria, Comércio e Turismo, visando a evitar duplicidade, paralelismo e justaposição estruturais e programáticas na mesma linha de ação, objetivando minimização de custos e otimização dos trabalhos. Com essa visão sistemática, a SEIC vem de experimentar uma maior amplitude na captação de recursos financeiros, bem como um melhor aproveitamento dos recursos humanos.

Para a consolidação das diretrizes descritas, a SEIC fixou em três níveis a sua área de atuação, perfeitamente integrados dentro de uma interação coerente, hierárquica e justa-posta.

Primeiro nível — no levantamento de informações indispensáveis aos investidores, no sentido de se implantar

um subsistema na área de indústria, comércio e turismo, com objetivo de proporcionar à classe empresarial informações corretas e atualizadas, além de se constituir num subsídio básico para um planejamento global do setor, na implantação de novos programas e projetos.

Segundo nível — na definição de programas de apoio às empresas instaladas no Estado, identificando problemas existentes, bem como propondo soluções, através de novos programas e projetos.

Terceiro nível — na identificação, na maior escala possível, de novas oportunidades de investimentos em decorrência da implantação dos Grandes Projetos de Impacto e a privilegiada localização geográfica do Espírito Santo no espaço brasileiro, constituindo-se no terminal do corredor de exportação de uma vasta e economicamente dinâmica hinterlândia, que engloba os estados de Minas Gerais, Goiás e o norte do Rio de Janeiro.

Com base nos três níveis de atuação, procurou-se selecionar quatro programas perfeitamente compatíveis com as diretrizes plurianuais, já listadas, os quais englobam as atividades da SEIC que vêm sendo implementadas dentro da atual política governamental.

2. DEFINIÇÃO DOS PROGRAMAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. PROGRAMA DE APOIO ÀS PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS

Tem por finalidade assistir à classe empresarial, mediante prestação de assistência tecnológica e legal às organizações sediadas no Estado, prestação de apoio ao exportador capixaba, bem como valorizar o empresário regional.

2.1.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

— Assistência Técnica e Gerencial

Prestação de assistência técnica a pequenas e médias empresas do Espírito Santo, voltadas para o setor mineral, identificando a problemática existente e propondo as medidas adequadas para o fortalecimento da atividade empresarial. O projeto encontra-se em fase final de execução, devendo estar concluído ainda no corrente exercício de 1980.

— Treinamento Empresarial

Congregou programas relacionados com a habilitação técnica e gerencial do contingente humano das organizações sediadas no Espírito Santo, orientando e assistindo o empresário, bem como conscientizando-o com a nova realidade empresarial.

— Comércio Exterior

A atividade que se desenvolve nesta área, consiste em manter estruturado e atualizado o setor de informações sobre oportunidades de comercialização externa, demanda por país e produto, bem como promover sua divulgação, objetivando identificar potencialidades da oferta exportável.

2.2 PROGRAMA DE IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

Visa a estimular e dirigir o processo de industrialização do Espírito Santo, além de reunir subsídios e promover diagnósticos que permitam instruir as diversas ações setoriais na próxima gestão da SEIC.

O programa tem como objetivos básicos:

- Mapeamento básico e temático de recursos naturais disponíveis no Estado, de interesse para uma política de industrialização;

. Seleção e caracterização de áreas-programas, orientadas para o desenvolvimento sobretudo agroindustrial do Estado;

. Elaboração de um documento contendo a programação estratégica do desenvolvimento setorial-industrial do Estado;

. Elaboração de um conjunto de estudos de pré-viabilidade de indústrias urbanas e agroindustriais, dos gêneros de maior dinamismo da economia capixaba.

2.2.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

— Rezzoneamento Sócio-Econômico e Ecológico do Estado do Espírito Santo.

O Projeto, realizado através de uma iniciativa conjunta do Ministério da Indústria e do Comércio e da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado do Planejamento, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e Secretaria de Estado da Agricultura, teve por objetivo definir áreas programa para a implantação de mini-destilarias, atendendo solicitação de prioridade identificada pelo Programa Nacional do Alcool.

Para a execução do Projeto, o valor total do Convênio foi da ordem de Cr\$ 936.000,00 (novecentos e trinta e seis mil cruzeiros), sendo que o MIC participou com a importância de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) e a SEIC com Cr\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis cruzeiros).

O trabalho foi concluído e o relatório final do Projeto já se encontra na Coordenação Geral de Projetos Especiais do Ministério da Indústria e do Comércio.

2.3. PROGRAMA DE ESTUDOS E PESQUISAS

A principal finalidade deste programa é a realização de estudos, pesquisas e levantamentos específicos que, após catalogados e compilados, permitirão aos investidores uma ampla visão das potencialidades industriais.

2.3.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

— Anuário Industrial 78/79

Retrata o posicionamento do parque industrial capixaba, envolvendo informações de mão-de-obra, produção, linha de produto principal e outras, permitindo ao empresário o exame e utilização de informações que possam refletir potencialidades de cada um dos setores da economia capixaba.

— Inventário dos Recursos Minerais

O projeto foi executado em 1979 e se constitui num instrumento de avaliação regional mineral, contendo informações para a programação setorial governamental, divulgando dados relevantes que auxiliam e orientam, tanto o minerador atuante como aquele em potencial.

— Materiais de Construção

Trata-se de um projeto de ampliação do atual nível de conhecimento do setor de extração dos materiais minerais de uso na construção civil, de modo a se definir uma política de expansão com vistas aos Grandes Projetos, ora em fase de implantação no Espírito Santo.

— As 100 Maiores Empresas/78

O trabalho vem sendo executado pela SEIC desde 1975, apresentando a listagem das cem maiores empresas atuantes no Estado, proporcionando ao empresário a vi-

sualização do comportamento da economia capixaba no setor, bem como servindo de um indicador de nossa evolução econômica.

— Levantamento, avaliação e acompanhamento dos financiamentos concedidos pela Lei nº 2508 de 22.05.70 — FUNDAP (Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias)

— Levantamento, avaliação e acompanhamento dos incentivos fiscais concedidos pelo DL-880.

— Levantamento, avaliação e acompanhamento dos incentivos concedidos pela Lei 2480 — Bonificação de 80% sobre o ICM.

— Avaliação do Setor Mineral do Espírito Santo

O estudo abrangeu aspectos geo-econômicos, com análise global da indústria extrativa mineral, análise por substância, apreciação geológica, investimentos do setor etc., que representam o esforço de se obter um volume de informações capaz de posicionar o setor mineral do Espírito Santo.

2.4. PROGRAMA DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

Na medida em que são alcançados os objetivos estabelecidos nos programas anteriores, a SEIC passa a dispor de uma gama de dados e informações que, através de promoção e divulgação, induz o empresário a se estabelecer no Espírito Santo. Visa a atingir o universo de investidores em potencial, local, nacional e estrangeiro.

Em sequência, observando-se a estratégia adotada, a partir da existência de estudos de viabilidade industrial, terá início a fase de mobilização empresarial, que se constituirá numa promoção direta junto a setores e subsectores industriais.

2.4.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

— I Mostra de Desconcentração Industrial e Urbana

O evento foi realizado em São Paulo, no período de 12 a 14 de setembro do corrente, com promoção do I Congresso de Desconcentração do Crescimento Industrial e Urbano, que objetivou divulgar junto à classe empresarial paulista e de outros estados da Federação, as oportunidades de investimentos no Espírito Santo.

— Balcão de Dados

O projeto teve por objeto a consolidação de um sistema de informações sobre o Setor Mineral Estadual, pela reunião e organização racional de dados disponíveis sobre a situação do setor mineral.

2.5. FUNDO DE FOMENTO AO TURISMO

Instituído a partir da Lei 2.997 de 29 de setembro de 1979, este Fundo, dotado de autonomia contábil e administrado pela SEIC, destina-se ao custeio do CONESTUR — Conselho Estadual de Turismo e de todas as suas atividades, bem como pré-investimentos a fundo perdido na elaboração de estudos, programas e projetos e no aprimoramento de recursos humanos para o desenvolvimento do turismo; cobertura financeira de atividades promocionais e divulgação dos atrativos turísticos do Espírito Santo e, também, financiamento a projetos e atividades de interesse para o desenvolvimento turístico, mediante repasse de instituições financeiras estaduais.

O Conselho Estadual de Turismo (CONESTUR) tem como finalidade o estabelecimento e a coordenação da política estadual de turismo, implementada, a nível operacional, pela EMCATUR — Empresa Capixaba de Turismo, mediante convênio firmado com a SEIC para a prestação de suporte administrativo ao Conselho.

1979: PROGRAMAS PLURIANUAIS - SEIC
Administração Direta

NOME DO PROJETO	RESUMO DOS OBJETIVOS	DATA DE INÍCIO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO ATUAL	DATA TÉRMINO	RECURSOS ALOCADOS	FONTES DE RECURSOS
Participação Financeira do Estado no FUNDES - Programação de Desenvolvimento Mineral	Elaboração de Projetos na área Mineral levantamento geológico, pesquisas, assistência técnica	01/79	- Balcão de Dados - Estrutura do FUNDES/SDM; - Assistência Técnica e Gerencial - Materiais de Construção - Inventário dos Recursos Minerais - Avaliação do Setor Mineral	- Exec. - Em Exec. - Em Exec. - Em Exec. - Em Exec. - Exec.	12/79	294.000 2.500.000 1.500.000 1.500.000 (Recursos Vinculado) 300.000 1.578.000	IUM-Imposto Único sobre Minerais
Aumento de Capital da Empresa Capixaba de Risco S/A- EMCATUR	apenas para aumento de capital	01/79	Pago no Corrente Exercício 1.500.000	A pagar 1.500.000	12/79	3.000.000	Tesouro do Estado
Estudos de Análise sobre os Set. Industrial e Comércio	Induzir e orientar iniciativas ind. e comerciais de sent. econômico	01/79	- Anuário Ind. 78/79 - As 100 Maiores Empresas/78	- Em Exec. - Exec.	12/79	140.000 78.000	- FUNDOES - FUNDOES
Formação de Pessoal e Assist. Técnica a Pequena e Média Empresas	Prestação de Assistência Técnica a pequenas empresas com trein. oper. superv. e func. através cursos seminários, mesas redondas etc	01/79	- Comércio Exterior - Treinamento Empresarial	- Em Exec. - Exec.	12/79	527.000 180.000	- FUNDOES - FUNDOES

CONTINUA

1979: PROGRAMAS PLURIANUAIS - SIC

Administração Direta

NOME DA ATIVIDADE	RESUMO DOS OBJETIVOS	DATA DE INÍCIO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO ATUAL	RECURSOS ALOCADOS (CR\$ 1.00)	FONTES DOS RECURSOS
Assessoramento Superior	Despesas de custeio e capital do Gabinete do Secretário	01/79	Despesas apenas para manutenção do Gabinete do Secretário	De acordo com as atrib. cont. na Lei nº e no Dec. nº	4.711.000	Tesouro do Estado
Direção Técnica e Administração Superior	Despesa de custeio e capital da Subsecretaria	01/79	Despesas apenas de manutenção e/ou equipamentos da Unidade	De acordo com as atrib. cont. na Lei nº e no Dec. nº	5.600.000	Tesouro do Estado
Divulgação de Oportunidade de Investimento no Espírito Santo	Divulgação de oportunidades de investimento no Estado	01/79	I Mostra de Desconcentração Industrial e Urbana Campanha Incentivos Fiscais Divulgação de Oportunidade de Investimento no Estado	Executado	1.300.000	FUNDOES
				Executado	300.000	FUNDOES
				Em Execução	120.000	FUNDOES

1980: PROGRAMAS PLURIANUAIS - SEIC
Administração Direta

PROJETOS	RESUMO DOS OBJETIVOS	DATA DE INÍCIO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	DATA DE TÉRMINO	RECURSOS ALOCADOS (CR\$ 1,00)	FONTES DE RECURSOS
Participação Financeira do Estado no FUNDES/Programa de Desenvolvimento Mineral	Elaboração de Projetos na área Mineral, levantamento Geológico, pesquisa, assistência Técnica etc ..	01/80	- Estrutura do FUNDES/SDM; - Apoio à Infra-estrutura; - Estudos, pesquisas e divulgação.	12/10	12.415.000	IUM-Imposto Único sobre Minerais (Recurso Vinculado)
Estudos e Pesquisas	Realização estudos, pesquisas e levantamentos específicos permitindo aos investidores uma ampla visão das potencialidades industriais	01/80	De acordo com o Plano de Ação Setorial da SEIC para 1980	12/80	2.000.000	Tesouro Estado
Apoio à Pequena e Média Empresas	Prestação de Assistência técnica às empresas, com treinamento, operação, supervisão e gerência com aprimoramento nível funcional. através cursos, seminários mesas redondas etc.	01/80	De acordo com o Plano de Ação Setorial da SEIC para 1980	12/80	3.000.000	Tesouro Estado
Promoção e Divulgação	Divulgação de oportunidades de investimento no Estado	01/80	De acordo com o Plano de Ação Setorial da SEIC para 1980	12/80	3.000.000	Tesouro Estado

continua

PROJETOS	RESUMO DOS OBJETIVOS	DATA DE INÍCIO	ATIVIDADE A SEREM DESENVOLVIDAS	DATA DE TÉRMINO	RECURSOS ALOCADOS (CR\$ 1,00)	FONTES DE RECURSOS
Elaboração de Estrat. Mar- cos Setoriais do Desen- volvimento Econômico	- Identificação de oportunidades de investimentos no Estado - Estudos de Locali- zação - Elaboração de per- fiz e/ou mografias de viabilidade econômica	01/80	De acordo com o Plano de Ação Setorial da SEIC para 1980	12/80	2.500.000	Tesouro do Estado

1980: PROGRAMAS PLURIANUAIS - SIC
Administração Direta

ATIVIDADES	RESUMO DOS OBJETIVOS	DATA DE INÍCIO	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	SITUAÇÃO ATUAL	RECURSOS ALOCADOS (CR\$1.00)	FONTE DE RECURSOS
Assessoramento Superior	Despesa de custeio e capital do Gabinete do Secretário	01/80	Custear as despesas de manutenção e para equipamento e instalação da Unidade	De acordo com as atrib. cont. na Lei nº 3043 de 31.12.75 e Dec. nº 885 - N de 17.09.76	4.174.000	Tesouro do Estado
Direção Técnica e Administração Geral	Despesa de custeio e capital da Subsecretaria	01/80	Custear as despesas de manutenção e para equipamento e instalação da Unidade	De acordo com as atrib. cont. na Lei nº 3043 de 31.12.75 e Dec. nº 885 - N de 17.09.76	11.237.000	Tesouro do Estado

ÓRGÃOS VINCULADOS À SEIC

EMPRESA CAPIXABA DE TURISMO

A ação governamental, no campo do Turismo, vem sendo implementada no sentido de fornecer maior racionalidade ao aproveitamento local desta atividade econômica.

As peculiaridades do Espírito Santo indicam que a disponibilidade de fatores de produção existente é perfeitamente adequada para o incremento do Turismo. Ou seja, há abundância de recursos naturais, há disponibilidade de mão-de-obra aos níveis de qualificação exigidos e o capital necessário pode ser mobilizado quase que internamente, sem gerar endividamentos superiores à capacidade do Governo e da iniciativa privada local. Ainda, a infraestrutura de transporte facilita o acesso a quase todas as regiões turísticas, se não bastasse o fato de que as distâncias são relativamente pequenas.

Assim, a EMCATUR estabeleceu, para o período 79/83, uma linha de ação embasada nas seguintes diretrizes:

- estimular a consolidação de uma nova organização especial do Turismo, tendo em vista as potencialidades locais, a fim de que a atividade não continue se restringindo a Guarapari, Grande Vitória e outros pontos;

- implementar uma vigorosa estratégia de marketing para o setor, procurando atuar nos quatro pontos do sistema mercadológico: produto, preço, promoção e distribuição;

- promover o fortalecimento institucional do setor, ampliando a possibilidade de a EMCATUR mobilizar recursos financeiros e humanos, utilizando as linhas de crédito existentes.

O documento Plano de Ação Setorial veio delinear os programas a serem desenvolvidos pela EMCATUR, de forma inter-relacionada e interativa.

1. INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO

Tem por finalidade criar novas alternativas para o turismo no Estado, a partir da identificação e aproveitamento das potencialidades locais.

A criação de um plano turístico para a zona de montanha oferece ao desenvolvimento da região, em termos de fomento ao turismo, uma melhoria, exploração e preservação do potencial ali existente.

Partindo desses princípios, estão sendo desenvolvidos e elaborados projetos que a médio e longo prazo serão implantados e oferecidos ao mercado consumidor-turistas.

1.1. Atividades desenvolvidas

- Apoio às Prefeituras Municipais para implantação do Sistema Estadual de Turismo

Com o objetivo de atender aos municípios na melhoria da oferta turística, já foram iniciados os contatos com vistas à implementação de medidas para consolidação do projeto com os municípios de Ilapemirim, Fundão, Ibirapu, Castelo e Piúma.

- Recuperação de Grupos Folclóricos de São Mateus

Destinado à aquisição de indumentária e instrumentos para grupos regionais, foi executado o aparelhamento de grupos de São Mateus.

- Recuperação da Gruta do Limoeiro

Objetivando a oferta de mais um atrativo turístico para o incremento da atividade, o projeto tem participação da EMBRATUR e, atualmente, encontra-se em análise naquele órgão.

2. ESTUDOS E PESQUISAS

Trata-se de um programa permanente na área turística, visando:

- a) ao levantamento e análise sistemática de dados estatísticos, infra-estrutura, oferta turística e potencial dos municípios enquadrados;

- b) à manutenção de um sistema de acompanhamento e

atualização dos dados para elaboração de pesquisas de mercado etc.;

- c) à definição dos perfis turísticos, através de pesquisas de fluxo que são realizadas nas principais entradas.

2.1. Atividades desenvolvidas

- Pesquisas de Fluxo (em execução)
- Pesquisas de Eventos (em execução)
- Anuário Estatístico (em fase de publicação)
- Invenário Turístico (em execução)
- Cadastramento de Estabelecimentos Turísticos (em execução)
- Calendário de Eventos (publicado)
- Implantação do Sub-Sistema Nacional de Registro de Fichas de Hóspedes que tem por objetivo padronizar as fichas de hóspedes a nível nacional, estabelecendo a normalização do acompanhamento do setor, facilitando a captação de dados estatísticos. O projeto conta com recursos da EMBRATUR, estando em execução a implantação do sistema, abrangendo as cidades de Vitória e Guarapari.

3. PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

A promoção e divulgação do nosso turismo como fator importante de sua comercialização, se faz necessário tendo em vista o nosso apreciável potencial turístico.

A comercialização do produto turístico não se restringe apenas a divulgar a oferta em seus aspectos e atrativos disponíveis. Tem-se, ainda, que motivar o próprio empresário para melhor comercialização do setor.

3.1. Atividades desenvolvidas

- Ornamentação da cidade para carnaval (promovido)
- Impressão de material promocional

Este projeto tem como objetivos básicos:

- a) Divulgar o potencial turístico, através de folhetos que sirvam como instrumento informativo para o incremento;

- b) Traçar uma linha de atuação uniforme e adotar uma estratégia de marketing mais agressiva, com vistas à venda do produto no mercado nacional e internacional;

- c) Melhorar o sistema de divulgação do potencial turístico;

- d) Informar as agências de viagens e grupos interessados em visitar o Espírito Santo;

- e) Comercializar o produto turístico do Espírito Santo, através de recursos audio-visuais.

Encontra-se em fase de assinatura o Termo Aditivo de Ação Conjunta com a EMBRATUR, relativamente a:

- Participação em Feiras, Congressos, Seminários, Exposições e Eventos de interesse turístico.

- Brasil Travel Marketing — Rio de Janeiro, maio/79.

- 1º Encontro de Órgãos Oficiais de Turismo — Brasília, setembro/79.

- Internacional Congresses Convention Association — ICCA. Rio de Janeiro, junho/79.

- Associação Brasileira de Agentes de Viagens — Recife/PE, agosto/79.

- Reunião do Comitê Nacional da América Society of Travel Agency — ASTA. Rio de Janeiro, setembro/79.

- Federação Universal de Agentes de Viagem — FUAV. Argentina, outubro/79.

- Capítulo Nacional da ICCA (a ser promovido).

- Promoção Turística Chile — dezembro/79.

- Divulgação e Promoção do Artesanato Capixaba.

A partir da constante participação em feiras e exposições nos principais pólos emissores de turismo, busca-se apoiar o artesanato capixaba através de um programa de promoção social, já tendo, no corrente exercício, participado das seguintes feiras:

- EXANOR, realizada em Fortaleza, junho/79.

- Feira da Bondade — São Paulo, junho/79.

- Feira do Candango — Brasília, julho/79.

- Feira da Providência — Rio de Janeiro, setembro/79.

Feira Capixaba dos Municípios — Vitória, outubro/79.

FEIRARTE, que constou de algumas promoções da EMCATUR, no primeiro trimestre do ano.

— Familiarization Tours para Agentes de Viagens (executado)

— Campeonato Internacional de Pesca Oceânica (a promover)

— Programa de Animação para Verão (em execução)

4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA

Motivando o empresário a se reorganizar e fazer, num esforço de mobilização empresarial, investimentos para melhoria das condições operacionais, bem como a capacitação de mão-de-obra turística e fomentar a comercialização do nosso artesanato.

4.1. Atividades desenvolvidas

— Curso de Relações Interpessoais (concluído)

— APEMEHOT — Apoio a Pequena e Média Empresa Hoteleira (concluído)

— Curso para Recepcionistas e Guias Turísticas (concluído)

— Curso para Motoristas de Taxi (a executar)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando a um melhor aproveitamento das potencialidades turísticas do Estado e objetivando estimular o desenvolvimento turístico do Estado, a ação governamental estabeleceu para o período 79/80, como meta prioritária, a interiorização do Turismo.

A criação de um Plano Turístico para a Zona de Montanha, no início de 1980, reveste-se da maior significação em termos de fomento ao turismo. O desenvolvimento de regiões de irrisível vocação turística, a preservação e exploração daqueles locais, possibilitarão a médio prazo uma nova modalidade de lazer aos nossos visitantes.

Outros projetos serão elaborados dentro da nova orientação, conforme quadros 9 e 10, buscando-se, desta forma, alcançar os objetivos previstos no documento Diretrizes para uma Ação Integrada — 1979/83.

A Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial — SUPPIN é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, instituída pela Lei nº 2.572 de 10 de fevereiro de 1971, regulamentada pelo Decreto 372-N de 29 de maio de 1973.

Dentre os objetivos da SUPPIN está o de estudar e planejar geograficamente as áreas ou regiões de desenvolvimento prioritário para efeito de instalação e ordenação de empreendimentos industriais, promover a harmonização entre os crescimento urbano e industrial, executar as medidas necessárias à localização apropriada de um conjunto viável de empresas industriais, de modo a definir os Centros e/ou Núcleos de Polarização Industrial, e adotar as providências cabíveis a sua efetiva implantação e operação, visando a dinamização da economia do Estado.

Dessa forma, desde a sua instituição, em 1971, a SUPPIN vem concentrando seus esforços na implantação do Centro Industrial da Grande Vitória CIVIT, que se tornou meta prioritária de seu programa de trabalho, por ser um instrumento de apoio à pequena e a média empresas.

Esse esforço foi redobrado a partir de 1975, quando a SUPPIN iniciou a infra-estrutura básica do Setor II do CIVIT, numa área de aproximadamente 4.900.000m², a fim de atender a demanda gerada pelos empreendimentos da Companhia Siderúrgica de Tubarão, e outros Grandes Projetos, que aqui viessem a se instalar atraídos pelas oportunidades de investimentos.

Tendo em vista a escassez de recursos do Governo do Estado, a SUPPIN conseguiu realizar grande parte das obras previstas, com recursos obtidos mediante contrato de financiamento com o BNDE.

Por outro lado, já se constitui em preocupação, a

implantação de novas áreas industriais ao longo do território estadual, atendendo aos reclamos da política de descentralização industrial. Nesse sentido já existem ante-projetos físico e urbanístico para os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares, Aracruz, Anchieta, São Mateus e Nova Venécia.

1. PROGRAMA DE TRABALHO

As atividades e projetos, configurados no orçamento anual, são as que se seguem:

Atividade — Serviço de Administração Geral

Objetivos — apoio administrativo à SUPPIN

Dotação — Cr\$ 7.041.000,00

Atividade — Amortização e Encargos da Dívida Pública Interna

Objetivos — saldar os compromissos financeiros oriundos dos empréstimos contraídos com a CVRD e o BNDE.

Dotação — Cr\$ 19.783.000,00

Atividade — Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

Objetivos — saldar os compromissos para com o PASEP

Dotação — Cr\$ 105.000,00

Projeto — Implantação do Centro Industrial da Grande Vitória

Objetivo — ofertar à iniciativa privada estadual uma área industrial de 3.600.000m², com todos os requisitos básicos para a instalação de unidades industriais

Dotação — Cr\$ 30.000.000,00

Situação atual — em execução

Projeto — Aquisição de áreas para expansão do CIVIT

Objetivo — promover a expansão territorial do CIVIT

Dotação — Cr\$ 5.900.000,00

Situação atual — não executado

Projeto — Implantação de novos pólos industriais

Objetivo — programar a desconcentração industrial visando à criação de novas áreas que possam contribuir para um maior equilíbrio do sistema econômico estadual

Dotação — Cr\$ 5.000.000,00

Situação atual — não iniciado

1.1 — Atividades desenvolvidas

As principais obras realizadas, durante o exercício de 1979, todas voltadas para a imprescindível expansão física do CIVIT, mediante recursos liberados para o contrato de financiamento com o BNDE, foram:

— Redes coletoras de esgoto sanitário

Valor: Cr\$ 4.011.080,00

Prazo: 240 dias

— Galerias de drenagem pluvial

valor: Cr\$ 3.078.850,00

prazo: 240 dias

— Rede do sistema de abastecimento d'água

valor: Cr\$ 483.620,00

prazo: 120 dias

1.2 — Atividades previstas para 1980

Para o exercício de 1980, está prevista a contratação das seguintes obras, necessárias à complementação da infra-estrutura do Setor II do CIVIT:

— Lagoa de Estabilização (tratamento de esgotos)

valor estimado: Cr\$ 8.500.000,00

prazo: 240 dias com início em fevereiro

— Pavimentação asfáltica de ruas do Setor II do CIVIT

Valor estimado: Cr\$ 10.000.000,00

Prazo: 180 dias com início em Abril/Maio

— Rede telefônica do Setor II

Valor: verba de Cr\$ 1.500.000,00

1.3 — Promoção industrial

A seguir, são apresentados quadros demonstrativos das indústrias em funcionamento, em implantação e com área adquirida no Centro Industrial da Grande Vitória.

RELAÇÃO DE INDÚSTRIAS - SETOR I - CIVIL
POSICIONAMENTO: 30/10/79

NOME DA EMPRESA	GRUPO RESPONSÁVEL	PROCEDÊNCIA	RAMO DE INDÚSTRIA	PRINCIPAIS PRODUTOS	INVESTIMENTO TOTAL (CR\$ 1.000)	MÇO DE OUVA	ÁREA (m ²)	DATA DE ENTRADA NA SUPEIN	SITUAÇÃO ATUAL
1 - L'ITURACA S/A	Caixa Centro Plástico Jurema	MG	Produtos da Matéria Plástica	Plástico e ononria do polietileno	16.500	148	13.500	03/73	Em operação
2 - CARBONINDUSTRIAL S/A	Olivind Lorenzen	RJ	Metallúrgica	Pasta de Eletrodos	70.125	104	94.050	06/73	Em operação
3 - POLYOMUS LTDA.	Vaz e Serafim	ES	Prod. Matéria Plástica	Embalagem de Polietileno	4.016	34	5.400	10/73	Em operação
4 - AGROSUO	Blomaco	ES	Produtos Alimentares	Sucos, óleos e rações	21.000	480	78.877	01/74	Área adquirida
5 - IPERAC-VITÓRIA	Roberto Ugolini	RJ	Material elétrico e de comunicações	Cordaallas, rel de escova, fios estanhados e isolados	19.000	49	20.685	01/74	Em operação
6 - TEVIX	Sobisa	RJ	Têxtil	Cadarnço para fechacclair	18.000	120	46.786	02/74	Em Implantação
7 - ALBA S/A	Alba S/A	SP	Química	Formol e adesivo p/madeira	22.000	29	62.068	03/74	Em opoer
8 - METALÚRGICA VI TÓRIA	Carabrava e Cinque	MG	Metallúrgica	Ferragem p/distribuição de e nergia	2.433	40	10.800	07/74	Em operação
9 - FUNDIÇÃO MARTINS	Mecânica Martins	ES	Mecânica	Fundição, usinagem e caldearia	1.700	35	5.400	12/75	Em operação
10 - CONASA	Conasa	RJ	Mecânica	Roletas e corrent. transportado ra	3.500	46	6.400	05/76	Em Implantação
11 - PLUMA	Emile Scoffoni	PR	Mobiliário	Móveis e Estofados	8.000	40	5.400	08/76	Em operação
12 - VITORVA	Sodina/Sparta	SP	Madeira	Sistema de Embalagem e Transp.	16.464	310	5.400	08/76	Área adquirida
13 - BPEFETIL	Breca	ES	Química	Fertilizantes, Formol simples	4.700	50	13.500	03/77	Em operação
14 - FAVIT	Freire Jr. e Outros	MG	Mecânica	Fundidor de aço	14.000	100	7.770	08/77	Em Implantação

NOME DA EMPRESA	GRUPO RESPONSÁVEL	PROVENIÊNCIA	RAMO DE INDÚSTRIA	PRINCIPAIS PRODUTOS	INVESTIMENTO TOTAL (CR\$ 1.000)	Nº DE OBRAS	ÁREA (m²) NA SUPPLIN	DATA DE ENTRADA	SITUAÇÃO ATUAL
15-KOVIS S/A	Almeida Reis	SP	Outros (Óticas)	Armações de Aço e Metal p/óculos	13.756	91	5.400	03/78	Em Implantação
16-NTOD S/A	Plura S/A	SP	Metalúrgica	Conexões de cobre e bronze	80.000	109	21.600	05/78	Em Implantação
17-INDÚSTRIA DA BORRACHA VITÓRIA	Diversul	RS	Borracha	Buchas, cabos, aréis, bolinhas	7.000	55	5.400	06/78	Em Implantação
18-TRCOL	Ircol	ES	Borracha	Revestimento c/borracha	3.500	60	2.700	07/78	Em Implantação
19-GASER LTDA.	Dalla Bernardino	ES	Metalúrgica	Perfilados a Frio, Vedações, Cantoneiras	11.600	20	10.800	09/78	Em Implantação
20-METALÚRGICA DAIE	A. Andrade	ES	Metalúrgica	Esquadrias de alumínio	5.200	48	8.000	09/78	Em Implantação
21-HEP - IND.COM. E QUIP. LTDA.	Ribeiro Val	ES	Equipamentos de precisão	Equipamentos médicos e cirúrgicos	1.250	21	2.911	10/79	Em Implantação
22-AISA - IMP.E EXP. LTDA.	Cotia Com.Exp.Ltda.	SP	Alimentícia	Peixe seco artificialmente	200.000	196	15.000	11/79	Em Tramitação
TOTAL					443.943	2.185	447.785	-	-

RELAÇÃO DE INDÚSTRIAS - SETOR II - CIVIL
 POSICIONAMENTO: 30/10/79

NOVE DA EMPRESA	GRUPO RESPONSÁVEL	PROCEDÊNCIA	RAMO DE INDÚSTRIA	PRINCIPAIS PRODUTOS	INVESTIMENTO TOTAL (Cr\$ 1.000)	MÃO DE OBRA	ÁREA (M²)	DATA DE ENTRADA NA SUPPL	SITUAÇÃO ATUAL
1. REICONTAINER	Reico	MG	Material de Transporte	Containers e trailers	23.080	184	107.805	12/75	Área adquirida
2. DITENLINE MÓVEIS	Schieder - Mobil	Alemânia	Mobiliário	Cadeiras e Modulações p/móveis	17.800	200	59.800	02/76	Área adquirida
3. BETTING'S	Betingás	MG	Química	GLP	37.722	100	71.400	05/77	Área adquirida
4. SERVEC	Sodré e Rodrigues	ES	Mecânica	Caldearia e Usinagem	45.000	506	20.000	10/79	Em Transição
5. HERNANDES ANTICORROSIVO	Hernandes Sanches	SP	Química	Anti-corrosivos	34.000	88	20.000	12/78	Em Transição
TOTAL					157.602	1.058	269.005		

QUEM ESTÁ NO CIVIT — SETORES I E II

Discriminação	Número de Indústrias	Mão-de-Obra
Em Operação . . .	9	529
Em Implantação . .	8	555
Área Adquirida . . .	6	1.314
Em Tramitação . .	4	845
Total	27	3.243

INDÚSTRIAS EM OPERAÇÃO NO CIVIT

Discriminação	Investimento Total (Cr\$ 1.000)	Mão de Obra	Principais Produtos
Fibrasa	16.500	148	Fios e sacaria de polietileno e polipropileno
Carboindustrial	70.125	104	Pasta de eletrodos
Polydomus	4.016	34	Produtos de matéria plástica
		49	Cordoalhas, rabichos de escova, fios estanhados
Imbrac-Vitória (Conele)	19.000		
Alba	22.000	29	Formol e adesivo para madeira
Metalúrgica Vitória	2.433	40	Ferragens para distribuição de energia
Fundição Martins	1.700	35	Fundição e usinagem e calderaria
Pluma	8.000	40	Móveis e estofados
Brefertil	4.700	50	Química
Total	148.474	529	—

FABRICA DE TECIDOS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S/A

Período de 01/08/79 a 30/10/79

A delicada situação físico-financeira da TECISA, bem como a sua inconsistência administrativa, mereceu do atual Governo um novo e decisivo tratamento, com a instalação de uma diretoria capaz de alterar a sucessão de fracassos que se vinham registrando naquela Empresa. Assim é que, o Relatório apresentado a seguir compreende o período de agosto a outubro de 1979, denotando as transformações essenciais sofridas, através de medidas que buscam a consolidação e melhor aproveitamento das atividades da TECISA.

1 — ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional existente é totalmente informal, não existindo qualquer norma de procedimento para orientação das atividades rotineiras.

A área de produção também está bem informal, em razão da não existência de normas de procedimentos.

Visando corrigir tais distorções, foi efetuado um organograma definindo os setores e atribuindo áreas de competência a cada um deles.

2 — FUNCIONAMENTO DA CONTABILIDADE

O sistema contábil existente é arcaico e não representa a real situação da empresa. Visando a correção, foi solicitado que se proceda a um balanço com as contas de lucros e perdas em junho/79. Está sendo feita uma correção no plano de contas existentes, objetivando adequá-lo à nova realidade da empresa.

3. SISTEMA DE CUSTOS

Como não existe sistema de custos, a atual Diretoria conseguiu de empresa congênere a permissão de empregados da TECISA estagiarem em seus setores ligados à área de modo a prepará-los convenientemente para o desempenho dessas tarefas.

4 — ENGENHARIA INDUSTRIAL

Com vistas a dotar o setor do necessário conhecimento técnico, inclusive quanto à criação de novos tecidos, buscou-se a experiência da mesma referida empresa, com resultados satisfatórios, considerando-se o equipamento de que dispõe a fábrica.

5 — ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

O baixo nível técnico do pessoal administrativo não possibilita a existência de um setor de organização e métodos.

Para suprir tal deficiência, foi coordenado um curso destinado a funcionários que os tornará capazes de exercer tais misteres.

6 — PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Não havendo nenhum programa para a pesquisa e melhor desenvolvimento do produto, foi solicitado a empresa privada congênera a colaboração no sentido de efetuar pesquisas em seu laboratório, visando a otimizar a qualidade e criação de novas padronagens.

7 — SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

Devido ao fato de não estar sendo utilizado, o sistema se atrofiou. Como solução foi criado um setor de fiscalização com o objetivo de solicitar informações e mantê-las sempre em tela e/ou estudo.

8 — FUNCIONAMENTO DO SETOR VENDAS

Das vendas efetuadas entre dezembro/78 a julho/79 a Empresa não deverá receber Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), tendo em vista o fato de que estas vendas foram mal realizadas, através de representação da TECISA no Rio de Janeiro.

O descalabro atingiu a tal ponto que muitas das vendas foram efetuadas a firmas fictícias, ignorando-se onde foram entregues os volumes da mercadoria vendida.

A ação policial promovida pela atual Diretoria procura esclarecer os atos criminosos altamente lesivos ao patrimônio da empresa, apontar seus autores e puni-los na forma da lei.

9 — DIVIDAS EXISTENTES

Até agosto último o total de débito da TECISA era da ordem de Cr\$ 17.451.865,89 (dezessete milhes, quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e sessenta e cinco cruzeiros e oitenta e nove centavos), incluindo o vencido e a vencer, débitos que dependiam de decisão judicial.

O valor do crédito era da ordem de Cr\$ 7.360.267,71 (sete milhões, trezentos e sessenta mil, duzentos e sessenta e sete cruzeiros e setenta e um centavos), incluindo produtos acabados, matéria prima e produtos em elaboração.

Após levantamento detalhado, as dívidas vencidas e a vencer importaram num total de Cr\$ 17.348.149,06 (dezessete milhões, trezentos e quarenta e oito mil cento e quarenta e nove cruzeiros e seis centavos), e o crédito Cr\$ 5.360.267,71 (cinco milhões, trezentos e sessenta mil, duzentos e sessenta e sete cruzeiros e setenta e um centavos).

Em outubro, o débito vencido e a vencer é de Cr\$ 15.424.696,16 (quinze milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e seis cruzeiros e dezesseis centavos), sendo que, deste valor foi solicitado o parcelamento de Cr\$ 6.440.915,30 (seis milhões, quatrocentos e quarenta mil, novecentos e quinze cruzeiros e trinta centavos), cuja amortização já foi iniciada.

10 — SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO

A empresa não possuía uma programação de venda de seus produtos, tendo em vista produzir o que, as vezes, não era bem aceito no mercado, e, conseqüentemente, o estoque de produtos acabados ia, a cada dia, aumentando.

Atualmente, após pesquisa de mercado e introdução

de novos produtos, a empresa está trabalhando apenas para atender os pedidos em carteira, que perfazem a soma de Cr\$ 6.449.620,00 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte cruzeiros), representando 357.200m de tecidos para serem entregues até meados do mês de dezembro/79. Já foi iniciada a programação do setor para o exercício de 1980, buscando racionalizar ainda mais a fonte de comercialização.

11 — FATURAMENTO

O faturamento médio, no período janeiro a junho/79, foi da ordem de Cr\$ 1.105.650,14 (um milhão, cento e cinco mil, seiscentos e cinquenta cruzeiros e quatorze centavos), e a média verificada no período julho — outubro/79 foi da ordem de Cr\$ 2.370.332,84 (dois milhões, trezentos e setenta mil, trezentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta quatro e quatro centavos).

12 — PRODUÇÃO

A produção média, no período janeiro-junho/79, foi da ordem de 76.418,83m, e a média verificada no período de abrangência do presente relatório (julho-outubro/79), foi de 85.683,75m. Atualmente, envidam-se esforços para o atingimento, o mais tardar em janeiro/80, da produção de 280.000m p/mês.

13 — BALANÇO E BALANCETE

O Balanço encerrado em 30/06/79 apresenta um prejuízo operacional da ordem de Cr\$ 3.584.853,80 (três milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e três cruzeiros e oitenta centavos), em prejuízo total de Cr\$ 762.830,83 (setecentos e sessenta e dois mil, oitocentos e trinta cruzeiros e oitenta e três centavos).

No entanto, o Balancete referente ao trimestre julho-setembro/79, já apresenta um lucro operacional de Cr\$ 1.753.069,29 (um milhão, setecentos e cinquenta e três mil, sessenta e nove cruzeiros e vinte e nove centavos) e um lucro, após o Imposto de Renda, de Cr\$ 555.080,90 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, oitenta cruzeiros e noventa centavos), inclusive amortizando o prejuízo de 1978 e janeiro/79.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, subordinada administrativamente à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e, tecnicamente, ao Ministério da Indústria e do Comércio, através do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), órgão cujo objetivo básico é o registro do comércio e das demais atividades ditas auxiliares, tem como filosofia de ação o aperfeiçoamento dos seus serviços com vistas a melhorar cada vez mais o atendimento dispensado ao usuário, acompanhamento de perto a evolução tecnológica do setor comercial e industrial.

Integrada à campanha nacional de racionalização e uniformização do funcionamento das Juntas Comerciais, de iniciativa do DNRC, a Junta Comercial do Estado do Espírito Santo já tem adaptado e preparado para a microfilmagem todo o seu arquivo, e tem dinamizado ao extremo o seu atendimento, não só através de um fluxo mais rápido e objetivo dos processos de arquivamento dos atos do comércio, como, inclusive, através da criação de dois escritórios de atendimento: um, em São Mateus e, outro, em Linhares, facilitando, destarte, o usuário.

Como diretrizes imediatas, a Junta Comercial, já no próximo exercício, iniciará o processo de microfilmagem dos seus arquivos; também, está prevista a melhoria de seus recursos humanos, através da seleção e ampliação de seu quadro de pessoal, que ora carece de melhores instrumentos para a otimização do atendimento, e, finalizando, a atualização e reforma básica da Tabela de Taxas e Emolumentos, adequando-a à realidade estadual, uma vez que vem sendo adotada a Tabela aplicada no Rio de Janeiro, a qual se mostrou ineficaz e incompatível com o nível empresarial do Estado do Espírito Santo e a reforma do Regulamento Interno, já obsoleto e desprovido da dinâmica indispensável aos serviços prestados.

Como meta menos imediata, porém de equivalente necessidade, ressalta-se a viabilização de estudos e diligências objetivando a aquisição ou construção de novas instalações, capazes de suportar com mais comodidade e adequação física os diversos setores existentes, além daqueles que urge serem criados. Também, as delegacias de Cachoeiro de Itapemirim e de Colatina, bem como os escritórios de Linhares e São Mateus carecem de melhores instalações, visando minimizar os gastos com aluguel, reparos e estrangulamento de serviços.

Tanto a sede nova, como as instalações dos escritórios, poderão ser adquiridas ou construídas inteiramente com recursos repassados pelo DNRC, que só exige, em caso de construção, o terreno.

A Junta Comercial do Estado do Espírito Santo opera com orçamento constituído inteiramente de recursos próprios e, no exercício de referência (1979), verificou-se que a receita vem se comportando nos limites previstos.

Assim, temos o seguinte quadro demonstrativo:

QUADRO 16

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO — DEMONSTRATIVO

Período Jan. a out/79		Previsão para nov./Dez/79	
Nº de Processos Arrecadação		Nº de Processos Arrecadação	
23.952	7.649.470,00	4.790	1.600.000,00

Para o exercício de 1980, a previsão de despesa será de Cr\$ 16.850.000,00 (dezesseis milhões, oitocentos e cinquenta mil cruzeiros), cujo acréscimo deverá ser suportado pelo crescimento vegetativo do movimento da JUCEES e pelo desempenho da nova Tabela de Taxas e Emolumentos.

COMPANHIA DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO

A COPESA encontra-se em fase de liquidação, estando com todas as suas atividades suspensas. Somente a fábrica de gelo continua funcionando, a fim de auxiliar o abastecimento da frota pesqueira do Estado, até a complementação do processo de liquidação.

COMPANHIA DE ÓLEOS ARARIBÓIA

Considerada economicamente inviável, a empresa encontra-se totalmente desativada, estando em estudo sua incorporação à Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

Dentro do espírito da "AÇÃO INSTITUCIONAL E FINANCEIRA", preconizada pelas "DIRETRIZES PARA AÇÃO INTEGRADA" a SEJU fez uso, desde a primeira hora, da palavra chave — MOBILIZAÇÃO, para deflagrar a campanha de contenção de gastos, procurando, dentro das limitações da frágil organização administrativa vigente, estabelecer critérios seletivos de utilização das verbas orçamentárias, controlando, na medida do possível, em cada caso, a real necessidade da realização de despesas, em termos de qualitativo e quantitativo.

Essa política de combate ao desperdício, foi introduzida em todos os órgãos vinculados à SEJU, através das reuniões de grupo, de diretores, de chefes de departamentos e chefes de seções, num trabalho de equipe para mobilizar a consciência funcional dos servidores, indispensável para viabilizar a colaboração sistemática e permanente ao controle da utilização das verbas, visando um apreciável, e baixo custo dos custos operacionais de todo o complexo administrativo da SEJU.

O controle da Despesa, é uma das formas mais práticas e eficientes de aumentar a Receita, fazendo que justifique um esquema eficiente de policiamento das verbas.

Nesse sentido estabeleceu-se rigoroso controle dos gastos, sobretudo os de maior porte, com vistas a apurar o comportamento das verbas orçamentárias em relação às reais necessidades dos serviços.

Assim, as áreas de ALIMENTAÇÃO DE PRESOS, TRANSPORTE, MATERIAL, COMUNICAÇÃO e MANUTENÇÃO sofreram severa fiscalização com resultados plenamente satisfatórios.

O controle estatístico do fornecimento de etapas, do consumo de combustível, do consumo de material de escritório e de limpeza; do uso de material permanente, dos gastos de manutenção, ensejou uma forma segura de reduzir os custos operacionais desta Secretaria de maneira apreciável.

Enquanto não se aprimora a sistemática desse importante trabalho, procura-se conscientizar os servidores no sentido de evitar todas as formas de desperdício, ora no corte direto dos excessos, ora na mudança de métodos ou de rotinas onerosas.

Todavia, para manter a política de contenção de despesas a que a Administração atual se impôs, como meio de contribuir, para recuperar as finanças aquebradas do Estado, é preciso — além de motivar o servidor para o engajamento nessa magna tarefa, criar meios administrativos para uma ação técnica de sustentação dessa política, a fim de que, a par do bom senso e da livre consciência do administrador, algo mais coercitivo possa impedir o mau uso dos dinheiros públicos.

Compensa investir nesse desideratum, porque uma simples estatística de consumo de combustível, ou de uso do telefone, ou, ainda, de reposição de peças de um veículo, poderá acusar desregramentos na utilização das verbas.

Inobstante as grandes dificuldades financeiras, a SEJU procurou elaborar um programa de ação para enfrentar as graves deficiências do Sistema Penitenciário, setor que mereceu de imediato as atenções da Paralela, em face das implicações do sistema prisional no aumento do índice da criminalidade no Estado.

Entre outras medidas de caráter urgente, foram feitas reformas e reparos nas dependências do IRS, como demonstrado em capítulo especial e a construção de um calçadão para a lancha que serve àquele Instituto.

No Manicômio Judiciário, construiu-se uma sala para atender o setor de Psicologia, além de reparos nas instalações elétricas e hidráulicas.

Antecipando-se à implantação do Plano Agropecuario, em vias de ser aprovado pelo Ministério da Justiça, orçado em Cr\$ 2.274.841,00 (dois milhões duzentos e setenta e quatro mil e oitocentos e quarenta e um cruzeiros) a Penitenciária Agrícola deu início à intensificação das atividades agrícolas, colhendo em 1979 os seguintes resultados:

6.034	—	ks de bananas
3.056	—	unidades de cana de açúcar
6.424	—	ks de milho
11.726	—	espigas de milho verde
48.552	—	unidades de quiabos

No plano educacional, criou-se o MOBREAL com aproveitamento de 15 (quinze) formandos. Através do PIPMO — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, logrou-se a formação de 4 turmas, em média de 15 homens, nas seguintes especializações: bananicultura, suinocultura, citricultura e horticultura.

FORUNS

Dando seguimento às obras destinadas aos Foruns, esta Secretaria pode cumprir par e de o programa estabelecido, realizando as seguintes obras:

- Conclusão e inauguração do magnífico prédio do Fórum de Conceição da Barra, cujas obras orçaram em Cr\$ 2.281.008,69 (dois milhões duzentos e oitenta e um mil, oito cruzeiros e sessenta e nove centavos).
- Prosseguimento das obras do Fórum de Afonso Cláudio, onde foram executados os serviços de instalação da obra demolição, parte dos serviços de movimentação de terra, concreto, num total de Cr\$ 183.700,55 (cento e oitenta e três mil setecentos cruzeiros e cinquenta e cinco centavos).
- Prosseguimento das obras do Fórum de Guaçuá, no qual foram executados serviços de movimento de terra, parte da alvenaria e parte do revestimento, no montante de Cr\$ 167.435,83 (cento e sessenta e sete mil quatrocentos e trinta e cinco cruzeiros e oitenta e três centavos).
- Conclusão do Fórum de Colatina, que, entretanto, foi considerado pelo Poder Judiciário como inadequado, estando, no momento, ocupado pela Secretaria da Fazenda.
- Instalação do Cartório da 4a. Vara Cível de Vitória, nas dependências do Palácio da Justiça cuja obra custou Cr\$ 73.675,09 (setenta e três mil seiscentos e setenta e cinco cruzeiros e nove centavos).
- As primeiras providências para instalação do Fórum de Viana, junto à Prefeitura Municipal e DEO.

ATIVIDADE FINANCEIRA

Para fazer face às atividades à cargo da SEJU foram liberados pela Secretaria da Fazenda recursos financeiros da ordem de Cr\$ 18.216.244,79 (dezoito milhões duzentos e dezesseis mil duzentos e quarenta e quatro cruzeiros e setenta e nove centavos), excluindo-se os recursos alocados para as Despesas de Pessoal Civil — Vencimentos e Vantagens Fixas, encerrando-se o exercício com o saldo de Cr\$ 556.295,79 (quinhentos e cin-

quenta e seis mil duzentos e noventa e cinco cruzeiros e setenta e nove centavos). A despesa orçamentária atingiu o total de Cr\$ 18.133.709,91 (dezoito milhões cento e trinta e três mil setecentos e nove cruzeiros e noventa e um centavos), enquanto a Conta de Resto a Pagar, remanescente de 1978, no valor de Cr\$ 3.874.171,14 (três milhões oitocentos e setenta e quatro mil cento e setenta e um cruzeiros e quatorze centavos) e reduziu para Cr\$ 3.872.504,34 (três milhões oitocentos e setenta e dois mil quinhentos e quatro cruzeiros e trinta e quatro centavos). As despesas registradas como Restos a Pagar referentes ao exercício de 1979 atingiram o total de Cr\$ 6.735.130,90 (seis milhões setecentos e trinta e cinco mil cento e trinta cruzeiros e noventa e um centavos) sendo que Cr\$ 151.585,93 (cento e cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e cinco cruzeiros e noventa e três centavos) são despesas exclusivas com obras a cargo do DEO destinadas ao Fórum de Alegre.

O orçamento da SEJU para 1979 aprovado pela Lei 3237, de 04.12.78 fixou a despesa em Cr\$ 42.881.000,00 (quarenta e dois milhões oitocentos e oitenta e um mil cruzeiros).

No decorrer do exercício foram abertos créditos adicionais em número de 3, não elevando o valor do orçamento anual, já que as suplementações necessárias foram atendidas com recursos do próprio órgão.

O total da despesa realizada no exercício foi da importância de Cr\$ 36.170.261,00 (trinta e seis milhões cento e setenta mil duzentos e sessenta e um cruzeiros), assim discriminadas:

DESPESAS CORRENTES	34.385.816,00
Pessoal e Encargos Sociais	21.677.599,00
Outras Despesas Correntes	12.708.217,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.784.445,00
Obras Públicas	1.288.333,00
Outros Investimentos	496.112,00

A parte relativa a pessoal e encargos sociais representa 63% (sessenta e três por cento) dos gastos em despesas correntes e de 60% (sessenta por cento) da despesa global.

Integrando a estrutura organizacional da SEJU, o Departamento de Reintegração Social ainda em 1979 não pôde ser instalado.

Além das dificuldades de ordem financeira de que se ressentia o Estado, como é do conhecimento público, um órgão desse tipo, dada a função técnica a exercer, a elevada ação social de que está incumbido, deve merecer estudo cuidadoso e análise rigorosa alcançando os muitos aspectos dos problemas cujas soluções estarão sob sua responsabilidade, a fim de que a estrutura, a organização e suas dimensões e sua instalação não comprometam os objetivos que devem ser alcançados.

Seria insensato ampliar o conjunto orgânico da SEJU, sem dar à nova dependência condições propícias ao seu pleno e eficaz desempenho.

Providências, contudo, já estão sendo tomadas para que no ano fluente o DRS. funcione normalmente.

SISTEMA PENITENCIÁRIO

Constitui o Sistema Penitenciário Estadual os seguintes estabelecimentos penais:

I — Instituto de Readaptação Social

II — Manicômio Judiciário

III — Penitenciária Agrícola do Espírito Santo.

As atividades desenvolvidas por esses estabelecimentos penais estão descritas a seguir.

Verificar-se-á, através destas informações que foi introduzida uma série de modificações no complexo prisional do Estado, objetivando a melhorar as condições gerais dos prédios e proporcionar maior assistência aos presos e seus familiares.

A par dessas providências de alta significação na redução da reincidência criminal, inúmeras outras foram portadas em prática, notadamente no setor de segurança, no qual foi criada uma Assessoria Militar, de apoio ao Gabinete, com o fim específico de estudar e planejar a segurança dos presídios.

E' ainda de se assinalar, a aprovação do Projeto para implantação de uma Unidade para Tratamento de Dependentes de Tóxicos, nas proximidades do Manicômio Judiciário, com recursos do Fundo Especial, já depositado no Banco do Brasil, de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), orçado em cerca de Cr\$ 2.084.000,00 (dois milhões e oitenta e quatro mil cruzeiros) e cuja concorrência já foi autorizada.

Há, ainda, que se registrar a participação, muito acentuada, da SEJU no sentido da manutenção do clima dos Poderes Legislativo e Judiciário, notadamente com o Egrégio Tribunal de Justiça quando da necessária adaptação da Lei de Organização Judiciária à Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL "PROF. JAIR ETIENNE DESSAUNE"

Os dados enunciados nos quadros indicam as atividades, do IRS em 1979. Compulsando-os, ter-se-á uma idéia fiel do trabalho desenvolvido naquele estabelecimento penal, onde uma orientação nova imperou no sentido de humanizar a pena, de reeducar, de preparar o transgressor da lei para reincorporá-lo na sociedade.

Total das despesas efetuadas referentes a PESSOAL, MATERIAL DE CONSUMO, OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS, DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES e EQUIPAMENTOS e MATERIAL PERMANENTE:

3.1.1.1 — PESSOAL

	Cr\$
Efetivos	1.577.042,24
Contratados	2.527.673,00 4.104.715,24

3.1.2.0 — MATERIAL DE CONSUMO ... 3.292.316,05

3.1.3.2 — OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS ... 964.652,12

3.1.9.2 — DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES ... 1.150,00

4.1.2.0 — EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 87.607,00

TOTAL: 8.450.440,41

Movimento do "PECÚLIO DE RESERVA" dos segregados:

	Cr\$	
Saldo do Exercício de 1978	37.668,97	
Recebido no Exercício de 1979 e registrado nas respectivas Cader- netas de cada interno	152.550,00	190.218,97
Pago no Exercício de 1979 a in- ternos, conforme documentos nes- sa Secção	177.141,58	
Saldo existente em 31.12.79	13.077,39	

Movimento do "PECÚLIO DISPONÍVEL" dos segregados:

	Cr\$	
Saldo do Exercício de 1978	14.531,06	
Recebido no Exercício de 1979 e registrado nas respectivas caderne- tas de cada interno	258.345,15	272.876,21
Pago no Exercício de 1979 a inter- nos, conforme documentos nesta Secção	270.268,56	
Saldo existente em 31.12.79	2.607,35	

Movimentos das verbas sob o título "FUNDO DE TRABALHO PENITENCIÁRIO"

Recebido no Exercício de 1979, conforme Processos de Prescrições de Contas enviados à Coordenação

Pagamentos efetuados no Exercício de 1979, conforme Processos enviados à Coordenação dos Serviços Penitenciários, a saber:

	Cr\$	
PESSOAL	23.331,50	
MATERIAL DE CONSUMO	1.171.469,95	
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2.127,20	
ENCARGOS DIVERSOS	54.247,76	
EQUIPAMENTOS E INSTALA- ÇÕES	93.600,00	
MATERIAL PERMANENTE	390,00	
DES. EXERCÍCIOS ANTERIO- RES	10.056,39	1.355.222,80
SALDO:	51.401,98	

Mapa demonstrativo dos serviços executados pelo Serviço de OBRAS E REPAROS, no exercício de 1979.

1º — Montagem da cozinha para os funcionários.

2º — Reparo geral no telhado da Carpintaria com a reposição de 300 telhas.

3º — Reparo nas paredes da cozinha, com a reposição de azulejos, inclusive reparo no piso de a sento dos caldeirões da cozinha.

4º — Reparo no refeitório, na parte revestida com azulejos mudanças de 2 (dois) lava-lóios com as respectivas torneiras.

5º — Reforma do sanitário da carpintaria inclusive rede de esgoto; abertura de um vão no antigo cômodo da padaria, para que o mesmo fosse utilizado pela carpintaria para depósito.

6º — Conclusão da guarita construída no Portão nº 4 (quatro) inclusive colocação de balsa na mesma.

7º — Colocação de 2 (duas) grades nas janelas da Enfermaria.

8º — Construção de 1 (um) Cais para a Lancha deste Instituto.

9º — Reparo no muro de arrimo de pátio 1 (um) em uma brecha ocasionada pelo deslocamento de pedras provocado pelas filtrações de águas pluviais.

10 — Desobtenções da área atingida pelo desmoronamento da parte do muro 3 (três).

11 — Reparo na rede de esgoto das pias da cozinha.

12 — Reparo na parede divisória do antigo alojamento da guarda com depósitos do Almoarifado.

13 — Colocação de 1 (um) portão de ferro na entrada da vigilância.

14 — Construção do Parlatório para os reclusos na parede do Almoarifado.

15 — Reparo nas infiltrações de água.

16 — Reparo e instalação do refeitório do corpo de guarda.

17 — Conserto geral na instalação elétrica das celas de segurança.

18 — Recuperação do esgoto da cozinha.

19 — Recuperação do esgoto das celas.

20 — Recuperação do esgoto do Presídio de Mulheres.

21 — Pintura geral de todas as celas.

22 — Fabricação de 26 tranças de ferro p/as celas.

23 — Reconstrução do Telhado do Alojamento da Guarda Militar.

24 — Mudanças de todos os cadeados das celas por novos, com implantação de um (1) clavicular.

25 — Recuperação da Rede de Esgoto do Pátio (1) de Segurança.

26 — Recuperação total do piso do Pátio 1 — Segurança.

27 — Recuperação da instalação de 2 (dois) Banheiros do pátio 1 Segurança.

28 — Recuperação da POCILGA.

29 — Recuperação da GRANJA.

30 — Recuperação das 3 (três) viaturas.

31 — Recuperação de 2 (dois) Compressores da Oficina Mecânica.

33 — Confecção e colocação de 6 (seis) Portas de madeiras nas Oficinas.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL
" Prof. Jair Etienne Dessaune "

Produção geral do Setor AGRÍCOLA durante o Exercício de 1979.

FEVEREIRO:				
203 Kgs. de Frangos vendidos a particulares	a Cr\$ 25,00			5.075,00
MARÇO:				
127 Kgs. de Frangos vendidos a particulares	a 25,00	3.175,00		
- Verduras vendidas	-	430,00		
- Verduras fornecidas IRS ..	-	850,00		4.455,00
MAIO:				
- Verduras vendidas	-	3.500,00		
- Verduras fornecidas IRS...	-	620,00		4.120,00
JULHO:				
60 Arrobas de Suínos vendidas a particulares	-	30.000,00		
- Verduras vendidas	-	12.950,00		
- Verduras fornecidas IRS...	-	2.260,00		45.210,00
AGOSTO:				
- Verduras vendidas	-	6.200,00		
- Verduras fornecidas IRS...	-	4.223,00		10.423,00
SETEMBRO:				
374 Kgs. de Frangos vendidos a particulares	a 35,00	13.090,00		
- Verduras vendidas	-	5.650,00		
- Verduras fornecidas IRS...	-	3.520,00		22.260,00
OUTUBRO:				
- Verduras vendidas	-	2.750,00		
- Verduras fornecidas IRS...	-	3.200,00		
- Lavagem - sobra	-	1.000,00		6.950,00
NOVEMBRO:				
- Verduras vendidas	-	250,00		
- Verduras fornecidas IRS...	-	120,00		
- Lavagem - sobra	-	1.000,00		1.370,00
DEZEMBRO:				
- Verduras vendidas	-	1.050,00		
- Lavagem - sobra	-	1.000,00		2.050,00
T O T A L :				101.913,00



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL
" Prof. Jair Etienne Dessaime "

Movimento geral da COZINHA durante o Exercício de 1979.

JANEIRO

Fornecimento de etapas de Alimentação:

Ao Instituto	4.830	a	Cr\$ 25,34	122.392,20	
À Casa de Detenção	5.216	a/a	25,34	132.173,44	
À Del. de Vila Velha	285	a	25,34	7.221,90	261.787,54

FEVEREIRO

Ao Instituto	4.680	a	25,34	118.591,20	
À Casa de Detenção	4.562	a/a	25,34	116.107,88	
À Del. de Vila Velha	280	a	25,34	7.095,20	241.794,28

MARÇO

Ao Instituto	4.860	a	25,34	123.152,40	
À Casa de Detenção	4.869	a	25,34	123.380,46	
À Del. de Vila Velha	310	a	25,34	7.855,40	254.388,26

ABRIL

Ao Instituto	5.160	a	25,34	130.754,40	
À Casa de Detenção	4.586	a/a	25,34	116.209,24	
À Del. de Vila Velha	300	a	25,34	7.602,00	254.565,64

MAIO

Ao Instituto	4.380	a	25,34	110.989,20	
À Casa de Detenção	4.654	a/a	25,34	117.932,36	
À Del. de Vila Velha	293	a	25,34	7.424,62	236.346,18

JUNHO

Ao Instituto	4.500	a	25,34	114.030,00	
À Casa de Detenção	4.188	a/a	25,34	106.123,92	
À Del. de Vila Velha	300	a	25,34	7.602,00	227.755,92

JULHO

Ao Instituto	4.470	a	25,34	113.269,80	
À Casa de Detenção	4.646	a/a	25,34	117.729,64	
À Del. de Vila Velha	310	a	25,34	7.855,40	238.854,84

AGOSTO

Ao Instituto	5.310	a	25,34	134.555,40	
À Casa de Detenção	4.432	a/a	25,34	112.306,88	
À Del. de Vila Velha	307	a	25,34	7.779,38	254.641,66

A transportar : 1.970.134,32

Transporte: 1.970.134,32

SETEMBRO

Ao Instituto	4.980,00	25,34	126.193,20
À Casa de Detenção	4.069,00	25,34	103.108,46
À Del. de Vila Velha	294,00	25,34	<u>7.449,96</u>
			236.751,62

OUTUBRO

Ao Instituto	5.130,00	25,34	129.934,20
À Casa de Detenção	4.451,00	25,34	112.788,34
À Del. de Vila Velha	308,00	25,34	<u>7.804,72</u>
			250.587,26

NOVEMBRO

Ao Instituto	5.040,00	25,34	127.713,60
À Casa de Detenção	4.058,00	25,34	102.829,72
À Del. de Vila Velha	289,00	25,34	<u>7.323,26</u>
			237.866,58

DEZEMBRO

Ao Instituto	4.550,00	25,34	125.433,00
À Casa de Detenção	4.502,00	25,34	114.080,68
À Del. de Vila Velha	143,00	25,34	<u>3.623,62</u>
			243.137,30

TOTAL: 2.938.477,08

(DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E TRINTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE CRUZEIROS E OITO CENTAVOS).

DIVISÃO DE SEGURANÇA E DISCIPLINA

Demonstrativos da Movimentação de Internos no Exercício de 1979.

SEGREGADOS EXISTENTES EM 31.12.1978 69

Recolhidos no período de 1979, a saber:

Condenados nos Municípios 48
Condenados em outros Municípios 30
Recapturados 16
Recolhidos da Colônia Penal 08

Saídas no período de 1979, a saber:

Transferidos para outro estabelecimento 82
Liberados 15
Falecidos 04
Evadidos 21
Segregados existente no período de 1979 124

DIVISÃO DE SEGURANÇA E DISCIPLINA

Demonstrativo das entradas de Internos, quanto ao delitos referente no período de 1979.

FURTO 15
HOMICIDIO 30
ROUBO 21
TRAFICO DE ENTORPECENTES 07
LESOES CORPORAIS 02
ESTELIONATARIO 02
ESTUPRO 02
TOTAL 79

DIVISÃO DE SEGURANÇA E DISCIPLINA

Demonstrativo das entradas de Internos, quanto a procedência das Comarcas, no período de 1979:

São Mateus 04
Barra de São Francisco 03
Capital 35
Baixo Guandú 01
São Gabriel da Palha 04
Vila Velha 10
Castelo 03
Serra 03
Cariacica 03
Colatina 01
Itapemirim 06

Mimoso do Sul 02
São José do Calçado 01
TOTAL 79

DIVISÃO DE SEGURANÇA E DISCIPLINA

Demonstrativo das entradas de Internos, quanto a naturalidade no período de 1979:

Bahia 01
Espírito Santo 48
Minas Gerais 20
Rio de Janeiro 05
Recife 01
Belém 01
Itaguaçu 01
Piaçu 01
Castelo 01
TOTAL 79

DIVISÃO DE SEGURANÇA E DISCIPLINA

Demonstrativo das Entradas de Internos, Quanto ao Estado Civil Referente ao Período de 1979:

Casados 25
Solteiros 52
Viúvo 01
Desquitado 01
TOTAL 79

Demonstrativo das Entradas de Internos, Quanto a Idade, Referente ao Período de 1979:

De 18 à 20 anos 07
De 21 à 30 anos 51
De 31 à 40 anos 10
De 41 à 50 anos 08
De 51 à 70 anos 03
TOTAL 79

Demonstrativo das Entradas de Internos, Quanto as Profissões Referente ao Período de 1979:

Carpinteiro 01
Apontador 02
Copeiro 01
Motorista 05

Tratorista	01
Garçon	02
Lavrador	20
Braçal	10
S/profissão	05
Mecânico	02
Encarregado de Obras	01
Recepcionista	01
Pedreiro	06
Açougueiro	01
Doméstica	03
Representante Comercial	01
Corretor	01
Tipógrafo	02
Balconista	02
Conferente	01
Operador Maquinal	02
Polidor de Mármore	01
Cabeleireiro	02
Pescador	01
Pintor	02
Eletricista	01
Forneiro	01
Funcionário Público Estadual	01
TOTAL	79

Demonstrativo das Entradas de Internos, Quanto a Instrução Referente ao Período de 1979:

Primário	47
1.º Grau	07
2.º Grau	03
Analfabeto	22
TOTAL	79

Demonstrativo das Entradas de Internos, Quanto a Cór, Referente ao Período de 1979:

Moreno Claro	50
Moreno Escuro	10
Preta	05
Branca	14
TOTAL	79

Demonstrativo das Saídas de Internos Através do Livramento Condicional, Segundo as Comarcas, Referente ao Período de 1979:

Nova Venécia	01
Cariacica	01
Capital	09
Vila Velha	01
Barra de São Francisco	01
Colatina	01
Iúna	01
Itapemirim	01
TOTAL	16

Demonstrativo das Saídas de Internos, Através Alvará de Soltura, por Conclusão de Pena, Indulto e Absolvição, Referente ao Período de 1979:

CONCLUSÃO DE PENA

Capital	05
Ibiraçu	02
Serra	01
Itapemirim	02

INDULTO —

TOTAL 10

Demonstrativo das Evasões de Internos, Quanto a Procedência das Comarcas, Referente ao Período de 1979:

Cariacica	02
São Gabriel da Palha	03
Capital	14
Itapemirim	01
Vila Velha	02
Castelo	02
Guaçu	01
Pancas	01
TOTAL	26

Demonstrativo das Recapturas de Internos Evadidos, Quanto a Procedência das Comarcas, Referente ao Período de 1979:

Capital	07
Vila Velha	05
Serra	01
Santa Leopoldina	01
Itapemirim	01
Colatina	01

TOTAL 16

Inscrições de Internos 20

MOTIVAÇÃO DE PROBLEMAS 80

Familiar 100

Financeiro (verba não existente, porém absolutamente necessária)

Previdência Social 20

Habitacional 05

Entrevistas 500

ENTROSAMENTOS

Coordenador dos Serviços Penitenciários 05

Diretor do I.R.S. 200

Técnicos do I.R.S. 50

Funcionários 300

Obras e Instituições 50

Comércio e Indústria 100

ENCAMINHAMENTOS

De Internos 98

A Obras e Instituições 10

Internamentos 05

Reunião de Serviço 07

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE PENITENCIÁRIA

Movimento do Gabinete Médico e do Ambulatório "Maria Clementina de Vellozo Santos" Durante o Exercício de 1979:

GABINETE MÉDICO

Consultas 659

Receitas aviadas 300

Req. p/ exames de urina 30

Req. p/ exames de sangue 28

Req. p/ exames de oftalmologia 16

Req. p/ exames de fezes 15

Req. p/ exames de otorrino 8

Req. p/ exames dermatológico 5

Req. p/ abeugrafia 40

Especialistas 10

Radiografia 12

Internos encaminhados ao Manicômio Judiciário para internamento 01

Internamento no Hospital Ilha da Pólvora 02

Internamento na Maternidade de V. Velha 01

Internamento na Santa Casa 01

Pequenas Cirurgias na Maternidade de V. Velha 05

Aplicação de Injeções 760

Internos encaminhados ao Manicômio Judiciário para consulta 03

Produção dos Serviços Executados na Oficina de Carpintaria, Durante o Período de 1979

Ordem de Serviço	Descrição	Quant.	Valor Total
01	Bancos de 200x35x45 para a Igreja Presbiteriana de Maruipe	20	600,00
02	Bancos de 200x35x90 para a Igreja Presbiteriana de Maruipe	12	600,00
03	Bancos de 200x35x90 para a Igreja Presbiteriana de Campo Grande	08	400,00
04	Cadeiras para o refeitório do I.R.S.	40	4.000,00
05	Cama de 1.85x69x35 para o I.R.S.	60	15.000,00
06	Reparo em camas do I.R.S.	20	2.000,00
07	Porta com marco de 2,60x 89 para a Guarda do I.R.S.	01	1.600,00
08	Porta com marco de 2,10x 92 e uma janela com marco para o I.R.S. de 1,20x1,20	02	1.800,00
09	Porta com marco de 2,10x 100 e 2 bandeijas para o I.R.S.	03	1.500,00
Total			Cr\$ 28.000,00

Relação do Trabalho Dentário Executado nos Internos deste Instituto Durante o Período de 22.05.979 a 31.12.979

(1) Exame Clínico (Consulta)	120
(2) Restauração à amalgama e silicato	150
(3) Profilaxias	25
(4) Curativos Diversos	50
(5) Exodontias	120
(6) Capçamento	30
(7) Tratamento de Alveolite	05
(8) Frequência: N.º de atendimento	247

CONSELHO PENITENCIÁRIO

Este órgão de deliberação coletiva cuja finalidade é a de apreciar, precipuamente, os processos de indulto, comutação de penas e livramento condicional dos presos da Justiça, realizou, no decorrer de 1979, 61 reuniões para examinar 293 pedidos acerca dos seguintes benefícios:

Livramento condicional	112
Comutação de pena	115
Indulto	43
Graça	19
Prisão albergue	4

Foram examinados, ainda, 53 processos iniciados em anos anteriores.

Merece registro a afluência de estudantes de Direito e estagiários às sessões desse colegiado, nas quais puderam inteirar-se da evolução dos princípios que norteiam o Penitenciarismo e das tendências modernas no sentido de tornar menos dolorosa a execução das penas.

RELAÇÃO DOS PEDIDOS DE REPARAÇÃO REQUERIDOS EM BENEFÍCIOS ANTERIORES E QUE FORAM INSTRUÍDOS FORAM APROVADOS PELO CONSELHO PENITENCIÁRIO EM 1.979.

Nº	NOME	PROVINDÊNCIA	BENEFÍCIO	APPROVAÇÃO
01	RUBENS AUGUSTO PERREIRA	M. JUSTIÇA	GRAÇA	PREJUDICADO-AO M. DA JUSTIÇA 08.06.79
02	DÍDILIO NEVES	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-AO M. JUSTIÇA 09.07.79.
03	JOSÉ GRAGÓRIO DO NASCIMENTO	M. JUSTIÇA	GRAÇA	PREJUDICADO-AO M. JUSTIÇA-OF. Nº. 37/79.
04	RIZÉLIO MEDRADE	M. JUSTIÇA	GRAÇA	PREJUDICADO-AO M. JUSTIÇA - 21.11.79.
05	WALTER GALLI PERREIRA	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-AO M. JUSTIÇA 25.05.79
06	DELAETINO FRANCELINO DIAS	I.R.S.	COMUT. DE PENA E LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO-E. CRIMI-MAIS 11.04.79.
07	HOMERO CRISTIANO	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA 05.04.73
08	SALOMÃO HILÁRIO	LINHARES	COMUT. DE PENA E LIV. CONDICIONAL	M. JUIZ DA V. CRIMINAL DA COMARCA DE LINHARES.
09	IRACY PEREIRA DO NASCIMENTO	M. JUSTIÇA	GRAÇA	M. JUSTIÇA-10.01.79.
10	ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA	I.R.S.	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 12.02.79.
11	POVERCINO FORTUNATO DE OLIVEIRA	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 09.05.79.
12	JOÃO LUIZ DOS SANTOS FILHO	M. JUSTIÇA	GRAÇA	PREJUDICADO-COMUNICADO AO M. JUSTIÇA.
13	JOSÉ LUIZ GOES	C. DETENÇÃO	LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO-ENC. E. CRIMINAIS - 12.07.79.
14	JANILIER PERREIRA DE ALMEIDA	M. JUSTIÇA	GRAÇA	PREJUDICADO-M. JUSTIÇA - 29.04.79.

segue.

Nº	NOME	PROCEDÊNCIA	BENEFÍCIO	APRECIACÃO
15	JOSIAS ALVARINO DOS SANTOS	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 16.02.79.
16	VANILTON VENTURIM	M. JUSTIÇA	GRAÇA	DEFERIDO-M. JUSTIÇA 11.04.79.
17	JARLE BARBOSA DA SILVA	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 16.08.79.
18	ERENDITO ALCISIO DE ALMEIDA	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 10.01.79.
19	JOÃO LINO DE SOUZA	C. PENAL	COMUT. DE PENAS E LIV. CONDICIONAL	DEFERIMENTO C. PENAL E SUSPENSÃO L. CONDICIONAL-E. CRIMINALS - 07.02.79.
20	JOSÉ LACHADO	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 07.02.79
21	MILTON SIQUEIRA ALVES	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 05.03.79.
22	CEFERINO GABRIELLI	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTIÇA - 20.07.79.
23	WALTER LORETO	POLÍCIA MILITAR	RED. DE PENAS	DEFERIDO-E. CRIMINALS - 02.03.79.
24	JOSÉ ANTÔNIO VIEIRA	SUP. POL. CIVIL	COMUTACÃO DE PENAS	PREJUDICADO-E. CRIMINALS - 07.03.79.
25	ADENILDO MAGALHÃES	M. JUSTIÇA	GRAÇA	PREJUDICADO-ARQUIVADO - 05.04.79
26	ALCISO ALACR MOREIRA	C. DETENÇÃO	REDUÇÃO DE PENAS	INDEFERIDO-E. CRIMINALS - 25.04.79. segue.

Nº	NOME	PROCEDÊNCIA	BENEFÍCIO	APRECIAÇÃO
27	GERALDO ANTÔNIO DE ASSIS	GENV. CARCERAGEM	INDULTO	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 07.03.79.
28	HELEZINO BRAGA TAGARRO	EXEC. CRIMINAIS	LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 08.01.79.
29	WALTER LORATO	EXEC. CRIMINAIS	LIV. CONDICIONAL	P/EXTINÇÃO DA PUNI- BILIDADE-E. CRIMI- NAIS - 02.03.79.
30	WALDECIR RODRIGUES DE MELO	M. JUSTIÇA	GRAÇA	INDEFERIDO-M. JUSTI- ÇA - 16.03.79.
31	JOSÉ ANTÔNIO DE MATOS	M. JUSTIÇA	GRAÇA	PREJUDICADO-M. JUS- TIÇA - 24.04.79.
32	JOSÉ LUIZ ZAMBOM	D. PÚBLICA	LIV. CONDICIONAL	DEFERIDO-E. CRIMI- NAIS 08.01.79.
33	JURANDIR ALVES VASCONCELOS	D. PÚBLICA	LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 27.09.79.
34	VICTÓRIO DA CONCEIÇÃO	D. PÚBLICA	LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS = 18.04.79.
35	CARLOS ALBERTO GOMES	EXEC. CRIMINAIS	INDULTO	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 05.01.79.
36	AILTON MARCELINO ANDRADE	EXEC. CRIMINAIS	LIV. CONDICIONAL	DEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 25.04.79
37	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	EXEC. CRIMINAIS	LIV. CONDICIONAL	DEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 27.03.79.
38	CELEONAR VICENTE DE PAULA	D. PÚBLICA	LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 19.04.79.
39	ABEL ANTÔNIO DA SILVA	D. PÚBLICA	LIV. CONDICIONAL	DEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 14.02.79.

segue.

Nº	NOME	PROCEDÊNCIA	BENEFÍCIO	APRECIACÃO
40	JOSÉ DELFINO DOS SANTOS	C.P.A.	INDULTO	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 08.08.79.
41	ARMILDO PEREIRA SANTANA	JUST. FEDERAL	INDULTO	INDEFERIDO-J. FEDE- RAL - 08.01.79.
42	ALVARO TERNANDES DA CONCEIÇÃO	C.P.A.	INDULTO	DEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 07.03.79.
43	WILSON SOARES DA CRUZ	ARACRUZ	INDULTO	INDEFERIDO-AM. FUIS ARACRUZ - 13.03.79.
44	DJALMA LIMA DA SILVA	I.R.S.	INDULTO	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 09.03.79.
45	LICMAR FERREIRA DOS SANTOS	I.R.S.	INDULTO	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 25.10.79.
46	OLEGÁRIO LOPES MAGALHÃES	I.R.S.	LIV. CONDICIONAL	DEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 02.03.79.
47	ALZIRA ISMAEL	I.R.S.	INDULTO	PREJUDICADO-E. CRIMI- NAIS - 27.03.79.
48	ROGERIO FERREIRA PASSOS	I.R.S.	INDULTO	INDEFERIDO-E. CRIMI- NAIS - 01.03.79.
49	FRANCISCO GOTES FILHO	I.R.S.	RED. DE PENA E LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO REDUÇÃO DEFERIDO LIV. CONDI- CIONAL-E. CRIMINAIS, 19.11.79.
50	ADELINO JOSÉ GONÇALVES	I.R.S.	RED. DE PENA E LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO REDUÇÃO DEFERIDO L. CONDICIO NAL-E. CRIM. 07.02.79
51	AUGUSTO BATISTA DE CARVALHO	I.R.S.	COMUT. DE PENA E LIV. CONDICIONAL	INDEFERIDO COMUTACÃO DEFERIDO L. CONDICIO NAL-E. CRIM. 14.3.79
52	NELSON INÁCIO DE ALMEIDA	I.R.S.	LIV. CONDICIONAL	DEFERIDO-E. CRIMI- NAIS 08.01.79
53	PEDRO ALMEIDA FORTES	S. GABRIEL PAIHA	GRACA	PREJUDICADO-ARQUI- VADO C.P.-19.11.79

RELATÓRIO DOS PEDIDOS DE BENEFÍCIOS REQUERIDOS E APROVADOS PELO CONSELHO PENITENCIÁRIO EM 1979

	NOME	PROCEDÊNCIA	BENEFÍCIO	APRECIACÃO
01	NELSON QUEIROZ DA SILVA	MIMOSO DO SUL	Red. de Pena	DEFERIDO. Ao MM. Juiz da Comarca de M. do Sul Em, 08.01.79.
02	FRANCISCO SILVA	ECOPORANGA	Red. de Pena	DEFERIDO. Exe. Crimin. Em, 19-03.79.
03	ADENILDO FERREIRA SANTANA	ITAPERIRIM		AGUARDANDO UNIFICAÇÃO das PENAS.
04	JOSE FERREIRA RODRIGUES	ARACRUZ	Graça	AO MINIST. DA JUSTIÇA. Em, 21.06.79.
05	OLÍPIO PEREIRA DOS SANTOS	MINIST. DA JUST.	Graça	DENEGADO. Ao M. da Just Em, 12.03.79.
06	RONALDO DE JESUS COSTA	MINIST. DA JUST.	Graça	INDEFERIDO. Ao M. da J. Em, 20.07.79.
07	FÁBIO PEREIRA VALENTIM	MINIST. DA JUST.	Graça	INDEFERIDO. Ao Minist. da Just. Em, 20.7.79.
08	ALAN KARDEC DE SOUZA DIAS	MINIST. DA JUST.	Graça	INDEFERIDO. Ao Minist. da Just. Em, 05.4.79.
09	ARLINDO ANTUNES VIEIRA	MINIST. DA JUST.	Graça	EM ANDAMENTO
10	ADENILDO FERREIRA SANTANA	C. PENITENCIÁRIO	Liv. Condicional	INDEFERIDO. Exe. Crim. Em, 24.02.79.
11	CECILIO PINTO SANTANA	IBIRACU	Liv. Condicional	PREJUDICADO. À Comarca de Ibiracú. 10.5.79.
12	ANTONIO GOMES PEREIRA	SÃO MATEUS	Red. de Pena	DEFERIDO. À Comarc. de S. Mateus. 14.12.79
13	JOSE PINTO ROSA	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO. Exec. Crim. Em, 07.03.79.
14	ARY DE ALMEIDA	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO. Exec. Crim. Em, 25.5.79

	N O M E	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
15	LIDIO QUEIROZ	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO. Exec. Crim. Em, 24.4.79.
16	ORODITO XAVIER DA SILVA	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO. Juiz Exec. Crim. Em, 18-3.79.
17	WALTER LORETO	C.P.A.	Liv. Condicional	PELA EXTINGUICAO DA PUNIL BILIDADE. Ao MM. Juiz Exec. Crim. 02.3.79.
18	JOSE PINTO ROSA	ADVOGADO	Liv. Condicional	DEFERIDO. E. Criminais Em, 07.03.79.
19	PAULINO DOMINGOS DO NASCIMENTO	SAC MATEUS	Prisão-Albergue	INDEFERIDO. Ao MM. Juiz da Com. de S. Mateus. Em, 05.04.79.
20	MAURILIO HONGRIO DE OLIVEIRA	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO. Exec. Crim. Em, 22.08.79.
21	OLIMPIO PEREIRA DOS SANTOS	DEFENSORIA	Liv. Condicional	DEFERIDO. Exec. Crim. Em,
22	ESTELINO LEOPOLDO	DEFENSORIA	Liv. Condicional	DEFERIDO. Exec. Crim. Em, 27.09.79.
23	ANTONIO CARLOS RIBEIRO	DEFENSORIA	Liv. Condicional	INDEFERIDO. E. Crim. 17.10.79.
24	ADALBERTO ALMEIDA DOS SANTOS	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO. Ao MM. Juiz Exec. Crim. 9.5.79
25	IDALINA MARIA DE JESUS	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO. E. Crim. Em, 16.5.79
26	OZALCHISTON SANTANA MATTOS	I.R.S.	Liv. Condicioanl	DEFERIDO. Ao MM. Juiz Exec. Crim. 06.6.79.
27	ADILSON RODRIGUES DOS SANTOS	C. DE DETENCAO	Liv. Condicional	EM ANDAMENTO
28	MARCOS ANTONIO DE FREITAS			

	N O M E	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
29	ARLINDO ANTUNES VIEIRA	IBIRAÇU	Prisão Aberta	Em ANDAMENTO
30	OLIMPIO PEREIRA DOS SANTOS	VILA VELHA	Liv. Condicional	DEFERIDO. E.Crim. Em, 22.08.79.
31	EDSON SILVESTRE DA SILVA	MINIST. DA JUST.	Graça	Em ANDAMENTO
32	JOSE CARLOS DE SOUZA ou PAULO SERGIO NASCIMENTO	C.P.A.	Liv. Condicional	" "
33	ARLINDO ANTUNES VIEIRA	IBIRAÇU	Liv. Condicional	" "
34	JOSIAS ALVARINO DOS SANTOS	C.P.A.	Liv. Condicional	INDEFERIDO. Ao M. Juiz das Exec.Crim. 02.08.79.
35	SALAH EL-DINE GAZEL	MINIST. DA JUST.	Graça	PEDIDO ENC. A BELO HORIZONTE
36	WILSON ALVES CARDOSO	MINIST. DA JUST.	Graça	INDEFERIDO. Ao Miníst Just. Em, 19.12.79.
37	LUIZ POMILLIO DE FREITAS PESSOA	MUCURICI	INDULTO	DEFERIDO. Ao M. Juiz de Mucurici. 29.11.79
38	ADEMYR MACIEL PEREIRA	ARACRUZ	Liv. Condicional	DEFERIDO. Ao M. Juiz da Com. de Aracruz. Em, 19.9.79.
39	ANELITA GOMES KIEFER	PANCAS	Graça	Em ANDAMENTO
40	ZEFERINO GABRIELLI	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO. Ao M. Juiz Exec.Crim. 12.12.79.
41	ZEFERINO GABRIELLI	MINIST. DA JUST.	Graça	INDEFERIDO. Ao Miníst da Just. Em, 20.7.79.
42	JOANINHO DE OLIVEIRA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO. Ao M. Juiz das Exec.Crim. 06.09.79.

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
43	JUVERCINO FORTUNATO DE OLIVEIRA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 25.10.79.
44	VALDECI RODRIGUES DA SILVA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	
45	PEDRO RENATO DA SILVA PINTO	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 19.9.79.
46	NILSON LINA CANDIDO	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 06.09.79.
47	HERMOZINO BRAGA TAGARRO	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	INDEFERIDO-E. Crim. Em, 17.10.79.
48	EDISON SILVESTRE DA SILVA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 06.09.79.
49	NATALINO CORREA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 10.01.80.
50	JOSE CANDIDO DE SOUZA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 19.09.79.
51	PEDRO RENATO DA SILVA PINTO	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 10.10.79.
52	JOSE DOS SANTOS ROCHA	I.R.S.	Liv. Condicional	EM ANDAMENTO.
53	ADOLFO KUSTER	S. CARCERAGEM	Liv. Condicional	INDEFERIDO-E. Crim.
54	LUIZ FORTUNATO DOS SANTOS	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	Em, 19.11.79.
55	ARI SILVA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 17.10.79.
56	GERALDO FRANÇA SILVA	EXEC. CRIMINAIS	Liv. Condicional	

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
57	PEDRO DOS SANTOS	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 17.10.79. EM ANDAMENTO.
58	NIVALDINA RIBEIRO DE ALVARENGA	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 12.11.79 EM ANDAMENTO.
59	MANOEL FRANCISCO DO NASCIMENTO	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 12.11.79 EM ANDAMENTO.
60	ADMO FRANCISCO DE ABREU	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 12.11.79 EM ANDAMENTO.
61	EDISON PIMENTA DE SOUZA	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 12.11.79 EM ANDAMENTO.
62	JOSIAS PINTO RIBEIRO	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 12.11.79 EM ANDAMENTO.
63	NIVALDINA RIBEIRO ALVARENGA	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 19.12.79. DEFERIDO - E.Crim.
64	PEDRO DA CRUZ ESTEVÃO	I.R.S.	Liv. Condicional	Em, 21.11.79. EM ANDAMENTO.
65	DARCY RODRIGUES DOS SANTOS	I.R.S.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E.Crim. Em, 31.1.80. INDEFERIDO-E.Crim.
66	ARADU RODRIGUES	I.R.S.	Liv. Condicional	Em, 19.12.79. EM ANDAMENTO.
67	ALBERTO MONTEIRO DOS SANTOS	I.R.S.	Liv. Condicional	INDEFERIDO-Ao 12. Juiz de Anchieta - 06.2.80
68	JAIR FRAGA SANGALLI	ANCHIETA	Liv. Condicional Liberd. Viglada	EM ANDAMENTO. EM ANDAMENTO.
69	ALDENY MACIEL PEREIRA	ARACRUZ	Indulto	EM ANDAMENTO.
70	JOSÉ NAIDE DA SILVA	ARACRUZ	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
71	CLAUDIO EMEREGILDO DA SILVA	ITUNA	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
72	KILTON SUARIS	ITUNA	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIAÇÃO
73 -	JUVENIL SUARIS	ITUA	Indulto	EM ANDAMENTO
74	MANOEL AZEVEDO FILHO	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO
75	JOSÉ MACHADO	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 31.01.80.
76	MANOEL SILVESTRE FILHO	C.P.A.	Liv. Condicional	EM ANDAMENTO.
77	SILVERIO PÉCOLI	C.P.A.	Liv. Condicional	DEFERIDO - E. Crim. Em, 12.11.79.
78	EVILÁSIO FERREIRA FILHO	Advogado	Indulto	DEFERIDO - E. Crim. Em, 10.01.80.
79	VALDECI ALVES DA CUNHA	ITUA	Indulto	EM ANDAMENTO.
80	JOÃO GONSAL RONSEN	ITUA	Indulto	EM ANDAMENTO.
81	GABRIEL GOMES DE FÁRIA	ITUA	Indulto	EM ANDAMENTO.
82	CARLOS DE JESUS NEVES	ARACRÚZ	Clemência	EM ANDAMENTO.
83	MILTON FREIRE	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	INDEFERIDO - E. Crim.
84	ADENILDO FERREIRA SANTANA	C.P.A.	Indulto	Em, 10.01.80.
85	ALTARÍO INÁCIO SIQUEIRA	C.P.A.	Indulto	EM ANDAMENTO.
86	FRANCISCO BUQUERONI	C.P.A.	Indulto	EM ANDAMENTO.
87	ELIARINO FRANCELINO DIAS	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	EM ANDAMENTO.
88	JACI DA SILVA CAMPOS	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	EM ANDAMENTO.
89	VAILTON VENTURINI	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO - E. Crim.
90	CLEOMAR VICENTE DE PAULA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	Em, 12.11.79.

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
91	ALBERTO ZACHE	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO - E. Crim Em, 12.01.79 EM ANDAMENTO
92	FIGUEL VIANA DA SILVA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
93	DEIAS SILVESTRE RACHADO DE ALMEIDA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
94	MILTON SIQUEIRA ALVES	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO - E. Crim. Em, 10.01.80. EM ANDAMENTO.
95	MANOEL BANHOS NETO	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO - E. Crim. Em, 31.01.80. EM ANDAMENTO.
96	ANTONIO CASSIANO DE SOUZA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO a Redução INDEFERIDO o Livr. E. Crimi. em 31.01.80.
97	JOSE VIEIRA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
98	JOAO FABRICIO ROSA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
99	FRANCISCO SCARDUA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
100	JOAO LUIZ SCARDUA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
101	ANTONIO SCARDUA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
102	FRANCISCO GILSON BARRETO	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	
103	GILBERTO GOMES	C. Detenção	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
104	JOSÉ SANTANA	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
105	MARCOS ANTONIO DE FREITAS	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
106	ELDER ANTONIO DA SILVA	C. Detenção	Com. de Pena	EM ANDAMENTO.
107	JUSTAVO PEREIRA DOS SANTOS	C. Detenção		
108	RAIMUNDO JOSÉ DE SOUZA	C. Detenção		

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
109	SEBASTIAO CAETANO DIAS	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
110	ROBERTO CABRAL	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
111	LUIZ CARLOS CARNEIRO	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
112	LUIZ ALBERTO GOMES DOS SANTOS	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
113	ADEIR ALVES	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
114	CARLOS GOMES DOS SANTOS	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
115	TEOTONIO AMELIO BERNABE	C. Detenção	Com. de Pena	EM ANDAMENTO.
116	HELIO LUCAS	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
117	ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS	C. Detenção	Com. de Pena	EM ANDAMENTO.
118	JOSE PEDRO DE FREITAS	C. Detenção	Indulto	EM ANDAMENTO.
		Advogado		DEFERIDO - Ao Juiz de, Stã. Leopoldina.
				Em, 10.01.80.
119	CARLOS DE JESUS NEVES	Advogado	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
120	CARLOS AUGUSTO PIRES	IBIRACU	Prisão Albergue	EM ANDAMENTO.
121	ADENILDO FERREIRA SANTANA	EXEC. CRIMINAIS	Indulto	EM ANDAMENTO.
122	MESSIAS ROSA DA SILVA	EXEC. CRIMINAIS	Com. de Pena	DEFERIDO - E. Crim. Em, 31.01.80.
123	JOSE DE ASSIS	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO - E. Crim. Em, 10.01.80.
124	ELIAS FRANCISCO CHAGAS	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO - E. Crim. Em, 31.01.80.
125	DEALI DO CARMO	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO a Redução INDEFERIDO o Livr. Ex. Cr. - 10.01.80.

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
126	JOSÉ WELLINGTON BATISTA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	DEFERIDO - E.Crim. Em, 10.01.80.
127	JOSÉ FERREIRA JARDIM	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	DEFERIDO - E.Crim. Em, 19.12.79.
128	NICOLAU SIMER NETO	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
129	AMILTON PEREIRA BARCELOS	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	DEFERIDO - E.Crim. Em, 10.01.80.
130	MIGUEL BONIFACIO	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
131	JAFERSON FERNANDES DOS SANTOS	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
132	SEBASTIÃO WLIZIÁRIO DA SILVA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	DEFERIDO - E.Crim. Em, 10.01.80.
133	JOSÉ PEDRA MARTINS	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
134	WASHINGTON ALVES DA SILVA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
135	LEVI PEREIRA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
136	EMI COELHO NETO	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
137	JÓANES PROTÁSIO DE OLIVEIRA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
138	PEDRO JOSÉ DO NASCIMENTO	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	DEFERIDO - E.Crim. Em, 19.12.79.
139	ALZIRA ISMAEL	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
140	PEDRO LEITE	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	DEFERIDO - E.Crim. Em, 31.01.80.
141	JORGES ERNESTO CARDOSO	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
142	MANOEL PAIXÃO	C.P.A.	Liv. Condicional	EM ANDAMENTO.

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
143	JAIR MORAES MARQUES	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	INDEFERIDO-E.Crim. Em, 06.02.80.
144	ARI SILVA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
145	JUVENIL PEREIRA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
146	WALDO DOS SANTOS	C.P.A.	Red. de Pena	DEFERIDO - E.Crim.
147	BENEDITO COSTA AMORIM	C.P.A.	Red. de Pena	Em, 31.01.80.
148	SEBASTIAO BATISTA DOS SANTOS	C.P.A.	Red. e Livr.Cond.	INDEFERIDO-E.Crim.
149	JOSIAS ALVARINO DOS SANTOS	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	Em, 10.01.80.
150	JOSÉ ALVES GUNDES	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
151	JAIR JOSÉ RODRIGUES	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
152	ADELINO CORREA	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
153	JOSÉ RAFAELSKI FRANCO	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
154	ANTÔNIO DE SOUZA	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
155	DOMINGOS DE ANDRADE	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
156	INACIO JOAQUIM DO NASCIMENTO	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
157	SEBASTIAO DO NASCIMENTO	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
158	SUDARIO VIEIRA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	EM ANDAMENTO.
159	JOSÉ JOAQUIM DO NASCIMENTO	C.P.A.	Red. de Pena	DEFERIDO - E.Crim.
160	VALTEIR INACIO DA SILVA	C.P.A.	Red.e Livr.Cond.	Em, 31.01.80.

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
161	JOAO EFIGENIO DA SILVA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	INDEFERIDO - E. Crim. Em, 31.01.80; EM ANDAMENTO.
162	JOAO LINO DE SOUZA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	EM ANDAMENTO.
163	LOURISVALDO GABRIEL FERNANDO	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
164	ALAN KARDECK DE SOUZA DIAS	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO a Redução INDEFERIDO o Livr. E. Crim. - 31.01.80. EM ANDAMENTO.
165	ALFREDO NASCIMENTO DOS SANTOS	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
166	LAURA DOS SANTOS	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
167	ROBERTO DE SOUZA SANTOS	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
168	HELIO RODRIGUES DE ALMEIDA	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
169	JORGE CARVALHO	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
170	VEREDINO ALVES	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
171	ANADEU BROHNSCHERKEL	I.R.S.	Red. de Pena	DEFERIDO - E. Crim. Em, 06.02.80. EM ANDAMENTO.
172	PAULO ROBERTO RIBEIRO	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
173	JOSE FLITOSA	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
174	LAOQUE FIDELIS DA COSTA	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
175	ALBERTO MONTEIRO DOS SANTOS	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
176	FILDERICO ELIAS AREDT	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
177	CEBASTIÃO CASTELO	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
178	ANTONIO CARLOS LOPES	I.R.S.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
179	CECILIANO ANTONIO MARQUES	I.R.S.	Indulto Red. de Pena	EM ANDAMENTO.

	NOME	PROCEDENCIA	BLANFICIO	APRECIACAO
180	VALDEVINA MARIA DE JESUS	I.R.S.	Indulto	INDEFERIDO - E. Crim. Em, 06.02.80. 1ª ANDAMENTO.
181	ANTONIO EUSTAQIO DOS SANTOS	I.R.S.	Indulto	DEFERIDO - E. Crim. Em, 10.01.80.
182	EVILASIO FERREIRA FILHO	I.R.S.	Indulto	
183	JOSÉ CRUZ	I.R.S.	Red. de Pena	1ª ANDAMENTO.
184	ALDAIR FERREIRA DA SILVA	C. Detenção	Indulto	1ª ANDAMENTO.
185	JOSÉ CARLOS DE SOUZA ou PAULO S. NASCIMENTO	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	1ª ANDAMENTO.
186	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	C.P.A.	Indulto	1ª ANDAMENTO.
187	LUIZ DUTRA FRAGA	C.P.A.	Red. de Pena	1ª ANDAMENTO.
188	JOANINHO DE OLIVEIRA	C.P.A.	Red. de Pena	1ª ANDAMENTO.
189	LUIZ FORTUNATO DOS SANTOS	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	1ª ANDAMENTO.
190	JOSÉ ADRILO LÚCIO	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	DEFERIDO - E. Crim. Em, 31.01.80
191	VALDECI RODRIGUES DA SILVA	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	1ª ANDAMENTO.
192	FRANCISCO DO NASCIMENTO	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	1ª ANDAMENTO.
193	FRANCISCO GOMES FILHO	C.P.A.	Red. e Livr. Cond.	1ª ANDAMENTO.
194	JERÍ FRANCISCO DE SOUZA	C. Detenção	Com. de Pena	1ª ANDAMENTO.
195	EDISON PIMENTA DE SOUZA	C.P.A.	Red. de Pena	1ª ANDAMENTO.
196	DOMINGOS DE ANDRADE	Minist. Justiça	Graça	1ª ANDAMENTO.
197	IRACIO JOAQUIM DO NASCIMENTO	Minist. Justiça	Graça	1ª ANDAMENTO.
198	ANTONIO VERNICIO MENEZILDO	Minist. Justiça	Graça	1ª ANDAMENTO.
199	JOSÉ JOAQUIM NASCIMENTO	Minist. Justiça	Graça	1ª ANDAMENTO.

	NOME	PROCEDENCIA	BENEFICIO	APRECIACAO
200	VILADINO ALVES	Minist. Justiça	Graça	EM ANDAMENTO.
201	EMEDITO COSTA AMORIM	Minist. Justiça	Graça	EM ANDAMENTO.
202	SEBASTIAO NASCIMENTO	Minist. Justiça	Graça	EM ANDAMENTO.
203	ANTONIO VERAFCIO MENEGILDO	Minist. Justiça	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
204	LAURA DOS SANTOS	Defens. Pública	Livr. Condicional	EM ANDAMENTO.
205	BOACIR JOSE ROSSI	Advogado	Indulto	EM ANDAMENTO.
206	LIOMAR FERREIRA DOS SANTOS	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
207	GILBERTO PEREIRA DOS SANTOS	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
208	ANTONIO DOMINGOS LIRIO	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
209	JOSE DIAS DE LIMA	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
210	JOSE PINTO DA VITORIA	Exec. Criminais	Graça	EM ANDAMENTO.
211	ANDRE VICENTE	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
212	FRANCISCO DE ASSIS SILVA	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
213	JULIO CEZAR PIRES RIBEIRO	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
214	ARLINDO ANTUNES VIEIRA	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
215	JORO HELPIS BUZINE DE SOUZA	Exec. Criminais	Livr. Condicional	EM ANDAMENTO.
216	HILTON FERNANDES ASSUNÇÃO	Exec. Criminais	Indulto	EM ANDAMENTO.
217	ANTONIO VITOR	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
218	CARLOS PAULO RAMOS	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
219	JOAO AUGUSTO PEREIRA	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.
220	ANTONIO DE SOUZA	C.P.A.	Red. de Pena	EM ANDAMENTO.

MANICÔMIO JUDICIÁRIO

Unidade integrante do sistema penitenciário do Estado, criado em 1970, este órgão de regime especial recebe, para internação, a fim de submetê-los a terapêutica psiquiátrica e psicológica, mediante determinação judicial, indiciados, acusados e condenados e, ainda, a do agente isento de pena.

Na apreciação das sinopses pertinentes a esse órgão, poder-se-á bem avaliar sua atividade exercida em 1979.

PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA "DES. MÁRIO DA SILVA NUNES"

A idéia da instituição de um estabelecimento desse gênero surgiu no ano de 1961, quando foi declarada de utilidade pública para desapropriação a fazenda "Morro do Óleo", no município de Viana, com a área de 4.424.000,00 m².

Nos primeiros anos funcionou como dependência do IRS. Era um prolongamento seu, ocupando uma velha construção de arquitetura colonial onde se alojavam 30 (trinta) presos de excelente comportamento que se dedicavam à agricultura e à suinocultura.

O primeiro Regulamento para a Colônia Penal Agrícola, para dar ênfase ao trabalho dos presos e discipliná-los, foi assinado em 31 de agosto de 1970, com Decreto 075-N.

A experiência não só no Espírito Santo como em outros Estados, sensibilizou ao Governo Federal, que empreendeu uma nova dinâmica ao sistema penitenciário, com a valorização do ser humano, bem pontilhada na Lei Federal 6.416 e 24.05 77, com a criação dos sistemas penais de máxima, média e mínima segurança.

Dando prioridade ao sistema penal de média segurança, principalmente ao dedicado à agricultura, o Espírito Santo foi agraciado pelo Ministério da Justiça, com a total transformação da Colônia Penal Agrícola, que de um pavimento passou para 21 (vinte e um) pavilhões, com uma estrutura técnica avançada, destinada a acelerar a recuperação social do segregado, dotado de escolas, aprendizado profissional, hospital, trabalho, saúde, assistência médico-odontológica e amparo familiar e muito em breve, uma dedicação especial, aos familiares das vítimas, o novo edifício, dominando uma área de 267,38 ha foi solenemente inaugurado com a presença do Ministro de Estado da Justiça a 25.08.1978.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

O rápido e intenso processo de transformação econômica do Estado do Espírito Santo nos últimos anos e as profundas repercussões sociais dele decorrentes, vêm dia a dia, diversificando e tornando mais complexo o papel da Secretaria de Estado da Segurança Pública no seio da sociedade capixaba.

No conceito das Secretarias de Estado a Pasta da Segurança é um dos órgãos do Governo, com âmbito de ação voltado, exclusivamente, para a área social.

Partindo dos supremos objetivos consagrados no texto constitucional, quais sejam, assegurar as liberdades e garantir os direitos individuais, ao imperativo da ordem e da lei, da paz e tranquilidade social, impõe-se à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a consecução dos objetivos seguintes relativamente às suas atividades fins:

- 1 — Soluções de curto prazo para os problemas de trânsito nos centros urbanos.
- 2 — Dinamização do sistema de defesa civil na área estadual, com participação a'uante das forças comunitárias.
- 3 — Aperfeiçoamento da engrenagem policial.
- 4 — Integração do cidadão e da comunidade à segurança.
- 5 — Intensificação da ação educativa, preventiva, corretiva e repressiva de segurança.
- 6 — Reaparelhamento de material e equipamentos dos órgãos encarregados da operação policial.
- 7 — Reformulação e humanização do sistema carcerário.

Refletindo o propósito governamental de imprimir maior operacionalidade policial, em contrariar os propósitos de contenção de despesas, empenhou-se a Secretaria de Estado da Segurança Pública em atenuar o problema da defasagem dos recursos humanos em relação às exigências do estágio atual da sociedade capixaba, através de contratações e substituições, até a realização de concursos para provimento das vagas pois que, sem dúvida, o emperramento da máquina policial, se constituía em grave ameaça a nossa administração.

Assim, mediante contrato regido pela CLT, foram admitidos:

I — Datiloscopista	— 19
II — Necroscopista	— 05
III — Médico Legista	— 03
IV — Fotógrafo Criminalístico	— 10
V — Perito Criminalístico	— 07
VI — Auxiliar de Datiloscopista	— 10

e nomeados em substituição:

I — Comissário de Polícia	— 02
II — Escrivão de Polícia	— 10
III — Detetive	— 12
IV — Guarda de Presídio	— 01
V — Perito Criminalístico	— 02
VI — Datiloscopista	— 02
VII — Auxiliar de Datiloscopista	— 04
VIII — Auxiliar Administrativo	— 02
IX — Oficial Administrativo	— 02
X — Contínuo	— 02
XI — Técnico em Comunicações	— 01
XII — Motorista de Segurança	— 02

Em agosto de 1979, deu-se início a um trabalho de reciclagem do pessoal, mediante cursos de aperfeiçoamento, quando novos e mais amplos conhecimentos foram ministrados a Escrivão de Polícia e Detetives com exercício na área da Grande Vitória.

Neste ano de 1980, pretende-se alcançar com os cursos todas as categorias policiais da SGPC.

A contratação e o provimento mediante substituição são admissões de caráter temporário, são paliativos usados em emergências, em eventualidades, mas a Segurança Pública deve estar provida de pessoal permanente, com aspiração a ascensão na escala funcional, com propósito de profissionalizar-se, dedicando-se aos árduos

misteres que a carreira policial oferece e que deverá ser o de legislação específica oportunamente.

Os contratados e os substitutos, por isso mesmo, não podem ter presença duradoura na Secretaria de Estado da Segurança Pública, pois no decorrer deste ano deverão ser abertos concursos para preenchimento das seguintes vagas:

I — Comissário de Polícia	— 20
II — Escrivão de Polícia	— 54
III — Médico Legista	— 25
IV — Detetive	— 52
V — Guarda de Presídio	— 241
VI — Motorista de Segurança	— 130
VII — Datiloscopista	— 19
VIII — Necroscopista	— 26

No ano de 1979, três grandes conquistas marcaram um capítulo na história da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

— A inauguração da Escola de Polícia Civil do Espírito Santo;

— A implantação de moderno sistema de Telecomunicações;

— Aumento do efetivo da Polícia Militar para 5.000 homens.

A Escola de Polícia tornou-se, afinal, realidade.

A 1º de agosto de 1979, inaugurava-se com Magna Aula que teve a satisfação de proferir, a Escola de Polícia do Espírito Santo, concretizando-se assim antiga aspiração de todos quantos se integram no setor da Segurança Pública.

A 27 de agosto, começava o primeiro curso de aperfeiçoamento da EPES, com 45 alunos. Daí para cá, com um programa que já implica uma aceção mais vasta, mais flexível e mais dinâmica o novo órgão vem ministrando cursos com ensinamentos técnicos e práticos no campo da criminologia.

Selecionou e utilizou-se de instrutores altamente gabaritados, em sua maioria, professores universitários, o que nos tem permitido colher excelentes resultados.

Dispondo de sede própria, onde foram despendidos Cr\$ 1.111.818,00 (Hum milhão, cento e onze mil e oitocentos e dezoito cruzeiros), e exemplarmente dirigida e administrada, distingo a Escola de Polícia do Espírito Santo como uma iniciativa de feliz inspiração.

Ao longo da década, os órgãos de segurança instrumental, estiveram defasados ante o crescimento da criminalidade no Estado, parceira permanente do desenvolvimento econômico.

Partindo desta premissa, diligenciamos no sentido de montar um esquema de segurança compatível com as necessidades da população.

Até 1979, funcionando com arcaica rede da radiocomunicação, concluiu-se que também nesse setor residia um dos grandes entraves à eficiência do nosso sistema

Urgia, pois, remover esse óbice, sem o que pouco ou nada representaria o melhoramento dos recursos humanos.

Com a abertura do crédito especial de Cr\$. 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros) a Secretaria de Estado da Segurança Pública adquiriu uma nova e completa aparelhagem de radiocomunicação canalizada em ondas de frequência de acordo com normas estabelecidas pelo DENTEL, que permitirá total cobertura de todos os pontos do território espírito-santense.

O projeto se encontra em fase final de instalação, permitindo-nos informes preciosos e imediatos sobre ocorrências e transmissão de instruções de serviço que na maioria das vezes, devem ser colocadas em prática de imediato, ensejando maior eficiência das operações policiais e proporcionando maior segurança e tranquilidade às comunidades.

AUMENTO DO EFETIVO DA POLÍCIA MILITAR

Coerentemente com as medidas adotadas na área da polícia civil, com vistas a ampliar o instrumental de segurança na conformidade e na proporção do crescimento populacional e do desenvolvimento sócio-econômico, obteve o benefício da nobre Assembléia Legislativa para elevar o efetivo da Polícia Militar de 3.788 para 5.000 homens.

Conquanto esse acréscimo de 1.212 vagas represente vultoso aumento de despesas, achei por bem torná-lo efetivo, pois o regime de economia a que estão submetidos todos os setores da administração estadual, por mais severo que seja — e realmente o é — não pode e não deve comprometer a segurança pública.

Filiado a nova política penitenciária nacional, expressa na filosofia: "AJUDAR O PRESO A AJUDAR-SE", no mês de julho passado a Secretaria de Estado da Segurança Pública constatou "in loco" as condições precárias em que se encontrava a Casa de Detenção.

Tal estado se entende desde o segregado, ao mais qualificado funcionário do estabelecimento, pois não há o mínimo conforto funcional e as acomodações carcerárias são sub-humanas.

Avaliadas as necessidades e orçadas as despesas, já está o Governo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros), através da Lei nº 3.298 de 16.11.79, para reforma e ampliação da Casa de Detenção, cujas obras deverão ser iniciadas nos primeiros meses de 1980.

Complementando aquelas medidas de proteção da saúde dos presos carentes, está sendo providenciada a instalação, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, de um novo equipo odontológico com instrumental completo e a lotação de um cirurgião-dentista e três médicos.

DESATIVAÇÃO E REFORMA DE CUBÍCULOS

Estava causando sérias apreensões o recolhimento de detentos aos cubículos instalados no 2º pavimento do edifício da Secretaria de Estado da Segurança Pública, pois que, além da má acomodação a proximidade com o Departamento de Administração causava justa preocupação aos funcionários.

O problema foi resolvido adequadamente com a construção de novos cubículos na parte térrea e a desativação daqueles do 2º pavimento.

CONCLUSÃO DAS OBRAS E INAUGURAÇÃO DA DELEGACIA DE COLATINA

Uma dependência policial à altura da grandeza da sociedade da próspera sede do Município de Colatina, era uma aspiração da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Ao término do primeiro semestre, contando com apoio de entidades alheias ao Poder Executivo Estadual, foram concluídas as obras da Delegacia Municipal de Colatina.

Traça-se de uma construção de vulto, que em linhas gerais, obedeceu a cuidadoso projeto arquitetônico, edificada em local estratégico da cidade, com dois grandes pavimentos, contendo amplas dependências funcionais e carcerárias, inaugurada a 10 de outubro do ano passado.

REAPARELHAMENTO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DOS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA OPERAÇÃO POLICIAL

A modernização instrumental de forma a se aproximar de organismos policiais de outras unidades da Federação mais avançadas, tem sido uma constante da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Entendendo esta necessidade, o Governo do Estado acolheu suas reivindicações, no que diz respeito às Taxas

e emolumentos recolhidos aos cofres públicos através de serviços prestados pelo Poder de Polícia, a fim de serem revertidos em favor dos órgãos de segurança, para atender, em caráter complementar, a ampliação e dinamização de programas, serviços e atividades relacionadas com o setor de segurança pública, compreendendo, especialmente, investimentos com ins alações, material e equipamentos.

Com o evento da Lei nº 3.321 de 28 de dezembro de 1979, foi instituído o FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-FESP/ES, regulamentado com o Decreto nº 1.959, de 08 de fevereiro de 1980.

PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO: FORÇAS COMUNITÁRIAS/SESP

Algumas medidas somente podem ser realizadas com investimentos muito altos e nem sempre disponíveis.

Atentos a esta particularidade e ao dever precípua de preservar, assegurar e garantir a tranquilidade pública, cuidou a Secretaria de Estado da Segurança Pública de estabelecer uma programação que, ao mesmo tempo em que integra ação conjunta do cidadão, das forças comunitárias, das entidades filantrópicas, entidades religiosas, entidades de direito privado e entidades de direito público estadual e municipais com a Secretaria de Estado da Segurança Pública no combate à criminalidade, permite canalizar recursos com objetivo de fortalecer o esquema de segurança na capital e no interior do Estado, bem como construção e melhora no aspecto estético de diversas dependências policiais.

Com base nesta programação, alcançaram-se os seguintes resultados:

- a) Cessão de um imóvel em Jardim da Penha, para instalação da Delegacia local;
- b) Cessão de uma sala da CEASA, para instalação de um posto Policial;
- c) Reforma da Delegacia de Pancas;
- d) Reforma e ampliação da Delegacia de Montanha;
- e) Doação de terreno e material para construção da Delegacia de Flexal;

- f) Doação de livros para a Biblioteca da EPES.

Material de cama e de limpeza para a DEML, Casa de Detenção, Delegacia da Praia do Canto, Carceragem de Bento Ferreira, etc.

Colaboração da Prefeitura Municipal de Nova Venécia, para auxiliar funcionário da Superintendência de Polícia Técnico-Científica, no Posto de Identificação instalado naquela cidade, para atendimento a requisições de Cartelas de Identidade e Atestados de Antecedentes.

Construção da Garagem do Corpo de Bombeiros na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, com auxílio da Prefeitura, de comerciantes e Loja Maçônica locais.

Apoio para conclusão das obras de construção da Delegacia de Colatina provindo do Rotary Club, Lions Club e Loja Maçônica daquela cidade.

Otras doações de menor vulto, mas igualmente constituindo contribuições de grande utilidade para o setor da segurança pública, confirmam que a iniciativa tem dado resultados satisfatórios.

OPERAÇÕES POLICIAIS

Numa escala de valores que tem como fundamento do desenvolvimento o Bem Comum cabe ressaltar que a estabilidade social não se atinge, sem observância de ordem e tranquilidade pública.

Partindo deste princípio, procurou a Secretaria de

Estado da Segurança Pública dar continuidade às operações e atividades policiais, enfatizando as seguintes:

- * Policiamento ostensivo fardado, executado pela PMES, através da conhecida dupla "Coque e Damião", no centro da cidade e bairros da Grande Vitória, no horário comercial e durante à noite;
- * Policiamento ostensivo, executado por duplas de militares, durante o verão, nas praias da Grande Vitória e do litoral espírito-santense;
- * Implantação de um esquema de inspeção aos diversos setores da SGPJ e Distritos Policiais da Grande Vitória, pelo próprio titular da Pasta e seus Assessores, nos fins de semana;
- * Policiamento Rodoviário Estadual nas Rodovias do Sol, desde Vila Velha e Guarapari e Carapina até a altura de Nova Almeida, em convênio com o DENATRAN e DER-ES;
- * Operação "TROMBADINHA" na Grande Vitória, durante o exercício de 1979, para diminuir o índice de batedores de carteiras;
- * BLITZ contra furtos de veículos na Grande Vitória;
- * Repressão aos JOGOS DE PRAIA; e
- * Repressão aos JOGOS DE AZAR, especialmente em Guarapari.

criação de novos distritos policiais

O desenvolvimento econômico do Estado, implica em natural expansão demográfica, com incidência de maior concentração em locais próximos às áreas de atividades. O fato obriga aos órgãos do poder público, manter sob estrito controle, essas áreas.

Os problemas gerados por esse fenômeno migratório interno, amplamente conhecidos, conduziram a atual Administração a adequar a estrutura da Superintendência Geral de Polícia Civil à realidade, provendo-a do necessário para sua melhor atuação, sobretudo na área da Grande Vitória, onde o fenômeno se faz presente mais insistente e em maior volume.

Providências foram tomadas, pois, no sentido de ampliar e fortalecer o organismo policial responsável pelo exercício das polícias judiciárias e administrativa nas áreas de maior concentração urbana com prioridade na da Grande Vitória.

Concretamente, as realizações foram estas:

Foram extintos:

- 07 Distritos Policiais de 1a. Categoria
- 02 Distritos Policiais de 2a. Categoria
- 06 Distritos Policiais de 3a. Categoria
- 05 Subdelegacias de Polícia de 1a. Categoria
- 04 Subdelegacias de Polícia de 2a. Categoria

Foram criados:

- 08 Distritos Policiais de 1a. Categoria
- 09 Distritos Policiais de 2a. Categoria
- 02 Distritos Policiais de 3a. Categoria
- 07 Subdelegacias de Polícia de 1a. Categoria
- 10 Subdelegacias de Polícia de 2a. Categoria

Foram reclassificados:

- 02 Distritos Policiais
- 01 Delegacia Municipal de Polícia
- 02 Subdelegacias de Polícia

Foi dada nova jurisdição a:

- 23 Distritos Policiais
- 33 Subdelegacias de Polícia na Grande Vitória
- 17 Distritos Policiais — no interior do Estado.

A SESP NA DEFESA CIVIL

Dentro da concepção de que o HOMEM é o objetivo maior do Estado, a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da Coordenação Estadual de Defesa Civil — CEDEC, tem se empenhado, com recursos e esforços próprios somados aos de todas as entidades públicas e privadas na defesa da populações atingidas pelos fenômenos naturais que, lamentavelmente, se têm abatido em áreas do nosso Estado.

Em março de 1979, — o fato é notório e ainda está na lembrança de todos — era caótica a situação ante 30 dias consecutivos de chuvas torrenciais que caíram sobre o nosso Estado, causando prejuízos vultosos, levando-nos ainda, o triste saldo de 8 mortes e aproximadamente 100.000 desabrigados.

Em socorro dessas populações, o Governo Federal prontamente enviou ao CEDEC a verba de Cr\$...... 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros), recursos que esse órgão estadual vem aplicando criteriosamente desenvolvendo larga atividade recuperativa nos municípios atingidos pela catástrofe, já tendo despendido Cr\$. 276.000.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões de cruzeiros).

A recuperação total dos danos sofridos, não obstante o maior empenho do Poder Público, não é o objetivo a ser alcançado pois que a tanto não poderia responsabilizar-se, o Erário, mas, inegavelmente, dentro dos limites razoáveis da assistência que ao Estado cumpre atender, os flagelados, vítimas das enchentes e inundações receberam a ajuda governamental.

ACORDO E CONVÊNIOS

Planos e programas de serviços da área da Secretaria de Estado da Segurança Pública foram e estão sendo executados em observância a entendimentos fixados em Acordo e Convênios com outras entidades.

Pela sua importância, dadas as finalidades objetivadas destacam-se, dentre eles:

— Acordo Especial entre EPES/SMO-PIPMO destinado a uma das turmas do curso de detetive.

Convênio SESP (PMES)/DERES, destinado a estabelecer reciprocidade de normas para execução do Policiamento Rodoviário Estadual.

De prestação de serviços sociais, a fim de garantir a assistência de saúde adequada, com ênfase na prevenção, e a melhoria das condições de vida da população.

Essas ações deverão ser realizadas de modo articulado com as demais atividades da administração pública, visando a integração das ações e a participação da comunidade na tomada de decisões e na execução das atividades.

Estas ações deverão ser realizadas de modo articulado com as demais atividades da administração pública, visando a integração das ações e a participação da comunidade na tomada de decisões e na execução das atividades.

As atividades deverão ser realizadas de modo articulado com as demais atividades da administração pública, visando a integração das ações e a participação da comunidade na tomada de decisões e na execução das atividades.

As atividades deverão ser realizadas de modo articulado com as demais atividades da administração pública, visando a integração das ações e a participação da comunidade na tomada de decisões e na execução das atividades.

ANEXO I - OBJETIVOS

Atividade 1 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 2 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 3 - Realização de cursos de capacitação

Atividade 4 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

2.1. Objetivos Gerais

Atividade 1 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 2 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 3 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 4 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 5 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 6 - Realização de cursos de capacitação para os servidores públicos, visando a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Atividade 7 - Realização de cursos de capacitação

Atividade 8 - Realização de cursos de capacitação

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E DO BEM ESTAR SOCIAL

Os programas de ação Social executados nesta Secretaria de Estado espelham, com fidelidade, o traçado técnico que cada setor confere à sua área de atuação.

Uma nova dimensão de política de ação Social está sendo adotada neste Governo, com premissas determinadas pela integração institucional, eliminando paralelismo descabidos; pela integração Governo-Comunidade com vistas a promover a sensibilidade e a motivação comunitária, sobretudo através do trabalho voluntário, para atingir-se um padrão Social condigno.

Nossas prioridades, no campo de ação, contemplam, primordialmente, ao menor carente, pretendendo, pelo tratamento preventivo, impedi-lo de tornar-se um "menor em situação irregular".

Os aglomerados urbanos chamados "bolsões de pobreza" constituem a segunda prioridade em que se encontram, reclamando solução urgentes.

No sentido de alcançar os objetivos e finalidade a que se destina, a SEBS desenvolve, direta e indiretamente, uma programação nas áreas de trabalho, ação comunitária, migração e emprego, cultura e lazer, habilitação e assistência social. Os resultados obtidos em 1979, encontram-se dimensionadas nas páginas a seguir.

Apoio Logístico

Atendimento a 155 dirigentes de entidades, para registro das entidades, recebimento, aplicação e prestação de contas de recursos financeiros;

Estudo, acompanhamento e análise de prestação de contas de 115 repasses financeiros, sob a forma de auxílio e/ou subvenções;

Atualização de registro de 5 entidades;

Entrosamento com LBA, Clubes de Serviços, Igrejas Católicas e Protestantes, onde foram identificados um total de 98 grupos não institucionalizados prestando assistência à população carente.

1.3. Recursos Alocados

Transferência de Recursos: Foram liberados Cr\$.. 442.000,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil cruzeiros), sob a forma de subvenção e auxílio.

O quadro a seguir demonstra as entidades beneficiadas por município:

Solicitação dos recursos financeiros necessários, acompanhado da listagem do material a ser adquirido;

Desenvolvimento das atividades programadas e organização de bazar, exposição e/ou feiras livres por ocasião do encerramento dos cursos.

Foram recrutados e dinamizados 153 grupos, atingindo um total de 2.107 pessoas.

As principais ações empreendidas junto a essa clientela foram:

Comemorações Cívico-Social	350
Recreação Orientada	490
Atividades Artísticas e Culturais	75
Campanhas	218

Bazar e Feiras	75
Cursos de Educação Doméstica e Familiar	357
3. ATIVIDADE: Apoio à Educação Pré-Escolar	

3.1. Objetivos: — Desenvolver na família a compreensão de si mesma como elemento responsável pelo desempenho de determinadas funções junto à criança;

Esclarecer a comunidade sobre as necessidades da criança pré-escolar e a importância da natureza da atividade;

Desenvolver o hábito de participação do Movimento Comunitário.

3.2. Descrição da Atividade

Esta atividade foi executada em integração com a Secretaria de Estado da Educação e Campanha Nacional de Alimentação Escolar, tendo a SEBS as atribuições específicas de mobilização da comunidade e de atuação junto à família do Pré-Escolar. A SEDU e a CNAE ficaram responsáveis pela Assistência Psico-pedagógica e Nutricional, respectivamente.

No ano de 1979, funcionaram salas do pré-escolar em 19 (dezenove) entidades localizadas em Vila Velha, Serra, Vitória, Afonso Cláudio, Nova Venécia e Colatina, incluindo aquelas implementadas junto a 5 (cinco) Centros Sociais Urbanos, nos municípios acima mencionados, com execução de Afonso Cláudio.

A triagem da clientela foi efetuada no início do ano letivo, durante a matrícula, mediante critérios pré-estabelecidos, dentre os quais, a carência sócio-econômica.

Foram atendidas, pela atividade, cerca de 500 crianças. Basicamente, as mães foram orientadas em relação às suas responsabilidades na educação da criança e participação ativa da família junto à atividade do pré-escolar, atuando em regime de escala, como auxiliar de monitor, ficando, inclusive, responsável pela merenda.

Cerca de 500 famílias, receberam atenção através de formação e manutenção de 15 grupos de mães.

Atuação junto às diretorias dos Movimentos Comunitários foi levada a efeito através de reuniões, onde foram elaboradas e discutidas as funções das mesmas com relação ao desenvolvimento da atividade.

4. ATIVIDADE: Atendimento ao Idoso

4.1. Objetivos: — Elevar o grupo de convivência social do idoso, estimulando-o à formação de novas amizades e à melhoria do relacionamento inter-pessoal;

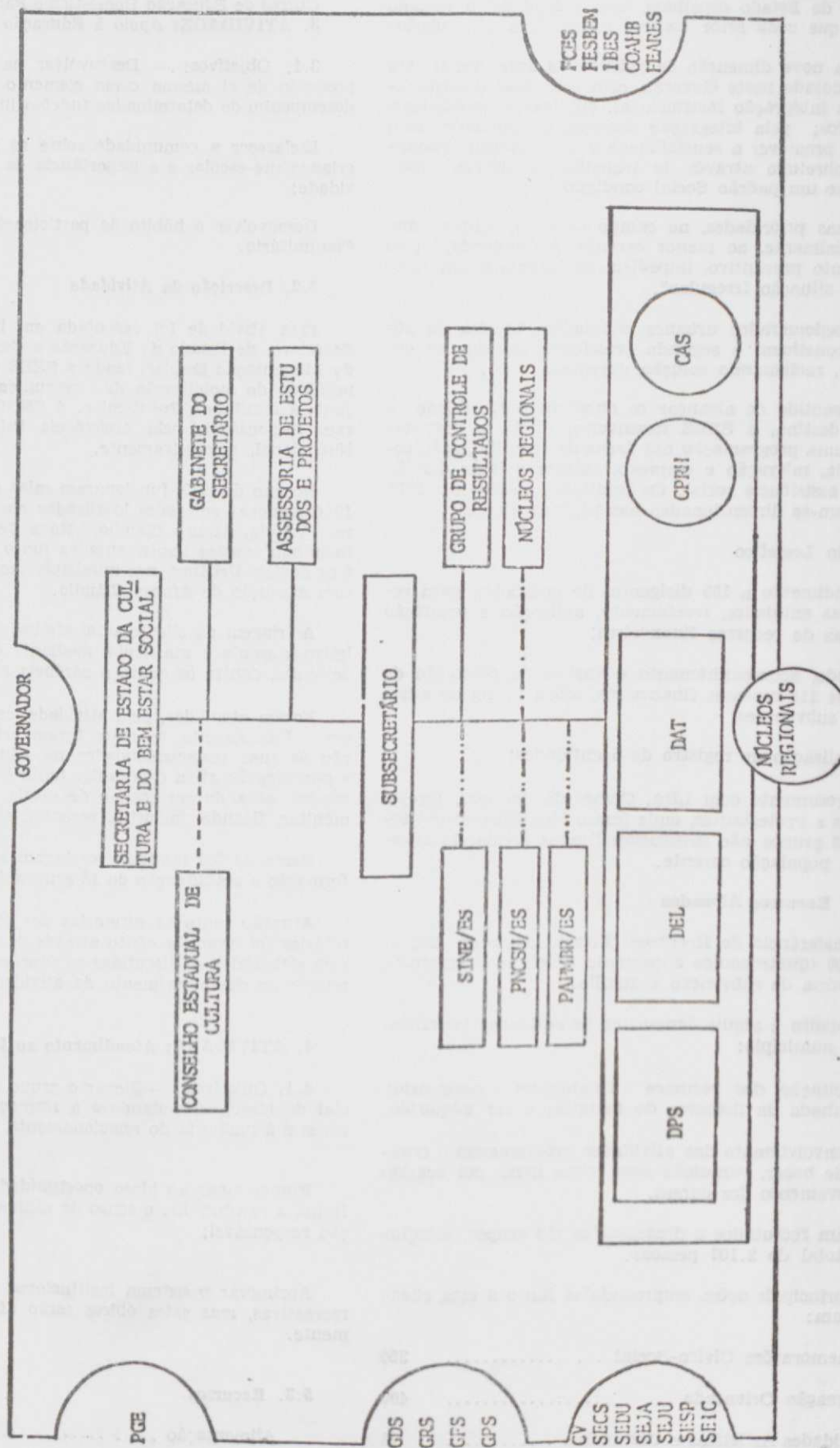
Proporcionar ao idoso oportunidade de ocupação, de forma a restituir-lhe o senso de utilidade e de participação responsável;

Aprimorar o sistema institucional e comunicativas e recreativas, mas estes óbices serão afastados oportunamente.

5.3. Recursos

Alimentação	25.345,00
Material de Consumo	4.800,00

GRÁFICO 02 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SERS



A jurisdição do Departamento de Promoção Social inclui o planejamento, reunião de recursos, execução e controle das atividades que integram o Programa de "Ação Social e Comunitária".

Este Programa tem como objetivos:

a. Proporcionar à população oportunidade de gerir o seu próprio processo de mudança social, desencadeando e/ou acelerando-o quando inexistente ou moroso;

b. Educar a população para o estudo e busca de meios para solucionar e/ou prevenir os próprios problemas sociais;

c. Acionar recursos institucionais existentes no Espírito Santo, visando dinamizar a prestação de Serviços Sociais a nível local.

Em sua operacionalização busca atingir a clientela de um modo geral, com ênfase, porém, nos segmentos aguda e relativamente marginalizados por apresentarem características que dificultam o acesso aos bens e serviços.

A abordagem metodológica adotada norteia-se pelos princípios de autodeterminação e participação comunitária em todas as suas fases.

1. ATIVIDADE: Orientação Técnica e Ajuda Financeira às Entidades Sociais

1.1. Objetivos: — Capacitar lideranças e moradores na reflexão de seus problemas possibilitando uma tomada de decisão na solução dos mesmos;

Promover a coordenação e orientação técnica às entidades sociais subvencionadas pela SEBS;

Dotar as entidades de recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento de programas compatíveis com os interesses da comunidade.

1.2 Descrição das Atividades Desenvolvidas

Não dispondo a SEBS de infra-estrutura técnica-administrativa suficiente para assumir o atendimento à população carente, julgou conveniente transferir recursos financeiros às Entidades Sociais existentes no Estado, bem como prestar-lhes uma assistência técnica mais efetiva, através do desenvolvimento de programa que vise orientar o processo de ação social e comunitária, engajando-se na luta da população por melhor nível de vida.

Essas entidades, denominadas Movimentos Comunitários e Obras Sociais, são "Instituições autônomas, organizadas a partir da iniciativa de grupos de moradores, que visam, entre outros objetivos, a introdução de melhorias em suas comunidades".

Configuram-se como moralidades de prestação de serviços a orientação direta e indireta de serviços.

A orientação direta caracteriza-se pela presença dos técnicos nas obras sociais e/ou comunidades selecionadas, através do relacionamento direto com a clientela, dirigentes de entidades e lideranças em geral.

Tais entidades foram selecionadas entre áreas carentes de equipamentos sociais urbanos e por apresentarem as seguintes características:

Quadro de liderança organizada e atuante com possibilidades de efeito multiplicador;

Interesse dos moradores em participar dos trabalhos;

Existência de grupos voluntários que buscam soluções para problemas locais;

Áreas localizadas na sede dos municípios;

Facilidade de acesso do técnico.

A orientação indireta foi prestada através da presença semanal, quinzenal ou mensal do técnico e/ou auxiliar, junto às diretorias das entidades.

A sistemática básica adotada em todo o desenvolvimento do trabalho consistiu em:

Estudo e discussão dos problemas locais, elaboração de programa e avaliação das ações empreendidas;

Orientação quanto aos aspectos técnicos e administrativos, para efeito de cumprimento das normas estatutárias das entidades, fixação e liberação de recursos;

Treinamento de lideranças para capacitação a melhor desempenho das suas funções frente à comunidades;

Efetivação e/ou atualização de Registro das Entidades na SEBS e Conselho Nacional de Serviço Social;

Apoio aos dirigentes de entidades no que se refere ao estudo de casos sociais para prestação de atendimento de emergência.

Em 1979, foi prestada orientação técnica a 81 entidades sociais localizadas na Grande Vitória e Municípios abrangidos pelas Centrais Regionais e Municípios de Serviços.

Para o desenvolvimento das atividades foram empreendidas as seguintes ações:

Apoio Técnico

Reuniões comunitárias	2.737
Assembléias Gerais	75
Visitas domiciliares	4.805
Encaminhamentos diversos	1.850
Treinamento e encontros de lideranças	55

Mutirões	31
--------------------	----

Apoio Legístico

Atendimento a 155 dirigentes de entidades, para registro das entidades, recebimento, aplicação e prestação de contas de recursos financeiros;

Estudo, acompanhamento e análise de prestação de contas de 155 repasses financeiros, sob a forma de auxílios e/ou subvenções;

Atualização de registro de entidades sociais;

Registro de 5 entidades;

Entrosamento com LBA, Clubes de Serviços, Igrejas Católicas e Protestantes, onde foram identificados um total de 98 grupos não institucionalizados prestando assistência à população carente.

MUNICÍPIO — ENTIDADES

VITÓRIA

C.S. de Andorinhas
Mov. Com. do Bairro de Vereador Favalessa
Instituto Luiz Brailier
Núcleo Com. do Bairro da Penha
C.S.U. de Santo Antonio
Mov. Com. Maria Clementina Veloso Santos
Mov. Com. Morro São José
Associação das Damas de Caridade
Mov. Com. Bela Vista
Ilha das Cadeiras
Inhanquetá
Andorinhas
Obra Social Nossa Senhora das Graças

VILA VELHA

C.S.U. de Boa Vista
Mov. Com. de Alecrim
Mov. Com. de Ilha das Flores

Mov. Com. de Santa Rita de Cássia
Mov. Com. de Rio Marinho
Mov. Com. de Ataíde
Mov. Com. de Aribiri
Mov. Com. de Santa Inês
Mov. Com. de Alvorada
Mov. Com. de Vila Garrido
Mov. Com. da Glória
Mov. Com. de Jardim Marilândia
Mov. Com. de Cobi
Conferência Nossa Senhora Aparecida São Vicente de Paulo
Dispensário São Judas Tadeu
Obra Social Frederico Ozanan (Aribiri)

MUNICÍPIO — ENTIDADES

SERRA

C.S.U. de Carapina
Centro Social da Serra
Centro Social Nova Almeida Joaripe
Centro Com. São José de Carapina
Centro Social de Jacaraípe
Centro Social de Manguinhos

CARIACICA

Centro Com. de Porto de Santana
Obra Com. de Itanguá e M.B. OCIMBRA
Boa Sorte

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Obra Social São Francisco de Assis
S. de Proteção e As. a Velhice Desamparada
Associação das Damas de Caridade
Obra Social Santa Cecília
Obra Social Santa Cândida e Espírita Cândido
C. Operário e de Proteção Mútua
Obra Social Santa Rita (Zita)
Obra Paroquiana de As. e Caridade
Abrigo de Velhos Adelson M. S. Hab. "Waldir F. Amorim"
Comite de Ex. R. de Jaciguá
Sociedade São Vicente de Paula

MIMOSO DO SUL

Obra Social São José Operário

MUQUI

Obra Social Santa Rita de Cássia
Abrigo da Velhice Desamparada
Conf. Nossa Senhora das Graças
Sociedade São Vicente de Paula

MUNICÍPIO — ENTIDADES

CASTELO

A. Luiza de Marilac
Asilo dos Velhos Desamparados
Abrigo de Velhas
APAE

ALEGRE

Obra Social São Francisco de Assis
Obra Social de Oliveira Leal
Obra Social Nossa Senhora Aparecida
As. Luiza de Marilac
Lar Espírito Santense da Criança

ATILIO VIVACQUA

Fundação As. Social São João Batista
Fundação Carolina Fraga

VENDA NOVA

Ação Social de Vila Betânia

COLATINA

Associação das Damas de Caridade
Associação de Pais e Mestre Silvio S. Vitall
Associação dos Moradores do Bairro Honório Fraga
Casa do Vovô Simeão
Asilo Pai Abraão
Obra S. Escola Prof. São Pio X
M. C. dos Bairros S. Vicente e Colatina V.
Associação Agro-Cultural de Marilândia

BAIXO GUANDU

Lar Velhice "Angelo Passos"

MUNICÍPIO — ENTIDADES

PANCAS

As. Melhoramentos de Pancas
C.S.S. Luiza da P. de Pancas

IBIRAÇU

Associação Beneficente Cultural de João Neiva

SÃO GABRIEL DA PALHA

Soc. P. de Beneficência e Cultural de São Gabriel da Palha

AFONSO CLAUDIO

Sociedade Pró Des. de Afonso Cláudio
Ação Social Luiz A. Xavier
Centro Espírita, Paz, Amor e Caridade
Conferência S. Vicente de Paula S. Sebastião

ITARANA

Ação Social de Itarana

GUARAPARI

Centro dos Lavradores Unidos para o Progresso

NOVA VENÉCIA

Grupo Assist. de Melhoria e Auto Ajuda
C.S.U. de Nova Venécia
Inst. Educacional e Assistencial Comboniano
Centro Educativo Recreativo e Associação Atlético de São Mateus
Sociedade Administrativa Empreendedora Pio Sociedade de Estrela do Mar

2. ATIVIDADE: Orientação a Grupos

2.1. Objetivos:

- Desenvolver e/ou aprimorar o senso de cooperação e ajuda mútua e de participação social e comunitária;
- Possibilitar a prática de atividades recreativas e culturais que estimulem a criatividade e a liberação de tensões;
- Incentivar o aprendizado de atividades artesanais e consequente formação de novas fontes de renda familiar.

2.2. Descrição da Atividade

A formação e dinamização de grupos vêm sendo uti-

lizadas como recurso instrumental na prestação de serviços à clientela. Através de grupos, procurou-se atingir uma clientela nas mais diversas faixas etárias, e foram desenvolvidas atividades de caráter informativo, lúdico e profissionalizante.

A atividade foi dinamizada em fases distintas, a saber:

Fase Preparatória:

- Estabelecimento das metas a serem alcançadas (previsão do n.º de grupos);
- Inclusão na proposta orçamentária dos recursos financeiros necessários;

Fase de Execução:

- Motivação, inscrição, seleção e formação dos grupos, conforme critérios definidos;
- Elaboração com os respectivos grupos do Programa de atividades a ser cumprido;
- Solicitação dos recursos financeiros necessários, acompanhado da listagem do material a ser adquirido;
- Desenvolvimento das atividades programadas e organização de bazar, exposição e/ou feiras livres por ocasião do encerramento dos cursos.

Foram recrutados e dinamizados 153 grupos, atingindo um total de 2.107 pessoas.

As principais ações empreendidas junto a essa clientela foram:

Comemorações Cívico-Sociais	350
Recreação Orientada	490
Atividades Artísticas e Culturais	75
Campanhas	218
Bazar e Feiras	75
Curso de Educação Doméstica e Familiar ...	357

3. ATIVIDADE: Apoio à Educação Pré-Escolar

3.1. Objetivos:

- Desenvolver na família a compreensão de si mesma como elemento responsável pelo desempenho de determinadas funções junto à criança;
- Esclarecer a comunidade sobre as necessidades da criança pré-escolar e a importância da natureza da atividade;
- Desenvolver o hábito de participação do Movimento Comunitário.

3.2. Descrição da Atividade

Esta atividade foi executada em integração com a Secretaria de Estado da Educação e Campanha Nacional de Alimentação Escolar, tendo a SEBS as atribuições específicas de mobilização da comunidade e de atuação junto à família do Pré-Escolar. A SEDU e a CNAF ficaram responsáveis pela Assistência Psico-pedagógica e Nutricional, respectivamente.

No ano de 1979, funcionaram salas do pré-escolar em 19 (dezenove) entidades localizadas em Vila Velha, Serra, Vitória, Afonso Cláudio, Nova Venécia e Colatina, incluindo aquelas implementadas junto a 5 (cinco) Centros Sociais Urbanos, nos municípios acima mencionados, com exceção de Afonso Cláudio.

A triagem da clientela foi efetuada no início do ano letivo, durante a matrícula, mediante critérios pré-estabelecidos, dentre os quais, a carência sócio-econômica.

Foram atendidas, pela atividade, cerca de 500 crianças. Basicamente, as mães foram orientadas em relação às suas responsabilidades na educação da criança e participação ativa da família junto à atividade do pré-escolar, atuando em regime de escala, como auxiliar de monitor, ficando, inclusive, responsável pela merenda.

Cerca de 500 famílias, receberam atenção através de formação e manutenção de 15 grupos de mães.

Atuação junto às diretorias dos Movimentos Comunitários foi levada a efeito através de reuniões, onde foram elaboradas e discutidas as funções das mesmas com relação ao desenvolvimento da atividade.

4. ATIVIDADE: Atendimento ao Idoso

4.1. Objetivos:

- Elevar o grau de convivência social do idoso, estimulando-o à formação de novas amizades e à melhoria do relacionamento inter-pessoal;
- Proporcionar ao idoso oportunidade de ocupação, de forma a restituir-lhe o senso de utilidade e de participação responsável;
- Aprimorar o sistema institucional e comunitário de atendimento ao idoso, mediante a realização de estudos e pesquisas que visem ao aperfeiçoamento dos mecanismos de prestação de serviços à referida clientela.

4.2. Descrição das Atividades Desenvolvidas

O atendimento ao idoso foi operacionalizado através de três modalidades de prestação de serviços: Atendimento ao idoso na Unidade de Geriatria, Formação e Dinamização de Grupos nas Comunidades, Orientação Técnica aos Asilos.

Compete à Unidade de Geriatria gerenciar as ações destinadas ao idoso no Espírito Santo, além de atender, em regime de semi-internato, idosos residentes na Grande Vitória.

Visando à racionalização de recursos destinados a essa clientela e oferecer oportunidade de participação de maior número de idosos nas atividades desenvolvidas, foram formados vários grupos, onde cada membro usufrui dos serviços apenas duas vezes por semana. Esses grupos se organizaram informalmente e reuniram idosos de ambos os sexos em atividades culturais, artísticas, recreativas, educativas e ocupacionais.

A intervenção foi processada nos níveis Psico-social em entrevistas individuais ou em reuniões de grupos; manutenção biológica mediante a atuação dos setores médico e de nutrição, no sentido de proporcionar ao idoso: profilaxia, inventário regular da saúde e orientação dietética.

As principais ações empreendidas nestes níveis foram:

Entrevistas com idosos	609
Entrevistas com as famílias	—
Integração da Obra com a Comunidade (Movimentos Comunitários), Centrais, Prefeituras, LBA, etc.	168
Encaminhamentos aos órgãos de Assistência Médica e Social	201

Comemorações cívico-sociais	22
Atividades de Lazer, (passeios, tardes dançantes, projeção de filmes, bingos, etc.)	102
Campanhas	06
Reuniões com os grupos	98
Consultas Médicas	620
Lanches	9.130
Almoço	6.526
Bazares	02

As atividades ocupacionais foram incentivadas e dinamizadas durante todo o desenvolvimento do trabalho e visaram proporcionar oportunidade de ocupação do tempo ocioso, bem como incentivar a criatividade

Como principais ações empreendidas destacam-se:

- Manutenção de oficina de trabalho com funcionamento diário;
- Manutenção de hortas e jardins;
- Participação em cursos diversos (corte e costura, bordado, tricot, pintura, flores, tapeçaria);
- Participação em feiras e bazares, com exposição e venda do material confeccionado.

No aspecto integração do idoso em outros programas, mereceram destaque especial:

- Visita a outras entidades e asilos;
- Organização de campanhas diversas;
- Participação nas atividades da creche Casulo Vovô, que funciona anexo à Unidade de Geriatria.

Devido à sua limitada capacidade operacional, torna-se impossível à Unidade de Geriatria, atender em suas dependências a um n.º significativo de idosos.

Adotou-se, assim, uma política de atendimento externo ao idoso junto aos Movimentos Comunitários e Centros Sociais Urbanos, atingindo, durante o corrente exercício, 07 entidades dessa natureza, localizadas nos Municípios de Vila Velha, Vitória e Cariacica. Essa medida compatibiliza-se com o pensamento da SEBS em levar as entidades sociais a assumirem progressivamente o tratamento dos problemas sociais em sua área de abrangência.

Foram formados e dinamizados 12 grupos de idosos que desenvolveram atividades ocupacionais e lúdicas, além da colaboração prestada a outros programas da comunidade e atendimento a grupos carentes.

Em 1979 foram atingidos cerca de 354 idosos, conforme discriminação de tabela abaixo:

IDOSOS ATENDIDOS EM 1979, POR BAIRROS

Municípios	Bairros	Participantes
Vila Velha	Atalde	85
	Glória	57
	Santa Rita	25
	Boa Vista	25
	Rio Marinho	25
Cariacica	Porto de Santana	98
Vitória	Bairro da Penha	39

Estes grupos participaram das atividades da Unidade de Geriatria, inserindo-se nas programações recreativas e sócio-culturais.

A orientação técnica às entidades ficou restrita ao estudo do seu funcionamento, para alocação dos recursos financeiros destinados às mesmas no ano de 1979.

4.3. Recursos

SEBS

Material de consumo	208.560,00
Alimentação	233.332,00
Atividades com grupos	36.223,00
Serviços de Terceiros	157.310,00
Despesas miúdas	13.480,00
OUTRAS RENDAS	
Realizações de Bazar	13.400,00
Bingos e outras promoções	26.474,00

5. ATIVIDADE: Creche "Casulo Vovô"

5.1. Objetivos:

- Proporcionar atendimento a crianças que, por motivo justo, precisem de atendimento fora do lar, durante longo período do dia;
- Liberar uma parcela significativa da força de trabalho feminino, que se encontra bloqueada pelas tarefas do lar;
- Proporcionar à criança e ao idoso uma programação integrada, compensatória de suas carências afetivas.

5.2. Descrição das Atividades Desenvolvidas

A "Creche Casulo Vovô" iniciou suas atividades em 29.10.79, prestando atendimento a 35 crianças, compreendidas na faixa etária de 03 meses a 05 anos e 11 meses. Sua operacionalização foi efetuada através da prestação de serviços concretos e orientação familiar.

Sua clientela é constituída pelos filhos de empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras domiciliares e de crianças pertencentes a outras famílias carentes dos bairros de Vila Velha.

A intervenção se processou nos níveis psico-social, em entrevistas individuais com os pais, especialmente com as mães, reuniões de grupo de mães; manutenção biológica através dos setores de Serviço Social e de Nutrição, a fim de proporcionar às crianças: profilaxia, tratamento médico mediante encaminhamento aos recursos da comunidade, inventário regular da Saúde da Criança e orientação alimentar.

As principais ações empreendidas nestes níveis foram:

Entrevistas realizadas	45
Reuniões de mães	02
Reuniões de Serviço	04

Encaminhamentos aos órgãos de Assistência Médica Social	68
Comemorações Cívico-Sociais	01
Lanches	1.050
Almoço	700

As atividades ocupacionais relacionadas às áreas de lazer e educação não puderam ser estimuladas e dinamizadas de modo satisfatório durante o desenvolvimento do trabalho, uma vez que a Creche "Casulo Vovô" não dispõe de uma área física adequada, equipamentos, recursos materiais e humanos, imprescindíveis à realização de atividades educativas e recreativas, mas estes óbices serão afastados oportunamente.

5.3. Recursos:

Alimentação	25.345,00
Material de Consumo	4.800,00

No Estado do Espírito Santo as atividades pertinentes ao setor de trabalho são consideradas de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social, conforme preconiza a lei 3.043 de 31 de dezembro de 1975, que complementa o Decreto n.º 099-N, de 30 de dezembro de 1970. Tal atribuição vem sendo cumprida pelo Departamento de Assuntos do Trabalho, órgão de execução programática da SEBS criado pelo Decreto 924-N de 06 de dezembro de 1976, com as seguintes atribuições:

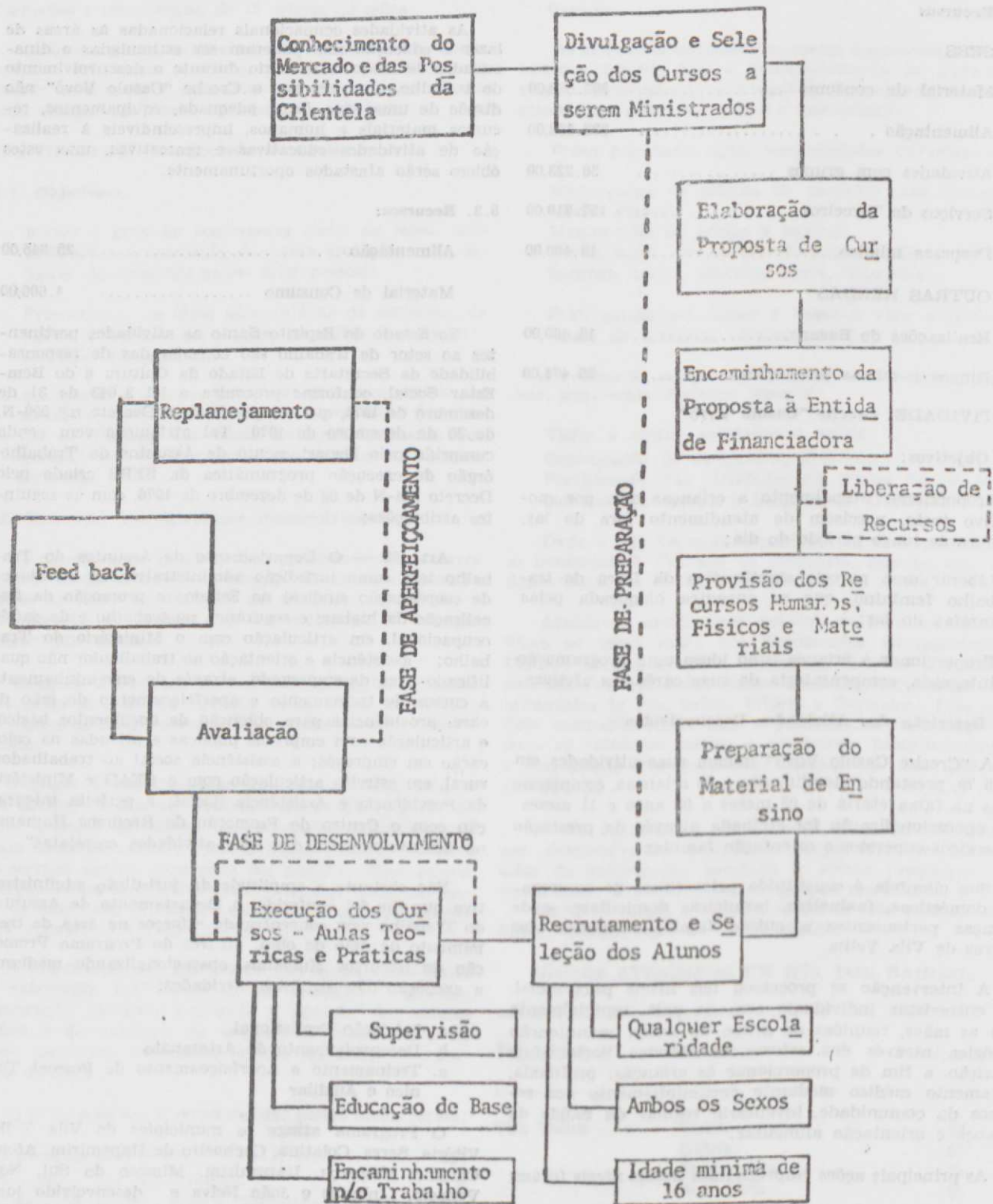
Art. 25 — O Departamento de Assuntos do Trabalho tem como jurisdição administrativa as atividades de coordenação sindical no Estado; a promoção da fiscalização da higiene e segurança no trabalho e da saúde ocupacional, em articulação com o Ministério do Trabalho; assistência e orientação ao trabalhador não qualificado e ao desempregado, através de encaminhamento a cursos de treinamento e aperfeiçoamento de mão de obra, providências para obtenção de documentos básicos e articulação com empresas públicas e privadas na colocação em empregos; a assistência social ao trabalhador, rural, em estreita articulação com a CEAG e Ministério da Previdência e Assistência Social; a perfeita integração com o Centro de Promoção de Recursos Humanos no desenvolvimento das suas atividades correlatas"

Não obstante a amplitude da jurisdição administrativa que lhe foi conferida, o Departamento de Assuntos do Trabalho vem concentrando esforços na área de treinamento de mão de obra, através do Programa Promoção de Recursos Humanos, operacionalizando mediante a execução das seguintes atividades:

- Iniciação Profissional
- Desenvolvimento do Artesanato
- Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal Técnico e Auxiliar

O Programa atinge os municípios de Vila Velha, Vitória, Serra, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Itapemirim, Mimoso do Sul, Nova Venécia, Linhares e João Neiva e desenvolvido junto às Obras Sociais, Centros Comunitários e Centros Sociais Urbanos. A clientela é constituída de pessoas de ambos os sexos, com idade mínima de 16 anos. A metodologia adotada no desenvolvimento das atividades pode ser visualizada no gráfico a seguir.

FLUXO DE TRABALHO DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS DO TRABALHO



DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS TREINADAS SEGUNDO OS SETORES
DE ECONOMIA E OS CURSOS

SETOR PRIMÁRIO CURSOS	SEXO		TO TAL	SETOR SECUNDÁRIO CURSOS		SEXO		TO TAL	SETOR TERCIÁRIO CURSOS	SEXO		TO TAL
	MASC	FEM.				MASC	FEM.			MASC	FEM.	
TÉCNICAS DIVERSAS	-	21	21	ELETRIC. INSTALADOR		61	-	61	CABELEIREIRO	01	98	99
PINTURA ARTESANAL	-	42	42	CALÇEIRO/CAMISEIRO		-	181	181	DATILOGRAFIA	36	79	115
FLORES	-	64	64	COSTURA INDUSTRIAL		-	12	12	ENFERMAGEM BÁSICA	04	108	112
TECHLAGEM	-	99	99	ELETRIC. AUTOMÓVEL		18	-	18	ATENDENTE ENFERMAGEM	02	57	59
PAPIER MACHÉ	08	07	15	PINTOR DE OBRAS		48	-	48	AUXILIAR ESCRITÓRIO	33	55	88
COURO	09	16	25	PEDREIRO		44	-	44	ESTOFADOR DE MÓVEIS	12	-	12
ARTESANATO MADEIRA	12	16	28	INSTALADOR DE ÁGUA E ESGOTOS		26	-	26	MANICURE / PEDICURE	-	71	71
ENTALHE EM MADEIRA	08	07	15	REP. DE APAR. ELETRO- DOMÉSTICO		27	03	30	ATENDENTE DE OBSTETRÍ- CIA	-	09	09
TOTAL	37	272	309	TOTAL		224	196	420	TOTAL	88	477	565

Objetivos:

- . Congregar o artesão do E. Santo, estimulando-o na luta pelos interesses da classe e viabilizar a comercialização do produto artesanal tipicamente capixaba.
- . Fomentar a expansão da produção artesanal e implantar mecanismos de financiamento de matéria-prima, assistência social e divulgação.

Descrição das Atividades:

Durante a fase de implantação da Casa do Artesão Capixaba, procederam-se:

- a. 2 (duas) reuniões com artesãos, visando mobilizá-los para as providências necessárias à inauguração.
- b. Com a finalidade de envolver os artesãos no processo de comercialização do artesanato, funcionamento da Casa do Artesão e elaboração do estatuto da Associação de Artesãos Capixaba, foram realizadas 20 (vinte) reuniões, após a inauguração.
- c. 1 (uma) reunião com chefias de unidades e programas da SEBS, a fim de divulgar a Casa do Artesão e apresentar a programação desenvolvida junto aos artesãos.
- d. 3 (três) reuniões nas Centrais Regionais de Serviços de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia, objetivando recrutar os artesãos do interior do Estado para participarem nas atividades da Casa do Artesão.

O sistema de funcionamento da Casa do Artesão está regulamentado pelo Regimento Interno, obedecendo aos itens:

- . Cadastramento do Artesão
- . Catalogamento de peças
- . Exposição e comercialização de peças
- . Retirada de 10% para manutenção do Fundo Rotativo de Apoio ao Artesão
- . Acerto de contas mensais com os artesãos.

Situação Atual:

. Com o propósito de fornecer à Casa do Artesão Capixaba os recursos necessários a sua expansão e continuidade, elaborou-se um Projeto de Apoio a Casa do Artesão Capixaba para ser encaminhado à Brasília — Ministério do Trabalho.

. Necessidade da integração de órgãos governamentais ligados ao artesanato capixaba para melhor estruturação da atividade em termos turísticos e culturais.

Distribuição de Artesãos, segundo o Cadastro, Catalogamento de Peças, Vendas, Despesas e Fundo Rotativo de Apoio ao Artesão (de 13 de setembro a 31 de dezembro/79)

Artesãos Cadastrados	106
Peças Catalog.	5.812
Peças Vendidas	3.594
Vr. das Peças Vend.	157.464,00
Fundo Rotat.	15.746,40
Despesas	9.256,00

Término Previsto

Há uma previsão de continuidade por tempo indeterminado.

Recursos Alocados

Financeiros — SEBS/DAT, verbas de adiantamentos e prontos pagamentos para despesas com decoração, consertos, divulgação, manutenção.

Humanos — 2 Assistentes Sociais
2 vendedoras
Artesãos

3. TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL TÉCNICO E AUXILIAR

3.1. Objetivo

Possibilitar reciclagem, treinamentos de seus técnicos e auxiliares, bem como a atualização técnico-científico, de forma a atender as necessidades e a finalidade do serviço.

3.3. Descrição das Atividades Desenvolvidas

As atividades vêm se desenvolvendo em atendimento às necessidades de seu pessoal técnico auxiliar, no sentido de prepará-lo para uma melhor abordagem e atuação técnica e metodológica de suas ações.

. Neste ano foram realizados cursos de treinamento para 17 (dezessete) pessoas contratadas para o trabalho de creche, nas seguintes áreas:

- . Enfermagem, carga de 32 h.
- . Nutrição, carga horária de 32 h.
- . Relações Humanas, carga horária 4 h.
- . Recreação e Lazer, carga horária de 10 h.

O material didático desses treinamentos foi elaborado pelos instrutores e revisado pelo técnico deste Subprograma, que ficou responsável pela sua preparação em apostilas.

. Em entrosamentos com o SENAC, encaminhou-se funcionário da SEBS para treinamento de Auxiliar de Almoarifado;

. Elaborou o projeto e realizou reciclagem de instrutores para pessoal que trabalha com cursos profissionalizantes, num total de 21 pessoas, com Instrutores e Pedagogia do SENAC;

. Como colaborador, participou do I Encontro de Artesãos realizado pelo Subprograma de Desenvolvimento do Artesanato;

. Colaboram e participam no I Seminário de Apresentação do Plano Social da SEBS;

. Participam na elaboração de documentos necessários à reformulação e operacionalização do Projeto Social;

. Elaborou projetos de ação para as atividades realizadas no Departamento, bem como relatórios das atividades;

. Participou de seminário, patrocinado pelo Ministério do Trabalho, quando foram discutidos e oferecidos os mais variados tipos de recursos às várias atividades operativas da SEBS;

. Manteve integração com outros órgãos e instituições privadas, tais como: SENAI, SENAC, UFES, F.C. Abel de Almeida, FEARES, Ministério do Trabalho, SINE, Biblioteca Pública, LBA, Escola de Administração Pública Sesi, SESC, Hospital Santa Rita de Cássia, no sentido de carrear recursos, como também, à uma ação integrada;

. Fez realizar treinamento para Assistentes Sociais "Serviço Social a Nível Individual", em entrosamento com o Serviço Social da FESBEM. Escolha, seleção e

revisão do material didático para realização desta atividade, ficou a cargo do técnico responsável deste sub-programa.

3.4. Recursos Alocados

Os recursos humanos, materiais e financeiros utilizados na dinamização das atividades foram alocados da SEBS, FESBEM, SENAC, Hospital Santa Rita de Cássia e UFES.

CENTRO DE AJUSTAMENTO SOCIAL

Com embasamento na problemática da Grande Vitória, foi criado por Decreto, o Centro de Ajustamento Social, possibilitando um trabalho junto à população marginalizada da referida área.

É direito do homem possuir um padrão de vida capaz de assegurar, a si e sua família, o bem estar, inclusive, habitação, — vestuário, assistência médica e social.

O Centro de Ajustamento Social — CAS, vem realizando um trabalho promocional com vistas ao reajustamento do homem a uma vida normal, buscando uma melhor situação para seu estado carente, quer no ambiente familiar, quer no seu reingresso no trabalho.

2. Caracterização do problema de mendicância na área da Grande Vitória

É a mendicância (população marginalizada) decorrente de um problema estrutural da sociedade. Seu significado é a consequência da existência de uma camada na população que, por suas características próprias, não tem condições de suprir a própria subsistência, através do exercício de uma atividade produtiva, e não encontra amparo da sociedade de que faz parte, seja no sentido de lhe permitir superar suas deficiências, seja no de assisti-las.

Para poder chegar a um conhecimento da questão em nível científico, nosso objetivo é o de conseguir não apenas um levantamento da forma através da qual o fenômeno mendicância se vem manifestando, mas a formulação de uma explanação de um fenômeno, isto é, uma exposição das condições determinantes de sua ocorrência. E isso não como especulação teórica somente, porém, e principalmente, baseada na evidência dos fatos, construindo nossa elaboração a partir dos dados que a realidade social nos apresenta.

Quanto às condições do surgimento e do agravamento da mendicância na nossa sociedade, temos a questão "Trabalho", conjugado com "Educação", especialmente no que se refere à formulação profissional. Daí não poderemos, aqui, relatar que seja menor a sua importância mas, pelo caráter de variável dependente, indicamos a questão "Saúde", tanto física como mental. Em relação íntima com os dois primeiros, colocamos a questão da assistência social, quer no setor educação, quer no setor saúde. Finalizando, colocamos a problemática individual.

3. Intervenção Técnica do Serviço Social

O Serviço Social do Centro de Ajustamento Social, através de seus profissionais, desenvolvem suas atividades nas Unidades, de Recepção e Triagem, Assistência ao Adulto e Orientação Profissional, com intervenção direta junto à clientela atendida, atuando também no planejamento, supervisão e coordenação de atividades complementares e/ou afins.

Utilizou métodos genéricos do Serviço Social, com predominância do Serviço Social de Casos, uma vez que

a atividade básica foi estudo, diagnóstico e tratamento de casos sociais.

Utilizou técnica e instrumental inerentes aos três processos, onde evidenciamos:

Técnicas — reflexão (em alguns casos), esclarecimento, apoio, redução de tensão, intervenção, estudo e seguimento de casos.

Instrumental — entrevistas, visitas domiciliares e a empresas, encaminhamentos, entrosamentos, reuniões, assistência (ajuda supletiva ou emergência).

As técnicas específicas das entrevistas variam, naturalmente, de acordo com o objetivo, e o método da entrevista será considerado e influenciado por ele.

No nosso caso, a entrevista foi utilizada como meio para interpretação do caso social, causas e efeitos, coletas de dados, apoio ao cliente em situação-problema. Foi dada predominância à entrevista direta (dirigida), dada a clientela ser caracterizada por um grau razoável de passividade e baixo nível de auto-determinação.

No decorrer do processo procurou-se mais participação do cliente e elevar o nível de auto-discernimento, em alguns casos apenas "amortecido" pela problemática que os envolvia. Noutros, a situação mental não favoreceu o alcance desta participação.

A entrevista foi, de fato, o instrumento básico do trabalho, conforme pode ser comprovado através dos dados estatísticos.

Visitas domiciliares — também foram bastante utilizadas, principalmente para averiguar, "in loco", possibilidades da reintegração do cliente à família, uma das metas do Ajustamento Social.

Através delas, podemos obter um melhor relacionamento e aceitação da família ao problema do cliente, registrando-se efetivas mudanças de atitudes de ambas as partes.

Estas visitas foram feitas inclusive no interior, quando vários clientes foram acompanhados ao local de origem, após estudo de casos.

Visitas a empresas — sendo a readaptação profissional dos clientes um dos objetivos do Serviço Social do CAS, foram feitas 35 (trinta e cinco) visitas a empresas industriais e comerciais, com o fito de empregá-los, mesmo em caráter provisório, ou simples observação comportamental, para infundir neles o trabalho como uma necessidade vital.

É de ressaltar que 50% dos clientes encaminhados às empresas foram readaptados ao âmbito sócio-profissional, com êxito absoluto.

Outros voltaram ao local de origem, através de ordenados ganhos com seu próprio trabalho e, infelizmente, houve os que foram devolvidos ao CAS e ainda continuam em fase de profissionalização.

Entrosamento/Encaminhamento — no tratamento dos casos foi necessária a utilização de recursos da comunidade para atendimento das necessidades, que por sua natureza, fugiam à intervenção do CAS. A própria estrutura do órgão previa esta atividade como básica para a solução da maioria dos casos, cabendo ao Centro a tarefa de prepará-los para isto.

Em sua maioria, esses recursos foram utilizados para: aquisição de passagens, informações sobre direitos e deveres de beneficiários, tratamento médico, confecção de documentação, proteção, informação, vigilância em casos de rebelião dos internos, recolhimento dos mesmos, fornecimento de medicamentos, exames clínicos e laboratoriais, consultas ambulatoriais, hospitalização, empregos, internamento em Obras Assistenciais e outros.

Reuniões — como instrumento básico do Serviço Social de Grupo, as reuniões foram utilizadas, quer no trabalho junto aos internos, quer no preparo do pessoal

auxiliar e também no trabalho em equipe (pessoal, técnico) inclusive com a assessoria técnica da SEBS.

Com relação à clientela, as reuniões foram utilizadas nas atividades complementares — Atividades grupais, comemoração de datas festivas e Atividades de Lazer.

Assistência direta — Traduziu-se em ajudas supletivas ou de emergência para os casos que demandavam uma complementação à ação técnica.

Tal recurso foi bastante utilizado, para finalidades diversas, como extração de documentação, readaptação profissional (equipamentos para o trabalho), ajuda para alimentação e outras emergências, complementação de viagens, e outros, num total de Cr\$ 29.000,00 (vinte e nove mil cruzeiros).

3.1. Campo de estágio para estudantes de Serviço Social

No ano de 1979, o CAS contribuiu na formação profissional de dois Estagiários de Serviço Social.

Foi feito inicialmente um projeto de Coordenação com a participação dos estagiários, coordenador e supervisor da Universidade Federal do Espírito Santo.

O objetivo foi preparar o estagiário para a vida profissional, desenvolvendo habilidades técnicas em consonância com a teoria própria de seu período e antecedentes intelectuais. Mostrar ao estagiário o trabalho que está sendo realizado na Obra; incentivar o estagiário, dando condições que ele participe em atividades extra classe, conhecendo assim o funcionamento de uma Obra de assistência social de prestação de serviços concretos.

Os meios auxiliares de trabalho foram:

- a) pesquisa nos processos de clientes em tratamentos;
- b) entrevistas com os clientes, individualmente e em grupo;
- c) entrevistas com os familiares dos clientes;
- d) observação direta e indireta do trabalho dos Assistentes Sociais;
- e) atividades discentes e docentes.

Atividades — praxiterapia

- Conicultura (em pleno funcionamento);
- Jardinagem;
- Horticultura;
- Criação de pássaros;
- Iniciação a trabalhos com madeira;
- Iniciação com reforma e estofamento de móveis;
- Trabalhos em Tecelagem (rede de pesca);
- Tapeçaria.

Avaliação

Em relação à equipe técnica

As atividades do CAS, no ano de 1979, foram executadas pelos profissionais integrantes do seu quadro de pessoal, nas áreas médico-odontológico e social.

Evidenciamos que a intervenção técnica se inseriu nas diretrizes das programações propostas pelo programa de Ajustamento Social.

Ressaltamos ainda que, pela sua natureza o CAS teve no serviço social a sua base, uma vez que, o Assistente Social é o único profissional disponível.

Em relação à clientela

A exemplo de outros profissionais em áreas específicas também os que atuam na área social depararam-se com situações onde as bases existentes não se constituem em suportes para o tratamento a ser efetuado no setor carente.

Em suas reuniões de estudo, planejamento e avaliação, a equipe técnica do Centro de Ajustamento Social identificou parâmetros para a sua intervenção, tendo como base:

- a) Estrutura, natureza e dinâmica do CAS;
- b) Situação atual (recursos, instalações);
- c) Escassez de mecanismo de apoio (institucionais, etc.);
- d) Casos que se enquadram no ajustamento social.

Têm-se atendido casos sociais que, por suas características, tornam difícil ou até mesmo bloqueiam qualquer intervenção técnica nos moldes que se pode prestar no momento. Dentre estes, ressaltam-se os de problemática tão complexa, sem o mínimo de suporte para um processo de reabilitação. Poder-se-ia mesmo aglutiná-lo numa só classe de casos não passíveis de terapia social.

Evidenciamos, mais uma vez, como casos críticos, os de doentes mentais e alcoólatras que, não aceitos pela família e nem absorvidos por órgãos específicos, são recambiados ao Centro de Ajustamento Social ou retornam à situação de desabrigo e/ou vício, motivando novo recolhimento. Com relação ao 1.º grupo — doentes mentais contamos com internamentos no Hospital Colônia Adauto Botelho, porém, quando colocados em alta melhoria, voltam ao nosso mecanismo de atendimento, que não possui condições de reabilitá-lo ou mesmo mantê-lo.

Quanto ao 2.º grupo — alcoólatras — a maioria possui família que o rejeita; consegue-se, até mesmo, documentá-lo e iniciá-los no trabalho, chegando a uma poupança razoável dos seus vencimentos. Porém, logo depois solicitam o desligamento da entidade, alegando estarem recuperados e desejarem “dirigir” suas vidas, o que é concedido, tendo em vista o princípio de respeito à pessoa humana suas determinações e aspirações de liberdade. Sucede-se a isto o abandono imediato do emprego e o retorno ao desabrigo e ao vício. Outros, com quem tentou-se uma permanência maior sob o controle da entidade, rebelam-se (talvez uma impulsão do vício), provocando, inclusive, tumulto e desordens, necessitando serem desligados.

Esse panorama levou a equipe a uma apreciação minuciosa onde foi considerada a ineficiência da intervenção, gerando mesmo uma incapacidade de se fazer frente a tal problemática.

Considere-se que esta análise não determina uma omissão diante do problema, porém uma melhor identificação do mesmo, no sentido de alertar para montagem de um esquema de atendimento, com dispositivos plurisetoriais participação efetiva das instituições nas áreas de segurança, saúde, educação e bem estar) que poderão assegurar melhores resultados.

8. Dados Estatísticos

8.1. Assistência Odontológica:

Consultas dentárias	1.135
Extrações	637
Obturações	1.855
Curativos	6.943
Tratamentos completos	05

8.2. Clientes atendidos pela URT:

Novos	207
Reincidentes	116

8.3. Sexo

Masculino	229
Feminino	94

8.4. Idade

de 0 a 10 anos	01
de 11 a 20 anos	33
de 21 a 30 anos	99
de 31 a 40 anos	51
de 41 a 50 anos	57
de 51 a 60 anos	19
de 61 a 70 anos	17
de 71 a . . . anos	26
ignorada	20

8.5. Local de origem

Espírito Santo	206
Minas Gerais	47
Rio de Janeiro	10
Bahia	17
Outros	43

8.6. Procedência

Recolhidos	223
Espontâneos	37
Encaminhados	63

8.7. Clientes encaminhados para a UOP e UAA

Novos	102
Reincidentes	78
Vindos do ano anterior	18
Passaram para 1980	26

8.8. Encaminhamentos

Tratamento ambulatorial (recursos da comunidade)	442
FESBEM e juizado de menores	07
Obras Sociais	09
Empresas	17

8.9. Assistência Médica

Internamento em hospitais	22
-------------------------------------	----

8.10. Desligamentos

Readaptação familiar e/ou retorno ao domicílio	124
Retorno ao local de origem	58
Encaminhados a outros Estados	06
Colocação em Obras Sociais	09
Colocação profissional	17
Fugas	40
Problema de conduta	17
Espontâneo	17
Outros	34

8.11. Entrevistas

Com clientes	1.874
Com familiares e/ou colaterais	147

8.12. Visitas

Domiciliares	115
Empresas	35
Viagens ao interior	36

8.13. Reuniões

Equipe técnica	15
Funcionários	24
Internos	36

8.14. Entrosamentos (contatos)

CVRD	42
Órgãos de Segurança	101
Entidades assistenciais	46
INPS/FUNRURAL	107
Ministério do Trabalho	21
Hospitais e laboratórios	341
Empresas	35
Junta de Serviço Militar	55
Repartições diversas	129

8.15. Prestações de serviços e auxílios diversos

8.15.1. Extração de documentos:

Certidão de Nascimento /casamento	32
Certificado alistamento/reservista	29
Carteira Profissional	17
Atestado de Pobreza	51
Atestado de residência	41
Carteira do INPS (ass. médica)	04
Carteira de Saúde	17
Título de eleitor	12
Fotografias	180

8.15.2. Medicamentos

Farmácia Dois Irmãos (n.º receitas)	133
---	-----

8.15.3. Passagens

CVRD e PENSATUR	79
---------------------------	----

8.15.4. Ajuda Supletiva

Extração de documentação	58
Readaptação profissional	13
Transporte para o trabalho	60
Ajuda alimentar e transporte	94
Ajuda habitacional	02
Complementação de passagem	22
Órtese	02

8.16. Programas complementares

Cursos	n.º Cursos	n.º Participantes
Calceiro e Camiseiro	01	15
Estofador de Móveis	01	16

8.17. Comemorações das datas festivas

Páscoa
Dia das Mães
Festa junina
Natal
Ano Novo

8.18. Orientação aos internos em grupos para:

Socialização
Terapia ocupacional
Aquisição de hábitos de higiene

8.19. Atividades de lazer

Jogos de salão
Filmes
Televisão
Leitura
Toca-discos
Rádio

8.20. Orientação Religiosa

Encaminhamentos a cultos da comunidade
Recepção a grupos religiosos

8.21. Levantamento de refeições servidas: internos, guardas e avulsas

Café da

Meses	Manhã	Almoço	Lanche	Jantar
Janeiro	614	653	624	614
Fevereiro	702	743	737	719
Março	838	861	843	828
Abril	785	820	822	792
Mai	808	816	810	800
Junho	775	794	812	785
Julho	867	869	868	860
Agosto	842	848	845	842
Setembro	783	792	787	781
Outubro	873	884	878	879
Novembro	883	877	876	876
Dezembro	750	774	765	755
Total Geral	9.520	9.731	9.667	9.531

As ações programadas no Plano Anual de Trabalho do SINE/ES para o exercício de 1979 objetivaram expressar o empenho do Ministério do Trabalho na implementação da política de emprego do País através da execução de programas e projetos que se destinem ao melhoramento das condições de emprego.

Desde a sua implantação, o SINE/ES vem desenvolvendo, especificamente, atividades nas linhas de:

produção e análise de informações sobre a situação do emprego;

intermediação entre as unidades produtivas que requerem mão-de-obra e as pessoas que procuram trabalho, orientando-as para o emprego ou treinamento;
desenvolvimento de atividades destinadas à geração de novos empregos produtivos.

Na área da informação, uma das funções principais do SINE/ES é contribuir para que as comunidades, os setores produtivos e os órgãos do Governo sejam informados dos problemas detectados no campo do emprego e da renda, possibilitando, de um lado, aproximar os trabalhadores e empregadores, fornecer-lhes as informações de que necessitam e realizar a intermediação e, de outro lado, viabilizar o propósito de aumentar a geração de emprego nos investimentos que Governo e Setores Produtivos realizem e nas decisões de política que adotem.

Na área da intermediação, desenvolve uma ação direta no sentido de pôr em contato as pessoas que procuram trabalho ou treinamento com as unidades produtivas que requerem mão-de-obra ou com as entidades de treinamento.

Na área da promoção de emprego, as ações se concentram nos projetos destinados a atender trabalhadores autônomos e integrantes de microunidades de produção (setor informal) através de medidas como a organização de trabalhadores autônomos de baixa renda e qualificação em cooperativas ou outras formas associativas.

Constituem-se objetivos do SINE/ES:

- OBJETIVO GERAL

Identificar, no âmbito estadual, os desequilíbrios entre a oferta e a demanda real e potencial de mão-de-obra, cuidando para que sejam adotadas medidas necessárias à organização e desenvolvimento do mercado de trabalho, em compatibilidade com as normas do SINE.

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Organizar e manter um sistema de coleta, processamento e circulação de informações sobre o mercado de trabalho capixaba, capaz de subsidiar as decisões relativas à política de emprego e salário a nível nacional, regional, estadual e local, fornecendo, ainda, elementos para a definição de propósitos de desenvolvimento do Estado.

Estabelecer um sistema de comunicação e fornecimento de subsídios informáticos entre o SINE/ES e o sistema educacional, de preparação de mão-de-obra e outros correlacionados com o mercado de trabalho, para elaboração e coordenação de suas programações;

Identificar ou coordenar a realização de pesquisas necessárias à constatação das condições obstaculizadoras e inadequações do mercado de trabalho, encaminhando-as aos órgãos competentes, com vistas à fixação de medidas que concorram para o desenvolvimento do setor Trabalho;

Avallar as necessidades de mão-de-obra face aos Grandes Projetos de Impacto e/ou investimentos públicos ou privados em implantação ou a serem implantados no Espírito Santo;

Fomentar a participação da Força de Trabalho subempregada ou desempregada, no processo de produção de bens ou serviços, mediante o estímulo, orientação e apoio à criação de mecanismos que visem aumentar a produtividade daquela faixa populacional que se caracteriza como componente do setor informal de trabalho;

Instalar núcleos microrregionais e postos locais de trabalho, que se constituirão em unidades operativas do SINE/ES, com a finalidade de auxiliar na coleta e circulação de informações e facilitar a execução de medidas para desenvolver a Força de Trabalho.

A variedade e a complexidade dos problemas relativos ao mercado de trabalho têm levado o SINE/ES, no desenvolvimento da sua programação, a consolidar uma articulação funcional entre os agentes da administração pública e privada que atuam, direta ou indiretamente,

na área do emprego para evitar a duplicidade de esforços, o não atendimento a certos aspectos da problemática da mão-de-obra, bem como a inadequação entre os serviços prestados, os dados coletados, as análises realizadas e as exigências do mercado de trabalho.

Do conjunto de agentes que atuam em integração com o SINE/ES relacionam-se os que mais diretamente participam das suas atividades:

DISCRIMINAÇÃO

MTb/ Secretaria de Emprego e Salário.
Sistema Nacional de Emprego.

NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

- Entidade financeira da qual emanam as diretrizes e normas gerais do programa, para adequação à realidade estadual.

DISCRIMINAÇÃO

Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social

NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

- Entidade interveniente e executora do convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e o Governo do Estado, apresentando contrapartida em termos de recursos reais e financeiros e através da qual são emanadas as diretrizes a nível de Estado.
- Integração dos programas.
- Programa Estadual de Migrações Internas — CETREMI
- Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos — ES e o Departamento de Assuntos do Trabalho.

13a. Delegacia Regional do Trabalho.

- Elemento de ligação entre o Estado e o Ministério do Trabalho.
- Fonte de informações sobre as estruturas de trabalho do Estado.
- Integração para o desenvolvimento do Projeto Indicadores SINE.
- Fornecimento de Cartelas de Trabalho aos candidatos encaminhados pelos postos.

Prefeitura Municipal de Linhares.

- Locação do imóvel para funcionamento do NMR de Linhares.

DISCRIMINAÇÃO

Fundação Espiritual Santense do Bem-Estar do Menor

NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

- Prestação de serviços de pessoal, conforme Termo de Ajuste nº 01/77, celebrado com a SEBS.
- Estudos integrados, tendo em vista a intermediação de mão-de-obra menor.
- Fundação Jones dos Santos Neves.
- Coordenação a nível local do Programa de Cidades de Porte Médio — CNPU/BIRD, do qual o SINE/ES participa com uma proposta de intervenção no setor informal.
- Intercâmbio de informações.

Secretaria de Estado do Planejamento — SEPL

- Grupo de estudos sobre migração e emprego, integrado por técnicos da SEPL, SINE/ES e CETREMI.
- Fornecimento de informações estatísticas.

Secretaria de Estado da Educação.

- Fonte do cadastro das entidades de ensino e treinamento.

- Intercâmbio de informações.
- Oferta de vagas para cursos supletivos.

DISCRIMINAÇÃO

Universidade Federal do Espírito Santo

NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

- Elaboração e realização de estudos, através do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e do CRUTAC.
- Aproveitamento de recursos humanos (estagiários) para desenvolvimento de projetos específicos.

SENAC — ES

- Oferta de vagas para treinamento e colocação de candidatos encaminhados.
- Intercâmbio de informações.

SENAI — ES

- Oferta de vagas e colocação de candidatos encaminhados para treinamento.

Obra Social de Linhares e Fundação Hospitalar do Espírito Santo.

- Oferta de vagas e colocação de candidatos a treinamento.

Coordenação Estadual do PIPMO

- Intercâmbio de informações.
- Financiamento para treinamento de candidatos inscritos e de grupos de trabalhadores autônomos.

MOBRAL — Coordenação Estadual

- Oferta de vagas e colocação de candidatos encaminhados para treinamento.
- Integração para desenvolvimento do projeto Vitória.

DISCRIMINAÇÃO

Fundação Legião Brasileira de Assistência

NATUREZA DA PARTICIPAÇÃO

- Participação do SINE/ES como órgão executor do Convênio LBA/SEPS — Projeto Instrumental de Trabalho.

Empresas Públicas e/ou privadas

- Participação com informações para os Indicadores SINE.
- Intermediação de mão-de-obra.

Esta integração, dentro de um planejamento sistêmico global, é de fundamental importância para se atingir os objetivos propostos não apenas pela ampliação do universo de atuação, mas, também, pelo fato de esse envolvimento global permitir articular as diversas metodologias utilizadas, consolidando-as em um sistema único.

INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

OBJETIVOS

A atividade de intermediação de mão-de-obra para trabalho e/ou treinamento é operacionalizada através dos núcleos microrregionais e respectivos postos de atendimento, objetivando:

Promover a colocação da mão-de-obra disponível na vaga de emprego que corresponda às suas aptidões profissionais.

Possibilitar ao trabalhador oportunidade de adequação profissional através de orientação e encaminhamento para cursos de iniciação ou qualificação profissional.

Fornecer informações sobre o mercado de trabalho tanto para empresas como para os candidatos, a fim de orientá-los quanto à situação de emprego na região.

DATA DE INÍCIO

Núcleo Microrregional de Vitória — fevereiro de 1978

Núcleo Microrregional de Linhares — julho de 1978

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Realização de visitas a empresas, órgãos e entidades educacionais para divulgar os serviços do SINE/ES e definir formas de ação integrada.

Levantamento de postos de trabalho nas diversas ocupações e vagas em cursos de qualificação nas empresas e entidades de treinamento da Grande Vitória e Linhares.

Cadastramento de candidatos para emprego e/ou treinamento.

Encaminhamento da mão-de-obra inscrita para trabalho e/ou treinamento de acordo com as suas características pessoais e com os requisitos da empresa.

Colocação de candidato encaminhados nos postos de trabalho e cursos de qualificação oferecidos.

Orientação e encaminhamento de pessoas à 13a. Delegacia Regional do Trabalho, em Vitória e Posto da DRT, em Linhares, para obtenção da Carteira de Trabalho Previdência Social, totalizando 216 pessoas.

Divulgação da mão-de-obra inscrita através do Boletim SINE com distribuição gratuita a empresários, sindicatos, órgão público e a comunidade em geral.

Coleta e classificação de dados sobre a demanda e oferta de mão-de-obra na área de atuação dos Núcleos Microrregionais.

SITUAÇÃO ATUAL

O SINE/ES através de suas unidades operativas cadastrou, em 1979, 7.705 pessoas interessadas na obtenção de postos de trabalho nas áreas da Grande Vitória e Linhares. Os resultados obtidos, se comparados aos do período anterior, mostram um crescimento da oferta de mão-de-obra em torno de 20,8% e da demanda em 73,2%.

O Núcleo Microrregional de Vitória cadastrou 6.182 candidatos a emprego e destes, o Grande Grupo 3 — Trabalhadores de serviços administrativos e semelhantes atingiu maior representatividade, 36,6%, sendo que as ocupações auxiliar de escritório, recepcionista e office-boy registram considerável número de pessoas. Neste Grande Grupo observa-se uma relação de 3,4 candidatos por vaga ofertada pelas empresas.

O Grande Grupo 7/8/9 — Trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores semelhantes abrange 36,1% da mão-de-obra e a ocupação de braçal (ajudante geral) registra o maior número de inscrições. Contudo, a demanda mostra-se superior a oferta, dando-nos uma relação de 2,3 vagas por candidato inscrito.

O Grande Grupo 5 — Trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene e beleza, segurança e trabalhadores semelhantes registra 15,8% dos candidatos, sendo que a ocupação servente de limpeza é a maior representatividade, a relação candidato/vaga neste grande grupo atinge a 1,6. (Tabela I)

Os resultados obtidos no município de Linhares mostram um total de 1.523 candidatos inscritos no período janeiro a dezembro/79. Deste total, são significativos os

dados referentes aos meses de fevereiro e março em razão das chuvas que levaram o município à situação de calamidade pública, deixando desempregado grande número de trabalhadores da zona rural.

Do total de inscrições, o Grande Grupo 7/8/9 Trabalhadores da produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores semelhantes registra 28,2% dos candidatos inscritos a ocupação de trabalhadores braçal é a que engloba maior número de inscrições. As oportunidades de trabalho, ou seja, as vagas existentes atingiram aproximadamente a 2 vagas por candidato inscrito.

No Grande Grupo 6 — Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores semelhantes com 23,0% dos inscritos, é significativo o número de candidatos às ocupações que agrupam os trabalhadores agropecuários polivalentes. Em relação a demanda contata-se, para cada candidato inscrito neste Grande Grupo, a existência de 3 vagas, aproximadamente.

O Grande Grupo 5 — Trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, serventia, higiene e beleza, segurança e trabalhadores semelhantes representado em 19,7% dos inscritos, mostra que as ocupações de servente de limpeza e empregada doméstica sobressaem entre as demais ocupações, atingindo a oferta de 1,7 candidato por vaga.

O Grande Grupo 3 — Trabalhadores de serviços administrativos e semelhantes representa 17,3% das inscrições e as ocupações que se desacumulam as de auxiliar de escritório e recepcionista. A relação candidato/vaga mostra a existência de 4,1 candidatos por oportunidade de trabalho. (Tabela II).

Procedendo-se à análise dos dados apresentados quanto ao movimento de intermediação, constatase que dos 7.705 inscritos 52,8% foram encaminhados para os postos de trabalho. Do total de encaminhamentos efetuados, 41,8% dos candidatos conseguiram a oportunidade de emprego desejada, 26,4% não foram colocados e 31,8% encontram-se sem resposta. Ressalta-se que, a não absorção do candidato pela empresa se deve aos seguintes motivos por ordem de prioridade: desistência do candidato, vaga preenchida, candidato recusado por experiência insuficiente e outros. (Tabela III).

As inscrições, relacionadas às vagas levantadas nas empresas, (Tabelas I e II) apresentam variações quanto a oferta e demanda por Grande Grupo, além de as vagas caracterizarem as principais atividades do município, ou seja, em Linhares sobressaem as oportunidades de trabalho ligadas a agropecuária e a indústria de extração vegetal e, em Vitória, a indústria de construção civil apresenta uma demanda de mão-de-obra superior a oferta. Convém ressaltar que essa demanda não é proporcionada pelas empresas locais, uma vez que o sub-setor, desde março de 1978, vem apresentando decréscimo em suas atividades na área da Grande Vitória, segundo estudo realizado pelo SINE/CDI/MTb (Tabela IV), mas justificada, sobretudo, pelos recrutamentos que aqui vêm sendo realizados por empresas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

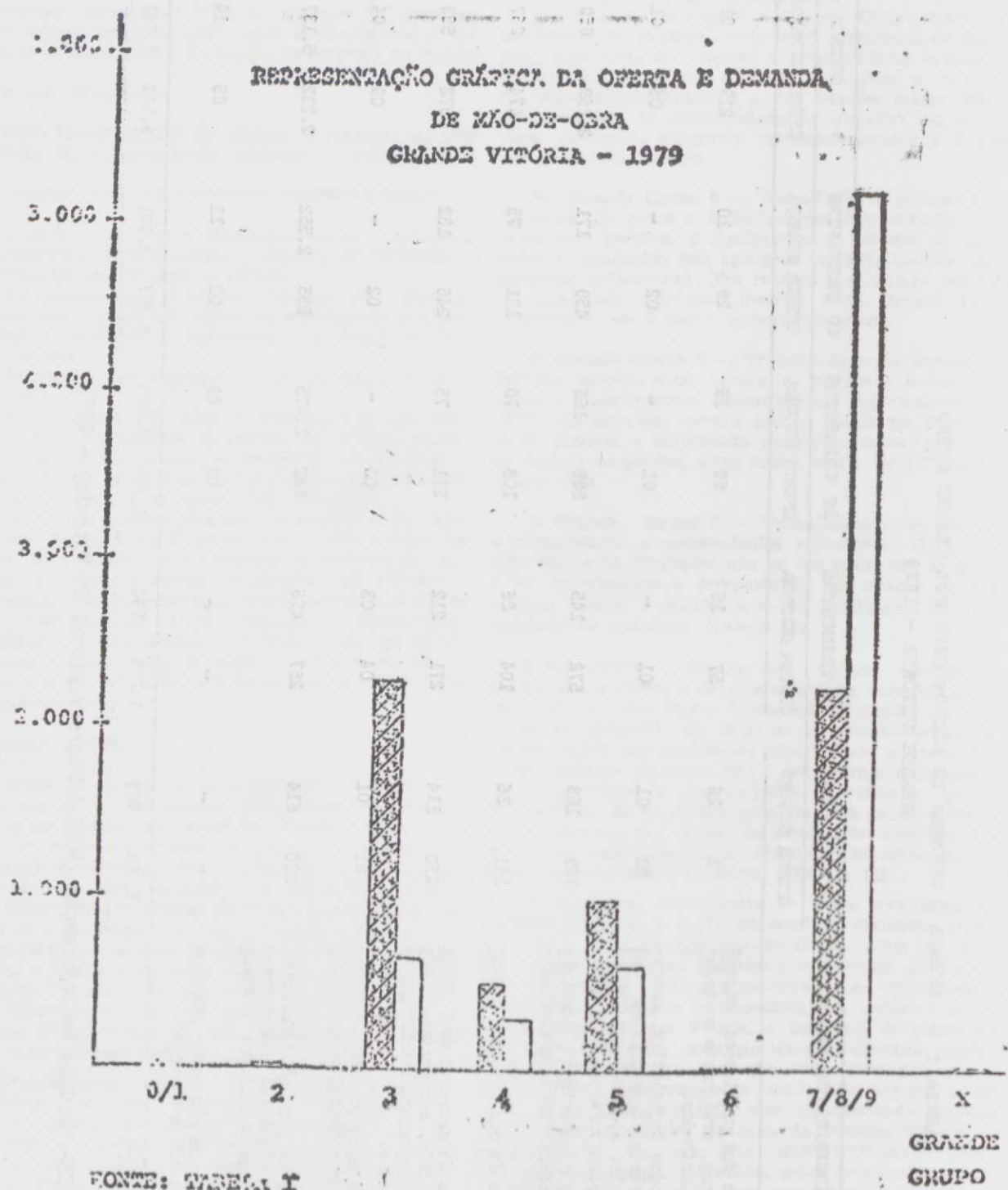
Os fatores explicativos básicos dos índices de intermediação alcançados são de duas ordens, alguns endógenos, inerentes à própria sistemática de trabalho adotada a qual vem sendo sistematicamente avaliada visando à melhoria dos serviços prestados e outros, de caráter mais amplo, associação às características próprias dos candidatos e empresas. Com relação a estes, os atuais índices de colocação obtidos podem ser atribuídos a:

TABELA I - OFERTA E DEMANDA DE MÃO DE OBRA POR GRANDE GRUPO
GRANDE VITÓRIA - 1979

GRANDE GRUPO	CANDIDATOS INSCRITOS					OFERTA DE DEMANDA					TOTAL	
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	OFERTA DE DEMANDA	OFERTA DE DEMANDA
0/1 - Trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assalariados.	73	26	57	16	172	60	36	29	10	135	219	83
2 - Matões do poder legislativo, executivo e judiciário, funcionários públicos, superiores, diretores da empresa e trabalhadores assalariados.	02	01	01	-	04	01	-	02	-	03	05	01
3 - Trabalhadores de serviços administrativos e trabalhadores assalariados.	729	168	572	145	1614	508	166	430	171	1275	2.259	650
4 - Trabalhadores do comércio e serviços.	141	36	104	86	367	108	70	121	75	374	471	257
5 - Trabalhadores de serviços de lucro, hospitalidade, serventia, limpeza e beleza, segurança e trabalhadores assalariados.	230	114	271	212	827	231	75	246	132	684	978	593
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assalariados.	01	01	04	03	09	02	-	02	-	04	09	04
7/8/9 - Trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores assalariados.	228	614	257	496	1595	832	1.475	855	2.552	5.714	2.232	5.137
X - Trabalhadores que não podem ser classificados segundo a descrição.	-	-	-	-	-	03	03	02	11	19	05	14
	1.464	960	1.265	938	4.627	1.745	1.825	1.707	3.001	6.122	6.182	6.744

FONTE: SINE/ES- Unidade de Informação (Núcleo Microrregional de Vitória) - 1979

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA OFERTA E DEMANDA
DE MÃO-DE-OBRA
GRANDE VITÓRIA - 1979



FONTE: TABELA X

LEGENDA

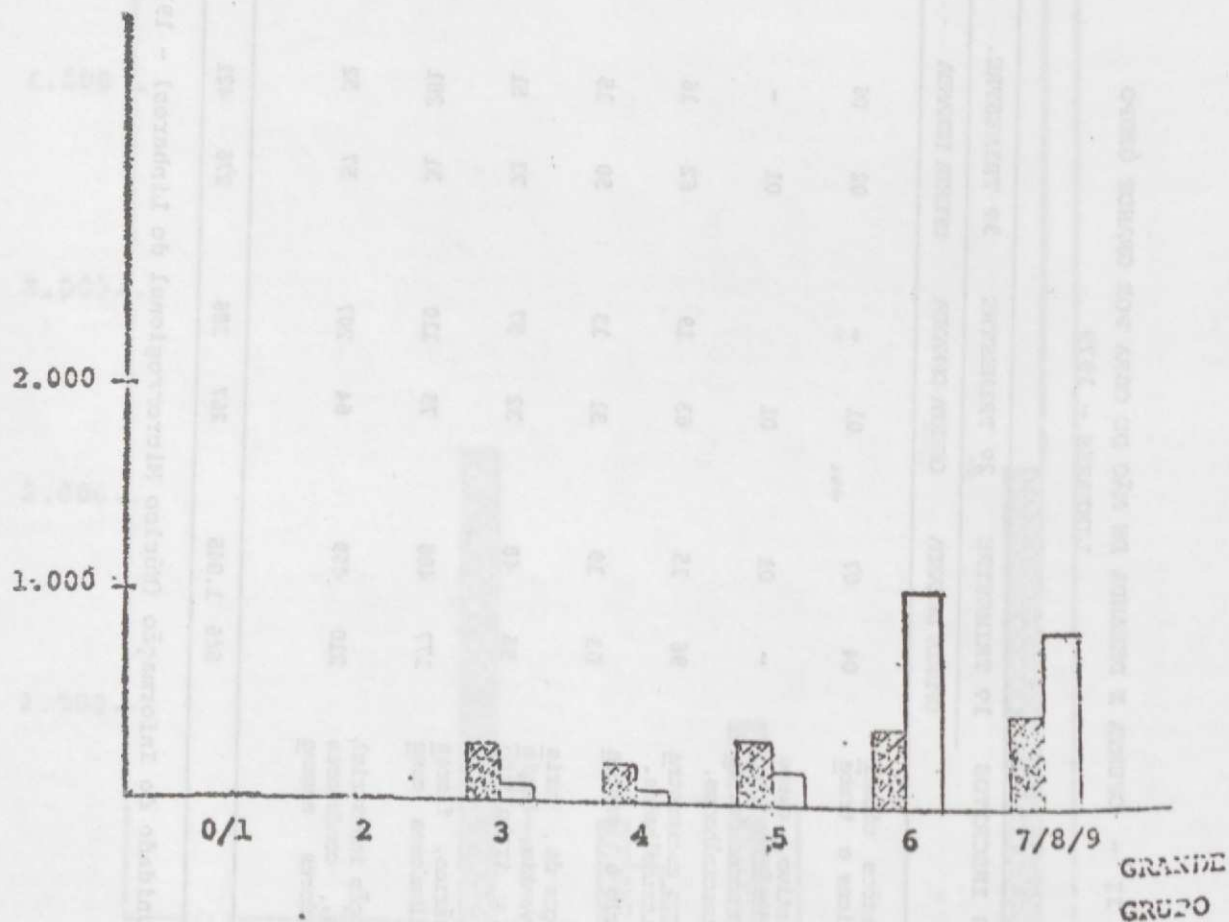
Oferta

TABELA II - OFERTA E DEMANDA DE MÃO DE OBRA POR GRANDE GRUPO
LINHARES - 1979

GRANDE GRUPO	CANDIDATOS INSCRITOS						4º TRIMESTRE				TOTAL	
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	5º TRIMESTRE	6º TRIMESTRE	OFERTA DEMANDA	OFERTA DEMANDA	OFERTA DEMANDA	OFERTA DEMANDA	OFERTA DEMANDA	OFERTA DEMANDA
0/1 - Trabalhadores das profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhos especializados.	04	07	01	-	02	06	-	-	07	13		
2 - Membros do poder legislativo, executivo e judiciário, funcionários públicos, superiores, diretores de empresas e trabalhadores especializados.	-	01	01	-	01	-	-	-	02	01		
3 - Trabalhadores dos serviços administrativos e trabalhadores especializados.	96	15	63	19	62	16	43	14	26	64		
4 - Trabalhadores do comércio e serviços.	63	19	31	13	50	15	25	11	169	53		
5 - Trabalhadores de serviços de turismo, hospitalidade, sorventaria, higiene e limpeza, segurança e trabalhadores especializados.	96	48	32	37	73	51	99	33	300	161		
6 - Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores especializados.	177	486	75	110	31	281	68	165	351	1.042		
1/2/3 - Trabalhadores de produção industrial, operadores de máquinas, condutores de veículos e trabalhadores especializados.	210	459	64	207	57	52	99	98	430	826		
TOTAL	646	1.045	267	386	276	421	334	321	1.523	2.173		

FONTE: SINE/ES - Unidade de Informação (Núcleo Microregional de Linhares) - 1979

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA OFERTA E DEMANDA
DE MÃO-DE-OBRA
LINHARES - 1979



FONTE: TABELA II

LEGENDA

 Oferta
 Demanda

TABELA III RESUMO DA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA POR MÊS
GRANDE VITÓRIA E LINHARES - 1979

MESES	VAGAS LEVANTADAS	INSCRITOS	ENCAMINHADOS	RESPOSTAS DOS ENCAMINHAMENTOS							S/P
				ACEITO	MOTIVO DA NÃO COLOCAÇÃO						
					a	b	c	d	e	f	
JANEIRO	438	734	360	127	39	06	03	13	10	31	131
FEBREIRO	1.029	651	268	86	23	04	10	09	11	40	85
MARÇO	538	725	319	150	25	04	02	13	16	27	82
ABRIL	241	531	200	55	17	03	03	09	08	17	88
MAYO	441	553	251	79	21	03	15	20	07	26	80
JUNHO	662	449	219	50	20	02	13	04	09	36	85
JULHO	342	503	318	121	35	09	13	11	13	27	89
AGOSTO	1.212	777	400	199	33	09	11	17	14	32	85
SETEMBRO	692	746	411	243	23	06	01	09	15	30	84
OUTUBRO	2.182	916	585	259	38	04	14	24	19	40	187
NOVEMBRO	524	595	356	125	17	07	06	13	06	30	152
DEZEMBRO	616	530	386	208	13	02	06	01	01	09	146
TOTAL	8.917	7.705	4.073	1.702	304	59	97	143	129	345	1.294

FONTE: SINE/ES - Unidade de Informação (Núcleos Microrregionais de Vitória e Linhares) - 1979.

LEGENDA:

a - A vaga estava preenchida.

b - Impedimento desistido de oferecer a vaga

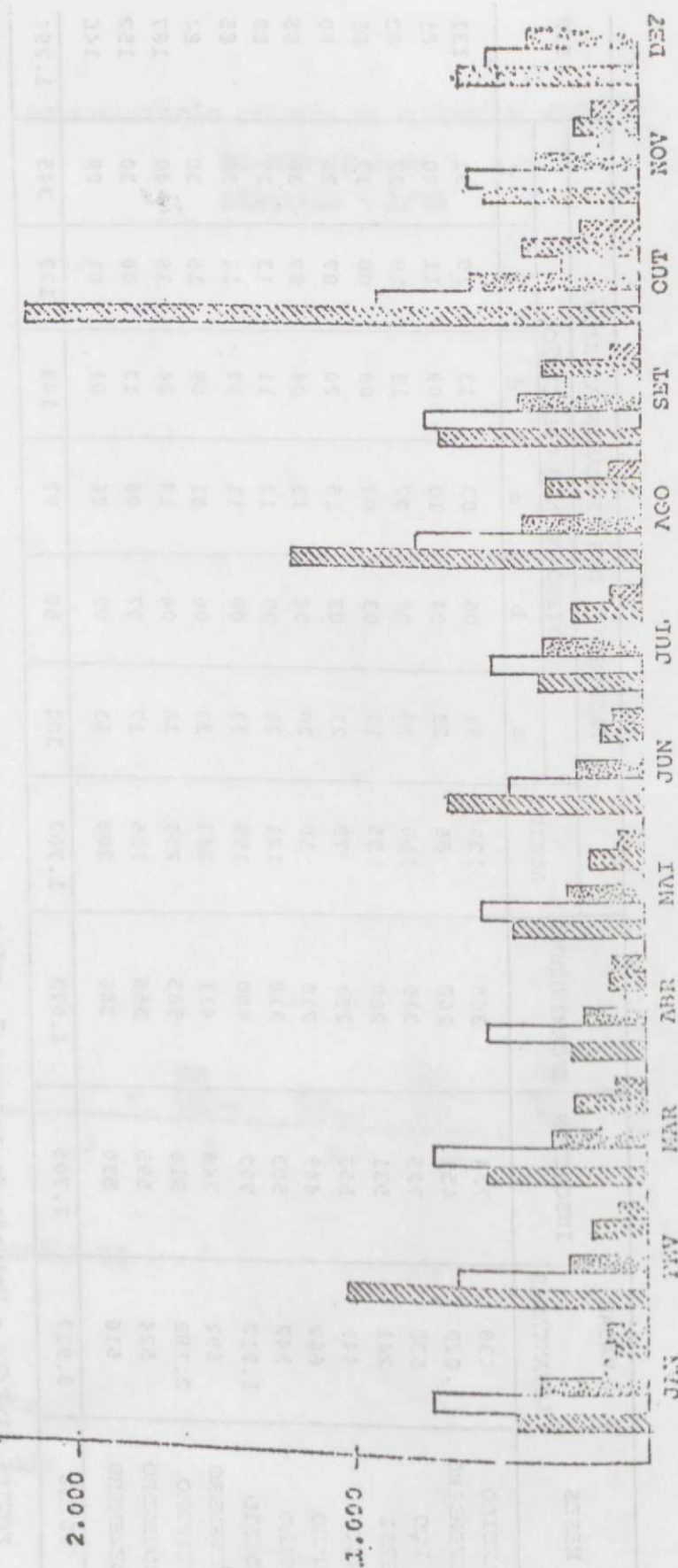
c - Candidato recusado - inapto.

d - Candidato recusado - experiência insuficiente.

e - Candidato recusado - outras razões.

f - Candidato desiste.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA INTERMEDIACÃO DE MÃO DE OBRA GRANDE VITÓRIA E LINHARES - 1979



FONTE: TABELA III

LACERDA

Colocados
Não Colocados
Não Respondida

- O número de vagas levantadas não traduz as reais necessidades das empresas;
- Em grande número de casos os candidatos aspiram colocações demasiadamente elevadas em relação à sua qualificação;
- Nas solicitações de recursos humanos é comum a discriminação, por parte das empresas, quanto a sexo, idade, local de moradia, qualificação e outros;
- A criação de expectativas nas pessoas inscritas devido à natureza do serviço;
- A constatação de que, apenas uma parte das pessoas que procuram trabalho, recorrem a serviços públicos;
- A inscrição de um mesmo candidato para mais de uma ocupação, na tentativa de ser aproveitado mais rapidamente.

Por outro lado, os resultados globais do processo de intermediação encontram-se comprometido em função do significativo percentual (31,8%) de processo de candidatos encaminhados que permanecem com informações incompletas devido muitas empresas não remeterem, ao SINE/ES, as respostas dos encaminhamentos efetuados, em contrapartida aos serviços que esse lhes presta.

Dentre os pontos observados, na consequência da falta de qualificação dos candidatos têm sido motivo de atenção por parte da Coordenação do SINE/ES que nela identifica um obstáculo sério para o engajamento do trabalhador na força produtiva e a necessidade de preparação do candidato aparece como uma evidência. Nesse sentido, a intermediação para treinamento representa a opção viável no seu papel de proporcionar ao trabalhador melhores condições de trabalho e diminuir as desvantagens decorrentes do seu nível de desempenho profissional.

Assim é que o SINE/ES, através dos seus Núcleos Microrregionais, vem procurando gradativamente, intensificar a oportunidade de qualificação através de maior integração com as entidades de treinamento, tendo sido encaminhados 330 candidatos para as 20 modalidades de cursos oferecidos, discriminados por entidades promotoras.

Nº de Ordem	Cursos	Entidade
01	Aperfeiçoamento de Contabilidade	SENAC
02	Auxiliar de Departamento de Pessoal	SENAC
03	Auxiliar de Enfermagem	Hospital Municipal de Linhares
04	Auxiliar de Loja e Escritório	SENAC
05	Auxiliar de Escritório	SENAC
06	Cabelereiro	SENAC
07	Cadastrista — Analista de Crédito	SENAC
08	Câmbio — Mercado de Divisas	SENAC

09	Correspondência Comercial	CENAC
10	Costureira Industrial	Cindereia Confecções Infantis Ltda.
11	Datilógrafo Copista	SENAC
12	Empregada Doméstica	Mobral
13	Esteticista Facial	SENAC
14	Iniciação ao Serviço de Escritório	SENAC
15	Treinamento de Instrutores	SEBS/DAT
16	Introdução à Administração Geral	SENAC
17	Protocolista/arquivista	SENAC
18	Servente de Limpeza	SEBS/DAT/MOBRAI
19	Taquigrafia	SENAC
20	Vendedor Lojista	SENAC

Embora os resultados ainda sejam modestos em relação à magnitude do problema, as ações empreendidas têm sido significativas, observando-se, em 1979, um aumento da eficiência na prestação de serviços à população quando a oportunidade de emprego e qualificação profissional, em relação ao ano de 1978.

TERMINO PREVISTO

Constituindo-se em uma das funções básicas do SINE, a intermediação não tem prazo previsto para término, sendo operacionalizada mediante orientação para o emprego e a qualificação nos núcleos microrregionais instalados.

INDICADORES SINE

OBJETIVO

O Projeto constitui-se em um esforço conjunto da Secretaria de Emprego e Salário (Setema Nacional de Emprego — SINE) e do Centro de Documentação e Informática (CDI/Ministério do Trabalho) com a colaboração técnica do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH/IPEA) e do Projeto BRA — 70-550 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e apresenta como seu principal objetivo subsidiar o Governo em sua Política Nacional de Organização do Mercado de Trabalho.

DATA DE INICIO

O índice mensal de emprego — Indicadores SINE — teve a sua implantação em Março de 1977, inicialmente nas regiões metropolitanas e mais o Distrito Federal. A partir de março de 1978, período da primeira expansão dos trabalhos a outras regiões, o Espírito Santo passou a integrar o painel dos Estados cujos índices deveriam ser elaborados.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Treinamento dos Agentes Visitadores.

Os estagiários selecionados para a visita dos estabelecimentos receberam treinamento específico quanto as informações a serem prestadas e em relação ao preenchimento do formulário-visita e formulário-resumo a ser enviado mensalmente à DRT.

Visita aos Estabelecimentos.

Após o recebimento da relação de estabelecimentos amostrados, procedeu-se a localização e distribuição geográfica destes estabelecimentos, de modo a facilitar a sua visita por um grupo de estagiários.

Preparação do Material a ser entregue aos estagiários. Visita de estabelecimentos contendo: nome, endereço e telefone.

Formulários de visita a Estabelecimentos
Formulários-Resumo contendo as informações que dão origem aos índices.

Concluído o período de visita aos estabelecimentos selecionados executou-se as seguintes atividades:

Envio ao Centro de Documentação e Informática, através do SINE Nacional, de uma v.a do Formulário de visita objetivando a atualização dos dados do cadastro existente no CDI.

Organização, na Matriz do SINE/ES, de um fichário dos estabelecimentos constantes na Amostra.

A partir daí surgiram algumas atividades rotineiras de periodicidade mensal e que descrevemos abaixo:

Recebimento dos Formulários-Resumo na Delegacia Regional do Trabalho e nos Postos do Ministério do Trabalho, conferindo as informações prestadas no formulário da Lei 4.923 com as constantes no Formulário-Resumo.

Controle de respostas e ativação de declaração na coordenação Estadual do SINE/ES.

As informações constantes no Formulário-Resumo são passadas para as fichas do arquivo do SINE assim como para a folha de movimento resumido, especialmente preparada pelo CDI.

Envio ao CDI da folha de movimento resumido com informações de cada estabelecimento selecionado.

SITUAÇÃO ATUAL

O referido estudo iniciado em março de 1978, tem por finalidade mostrar a situação de emprego, na região da Grande Vitória. Este estudo, por sua natureza, cobre o segmento organizado dos setores secundário e terciário da economia, excetuando os empregados estatutários do setor público.

Durante o primeiro ano do estudo o município da Serra esteve excluído, passando a integrá-lo a partir de abril de 1979 após constantes solicitações do SINE/ES

A justificativa coube às mudanças que vêm ocorrendo na economia estadual e, por outro lado, a amostra inicial ter sido calculada com base no cadastro de 1974, o que, possivelmente, teria excluído o município da Serra. Estes e município que se localiza o Centro Industrial de Vitória — CIVIT, área reservada para os projetos industriais, atualmente em implantação na região.

Com a expansão da amostra, 192 estabelecimentos fornecem mensalmente, através do Formulário-Resumo, os dados relativos ao número de empregados existentes, admissões e desligamentos, e saldo existentes no período, com base na relação 4923/65

Atualmente a amostra encontra-se assim constituída por município e subsetor:

Municípios	To-	Vitó-	V. Ve-	Caria-	Via-	Ser-
Subsetores	tal	ria	lha	cica	na	ra
Ind. de Transformação	48	12	09	07	05	15
Ind. de Const. Civil	36	28	03	01	—	04
Comércio	54	38	08	05	01	02
Serviços	54	45	03	04	—	02
Total	192	123	23	17	06	23

Considerando o conjunto dos quatro subsectores, a expansão do emprego na Grande Vitória, no período março/78 a outubro/79, foi de 2,7%.

Vale ressaltar que, o crescimento demonstrado pelos índices de emprego, vem sendo suportado por dois subsectores: indústria de transformação e serviços.

O subsector construção civil vem apresentando, desde a implantação do estudo, uma retração do emprego, enquanto que o subsector comércio o mesmo vem ocorrendo a partir de dezembro/78. (Tabela IV).

TÉRMINO PREVISTO

O estudo não tem prazo determinado para encerramento prevendo-se sua continuidade nos próximos períodos.

TABELA IV
ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO
GRANDE VITÓRIA
MARÇO/78 A OUTUBRO/79

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ÍNDICE MENSAL DE EMPREGO				
ANOS/MÊSES	INDÚSTRIA	CONST.CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	TOTAL
1978					
FEVEREIRO	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
MARÇO	100,17	98,87	100,05	100,94	100,33
ABRIL	101,18	95,59	101,85	101,61	100,67
MAIO	102,19	95,48	103,46	102,33	101,44
JUNHO	102,27	89,93	105,50	102,96	101,27
JULHO	103,02	87,32	104,55	102,12	100,54
AGOSTO	103,97	86,25	106,07	102,89	101,17
SETEMBRO	104,38	85,11	106,94	103,26	101,36
OUTUBRO	105,01	86,34	108,14	103,59	101,98
NOVEMBRO	105,80	84,22	110,23	104,00	102,21
DEZEMBRO	105,20	82,65	106,53	103,24	101,10
1979					
JANEIRO	105,56	83,72	104,69	103,63	101,33
FEVEREIRO	106,34	81,40	105,78	103,68	101,32
MARÇO	107,76	77,13	103,52	104,80	101,46
ABRIL	109,48	74,59	100,48	105,27	101,43
MAIO	112,10	74,81	99,94	106,17	102,57
JUNHO	111,95	73,91	99,28	107,13	102,85
JULHO	111,67	70,50	98,25	107,39	102,26
AGOSTO	112,02	69,87	97,47	107,42	102,19
SETEMBRO	111,91	69,64	97,88	107,38	102,14
OUTUBRO	111,66	69,61	97,22	108,75	102,70

FONTE: SINE/CDI.- MTB

* Incluído o município da Serra.

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE INFORMAÇÕES

OBJETIVOS

Organizar, codificar e proceder ao tratamento, análise e interpretação dos dados e informações coletadas, com vistas a publicação de documentos que mostrem a situação da mão-de-obra cadastrada nas unidades operativas do SINE/ES.

Organizar a sinopse estatística e resumos interpretativos sobre a situação do mercado de trabalho na área de atuação do SINE/ES.

Elaborar projetos específicos de estudos e pesquisas em coparticipação com outras instituições.

Publicar, periodicamente, documentos referentes à situação do mercado de trabalho.

DATA DE INÍCIO

Fevereiro de 1978

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Atualização dos instrumentos de coleta dos dados e informações mensais das atividades da intermediação de mão-de-obra.

Análise e interpretação mensal dos dados do serviço de intermediação dos Núcleos Microrregionais implantados.

Publicação de documentos sobre a "Caracterização da mão-de-obra inscrita no SINE/ES", no período fevereiro a dezembro/78.

Elaboração de documento analítico do serviço de intermediação na área da Grande Vitória e do Município de Linhares mostrando o perfil da clientela inscrita e vagas levantadas, através da publicação de documentos semestrais.

Elaboração do relatório de pesquisa sobre o Trabalho do menor na área da Grande Vitória.

Publicação do Cadastro das Estruturas de Trabalho na área da Grande Vitória por subseção da atividade econômica.

Articulação com a 13a. Delegacia Regional do Trabalho, objetivando a atualização dos dados contidos no Cadastro das Estruturas de Trabalho com base no Formulário da Lei de 2/3 e sua ampliação para o Estado. Levantamento das Agências do Desenvolvimento Social com base em catálogos de informações e outras fontes.

Elaboração de projeto de pesquisa sobre o "Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal nas Empresas da Grande Vitória". O referido projeto foi elaborado integrado com a SEPL e o CETREMY, tendo em vista a preocupação com a insuficiência de informações sobre a demanda e oferta de trabalho e ainda com o processo migratório desencadeado com a implantação dos Grandes Projetos.

Produção, publicação e distribuição mensal do Boletim SINE para fazer circular informações sobre a oferta e demanda de mão-de-obra e assuntos diversos sobre o mercado de trabalho.

Elaboração de documento sobre a intermediação de mão-de-obra na Grande Vitória e Linhares, no período de janeiro a junho/79.

Publicação do documento "Indicadores de Emprego na área da Grande Vitória", abrangendo o período março/78 a fevereiro/79.

Elaboração de documento sobre "Indicadores de Emprego na área da Grande Vitória", no período março a agosto/79.

SITUAÇÃO ATUAL

As atividades vêm sendo desenvolvidas nos períodos previstos. Ressalta-se que, para a publicação dos documentos, há necessidade de certa flexibilidade, em razão do volume de informações a serem tabuladas para análise e posterior serviço de mecanografia.

O projeto de pesquisa sobre o Processo de Recrutamento e Seleção de Pessoal nas empresas da Grande Vitória foi suspenso devido à ausência de recursos necessários para a sua operacionalização.

TERMINO PREVISTO

Não existe prazo previsto para o término da atividade pois os seus próprios objetivos refletem uma das importantes funções do Sistema Nacional de Emprego, qual seja, a informação.

INSTALAÇÃO DE POSTOS DE ATENDIMENTO

OBJETIVO

Expandir a prestação dos serviços de intermediação da mão-de-obra para atender às comunidades locais e a situações específicas.

DATA DE INÍCIO

Posto de Atendimento do CSU de Santo Antonio — junho de 1979.

Posto de Atendimento do CSU de Andorinhas — junho de 1979.

Posto de Atendimento do Terminal Rodoviário — setembro de 1979.

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Instalação física dos postos de atendimento.

Inscrição e encaminhamento de candidatos a emprego e/ou treinamento.

Preenchimento do formulário SIMI.

Articulação com o Núcleo Microrregional de Vitória.

Os postos de atendimento instalados nos Centros Sociais Urbanos e no Terminal Rodoviário Grande Vitória desenvolvem, especificamente, atividades de intermediação, cujos procedimentos são estabelecidos pelo Núcleo Microrregional a que estão vinculados, visando garantir a unidade de ação.

O resultado quantitativo das atividades desenvolvidas pelos postos está contido no total global referente à intermediação de mão-de-obra.

SITUAÇÃO ATUAL

Além dos instalados em 1979, o SINE/ES conta com mais três postos de atendimento, sendo dois localizados nas sedes dos núcleos e um junto ao Centro Social Urbano de Boa Vista em Vila Velha.

Aqueles instalados junto aos Centros Sociais Urbanos funcionam em sistema de rodízio, no sentido de racionalizar a utilização dos recursos humanos disponíveis face à movimentação dos candidatos.

No Terminal Rodoviário, opera junto ao posto de migrantes da SEBS.

TERMINO PREVISTO

A manutenção do funcionamento dos postos localizados fora das sedes dos núcleos microrregionais vai depender das disponibilidades de recursos para o exercício de 1980.

NUCLEO MICRORREGIONAL DE CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

OBJETIVO

Interiorizar a presença e a ação do SINE/ES no sul do Estado, de modo a contribuir para acionar as me-

didadas necessárias à organização do mercado de trabalho do Espírito Santo.

DATA DE INICIO

. Abril de 1979

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

. Realização de estudos, levantamentos e efetivação de contatos para subsidiar a montagem do Projeto para implantação do Núcleo.

. Elaboração do Projeto de Implantação do Núcleo Microrregional de Cachoeiro do Itapemirim.

. Encaminhamento do Projeto ao Secretário de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social para análise e apreciação.

. Encaminhamento do projeto pelo Secretário da SEBS, à Coordenadoria do SINE, para negociação.

SITUAÇÃO ATUAL

Tendo sido encaminhado o Projeto à Coordenadoria Nacional do SINE, aguarda-se um pronunciamento para que sejam tomadas as medidas técnico-administrativo-financeiras necessárias à sua execução.

OUTRAS AÇÕES

Além dos projetos e atividades descritos o SINE/ES desenvolve ações diversas, associado a outros setores do Governo ou entidades particulares que, igualmente, atuam nas áreas de prestação de serviços à população e de informações sobre o mercado de trabalho. Dentre essas ações destacam-se:

. Participação nas operações de socorro e atendimento às vítimas da situação de calamidade pública registrada no Estado, notadamente no município de Linhares. A ação do SINE/ES, através do Núcleo de Linhares com reforço e orientação da Matriz Estadual verificou-se, particularmente, em assuntos relacionados a emprego e migração para o que foram coordenados esforços de diversas entidades.

. Participação no detalhamento do Projeto Instrumental de Trabalho, coordenado pela Assessoria da SEBS, e encaminhado à Fundação Legião Brasileira de Assistência, a fim de captar recursos para atender às necessidades de trabalho da população de baixa renda desabrigada por ocasião das enchentes, especialmente Linhares e Colatina, cuja execução estará sob a responsabilidade do Núcleo do SINE/ES de Linhares e Central Regional de Serviços da SEBS, em Colatina.

. Participação de reuniões com a equipe do MOBRAL e representante de outros órgãos e entidades para discutir formas de participação no desenvolvimento do Projeto Vitória, coordenado pelo MOBRAL.

. Treinamento, em serviço, de pessoal que integra as unidades operativas do SINE/ES, com vistas à melhoria do desempenho de atividades específicas.

. Efetivação de contatos com representantes da FINDES para discutir viabilidade de implantação de projetos de apoio a microunidades de produção do setor informal.

. Participação de reunião com o Secretário da SEBS, para estudo da criação de assessoria de assuntos de Sindicatos.

. Estudos de casos relativos à situação de desemprego encaminhado pelo Ministro do Trabalho e providências para solucioná-los.

. Participação de reuniões com técnicos da SEPL para discutir o roteiro do Projeto sobre Migração e Emprego no Espírito Santo.

. Efetivação de contatos com o Delegado Regional do Trabalho para estudo de situação de desemprego de servidores públicos da área de saúde, face aos Decretos

Estaduais n.ºs 1870 — E e 1872 — E, atendendo à orientação do Ministério do Trabalho, face ao estudo elaborado pelo Sindicato dos Médicos do Espírito Santo, encaminhado àquele Ministério.

. Participação na elaboração de proposta de intervenção junto aos Artesãos Capixabas, tendo em vista a organização de uma associação da categoria.

. Coleta de informações sobre migrações internas, em colaboração ao Programa de Atendimento à População Migrante de Baixa Renda.

Para o desenvolvimento da programação e manutenção das unidades do SINE/ES, no exercício de 1979, foram alocados Recursos Financeiros do Ministério do Trabalho, através do Convênio SINE/MTB — 18.01.76 e seus Termos Aditivos n.ºs 06, 07, 08 e 09/79, no valor de Cr\$ 6.978.012,40 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil doze cruzeiros e quarenta centavos).

A consolidação do SINE/ES vem sendo realizada dentro de um quadro de referência que considera serem os mecanismos de intermediação e informação elementos complementares de apoio para minimizar os problemas de desemprego e subemprego, decorrentes de fatores ligados à demanda de mão-de-obra, que dependem do comportamento dos setores produtivos públicos e privados.

A promoção do emprego, seja através da geração de novas oportunidades de trabalho e do apoio a microunidades de produção e a trabalhadores autônomos de baixa renda vem se constituindo em nova linha de ação do SINE/ES, considerada de significativa importância para a melhoria e estabilidade da renda de trabalhadores capixabas.

Pretende-se, contudo, enfatizar o entendimento de que a complexidade dos fatores intervenientes na situação do mercado de trabalho muitas vezes impedem a obtenção de resultados a curto prazo, entretanto, na medida em que o SINE/ES se integra aos demais programas do Governo constitui-se um instrumento indispensável à organização e desenvolvimento do mercado de trabalho do Estado.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE POPULAÇÕES MIGRANTES DE BAIXA RENDA

1. Descrição Sumária

1.1. Identificação:

Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes de Baixa Renda-Convênio Ministério do Interior (MINTER)/Governo do Estado Espírito Santo (GEES), data 20/07/77, Órgão interveniente e executor: Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social (SEBS). Prazo de vigência: 03 (três) anos. Termo: 31 de dezembro de 1979. Início das operações: abril de 1978. OBS: O prazo de vigência do Convênio será ampliado mediante Termo Aditivo, vigorando até final de 1980.

1.2. Vinculações:

Em nível federal, o Programa está vinculado ao Programa Nacional de Migrações Internas o qual engloba três projetos:

- Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes (CETREMI);
- Sistema de Informações sobre Migrações Internas (SIMI);
- Pesquisas Complementares sobre Migrações Internas (Projeto SIMI 3ª etapa).

A Coordenação do Programa é exercida:

- Em nível nacional — pela Coordenadoria de Estudos Sócio-Econômicos (CESE) do MINTER;
- Em nível regional — pelas Superintendências Regio-

nais e pela Representação do Ministério do Interior (REMI-RJ);

— Em nível estadual — por um grupo de Coordenação subordinado diretamente ao Gabinete do Secretário de Estado da Cultura e do Bem Estar Social.

2. Justificativa

Poucas são as atividades e políticas no campo do desenvolvimento sócio-econômico que não têm implicações na área de migração e distribuição da população.

A migração está diretamente relacionada à expectativa de obtenção de melhores condições econômicas e sociais para o migrante e seus familiares e, neste contexto, ressaltam-se os aspectos inerentes à variável emprego. Deste modo, o processo migratório reflete a própria redistribuição de recursos humanos resultante das diferenças de oportunidades prevalentes em áreas distintas.

3. Objetivos

3.1. Gerais:

— Oferecer subsídios para a fixação de diretrizes com vistas à integração das populações migrantes e de baixa renda, em conformidade com a Política Nacional de Migrações Internas e de Emprego e Mão-de-obra;

— Contribuir para a diminuição de problema sociais decorrentes de fluxos migratórios desordenados, mediante a prestação de serviços que possibilitem a integração social do migrante, e mediante a dinamização de um sistema de informações que facilitem ao Governo o planejamento ordenado do desenvolvimento.

3.2. Específicos:

Recepcionar e atender a população migrante e de baixa renda, através da prestação dos seguintes serviços:

- Documentação Civil;
- Atendimento à Saúde;
- Hospedagem e Alimentação;
- Orientação e Colocação Profissional;
- Treinamento Profissional;
- Locomoção para outros Estados e/ou Municípios;
- Contribuir para a dinamização do Sistema Nacional de Informações sobre Migrações Internas, através da implantação e implementação de um Sistema de Informações em nível estadual.

4 Síntese das Atividades Desenvolvidas em 1979

Englobando as atividades de dois Projetos Nacionais-CETREMI (Centros de Triagem e Encaminhamento de Migrantes) e SIMI (Sistema de Informações sobre Migrações Internas) — o Programa vem operando através de dois sistemas: o Sistema de Prestação de Serviços à Clientela e o Sistema de Informações sobre Migrações Internas.

Embora tenha sido criado, na esfera federal, com o objetivo de prestar assistência aos migrantes recém chegado à localidade, em alguns Estados (inclusive o Espírito Santo) o Programa vem assumindo características diferentes, estendendo o atendimento a populações de baixa renda em geral.

Desta forma, distinguem-se os migrantes apenas para efeito de aplicação do bônus de coleta de dados do Projeto SIMI, não havendo qualquer discriminação no que se refere à concessão de auxílios.

Conforme se pode observar nos quadros de atividades apresentados a seguir, o "modus operandi" do Programa se caracteriza pela intensa busca de integração com os demais recursos da área social, sobretudo aque-

les das áreas de saúde, educação, trabalho, assistência e previdência social habitação e assistência jurídica.

Esse processo nem sempre ocorre de maneira uniforme, face aos desequilíbrios decorrentes das imperfeições do mercado de trabalho e da insuficiência dos setores produtivos na absorção de mão de obra.

Desses fatos decorre, então, uma gama de problemas, especialmente nas áreas de atração urbana onde se destacam as variáveis desemprego, adaptação dos migrantes ao novo "Habitat" e aumento dos déficits na infraestrutura dos Centros Urbanos.

As preocupações do Governo com relação às migrações internas se acentuam a partir da publicação do censo Demográfico de 1970, quando se constatou que cerca de um terço da população brasileira era constituída de migrantes, o que resultou na implantação do Programa Nacional de Migrações Internas.

Com base nos diversos trabalhos realizados dentro do Programa Nacional de Migrações Internas, os deslocamentos populacionais são hoje considerados como consequência da distribuição desigual das atividades econômicas em regiões, setores e grupos sociais, e por mudanças ocorridas na sua estrutura e distribuição espacial.

Assim sendo, o objetivo — síntese de política de migrações internas consistem em criar estímulos orientados para a melhoria do nível de renda real das camadas populacionais de baixa renda, concomitantemente com o aumento progressivo das possibilidades de obtenção de emprego e a progressiva eliminação das disparidades regionais.

No Espírito Santo o abandono da agricultura, bem como sua substituição pela pecuária e a prioridade dada ao setor industrial explica o completo esvaziamento da zona rural e de todo o interior do Estado, o que reflete na rápida urbanização. Com efeito, em 1970, apenas 45% da população vivia em zonas urbanas e já em 1977 esse percentual passa para 53%.

Internamente, é grande o movimento de população, caracterizando-se as seguintes áreas relevantes:

— áreas de expulsão — antigas regiões agrícolas serranas do Estado, ainda hoje de maior densidade demográfica no meio rural capixaba.

— áreas de atração — Grande Vitória, faixa litorânea e centros secundários como Linhares, Colatina e Cachoeiro.

Paralelamente à realização de estudos e pesquisas visando ao aperfeiçoamento das ações do governo nas áreas de migrações internas o Ministério do Interior tem promovido, desde 1975, a realização de ações específicas nesse campo. Assim é que foram assinados convênios com 11 (onze) Unidades da Federação, destinados a fornecer recursos para a implantação de Unidades com a função de coletar informações sobre os fluxos migratórios e para o apoio à população migrante de Baixa Renda.

No Estado, o Programa de Atendimento e Promoção de Populações Migrantes de Baixa Renda vem sendo executado, a partir de abril de 1978, pela Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social (SEBS), em Convênio com o Ministério do Interior.

Vale ressaltar o trabalho desenvolvido pelo setor de Informação Profissional, que tem proporcionado inúmeros benefícios à clientela do Programa, quer seja identificando oportunidades de trabalho dentro e fora do município, quer seja orientando e propiciando os meios para obtenção da documentação necessária.

4.1. Quadro de Atividades

Sistema de prestação de serviços (Projeto CETREMI)
Sistema de Informações sobre Migrações Internas (Projeto SIMI)

Período: 01 de janeiro à 31 de dezembro de 1979.

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO	QUANTIFICAÇÃO - JAN. a DEZ/79	
		LOCALIZAÇÃO	UNIDADE QUANTIDADE
- Orientação social e prestação de serviços concretos à clientela migrante e de baixa renda.	- Informações sobre o mercado de trabalho local e encaminhamento dos clientes para colocação profissional; através do SINE e/ou mediante contato com empresas locais.	Vitória	Encaminhamentos 1.971
	- Orientação e encaminhamento dos clientes para utilização dos recursos comunitários disponíveis nas áreas de saúde, educação, previdência, e assistência social, assistência jurídica e outros.	Vitória	Encaminhamentos 3.958
	- Auxílios concedidos à clientela do Programa (passagens, hospedagem, alimentação, foto, medicamentos e documentação).	Vitória	Auxílios 5.095
	- Atendimento à clientela migrante através dos Postos do Programa.	Vitória	Clientes 3.516
	- Atendimento à clientela carente através dos Postos do Programa.	Vitória	Clientes 3.664
- Estudos para aperfeiçoamento e expansão do Sistema de Prestação de Serviços.	- Articulação com o MEBRAL Estadual para implantação de Balcão de Emprego e Postos Volantes de Atendimento a Migrantes na Grande Vitória.	Vitória	Reuniões, Documentos Contatos.
	- Articulação com a COBAL, Cia Vale do Rio Doce, Agências de Passagens, Cartórios, serviços de documentação e outros para atendimento a clientela.	Vitória	Reuniões, Contatos Ofícios
	- Divulgação e interpretação do Programa para a clientela migrante e para o esclarecimento da população em geral.	Vitória	Entrevistas, Palestras
- Estudos para aperfeiçoamento e expansão do Sistema de Prestação de Serviços.	- Articulação com as Prefeituras da Serra, Vitória, Vila Velha e Instituições Sociais diversas, para levantamento de alternativas para implantação de Albergue.	Vitória	Reuniões, Visitas, Estudos

ATIVIDADES	DESCRIÇÃO	QUANTIFICAÇÃO - JAN. a DEZ/79		
		LOCALIZAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
- Coleta sistemática de dados sobre migrações internas.	- Aplicação do formulário padronizado do SIMI (elaborado CESE/SPO do Ministério do Interior) nos Postos de Atendimento do Programa e nos Postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE).	Vitória	Formulários	1.987
	- Cadastamento de entidades participantes do Projeto SIMI.	Linhares	Formulários	155
	- Reuniões diversas com representantes de órgãos de pesquisa e planejamento, para discussão de alternativas para a utilização do acervo de informações do Projeto SIMI.	Vitória Vila Velha Cachoeiro Linhares	Entidades Entidades Entidades	
- Avaliação do Programa	- Articulação com instituições diversas, para implantação de novas unidades de coleta do Projeto SIMI.	Vitória	Reuniões	06
	- Participação em Seminários (Regionais e Nacional) para avaliação do Programa	Vitória Linhares Colatina	Instit. Instit. Instit.	07 05 04
	- Elaboração do Plano de Trabalho de 1979.	R.Janeiro B.Brizante Brasília	Seminário Seminário Seminário	01 01 01
- Replanejamento	- Elaboração do Plano de Trabalho p/o período 1979/1983. - Elaboração do Plano Trabalho de 1980.		Plano de Trabalho	

5. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros aplicados na execução do Programa, durante o ano de 1979, foram oriundos do Ministério do Interior e do Governo do Estado do Espírito Santo, conforme o estabelecimento no Convênio MINTER/Governo do Estado do Espírito Santo, assinado em julho de 1977, tendo cabido a cada uma das partes, os gastos abaixo discriminados:

AO ESTADO

— Fornecer parte do material permanente, material de consumo, equipamentos e material de escritório necessários ao funcionamento do serviço;

— Pagamento de aluguel, taxas de água, luz, telefone e combustível para o veículo do Programa;

— Custeio da maior parte das despesas com pagamento do pessoal que trabalha no Programa;

— Parte do custeio das despesas com a prestação de serviços assistenciais à clientela: medicamentos, foto, cartório e passagens.

AO MINTER

— Custeio de parte das despesas com material permanente, material de consumo, gasolina e equipamentos;

— Parte das despesas com pagamento de alguns funcionários;

— Custeio da maior parte das despesas com a prestação de serviços assistenciais à clientela: foto, cartório, hospedagem, alimentação, passagens e documentação.

Todo o equipamento, material permanente e inversões financeiras adquiridas com recursos do MINTER, ao término do Convênio, passará a fazer parte do Patrimônio do Estado.

As despesas realizadas no decorrer do ano de 1979, são demonstradas no quadro ao final.

Estudos feitos pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — CNPU, IPEA e Ministérios da área social, recomendam, face à situação configurada (processo de urbanização acelerada pelo qual vem passando grande parte das cidades brasileiras com ampla repercussão sobre o bem-estar e a qualidade de vida da população), a implantação de unidades integradas de prestação de serviços sociais e de promoção de atividades complementares aos grandes programas de habitação, abastecimento d'água, saneamento, transportes coletivos, etc. Como instrumento desta política foi criado pelo Decreto Federal nº 15.922 de 1º de junho de 1975, o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos. O mesmo Decreto, em seu artigo 6º, instituiu também o Grupo Executivo, GE-CSU, responsabilizando-o pela implantação do Programa a nível nacional.

Este grupo é composto de 7 (sete) membros efetivos, representantes da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana — CNPU, e, dos Ministérios da área social, a saber: Educação e Cultura, Saúde, Traba-

lho, Previdência e Assistência Social, Interior e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

A nível nacional, o programa tem como objetivos operacionais:

- aumentar a participação do habitante das cidades no processo de desenvolvimento urbano;
- melhorar as condições de prestação de serviços de natureza social, fornecendo as bases locais para a realização integrada e coordenada de atividades promovidas pelo setor público e privado, relativos à educação, trabalho, saúde e assistência social, cultura, esporte, recreação e lazer;
- estruturar um esquema de trabalho sistêmico integrando atividades dos Ministérios do setor social e áreas afins nos diversos níveis do Governo, e do setor privado, com resultados pré-determinados através de programas e projetos;
- criação de uma rede de equipamentos que funcionem como terminal do processo de planejamento, atuando como aferidores de resultados e veículos de aspirações.

Os Centros Sociais Urbanos constituem-se em unidades físicas polarizadoras do potencial da comunidade, promovendo a realização de atividades através da criação e/ou aproveitamento dos recursos já existentes para prestação de serviços de natureza social.

Em sua implantação são observados critérios de macrolocalização (seleção dos municípios) e de micro-localização (seleção dos bairros). São critérios para escolha dos municípios a serem beneficiados pelo programa:

- áreas com grande adensamento urbano, regiões metropolitanas e/ou áreas com estas características;
- municípios que apresentam grande concentração urbana;
- municípios com acelerado processo de crescimento urbano;
- municípios que apresentam peculiaridades especiais que recomendam a implantação do CSU.

Na seleção de áreas deverão ser observados os seguintes critérios:

- áreas urbanas periféricas dos grandes centros urbanos, com predominância de população de níveis de renda média ou inferior;
- áreas onde se localizam grandes ou médios conjuntos habitacionais;
- áreas urbanas onde ocorrem concentrações de estabelecimentos de ensino público e outros equipamentos de uso comunitário;
- áreas utilizadas por associações desportivas ou recreativas, que possam integrar-se no programa CSU.

As atividades do Centro Social Urbano possuem diferentes dimensões definidas em três tipologias: (QUADRO I)

QUADRO 1 - TIPOLOGIA DOS CENTROS SOCIAIS URBANOS

TIPO	CAPACIDADE APROXIMADA ATENDIMENTO	ÁREA CONSTRUÍDA/ M2	PROGRAMA ARQUITETÔNICO BÁSICO	CARACTERÍSTICAS
C	10.000 Hab.	600 m	2 salas de aula, biblioteca, salão de atividades múltiplas, bar-lanchonete, depósito, administração, vestiários e instalações sanitárias, quadras para práticas desportivas.	É a mais indicada das unidades de C.S.U. Recomenda a instrução 3 que se inicia pela instalação do CSU tipo C, visando posterior ampliação.
B	18.000 Hab.	1.200 m	Ampliação das instalações que dispõem o CSU tipo C acrescentando: atelier para atividades artísticas e cursos profissionaisizantes, gabinete médico-odontológico e agência de emprego atendimento previdenciário.	Recomendado para atendimento a áreas ou bairros das cidades de médio porte ou áreas com menor densidade demográfica.
A	32.000 Hab.	2.400 m	Além das facilidades de que dispõe o CSU tipo B (ampliadas) compreenderá unidades ambulatorial, conjunto de piscinas e creche.	É especialmente indicado para áreas densamente povoadas, como bairros em regiões metropolitanas ou capitais de Estado.

ORS: Os terrenos devem ser dimensionados em função do programa arquitetônico e das possíveis ampliações que o Centro Social Urbano poderá sofrer. A área livre disponível deverá ser dada tratamento paisagístico e seus elementos naturais devem ser explorados e valorizados, adequando-os à prática do lazer.

No Estado do Espírito Santo coube à SEBS — Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social — gerenciar as ações necessárias à implantação e funcionamento do PNCSU. Na fase inicial de implantação do Programa em 1975, foi formado um grupo constituído de representantes dos diversos órgãos públicos e privados que trabalham na área social com a finalidade de realizar estudos tendo em vista a macro-localização das unidades de CSU. De acordo com os critérios fixados previu-se a implantação de 22 unidades, nos seguintes municípios: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Linhares, São Mateus, Nova Venécia, Alegre, Anchieta, Ecoporanga, Pancas, Barra de São Francisco, Boa Esperança, Muqui e Itapemirim, (QUADRO II).

1. ESTÁGIO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

Em levantamento sócio-econômico, efetuado nos locais de implantação dos Centros Sociais Urbanos bem como nas áreas de abrangência, foram constatadas as seguintes variáveis:

- * Predominância da população de baixa renda;
- * Núcleos de sub-habitações;
- * Carência de equipamentos e serviços de natureza social;
- * Grande concentração urbana e acelerado processo de crescimento urbano.

Com base na situação problemática configurada, identificou-se como objetivos do PNCSU no Espírito Santo:

1. Integrar e/ou concentrar os recursos sociais existentes e/ou disponíveis nas áreas de influência dos Centros Sociais Urbanos;
11. Proporcionar à população compreendida em todas as faixas etárias, a prestação de serviços de interesse social a nível local;
- III. Incentivar a participação dos moradores no processo de desenvolvimento da comunidade, tendo em vista obter o maior rendimento social.

O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos no Espírito Santo, implantou até o momento 9 (nove) Unidades CSU, sendo:

- * 2 (dois) de Tipo "B"
- * 7 (sete) de Tipo "C"

A localização, tipologia, área de abrangência e estágio em que se encontram as unidades CSU, podem ser observados no QUADRO III.

Das 13 (treze) Unidades CSU que ainda deverão ser construídas no Estado, 5 (cinco) estão com localização definida e terrenos legalizados ou em vias de legalização, áreas de esportes já iniciadas e algumas já em funcionamento, aguardando resolução de Brasília para início de construção das Unidades. As 8 (oito) restantes deverão ser implantadas no próximo ano.

No início de 1977, foi formado o Conselho Consultivo do Programa composto de representantes dos diversos órgãos que participam da programação dos CSUs, designado pela direção dos mesmos, com as funções de:

analisar a programação básica dos CSUs, compatibilizar a programação com a política de ação dos órgãos que representam. O membro do Conselho Consultivo é também elemento de ligação entre o programa e o órgão representado, facilitando as suas relações. O Conselho Consultivo com 20 componentes e se reúne, por decisão própria, na última quinta-feira de cada mês.

2. PROGRAMAÇÃO BÁSICA DESENVOLVIDA NOS CSUs — QUADRO IV

Os Centros Sociais Urbanos vêm desenvolvendo atividades diversas, algumas em fase inicial outras já consolidadas. Para tanto, contam com a participação de diversas entidades de nível federal, estadual, municipal, paraestatal e privada, com compromisso neste sentido, firmado em convênio com a SEBS. Tais atividades são:

- a. Orientação a grupos de mães, jovens, gestantes, crianças, idosos, através de desenvolvimento de cursos profissionalizantes, palestras e debates educativos, recreação orientada, além de outros;
- b. Atendimento ao pré-escolar, em atividades sócio-educativas, recreativas, assistência alimentar e nutricional. Desta atividade, participam a Secretaria de Estado da Educação, Campanha Nacional de Alimentação Escolar, Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social, Fundação Espiritossantense de Bem-Estar de Menor e a Fundação Legião Brasileira de Assistência;
- c. Formação e dinamização de Grupos de base, constituídos de moradores, destinados, dentre outras finalidades, a realimentar a ação do CSU. Participam desta atividade a SEBS e a COHAB-ES;
- d. Assistência Judiciária à população de baixa renda, desenvolvida pela Procuradoria Geral do Estado;
- e. Iniciação e Formação Profissional, com cursos já desenvolvidos de: costura industrial, corte e costura, pintura, tecidos, datilografia, manicure e pedicure. Destas atividades participam o PIPMO, a FLBA, SENAC, FESBEM e DAT da SEBS;
- f. Agenciamento de mão de obra pelo Sistema Nacional de Emprego — SINE/ES;
- g. Expedição de Carteira Profissional através da Delegacia Regional do Trabalho;
- h. Empréstimo de livros, leitura e consultas bibliográficas;
- i. Formação de grupos e equipes para o desenvolvimento de atividades recreativas e desportivas em diversas modalidades;
- j. Comemorações cívicas e sociais;
1. Atendimento médico-dentológico e prática de medicina preventiva;
- m. Mobilização da comunidade para formação do Conselho Comunitário onde não existe e do grupo de Assessoramento, previstos na estrutura administrativa do CSU;
- n. Creches onde o Trabalho Social preocupa-se em liberar realmente a mão de obra feminina para o trabalho da orientação familiar e principalmente conscientizar as mães do seu papel como responsáveis diretas pela criança.

QUADRO 11 - PERFORMANCE DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS

SOCIAIS URBANOS DO ESPÍRITO SANTO

LOCALIZAÇÃO	PREVISÃO DE CSU SEGUNDO QUANTIDADE E TIPO				CAMPO DE EXECUÇÃO DE METAS FÍSICAS				
	A	B	C	TOTAL	76/77	78	79	80	TOTAL
1. Vitória	-	1	2	3	1	1	-	1	3
2. Vila Velha	-	1	1	2	1	-	-	1	2
3. Cariacica	-	-	1	1	-	-	-	1	1
4. Serra	-	-	2	2	-	1	1	-	2
5. Cachoeiro de Itapemirim	-	-	1	1	-	1	-	-	1
6. Colatina	-	-	1	1	-	1	-	-	1
7. Linhares	-	-	1	1	-	1	-	-	1
8. São Mateus	-	-	1	1	-	-	1	-	1
9. Alegre	-	-	1	1	-	-	1	-	1
10. Nova Venécia	-	-	1	1	-	-	1	-	1
11. Aracruz	-	-	1	1	-	1	-	-	1
12. Anchieta	-	-	1	1	-	1	-	-	1
13. Ecoporanga	-	-	1	1	-	-	-	1	1
14. Pancas	-	-	1	1	-	-	-	1	1
15. Barra de São Francisco	-	-	1	1	-	-	-	1	1
16. Bca Esperança	-	-	1	1	-	-	-	1	1
17. Itapemirim	-	-	1	1	-	-	1	-	1
18. Parati	-	-	1	1	-	-	1	-	1
TOTAL	-	2	20	22	2	7	5	8	22

QUADRO III

SITUAÇÃO DAS UNIDADES EM 1960

Nº DE CADEN	C S U	TIPOLOGIA	LOCALIZAÇÃO	ÁREA DE ABRANGÊNCIA	ESTÁGIO
01	BOA VISTA	TIPO "B"	VILA VELHA (CONJ. HABITACIONAL DE BOA VISTA)	- CONJ. HABITACIONAIS BOA VISTA SANTA MONICA ITAPARICA SOTECO SANTA INÊS GROPIA	EM PLENO FUNCIONAMENTO
02	RAULINO RODRIGUES NOCHA	TIPO "B"	VITÓRIA (BAIRRO DE SANTO AN- TONIO)	MORRO DO QUADRO SANTA TEREZA FAVALESSA BELA VISTA IMBAGUETA S. PEDRO ILHA DAS CAIEIRAS	EM PLENO FUNCIONAMENTO
03	ANDORINHAS	TIPO "C"	VITÓRIA (BAIRRO DE MARUÍPE)	ITARARÉ SANTOS DUMONT BAIRRO DA PENHA SÃO CRISTOVÃO SANTA MARTA BOIMBA TASUAZEIRO MORRO S. BENEDITO AV. MARUÍPE	EM PLENO FUNCIONAMENTO
04	PREFEITO ANTONIO BORGES MIGUEL	TIPO "C"	SERRA (CONJ. HAB. HÉLIO FER- RAZ)	- CONJ. HABITACIONAIS HÉLIO FERRAZ CARAPINA I EURICO SALES - BAIRRO DE FÁTIMA - BOA VISTA (FAVELA)	EM FUNCIONAMENTO PAR- CIAL
05	MARILIA SCARTON REZENDE COUTINHO	TIPO "C"	ARACRUZ (BAIRRO JEQUITIBÁ)	- BELA VISTA - CACHORRO QUENTE - GINÁSIO - CONJ. HABITACIONAIS ARACRUZ I E II SEDE DE ARACRUZ	EM FUNCIONAMENTO PAR- CIAL
06	JOCUNDO CYPRIANO	TIPO "C"	NOVA VENÉCIA (CONJ. HAB. PARQUE EX- POSIÇÃO)	- CONJ. HAB. PARQUE EXPOSI- ÇÃO - LOTEAMENTO BONFIN - ASCENÇÃO - BÉTÂNIA - MONTE CASTELOS - ARRANHACEU	EM INÍCIO DE FUNCIONA- MENTO
07	JOÃO BATISTA ME- LEIPE	TIPO "C"	CACHOEIRO DE ITAPEMI- RIM (BAIRRO DO TÁBUO)	- CONJ. HAB. DR. LUIZ TINGO DA FONSECA - CONJ. HAB. WALDIR FURTADO - NOVENTA - AEROPORTO - CAIÇARA	EM INÍCIO DE FUNCIONA- MENTO
08	COLATINA	TIPO "C"	COLATINA (BAIRRO HONORIO FRA- GA)	- BAIRRO HONORIO FRAGA - BAIRRO SÃO BRÁS - CONJ. HAB. HONORIO FRAGA	A SER INICIADO
09	JUPARANA	TIPO "C"	LIMBARES (CONJ. HAB. JUPARANA)	- CONJ. HAB. JUPARANA - CONJ. HAB. LIMBARES I E II - UM NÚCLEO PROJETADO - SHELL - NOSSA SENHORA DA CONCEI- ÇÃO - BAIRRO N. S. DA PENHA	EM FASE FINAL DE CON- STRUÇÃO

ANEXO IV - PROGRAMAÇÃO BÁSICA DESENV. VIDAS NOS CENTROS SOCIAIS UNICAMP				
ÁREA DE ATUAÇÃO	PROGRAMA	ATIVIDADES / PROJETOS	ÓRGÃOS ENVOLVIDOS	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA	- ORIENTAÇÃO TÉCNICA ENTIDADES SOCIAIS - ORIENTAÇÃO A GRUPOS (CRIANÇAS, JOVENS, MÃES CESTANTES, IDOSOS) - ATENDIMENTO AO PRÉ ESCOLAR E FAMÍLIA - ATENDIMENTO AO IDOSO - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - EDUCAÇÃO SOCIAL - ATENDIMENTO AO MENOR - CRECHE	SEBS COMAR-ES FESBEM SEDH FLBA CRAE UFES PROJETO NORDON MOBILAL PROCURADORIA GERA DO ESTADO PREFEITURA MUNICIPAL PAL SIME FCEB FEARES INI SESA PIPAO INI SEDAC SENAI CEMIL	
	INCENTIVO À PRÁTICA DE LAZER COMUNITÁRIO	- DINAMIZAÇÃO DOS DESPORTOS, C/FORMAÇÃO DE GRUPOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS		
TRABALHO	PROMOÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	- EXECUÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES - DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO - TREINAMENTO - INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA - EXPEDIÇÃO DE CARTEIRAS PROFISSIONAIS		
	HIGIENE, SAÚDE E NUTRIÇÃO	- ASSISTÊNCIA MATERNO INFANTIL - SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR - EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E SANITÁRIA - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS - ATENDIMENTOS MÉDICO, ODONTOLÓGICO E SANITÁRIO		
SAÚDE E NUTRIÇÃO				

3. DESEMPENHO DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE CENTROS SOCIAIS URBANOS NO ESPÍRITO SANTO

No decorrer de 1979 foram, efetivamente e de forma progressiva, postas em funcionamento 6 (seis) Unidades CSU no Espírito Santo, além da dinamização das atividades do CSU de Boa Vista que tiveram início em junho de 1978.

Face às novas e crescentes exigências, essa Coordenação assumiu, no decorrer deste ano, as atribuições que podem ser estruturadas em 5 dimensões:

I. COORDENAÇÃO GERAL

- * Controlar as ações do Programa nos diferentes níveis;
- * Promover os meios necessários à efetivação do Programa;
- * Assegurar o posicionamento filosófico e metodológico do Programa.

II. PLANEJAMENTO E ASSESSORIA

- * Estabelecimento de diretrizes e metas;
- * Elaboração da Programação básica das Unidades;
- * Controle e sistematização de dados;
- * Mobilização e controle de recursos humanos, financeiros e materiais;
- * Treinamento do Corpo Técnico e administrativo;
- * Elaboração de relatórios periódicos;
- * Divulgação do Programa.

III — APOIO TÉCNICO

- * Definição de princípios básicos para a operacionalização dos projetos nas diferentes áreas de atuação;
- * Detalhamento dos projetos específicos;
- * Controle dos Convênios;
- * Apoio e orientação técnica na implantação e desenvolvimento dos programas.

IV — APOIO ADMINISTRATIVO

- * Informação a processos e controle de correspondência;
- * Serviços gerais de manutenção das Unidades CSUs;
- * Atendimento ao público.

V — SUPERVISÃO

- * Orientação e acompanhamento, dando apoio técnico e administrativo necessário à implantação e dinamização dos programas projetos e atividades no sentido de garantir o funcionamento das Unidades e a conservação dos objetivos gerais e específicos do Programa.

Toda este acúmulo de atribuições fez com que as atividades se processassem de forma assistemática, provocando estrangulamentos, deficiências e bloqueios, dificultando a operacionalização.

Face às novas e crescentes exigências entende-se que a Coordenação de Centros Sociais Urbanos tem como finalidades: implantar os CSUs dando-lhes apoio e orientação técnica; supervisionando, controlando, acompanhando e avaliando, continuamente, seu funcionamento, e propondo inclusive mecanismos que visem a maior agilização do Programa. Várias medidas se fazem necessárias no sentido de tornar essa Coordenação capaz de fornecer o suporte necessário ao desenvolvimento do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos no Espírito Santo.

Nessa perspectiva, propõe-se a estruturação da Coordenação de Centros Sociais Urbanos, sugerindo um tipo de estrutura dinâmica e flexível na qual se configure uma equipe inter-profissional que se inter-relacione e assegure a realização dos objetivos na sua globalidade, dentro de um esquema de trabalho estruturado e sistematizado.

5. DEMONSTRATIVO DO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS CSUs

As atividades desenvolvidas e em desenvolvimento nos Centros Sociais Urbanos, mesmo dentro de uma Programação Básica, assumem conotações específicas à proporção em que são consideradas as formas culturais, interesses, necessidades, isto é, a realidade tão diversificada em cada comunidade. No entanto, mesmo percorrendo caminhos diferentes, buscam sempre o mesmo objetivo.

Em todos os CSUs em funcionamento a preocupação inicial dos técnicos voltou-se para a necessidade da população se familiarizar com o novo equipamento.

Os Programas e Projetos são implantados, gradativamente, procurando-se atender às solicitações e necessidades das comunidades. Dentro do possível, procura-se definir uma linha de Trabalho que permita uma operacionalização administrativa e técnica que venha facilitar a dinamização dos projetos e uma maior integração com as entidades participantes.

Os quadros que seguem, permitem uma visão sintética da situação de cada Projeto CSU, descrevendo além das atividades empreendidas as entidades participantes das mesmas, sua forma de participação, o quantitativo de eventos e pessoas atingidas no período.

A UNIDADE DE REABILITAÇÃO FÍSICO-MOTORA

A decisão de implantar no Espírito Santo, uma Unidade de Reabilitação Físico-Motora surgiu da constatação de uma crescente defasagem entre a demanda e a oferta de recursos institucionais destinados à prestação de serviços na área de reabilitação. Em 1976, durante um período de tempo correspondente a dois meses, verificou-se junto a alguns hospitais da capital, a ocorrência de 1.509 casos de pessoas portadoras de problemas que por sua natureza requerem tratamento especializado em reabilitação.

A oferta de serviços na área de reabilitação demonstra-se insuficiente, nos aspectos qualitativos e quantitativos, com maior concentração dos mesmos na região da Grande Vitória. Além de algumas clínicas particulares, com capacidade operacional, encontra-se em fase inicial de funcionamento, o Centro de Reabilitação Profissional do Ministério da Presidência e Assistência Social. Também as entidades de assistência ao excepcional prestam serviços desta natureza à sua clientela, não extrapolando porém, os reduzidos limites da sua ação. Isto vem acarretando o deslocamento do deficiente para outros centros urbanos, alguns casos ou a permanência no estado de incapacidade dada a falta de recursos ou desconhecimento, em outros casos.

Em razão dos aspectos mencionados, evidenciados em estudos de viabilidade, decidiu-se pela implantação da Unidade de Reabilitação Física, localizada na Praia da Costa, em Vila Velha, com capacidade instalada para atender um total de 3.180 pacientes, em regime de externato, semi-internato e internato. Possui 4.045 m² de área construída, dispostos em blocos.

A recuperação de pessoas portadoras de pequenas e grandes incapacidades e sua reintegração à sociedade são objetivos pretendidos pela URF, e considerados alcançáveis mediante a prestação de serviços nas áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, eletroterapia, hidroterapia, mecânica, prótese e órtese, terapia ocupacional, serviço social, aconselhamento profissional além de outros.

O valor do empreendimento foi orçado em, aproximadamente, Cr\$ 241.000.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões de cruzeiros), assim distribuídos:

Estudos e Projetos	202.000
Aterro	50.000
Terreno	200.000.000
Construção	16.390.000
Equipamentos e Instalações	24.332.000

TOTAL .. 240.974.000

Participam do empreendimento, a Companhia Vale do Rio Doce, com recursos da ordem de Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), o Ministério da Educação e Cultura com Cr\$ 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) e o Fundo Especial (recursos vinculados) com Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros). Os recursos restantes são oriundos do Governo do Estado. A URF contará, na fase de funcionamento, com recursos da LBA e com recursos oriundos de outros convênios a serem propostos e firmados. Seu funcionamento será progressivo, sendo os serviços implantados por etapa.

E, 1979, no sentido de levar o projeto a termo foram empreendidas as seguintes ações:

- b. Aquisição e Instalação do equipamento e material permanente necessários ao funcionamento da URF, o que requereu contatos permanentes com diversas firmas comerciais, divulgação de edital de concorrência, abertura e análise de propostas, conferência, estocagem e pagamento de material adquirido, contatos com firmas de outros estados para a instalação de determinados equipamentos, dada a sua especialidade o que exigiu longo processamento administrativo.
- c. Organização técnica administrativa, envolvendo ações tais como: criação legal da Unidade de Reabilitação Física, definição da estrutura administrativa e regimento interno, reestruturação do sistema de documentação e avaliação interna, definição do fluxo e roteiros de trabalho, aquisição do material de consumo, elaboração do quadro de pessoal, seleção e treinamento do pessoal, remessa de proposta de convênio a cerca de 50 entidades sociais, empresas, etc., além de outras providências.

Em 1980, é proposta da SEBS dar início ao funcionamento da Unidade de Reabilitação Física, mediante a prestação de serviços, em regime ambulatorial, nas diversas áreas mencionadas.

FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTENSE DO BEM ESTAR DO MENOR

A FESBEM, órgão de administração descentralizada, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social, executa, no Estado do Espírito Santo, a política do Bem Estar do Menor. Para consecução de seus fins, a Fundação vem atuando concomitantemente no nível preventivo e terapêutico, através da adoção de estratégias de ação apropriadas a corrigir ou prevenir as causas dos desajustamentos dos menores carentes e/ou abandonados em consonância com as diretrizes preconizadas pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor — FUNABEM/Ministério da Assistência e Previdência Social e pelo Governo do Espírito Santo.

Para dinamizar sua programação, a FESBEM, conta com os seguintes órgãos: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Presidência, Diretoria Técnica e Diretoria Administrativa.

A FESBEM compõe o Plano de Ação Setorial da Secretaria de Estado da Cultura e do Bem Estar Social — SEBS, caracterizando-se como programa de Integração Social do Menor.

O Programa de Integração Social do Menor tem como objetivo:

- Promover o bem estar intervindo na problemática,

na qual o menor encontra-se inserido, visando o atendimento de suas necessidades básicas: saúde, educação, recreação, segurança afetiva e social.

A FESBEM operacionaliza essas atividades através dos seguintes programas:

- 1 — AÇÃO PREVENTIVA;
- 2 — SÓCIO-TERAPÊUTICA NAS UNIDADES OFICIAIS;
- 3 — SÓCIO-TERAPÊUTICA NAS ENTIDADES PARTICULARES;
- 4 — EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO.

Através dessa programação a FESBEM atendeu diretamente a um total de 11.083 menores, conforme visualiza-se no quadro abaixo:

QUADRO 01 DEMONSTRATIVO DOS MENORES ATENDIDOS PELA FESBEM, SEGUNDO SUA PROGRAMAÇÃO

Denominação	Número de Menores
Ação Preventiva	8.755
Sócio Terapêutica nas Unid. Oficiais	1.482
Sócio Terapêutica nas Ent. Particulares ...	726
Educação para o trabalho	120
Total Geral	11.083

1 — Programa de Ação Preventiva

Em virtude de diversos fatores relacionados com as mudanças das Diretorias da FUNABEM e FESBEM a equipe responsável pela atuação desses Projetos sentiu necessidade de renovar seus conhecimentos quanto a recursos disponíveis para a implantação de novos núcleos e ampliação do atendimento preventivo.

Assim, elaborou-se e executou-se um "Projeto de Levantamento de Recursos" em 188 (cento e oitenta e oito) bairros (incluindo recursos humanos, físicos e materiais) visando, principalmente, detectar-se novos recursos físicos, através do qual verificou-se a quase inexistência de locais ociosos em comunidades carentes.

No início do 2º semestre, a equipe da Coordenação Estadual elaborou o Projeto de Renovação de Convênio entre a FESBEM e FUNABEM.

Através deste Projeto foi dividida a Grande Vitória em 02 (duas) coordenações: Grande Vitória Norte e Grande Vitória Sul.

1.1. Objetivo Geral:

Atuar simultaneamente junto ao menor, família e comunidade, desenvolvendo uma ação preventiva, através do programa específico, que possibilitará uma ampliação qualitativa e quantitativa do atendimento.

1.2. Objetivos Específicos:

- Introduzir e/ou substituir valores no comportamento alimentar, higiênico e de saúde;
- Estimular a criação de hábitos e atitudes sadias de lazer e recreação;
- Criar e desenvolver hábitos de disciplina, pontualidade, segurança, honestidade, sociabilidade, cortesia, compreensão e tolerância;
- Contribuir para uma progressiva integração social;
- Propiciar a integração de grupos heterossexuais;
- Opor unizar a formação profissional do menor;
- Orientar a família quanto às diversas etapas de desenvolvimento do menor, facilitando o relacionamento entre pais e filhos;
- Estimular a participação da família e da comunidade em geral no trabalho desenvolvido;

- Informar a família quanto à utilização dos diversos recursos comunitários, contribuindo para a sua autopromoção;
- Despertar para compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- Canalizar recursos institucionais existentes, para o atendimento médico, odontológico, social e educacional do menor, de modo a suprir a defasagem do atendimento médico, odontológico, social e educacional do menor, de modo a suprir a defasagem do atendimento de suas necessidades básicas.

1.3. Data do Início:

1º de janeiro de 1979.

1.4. Descrição das Atividades Desenvolvidas:

Em 1947, o trabalho preventivo desenvolveu-se em 10 (dez) municípios, a saber: Grande Vitória, Colatina, São Mateus, Ecoporanga, Barra de São Francisco e Cachoeiro de Itapemirim, através de 31 (trinta e um) núcleos distribuídos nos referidos Projetos.

Atualmente, conta-se com 27 (vinte e sete) núcleos, tendo sido extintos 04 (quatro) deles, em virtude da inexistência de condições de trabalho nos mesmos ou seja, pela precariedade do recurso físico, insuficiência de espaço ou por situações — problemas externos. Esta diminuição de núcleos ocorreu em sua maioria, na Grande Vitória não tendo, entretanto, prejudicado, quantitativamente o atendimento.

Com o objetivo de atender o menor, a família e a comunidade em geral, os programas desenvolvidos nos núcleos constituem de atividades e sub-atividades que sinteticamente assim se apresentam:

a) Programa de Preparação de Recursos Humanos:

- Atividades: — treinamento
 — Grupo de Estudo
 — Ciclo de Palestra.
- Atividades: — Cursos de Formação e/ou capacitação Profissional
 — Atividades Artísticas, Culturais, Recreativas e Esportivas.

1.4.1. Sub-Programa de Preparação de Recursos Humanos:

Objetivando a capacitação e/ou aperfeiçoamento do recurso humano que atua diretamente junto à clientela, foram realizados treinamentos, cursos, ciclos de palestras e reuniões, conforme demonstrativo abaixo:

Treinamento de Bolsistas	05
Ciclo de Palestras	26
Reciclagem	01

Em todos os projetos, são realizadas semanal ou quinzenalmente, reuniões de bolsistas com os seguintes objetivos:

- refletir sobre a problemática do menor;
- programar as atividades a partir dos interesses da clientela;
- avaliar a execução;
- relatar o trabalho.

1.4.2. Sub-Programa de Formação Social:

As atividades que constituem esse programa abrangem toda a clientela, alcançando o menor, sua família e a comunidade em geral, não somente no que se refere a população marginalizada, mas também quanto à mobilização de recursos institucionais, visando evitar a criação de recursos paralelos e atender integralmente à clientela.

1.4.2.1. Junto ao Menor:

Os menores são atendidos diariamente nos núcleos situados nas periferias, onde desenvolvem-se atividades artísticas, culturais, recreativas e esportivas a partir de um calendário cívico elaborado trimestralmente.

Para desenvolvimento dessas atividades são utilizados materiais tais como barro, madeira, tecidos, telas, papel, couro, sucatas em geral e, estimula-se a participação ativa do menor através de danças, peças teatrais, ginásticas, etc., não sendo as mesmas desenvolvidas como um fim em si mesma, mas como forma de inserção social.

Devido ao baixo nível de assimilação dos conteúdos escolares, alguns grupos de menores são orientados diretamente e pelo bolsista, permitindo seu melhor andamento na escola.

A partir do conteúdo que denominamos "Educação Social", são realizadas campanhas profiláticas de saúde, higiene e desenvolvida a reflexão sobre diversos temas, através de palestras, filmes, slides e cartazes em reuniões grupais.

Vários cursos foram ministrados em 1978, objetivando a iniciação e ou capacitação profissional do menor. Esses cursos são realizados não somente nos núcleos mas também nas próprias oficinas e/ou lojas das cidades e vem facilitando o encaminhamento do menor ao mercado de trabalho.

Os menores engajados no mercado de trabalho são acompanhados sistematicamente pelo Serviço Social, que assim procura garantir sua permanência e adaptação ao trabalho.

Considerando que não foram previstos recursos para esta atividade no novo projeto, somente foram ministrados cursos no 1º semestre, conforme demonstramos a seguir:

QUADRO 02

Cursos	Nº de Cursos	Nº de Menores
Pedreiro	02	30
Pintura em tela	01	16
Artesanato em madeira	01	21
Artesanato em couro	02	52
Arte culinária	02	51
Manicure e Pedicure	01	19
Marcenaria	01	19
Mecânica	02	40
Artes Domésticas	01	21
Corte e costura	01	21
Pintura em tecidos	01	20
Pintura em gesso	02	43
TOTAL	17	362

1.4.2.2. Junto à Família:

As atividades já descritas, dentro do conteúdo "Educação Social" abrangem sistematicamente a família.

Também são realizados atendimentos a casos pelo Serviço Social e encaminhamentos diversos a recursos da comunidade.

1.4.2.3. Junto à Comunidade

....O atendimento realizado junto à família alcança necessariamente a comunidade como um todo, uma vez que aquela é considerada como parte integrante de um contexto maior que é influenciado por ela.

Simultaneamente, as coordenações procuram manter um estreito relacionamento com a comunidade maior, compreendendo os inúmeros recursos institucionais que são mobilizados para atendimento globalizado à clientela.

QUATRO 03

Atendimento Global no Período de Janeiro a Dezembro

Faixa Etária	Exist. no Período Anterior	Admitidos no Período	Total
0 — 06	1.048	1.953	3.001
07 — 10	938	1.729	2.667
11 — 14	805	1.413	2.221
15 — 18	328	458	886
TOTAL	3.119	5.553	8.775

2. Programa Sócio-Terapêutico nas Unidades Oficiais:

Este programa é desenvolvido através das Unidades Educacionais da Rede Oficial da FESBEM, assim denominadas: Centro de Recepção e Triagem — C.R.T., Instituto Profissional "Francisco Schwab" — I.P.F.S., Instituto Presidente "Castelo Branco" — I.P.C.B., e Centro de Reeducação Feminino — C.R.F.

2.1. Objetivo Geral:

Educação, socialização e integração do menor à família e à comunidade.

2.2. Objetivos Específicos:

2.2.1. Acolher, em caráter provisório, através do Centro de Recepção e Triagem, menores em situação irregular, de ambos os sexos de 0 a 18 anos incompletos, procedentes do Juizado de Menores e das Comarcas do Estado do Espírito Santo.

2.2.2. Atender no I.P.F.S., em regime de internato, menores do sexo masculino, na faixa etária de 14 (quatorze) a 18 (dezoito) anos, encaminhados pelo C.R.T. objetivando seu desenvolvimento bio-psico-social, com vistas a sua reintegração social.

2.2.3. Atender, através do I.P.C.B., em regime de internato, menores do sexo masculino, de 14(quatorze) anos a 18 (dezoito) anos, com conduta anti-social acentuada, encaminhados pelo Juizado de Menores.

2.2.4. Atender através do C.R.F., em regime de Internato, menores do sexo feminino, na faixa etária de 13 (treze) a 18 (dezoito) anos, de conduta anti-social acentuada.

2.2.5. Proporcionar condições que favoreçam o desenvolvimento da personalidade e reorganização do comportamento, objetivando a sua reintegração social.

2.2.6. Propiciar ao menor com conduta social acentuada, além do atendimento às suas necessidades básicas, o tratamento que possibilite a sua reintegração à família e à comunidade.

2.3. Data de Início

1º de janeiro de 1979.

2.4. Descrição das Atividades Desenvolvidas:

Os menores, em regime de internato, são atendidos nas Unidades Oficiais através de Programas de ação sócio-terapêutica, em consonância com os objetivos expostos:

As Unidades Oficiais tem como finalidade a reeducação do menor interno realizada através de estudo, orientação, assistência médico-odontológica e iniciação profissional objetivando-se sua reintegração à família e à comunidade.

No exercício de 1979, visando atingir as finalidades propostas, as Unidades desenvolveram ações integradas através dos setores de Saúde, Educação, Esporte e Recreação e Serviço Social.

2.4.1. Saúde:

Engloba-se nesse setor as atividades dos serviços médico e odontológico que, a partir de 08 de outubro de 1979, integram o Ambulatório Médico-odontológico da FESBEM, situado em Cariacica.

2.4.1.1. Serviço Médico:

A FESBEM conta com médicos clínico geral, psiquiatra, ginecologista e endocrinologista. O atendimento realizado pelo setor importa em exames clínico-gerais e atendimento pelo serviço de enfermagem.

A FESBEM, utiliza o convênio formando entre FUNABEM e INPS, para exames clínicos especializados, laboratoriais e radiográficos, bem como internamento em hospitais, quando necessário.

QUADRO 04

DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO MÉDICO

Especificação	Total
Exames Clínicos	2.934
Radiográficos	668
Laboratoriais	1.820
Testes Tuberculinicos	08
Vacinas anti-variolicas	10
Encaminhamento a Serv. especializados ..	151
Encaminhamentos ao INAMPS	2.675
Int. Enfermaria	61
Alta enfermaria	51
Int. Hospitalar	28
Alta Hospitalar	14
Casos Cirúrgicos	10
Curativos	6.937
Injeções	2.470
Medicações	39.744

2.4.1.2. Serviço Odontológico:

As atividades do setor consistiram no atendimento de menores procedentes das Unidades Oficiais e do PRAM II, de acordo abaixo especificado:

QUADRO 05

DEMONSTRATIVO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

Especificação	Total
Atendimento gerais	2.544
Tratamento completos	565
Tratamentos de canais	14
Obturações diversas	3.818
Restaurações	144
Tartarotomias	774
Curativos	519
Pilpectomias	17
Extrações de dentes temporários	146
Extrações de dentes permanentes	300
Alveolotomias	04

Suturas	96
Pontes Móveis	05
Pivot	03
Dentaduras	01

2.4.2. Serviço de Psicologia:

Este serviço funciona no IPCB, no CRF e iniciou suas atividades no CRT.

As atividades do Setor caracterizam-se pela realização de Grupos operativos, Psicodiagnósticos e estudo de caso ou enfoque Psico-social.

QUADRO 06

Atividades	
Especificações	Total
Entrevistas	395
Avaliação Psicológica	133
Testes Aplicados	289
Orientação — Acompanhamento	139
Estudo de caso	173
Reunião de equipe técnica	86
Outros	93

2.4.3. Educação:

A entidade proporciona a todos os menores internos o Ensino Fundamental ou Escolaridade, cursos profissionalizantes (apresentado na atividade Educação para o Trabalho) e artesanatos).

2.4.3.1. Escolaridade:

No C.R.T., dada sua natureza, desenvolve-se um programa especial de Escolaridade, que atende a curta permanência dos menores na Unidade.

No I.P.C.B. e C.R.F. foram ministrados aos menores noções preliminares de comunicação e expressão, integração social, ciências e matemática.

Já os alunos do I.P.F.S. foram encaminhados à Escola da comunidade pertencentes à Rede Oficial do Sistema de Educação

QUADRO 07

DEMONSTRATIVO DO APROVEITAMENTO DOS ALUNOS

Discriminação	Total
No 1º Grau	19
1a. Série	21
2a. Série	14
3a. Série	21
4a. Série	20
5a. Série	07
6a. Série	02
7a. Série	02
8a. Série	01
No 2º Grau	02
1a. Série	01
2a. Série	02
Senai	03
TOTAL GERAL	113

2.4.3.2. Desporto e Recreação:

Além do Programa de Educação Física e Desportos, desenvolveram nas Unidades Educacionais da Rede Oficial, atividades recreativas.

O programa contou com atividades que visaram desenvolver o físico, o intelecto, a socialização e atenuar a agressividade dos menores internos nas Unidades.

1. Atividades Desportivas:

Ginástica especializada, rítmica e de solo, Atletismo, Iniciação ao mini basquetebol., Iniciação ao Voleibol, Iniciação ao handbol, Iniciação ao basquetebol. Treinamento de futebol de campo e salão. Sessões sobre regra de futebol de campo e salão.

2. Atividades Recreacionais:

Jogos de salão, Torneio interno de futebol de campo e salão, Partida amistosa de futebol de salão, Torneio interno de basquetebol, visitas, passeios e excursões, dramatizações, comemorações de data cívica, natalícias e festivas.

2.4.4. Serviço de Integração Profissional: SIP

O Serviço de integração profissional coordenou a integração FESBEM — mercado de trabalho, motivando, preparando e encaminhando os menores internos do I.P.F.S. e I.P.C.B. a empregos e/ou estágios visando proporcionar condições psico-sociais aos menores para sua reintegração, através do oferecimento de condições de reintegração.

QUADRO 08

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL S.I.P.

Especificação	Total
Cadastramento de Menores	69
Colocação em: emprego	78
estágio	116
Recolocação em empregos	198
Desligamento de Menores	62
Entrevista com Menores	637
com empregadores	807
Visitas de acompanhamento	1.300
Cadastramento de empresas	96
Convênios realizados	05
Contratos efetuados	04
Seguros efetuados	98
Abertura de Caderneta de Poupança	92

2.4.5. Serviço Social:

As atividades desenvolvidas pelo Serviço Social tiveram como enfoque o planejamento e execução de programas visando a integração do menor às instituições e sua inserção progressiva à família e à comunidade.

O serviço funcionou, no exercício de 1979, no Centro de Recepção e Triagem, Instituto Profissional "Francisco Schwab", Instituto Presidente "Castelo Branco" e Centro de Reeducação Feminino.

As ações realizadas no exercício, estão especificadas no Quadro a seguir:

QUADRO 09

DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL NAS UNIDADES EDUCACIONAIS

DA REDE OFICIAL

DENOMINAÇÃO	C.R.T.	I.P.F.S.	I.P.C.B.	C.R.F.	TOTAL
Entrevistas - com menor	3.327	1.082	781	390	5.580
com pais ou respon.	2.630	701	313	244	3.888
com empregador	-	28	31	97	156
com Juizado Menores	274	31	79	56	440
Outros	202	-	18	47	267
Visitas-de acompanhamen					
to(a estágio ou emprego)	765	62	29	66	922
domiciliares	1.230	436	206	238	2.110
Escolares	07	30	19	35	91
Outros	38	-	51	41	130
Entendimentos com servi-					
ços da FESBEM	153	43	72	51	319
com empresas	05	07	22	60	94
com recurso da comunidade	255	27	43	74	399
Outros	-	-	17	06	23
Encaminhamentos a Unidade					
Oficial	141	01	-	-	142
a Unidade em convênio	93	-	02	01	96
ao PRAM II	01	-	-	-	01
ao Plantão de S. Social	08	04	10	04	26
a cursos profissional	07	177	32	21	177
a estágios	02	14	-	09	25
a empregos	16	13	15	15	59
a recursos da comunid.	16	03	62	12	93
Outros	-	03	47	01	51
Reuniões - com menores	36	23	17	34	110
com pais ou respon.	08	-	05	10	23
com equipes da unidade	18	35	42	45	140
com equipe do S. Social	27	30	19	-	76
Outros	03	-	03	04	10
Encaminhamentos recebidos:					
Do Plantão do S. Social	17	-	-	-	17
Do I.P.F.S.	-	-	-	-	-
Do I.P.C.B.	-	-	-	-	-
Do C.R.T.	-	64	03	16	83
Do C.R.F.	-	-	-	-	-

2.4.6. Atendimento do Menor junto à família.

De acordo com as diretrizes preconizadas pela FUNABEM, as Fundações Estaduais devem oferecer prioridade, para o atendimento ao menor na própria família. A FESBEM, objetivando executar essa prioridade procurando dinamizar, especialmente, a prestação de serviços dos setores de Plantão do Serviço Social.

Do Plantão do Serviço Social

O objetivo principal deste setor visa oportunizar mudanças de atitudes do cliente frente a sua realidade concreta, com vistas a sua auto-promoção, bem como de todo o seu agregado familiar, evitando assim, o internamento do menor.

A ação enfoca a motivação para iniciação profissional do menor, a orientação aos pais ou responsáveis na formação do caráter do menor, a importância do afastamento do menor da atividade de sub-emprego e a melhoria no relacionamento familiar.

Em 1979 este serviço atendeu 581 famílias tendo beneficiado 1.215 menores, através dos diversos tipos de atendimentos discriminados no quadro.

QUADRO 10

DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO PLANTÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Especificação	Total
Nº de menores beneficiados	1.215
Orientação Social	925
Encaminhamento a recursos da comunidade	473
Concessão de ajuda financeira	359
Internamentos de menores em Unidades ..	
Oficiais e Particulares	27
Visitas domiciliares	13
Reuniões de Serviço	09

2.5. Síntese das Atividades:

O quadro a seguir demonstra a entrada e o atendimento de menores nas Unidades Oficiais.

QUADRO 11

Unidades				
1979	C.R.T.	I.P.F.S.	I.P.C.B.	C.R.F.
Jan/Dezemb.	1213/3540	64/1854	60/319	55/329

OBS.: A média mensal de atendimento, em cada Unidade, verifica-se dividindo-se o dado de atendimento acumulativo por 2.

3. Programa Sócio-Terapêutico das Entidades Particulares — CPST-EP

A coordenação do Programa Sócio-Terapêutico das Entidades Particulares atua junto às Unidades Educacionais Particulares, que prestam atendimento a menores carentes, levando-as a se organizarem funcionalmente utilizando recursos próprios e os existentes na comunidade em que estão inseridos, a fim de minimizar as

dificuldades enfrentadas na ação desenvolvida norteada pela Política Nacional do Bem Estar do Menor.

Deste modo, a intervenção técnica deste Programa visa sensibilizar os dirigentes das Unidades Educacionais a identificarem as asperações e necessidades dos menores a fim de capacitá-los para uma integração eficaz na família e na comunidade, possibilitando-lhes a promoção social e melhoria no nível de vida.

Na concepção da programação são desenvolvidas atividades a nível de supervisão e orientação às Unidades Educacionais Particulares Convenientes que fazem da infra-estrutura de atendimento da FESBEM através das modalidades de internato, semi-internato e externatos.

3.1. Objetivos Gerais:

— Intervir tecnicamente junto às Unidades Educacionais Particulares que prestam atendimento a menores carentes nas diversas modalidades — Internato, semi-internato e externato — através de planejamento, coordenação e supervisão de atividades específicas junto à clientela, bem como organizá-las administrativamente;

— Divulgar a filosofia e os princípios operacionais da Política Nacional do Bem Estar do Menor, visando uniformizar o atendimento de acordo com a realidade de cada Unidade Educacional e o contexto social em que está inserida.

3.2. Objetivos Específicos:

— Ampliar e interiorizar o raio da ação da FESBEM junto às Unidades Educacionais mediante a celebração de novos convênios;

— proporcionar mudança na qualidade do atendimento ministrado, visando possibilitar a integração social do menor em processo de marginalização através da dinamização das atividades psicopedagógicas;

— proceder orientação quanto à utilização de recursos comunitários e institucionais como suporte e/ou apoio às limitações da Unidade Educacional.

Do Atendimento às Necessidades da Clientela

3.3. Data de Início:

03 de janeiro de 1979.

3.4. Descrição das Atividades Desenvolvidas:

3.4.1. Encontro de Dirigentes:

Nesse exercício foi realizado o VI Encontro de Dirigentes de Unidade Educacionais Particulares do Estado, conventos e não convenientes, no período de 20 a 22 de Setembro, no CALIR, Município de Viana.

O tema central: ENTIDADE SOCIAL UMA AÇÃO INTEGRADA AÇÃO COMUNITÁRIA, teve a participação de diversas instituições da comunidade que abordaram os sub-temas:

— L.B.A. — Assistência Social e Ação Comunitária, um recurso a ser utilizado;

— FEARES — Recreação e o Desenvolvimento biopsico-social do menor;

— INAMPS — Atuação e o atendimento ao menor beneficiado pelas Unidades Educacionais Particulares;

— GRITZA — Procedimentos psicoterapêuticos junto ao menor;

— FUNABEM — Divulgação e interpretação das Instruções e normas do PACTAF;

— UPES/RODONCRUTAC — Participação Social da juventude nas Entidades Sociais.

O Encontro teve a participação de 43 (quarenta e tres) Unidades Educacionais Particulares, com a fre-

quência de 80 (oitenta) representantes, procedentes de 19 (dezenove) municípios.

3.4.2. Apoio de Cooperação Técnico-Administrativo Financeiro:

O Plano de cooperação Técnico-Administrativo Financeiro da FUNABEM-PACTAF, visa equipar financeiramente as Unidades Educacionais Particulares a fim de possibilitar a aquisição de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades programadas, bem como oportunizar melhoria no padrão de atendimento prestado.

Após interpretação, mobilização e orientação de 55 (cinquenta e cinco) entidades, 30 (trinta) apresentaram planos de solicitação de ajuda à FESBEM, para estudo e encaminhamento à FUNABEM. Destas 05 (cinco) entidades foram atendidas recebendo um total de Cr\$ 2.935.689,77 (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta e nove cruzeiros e setenta e sete centavos). Os demais planos encontram-se fase de análise e aprovação.

3.5. Manutenção de Menores nas Unidades Educacionais Particulares;

A FESBEM estabeleceu convênio com 22 (vinte e duas) Unidades Educacionais Particulares para manutenção de menores, nas modalidades de internato, semi-internato e externato, visando: estabelecer de retaguarda para encaminhamento de menores do C.R.T. (Centro de Recepção e Triagem), interiorização do seu raio de ação, manutenção dos menores nas suas regiões de origem e orientação técnica para estabelecimento da Política do Bem Estar do Menor em situação irregular.

3.6. Preparação de Recursos Humanos:

Com o objetivo de conhecer, orientar e apoiar o Pessoal das Unidades Educacionais Particulares, a equipe efetuou, neste exercício:

- 28 (vinte e oito) visitas;
- 95 (noventa e cinco) entrevistas de orientação, realizadas na Sede da FESBEM.

QUADRO 12

3.7. QUADRO DO ATENDIMENTO DE MENORES ATENDIDOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS PARTICULARES, ATRAVÉS DE CONVÊNIO "PER-CAPITA"

Unidades Educacionais — Regime de Atendimento — Nº de Menores Atendidos

Ass. Ben. Lar de Abigail — internato — 17
Ass. Bras. Educ. Familiar e Soc. — externato — 100
APAE — VITÓRIA — semi-internato e externato — 12
APAE — COLATINA — externato — 10
Ass. Moradores N. Esperança — semi-internato — 15
Artesanato Cristo Rei — internato — 40
Creche Menino Jesus — Semi-internato — 15
Ginásio Imac. C. de Maria — internato — 30
Educandário Alzira Bley — internato — 60
EXPENHA — internato — 10
Fund. Carolina Fraga — internato — 40
Fund. Cidade do Garoto — internato — 30

Inst. Educ. Comboniano — semi-internato — 30
Inst. Agro-Ind. M. Líbano — internato — 50
Inst. Sagrada Família — semi-internato — 20
Lar André Luiz — Internato — 15
Lar Genoveva Machado — Internato — 17
Lar da Menina — Internato — 05
Lar Jerônimo Ribeiro — Internato — 20
Lar Santa Tereza do M. Jesus — Internato — 20
Pupileira Zélia Viana Aguiar — semi-internato — 10
SAEP — externato — 40
Unid. Educ. Com. Vinháticos — semi-internato — 30
Mov. Comunit. Porto Santana — semi-internato — 60

TOTAL — 726

4. Programa de Educação para o Trabalho

Este programa é operacionalizado pelo Centro de Profissionalização de Menores — CEPROMEN.

O CEPROMEN é uma escola profissional a nível de iniciação e qualificação voltada para o atendimento a menores na faixa etária de 14 a 18 anos, prioritariamente, provenientes de famílias de baixa renda ou abandonados pelas mesmas.

O CEPROMEN atende menores procedentes:

- de Unidades Oficiais da FESBEM;
- de obras convenientes;
- de Núcleos Preventivos e da Rede Oficial de Ensino do Estado.

4.1. Objetivo Geral:

Dotar a FESBEM de uma infra-estrutura para a profissionalização de menores.

4.2. Objetivos Específicos:

- Formar profissionalmente o adolescente em situação irregular complementando a Educação Social preventiva e a reeducação de menores;
- Inserir o menor, através do ensino profissionalizante, no processo de desenvolvimento social;
- Integrar o menor, no mercado de trabalho, através do Serviço de colocação profissional, e do acompanhamento social, no período de sua adaptação;
- Integrar-se ao Sistema Nacional de Empregos, objetivando a obtenção de dados significativos quanto à especialização de mão-de-obra qualificada de nível médio;
- Mobilizar e acionar os recursos comunitários e empresariais visando possibilitar encaminhamento para estágios e colocação profissional;
- Envolver a família no processo de formação profissional, visando sua participação na educação dos menores.

4.3. Data de Início:

08 de março de 1979.

4.4. Descrição das Atividades Desenvolvidas:

Face às exigências do atual mercado de trabalho, o CEPROMEN oferece cursos de Formação Profissional no Setor Secundário — industrial, nas áreas de:

- Mecânica Geral
- Eletricidade
- Construção e Mobiliário
- Artes Gráficas.

A partir de sua implantação estão em realização os seguintes cursos:

Cursos	Duração em Horas	Menores
Tipografia	600	31
Serralheiro	240	12
Lanterneiro	300	25
Marceneiro	300	30
Carpinteiro de Obras	200	15
Artesanato	3 hs. diárias	07

Os cursos abaixo relacionados funcionaram em regime experimental, tendo em vista a montagem das oficinas respectivas.

CURSOS	DURAÇÃO EM HORAS
Estofador de Móveis	200
Eletricista enrolador	200
Eletricista de automóvel	180
Torneiro Mecânico	240
Soldador	200
Mecânico de automóvel	300
Encadernador	200
Lustrador de móveis	120

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESPÍRITO SANTO

A Fundação Cultural do Espírito Santo, criada pela Lei nº 2.307 de 17.11.67., com a instituição estabelecida pela Lei nº 2.468 de 24.11.69 modificada pela Lei nº 3.043 31.12.75, obedecendo ao disposto no seu Estatuto aprovado mediante decreto nº 1.023-N de 23.06.77, prossegue suas atividades estatutárias no decorrer do exercício de 1979 orientando-se, a partir de março desse ano, por instruções emanadas do atual Governo e consignadas em seu Plano Estadual de Diretrizes Básicas.

Embora os meses subsequentes tenham sido marcados por forte contenção de despesas que forçou a empresa a optar por projetos econômicos, os resultados obtidos podem ser considerados apreciáveis em termos de distribuição de Cultura, principalmente se cotejados com os do exercício anterior.

Os dados a seguir mostram, no quadro número 01, a soma de recurso aplicados e, no quadro número 02, a estatística de eventos e outras atividades no decorrer de 1979, comparados em ambos os casos, com os de 1978.

QUADRO DESCRITIVO NÚMERO 01

Descrição dos Recursos	1978	1979
Recursos repassados pela Fazenda estadual à conta de pessoal e encargos	24.942.801,78	29.168.257,51
Recursos repassados pela Fazenda estadual à conta de outras despesas	7.173.469,37	5.433.742,49
Recursos repassados pela FUNARTE	1.339.140,00	445.000,00
Recursos repassados pelo INL	1.200.000,00	
Recursos repassados pela SEPLAN/IPHAN no programa Cidades Históricas (Porto de São Mateus)		1.350.000,00*
Recursos repassados pela Fazenda estadual no programa Cidades Históricas (Porto de São Mateus)		870.000,00*

Recursos obtidos por arrecadação própria (Rádio Espírito Santo)	3.500.990,40	3.999.814,35**
Recursos obtidos por arrecadação própria (outros órgãos da FCES)	2.891.095,45	1.357.668,50

Totais de 1978 41.047.497,00

Totais de 1979 42.624.483,35

* Recursos repassados e não utilizados no programa Cidades Históricas, no exercício de 1979, permanecendo intactas as verbas repassadas pela SEPLAN/IPHAN e pela Secretaria da Fazenda, para aplicação no exercício de 1980, embora tivesse sido dado início ao trabalho de escoamento do casario do Porto de São Mateus.

** Arrecadação apenas parcial, recolhida até 31.12.79. Permanece em aberto e a receber em 1980 o valor de Cr\$ 2.449.185,15 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e cinco cruzeiros e quinze centavos) referentes a cobertura de matéria publicitária divulgada pela RES em 1979. Após a arrecadação desse valor o faturamento do órgão, no exercício, sobe para Cr\$ 6.440.000,00 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil cruzeiros) como consta do setor específico neste relatório.

*** Teatro, Circo da Cultura e outros.

QUADRO DEMONSTRATIVO Nº 02

Eventos	1978	1979
Teatro	176	220
Música Popular	123	60
Música erudita e dança	46	72
Totais e Eventos	345	301

ATIVIDADES FIM

Representada por projetos constantes da programação elaborada no início do exercício ou nelas inseridas posteriormente apresentam o aspecto abaixo que especifica detalhadamente quanto possível os resultados de cada setor.

BIBLIOTECA PÚBLICA

Construída pelo Governo do Estado e equipada com recursos do INL, a Biblioteca, Pública começou a funcionar em sua nova sede no dia 1º de abril de 1979.

Deu-se continuidade à implantação do subsistema.

Estadual de Bibliotecas Públicas que passou a atuar em 24 municípios capixabas. Um sistema de prestação de assistência às bibliotecas do sub-sistema passou a treinar recursos humanos e iniciou a elaboração do catálogo coletivo do Estado. Realizou-se na cidade de Mimoso do Sul um curso de extensão para auxiliares de bibliotecas com a participação de vários municípios. Esse curso teve a duração de 13 dias, entre 18 e 31 de outubro de 1979. Prosseguiu-se o sistema de biblioteca ambulante realizado através de veículo de propriedade do INL cedido por convênio que vigorará até agosto de 1980. O sistema permite consulta e empréstimo de livros em 6 bairros da Grande Vitória (Maruipê, Ibes, Goiabeiras, Glória, Itaquiari e Santa Mônica). Inaugurou-se em outubro o setor infantil da Biblioteca Pública, equipado com literatura infanto-juvenil em área própria para leitores mirins. A Biblioteca, que conta com quase 41.000 volumes, possibilitou 18.738 consulentes da inauguração até 30.11.79 e 4.569 empréstimos de livros no mesmo período.

TEATRO

Foram realizadas 280 sessões de apresentação de peças teatrais e shows artísticos nos dois teatros (Carlos Gomes e Esúdio) durante o período anual.

Embora o objetivo fosse ampliar o volume de eventos de forma substancial, a comparação dos números atuais com aqueles referentes aos anos anteriores indica uma elevação que inobstante ser de pequena monta, significa resultado compensador para o esforço anual.

Na realidade, nesse como nos demais setores, a FCES trabalhou, em 1979, com menor soma de recursos financeiros e humanos que nos anteriores exercícios, além de suportar os efeitos negativos da pressão inflacionária.

PEÇAS TEATRAIS APRESENTADAS PARA FAIXAS SOCIAIS HETEROGENEAS (quadro número 04)

PEÇAS INFANTIS APRESENTADAS (quadro número 05)

SHOWS (quadro número 06)

QUADRO Nº 04

3.2.1 PEÇAS TEATRAIS APRESENTADAS PARA FAIXAS SOCIAIS HETEROGENEAS

Especificações	Nº de Eventos	Índice de Frequência
MURO DE ARRIMO, com o Grupo Ponto de Partida, espetáculo local	05	0,230
O DIA DA CAÇA, apresentado por visitantes, investimento de Cr\$ 20.520,00 (vinte mil, quinhentos e vinte cruzeiros) mais despesas de manutenção e operação. Grupo Jorge Ramos	03	0,143
A GRANDE ESTIAGEM, com o grupo Sucata, espetáculo local	05	0,194
O SONHO DO SÉCULO, com o grupo local Ludovico Pavoni	03	0,91
SE CHOVESSE VOCES ESTRAGAVAM TODOS, espetáculo visitante, investimento de Cr\$ 12.248,00 (doze mil, duzentos e quarenta e oito cruzeiros), mais operação e manutenção, Grupo Patrícia Camargo	05	0,335
QUEM TEM MEDO DE VIRGINIA WOLF?, espetáculo visitante, investimento de Cr\$ 61.510,00 Grupo Tonia Carrero	05	1,863
AS SABICHONAS, espetáculo local com o Grupo Estrada	12	0,439
ALICE, FANTASIA DRAMÁTICA, peça teatral visitante, Grupo Avelaz e Avestruz de Salvador-BA.	04	0,274
CLASSE MÉDIA, TELEVISÃO QUEBRADA, espetáculo visitante, Grupo Jorge Dória	04	0,673
QUARTA-FEIRA SEM FALTA LÁ EM CASA, espetáculo visitante, Grupo Eva Tudor	04	1,068
A HISTÓRIA É UMA HISTÓRIA, espetáculo visitante Grupo Miriam Persia	03	1,150
A FILA, espetáculo visitante, Grupo Rosa Maria Murinho	04	0,855
O AUTO DAS SETE LUAS DE BARRO, espetáculo visitante, Companhia Bahiana de Comédia	04	0,203
TUDO FEDE SEM PARAR, espetáculo visitante, Grupo Promoções Teatrais de Porto Alegre	03	0,87
A CONSTRUÇÃO, Grupo Mãos À Obra, espetáculo visitante	05	0,17
O LEITEIRO E A MENINA NOITE, espetáculo com o Grupo Ponto de Partida	01	0,38
NADA PESA SOBRE NOSSAS CABEÇAS, Grupo Antonio Antonino, visitante	03	0,39
MANINHA, ESCUTA MEU DESABAFO, espetáculo local com o Grupo Expressão Nossa de Cada Dia	06	0,259
MEU DELICIOSO HORROR, peça local com o Grupo Teatro da Barra ..	04	0,120
ZONA, PRINCÍPIO E FIM DO ESTÁCIO, com o Grupo visitante Ricardo Barnabé	10	0,482
O CORDÃO UMBILICAL, espetáculo local com o Grupo Teatral Reflexo ..	03	0,81
ESTAÇÃO TEBLINCA-GARDEM, espetáculo local com o Grupo Teatral Movimento	04	8,10
SONHOS DE UM CORAÇÃO BREJEIRO, espetáculo visitante com o Grupo Vento Forte e Ilo Krugly	02	0,295
TOTAL DE EVENTOS	102	
PÚBLICO ATINGIDO		8.995
MÉDIA POR EVENTO		88

QUADRO Nº 05

3.2.2 PEÇAS INFANTIS APRESENTADAS

Especificações	Nº de Eventos	Índice de Frequência
O MÁGICO DE OZ, espetáculo visitante com o Grupo Teatro da juventude ..	02	2,692
BUMBO, VIOLÃO, VIOLINO TAMBÉM, espetáculo visitante com o Grupo	02	0,435
Ciro Bernardes	12	1,638
TRIBOBÓ CITY, espetáculo local com o Grupo Terra	03	0,212
DANÇANDO NO ARCO IRIS, espetáculo visitante com o Grupo Mãos à Obra	02	0,144
FLICTS, espetáculo local com o Grupo Ponto de Partida		
PAULINHO NO CASTELO ENCANTADO, espetáculo local com o Grupo	03	0,36
Taguar		
A LOUCA, TRÁGICA E FANTÁSTICA BUSCA DOS QUE PROCURAVAM	11	0,385
ENCONTRAR, espetáculo local com o Grupo Expressão Nossa de Cada Dia		
VAMOS BRINCAR DE BRINCAR, espetáculo local com o Grupo Maria	10	0,620
Ribeiro		
A LENDA DO VALE DA LUA, espetáculo local com o Grupo Gaiovota ..	53	
TOTAL DE EVENTOS		6,225
PÚBLICO INFANTIL ATINGIDO		117
MÉDIA POR EVENTO		

QUADRO Nº 06

3.2.3 SHOWS

Especificações	Nº de Eventos	Índice de Frequência
JUCA CHAVES — humorístico	04	1,303
CHICO ANÍSIO — humorístico	07	2,460
NÚMERO DE EVENTOS	11	
PÚBLICO ATINGIDO		3,763
MÉDIA POR EVENTO		251

MOSTRAS DE TEATRO

IV Mostra de Teatro da UFES apresentando as peças O PORCO ENSANGUENTADO, O CENSOR E A MULTIDÃO, O TÚNEL, SÃO MATEUS COLÔNIA, O LEITEIRO E A MENINA NOITE, MURRO EM PONTA DE FACA a cargo do Centro de Artes da UFES.

NÚMERO DE EVENTOS	7
PÚBLICO ATINGIDO	1.776
MÉDIA POR EVENTO	253

ENCONTROS DE TEATRO

II Encontro do Teatro Amador Capixaba com as peças O CORDÃO UMBILICAL, ESTAÇÃO TEBLINKA, SÃO MATEUS COLÔNIA, DEIXA A JANELA ABERTA, MEU DELICIOSO HORROR, TRIBOBÓ CITY, E FORAM FELIZES PARA SEMPRE, A MENINA PERDEU O GATO e REVOLUÇÃO DOS CARANGUEJOS.

NÚMERO DE EVENTOS	7
PÚBLICO ATINGIDO	555
MÉDIA POR EVENTO	79

OUTRAS ATIVIDADES

Foi realizado um curso de Técnicas Teatrais na Educação com carga horária de 24 horas/aula e frequência de 64 alunos. A FCES investiu Cr\$ 14.782,00 nesse curso que objetivou estimular a prática teatral nas escolas possibilitando aos professores conhecimentos específicos sobre a disciplina de educação artística.

Realizou-se, também, o Curso Livre de Informação Teatral para Atores com investimento de Cr\$ 14.964,00.

frequência de 32 alunos, carga horária de 44 horas/aula, oferecendo elementos para o exercício da atividade teatral moderna às pessoas interessadas.

O lançamento do Prêmio "Cláudio Bueno Rocha" de Dramaturgia, que foi inspirado na necessidade de carrear incentivos para os autores inéditos no setor teatral oferecendo prêmios no total de Cr\$ 45.000,00 e inscrições entre 14.08 e 28.12.79, está em fase de exame dos trabalhos apresentados.

O setor de Teatro financiou ainda uma excursão do Grupo Ponto de Partida a Campina Grande para divulgação de nossas possibilidades artísticas; realizou o cadastramento dos locais disponíveis no interior para a apresentação de espetáculos; levantou os problemas e carências do Teatro Carlos Gomes e do Teatro Estúdio; ampliou as acomodações do Teatro Carlos Gomes aproveitando os camarins e valorizando aquela casa de espetáculos; adquiriu novos microfones e reformou o sistema de ar refrigerado daquele próprio estadual.

3.2.7 PROJETOS APRESENTADOS E NÃO IMPLANTADOS POR CARENCIA DE RECURSOS:

Estão preparados para implantação o II Curso Básico para Formação de Atores com custo previsto de Cr\$.. 38.000,00; a montagem da peça "Queimados" de Milton Henrique e Amylton de Almeida, com custo previsto de Cr\$ 133.000,00 e a implantação do Teatro Móvel, integrado ao Projeto Estrada/PIC (Programa de Interiorização da Cultura), com custo previsto de Cr\$ 885.000,00 incluindo equipamento e operação em 12 cidades.

MÚSICA ERUDITA

O setor de música erudita contou com o apoio da FU-

NARTE para a manutenção da orquestra da camera no montante de Cr\$ 450.000,00 enquanto a FCES contribuía com 1.505.427,92 repassados parceladamente pelo Tesouro Estadual. Quanto ao Coral Orfeônico seu custo foi totalmente suportado pelo Estado no montante de Cr\$... 404.000,00.

As atividades desses dois órgãos e as demais iniciativas de Coordenação de Música Erudita são descritas nos itens seguintes em função do número de eventos e das faixas sociais atingidas pelas promoções.

ORQUESTRA DE CAMERA

Durante o exercício a orquestra se apresentou 8 vezes na capital e 6 vezes no interior do Estado. Os municípios visitados pela orquestra, afora Vitória, foram os seguintes: Vila Velha, Santa Tereza, Colatina, Cariacica e Viana.

A orquestra consta de 26 músicos e apresenta 11 violinos, 1 viola, 2 violoncelos, 2 contrabaixos, 1 órgão-cravo, 2 flautas, 1 oboé, 2 clarinetas, 1 trompete, 2 trompas e um trombone.

CORAL ORFEÔNICO

O Coral se apresentou ao público capixaba 20 vezes em 1979, sendo 13 vezes em Vitória e 7 vezes no interior do Estado. Os municípios visitados foram os seguintes: Vila Velha, Viana (Jacaraípe), Santa Tereza, Domingos Martins, Cariacica (Campo Grande) e Viana (sede).

O Coral consta de 38 componentes sendo 12 sopranos, 15 contraltos, 6 tenores e 5 baixos.

ATIVIDADES DIVERSAS

A Coordenação de Música Erudita realizou 34 eventos noturnos no Teatro Carlos Gomes, assim distribuídos por modalidade:

Piano	8
Flauta e Piano	1
Violão	1
Apresentações de Compositores	2
Ballet	17
Concurso Estadual de Piano	1
Semana da Música	1

No interior do Estado a Coordenação de Música esteve presente em Castelo onde patrocinou a apresentação do pianista inglês John York e em Montanha, com um festival de flauta e piano.

MÚSICA PARA JOVENS

Com o objetivo principal de despertar o interesse dos jovens pela música erudita e contribuir para a formação da platéia para os profissionais dessa modalidade artístico-cultural, o projeto Música para jovens realizou no Teatro Carlos Gomes 30 eventos.

CURSOS

Realizaram-se ainda dois cursos de especialização musical. O curso de Improvisação teve lugar no Teatro Carlos Gomes e teve a duração de dois meses. O curso para instrumentistas de corda funcionou de 1 a 30 de julho na Escola de Música do Espírito Santo.

PROJETOS

Diversos estudos foram realizados visando à futura implantação de projetos culturais no setor da música eru-

ditada. Esses projetos aguardam oportunidade para serem implantados, o que ocorrerá provavelmente, este ano.

ARTES PLÁSTICAS

A Coordenação de Artes Plásticas, que funciona no Centro de Artes HOMERO MASSENA situado no Edifício das Fundações, coordenou e realizou 24 (vinte e quatro) exposições de pintura, desenho, em alce, fotografia, cerâmica, tapeçaria, gravuras, aquarela, dança e escultura, às quais compareceram 11.564 visitantes. Dentre os expositores, 23 são capixabas.

PARTICIPAÇÃO DA FUNARTE

A FUNARTE financiou as exposições de artistas capixabas coordenadas pela CAP e realizadas em Brasília no mês de março, em Belém no mês de maio, em São Luiz no mês de junho e em Curitiba nos meses de setembro e outubro.

SEMANA DA CRIANÇA

Uma exposição foi programada como parte das comemorações da Semana da Criança, organizada pela Biblioteca Pública durante o I Ano Internacional da Criança.

FOLCLORE

Das pesquisas realizadas na arte folclórica capixaba, com vistas a planificar a futura atuação da FCES nesse setor, constatou-se que os artistas populares responsáveis pela preservação do folclore como conjunto de tradições, através de seus trabalhos, rareiam progressivamente, asfixiados pelo gigantismo das comunicações, pela industrialização e pela invasão urbana das áreas rurais onde tais atividades floresciam. Assim mesmo foram contactados alguns remanescentes. Eles foram estimulados com a coordenação de alguns eventuais conjuntos, tudo de forma experimental e imediata face à carência de recursos.

Um desses grupos está praticamente disperso e atuou com relevo na área da Barra do Jucu, localidade do município de Vila Velha.

Ainda se pode encontrar, ali vestígios de uma prática folclórica anterior bastante valiosa, de mistura com atividades de artesanato diferencial. O setor tentou obter da Prefeitura Municipal de Vila Velha a doação ou o arrendamento de um imóvel desativado, de sua propriedade, para nele instalar um Centro de Artes. Após prolongada tramitação pelas repartições municipais, a iniciativa foi cancelada face à negativa da municipalidade que alegou pretender instalar no prédio um consultório dentário. No artesanato diferencial dos arredores de Vitória se pratica certo tipo de habilidade que já constitui tradição e que se utiliza de argila extraída de jazidas existentes em terrenos situados na periferia. Objetivando preservar essa fonte de matéria prima o setor ingressou na área administrativa estadual com pedido de desapropriação do terreno, o que vem tramitando pelas repartições do Estado. O projeto visa proteger as atividades das tradicionais paneleiras. Outra atividade do setor foi a campanha para desapropriação da casa que serviu de residência ao falecido pintor Homero Massena, onde atualmente reside sua viúva que mantém ainda o contrato de locação. O projeto visa transformar a casa em um mini-museu de artes plásticas. Embora não diretamente ligada ao folclore, a atividade foi iniciada como suporte ao setor de artes visuais tendo em vista, também, os incentivos distribuídos por Homero Massena, quando em vida, ao folclore capixaba.

Dois eventos foram realizados com a participação das Bandas de Congo "Amores da Lua" e "Panela de Barro". Tais espetáculos tiveram como palco o Circo da Cultura.

A apresentação do índio Itatuitim Ruas, em Vitória, foi outra iniciativa do setor. Ele pronunciou apreciadas conferências no auditório do Colégio Salesiano de Vitória sobre cultura indígena.

O setor encerrou suas atividades em 79 com uma comemoração natalina a 24 de dezembro, mostrando ao público a "puxada de mastro de São Benedito" na praça Oito, animada por cinco grupos folclóricos da Grande Vitória, com a presença de Grupos de Congo e Ternos de Reis.

3.6 MÚSICA POPULAR

O programa da música popular teve como destaque a implantação dos projetos Muqueca e Pixinguinha, o primeiro desenvolvido com recursos locais e o segundo com a participação da FUNARTE na contratação de grupos e artistas.

3.6.1 PROJETO MUQUECA

Esse projeto realizou 32 espetáculos no Teatro Carlos Gomes e dois no Ginásio Wilson Freitas. O número de espectadores para o total de eventos foi de 14.885, média de 483 espectadores por espetáculo. Os grupos apresentados foram formados por artistas locais. A finalidade principal foi a ampliação do mercado de trabalho para músicos capixabas.

3.6.2 PROJETO PIXINGUINHA

Esse projeto realizou 30 espetáculos no Teatro Carlos Gomes com um público de 13.488 espectadores, média de 449 pessoas por evento. Os artistas foram contratados pela FUNARTE para divulgação da música brasileira em diversas capitais, ficando a cargo da FCES a coordenação dos eventos em Vitória. Realizando apresentações a preços populares com o objetivo apenas de cobrir as despesas de hospedagem e alimentação dos artistas, a empresa obteve uma série de apresentações na temporada, com excelentes resultados.

3.6.3 OUTRAS ATIVIDADES

Além dos projetos mencionados foram exibidos ao público capixaba, no Teatro Carlos Gomes, mais 06 eventos musicais de gênero popular, com presença de 669 espectadores e média de 111 pessoas por sessão. O espetáculo "Holiday in Brazil", com renda para a UCIS, lotou o teatro em três sessões nos dias 6, 7 e 8 de julho.

3.7 RADIODIFUSÃO

Apesar de a maioria dos recursos destinados à publicidade pelas empresas ter sido aplicada em televisão, no exercício de 1979 a receita da Rádio Espírito Santo se elevou de Cr\$ 5.060.879,00 para Cr\$ 6.449.000,00.

É de assinalar que, apesar da evolução financeira, o grande número de contratações promovidas pela RES diluiu o total arrecadado quase que inteiramente.

Por outro lado, a falta de agressividade ao mercado pelo Setor de Vendas em muito contribuiu para que o volume da arrecadação não fosse superior ao resultado apensado.

No ano passado foram realizadas 44 quarenta e quatro transmissões externas, a maioria delas de eventos esportivos.

Poucas alterações se verificaram na linha de programação da emissora e no setor técnico foram investidos cerca de Cr\$ 51.512,00 (cinquenta e um mil, quinhentos e doze cruzeiros) na aquisição de equipamentos considerados absolutamente indispensáveis. Acrescente-se que a Rádio Espírito Santo não recebe as veiculações feitas por inte-

resse do Governo do Estado como ocorre em outras emissoras em que o Governo remunera o espaço que utiliza.

Como a dispensa de grande número de funcionários nos meses de junho e julho e com a alteração da programação a se verificar em 1º de fevereiro próximo vindouro, fatores somados a contratação de um chefe do setor de vendas com experiência no ramo, podemos prever para o próximo exercício substancial aumento da Receita da emissora que desde 1976 apresentou a seguinte evolução:

1976	Cr\$ 2.738.597,65
1977	Cr\$ 2.409.692,52
1978	Cr\$ 5.080.879,00
1979	Cr\$ 6.499.000,00

TV ESPÍRITO SANTO

No ano de 1979 a TV Espírito Santo tecnicamente não sofreu modificações, operando com as mesmas limitações de origem.

Na parte funcional a TV diminuiu o quadro de pessoal, atendendo determinações do Governo do Estado e da própria estrutura técnica.

Com relação à programação o índice de repetição atingiu quase o desejado, passando para 15% dentro de um quadro que apresentava, até novembro, média de 48%.

A produção de programas locais e transmissões externas, que atendia a média de 10% sofreu solução de continuidade, em vista de estado precário do material técnico existente.

Em linhas gerais podemos afirmar que a TV Espírito Santo cumpriu as determinações legais e atendeu a finalidade de sua missão educativa, apesar das deficiências técnicas que enfrenta. Cumpriu, também, o objetivo de manter o espaço conquistado, assegurando ao Estado base relativamente segura para atividades futuras no setor, pelo Governo do Estado. Desse total já foram alocados e repassados à FCES Cr\$ 1.350.000,00 por parte dos órgãos federais citados e Cr\$ 870.000,00 por parte da Fazenda Estadual, recursos que se encontram depositados em estabelecimentos bancários à disposição do projeto. Vale ressaltar que não foram utilizados esses valores em 1979 tendo em vista que os serviços foram iniciados em dezembro, ocorrendo a primeira medição em janeiro de 1980. Oportunamente é informar, igualmente, que o total de Cr\$ 7.200.000,00 (Sete Milhões e Duzentos Mil Cruzeiros) previsto inicialmente para essa fase foi reduzido para Cr\$ 2.424.770,00 (Dois Milhões, Quatrocentos e Vinte e Quatro Mil e Setecentos e Setenta Cruzeiros) quando da licitação realizada pelo DEO, do que resultou apreciável economia e a possibilidade de se utilizar o saldo para o início da segunda fase, de que consta o aproveitamento definitivo dos prédios recuperados, para atividades comunitárias.

MEMÓRIA

O Museu do Colono vem conservando um apreciável acervo de peças que documentam a colonização da área central do Estado pelos imigrantes alemães, exibindo-as aos visitantes que no ano de 1979 foram mais de 3.000 pessoas.

Situado em Santa Leopoldina e funcionando inclusive nos fins de semana, tem um acervo de cerca de mil objetos históricos e é o único museu que funciona sob a direção da FCES no Estado.

Foram realizados estudos e efetuados cálculos para implantação do projeto Memória do Espírito Santo, à semelhança do Museu da Imagem e do Som. Baseado na imprescindível necessidade de preservar para conhecimento futuro fatos e acontecimentos, bem assim os vultos que exerceram atividades nos diversos setores que fazem a

história artística, cultural e administrativa, o projeto visa preencher uma lacuna e pretende se aparelhar com meios hábeis para cumprir essa missão. Entretanto, dado a complexidade do assunto e os seus elevados custos orçamentários, tal atividade teve de ser adiada, prevendo-se o seu início em futuro próximo tendo em vista a sua valiosa cooperação para o conhecimento futuro do que se fez no presente, no setor.

CIRCO DA CULTURA

É relevante notar que o Circo da Cultura realizou 43 exposições de artistas à população infantil proporcionando sadio entretenimento opcional que atingiu mais de 40.000 crianças em idade escolar.

Apesar de a programação incluir a movimentação desse módulo e sua apresentação em diversos bairros de Vitória, na Grande Vitória e em várias cidades do interior do Estado, essa promoção resultou impossibilitada pelo regime econômico implantado pela direção da empresa face à carência de recursos. Entretanto, o Circo da Cultura visitou a cidade de São Mateus onde se exibiu com grande êxito durante a Feira de Artes organizada por aquele município. Demarches foram iniciadas junto a organismos da área federal — que passaram a incentivar a implantação de espaços culturais móveis — no sentido de obter verbas destinadas à incrementação do Circo.

A idéia gira em torno de uma atividade permanente, circulação pelos locais de concentração de pessoas de baixa renda, proporcionando-lhes contato com a Cultura e contribuindo, também, para sua interiorização dentro das normas estabelecidas no Plano de Diretrizes Básicas do Governo do Estado.

3.11 PROJETOS ESPECIAIS

A Coordenação de Projetos Especiais da FCES programou as seguintes atividades:

3.11.1 — Criação da Banda Infantil

- 2 — Instalação do Cine Clube
- 3 — Programa de Bandas no Parque
- 4 — Curso de Regência para Mestres de Banda
- 5 — Projeto de Cinema no Parque
- 6 — Editoração de obras literárias de autores capixabas.
- 7 — Atividades culturais nos Centros Sociais Urbanos.
- 8 — IV Encontro Estadual de Bandas Cívicas
- 9 — Concurso de Contos Infantis
- 10 — Concurso de Dramaturgia
- 11 — Recuperação do casario histórico do Porto de São Mateus.
- 12 — Participação no Festival de Arte de São Mateus
- 13 — Participação na Semana de Arte de Domingos Martins.
- 14 — Participação na Semana de Arte de Nova Almeida.

15 — Atividades permanentes na Igreja dos Reis Magos em Nova Almeida.

16 — Primeiro Festival Capixaba de Dança

17 — Curso de Criação Literária para contos infantis

18 — Participação na III Feira Capixaba do Livro

Os itens 3, 8, 9, 10, 12, 13 e 18, foram realizados em 1979.

Os itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 14, 15, 16 e 17, cujos estudos e levantamento de custos foram efetivados, tiveram sua realização adiada em decorrência das medidas de compressão de despesas e outras que interferiram em sua implantação imediata.

O item 11, que diz respeito à recuperação do casario histórico do Porto de São Mateus, se encontra em fase inicial de execução desde dezembro de 1979 quando foi contratada pela FCES a firma Azevedo Loyola Engenharia e Consultorias Ltda. que iniciou os serviços de limpeza da área e escoramento dos imóveis. Paralelamente estão sendo preparados projetos de recuperação dos três primeiros imóveis do total de 31 a serem adaptados para uso comunitário e cultural. Nesse projeto serão aplicados Cr\$ 6.000.000,00 pelo Programa de Cidades Históricas a cargo do SEPLAN e do IPHAN e Cr\$ 1.200.000,00.

A Lei 3043, de 31 de dezembro de 1975, autorizou o Poder Executivo a instituir, nos termos da legislação aplicável à matéria, uma Fundação com atribuições e competências relativas à promoção e desenvolvimento sistemático do esporte amador de sentido comunitário, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social.

O Decreto nº 1099-N, de 04 de janeiro de 1978, aprovou o Estatuto da FEARES.

A Resolução nº 01, de 14 de março de 1979, do Conselho de Administração da FEARES, aprovou o Regimento Interno da Fundação.

SETOR DE ESPORTES, RECREAÇÃO E PLANEJAMENTO

1. O Setor de Esporte, Recreação e Planejamento — SERPLAN, da FEARES, ao qual compete a coordenação, planejamento, execução e supervisão das atividades da área desportiva-recreativa, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, desenvolveu, no ano de 1979, um trabalho intenso e dinâmico, visando proporcionar à comunidade capixaba, meios de uma efetiva integração, através do esporte, da recreação e do lazer.

O SERPLAN tem se colocado à disposição de órgãos públicos ou entidades particulares para o desenvolvimento de programas que facultem à nossa gente, oportunidade de preencher seu tempo ocioso em atividades saudáveis que possam compensar o desgaste físico e mental dispendido nas horas exaustivas do seu cotidiano, predispondo-a à continuidade da missão que lhe compete dentro da própria comunidade que ela integra.

Além das suas atribuições o SERPLAN, atendendo aos objetivos da FEARES, empresta total apoio às Federações Desportivas, inclusive, responsabilizando-se pela premiação aos vencedores de certames por ela promovidos, bem como, muitas vezes, pela aquisição de materiais desportivos de que necessitam.

IV — SETOR TÉCNICO DE ENGENHARIA DESPORTIVA

O Setor Técnico de Engenharia Desportiva — SETED —, elaborou, no transcorrer de 1979, 34 trinta e quatro projetos. Cabe esclarecer que os custos previstos no presente Relatório seriam aqueles cobrados por qualquer Escritório Especializado em Engenharia e Arquitetura, na iniciativa privada, para projetos desta natureza, constituindo-se portanto, o nosso trabalho um apoio

emprestado pela FEARES aos diversos Órgãos da Administração Estadual, Municipal e Associações Desportivas.

Projetos realizados:

- 01 — Ginásio Poliesportivo do Ordem e Progresso na sede do Município de Bom Jesus do Norte.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 180.000,00
- 02 — Piscina Semi-Olimpica do Ordem e Progresso na sede do Município de Bom Jesus do Norte.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 25.000,00
- 03 — Ampliação do Estádio Justiniano de Mello e Silva para a Prefeitura Municipal de Colatina.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 350.000,00
- 04 — Quadra Poliesportiva Coberta da Associação Recreativa Jardim Guanabara no Bairro de São Domingos, Município da Serra.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 60.000,00
- 05 — Play-Ground para o Jardim de Infância de Barra do Itapemirim.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 25.000,00
- 06 — Ginásio Poliesportivo na área pertencente ao PREMEM no Município de Barra do Itapemirim.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 180.000,00
- 07 — Projeto para Pista de Atletismo na área do PREMEM no Município de Barra do Itapemirim.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 30.000,00
- 08 — Piscina Semi-Olimpica para o Clube Recreativo Itaguaçuense na sede de Itaguaçu com urbanização da Área.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 60.000,00
- 09 — Sauna e Ducha na Área Recreativa do Centro Urbano da sede do Município de Afonso Cláudio.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 40.000,00
- 10 — Pista de Atletismo para o Clube Social de Itarana na sede do Município de Itarana.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 30.000,00
- 11 — Ginásio Poliesportivo para o Clube Social de Itarana na sede do Município de Itarana.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 30.000,00
- 12 — Ginásio Poliesportivo do Boa Vista Futebol Clube na sede do Município de Apicá.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 120.000,00
- 13 — Piscina Semi-Olimpica do Boa Vista Futebol Clube na sede do Município de Apicá.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 30.000,00
- 14 — Estádio, Ginásio Poliesportivo e Área Recreativa na sede do Município de São Gabriel da Palha.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 480.000,00
- 15 — Ampliação do Estádio Salvador Venâncio da Costa para o Vitória Futebol Clube em Bento Ferreira, no Município de Vitória.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 600.000,00
- 16 — Raia Olímpica da Lagoa de Jacaraípe, Praia de Jacaraípe, Município da Serra.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 350.000,00
- 17 — Lay-Out do Projeto Rua de Recreio de Santo Antonio, Bairro de Santo Antonio, no Município de Vitória.
Custo Previsto do Lay-Out — Cr\$ 5.000,00
- 18 — Lay-Out para Área de Recreação nos Centros Sociais Urbanos de Boa Vista, Santo Antonio e Carapina.
Custo Previsto do Lay-Out — Cr\$ 15.000,00
- 19 — Lay-Out para Área de Recreação no Aterro da Enseada do Suá, na Semana da Pátria.
Custo Previsto do Lay-Out — Cr\$ 5.000,00
- 20 — Diversas Árvores de Especificações para Apoio e Realizações da FDE, tais como, Campeonato de Tênis, Campeonato Aberto de Atletismo, XIV Copa Norte Nordeste, etc.
Custo Previsto dos Serviços — Cr\$ 60.000,00

- 21 — Sede Náutica do C.N.R. Alvares Cabral, em Bento Ferreira, Município de Vitória.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 60.000,00
- 22 — Área de Lazer e Recreação do Centro Social Urbano da sede do Município de Boa Esperança.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 30.000,00
- 23 — Área de Lazer e Recreação do Centro Social Urbano da Sede do Município de Afonso Cláudio.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 20.000,00
- 24 — Implantação de 13 (treze) Áreas de Lazer com Parques de Recreação em Fibra de Vidro, nos Municípios de Apicá, São José do Calçado, Boa Esperança, Pancas, Afonso Cláudio, Iconha, Muqui, Centro Social Urbano de Boa Vista (Vila Velha), Centro Social Urbano de Santo Antonio (Vitória), Centro Social Urbano de Carapina (Serra), Castelo, Alegre e Viana, no valor total de Cr\$ 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil cruzeiros), não tendo sido implantado em todos os Municípios, devido à falta de liberação do restante da verba do Fundo Especial para tal fim.
- 25 — Ginásio Poliesportivo da Associação Cultural e Desportiva São Silvano, Município de Colatina.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 70.000,00
- 26 — Centro Poliesportivo da Sede do Município de Barra de São Francisco, compreendendo um Ginásio Poliesportivo, uma Quadra Descoberta, Pista de Atletismo e redimensionamento do Estádio de Futebol local.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 240.000,00
- 27 — Detalhamento e locação do Módulo Desportivo da sede do Município de Conceição da Barra.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 20.000,00
- 28 — Detalhamento e locação do Módulo Desportivo da sede do Município de São Gabriel da Palha.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 20.000,00
- 29 — Diversas Quadras Descobertas para Distritos do Município de São Gabriel da Palha.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 20.000,00
- 30 — Módulo Desportivo para Goiabeiras Futebol Clube.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 65.000,00
- 31 — Orçamentos para Reforma do Ginásio e Piscina Olímpica do DED.
Custo Previsto do Orçamento — Cr\$ 12.000,00
- 32 — Lay-Out para Diversos Conjuntos Habitacionais na área da Grande Vitória.
Custo Previsto do Lay-Outs — Cr\$ 15.000,00
- 33 — Lay-Out do Projeto de Lazer para Funcionários da Siderúrgica do Tubarão (CST).
Custo Previsto do Lay-Out — Cr\$ 6.000,00
- 34 — Ginásio Poliesportivo Municipal da Sede do Município de Rio Novo do Sul.
Custo Previsto do Projeto — Cr\$ 40.000,00

V — SETOR GRAFICO DE IMPRENSA

O Setor Gráfico de Imprensa — SEGI —, encontra-se, ainda, em fase de implantação e, tão logo entre em pleno funcionamento — o que deverá ocorrer em março de 1980 — estará em condições de cumprir integralmente as suas finalidades: divulgação dos trabalhos da FEARES, publicação relativas ao desporto e à recreação e, através de convênios, atendimento as necessidades gráficas de outros órgãos.

Dentro de suas metas, o SEGI se propõe a criar um semanário e uma revista técnica mensal, para divulgação de notícias desportiva amadoristas, do Espírito Santo.

O SEGI, pela prestação de serviços a terceiros, poderá gerar consideráveis recursos extra-orçamentários à FEARES, permitindo a esta a ampliação das suas atividades.

3000 par-
ticipan-
tes

1979

PROGRAMAS	PROJETOS E/ OU ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTOS
	c) Copa de Integração do Futebol Amador	- Divulgar a Campanha "Esporte para Todos" entre as comunidades c) Dar maior capacidade física à população como um todo, quer nos aspectos de sua produtividade, quer quanto às suas condições de desfrutar a vida - Estimular a formação de associações destinadas à criação de novas formas de organização para o desporto de massas - Promover o encaminhamento de novos valores ao desporto de alto nível	7.200 pessoas
	d) Ruas de Recreio	d) Implantar as "Ruas de Recreio" nos bairros, para conscientização da comunidade e divulgação do "Esporte para Todos" - Ativar os Centros Comunitários para que assumam um papel de destaque na organização e orientação do lazer - Aumentar o grau de integração entre os membros da Comunidade - Oportunizar a participação alegre e voluntária de todas as atividades físicas, recreativas e sociais	700 pessoas por rua implantada
	e) Aproveitamento da Infra-estrutura Existente "Penatlo Nacional	e) Realizar um movimento de massificação do atletismo, para a descoberta de novos valores que, através das competições, venham conscientizar o povo da prática saudável do atletismo, buscando formação de uma Comunidade harmoniosa e integrada	900 participantes

PROGRAMAS	PROJETOS E/OU ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTO
		- Encorajar tantos candidatos quanto possível, para testarem suas condições físicas em cinco provas atléticas, que exigem as mais importantes qualidades de velocidade, força, agilidade, destreza e resistência - Incentivar e estimular o interesse pelo Atletismo e, assim, desenvolver atletas de alto nível para competições internacionais e, principalmente, olímpicas	
	f) Cursos basquete, vólei e Organização Desportiva g) Copa Norte/Nordeste de Remo	f) Promover a elevação do nível do desporto, através do oferecimento de cursos para técnicos e atletas, que atuam nas respectivas áreas g) Promover o intercâmbio entre os Estados-Espírito Santo, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Pará, oportunizando troca de informações técnicas de mais alto nível	340 pessoas 80 participantes
	2) Adaptação de Imóvel para implantação do Setor Gráfico	a) Promover e divulgar o Esporte Amador na comunidade, para incentivo às práticas desportivas	135,48 m2 de construção

O Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense, Autarquia Estadual criada pela Lei nº 627 de 22 de fevereiro de 1952, "em por finalidade proporcionar aos trabalhadores brasileiros e estrangeiros, as condições necessárias ao seu perfeito bem estar físico e social e, particularmente, a aquisição ou locação de casas higiênicas em zonas urbana ou rural, de modo a proteger os menos favorecidos contra os males da habitação insalubre e da promiscuidade da vida nas favelas".

Fundado sob o abrigo de um corajoso ideal, coube ao Espírito Santo a glória de ser primeiro Estado da Federação a instituir uma Autarquia Administrativa, de patrimônio próprio, com vistas ao notante problema da moradia popular e do bem estar físico-social.

O seu setor administrativo, foi regulamentado pelo Decreto 1.891, de 15.01.55, que trata das atribuições do Presidente, Conselho Fiscal e funcionários do Instituto, alterada pelo Decreto nº 2882, de 06.03.56, no que se refere ao Conselho Fiscal.

As atividades, foram iniciadas com a construção do primeiro núcleo residencial, no município de Vila Velha, distante da Capital, oito quilômetros em estrada asfaltada, onde foram edificadas cerca de mil casas de 2 e 3 quartos e demais dependências, entregues no ano de 1955 pelos seguintes Institutos: Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense (IBES), Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, IAPC, IAPFESP e Fundação da Casa Popular.

O Núcleo foi esquematizado prevendo o seu desenvolvimento e proporcionando o conforto dos moradores no futuro. Assim, foi reservado em sua planta inicial, área para a construção de Igrejas de todos os credos, cinema, clube, escolas, lavanderias, praças, mercado, centro comercial agência social, quadra de basquete, e.c.

Quando da sua fundação algumas partes das áreas cedidas ao Instituto, eram ocupadas por posseiros. Com o fito de sanar o problema e também dar maior ampliação às atribuições do Instituto, foi aprovada a Lei nº 1.333 de 09.12.57, que abriu caminho para a construção de vários estabelecimentos comerciais, dando maior conforto à população do bairro e adjacências.

A Lei nº 627 que criou o "IBES", no seu Art. 16º, estabeleceu os recursos financeiros necessários para a consecução de seus fins, mediante uma taxa de 1% acrescida ao Imposto de Transmissão de propriedades "causa mortis" e "inter vivos". Posteriormente, através da Lei Federal, o imposto de transmissão de propriedades "inter

vivos" passou a ser atribuído às municipalidades, perdendo assim, o Instituto, a maior fonte de seus recursos financeiros.

Com o advento da Lei nº 2.144, de 15 de outubro de 1956, es a irregularidade pode ser sanada, passando o Instituto a contar com 1% (um por cento) da receita proveniente da cobrança do adicional criado pelo Art. 13º da Lei nº 1.624, de 05.07.61, modificada pela Lei nº 1.883, de 29.11.63.

Para facilitar o Instituto no prosseguimento do seu plano de expansão, foi promulgada a Lei nº 2.383 de 08.01.69, que permitiu ao Poder Executivo adotar as medidas necessárias a amoldar o Instituto nas normas exigidas pelo Banco Nacional de Habitação, visando pleitear financeiramente, amparo para os projetos de construção, pequenas indústrias, apartamentos e serviços de interesse público.

O Instituto que, "ex vi" do Art. 1º da Lei nº 627, era diretamente subordinado ao Chefe do Poder Executivo, pela Lei Delegada nº 12, de 12.11.67, passou a ser vinculado à Secretaria do Trabalho e Promoção Social. Posteriormente, pelo Art. 8º, da Lei nº 2.515, de 10.07.70, o Poder Executivo ficou autorizado a extinguí-lo, o que não ocorreu, face o Art. 33 do Dec. nº 099-N de 30.12.70 que integrou-o à Secretaria do Trabalho, como órgão da Administração Descentralizada. Devido a Lei acima citada, o Instituto teve as suas atividades limitadas por falta de recursos financeiros, não podendo dar prosseguimento à sua programação e também por estar com o seu acervo patrimonial, totalmente tombado, para a citada construção, uma vez que sendo um projeto dispendioso, certamente, dependeria de empréstimo do Banco Nacional de Habitação. Como primeira sugestão os ditos apartamentos poderiam abrigar funcionários públicos, que não possuíam casa própria. A parte térrea, devido a localização privilegiada para comércio seria dividida em lojas. Ficaria afeita à COHAB a administração da obra e recebimento das prestações dos apartamentos vendidos sob contrato de promessa de compra e venda, enquanto o Instituto ficaria com as lojas como pagamento pela cessão da área de sua propriedade. As lojas de acordo com o Art. 2º, § 3º, da Lei nº 930 de 23.08.55, seriam objeto de locação, passando a integrar o patrimônio do Instituto. Embora tenha havido interesse da parte da direção da COHAB, tal estudo não foi concretizado até o presente.

Cabe-nos adiantar que de acordo com a Lei 2.383 de 08.01.69, o Instituto poderia receber empréstimo diretamente do Banco Nacional de Habitação, bastando para tanto, o Poder Executivo adotar as medidas necessárias a amoldar o mesmo às normas exigidas para o financiamento dos projetos de construção que aprovar.

O patrimônio pertencente ao Instituto é valioso e de acordo com o Art. 2º da mesma Lei, para a construção

de habitações populares financiadas pelo Banco Nacional de Habitação, poderá o mesmo utilizar livre e desembaraçadamente as suas áreas edificadas ou não aliená-las no todo, em lotes ou frações ideais de termos, podendo inclusive, oferecê-las em garantia real aos Órgãos integrantes do sistema financeiro da habitação com finalidade de obter recursos para as obras de construção.

Apesar de já estar superado, pois a COHAB-ES já vinha se desincumbindo, vantajosamente, das funções de construir casas populares, o IBES voltou, surpreendentemente a ter existência legal, pois a lei nº 2678-71 revogou a autorização dada anteriormente para extingui-lo.

O Instituto de Bem Estar-Social do Espírito Santo — prestou sem dúvida, em administrações passadas, valioso concurso na área da política social, mas, com o advento de novas diretrizes, de caráter nacional, disciplinando as atividades Governamentais no setor da construção de unidades habitacionais populares, a permanência do órgão na estrutura organizacional do Estado já não se justifica.

Coerente com tal ponto de vista, deve ser enviado, nos próximos dias, a essa nobre Casa Legislativa, projeto de lei pertinente à extinção da mencionada autarquia estadual.

COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO

— COHAB-ES

1. INTRODUÇÃO

O ano de 1979 representou, para a Companhia Habitacional do Espírito Santo — COHAB-ES, a coroação dos esforços dirigidos simultaneamente sobre os seguintes pontos básicos e diretrizes de atuação:

- . reorganização e consolidação da Companhia;
- . recuperação e equilíbrio econômico e financeiro;
- . dinamização da produção;
- . organização e aperfeiçoamento dos sistemas de comercialização e administração imobiliária;

. organização e desenvolvimento comunitário; e

. início de implantação de um sistema de planejamento.

Os dados arrolados demonstram que a COHAB-ES atingiu plenamente, ao final de 1979 os objetivos e metas fixados em sua programação anual.

2. INTRODUÇÃO

O Quadro 1 a seguir informa a posição dos projetos habitacionais da Companhia em dezembro de 1980, inclusive o total de unidades construídas desde 1965.

Importante ser caracterizado que, em 1979, a COHAB-ES já viabilizou 83% de seu Plano Estratégico para o Quinquênio 1980/85 dos quais cerca da metade já se encontra em fase de construção ou de licitação para o início das obras, representando um investimento global contratado ou em fase de contratação com o BNH da ordem de Cr\$ 56 bilhões, ou seja, cerca de 10 vezes o valor investido pela COHAB-ES no período de 14 anos, compreendido entre 1965 a 1978, equivalente a 4,5 vezes o número de habitações concluídas e comercializadas pela empresa no mesmo período.

Ainda em 1979, apenas no setor habitacional, a COHAB-ES aplicou recursos da ordem de Cr\$ 234 milhões, não computados Cr\$ 12,6 milhões alocados na aquisição de terrenos que serão utilizados, em 1980, em programas de habitação popular.

A Despesa Global da Companhia se situou em Cr\$ 216 milhões, dos quais 79% totalizaram portanto apenas despesas administrativas totalizaram portanto apenas 21% dos gastos, obedecendo rigorosamente às metas orçamentárias fixadas para o exercício.

A Receita comportou-se também dentro dos parâmetros planejados, gerando resultados positivos que possibilitaram a cobertura dos déficits ocorridos nos exercícios de 1977 e 1978.

Os gráficos anexos apresentam o equilíbrio financeiro da empresa.

QUADRO 1

Resumo das habitações construídas,
em construção, à construir,
projetos, ante-projetos e metas.

01. Construções

<u>MUNICÍPIO</u>	<u>CONJUNTO</u>	<u>Nº DE UNIDADE</u>	<u>INÍCIO</u>	<u>TERMINO</u>
Vitória	Goiabeira I	284	-	-
	Goiabeira II	569	-	-
	Goiabeira III	425	Dez/70	Jun/72
	SUB-TOTAL	1.278	-	-
Serra	Serra	76	Dez/76	Abr/68
	Carapina I	384	Jan/76	Dez/76
	J.de Anchieta	1.117	Set/76	Dez/79
	Eurico Salles	400	Ago/77	Fez/79
	Hélio Ferraz	650	Jun/78	Dez/79
	SUB-TOTAL	2.627	-	-
V. Vale	Stª Monica I	305	Set/69	Fez/70
	Itaparica I	112	Jul/69	Fez/70
	Itaparica II	56	Dez/70	Dez/71
	Stª Monica II	682	Out/74	Abr/75
	Bos Vista (Turbo In)	427	Dez/75	Jun/78
	Stª Eunort	780	Mar/76	Mar/78
	SUB-TOTAL	2.362	-	-
Caruarica	Ferro e Aço	299	Jun/69	Mar/70
	Santana	189	Ago/73	Nov/73
	SUB-TOTAL	488	-	-
Linhares	Linhares I e II	390	Jul/68	Mar/69
	Linhares III	100	Set/73	Fez/74
	Linhares IV	101	Jul/76	Jan/77
	Juparapã	842	Out/77	Jan/80
	SUB-TOTAL	1.343	-	-
Aracruiz	Aracruiz I	64	Jun/68	Nov/69
	Aracruiz II	130	Nov/75	Mar/76
	SUB-TOTAL	194	-	-
Ibiraci	Ibiraci I	50	Fez/68	Jul/70
	João Neiva	80	Dez/69	Dez/76
	Ibiraci II	48	Jul/75	Nov/75
	SUB-TOTAL	178	-	-
Colatina	Colatina I	112	Set/67	Mar/68
	Colatina II	81	Jul/68	Jul/71
	E. dos Ostrários	80	-	Jul/71
	Colatina III	140	Ago/76	Ago/77
	SUB-TOTAL	436	-	-

S. Mateus	São Mateus I	58	Dez/75	Jul 77
	São Mateus II	50	Ago/76	Jul 77
	SUB-TOTAL	108	-	-
Castelo	Castelo	72	Mar/68	Nov '68
	SUB-TOTAL	72	-	-
S. Maria do Jatió	S. Maria do Jatió	55	Mai/68	Nov '68
	SUB-TOTAL	55	-	-
Castelinho	Dr. Luis Pinoco	419	Mar/70	Jul 71
	SUB-TOTAL	419	-	-
N. Verócia	Nova Verócia	123	Abr/77	Jun 78
	SUB-TOTAL	123	-	-
	Macui	60	Dez/69	Set '71
	SUB-TOTAL	60	-	-
S. Gabriel da Palha	S. Gabriel da Palha	72	Ago/68	Ago 68
	SUB-TOTAL	72	-	-
TOTAL DE UNIDADES		9.816		

21. II. CONSTRUÇÃO

Projeto	Conjunto	nº de unid.	Início	Termínio
Ferreira	E. Flores 1ª etapa	440 sobrados	Set/78	Mar/81
	B. Flores 2ª etapa	785 casas		
	B. Flores 3ª etapa	1.008 casas		
	D. Flores 4ª etapa	711 casas		
	E. Flores 5ª etapa	765 casas		
Amorim		683 casas	Ago/78	Jan '80
	Alcides Cardoso I	1.804 casas		
	SUB-TOTAL	3.107		
Amorim	Jequitibá	653 casas	Jun/78	Jul '80
	SUB-TOTAL	653	-	-
TOTAL		6.540		

4. continuação

MUNICÍPIO	Conjunto	nº de unid.	Início	Término
	Gal. R. da Silveira	2.304 aptos.	Jan/80	Jan/81
V. Velha	B. Vista II	1.152 aptos.	Jan/80	Jan/80
	TOTAL DE UNIDADES	3.456	-	-

Projeto

MUNICÍPIO	Conjunto	nº de unid.	Início	Término
	André Carloni	3.646 aptos		
Serra	II e III	3.511 casas	Ago/80	Dec/82
	TOTAL DE UNIDADES	7.159		

Anteprojetos

MUNICÍPIO	Conjunto	nº de unid.	Início	Término
		5.000 casas		
Serra	Bicargas	15.000 aptos.	Out/80	Dec/83

Metas

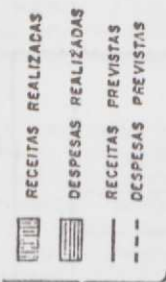
MUNICÍPIO	Conjunto	nº de unid.	Início	Término
		4.000 aptos		
V. Velha	São Paulo	2.000 casas		
Alegre	-	40	Jun/80	Jan/80
Quacri	-	150	-	-
Castelo	-	100	Jan/80	Dec/80
Puris Freire	-	120	-	-
Itaruna	-	60	-	-
Volatim	-	1.000	-	-
TOTAL		1.550		

27. Empreendimentos Habitacionais e semelhantes

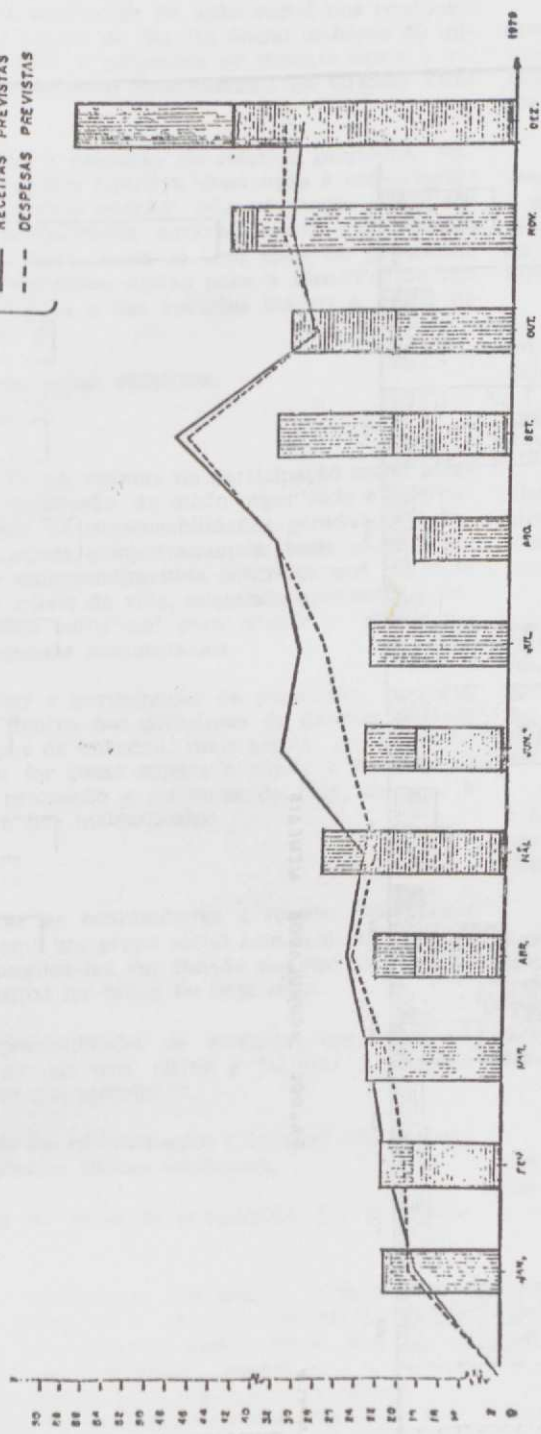
CDM	Número máximo de unidades habitacionais	
	Paritéticas	Totais Urbanização
Carapina - Serra	3.000	600
Vila Teles	3.000	600
Campo Grande (Caracioca e Viana)	5.000	1.000
Guarapari	500	100
Colatina (Sede)	500	100
Pinheiros (Sede)	1.000	100
Cachoeiro de Itapocimir (Sede)	1.000	100
São Mateus (Sede)	500	100
Aleães (Sede)	200	50
Castelo (Sede)	200	50
Guaraci (Sede)	200	50
Barão de São João (Sede)	300	100
Itapocimir (Sede)	200	50
Itapocimir do Sul (Sede)	200	50
TOTAL	15.200	3.050

— ÓTICA ORÇAMENTÁRIA —

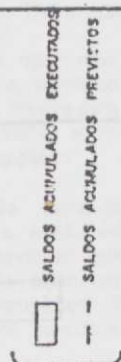
RECEITAS E DESPESAS MENSUAIS



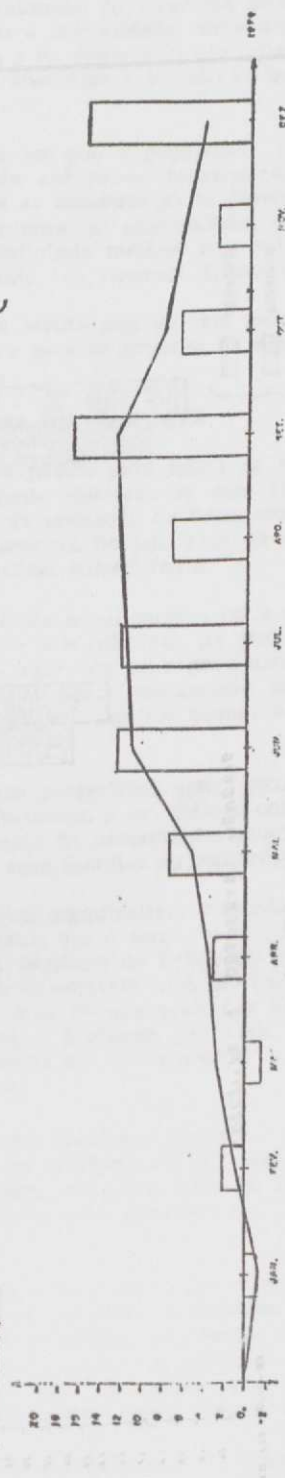
EM CR\$ 1.000.000,00



SALDOS ACUMULADOS MENSUAIS

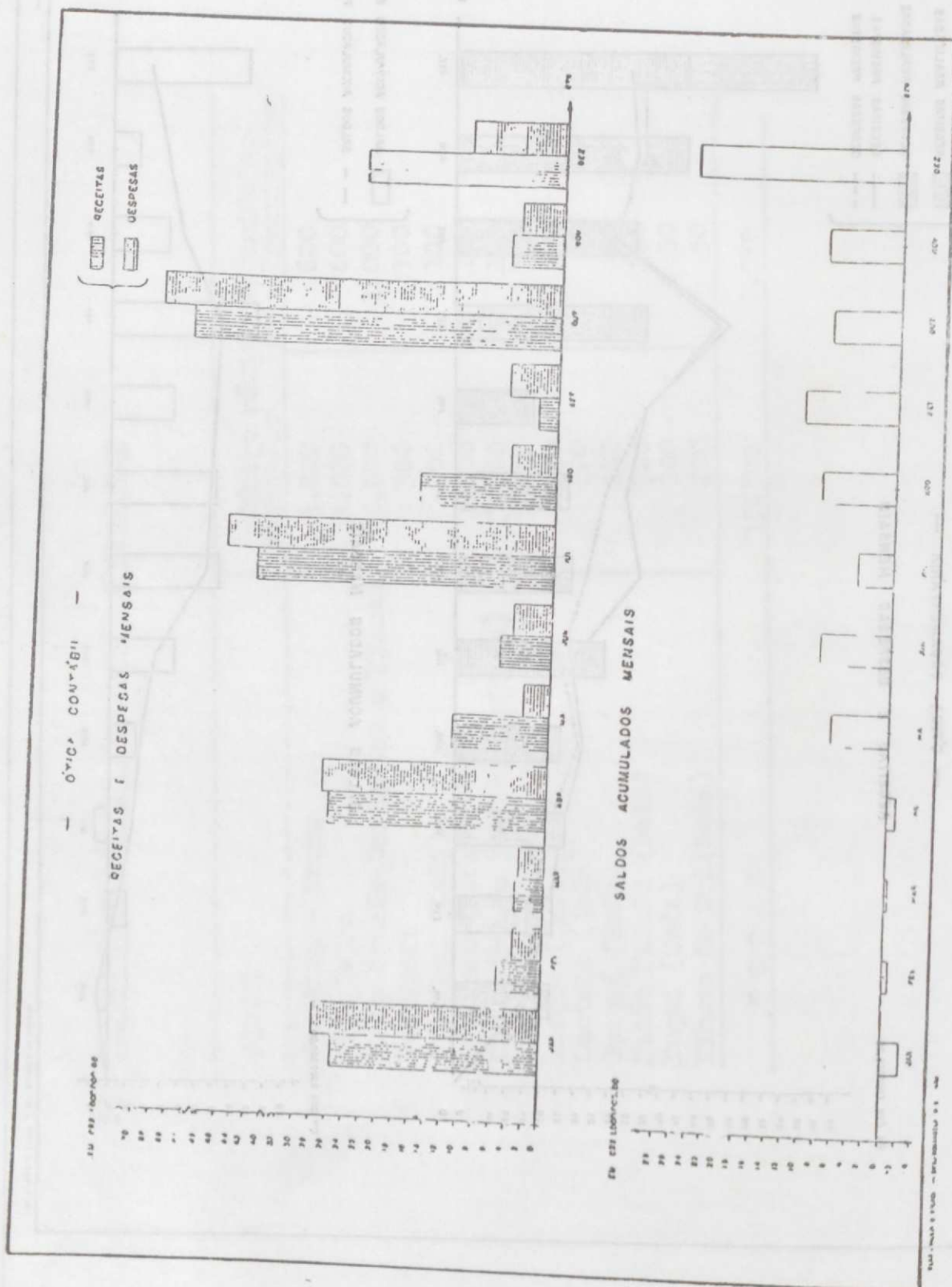


EM CR\$ 1.000.000,00



Elaborado e impresso em CR\$ acumulados a 31 de dezembro

1979



3 — ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DA COHAB-ES

Como linha normativa da ação social nos conjuntos habitacionais a equipe de Serviço Social elaborou no início do ano de 1979, o programa de desenvolvimento comunitário dos conjuntos habitacionais da Grande Vitória.

A elaboração e execução do referido programa, justificou-se plenamente frente à observação e constatações dos problemas sociais gerados pela adaptação aos novos aglomerados habitacionais, agravados pela carência dos serviços básicos necessários ao bem estar da população, bem como o despreparo destas para a identificação dos problemas existentes e das soluções viáveis a partir de seu próprio esforço.

A ação teve como objetivos:

Gerais:

— Implantar um sistema de participação social através do qual a população, de modo organizado e orientado para assumir as responsabilidades geradas pela incorporação de novos comportamentos, tome parte ativa nas decisões e empreendimentos concretos que conduzam à elevação dos níveis de vida, adotando perspectivas críticas de mudança estrutural para chegar a solução integral dos problemas comunitários.

— Dinamizar a participação da população, que deve ser entendida dentro dos princípios de desenvolvimento de comunidades e de sociedade mais ampla; princípios estes, que devem ter como sujeito e objeto o homem em busca de sua promoção e melhoria de vida, da qual a habitação é um dos instrumentos.

Específicos:

— Capacitar as comunidades a formar consciência de si mesmas como um grupo social com múltiplas potencialidades e canalizá-las em função do desenvolvimento individual e grupal na busca do bem estar.

— Criar possibilidades de vivências concretas nos núcleos habitacionais com vistas a facilitar o processo de socialização dos moradores.

— Incentivo ao entrosamento e coordenação das entidades e programas sociais existentes.

— Elevação do nível de consciência dos problemas sociais.

Segundo a metodologia adotada, o primeiro passo foi se levar a população a uma conscientização de sua problemática e suas potencialidades. Nessa fase inicial, utilizaram-se os contatos, visitas domésticas e o levantamento sócio-econômico para possibilitar a obtenção de dados. Com base nos contatos mantidos e os dados coletados, detectaram as reais aspirações e problemas sociais sentidos nas comunidades o que possibilitou a formulação do diagnóstico de cada conjunto, e, consequentemente, a programação específica de atuação em cada qual.

De um modo geral, o planejamento das atividades incidiu sobre os setores de:

- Relações sociais e comunitárias
- Saúde
- Educação

- Recreação e cultura
- Economia
- Urbanização e equipamentos comunitários.

A operacionalização do programa ocorreu a nível de grupos, indivíduos e comunidade como um todo; consistindo basicamente na orientação das ações da população com vistas a se encontrar a solução adequada para cada realização.

Na medida em que a população comprometeu-se com a ação, esta engajou-se progressivamente, e mais, à proporção que as experiências se desenvolveram através da ação conjunta, as comunidades foram adquirindo segurança, definindo melhor seus objetivos e dando melhor rendimento aos recursos de que dispõem.

A adesão de instituições de bem estar ao programa foi significativa e peça importante no alcance dos resultados esperados.

CONJUNTO JOSÉ DE ANCHIETA

Os primeiros passos para início do trabalho comunitário do Conjunto Habitacional José de Anchieta, começaram a partir da aplicação do levantamento sócio-econômico, numa amostra de um terço da população num total de 372 famílias entrevistadas.

O objetivo deste levantamento foi o de conhecer as características sócio-econômicas da população, proporcionando maior segurança no conhecimento das necessidades e aspirações desse contingente para elaborar o programa de desenvolvimento comunitário para esse Conjunto.

Esse contato possibilitou maior relacionamento e confiança que favoreceu a um diálogo onde essa população pôde dar vazão às necessidades relacionadas ao seu bem estar e de suas famílias no conjunto.

Os dados mais significativos coletados nesse levantamento, mostraram que o conjunto não oferecia inicialmente nenhuma condição de habitação uma vez que as necessidades básicas estavam num nível precário — principalmente na área de educação, que ainda continua sendo o principal — problema por ainda não estar funcionando uma escola que possa atender à demanda escolar de 1º grau.

Em virtude dos inúmeros problemas de insatisfação dos moradores, foi surgindo em seu seio uma liderança que passou a tomar iniciativa junto às autoridades solicitando providências para solucioná-lo.

Por conseguinte, o trabalho que estava sendo desenvolvido, induziu os moradores a sentirem necessidade de um local para se reunirem, ampliando seu conhecimento acerca da vida comunitária buscando melhorias para o conjunto. Para tanto, foi cedida pela COHAB-ES uma casa do tipo 1/59, como Centro Comunitário Provisório.

As reuniões realizadas todas as semanas desenvolveram o espírito comunitário da população levando os moradores a se posicionarem e espírito comunitário da população levando os moradores a se posicionarem e se conscientizarem do valor do trabalho comunitário, tornando-se de muita importância como um todo. Dessa união surgiram esforços contínuos de todos transformando-se em benefícios para a comunidade que hoje já conta com a instalação do ambulatório médico inaugurado em dezembro de 1979, atendendo a uma das necessidades mais prementes do conjunto.

CONJUNTO EURICO SALES

O atendimento à população do Conjunto Eurico Sales no que se refere ao desenvolvimento da comunidade se constituiu em preocupação constante do serviço social.

Foi realizado o levantamento sócio-econômico numa amostra de um terço da população perfazendo um total de 134 famílias entrevistadas, atingindo toda a área física do Conjunto. O objetivo desse levantamento foi obter um conhecimento da população, suas características, seus interesses e suas necessidades, preliminar de um posterior trabalho de atendimento e desenvolvimento social da mesma.

Foram objeto de ação do Serviço Social os conjuntos habitacionais José de Anchieta e Eurico Sales, Carapina I, Santana I, Santos Dumont e Santa Mônica II.

A participação da COHAB-ES no Conjunto de providências então adotadas no sentido de aliviar os efeitos de tal acontecimento foi inestimável como se pode constatar nas descrições seguintes:

No Município de Colatina, foram entregues os Conjuntos habitacionais Colatina III com 140 unidades e Bairro dos Operários com 80 unidades.

A sistemática adotada para classificar os candidatos a ocuparem as unidades não seguiu os mesmos critérios de outros conjuntos entregues anteriormente, dada a situação de emergência criada pelas inundações.

O Serviço Social da COHAB-ES deslocou-se para a cidade de Bom Jesus do Norte procurando inicialmente, fazer um levantamento total de pessoas desabrigadas.

Verificou-se que das 55 pessoas cadastradas, alguns tinham perdido suas casas, terrenos; outros, apenas parcialmente.

A COHAB-ES, procurou inicialmente atender 24 famílias, que necessitavam de providências com maior urgência. Dentre esses 24 atendimentos iniciais, 9 seriam em terreno próprio e 15 construções nos lotes doados pela Prefeitura.

Na cidade de Baixo Guandu onde houve um grande número de flagelados a COHAB-ES prestou seu atendimento através da solicitação do Prefeito Municipal.

Para o atendimento dos desabrigados a P.M.B.G. doou uma área que foi desdobrada em 32 lotes, medindo aproximadamente 12250 m² cada um, para o atendimento àquelas famílias que tiveram suas habitações destruídas totalmente, sem condições de reparo.

Combe à COHAB-ES, a construção das 32 unidades habitacionais mediante a utilização da verba repassada pela CEDEC.

Uma outra parte desta mesma verba foi repassada à Prefeitura para os casos onde era possível haver reparo das moradias.

Após a análise das fichas de levantamento, foram selecionadas as 32 famílias que se enquadraram como prioritárias ao atendimento nestes lotes e a 12 de dezembro foram entregues as casas.

No Município de Linhares um dos bairros mais afetados — o Bairro Portela — onde residem aproximadamente 100 famílias que se utilizam da terra argilosa para a fabricação de lajotas, foi beneficiado pela Cáritas com uma verba para reconstrução das casas.

Como o bairro constantemente sofre com as enchentes provocadas pelo Rio Doce, a Arquidiocese de Linhares solicitou à COHAB-ES a devida colaboração para a solução do problema.

Assim é que foram entregues 80 lotes "in loco", ficando alguns candidatos de comparecer posteriormente à sede da COHAB para que se concretizasse a entrega dos que lhes cabiam já que não dispunham de documentação.

No Município de Cariacica, 3 famílias ficaram desabrigadas com as chuvas, já que ocorreu o desmoronamento de suas casas. Duas delas foram localizadas no Conjunto Boa Vista e a outra a COHAB doou o material para a construção.

LEVANTAMENTO DE DEMANDAS HABITACIONAIS

O interesse da população de baixa renda na aquisição de casa própria tem aumentado consideravelmente. No ano passado, levantamentos efetuados nos Municípios de Alegre, São Mateus e Conceição da Barra constataram, respectivamente, 450 inscrições de candidatos, 1226 e 375.

